

Sociedade e Estado

Volume 35 – Número 1

Copyright © 2020
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Reitora: Márcia Abrahão
Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa
Vice-diretora: Carla Teixeira Costa
Chefe do Departamento de Sociologia: Fabrício Monteiro Neves
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Haydée Glória Cruz Caruso

Editor responsável: Fabrício Monteiro Neves (UnB)
Editores-adjuntos: Stefan Fornos Klein (UnB) e Débora Messenberg (UnB)

Preparação dos originais e apoio administrativo:
Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:
Edição, revisão, produção de arte e diagramação: F. Soudant

Endereço para correspondência
Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais
novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília
CEP 70910-900 — Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br
facebook.com/Sociedade e Estado

FONTES DE INDEXAÇÃO

A revista é indexada nas seguintes Bases:

Cababstracts; Clase – citas latino-americanas de sociologia y economia;
Crossref; Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras;
Dataíndice – Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-luperj; Doaj – Directory of Open Access Journals;
Ebsco Publishing EuroPub Database; Google Acadêmico;
Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; OJS/PKP – Open Journal System / Public Knowledge Project; ProQuest; Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal; Researching Brazil – Indiana University;
Road – Directory of Open Access Scholarly Resources;
SciELO- Scientific Electronic Library Online; Scopus (Elsevier); The Keepers.

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de
Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.
Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)
1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 35 – Número 1

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Lourdes Maria Bandeira (UnB), Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB), Tânia Mara Campos de Almeida (UnB), Maria Francisca Pinheiro Coelho (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),
Alfred Stepan (University of Columbia/EUA),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Débora Messenberg Guimarães (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ),
Gabriel Cohn (USP),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Lúcia Maciel (UFRJ),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (Unicamp),
Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ).

Pareceristas do Volume:

Carlos Eduardo Sell, Carlos Miguel Figueiredo Afonso, Christiane Girard, Elder Patrick Maia Alves, Fernando Silveira Franco, Gabriel Peters, Herivelto Pereira de Souza, Isabelle Maria Mendes de Araujo, Lucimar Santiago de Abreu, Luiz Antonio Cabello Norder, Maria Angelica Brasil Goncalves Madeira, Maria Inês Gandolfo Conceição, Mariza Veloso Motta Santos, Nelson Maldonado Torres Paulo Bareicha, Pedro Henrique Isaac Silva, Renan Springer de Freitas, Rosangela Pereira de Tugny, Sandra Francesca Conte de Almeida, Sofia Crisóstomo & Tania Mara Campos de Almeida.

Apoio:



Sumário

Dossiê

Saúde mental pela perspectiva das ciências sociais

Apresentação

Saúde mental pela perspectiva das ciências sociais 9

Christiane Girard Ferreira Nunes & Tânia Mara Campos de Almeida

Sociologie clinique et santé mentale 19

Vincent de Gaulejac & Diane Laroche

Sociologie clinique et psychanalyse intégrative 39

Jean-Michel Fourcade

A desesperança do jovem e o suicídio como solução 61

Maria Aparecida Penso & Denise Pereira Alves de Sena

Reflexões sobre adolescências e a complexidade 83

das comunidades de afeto no processo socioeducativo

Teresa Cristina Othenio Cordeiro Carreteiro

A passos largos: 101

meninas da periferia rumo à universidade

e seus dilemas psicossociais

Tania Mara Campos de Almeida, Katia Tarouquella Brasil,

Dianne Magalhães Viana, Simone Lisniewski & Valérie Ganem

Sofrimento psíquico na universidade, 135

psicossociologia e *Encontro de saberes*

José Jorge de Carvalho, Makota Kidoiale,

Emílio Nolasco de Carvalho & Samira Lima da Costa

O mal-estar na representação: autoidentidade, esquizofrenia e a teatralidade do mundo social <i>Gabriel Peters</i>	163
Suicídio e violência estrutural. Revisão sistemática de uma correlação marcada pelo colonialismo <i>Izabel Weber, Cristiano Gianolla & Luciana Sotero</i>	189
Artigos	
A participação nos sistemas de saúde de Brasil e Portugal: potencialidades e desafios <i>Tânia Regina Krüger & Mauro Serapioni</i>	231
Por uma sociologia sistêmica pós-colonial das diferenças no interior da sociedade mundial moderna <i>Roberto Dutra</i>	259
A crítica de arte e suas mediações: Mário Pedrosa e a construção de uma plataforma estética concretista no Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1950 <i>Tarcila Soares Formiga</i>	287
A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos <i>Jonatta Sousa Paulino & Ramonildes Alves Gomes</i>	307
Resumos	341
Normas	349

Dossiê

Saúde mental pela perspectiva
das ciências sociais

Dossiê

Saúde mental pela perspectiva das ciências sociais

Recebido: 31.01.20
Aprovado: 13.02.20

Christiane Girard Ferreira Nunes
& Tânia Mara Campos de Almeida*

* Christiane Girard Ferreira Nunes (Orcid: 0000-0002-5470-0841 <girardchristiane@gmail.com>) e Tânia Mara Campos de Almeida (Orcid: 0000-0003-4147-7668 <taniamaraca@unb.br>), organizadoras do dossiê “Saúde mental pela perspectiva das ciências sociais”, são professoras do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil.

É uma grande satisfação apresentar o dossiê que compõe este número da *Sociedade e Estado*, trazendo ao debate o tema “saúde mental”, tão premente e importante para a nossa sociedade, a partir de artigos teóricos, estudos de caso e pesquisas qualitativas e quantitativas. Hoje alguns dados são alarmantes, tais como os apontados pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2019) e amplamente divulgados pela mídia no ano passado: o Brasil lidera mundialmente a presença de pessoas com transtorno de ansiedade, é o quarto em casos de depressão e registra significativo aumento nas taxas de suicídio. Paralelamente, eleva-se o consumo de antidepressivos e ansiolíticos, juntamente com medicamentos para déficit de atenção, hiperatividade e demais questões ditas de comportamentos disfuncionais. Essa realidade assusta e demanda intervenções e reflexões de cunho interdisciplinar e inovador.

Esse é um tema sobre o qual as ciências sociais pouco se debruçavam ou pronunciavam-se até as últimas décadas. Por diversas razões, que não cabe aprofundá-las nesta apresentação, houve um afastamento de problemáticas desse campo por terem sido apropriadas e evidenciadas a partir de concepções por demais individualistas e organicistas, levando-as a serem quase monopólios de ramos da psiquiatria e da psicologia, menos abertos às dimensões socioculturais do ser humano. Em paralelo, no terreno das ciências sociais, conceitos tradicionalmente utilizados para tratar do coletivo – por exemplo, classe econômica, identidade social e sindicato – foram por longo tempo considerados distantes da questão contemporânea do sujeito. Grosso modo, ou se falava de grupos sociais ou se falava de processos de subjetivação e experiências do sujeito nos círculos internos das próprias ciências sociais.

Contudo, o tema nada lhes é estranho, pelo contrário. O estudo clássico sobre o suicídio de Émile Durkheim (1897) é um dos pilares fundantes da sociologia, ten-

do possibilitado ao campo de investigação sociológica se tornar indispensável na contribuição ao entendimento da Modernidade. Dentre vários pontos importantes, que evidenciam a atualidade desta obra, está a problematização sobre as formas de integração social nas sociedades ditas complexas e de trabalho especializado, conjugando-as com a qualidade dos vínculos psicoafetivos entre os indivíduos e contextualizando-as em cenários políticos, econômicos, culturais e históricos específicos.

Karl Marx (1846) também se interessou pelo suicídio e escreveu um ensaio a respeito, tecendo articulações entre a vida privada, as relações perpetuadas do passado e aquelas constituídas na sociedade capitalista: *Sobre o suicídio*. Em linhas gerais, para Marx, o suicídio aponta para a necessidade de transformação radical de um sistema que oprime em sua totalidade – nas questões da economia e da política, nos costumes, nas instituições e no mal-estar provocado nas pessoas. As contradições do modo de existir capitalista não se apresentariam apenas na exploração entre classes sociais, mas em todos os círculos e configurações de convivência cotidiana, assolando o ser humano por completo.

Desde a fundação da sociologia, portanto, interrogamo-nos sobre as formas de vida e suas possibilidades de readaptação e reinvenção nos agrupamentos sociais modernos; as condições de seus membros sob a pressão da coerção e o jugo da dominação; sob a solidariedade da cooperação e a esperança de melhores dias com a revolução. Como, enfim, pensam, agem e sentem os seres humanos diante dos desafios existenciais nesses cenários sociais, às vezes sucumbindo-se físico-emocionalmente; às vezes, superando-se magistralmente em meio às guerras e ao caos?

Entretanto, não se erigiu a ideia de “saúde mental” das sociedades no campo sociológico, o que equivaleria, abusiva e erroneamente, à elaboração de modelos prévios delas e para elas. Assim mesmo, as agendas das sociedades democráticas vêm se empenhando, desde o início do século XX, em negociar acordos e estabelecer metas pactuadas de normas e coações, como parâmetros referenciados ao bem-estar cognitivo e emocional geral e de cada povo.

A partir da década de 1970, com o levante das discussões sobre poder, liberdade, contracultura e lutas sociais, pesquisas reforçaram a relação entre saúde mental e sociedade, mostrando que esta e suas instituições, muitas vezes, mais adoecem seus integrantes que os protegem, além de que transtornos mentais não seriam meramente sintomas de doenças orgânicas cerebrais. A iniciante e efervescente crítica oriunda da antipsiquiatria estabeleceu uma nova área conceitual e teórica. O feminismo crescente denunciou opressões nos espaços públicos e nos sacrosantos lares, oferecendo novas palavras e matrizes interpretativas para designar

sofrimentos que sequer tinham visibilidade e eram percebidos. As obras de Ronald David Laing, David G. Cooper, Thomas Szasz, Michel Foucault, Carl Rogers, Gregory Bateson, dentre outros(as), marcaram a abertura do diálogo entre ramos das ciências médicas, sociais e humanas, adensando-o por perspectivas políticas e exigindo práticas diversas de atenção e cuidado com a saúde mental.

Essas mudanças se espalharam, assinalando dilemas que envolviam o adoecimento psíquico em ambiente laboral, doméstico, estudantil, hospitalar etc., chamando a atenção de pesquisadores(as) das ciências sociais para eles, especialmente após 1980. Afinal, a certeza dos anos anteriores de que as relações de trabalho constituíam a principal referência dos direitos e deveres, dos interesses de classes, dos modelos de família, dos estilos de vida e identidade entrou em crise, trazendo à tona novas categorias de análise e diminuindo o alcance do entendimento do trabalho na estruturação de posições, conflitos e mudanças sociais (Sorj, 2000). Isto é, a categoria considerada como universal na Modernidade – o indivíduo – foi implodida. Esta, referenciada pelo sexo masculino, em idade produtiva no sistema econômico burguês, branco e heterossexual, era generalizada a todos os grupos sociais. No entanto, outras categorias começaram a ser definidas a partir da experiência histórica e social pautadas pelas diferenças sexuais e raciais, por exemplo, estimulando o surgimento de linhas de estudo crítico sobre gênero e raça, especialmente no empenho de se desconstruir contextos patriarcais e racistas e de se mostrar articulações entre diferentes tipos de violência e o sofrimento físico-mental (Küchemann, Bandeira & Almeida, 2015).

Diante da introdução de dinâmicas contemporâneas do capital inseridas na rotina laboral com a automação, a globalização e a maior fragmentação dos processos de produção, montagem, distribuição e consumo de mercadorias e serviços, encontros entre novos saberes e realidades empíricas pouco próximos, até então, foram realizados. Concomitantemente, estudos na direção de se indicar haver a dimensão sociocultural nos fenômenos que parecem espontâneos desvelaram estratégias de poder que consistem em naturalizar as relações sociais, o corpo e as subjetividades no intento de mascarar as relações de dominação e desigualdade nelas subjacentes, o que evidenciou até mesmo ser o conhecimento científico permeado pelo poder (Harding, 1996). Enfim, esse quadro de mudanças proporcionou significativos avanços na produção sociológica, levando-a a maior amplitude temática.

No que toca à sociologia do trabalho e à sociologia clínica, estas ganharam particularidades oriundas das realidades dos países e continentes em que se constituíram, mas se assemelharam, com certa unidade, nas tentativas de oposição às formas de gestão das empresas globalizantes e neoliberais, que tentaram reduzir

o sofrimento psíquico a mais um comando de má administração individual diante da profusão de termos, como “Burnout” e “estafa”, em meio a um excesso de injunções contraditórias de ordem social, econômica e política. Por um lado, passou a ser exigido dos trabalhadores grande disponibilidade e comprometimento com o ofício, tendo de gerar bons resultados com menos recursos, menos tempo e em competição entre eles; por outro lado, lhes impuseram a convivência em equipe e o cultivo de uma boa imagem e uma boa convivência entre pares. O resultado desse cenário de dinâmicas sociais confusas e ambíguas destrói laços sociais e isola as pessoas, que se sentem culpabilizadas por suas ineficiências verificadas sempre de modo individual e aquém das expectativas, sendo limitadas em seus potenciais criativos e sentindo-se desmobilizadas em realizar resistências coletivas (Gaulejac & Hanique, 2015).

O fato é que se tornou cada vez mais difícil pertencer a um grupo ou a uma comunidade para se defender dos ataques do capital e das interpelações contemporâneas. Nas relações entre capital e trabalho, os trabalhadores se encontram em total solidão, desprotegidos pelas leis neoliberais que têm deixado de considerar os direitos gerais das categorias. Um crescimento do individualismo é observado por inúmeros pesquisadores. Sozinhos para melhor brilhar ou sozinhos quando demitidos ao serem substituídos por *freelancers*, máquinas ou não terem atingido metas – aliás inalcançáveis na maioria das vezes. A racionalidade do mundo do trabalho transbordou à vida cotidiana e desta também se nutre em um ciclo que se retroalimenta todo o tempo. A exigência imperativa de ser belo, ter sucesso e amigos em redes virtuais, onde se deve provar excelente desempenho com elevado número de seguidores e receber “curtidas” positivas, é escancarada e frenética. O preço, enfim, é alto para grande parte das pessoas, que vive assombrada por pânico, medo, violência, baixa autoestima, angústia, ansiedade, depressão etc. nas diversas dimensões do viver.

Dentre destacados ensinamentos da sociologia clínica, há uma frase marcante: “os indivíduos são produtos de uma história da qual tentam se tornar sujeitos” (Gaulejac, 1987). Isto é, um sujeito é alguém que possui uma história coletiva, dentro de um contexto, uma realidade material e simbólica comum a muitos e, simultaneamente, possui uma história existencial que o singulariza. A articulação entre esses dois níveis precisa ser feita permanentemente, pois aí se coloca o tênue fio da saúde mental, onde o indivíduo tenta encontrar um frágil equilíbrio: construir-se autônomo e reconhecido em sua unicidade em meio ao peso do fluxo das interações e da solidez das arraigadas estruturas sociais. Logo, a compreensão do que faz adoecer e/ou morrer psiquicamente nos leva a buscar compreender as formas e os estímulos de cooperação, integração, socialização e luta por transformação so-

cioeconômica, equidade e justiça social, assim como a nos empenhar a identificar e desvendar os sofisticados mecanismos de competição, isolamento, fragmentação, opressão e desumanização ora vigentes.

A baixa qualidade ética, sensível e compassiva dos vínculos sociais atuais acaba atingindo o direito básico do sujeito em simplesmente ser, afirmar-se em plenitude e dignidade nas relações e nos ambientes nos quais se insere. Por isso, várias correntes de pensamento mostram o que Eugène Enriquez (1992) analisa como “colonização da subjetividade”. Atualmente, ao invés de se tornar sujeito de sua própria história, a pessoa acaba adotando o ponto de vista dos outros, sendo altamente tutelada, engolindo determinações externas e individualizando mal-estares coletivos. Inseguro, acanhado, projetando-se em sua imagem virtual ou impondo-se agressivamente no cotidiano, deixa de reconhecer e conectar-se com o que sente, pensa e com suas condições concretas de vida, perdendo sua força vital de copresença e coconstrução da realidade.

Essa evidente relação entre saúde mental e pactos, dinâmicas e estruturas sociais é a porta de entrada do presente dossiê, que não se situa na linha de uma “sociologia da saúde”. Por diferentes abordagens epistêmicas, teóricas, metodológicas, conceituais, arranjos interdisciplinares e interinstitucionais, bem como visões macro e micro de fenômenos sociais, os e as renomados(as) autores(as) que o compõem tratam a referida relação a partir do vasto campo das ciências sociais. Isso implica, por um lado, em um esforço de não “sociologizar” ou “culturalizar” os saberes *psi* e, por outro, não “psicologizar” ou “psiquiatralizar” as ciências sociais. Mas, sim, estabelecer diálogo profícuo nesse entroncamento complexo e considerar *sine qua non* a gênese sociocultural e política dos problemas psíquicos e afetivos nos diversos panoramas ora apresentados pelos oito artigos. Estes se voltam para os seguintes subtemas no âmbito da saúde mental no Brasil e no exterior, levantando sofisticadas discussões acadêmicas e fazendo proposições originais para a superação de limites práticos, políticos, designativos, institucionais e de pensamentos sobre: juventude, suicídio, esquizofrenia, universidade pública, projetos de intervenção, gênero, raça, pobreza, colonialismo e interculturalismo.

É nessa ótica que o manuscrito em francês do professor Vincent de Gaulejac (professor emérito da Université Paris Diderot/França) e de Diane Laroche (professora da universidade Réseau Québécois pour la Pratique des Histoires de Vie (RQPHV), de Montreal/Canadá, e membro do Réseau International de Sociologie Clinique (Risc/Canadá) se situa: “Sociologie clinique et santé mentale”. Parte de uma pesquisa com intervenção realizada pelo projeto “Recuperação e projeto de vida”, desenvolvido junto a funcionários e residentes da Maison Saint-Dominique

(Montréal/Canadá) como alternativa em saúde mental para ambos os grupos e sob orientação da sociologia clínica. A proposta, embasada em consistentes fundamentos teórico-metodológicos e longa experiência dos autores na área, visa mostrar a viabilidade de se realizar uma clínica da complexidade, a qual aposte na reinserção social dos pacientes, quando possível, e no entendimento de que saúde mental é um direito de cidadania, a partir de se garantir ao sujeito a capacidade de lidar com sua história familiar e trajetória social em um conjunto integrado de bem-estar físico e mental.

No outro artigo em língua francesa, “Sociologie clinique et psychanalyse intégrative”, Jean-Michel Fourcade (psicanalista e sociólogo membro do Réseau International de Sociologie Clinique) propõe uma reflexão instigante, na medida em que evidencia por intermédio de sua prática psicanalítica, clientes com perfis psíquicos muito mais próximos a traços *borderlines* que neuróticos, uma vez que supervalorizariam sua realidade interna e que teriam escassos espaços de troca com outros que representem marcadamente a alteridade. Cada época, com suas formas de socialização e contextos particulares, propiciaria o surgimento de personalidades específicas. Estas devem ser identificadas e analisadas para se avaliar possíveis repertórios de negociações sociais no seu horizonte pessoal de realização. Para tanto, elaborações de uma epistemologia da complexidade, a qual conta com diálogos com a sociologia e a estimula a se renovar, seriam de grande contribuição.

“A desesperança do jovem e o suicídio como solução”, texto de Maria Aparecida Penso (UCB) e Denise Pereira Alves de Sena (UCB), avalia a interdependência entre as complexas e frágeis injunções sociais contemporâneas, a construção identitária e subjetiva da juventude e o suicídio como alternativa a profundas dores emocionais, sendo um forte pedido de socorro dos jovens que necessita ser configurado e tratado enquanto fato social. Na argumentação tecida via perspectiva da sociologia clínica, são utilizados dados de uma rigorosa revisão bibliográfica e dados oficiais da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde do Brasil sobre suicídio, em especial, percebido pelas autoras como um problema de saúde pública. Logo, as considerações finais apontam para que o assunto mereça atenção de políticas públicas mais efetivas e que impliquem no envolvimento da sociedade como um todo (indivíduo, família, comunidades, governo e instituições) no seu enfrentamento e prevenção.

Teresa Cristina Cordeiro Carreteiro (UFF), em “Reflexões sobre adolescências e a complexidade das comunidades de afeto no processo socioeducativo” traz à tona a adolescência brasileira no plural e aponta para sua fragilidade enquanto sujeito de direito, especialmente aqueles e aquelas adolescentes inseridos no sistema

socioeducativo da Justiça. Com base teórica advinda da sociologia clínica e da psicossociologia, conforme os três artigos anteriores, defende que as intervenções institucionais judiciais desenvolvam sensibilidade à escuta para a formulação de suas ações, em uma abordagem de clínica social. Aliada a essa conduta complexa, a Justiça deve ainda contar com as comunidades de afeto, que atuariam sempre em rede e de modo imbricado com a restituição da autonomia responsável aos e às adolescentes desse sistema.

Ainda com um olhar voltado à juventude, só que deste grupo em relação à universidade, uma equipe interdisciplinar de professoras e pesquisadoras das engenharias, ciências sociais e humanas da Universidade de Brasília e da Université Sorbonne Paris Nord (França) assina o artigo “A passos largos: meninas da periferia rumo à universidade e seus dilemas psicossociais”. Tânia Mara Campos Almeida (UnB), Katia Tarouquella Brasil (UnB), Dianne Magalhães Viana (UnB), Simone Lisniowski (UnB) e Valérie Ganem (Université Sorbonne Paris Nord) discutem o subtema gênero e educação diante do projeto de extensão da UnB, “Meninas velozes”, direcionado a estimular o interesse de garotas da periferia do Distrito Federal pelas ciências exatas. Com o enfoque nas dimensões psicossociais e afetivas de várias de suas ex-integrantes, hoje graduandas da UnB, as autoras reuniram relatos que evidenciaram situações vividas de restrição material, dificuldade com conteúdo, assédios e conflitos externos e pessoais, os quais ameaçam sua permanência e integração ao ambiente universitário, bem como ameaçam diretamente sua integridade mental. Os resultados apresentados, portanto, não só visam conhecer a realidade dessas jovens pioneiras em suas famílias e comunidades no adentrar o ensino superior como também visam contribuir com futuras políticas para a democratização da universidade pública no país.

Soma-se à problematização do tema do dossiê no círculo universitário, o artigo escrito em coautoria entre José Jorge de Carvalho (UnB), Makota Kidoiale (UFMG), Emílio Nolasco de Carvalho (UFF) e Samira Lima da Costa (UFRJ), “Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e *Encontro de saberes*”. Destaca-se a originalidade da participação nesse texto de Makota Kidoiale, líder religiosa do Candomblé Angola e representante do quilombo Manzo Nzungo Kaiango (MG), também docente do pioneiro projeto no país, *Encontro de saberes*, germinado na UnB em 2010, multiplicado em várias universidades e iniciado em 2016 na UFMG, onde Kidoiale atua diretamente. Em diálogo interdisciplinar, interinstitucional e intercultural, os autores discutem o sofrimento mental e a vulnerabilidade ao adoecimento dessa ordem entre os acadêmicos no país, motivados inicialmente por cartas que trocaram a respeito. À medida que tecem seus argumentos, nesse entroncamento de conhecimentos, propõem maior abertura para o próprio *En-*

contro de saberes nas universidades federais, viabilizando a inclusão de mestres e mestradas tradicionais na condição de docentes, bem como propondo uma reconfiguração das ciências sociais enquanto área transdisciplinar e pluristêmica capaz, portanto, de dialogar com os sistemas terapêuticos desses saberes, ampliando suas matrizes de compreensão dos fenômenos socioculturais e, dentre eles, do crescente adoecimento mental.

Em sequência ao interesse pelo campo epistêmico do artigo anterior, apresentamos “O mal-estar na representação: autoidentidade, esquizofrenia e a teatralidade do mundo social”, uma sofisticada elaboração teórico-conceitual de Gabriel Peters (UFPE), que integra um alargado programa investigativo, “heurística da insanidade”. Em linhas gerais, mostra resultados de seu estudo sobre a capacidade analítica de ferramentas sociológicas na compreensão da esquizofrenia e, simultaneamente, revela ganhos à teoria social, em especial no que se refere às concepções de agência, experiência e subjetividade. Nesse percurso, o autor revisita a sociologia dramática sobre a relação *self*-sociedade, servindo-se também da literatura psiquiátrica acerca de perturbações “esquizoides” na ordem da autoidentidade, do senso de si e do vínculo entre sujeito e mundo. As considerações finais levam o(a) leitor(a) a questionar como as visões dramáticas da subjetividade criticam o pressuposto de que haveria um “eu” estável e distinto dos papéis sociais cotidianos, o que engessaria o potencial criativo e livre do sujeito, enquanto as vivências esquizofrênicas concretizam existencialmente essa dissolução do “eu”, sendo consideradas formas de adoecimento mental e inviabilizando o sujeito nas suas interações consigo mesmo e com o outro.

Por fim e em perspectiva macroanalítica, “Suicídio e violência estrutural. Revisão sistemática de uma correlação marcada pelo colonialismo”, dos três autores da Universidade de Coimbra (Portugal), Isabel Weber, Cristiano Gianolla e Luciana Sotero, empenha-se em definir um marco teórico para o estudo do suicídio enquanto fenômeno social que reflete a imposição colonialista e que permite nomeá-lo como “patologia do poder”. Ao seguir a metodologia Prisma e a extensa revisão bibliográfica ora realizada, o trabalho discute comparativamente os dados quantitativos sobre mortalidade disponibilizados pelo Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME), o que leva à interessante conclusão: os grupos sociais que apresentam maior risco de casos de morte intencional são aqueles mais diretamente afetados pela assimetria de poder oriunda de relações estabelecidas pelo colonialismo, mesmo em países com alta renda.

Esperamos que este conjunto de artigos seja bem aproveitado pelo público leitor, no país e no exterior, e que contribua para futuros estudos, reflexões e ações a

respeito de questões afeitas à saúde mental. Em particular, esperamos que siga o avanço do campo das ciências sociais enquanto importante referência consolidada para diálogos e revisões em diversas direções e com diversos saberes, como esta pequena amostra revela.

Referências

GAULEJAC, Vincent de. *La nevrose de classe*. Paris: Éditions Hommes et Groupes, 1987.

GAULEJAC, Vincent de; et HANIQUE, Fabienne. *Le capitalisme paradoxant*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2015.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1897].

ENRIQUEZ, Eugène. *L'organisation en analyse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos. A categoria gênero nas ciências sociais. *Revista Ceam*, v. 3, n. 1, p. 63-81, Jan./Jun. 2015.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006 [1846].

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Saúde mental*. Brasília: Opas; OMS, 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_joomla-book&view=topic&id=210>. Consultado em: 30 Dez. 2019.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 25-34, São Paulo, Jun. 2000.



Sociologie clinique et santé mentale

Recebido: 25.11.19
Aprovado: 23.12.19

Vincent de Gaulejac*
& Diane Laroche**

Résumé: Le projet “Rétablissement et projet de vie” a un double objectif: *i.* proposer aux intervenants et aux résidents de la Maison Saint-Dominique (MSD – Montréal/Canada), un travail approfondi sur leur “roman familial et trajectoire sociale”, dans l’orientation de la sociologie clinique; *ii.* développer une recherche-action pour évaluer cette expérimentation en tant qu’approche alternative en santé mentale, la diffuser et la confronter à d’autres pratiques dans le domaine de la santé mentale. Le texte qui suit présente, dans un premier temps, la démarche, ses soubassements théoriques et méthodologiques. Dans un deuxième temps, il rend compte de la façon dont les participants l’ont mis en œuvre et les effets perceptibles à partir de leurs témoignages. La démarche illustre l’intérêt de développer une clinique de la complexité dans le domaine de la santé mentale.

Mots clés: Sociologie clinique. Maison Saint-Dominique. Santé mentale. Clinique de la complexité. Soutien psychosocial.

Clinical sociology and mental health

Abstract: The project “Recovery and life project” has a double objective: *i.* propose to the employees and residents of Maison Saint-Dominique (MSD – Montréal/Canada), an in-depth work on his “family history and social trajectory”, under the guidance of clinical sociology, *ii.* develop an action research to evaluate this experiment as an alternative perspective on mental health, to be disseminated and compared other practices in the field of mental health. The article presents, in the first moment, the approach, its theoretical and methodological foundations. In the second moment, it reports the way in which the participants carried out the proposal and the perceived effects from their testimonies. The approach illustrates the interest in developing a clinic of complexity within the domain of mental health.

Keywords: Clinical sociology. Maison Saint-Dominique. Mental health. Complexity clinic. Psycho-social support

Sociologia clínica e saúde mental

Resumo: O projeto “Recuperação e projeto de vida” apresenta um duplo objetivo: *i.* propor aos funcionários e aos residentes da Maison Saint-Dominique (MSD – Montréal/Canada), um trabalho aprofundado sobre sua “história familiar e trajetória social”, sob a orientação da sociologia clínica; *ii.* desenvolver uma pesquisa-ação para avaliar esse experimento como perspectiva alternativa em saúde mental, a difundir e a confrontar com outras práticas no domínio da saúde mental. O texto

* Vincent de Gaulejac est sociologue, professeur émérite de sociologie à l’Unité de Formation et de Recherche (UFR) de Sciences Sociales de l’Université Paris -Diderot. Il est l’auteur d’une vingtaine d’ouvrages et anime la collection sociologie clinique chez les Éditions Érès. Il a dirigé le Laboratoire de Changement Social de 1981 à 2014. Membre fondateur du Réseau International de Sociologie Clinique, il est l’un des principaux initiateurs de cette orientation scientifique qui s’intéresse aux relations entre l’être de l’homme, l’être de la société et à la dimension existentielle des rapports sociaux. Il a développé des groupes d’implication et de recherche en Europe, Amérique du Nord et du Sud.
Orcid: 0000-0002-9273-5877.
<v.gaulejac@wanadoo.fr>.

** Diane Laroche est vice-présidente du Réseau Québécois pour la Pratique des Histoires de Vie (RQPHV). Sociologue clinicienne et

membre du Réseau International de Sociologie Clinique (Risc). Praticienne et formatrice avec l'approche roman familial et trajectoire sociale. Membre et animatrice à l'Association Canadienne pour la Santé Mentale, filiale de Montréal. Formatrice à la Table de Concertation des Organismes au Service des Personnes Réfugiées et Immigrantes (TCRI).
Orcid: 0000-0003-4849-6159.
<dialaroche@sympatico.ca>.

que segue apresenta, no primeiro momento, a abordagem, seus fundamentos teóricos e metodológicos. No segundo momento, relata a maneira pela qual os participantes realizaram a proposta e os efeitos perceptíveis a partir de seus testemunhos. A abordagem ilustra o interesse de desenvolver uma clínica da complexidade no âmbito do domínio da saúde mental.

Palavras-chave: Sociologia clínica. Maison Saint-Dominique. Saúde mental. Clínica da complexidade. Suporte psicossocial.

Le projet, la démarche la méthode

Présentation de la MSD et du Programme “Rétablissement et Projet de Vie”

Fondée en 1987, la Maison Saint-Dominique (MSD) propose des logements de longue durée, à coût abordable, ainsi qu'un soutien psychosocial à des adultes économiquement défavorisés et vivants avec des problèmes de santé mentale. Elle a pour objectif de favoriser l'autonomisation de ses résidents, les aider à développer leur plein potentiel et contribuer à leur réintégration sociale.

Elle se caractérise par un accompagnement “existentiel” pour permettre aux résidents de retrouver une vie sociale. Comme le soulignait avec force Robert Castel, l'individu a besoin de supports pour avoir une existence sociale. La MSD permet aux résidents de bénéficier de ces supports en termes de logement, d'insertion professionnelle, de vie sociale, mais aussi par un accompagnement individualisé. Le rétablissement en termes de santé mentale ne met pas au centre, comme dans les approches médicales et psychiatriques, les médicaments et la psychothérapie, mais la réinsertion sociale et la vie communautaire. Si un suivi thérapeutique est nécessaire, il n'est pas l'élément central, mais un facteur parmi d'autres. L'essentiel est de permettre aux résidents d'advenir en tant que sujet dans tous les registres de leur existence.

L'ensemble des intervenants ont manifesté un intérêt pour la sociologie clinique dans la mesure où le projet initié au départ par Marie-Maud Sylvestre-Audette (directrice) et Huguette Guay (responsable de la formation de la MSD) rejoint sur bien des points les orientations théoriques et méthodologiques développées dans des ouvrages comme *L'histoire en héritage*, *La lutte des places*, *Qui est “Je”?*, *La part de social en nous*. Tous les intervenants ont fait la même démarche préalablement aux résidents, avec Diane Laroche. Certains d'entre eux ont participé à des groupes d'implications et de recherche avec Vincent de Gaulejac et Diane Laroche. Ces expériences partagées ont conduit à l'idée du “Programme Rétablissement et Projet de Vie” qui s'est déroulé du 1^{er} février au 30 mars, sur huit jour-

nées avec deux temps forts. L'un consacré au thème "Trajectoire sociale et quête de sens", à partir de la démarche "Roman familial et trajectoire sociale" initiée par Vincent de Gaulejac (1991). L'autre consacré à l'émergence d'un projet existentiel lors de deux ateliers. Le premier est la recherche d'un modèle de projet idéal déposé en eux et le second est l'élaboration d'un projet de vie personnel existentiel initié par Diane Laroche et développé à l'Université Téluq dans le cours "Sens et projet de vie".

La présentation de ce projet a été faite en interne de la MSD. Elle a suscité beaucoup d'interrogations du côté des intervenants comme des résidents. Soulignons que cette implication réciproque a été une clé de son acceptation par tous et de sa réussite. Chacun pouvant se sentir dans une situation d'égalité et de parité dans le projet. Des craintes se sont exprimées, du côté des résidents, autour de la peur d'exposer son histoire devant un groupe, l'inconfort de devoir choisir de laisser tomber une autre activité, l'appréhension de ne pas bien répondre aux attentes des intervenants, l'incertitude de ne pas se sentir assez bien pour participer à l'ensemble du projet. Du côté des intervenants, autour du sentiment que les résidents étaient trop fragiles pour un travail suivi, intense, sur plusieurs jours, nécessitant une grande concentration et une disponibilité mentale et psychique importante. Ces craintes se sont exprimées au moment du recrutement. Le projet prévoyait au départ d'impliquer huit résidents. En fait six ont décidé d'y participer au départ et cinq se sont effectivement investis. Le chiffre peut sembler faible. Mais il s'agit d'une première expérience, dont le caractère novateur et expérimental nécessitait de prendre certaines précautions et de ne jamais forcer les choses. Beaucoup doutaient, au départ, de la possibilité de le mener à bien. À plusieurs reprises les intervenants comme les résidents s'étonnaient qu'une telle démarche soit possible, et se félicitaient d'y participer, comme s'ils étaient en train de vivre un événement exceptionnel.

Présentation du Groupe d'Implication et de Recherche (GIR)

Le GIR est un dispositif méthodologique permettant, dans un même espace-temps, de concilier des exigences contradictoires entre recherche et implication, analyse de processus et travail sur soi, entre réflexions théoriques et prise en compte de l'expérience vécue, entre souci d'objectivation et écoute de la subjectivité.

Différents supports sont utilisés comme le prénom, le dessin du projet parental, l'arbre généalogique, la trajectoire sociale, le dessin sur le projet idéal, le dessin sur le projet personnel existentiel. Des moments de "résurgences" ponctuent chaque journée: il s'agit d'une mise en commun des résonnances diverses – physiques,

psychiques, mentales, émotionnelles – que suscite le travail du groupe pour chaque participant. Ces moments permettent une régulation approfondie sur deux axes: le niveau d’implication individuelle au regard de l’implication collective du groupe; l’articulation entre le vécu de chacun, à partir de l’exploration de son histoire, et les réflexions théoriques sur les processus à l’œuvre.

L’objectif méthodologique consiste à créer les conditions d’un double mouvement de distanciation et d’implication à chaque étape du travail. Distanciation qui permet d’objectiver les éléments contextuels de l’histoire personnelle et d’analyser dans quelle mesure elle se trouve conditionnée par le contexte socio-historique dans lequel elle s’inscrit. Chaque destinée individuelle est le produit d’évolutions qui traversent l’ensemble des membres d’une classe sociale, d’une culture, d’une époque. Il s’agit de percevoir dans quelle mesure les souffrances, les ruptures, les conflits vécus sont l’expression individualisée de contradictions sociales et de processus collectifs.

Les hypothèses produites sur les composantes socio-historiques de l’histoire individuelle ne sont validées qu’à partir du moment où elles produisent du sens pour la personne elle-même. Le cadre du séminaire est construit pour permettre une lecture plurielle de l’histoire, en jouant en permanence pour déconstruire les oppositions simples qui sous-tendent les grilles de lecture habituelles: entre la psychologie et la sociologie, l’individuel et le collectif, l’émotionnel et l’intellectuel, le social et le psychique, le verbal et le non-verbal, l’éprouvé et le réflexif. Les participants appliquent aux récits sur leur propre histoire la démarche de la recherche clinique et de l’analyse dialectique. Les supports méthodologiques proposés visent à produire du matériel sur les situations de chacun, matériel qui est analysé par l’ensemble du groupe. Chaque personne est alternativement sujet et objet de la recherche jusqu’au moment où cette opposition se transforme pour devenir simultanée. *Le sujet émerge dans la capacité qu’il développe de comprendre les contradictions de son existence et de dépasser les conflits que celles-ci engendrent.*

Le fait d’analyser en quoi l’individu est programmé par son histoire ne change pas cette histoire. Par contre, cela peut changer le rapport du sujet à son histoire. Dans la prise en compte des dimensions sociologiques et historiques des destins personnels – le sien, mais également ceux des autres –, chacun peut comprendre en quoi différents facteurs ont été agissants pour lui, comment ils ont contribué à le positionner dans sa famille et dans la société.

Cette démarche se situe à la frontière entre la recherche et la thérapie. La plupart des exercices proposés portent sur un travail de localisation: où suis-je dans le désir

de mes parents? Où suis-je dans la saga familiale? Où suis-je dans les différents courants idéologiques? Où suis-je dans la structure sociale? Où suis-je dans ma généalogie? Le sujet s'aperçoit ainsi de son implication dans ces différents registres existentiels et que chacune de ces positions entretient par ailleurs des liens d'interdépendance avec les autres. En ce sens, il s'agit d'un travail sur les conflits que rencontrent les individus dans leur trajectoire et d'une analyse des contradictions qui les ont provoqués.

La dynamique entre implication et recherche construit un espace de travail intermédiaire entre deux types d'exploration. Celle qui consiste à faire un travail sur soi et qui ressemble à ce qui est fait dans un cadre thérapeutique. Mais ce travail sur soi ne consiste pas à raconter son histoire. Il consiste à faire une recherche sur la façon dont le sujet, le "Je", s'est construit au carrefour des conflits et des contradictions qui ont ponctué son histoire personnelle, familiale et sociale. Il s'agit donc d'un travail de recherche, d'exploration à la fois existentiel et réflexif, à partir d'une méthodologie qui est tout à la fois une méthode d'intervention – d'accompagnement du travail personnel de chacun – et une méthode de recherche construite sur des hypothèses théoriques. Le travail sur soi (implication) se définit comme une démarche clinique. Le travail de recherche s'appuie sur des hypothèses théoriques à partir de référents qui empruntent à la sociologie, mais également à d'autres disciplines – comme la psychanalyse, la psychologie, l'anthropologie, l'histoire. Dans le temps, un corpus théorique s'est constitué sous la forme d'un ensemble de théories intermédiaires sur des processus sociopsychiques que l'on observe dans ces groupes et qui reviennent de façon répétitive. L'hypothèse construite à partir d'un cas peut alors être généralisée lorsqu'on la repère de façon systématique pour tous ceux qui vivent des situations similaires.

Les groupes d'implication et de recherche sont des espaces de travail sur les conflits vécus rencontrés dans des situations sociales concrètes. Le travail en groupe conduit à une confrontation entre deux logiques cognitives. L'une s'inscrit dans une épistémologie clinique qui consiste à explorer le vécu de chaque participant à partir de supports construits pour aborder tel ou tel aspect de son histoire: le choix du prénom, l'arbre généalogique, les trajectoires professionnelles... L'autre s'inscrit dans une visée compréhensive à partir de référents théoriques issus des sciences sociales.

La méthode

Le processus mis en œuvre se caractérise par recherche de cohérence, à toutes les étapes, entre les objectifs énoncés, le cadre mis en place et la posture des intervenants. L'essentiel est de mettre en harmonie ce qui est dit, pensé, fait et éprouvé. Les enjeux de transferts et de contre-transferts sont ici essentiels.

a. Les règles

Au démarrage du groupe d'implication et de recherche, un certain nombre de règles sont énoncées:

- ❑ Chacun est invité à travailler sur son histoire, sans forcer ni retenir ce qu'il a envie d'explorer: on s'autorise à dire, mais pour s'autoriser à dire il faut s'autoriser à ne pas dire.
- ❑ La confidentialité est essentielle pour établir la confiance: chaque participant – comme les intervenants – s'engage à ne pas répéter à l'extérieur les informations personnelles entendues dans le groupe.
- ❑ Nous sommes là non pour évaluer, mais pour comprendre. Dans les commentaires sur les histoires de chacun, on s'abstiendra de prononcer des jugements de valeur.
- ❑ L'écoute clinique consiste à se centrer sur la personne, à être attentif à ne pas la heurter. Nous ne sommes pas là pour effectuer une enquête, mais pour accompagner chacun dans l'exploration de son histoire.
- ❑ La confiance est essentielle pour que "l'enveloppe groupale" apporte la sécurité et la bienveillance nécessaire à la démarche.
- ❑ La démarche n'a pas de visée thérapeutique, mais peut avoir des effets thérapeutiques, car elle permet de fabriquer du sens.

Tout au long du processus des moments de "résurgences" sont prévus pour vérifier la cohérence du cadre et l'application de ces différents points.

b. Le va-et-vient entre implication et recherche

Chaque participant est invité à fabriquer des supports écrits (trajectoire sociale, dessin du projet parental, arbre généalogique, dessin sur le projet idéal, dessin sur le projet existentiel) à les fixer sur les murs de la salle, et à les commenter. L'im-

plication se développe en deux temps. Dans un premier moment, chacun travaille pour lui, pour explorer son histoire, pour en repérer les éléments marquants, pour mieux saisir en quoi son histoire est toujours présente. Nous demandons à chacun d'être attentif à ses sentiments, ses émotions, ses réactions corporelles. Dans un deuxième temps, chacun expose devant le groupe son support, ce qu'il a voulu écrire et/ou dessiner, les éléments importants de son histoire.

À l'implication individuelle, répond comme écho et caisse de résonance l'implication du groupe. D'abord dans l'attention du groupe à la présentation narrative de chacun. Ensuite dans les commentaires proposés. La posture des animateurs est elle aussi impliquée et impliquante. Dans un premier temps ils accompagnent les participants dans la fabrication des supports et l'exploration des différentes histoires. Dans les commentaires, ils favorisent l'analyse de liens, de commentaires et formulent des hypothèses qui éclairent les conflits et les contradictions vécues. Mais également sur les liens entre les contradictions du passé et les conflits du présent.

c. Présentation des supports

- ▣ Les prénoms: au démarrage, chacun est invité à se présenter en racontant ce qu'il sait de l'histoire de son prénom: "Que savez-vous des raisons pour lesquelles vos parents ont choisi votre prénom?"
- ▣ La trajectoire sociale.
- ▣ Le projet parental: un dessin à partir de la consigne: "Qu'est-ce que mes parents voulaient que "Je" devienne?"
- ▣ La généalogie: reconstituer sa généalogie sur trois générations. Préciser pour chacun leur statut social (catégorie socio-professionnel), les signes particuliers, les événements marquants, les secrets.
- ▣ Le modèle de projet déposé en vous. Un dessin sur le projet idéal: dessinez vos parents qui réalisent un projet idéal, pour eux. Un projet qui leur tenait vraiment à cœur. Cela peut être aussi un projet idéal pour la mère ou un projet idéal pour le père, ou un projet qu'ils avaient en commun.
- ▣ L'anticipation et l'élaboration de votre projet existentiel: l'exercice consiste en une imagerie mentale dirigée durant laquelle les participants sont invités à explorer – "Tout au fond de moi, quel est mon désir de projet de vie?"

- La carte d'identité idéologique: exploration des valeurs, des croyances et des engagements religieux, politiques et associatifs.
- La fiche synthèse d'accompagnement du projet existentiel: nommer le type de projet, sa direction, donner à sa vie pour une période de deux à cinq années, les objectifs, moyens et actions à prendre à court, moyen et long termes.

Ces exercices furent répartis sur huit journées, avec en préalable des rencontres individuelles et deux rencontres de groupes pour constituer le groupe final des cinq personnes impliquées dans la démarche. Deux premières journées ont été consacrées à l'exploration des prénoms et de la trajectoire sociale. Un deuxième regroupement de trois jours a permis d'explorer "le projet parental" ainsi que "l'arbre généalogique". Deux autres journées ont été consacrées au dessin sur le projet idéal, à l'élaboration du projet existentiel et à la carte d'identité idéologique; une dernière journée à la fiche synthèse d'accompagnement. Cette fiche sera utilisée mensuellement lors des rencontres de groupe en présence d'une intervenante de la Maison Saint-Dominique, choisie par les participants, qui agira comme personne ressource et accompagnera la réalisation du projet existentiel.

d. Les résurgences et régulation du groupe

À chaque étape du processus, un moment est prévu pour discuter du travail, des réactions qu'il suscite, des commentaires et des questions qu'il soulève, des sentiments qu'il génère. Le terme de résurgence évoque l'idée de faire remonter à la surface les échos, les associations, les retours réflexifs, les émotions, les résonances psychiques, provoqués par l'exploration du roman familial et de la trajectoire sociale de chacun. Moment essentiel qui permet une régulation en continu sur deux plans. Au niveau individuel pour permettre à chacun de déposer dans le groupe ses émois, angoisses, questions, et en définitive de rendre compte du processus de désincorporation évoqué plus haut. Par ailleurs, les résurgences permettent une mise en commun de l'élaboration mentale et de la perlaboration psychique effectuée par chacun.

Ça travaille. C'est dire qu'un travail interne est à l'œuvre à tout moment et qu'il est essentiel de l'explicitier et de le partager. Les échanges dans le groupe sur la façon dont chacun est ainsi mis au travail, fait caisse de résonance qui favorise l'harmonie groupale, l'implication personnelle et la réflexivité collective.

ces provoquent un soulagement des tensions et des doutes. Elles permettent d'explicitier la démarche, de vérifier sa cohérence et de donner des outils réflexifs sur

ses effets. Les mots pour le dire sont essentiels: trouver les bonnes formulations sur ce que chacun ressent, sur les questions qu'il se pose, sur les émotions et les sentiments qui l'habitent.

e. L'évaluation

À la fin du groupe, un moment d'évaluation de la démarche et de ses effets est prévu. Chaque participant est invité à prendre la parole sur deux points:

- expliciter ce qu'il retient du travail fait en commun, ce qui l'a marqué et les questions qu'il se pose (*versus* travail sur soi);
- expliciter ce qu'il pense des supports, de la dynamique du groupe, de la posture des animateurs et de l'organisation du cadre.

Réjean, un résident, demande la parole:

Ce qui m'a plu dans cette démarche, c'est le sentiment que nous avons été toujours au centre. Quand on va voir le psychiatre, c'est lui qui est au centre. Nous n'avons jamais le temps de raconter notre histoire. Il nous donne des médicaments et passe au suivant. Ici, c'est nous qui sommes au centre.

Dino prend à son tour la parole:

J'ai appris à connaître les autres. Je me sens moins seul. On ne se parle pas pour régler des comptes.

Cette reconnaissance d'avoir été sujet dans la démarche, de pouvoir rencontrer l'altérité sans se sentir menacé sont de beaux échos du travail effectué. Chacun des participants n'est pas seulement un acteur, mais un auteur qui participe à construire le cadre et qui retrouve une puissance d'agir sur sa propre existence. Il n'est plus l'objet d'un traitement, il est sujet de son histoire. Il n'est plus seul, il se sent appartenir à un collectif.

Témoignages et effets de la démarche

Dans cette deuxième partie, nous allons présenter quelques vignettes cliniques qui rendent compte des effets de la démarche pour les participants. La caractéristique de la sociologie clinique est d'éviter le double piège du vécu sans concept et du concept sans vie, selon la belle expression d'Henri Lefebvre. Dans cet esprit,

nous alternerons l'exposé du travail effectué dans le groupe d'implication et de recherche et l'exposé de questions théoriques et/ou méthodologiques.

*Le diagnostic:
un événement biographique*

La peur que suscite la démarche est bien “normale”, dans la mesure où l'idée même d'un groupe d'implication et de recherche provoque, auprès de tous les publics, une ambivalence entre l'intérêt qu'il suscite et les craintes qu'il génère. L'idée même d'implication en groupe n'est pas évidente. Parler de soi n'est pas chose facile. Le faire devant un groupe encore moins. Surtout s'il s'agit de se dévoiler, de parler de ses conflits personnels, de ses failles, de ses vulnérabilités. Il convient donc de créer la confiance, de construire un cadre contenant, de ne jamais forcer les choses, de créer les conditions d'une implication réciproque et durable.

La difficulté de parler de soi sous le regard d'autrui est d'autant plus grande que le diagnostic de *malade mental* fait basculer l'existence dans la honte. L'intérêt de la démarche MSD est de vouloir sortir de la problématique de la maladie mentale. C'est un point capital. D'autant plus que la plupart des résidents concernés ont été, à un moment de leur parcours, sans doute désigné comme psychotique, bipolaire, schizophrène, dépressif (donc comme “fou” – explicitement ou implicitement). Cette assignation identitaire négative est lourde à porter et, pour certains, dévastatrice:

Voilà ce que je suis désormais: un malade mental.

N'oublions pas pour autant que ce diagnostic peut aussi soulager le mal-être ressenti en établissant une cause médicale qui peut donner du sens face à des tourments internes incompréhensibles.

Le récit de Julie montre que le “diagnostic” représente un tournant de la vie, un basculement, un moment clé de sa trajectoire. Mais quels que soit les circonstances, la peur de la folie et la honte d'être désigné comme tel, sont deux sentiments violents. Comment aborder cette violence sans la renforcer? Il nous faut approfondir le repérage des mécanismes de défense mis en place par rapport à l'angoisse que la maladie mentale génère et réfléchir sur les processus de dégagement qui peuvent restaurer l'estime de soi.

Le travail sur la trajectoire apporte un élément essentiel. Il permet de reconsidérer le diagnostic comme un événement biographique parmi d'autres. Il y a eu un avant

et un après. Toute l'existence ne peut se réduire à cet événement, fût-il traumatique. Le partage dans le groupe de la façon dont chacun a été confronté à cette question est tout aussi déterminant. Il doit favoriser un processus de dédramatisation et en relativiser les conséquences. La proposition de revenir à l'histoire familiale, provoque des réactions contrastées. Certains veulent se souvenir, d'autres préfèrent oublier.

Pierre a une belle formule pour exprimer son ambivalence:

J'ai été impassiblement secoué, car il y a des souvenirs qui ne voulaient pas revenir.

Réjean exprime bien la difficulté pour lui de notre proposition:

Ça fait des années que je veux oublier.

L'hypothèse selon laquelle l'individu est le produit d'une histoire peut provoquer des réactions opposées. Certains trouvent dans cette histoire des ressources pour mieux comprendre leurs conflits internes et se projeter dans un avenir qui ne soit plus dans la répétition du passé. D'autres y voient des empêchements, des blessures, des violences qu'ils ont besoin d'oublier, de rejeter, pour espérer se construire autrement. En définitive, l'essentiel est d'accompagner chaque participant pour lui permettre d'advenir en tant que sujet de cette histoire, dans ses aspects positifs comme dans ses aspects négatifs. L'histoire est ce qu'elle est, on ne peut rien y changer. La seule chose sur laquelle "Je" (le sujet) peut agir, c'est la façon dont cette histoire est agissante en soi.

Le travail avec Julie, la première à présenter sa trajectoire, a permis de rendre la démarche proposée effective, de lui donner une consistance, une réalité. Julie a abordé de front la question du diagnostic, de la maladie, jusqu'à évoquer une psychose majeure. Elle vérifie alors qu'elle ne met pas les autres participants en difficulté. Beau moment qui permet au groupe de se constituer et de vérifier qu'il peut être contenant. Les autres participants la rassurent en témoignant beaucoup d'intérêt et d'admiration. La confiance est au rendez-vous. Le renversement clinique aussi: l'aide et le soutien viennent des participants eux-mêmes, et du cadre qu'ils ont aidé à coconstruire. Les hiérarchies habituelles entre le savoir professionnel et le savoir existentiel, expérientiel, entre ceux qui maîtrisent le discours savant et ceux qui vivent les problèmes, entre l'élève et le "maître", commencent à s'atténuer, sinon à disparaître.

Le récit partagé centré sur ce que chaque sujet fait de ce qu'on a fait de lui, pour reprendre la belle formule de Jean Paul Sartre, est un élément essentiel de ce processus collectif. Chaque récit apporte "des leçons" à tous. Chaque récit apporte des éléments aux autres pour affronter ses problèmes. Pierre l'évoque avec enthousiasme à propos du récit de Julie:

C'est fabuleux de voir comment elle a pu rebondir et explorer différents champs artistiques. C'est remarquable, elle a trouvé un créneau par l'art.

Bel exemple de mécanisme de dégagement face à la souffrance psychique: l'art est un moyen d'exprimer ses angoisses, ses troubles, ses problèmes, non pas dans un repli sur soi dévastateur, mais dans une création qui permet à la fois une restauration narcissique et une opportunité de resocialisation.

Qu'est-ce qu'un sujet?

Lorsque je présente l'hypothèse selon laquelle "l'individu est le produit d'une histoire dont il cherche à devenir le sujet", Diane me demande afin que je développe:

C'est quoi être sujet?

Je réponds à la question en expliquant le processus qui conduit chacun de nous à réfléchir sur son histoire, sa trajectoire, ses choix, à entrer dans une réflexion sur son existence. Advenir comme sujet, c'est affirmer le "Je" comme dans la célèbre formule de René Descartes "je pense donc je suis", ou encore celle de Sigmund Freud "là où Ça était, Je dois advenir". On ne naît pas sujet, on le devient¹.

Je demande au groupe si mes explications sont claires. Le groupe va alors entrer dans un jeu avec le "Je", désigné à la troisième personne du singulier. Bon, dit l'un d'entre eux,

Je propose d'aller prendre un café.

Je est d'accord avec ta proposition – dit un autre.

Je propose que nous fassions une pause...

Je me propose d'aller aux toilettes.

Pendant quelques minutes, les "Je" vont advenir comme expression de la volonté de chacun, comme manifestation d'une volonté, d'un désir, d'une aspiration. Le jeu avec le "Je" illustre l'intérêt d'un espace transitionnel entre l'intériorité et l'extériorité, entre l'imaginaire et la réalité². L'ouverture vers un espace de liberté et de créativité

1. Simone de Beauvoir (1949) disait: "On ne naît pas femme, on le devient".

2. Cf D. Winnicott (1975). Jeu et réalité, l'espace potentiel.

dans lequel chacun peut mettre en scène ses affects, ses aspirations, ses désirs, les révéler, les exprimer, les exposer aux autres, sans se sentir mis en vulnérabilité. S'affirmer comme sujet sans se sentir menacé et sans menacer l'autre. De grands éclats de rire ponctuent les formules de chacun où le "Je" se révèle. Jouer avec le "Je" donne une liberté rarement éprouvée lorsque pendant des années le "Je" n'a pas pu s'exprimer, parce qu'il a été réprimé, s'est mis en retrait ou s'est dissimulé derrière un faux *self*. La sensation de sortir de son Moi, pour entrer dans une expression du Je/Nous est un moment de grâce qui s'est répété à quelques reprises durant les journées suivantes de travail ensemble. La confiance s'établit, l'enveloppe groupale se consolide, la capacité de chacun à s'exprimer et prendre la parole se développe.

*La dynamique entre travail sur soi (pour soi)
et réflexion collective*

On travaille fort ici parce qu'on s'en parle tous ensemble – dit l'une des participantes –, et tout le monde a accepté tout le monde.

La dynamique du groupe est une aide lorsqu'elle vient soutenir les dynamiques individuelles de chacun, la possibilité de s'exprimer, les interrelations, mais aussi les rapports avec les animateurs. Le groupe est une instance qui favorise les processus de triangulation, donc de symbolisation. Chaque participant est invité à sortir de son théâtre intérieur, du face à face avec lui-même. La construction des différents supports facilite la mise en forme du récit de son histoire personnelle et familiale. Il le met en ordre pour lui-même avant de pouvoir l'exposer à d'autres? Cette mise en forme et en mots, favorise les capacités narratives dans un double mouvement d'élaboration mentale et de perlaboration psychique³. Entre imaginaire et réalité, la symbolisation permet de développer un espace entre le moi et le monde nécessaire pour amortir les angoisses, les affects, les débordements émotionnels.

Replonger dans son histoire n'est pas sans risque. Le sujet peut le vivre comme une régression menaçante dans la mesure où il va retrouver les traumatismes, les conflits, les violences vécues dans l'enfance. Comment faire pour se dégager de cette violence vécue dans le passé? Comment faire pour s'y confronter sans retomber dans la souffrance qu'elle a pu provoquer au moment où le sujet l'a rencontré? Comment travailler sur la violence sans violence? Si l'histoire est "incorporée", il convient de mettre en place un cadre favorisant la désincorporation. Les supports, l'exploration collective, le transfert sur des animateurs institués comme figures protectrices, l'empathie et la bienveillance qui constituent une enveloppe groupale contenant, la mise en mot de son histoire, la formulation d'hypothèses sur les liens entre les contradictions rencontrées dans le passé et les conflits vécus dans le

3. La perlaboration désigne le travail psychique effectué en psychanalyse qui permet au patient d'intégrer une interprétation et de surmonter les résistances qu'elle suscite. En anglais le terme *working-through* rend mieux compte de l'idée qu'il s'agit d'un travail du sujet qui affronte ses difficultés internes, ses défenses inconscientes, pour reconnaître ce qu'il vit à l'intérieur de lui, recomposer les éléments de son histoire, et accepter de l'exposer à d'autres.

présent sont autant d'éléments qui permettent à chacun de "sortir de lui-même" par un processus de symbolisation active.

On se surpasse ici – dit Suzanne – à la fin de la première journée, on est capable d'aller au-delà de ce qu'on est.

Cette idée de surpassement illustre la force que suscite le sentiment d'advenir comme sujet, de reprendre sa vie en main, de retrouver une puissance d'agir sur son existence. Au Moi ballotté par une histoire subie, le sujet révèle une capacité "d'aller au-delà" de ce qu'il est.

L'expression verbale et non verbale

Lorsque nous donnons la consigne "dessiner ce que mes parents voulaient que Je devienne", Suzanne nous dit:

Je ne sais pas dessiner.

Cette réaction est révélatrice du refoulement de la fonction imaginaire. Le sujet ne se sent pas en capacité de mettre des images sur son histoire, sa vie, ses aspirations. Il n'arrive pas à s'imaginer autre chose que ce qu'il est. Ce refoulement bloque les capacités de remémoration comme celle de pouvoir se projeter dans un avenir désirable. Il empêche le sujet de rêver sa vie, de s'imaginer une autre vie, de se projeter dans un projet de vie souhaitable, qui vaut la peine d'être vécue. Le dessin favorise la projection de soi-même dans un imaginaire moteur – selon l'expression d'Eugène Enriquez – afin d'échapper à un imaginaire bloqué qui réduit le possible au probable.

Dans un deuxième temps, Suzanne accepte d'entrer dans l'exercice proposé. Elle écrit:

Ma mère voulait que je devienne hôtesse de l'air.

Puis elle "ose" dessiner un avion, puis mettre des couleurs, un avion avec des fenêtres. Peu à peu, l'expression se libère, et Suzanne exprime sa joie de dessiner, de colorier. Elle retrouve le plaisir d'une expression moins retenue, d'un plaisir moins contenu, de faire de sa vie un dessin, un dessein. Dans les commentaires, on entendra même l'idée qu'avec son avion, Suzanne s'autorise "à s'envoyer en l'air". Expression, sans doute un peu cavalière, qui révèle combien c'est le désir du sujet qui peut s'exprimer par cette levée du refoulement de l'imaginaire. Suzanne viendra confirmer ce sentiment de liberté retrouvée en évoquant ses aspirations refoulées:

Je voulais être mannequin et chanteuse, comme dans les revues.
J'ai l'entregent pour faire ça.

Et elle évoque son activité de vendeuse de revues, l'itinéraire, qu'elle distribue avec plaisir parce qu'elle fait rire les clients potentiels. Elle est fière de cette activité qui lui donne un statut respectable et lui procure des revenus.

Nous avons été frappés par le soin avec lequel les participants s'exprimaient, l'attention à bien choisir les mots pour présenter leur récit, réagir aux présentations des autres. Ils ne parlent jamais pour ne rien dire. Ils ont besoin d'une cohérence entre le mental (élaboration réflexive) et le psychique, le ressenti, l'éprouvé. Dans un premier temps, c'est l'écoute qui prime. Écoute des objectifs, des consignes, des règles de fonctionnements. Ils sont concentrés, attentifs, habités par le souci de bien faire. Le respect mutuel, l'attention aux autres, la réciprocité des implications. Ils se sentent soutenus et contenus par le groupe. Jamais un mot d'évaluation déplacé. Dans un premier temps nous pouvons penser qu'il s'agit de contenir l'anxiété face à l'inconnu. Le "recrutement" des participants a montré que l'engagement dans le projet a suscité, au sein de la MSD, beaucoup d'interrogations et d'anxiété. On peut comprendre que l'implication demandée, le fait d'avoir à parler de soi devant un groupe, de raconter son histoire familiale suscitent bien des réserves sinon des craintes. Celles-ci se sont atténuées au fur et à mesure du processus jusqu'à l'évaluation finale qui a été très positive. "C'est un défi qu'il nous fallait relever" dira l'un d'eux, "une épreuve", dira un autre, qui en définitive aura été bénéfique.

L'incorporation de l'histoire

Le cadre et les supports construisent un espace d'exploration entre le réel, l'imaginaire et le symbolique. Ils favorisent un va-et-vient continu entre la scène intérieure et la scène sociale entre le fantasme et la réalité, entre les affects éprouvés et la mentalisation.

Avec des amis, on ne parle pas comme ça – dira Julie. Ici, on prend le temps, on comprend les choses de façon moins émotive.

Et Pierre de poursuivre:

Les exercices m'ont replongé dans des souvenirs douloureux, mais il y a une grosse libération d'y être retourné, même si sur le coup, ça fait mal.

Pour la plupart des résidents, la maladie mentale opère une fixation dans le présent qui fige la capacité à se projeter dans l'avenir, comme la possibilité de se remémorer le passé, vécu avant tout dans le registre traumatique. À quoi peut bien servir le fait de se replonger dans une histoire lourde de souvenirs douloureux, de sépa-

rations déchirantes, de crises récurrentes, des passages à l'acte destructeur? On ne peut modifier le passé. Par contre, on peut changer son rapport au passé, à la façon dont l'histoire est incorporée en soi, atténuer ses effets destructeurs.

4. L'expression est de Max Pagès (1993).

L'histoire est inscrite dans le fonctionnement psychique et dans la mémoire. Les événements biographiques traumatisants provoquent des effets de sidération qui se fixent dans l'inconscient. Ils s'installent sous forme de connexions gelées⁴ qui figent la vitalité du sujet.

Le terme "gelé", appliqué au fonctionnement psychique est inhabituel, mais intéressant. Quand le sang se remet à circuler dans un membre gelé, la douleur est intense alors même que les gelures le rendaient insensible. Mais le fait que le sang se remette à circuler est une bonne chose, c'est la santé qui revient. Il en va de même pour les éléments traumatiques de l'histoire qui s'enkystent dans le psychisme. Comme le dit Pierre, la reviviscence de souvenirs douloureux fait mal, mais la libération qu'elle engendre fait du bien. La douleur est un symptôme, une alerte que quelque chose ne va pas. Ce n'est donc pas elle qu'il faut supprimer, elle n'est qu'un effet, mais les causes qui la provoquent.

L'inversion de la honte en fierté

Réjean n'a pas connu son père. Mais sa mère voulait qu'il ait une activité manuelle. Lui revient alors à la mémoire que son père était charpentier. Il fait alors le lien entre le projet maternel et l'activité paternelle.

Je n'avais pas réalisé ça – nous dit-il. À cinq, six ans je voulais devenir avocat pour défendre mes frères qui avaient des bisbilles, sans savoir qu'il fallait aller à l'université. Plus tard, j'ai défendu un de mes frères qui a fait quelque chose de grave. J'ai eu beaucoup de mal dans ma vie, j'essaie aujourd'hui de faire quelque chose de bien. Je n'ai plus le cerveau pour faire des études. Mais à la Maison Saint Dominique, ils m'ont sauvé la vie, ils m'ont donné beaucoup de chances. Un de mes projets de vie, c'est d'aider les autres à gagner leur vie.

Si l'expression signifie dans le sens courant trouver du travail, on peut l'entendre ici comme un moyen de sortir d'une vie de perdant (*looser*) pour commencer une vie de gagnant (*winner*). Le témoignage de Réjean est salué par les autres membres du groupe comme une rédemption. Chacun reconnaît sa disponibilité et sa générosité au sein de la MSD. Après une vie chaotique, marqué par la violence, la délinquance, la prison et de nombreux épisodes psychiatriques, il se fait du bien en faisant du bien aux autres. Cette inversion transforme la culpabilité en altérité, la honte en

fierté, la haine de soi en amour propre, l'assignation à une identité négative en estime de soi et des autres.

Par quelle alchimie une telle transformation est-elle possible? La MSD offre un ensemble de possibilités matérielles, et un accompagnement relationnel qui sont autant de supports affectifs. Mais cette "chance" n'est opérante que si le sujet s'en saisit. Faire confiance au sujet, en ses capacités d'advenir, de convertir des pulsions destructrices en investissement socialement utile.

Causalité psychique, causalité sociale

Réjean semble très ému lorsqu'il présente sa trajectoire. Il est le dernier d'une famille de 12 enfants. Il a quatre, cinq ans lorsque ses parents se séparent. Il est alors placé en famille d'accueil, la première année avec ses frères et sœurs les plus jeunes, puis sans eux. À 11 ans, il revient quelque temps chez sa mère avec un de ses frères.

Ce n'étaient pas des bons souvenirs, on se disputait tout le temps.

Les services sociaux ont décidé de nous placer à nouveau. Il sera ainsi ballotté de familles d'accueil en institutions, coupé du reste de sa fratrie.

Je les ai retrouvés à 14, 15 ans, parce qu'on a tous été élevés dans des familles d'accueil. C'est ma sœur Florence qui nous a tous retrouvés.

L'histoire de Réjean est marquée par l'instabilité, la violence, des séparations continues. Il ne se plaint pas des familles qui l'ont accueilli. Mais il ne restait jamais assez longtemps pour s'attacher.

J'étais turbulent à l'école. J'étais mal accepté en classe.

On comprend là comment les conditions concrètes d'existence produisent des comportements qui vont être interprétés comme la cause des problèmes psychologiques de Réjean. Toute sa petite enfance est conditionnée par des turbulences affectives, sociales, scolaires, géographique. Il n'est pas étonnant qu'il devienne un enfant "turbulent". Comme tous les enfants maltraités par la vie, continuellement changé d'environnement, d'école, de lieu, de familles, il est confronté à des problèmes d'attachement. Il devient un enfant difficile, perturbé, violent, un enfant qui se fait rejeter de partout. C'est alors son comportement qui devient l'élément explicatif de sa trajectoire d'enfant placé, des turbulences dont il est l'objet. La causalité sociale de départ se transforme en causalité psychologique. Dans ces conditions, l'enfant va intérioriser le fait que c'est bien lui qui est responsable de ce qui lui arrive. Il est

mis en instabilité permanente, et on le considère comme un enfant instable. Son comportement agité, violent, insupportable va devenir le problème majeur. Il va être considéré comme un “inadapté”, alors que ce comportement est une adaptation à des conditions de vie agitées, violentes, insupportables. Il devient un enfant à problème alors que le problème ne vient pas de lui, mais de son histoire familiale.

On peut penser que les problèmes de violence et de délinquance qui parqueront sa destinée future sont largement déterminés par son histoire chaotique. Ce qui, au départ, est la conséquence de ses conditions concrètes d’existence, donc des problèmes objectifs, vont devenir des problèmes de comportement psychologiques, donc subjectifs.

Les causalités s’entremêlent parce qu’il y a des influences réciproques entre le psychique et le social. Les processus sociaux et psychiques interfèrent en permanence pour devenir des processus sociopsychiques.

Conclusion:
pour une clinique de la complexité, une approche
alternative dans un contexte de rétablissement en santé mentale

Il convient donc d’entrer dans le pluralisme causal et de sortir des oppositions habituelles entre les approches médicales, psychologiques et sociologiques. La personne humaine est une totalité bio-psycho-sociale. C’est dire que ses comportements, ses symptômes et ses conduites sont déterminés par une multiplicité de causes sans que l’on puisse dégager une instance ultime qui serait la clé explicative de l’ensemble (l’inconscient, le cerveau, les gènes, le caractère, les relations familiales, la généalogie, le milieu socio-culturel...). Chacun de ces déterminants est à la fois conditionné et conditionnant, produit et producteur dans des relations qui sont tout à la fois systémiques et récursives. Les comportements et les conduites sont toujours la conséquence d’éléments hétérogènes – génétiques, physiologiques, psychologiques, sociologiques – qui ressortent de disciplines diverses.

L’analyse de la réciprocité des influences entre les registres corporels, psychiques et sociaux est l’objet même d’une clinique de la complexité. Dans certains cas, ces influences se combinent, et se renforcent, parfois elles se neutralisent ou s’inhibent. Il ne s’agit donc pas simplement de juxtaposer les différentes approches, mais d’approfondir ce que chacune peut apporter et la façon dont on peut construire des articulations entre elles. L’idée de la “problématisation” multiple propose une démarche multipolaire qui consiste à croiser plusieurs points de vue théoriques issus de

disciplines différentes, à adopter plusieurs perspectives, à éclairer les phénomènes étudiés à partir de problématiques issues de théories différentes, voire divergentes.

La construction d'une clinique de la complexité favorise des réflexions transversales, bouscule les frontières disciplinaires, développe les liens entre les chercheurs et les praticiens. Le projet de la MSD participe à ce projet en réaction contre les replis identitaires qui animent trop souvent les différentes approches en santé mentale. La question primordiale est de lier en permanence la recherche sur la pratique et la pratique de la recherche. La clinique de la complexité se fonde sur l'expérience pratique (la confrontation quotidienne avec le vécu des résidents et/ou des personnes que l'on accompagne), et sur la réflexion théorique (l'approfondissement des hypothèses qui fondent cette pratique). Pour développer cette orientation, il convient, de sortir de cadres trop souvent individualisant, d'ouvrir le champ de la pratique à d'autres façons de faire et de penser, d'accepter que les personnes usagères des services en santé mentale participent à définir leurs parcours thérapeutiques, donc de leur offrir des options, des combinaisons, des dispositifs pluriels.

Nous sommes bien conscients de la nécessité de protéger le cadre thérapeutique. La thérapie est un lieu qui doit être protecteur, contenant, sécurisant, construit pour accompagner des personnes en état de vulnérabilité. La thérapie est un refuge qui accueille des personnes en difficulté. Le terme de refuge est cependant ambivalent. Il exprime l'idée d'un recours, d'un lieu dans lequel on peut échapper à la violence et à la répression. Mais il connote également l'idée d'un lieu à part, isolé du monde, à l'écart. C'est une des raisons pour laquelle le social en est trop souvent exclu. La logique des approches psychiatriques, psychanalytique et psychothérapeutiques induit à un travail individualisé qui contribue à désocialiser la personne.

Si donc on peut comprendre et accepter la nécessité pour certains de se mettre de côté, de se mettre en retrait, la question se pose des conséquences de cette posture dans la pratique. Cela conduit à privilégier l'exploration des facteurs psychiques à l'exclusion des facteurs sociaux et à minimiser les questions relatives à l'insertion sociale des personnes usagères des services en santé mentale à leur réadaptation à la réalité. Pour éviter les travers liés au psychologisme, il convient donc de répondre à deux exigences contradictoires. Une exigence clinique de protection permettant au sujet un travail approfondi sur lui-même, une exigence d'adaptation au monde permettant au sujet de comprendre en quoi le social est agissant en lui.

En définitive, c'est le processus même de construction d'une clinique de la complexité qui est porteur de changement à partir du moment où il favorise l'émer-

gence du sujet. Des sujets qui adviennent en s'impliquant dans la construction d'une clinique innovante, ouverte, qui réponde aux contradictions de notre temps.

Épilogue

La restitution.

Dans la discussion, ils ont souhaité que le mot *folie* soit annulé et remplacé par celui de maladie mentale. Les termes de fou et de folie sont socialement stigmatisants et psychologiquement invalidants. Ils assignent le sujet dans une identité négative et menaçante. Ils mettent la personne au ban de la société dans une exclusion quasi irréversible. Ils annulent la possibilité d'advenir en tant que sujet comme s'il était dépossédé de lui-même. Le terme de maladie mentale est plus acceptable. Il indique que la personne ne va pas bien, qu'il y a quelque chose en elle qui peut être soignée, qu'il s'agit d'un symptôme qui peut disparaître, évoluer, devenir l'objet d'un traitement. Le sujet n'est pas annulé, bien au contraire. Il est sollicité pour prendre en charge son traitement, se donner les moyens de se soigner, affronter le symptôme pour limiter ses effets destructeurs pour lui et pour la société.

Références

BEAUVOIR, S. de. *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard, 1949.

GAULEJAC, V. de. *Qui est "Je"?* Paris: Les Éditions du Seuil, 2009.

———. *L'histoire en héritage, roman familial et trajectoire sociale*. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 1999.

———. *La névrose de classe. Trajectoire sociale et conflits d'identité suivi d'une lettre d'Annie Ernaux*. Paris: Payot, 1991 [1987].

GAULEJAC, V. de; COQUELLE, C. (Orgs). *La part de social en nous. Sociologie clinique et psychothérapies*. Paris: Éditions Érès, 2017.

GAULEJAC, V. de; TABOADA LEONETTI, I. *La lutte des places*. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 1999.

PAGÈS, M. *Psychothérapie et complexité*. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 1993.

WINNICOTT, D. *Jeu et réalité: l'espace potentiel*. Paris, Gallimard, 1975.



Sociologie clinique et psychanalyse intégrative

Recebido: 18.10.19
Aprovado: 20.12.19

Jean-Michel Fourcade*

Résumé: Cet article veut montrer que le courant intégratif en psychothérapie, au-delà d'un simple éclectisme combinant diverses techniques, contribue au développement de l'épistémologie de la complexité. Avec un cas clinique, j'éclairerai comment se font les apports entre la psychanalyse intégrative et la sociologie clinique. Leur questionnement réciproque conduit à l'hypothèse d'un évolutionnisme du psychisme humain que les élaborations théoriques dans l'un et l'autre champ ont du mal à reconnaître.

Mots clés: Sociologie clinique. Psychanalyse intégrative. Épistémologie de la complexité.

Clinical sociology and integrative psychoanalysis

Abstract: *This article aims to show that the integrative current in psychotherapy, beyond a simple convergent eclecticism of various techniques, contributes to the development of the epistemology of complexity. From a clinical case, I explored how the approximate contributions are made between integrative psychoanalysis and clinical sociology. Their reciprocal questions lead to the hypothesis of an evolutionism of the human psyche that the theoretical elaborations of either field have scarcely explored.*

Keywords: *Clinical sociology. Integrative psychoanalysis. Epistemology of complexity.*

Sociologia clínica e psicanálise integrativa

Resumo: *Este artigo deseja mostrar que a corrente integrativa em psicoterapia, muito além de um simples ecletismo convergente de diversas técnicas, contribui ao desenvolvimento da epistemologia da complexidade. A partir de um caso clínico, exporei como são realizados os aportes aproximativos entre a psicanálise integrativa e a sociologia clínica. Seus questionamentos recíprocos conduzem à hipótese de um evolucionismo do psiquismo humano que as elaborações teóricas de um e de outro campo mal exploraram.*

Palavras-chave: *Sociologia clínica. Psicanálise integrativa. Epistemologia da complexidade.*

* Jean-Michel Fourcade est sociologue clinique, psychanalyste et psychopraticien relationnel. Docteur en psychologie clinique et *philosophical doctorate in psychology* (UK). Directeur de la Nouvelle Faculté Libre, établissement d'enseignement supérieur libre formant des psychanalystes intégratifs et psychopraticiens relationnels. Président de L'Association Fédérative Française des Organismes de Psychothérapie et Psychanalyse (Lafopp). Co-fondateur et membre du Conseil d'Administration (CA) de la Société Française de Psychanalyse Intégrative (SFPI), il en a été le président de 2011 à 2016; membre associé du Laboratoire de Changement Social et Politique de l'Université Paris 7, Paris, France.

Psychothérapies intégratives

La deuxième moitié du XX^{ème} siècle a vu la création, aux États-Unis, de nombreuses nouvelles théories sur le fonctionnement psychologique de l'être humain et de nouvelles pratiques psychothérapeutiques.

D'un côté, la psychologie humaniste dont les théoriciens Rollo May (1940; 1967), Will Schutz (1967; 2006), partant d'une critique de la psychiatrie et de la psychanalyse récupérée par la médecine et l'ego-psychanalyse américaines, rejoignait celle que leur adressait la psychanalyse existentielle – Ronald Laing (1960; 1971; 1972), David Cooper (1975) en Grande Bretagne; Tony Lainé (1977; 1978; 1983) en France; Victor Frankl (1975; 1988) en Allemagne puis en Amérique.

Par ailleurs, apparaissent des théories nouvelles et les pratiques psychothérapeutiques qui en étaient les applications: la gestalt-thérapie créée par Friedrich Perls (1973), qui généralisait à l'ensemble de la vie psychique les lois de la perception issues des travaux de l'École de la Psychologie de la Forme; l'analyse transactionnelle créée par Éric Berne (1971) proposant une nouvelle théorie des instances psychiques; l'analyse bioénergétique créée par deux élèves de Wilhelm Reich (1933), Jonh Pierrakos (1977; 1991) et Alexander Lowen (1977; 1979); le co-conseil créé par Harvey Jackins (1965); la psychothérapie non-directive centrée sur la personne créée par Carl Rogers (1961;1970;1980); le psychodrame créé par Jacob-Levy Moreno (1934; 1965)."

Ces nouvelles théories et nouvelles thérapies – nom d'ensemble sous lequel elles se sont diffusées en Europe, particulièrement en France – avaient en commun, d'une part, l'attention qu'elles portaient au registre émotionnel et corporel; d'autre part, au groupe comme composant de la construction du psychisme individuel, ces registres étant aussi des éléments importants dans le travail psychothérapeutique.

Par ailleurs, la plupart des théoriciens (Rogers, Pierrakos...) développent une vision anthropologique de l'être humain positive, éloignée des théories binaires – bien/mal, culture/nature –, analogues à celle que développe Freud.

Dans un premier temps, ces nouvelles théories et pratiques sont présentées par leurs créateurs – et les écoles qu'ils avaient créées – comme des blocs théoriques hétérogènes, souvent à prétention scientifique excluant les autres approches – selon une épistémologie fermée, peu intégrative, que Max Pagès (1986) a analysé dans *Trace ou sens, le système émotionnel*. Les nombreuses querelles théoriques

qu'a connues le développement de la psychanalyse, en particulier en France, sont passibles de la même analyse.

Les psychothérapeutes de ma génération ont fait l'expérience personnelle positive de multiples et diverses psychanalyses ou psychothérapies. Le souci scientifique des psychologues de la génération précédente les a conduits à se méfier, sinon honnir, les tentatives d'intégration des théories et des techniques psychothérapeutiques. La question qui domine dans les publications des psychothérapeutes de ma génération est de savoir si ces théories et ces techniques qui nous ont été enseignées comme hétérodoxes, dont nous avons éprouvé les effets positifs variés dans nos psychothérapies ou psychanalyses personnelles, sont réellement aussi différentes les unes des autres? N'ont-elles pas, sous des concepts ayant des noms différents, des éléments communs? Quelle est la nature de leurs différences quand elles existent? Quelles en sont les possibilités théoriques et techniques d'intégration?

Ces nouvelles thérapies ont fait l'objet en France – à la différence des Etats Unis et des pays nordiques d'Europe où elles ont été enseignées tant par des écoles professionnelles privées que par les universités d'État – d'un rejet puissant de la part des psychologues et des psychanalystes. Ce sont principalement les psychosociologues qui s'y sont intéressés et les ont fait connaître, eux dont les savoirs ont un fondement théorique multiréférentiel. Ce constat explique en partie pourquoi la question théorique de l'intégration a été rapidement posée en France.

Alors que leurs inventeurs les opposaient, nous avons au contraire recherché en quoi ces théories et ces pratiques étaient peut-être en partie inconciliables, mais aussi parfois identiques et parfois complémentaires sur certains points théoriques ou techniques.

Nous avons aussi eu l'intuition et l'expérience qu'elles pouvaient apporter des outils de compréhension et d'action plus variés que chacune des mono-théories, aussi riches et complexes soient-elles, pour l'accompagnement des patients, individuellement ou en groupe.

Cette approche de la psychothérapie doit beaucoup, sur le plan théorique, aux travaux de Pagès, principalement ses deux livres *Trace ou sens* (1986) et *Psychothérapie et complexité* (1993), quand il construit, en résonance avec ceux d'Edgar Morin, l'épistémologie de la complexité. Cette réflexion intégrative a été poursuivie par Vincent de Gaulejac de *La névrose de classe* (1987) et jusqu'à son ouvrage plus récent *Qui est "Je"? : sociologie clinique du sujet* (2009) et par moi-même dans

mon travail sur les patients limites: *Les patients-limites. Psychanalyse intégrative et psychothérapie* (2010).

Dans *Analyse transactionnelle et bioénergie* (1981), Vincent Lenhardt et moi avons illustré cette démarche avec des exemples cliniques. Cela nous a amené à aborder la question de l'intégration théorique en créant le concept de *bioscénarios*. Nous avons aussi expérimenté la richesse de l'intégration de technique: l'*analyse transactionnelle* privilégiant la compréhension analytique comme outil de changement, l'*analyse bioénergétique*, elle, favorisant plutôt le travail émotionnel et corporel créateur d'*insights*. Cette intégration recherche la prise de conscience étayée sur des ressentis physiques et émotionnels. C'est aussi ce vers quoi tendent une pratique de la psychanalyse incarnée, la gestalt-thérapie, le travail émotionnel rogérien, les méditations, et dont tous s'accordent à reconnaître la nécessité sous le concept de *conscience sensible*.

Le groupe de recherche créé par Max Pagès à Paris 7 – et qui a poursuivi ses travaux dans le cadre de la Faculté Libre de Développement Personnel puis de la Faculté Libre – nourri par les élaborations théoriques de psychothérapie et complexité, a conduit à la création de la Fédération Française de Psychothérapie Intégrative, en relation avec l'Association Européenne de Psychothérapie Intégrative. En juin 1998, Philippe Grauer, Max Pages et moi-même avons publié le *Manifeste de la Psychothérapie intégrative*.

J'ai choisi d'illustrer cette approche en la mettant en œuvre dans ma thèse de doctorat sur les patients-limites publiée par Desclée de Brouwer, en 1997. Je constatais que la théorie psychanalytique freudienne ne donnait pas de ces patients une théorie nosographique satisfaisante. D'autre part, que les psychanalystes classiques avaient renoncé depuis longtemps à la technique du divan pour le traitement de ces patients. Je montrais qu'une théorisation et une clinique "complexes" étaient incontournables pour comprendre et accompagner ces patients.

Théorie intégrative

La recherche en psychothérapie intégrative s'est développée aux États-Unis dans les années 1990. La publication la plus marquante est l'ouvrage *Psychothérapie intégrative* de M. R. Godfried et J. C. Newman (1996), publié en France par Desclée de Brouwer.

Nos collègues anglo-saxons distinguent l'approche éclectique et l'approche intégrative. L'approche éclectique – illustrée par la métaphore de la boîte à outils – consiste à prendre sur le plan théorique des concepts issus de théories différentes

sans se préoccuper de leur cohérence à partir du moment où ils ont une efficacité heuristique par rapport à l'objet-sujet étudié. Par exemple, pour établir le diagnostic d'un patient,

[...] il y a une structure psychique névrotique de type obsessionnel (concept psychodynamique proposé par Jean Bergeret, 1996) et une armure corporelle masochiste (concept de l'analyse bioénergétique lowenienne).

L'approche éclectique concerne aussi l'utilisation de techniques psychothérapeutiques ayant leur origine dans des approches théoriques a priori différentes. Par exemple, l'utilisation de la technique de la chaise chaude (issue du travail clinique gestaltiste) pour l'exploration d'un rêve avec l'utilisation d'interprétations (issues d'une élaboration freudienne ou junguienne du rêve).

L'approche éclectique est le premier niveau de l'intégration. Elle repose surtout sur l'intuition, elle-même complexe, que le psychothérapeute utilise dans son travail avec le patient, davantage que sur une intégration théorique élaborée. Elle donne dans la relation patient-thérapeute des actions verbales, émotionnelles, corporelles "spontanées" plus riches souvent que les interprétations distanciées.

Toutes les créations théoriques fortes dans le domaine du psychisme ont été des tentatives théoriques d'intégration: depuis la psychanalyse qui intégrait dans les concepts de pulsion et d'instances psychiques l'énergétique mesmérénienne et la nosographie mécanique des psychologues de la caractérologie, jusqu'à la programmation neurolinguistique dont c'est ouvertement le pari épistémologique.

Passer de la diversité des théories partielles à une métathéorie qui permette de les intégrer a été l'ambition des psychothérapeutes de ma génération. L'épistémologie structuraliste lacanienne pour intégrer les multiples théories (kleinienne, winnicottienne, junguienne) apparues dans le champ des psychanalyses; l'épistémologie systémiste permettant l'intégration des théories allant du neurobiologique au social, pour les théories concernant le fonctionnement de l'être humain étudié de façon holistique.

Le modèle que nous proposons postule que l'être humain est un système de quatre systèmes: corporel, émotionnel, langagier et socio-familial. Ces systèmes ont chacun leurs lois propres de fonctionnement; ils sont en interaction constante; introduire un changement pour l'un d'entre eux entraîne des changements dans l'ensemble mais on constate aussi des phénomènes de résistance de l'un ou l'autre de ces systèmes qui freinent le changement de l'ensemble.

Les interactions les plus étudiées sont celles qui concernent le système langagier et le système socio-familial. Mais le système socio-mental modélise l'utilisation des corps, tant dans leur expression que dans les relations amoureuses et dans les relations de pouvoir qu'ont les êtres humains entre eux.

Une illustration de cette affirmation est remarquablement offerte dans l'étude *Les mains maniéristes* faite par Hector Obalk dans les portraits à la cour des Médicis (2015): la main peinte répond au code social. Les mains d'un membre de l'aristocratie ne sont pas faites pour saisir ou tenir, hormis des objets symboles d'appartenance de classe (livre ou arme ou lettre dont on voit qu'elle est écrite). Elles flottent comme des fleurs ou des papillons, elles effleurent les cordes d'un luth. Ce style reflète la *bella maniera* de se tenir, progressivement élaborée par la vie de cour (Baldassare Castiglione, 1997 [1528]).

Une autre expérience de la façon dont les corps sont façonnés – toujours actuelle celle-ci – est donnée par la façon de se tenir à table: buste droit, avant-bras à peine posés sur le bord de la table et libres de mouvement sont les héritages du maniérisme aristocratique élaboré à partir de la Renaissance.

Enfin la façon de marcher, le corps et les jambes droits, à l'opposé de celle des lutteurs ou des marins, indique que le haut du corps doit être libéré de la contrainte de la lutte physique, au détriment de l'enracinement physique et psychologique. Toujours dans l'éducation des corps, la rigidité et le mouvement mécanique des militaires ont pour effet d'empêcher l'accès aux émotions, ainsi durement inhibées. C'est ce que Bourdieu appelait l'incorporation des *habitus*.

Notre théorisation du fonctionnement humain, l'être humain est un système:

- Lorsque nous examinons les théories "partielles" multiples concernant le fonctionnement de l'être humain au plan psychique, nous constatons qu'elles ont des énoncés en partie complémentaires, en particulier si on les regarde comme spécifiques à des *niveaux d'être du sujet* compris comme un système de systèmes en interrelation mais ayant chacun ses lois propres les systèmes corporel et émotionnel théorisé par les travaux de Reich, Lowen, Pierrakos, Pagès, le système psychique et langagier exploré par les travaux psychanalytiques; et leur articulation avec le système social abordée notamment par de Gaulejac.
- On peut aussi les regarder à travers une perspective développementale avec deux notions: celle d'étayage des systèmes corporel et psychique, et celle des stades de développement – les théories

reichiennes et kleinienne éclairant ce qui se passe dans les stades “archaïques” et les théories freudiennes ce qui caractérise les stades proches du stade génital-socialisé, autrement dit, œdipien.

▫ Mais ces théories ont des énoncés en partie contradictoires, ce qui rend leur articulation parfois difficile, parfois impossible. Par exemple: l’interdit du toucher affirmé par les psychanalystes et la nécessité du toucher soutenue par ma théorie de la régression. Autre exemple: l’affirmation de la nécessité de la frustration pour empêcher l’activité motrice du patient et le contraindre à remplacer la jouissance du passage à l’acte par une compréhension mentale *versus* l’affirmation de l’utilité de la mise en acte dans le psychodrame et dans les théories reichiennes et néo-reichiennes.

Les savoirs psychothérapeutiques dans les psychothérapies relationnelles ne peuvent s’acquérir qu’à travers une expérience personnelle du thérapeute dans ces divers cadres de travail et dans la forme spécifique d’accompagnement thérapeutique qu’il a reçue. Cela demande du temps.

Dans cet esprit, la recherche d’intégration est un enjeu, tant pour le patient que pour le psychothérapeute, pour le champ de la psychothérapie dans son ensemble.

L’approche intégrative réelle – au-delà de l’éclectisme – qui suppose une mise en cohérence des divers cadres théoriques doit se faire sans opérer un réductionnisme théorique au profit de l’un ou de l’autre des systèmes mis en relation. C’est contre cette erreur que Pagès (1986) nous met en garde dans *Trace ou sens*. C’est celle contre laquelle s’élève de Gaulejac (2011) – après Robert Castel (1996) – quand il stigmatise le psychologisme de l’analyse des souffrances au travail, tout en montrant le sens politique du déni des facteurs sociologiques de cette pathologie: empêcher la mise en évidence des effets destructeurs, pour les individus et les groupes, de l’évolution des pratiques managériales et de l’hyper-capitalisme financier qui dénie la solidarité (la fraternité) du lien fondamental entre les êtres humains.

En France, Edmond Marc (2002; 2008; 2014) et Edmond Marc et Christine Bonnal (2014) contribuent au développement de l’approche intégrative aussi bien dans le domaine de la psychothérapie individuelle que de la psychothérapie de groupe. Ce que décrit Alain Amselek (2012) de son écoute en tant que psychanalyste de “Être-en-corps” est, à sa façon, intégratif.

De la thérapie intégrative à la psychanalyse intégrative

La sociologie clinique a démontré dans les séminaires “Histoire de vie et choix théoriques” le lien entre l’expérience existentielle du théoricien et ses travaux scientifiques.

J’ai abordé mon travail thérapeutique personnel par les groupes. La confrontation avec la figure parentale – un mélange d’éléments de père et de mère – seul à seul était trop effrayante pour moi pour que j’entre en psychanalyse classique. De plus, les approches émotionnelles et corporelles en groupe représentaient un accès plus doux à ma vie inconsciente – le groupe comme espace fraternel protecteur me permettant un meilleur contrôle dans mes prises de risque de dévoilement – que la recherche de mes fantasmes.

Ayant participé aux expériences que Max Pagès, alors assistant dans l’enseignement de la psychosociologie à la Sorbonne, menait sur la conduite non-directive de grands groupes (500 étudiants pendant trois heures dans l’amphithéâtre Richelieu), j’étais effrayé et fasciné par le pouvoir de ce psychologue-gourou, mais aussi rassuré par les théories rogériennes de non-directivité et de valorisation de la vie émotionnelle qu’il enseignait à cette époque. J’ai suivi plusieurs années son groupe “non-directif” de Charbonnières, développement de ses recherches sur la vie affective des groupes.

Cette expérience du groupe – petit ou grand – m’a conforté dans la conviction de l’existence de l’inconscient, par une autre voie d’accès que celle des groupes de dynamique de groupe à orientation psychanalytique organisés par Didier Anzieu auxquels j’avais aussi participé dans mes études à l’École des Hautes Études Commerciales (HEC).

Par la suite, j’ai découvert le travail corporel et émotionnel dans des groupes conduits par W. Grossman ou G. S. Jones. J’ai alors acquis la conviction que l’accès à/et l’expression de l’inconscient ne se faisaient pas seulement par les rêves, les lapsus, les actes manqués et la technique de l’association libre, comme l’affirmait la psychanalyse freudienne, et que l’association libre sur le divan n’était qu’une des techniques possibles de travail psychanalytique.

Une autre conviction acquise le long de ces années de travail est que “l’inconscient vient dans la surprise”, et que le psychisme du patient utilise la connaissance d’un cadre et d’une technique qui lui devient familière comme défense contre le retour du refoulé. Après cinq années de travail personnel individuel et de groupe

avec John Pierrakos, qui m’a beaucoup appris à résoudre certains de mes conflits inconscients, j’ai fait l’expérience que cette technique était contrôlée par mon psychisme. Parlant dans une séance d’une situation avec l’émotion qui l’accompagnait, je me suis dit: voilà la réponse de John que je prévois, ce qu’elle a été. J’ai compris que la surprise était terminée et qu’il fallait que j’aie me confronter à une autre approche psychothérapeutique.

J’ai décidé alors de faire une psychanalyse avec L. Kock, psychanalyste lacanien. Cette analyse a duré 11 ans, avec une formation de psychanalyste et une supervision de mon travail de psychothérapeute les trois dernières années. La réponse de L. Kock à ma question: “Mais vous êtes analyste!” a conforté mon image de moi-même comme tel; paradoxalement, elle m’a aussi permis de quitter les psychanalystes du *champ psychanalytique et social* qui n’avaient pour référence théorique que Lacan.

J’ai mis du temps avant de m’affirmer socialement comme psychanalyste. “Se reconnaître de soi-même... et de quelques autres”, répondait Lacan. En France, “les quelques autres” réunis en institutions montraient un tel rejet pour l’ouverture théorique et technique – voir combien de temps il a fallu aux psychanalystes français pour reconnaître l’importance des œuvres de Klein, Winnicott ou de l’école hongroise! – et une telle arrogance dans les relations avec les “nouveaux” thérapeutes qu’il était nécessaire de peser longuement la légitimité de cette affirmation.

Dans mes travaux sur la psychothérapie intégrative et sur la clinique des patients-limites, une fois affirmée la primauté de l’inconscient (encore que cette conviction n’invalide pas pour moi les positions théoriques de la gestalt-thérapie ou de l’analyse transactionnelle qui ne se fondent pas sur le phénomène de l’inconscient et le travail psychothérapeutique qui en résulte), j’ai questionné la démarche technique: comment, en plus de l’articulation théorique entre des systèmes phénoménologiques différents (neurobiologique, corporel, émotionnel, langagier, socio-familial), articuler des techniques qui s’adressent spécifiquement à chacun de ces systèmes? A quel moment et pourquoi passer d’un travail analytique verbal à un travail émotionnel corporel? A quel moment et pourquoi passer d’une écoute non-directive qui favorise la libre-association à des propositions venant du psychothérapeute et orientant le travail du patient soit vers un contenu différent, soit vers un niveau du vécu différent (verbal *versus* émotionnel ou l’inverse, émotionnel *versus* corporel, corporel *versus* verbal)? Quel effet ces variations techniques ont-elles sur le transfert? Sur le contre-transfert?

Ces questions étaient déjà abordées par les psychanalystes qui choisissaient le face à face pour les patients qui ne pouvaient entrer dans la cadre classique du divan;

par ceux qui envoyaient leurs patients dans des expériences de groupe comme le psychodrame; par ceux qui pratiquent la double conduite (un psychanalyste homme et une psychanalyste femme) avec les patients d'organisation psychique limite ou psychotique. Mais ces questions deviennent plus complexes lorsqu'il s'agit d'articuler des théories et des techniques d'abord perçues comme hétérogènes.

Mon expérience de patient puis de psychothérapeute à travers des cadres psychothérapeutiques différents m'a conduit à découvrir l'importance de la régression dans toutes les formes de psychothérapie (psychanalytiques incluses) et dans le travail psychothérapeutique. Ce phénomène psychique que Freud considérait tout d'abord comme un mécanisme de défense, donc comme une résistance dans le travail d'anamnèse, m'est apparu après Winnicott et Balint, comme utile pour le retour du refoulé et un outil puissant dans la relation de transfert et de contre-transfert pour la réorganisation psychique du patient, la résolution de ses conflits inconscients et, au mieux, ses prises de conscience.

Ayant d'une part la théorie systémiste intégrative et, d'autre part, la technique du travail avec la régression, je pouvais énoncer ce qu'est la psychanalyse intégrative: fondée sur l'expérience de l'inconscient, travail dans la relation de transfert et de contre-transfert, technique adaptée à la personnalité du patient et à sa régression dans la cure. Mon livre sur les patients-limites en est une défense et illustration.

Un élément important de la compréhension du travail fait dans une psychanalyse intégrative est la reconnaissance de l'existence d'un champ commun constitué d'éléments conscients et inconscients du patient et de l'analyste et influençant l'un et l'autre, constamment à l'œuvre dans le processus thérapeutique. Ce champ est un espace de transformation au service du patient. C'est dans ce champ, en utilisant son savoir théorique, ses capacités techniques et son être relationnel que l'analyste trouvera la bonne "réponse" dont le patient a besoin et la façon de la mettre en œuvre dans leur relation.

L'apport de la sociologie clinique à la théorie et à la pratique thérapeutique

Le modèle théorique systémiste de la psychanalyse intégrative pose la question des articulations entre ces systèmes. J'ai débattu de l'articulation entre ces systèmes dans mon livre sur les patients-limites, dans le chapitre "Du système émotionnel à l'objet complexe", en partant du modèle proposé par Pagès (1993) dans *Psychothérapie et complexité* et en le complétant (Fourcade, 1997).

Le système socio-familial peut être abordé dans l'analyse par la façon dont les données sociologiques et culturelles ont façonné le psychisme du sujet. Ainsi que le rappelle de Gaulejac – pour ce qui est de la psychanalyse classique –, c'est la façon dont ils s'articulent dans la vie fantasmatique du patient, les conflits et les espoirs dont ils sont la cause, qui sont centraux. La connaissance des faits sociaux ne serait pas en soi outil de changement. Il s'oppose légitimement à cette restriction dans les rapports entre inconscient et savoir conscient. Même si le rapport subjectif à la réalité sociale et culturelle est au centre de la transformation du sujet, nous avons de nombreux exemples de l'interaction positive entre la prise de conscience des réalités sociales objectives et le dépassement des conflits inconscients qu'elles ont créés.

Les psychanalystes ne l'ignorent pas quant à certains moments de l'analyse ils conseillent à leur patient de ne plus lire ou que le patient lui-même rejette la lecture ("Je suis incapable de lire en ce moment") – lorsque le savoir intellectuel fait résistance au travail sur l'inconscient alors qu'à d'autres moments ils suggèrent au patient tel ou tel ouvrage – la compréhension intellectuelle mettant alors fin à la dissonance entre pensée et vécu.

La construction psychique des articulations entre les systèmes langagier et socio-familial, ce dernier incluant les rapports de classe sociale (donc de pouvoir) et les éléments culturels (les normes, les mentalités, les croyances religieuses, les croyances politiques etc.) donne lieu à ce que Pagès a appelé des "agglomérats névrotiques". Des éléments d'un système se coagulent de façon inconsciente à des éléments d'un autre système et rendent le conflit inconscient encore plus inconscient et plus difficile à résoudre. Par exemple, l'ambivalence affective et sexuelle de la période œdipienne s'agglomérant avec l'ambivalence affective et politique des rapports de classe dans le cas des sujets en ascension ou en déclin social.

Un cas illustrant le concept d'agglomérat névrotique

Ce cas illustre les articulations entre système langagier œdipien et système socio-familial. Brigitte est une femme de 50 ans qui vient me voir en grande détresse dont elle m'énonce la cause ainsi: elle a une fille de 25 ans anorexique-boulimique qui est en conflit permanent avec elle, et elle ne sait plus quoi faire pour faire évoluer leur relation.

Elle a eu à 18 ans un premier enfant F. hors mariage, avec un homme qui a reconnu l'enfant mais a refusé de vivre avec elle. Elle a commencé à travailler pour élever cet

enfant. Lorsque cet enfant avait huit ans, elle a rencontré un homme avec qui elle s'est mariée. Elle a eu deux enfants avec cet homme: la fille C. qui a maintenant 25 ans et un garçon qui a 17 ans.

L'homme avec lequel elle s'est mariée s'est occupé du premier enfant comme s'il était son enfant, de la même façon qu'il a élevé les deux autres enfants conçus avec ma patiente. Cependant, le père de ce garçon continuait à donner une pension alimentaire pour cet enfant et à le voir régulièrement.

Mon mari et le père de F. ont établi de bonnes relations; et mon mari laissait au père de F. les décisions concernant F. [...] Le problème actuel vient de ce que mon mari a eu avec ma fille une relation très forte, exclusive, et que ma fille m'a très vite rejetée. Au lieu de me donner ma place auprès de ma fille, mon mari lui donnait toujours raison contre moi et prenait seul avec elle les décisions la concernant, des plus petites aux plus importantes. J'ai souvent protesté contre cette situation, sans résultat. Dans la famille de mon mari, les relations affectives sont très fusionnelles et il n'y a pas de place pour les conflits ni pour l'expression des désaccords et des sentiments "négatifs". Dans la mienne, l'expression des désaccords est possible, le rappel des règles à respecter pour vivre ensemble permanent. Les marques d'affection sont données plus par les actes que par les mots ou des manifestations de tendresse. Peut-être aussi ma personnalité plus intellectuelle qu'affective... Toujours est-il que la tendresse entre ma fille et mon mari a toujours été exclusive. Pour moi, venant d'elle, il n'y a que l'agressivité. Mon mari me reproche de ne pas aimer C. Je lui reproche de laisser C. se comporter sans aucun respect pour les autres à la maison et en particuliers envers moi. C'est cela qui est la cause de la maladie de ma fille. Quant à notre garçon commun, il ne dit pas un mot, n'exprime pas un désir ou une volonté avec nous, alors que je sais par ses copains qu'il est très vivant et très actif avec eux (Brigitte).

En écoutant ma patiente et en échangeant avec elle, je trouvais que ses descriptions des relations et les analyses qu'elle en produisait étaient fines et justes. Je lui en ai fait part et lui ai demandé si elle les communiquait à son mari. Elle me dit qu'elle l'avait fait, mais que son mari ne les acceptait pas. À plusieurs moments dans les séances, elle exprimait une énorme colère mêlée à du désespoir, augmenté par le fait de se sentir impuissante dans cette situation.

J'ai eu progressivement le sentiment que, même si elle faisait part à son mari de ses analyses, en revanche elle ne lui communiquait pas ses sentiments avec la force qu'ils avaient dans les séances. Code social? Personnalité plus intellectuelle qu'affective? Lorsque je lui en ai fait part, elle me dit:

Si je dis ma colère à mon mari, ce sera la fin de notre relation!

Cette réponse m’a partiellement surpris car ce qu’elle décrivait par ailleurs des comportements de son mari montrait l’exagération d’une telle croyance.

Peu à peu, je pris conscience que ma patiente parlait des relations entre elle, son mari et les deux enfants qu’elle avait eus avec lui, mais jamais des relations entre le premier enfant qu’elle avait eu et les autres membres de la famille, alors que ce garçon avait vécu dix ans avec eux et que, bien qu’ayant maintenant sa vie familiale personnelle, il continuait à les voir fréquemment. Dans ses descriptions de la genèse des relations entre elle, son mari, et leurs deux enfants, le premier né était aussi absent. Je me suis donc interrogé sur les raisons de cette absence.

J’ai perçu qu’un partage implicite des enfants fonctionnait entre elle et son mari. À elle son premier né, à lui leur fille. À elle libre cours pour élever ce garçon “comme elle l’entendait” – à la façon dont on élevait les enfants dans sa famille d’origine à elle –, à lui le lien fusionnel excluant le tiers séparateur, les désaccords et les conflits – comme on trouvait normal de vivre les relations affectives et l’éducation dans sa famille d’origine à lui.

Mais le conflit inconscient qui paralysait ma patiente venait aussi d’une autre dimension, socioculturelle. La famille d’origine de ma patiente appartenait à la grande bourgeoisie conservatrice. Avoir un enfant hors du mariage était dans cette famille une faute et une honte inacceptable dans les années 1980. Après la naissance de cet enfant, les relations entre ma patiente et sa famille ont été très distendues. Elle fit plusieurs fois allusion dans les séances aux difficultés qu’elle avait eues pour élever, seule et isolée, cet enfant jusqu’à huit ans.

Elle avait donc vis-à-vis de son mari qui l’avait aimée malgré sa “faute”, et avait encore accepté cet enfant, une reconnaissance et une dette qu’elle payait en ne s’opposant pas à lui autant que ses sentiments et ses pensées le lui permettaient. De ce conflit inconscient venait sa paralysie et sa peur de dire ses sentiments – colère, haine, désespoir – et ses analyses à son mari, sa peur devant ses sentiments négatifs à elle vis-à-vis de son mari et de sa fille. Celle-ci montrait d’ailleurs par ses paroles et ses actes qu’elle avait bien perçu la relative incapacité de sa mère à changer une situation dans laquelle elle – l’enfant confortée par son père – jouissait d’une toute puissance dont l’anorexie-boulimie était l’incorporation dramatique.

Sans la conscience de l’importance des rapports de classe, des conflits entre cultures familiales, de ce que les historiens appellent l’histoire des mentalités, je n’aurais pas

compris dans ce cas le rôle déterminant qu'ils jouaient dans les conflits inconscients de cette patiente. Avec elle et avec chacun de mes patients je n'hésite pas à partager avec eux mon analyse des effets psychologiques des réalités sociales et je constate quel soulagement leur apporte d'en parler ainsi que de la part qu'ils ont eu dans leur construction, leur souffrance mais aussi leur résilience.

La sociologie clinique dans la compréhension psychanalytique des évolutions historiques du psychisme

Le livre collectif publié sous la direction de Nicole Aubert (2006), *L'individu hypermoderne*, a apporté des éléments de réponses à la question que je me posais: comment expliquer l'évolution de la patientèle depuis les années 1970 – une augmentation des patients-limites et une diminution considérable des patients d'organisation psychique névrotique? Cette évolution des pathologies étant générale à tout le monde occidental, illustrée par la remarque d'un de mes collègues new-yorkais: "Nos patients ne viennent plus nous voir pour des pathologies liées à l'argent ou à la sexualité mais parce qu'ils ne savent pas qui ils sont!".

Les changements des repères individuels dans la société hypermoderne occidentale, et cela concerne autant ses bénéficiaires que ceux qui accèdent à son "*way of life*" et ses normes accompagnent les grands changements sociaux:

- ▣ La régression des religions monothéistes masculines et des institutions qui les représentent;
- ▣ L'affaiblissement du rôle joué par les institutions organisatrices de la vie sociale: l'école, l'armée, l'État, le parti politique, le syndicat;
- ▣ La mondialisation de l'économie et les bouleversements que cela provoque dans les structures économiques antérieures: économie nationale, rapport patronat/syndicat, délocalisations, disparition des patrons remplacés par des conseils lointains;
- ▣ Le "triomphe" du système économique libéral qui promettait liberté, ouverture et progrès, et aboutit dans la logique capitaliste à une marchandisation du sens, à un mode de vie dans lequel la consommation s'impose comme seule valeur de référence avec comme seuls repères l'efficacité, l'utilité, l'argent, la compétition et l'urgence, à l'opposé des valeurs d'épanouissement individuel et collectif et de resserrement du lien social;

- L'évolution des places de l'homme et de la femme, biologiquement, économiquement, socialement avec une montée du matriarcat et l'évolution des structures familiales (parent unique, homoparentalité, famille recomposée ou multiple...);
- Les transformations des technologies de l'information, avec une montée de l'image idéale: du corps, de la réussite etc.;
- La porte de l'investissement symbolique positif du lieu de vie;
- La multiculturalité.

Ainsi s'est transformé notre système socio-familial. Ces changements ont aussi été étudiés par François de Singly (2007; 2009) pour les caractéristiques "limites" actuelles de l'individu, par Jean-Claude Kaufmann (2014) pour l'éclatement de l'identité, par Irène Théry (2016) pour la compréhension de la notion de "genre" et ses conséquences sur le droit de la famille et de la filiation.

Les caractéristiques de l'individu hypermoderne décrites par mes collègues sociologues sont plus proches de celle des patients-limites que de celles de sujets d'organisation psychique névrotique à laquelle ils tentaient de façon théorique de rattacher ces caractéristiques (Rhéaume & Gaulejac in Aubert, 2006). Mauvais contrôle pulsionnel et émotionnel, faiblesse de la capacité à supporter la frustration, image de soi floue, narcissisme primaire fragile et narcissisme secondaire défaillant, attachement ambivalent à une entité autre que soi pour soutenir un moi faible, pathologie marquée par l'addiction: autant de caractéristiques qui décrivent les patients limites. Les repères théoriques de la psychanalyse freudienne sont insuffisants pour comprendre cette transformation; ils ont de plus comme conséquences de les rattacher à une compréhension de la normalité et de la pathologie (stades de développement, perversions) qu'il faut dépasser pour comprendre cette évolution.

Les structures psychiques telles que les théorisent Freud et la psychanalyse, en faisant du père – et du nom du père – le garant de l'interdit de l'inceste fondateur du lien social, n'ont-elles pas une pertinence limitée aux sociétés patriarcales anciennes?

Les anthropologues cherchaient pendant la première moitié du XXème siècle à caractériser la "personnalité de base" dans différentes cultures. Ce que la psychanalyse décrit comme l'aboutissement "normal" des stades du développement humain – la structure psychique névrotique –, n'est-il pas en train de changer avec notre

société? La “personnalité-limite” est l’état psychique normal de l’homme hypermoderne “normal”, avec, par ailleurs, ses diverses formes de pathologies.

Si j’ai choisi de donner à mon dernier livre le titre *Les personnalités-limites*, alors que j’avais intitulé celui que j’ai publié en 1997 *Les patients-limites*, c’est parce qu’avec l’expérience et la réflexion, principalement sur la part des données d’ordre sociologique dans la construction de cette organisation psychique, l’idée s’est imposée progressivement à moi qu’il ne faut plus – ainsi que le fait tout le courant psychiatrique et psychanalytique – considérer cette organisation psychique comme un “défaut”, une erreur dans le développement de l’être humain. C’est en effet ainsi qu’elle apparaît dans les travaux de Otto Kernberg (1979; 1980) et de Jean Bergeret (1996).

Par rapport au modèle freudien des stades de développement, l’état limite est celui d’un sujet qui n’accède pas au stade génital-œdipien qui est l’aboutissement “normal” du développement. Les théories psychanalytiques se sont trouvées avec un problème théorique identique dans le débat sur la place de l’homosexualité par rapport au modèle du développement psycho-sexuel freudien.

Le rôle joué par les facteurs sociologiques dans la construction psychologique est traité comme si celle-ci contenait des invariants, que les facteurs psychologiques avaient leur nature et leurs lois propres indépendamment du contexte social, les pathologies ne venant que d’un dysfonctionnement des seuls facteurs psychologiques. Tout au long du XXème siècle, le mouvement “culturaliste”, dont la représentante la plus éminente est Karen Horney (1950), a insisté sur l’importance des normes sociales dans la construction du sujet psychologique.

La personnalité-limite est l’organisation psychique normale dans la société occidentale du XXIème siècle, avec ses pathologies propres, comme la personnalité de structure névrotique n’est normale que par rapport à la société patriarcale occidentale du XIXème siècle. La compréhension de l’influence des facteurs sociaux permet de dépasser la conception freudienne des stades de développement. Cette organisation psychique du modèle des stades de développement.

Une des difficultés est alors de décrire cette organisation psychique en abandonnant une partie des concepts théoriques freudiens tout en en conservant certains. La théorisation systémique garde la notion de stades du développement, la notion d’instances psychiques – en particulier celle d’“idéal du moi” – mais elle rejette la notion d’autonomie quasi absolue du psychisme par rapport au somatique telle qu’elle ressort du modèle freudien et, davantage encore, lacanien. Le modèle systé-

mique a le mérite de penser l'interrelation entre les facteurs corporels, les facteurs psychiques et les faits sociaux, interrelation qui existe de toute évidence.

La personnalité-limite n'est pas une pathologie; c'est une organisation psychique particulière avec ses caractéristiques propres. Elle est peut-être en passe de devenir la plus fréquente dans les sociétés occidentales développées. Elle a ses formes de pathologie différentes des pathologies des personnalités d'organisation psychique névrotique, et il est important d'apprendre à distinguer ses manifestations normales et pathologiques.

Conclusion

Voici quelques unes des questions auxquelles tout cela conduit:

- De la même façon que Darwin a mis en évidence les mutations du biologique, y-a-t-il des mutations du psychisme? Je pense que c'est de cela qu'Auguste Comte avait l'intuition quand il a formulé sa loi des trois états de l'Humanité: l'animiste, le théologique et le positif (le rationnel). Un exemple de mutation psychique est la transformation de la perception visuelle par l'intégration des lois de la perspective, à la Renaissance.
- Le modèle freudien qui fait du complexe d'Œdipe l'organisateur central est-il suffisant pour comprendre notre société. Doit-il être remplacé par un modèle différent, "post-freudien", des personnalités-limites?
- Comment se fait le passage d'une société caractérisée par un modèle dominant d'organisation psychique à un autre? Ce passage crée-t-il des périodes d'anomie?
- Question centrale pour qui se veut "thérapeute": ce que croît le patient, ce que lui prescrit son groupe social concernant ce qui est normal et ce qui est pathologique, de quelle façon cela doit-il être compris et traité?
- Y a-t-il une possibilité chez les thérapeutes d'échapper à l'enfermement dans leurs croyances sur le fonctionnement du psychique "éternel"?
- Dans la doxa professionnelle, quelles sont les pratiques psychothérapeutiques et les modèles qui les sous-tendent en relation avec ce qui est considéré comme le normal et le pathologique?

□ Comment théoriser l'articulation entre sujet social et sujet individuel dans l'épistémologie de la complexité ?

La sociologie clinique permet donc une interrogation fondamentale sur le savoir psychanalytique, sur son évolution, sur les pratiques et les techniques qui en sont les applications, sur l'objectif du travail thérapeutique. En ce sens, l'affirmation de Guy Rosolato (1978) que le travail avec la relation d'inconnu était plus important que celui avec la relation d'objet, thèse reprise à sa façon par Jacqueline Barus-Michel (2004), nous ouvre à une compréhension plus historico-sociologique de la psychanalyse et de l'accompagnement psychothérapeutique. En ce sens les interactions théoriques, méthodologiques et cliniques, entre la psychanalyse et la sociologie clinique et leurs interpellations réciproques sont loin d'être terminées.

Références

AMSELEK, A. *L'écoute de l'intime et de l'invisible, la psychanalyse plus en corps*. Paris: Éditions Cerp, 2012 [2006]

———. *L'ouverture à la vie, la psychanalyse au XIX^{ème} siècle*. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 2010.

AUBERT, N. et alii. *L'individu hypermoderne*. Toulouse: Éditions Érès, 2006.

BARUS-MICHEL, J. *Souffrance, sens et croyance*. Toulouse: Éditions Érès, 2004.

BERGERET, J. *La pathologie narcissique*. Paris: Dunod, 1996.

BERNE, E. *Transactional analysis in psychotherapy*. New York: Grove Press, 1971.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1996.

CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo, Martins Fontes, 1997 [1528].

COOPER, D. *La mort de la famille*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1975.

DOISE, W.; CLEMENCE, A.; LORENZI-CIOLI, F. *Représentations sociales et analyses de données*. Grenoble: Éditions Presses Universitaires de Grenoble, 1992.

DEJOURS, C. *Souffrance en France, la banalisation de l'injustice sociale*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1998.

FOURCADE, J.-M. *Les patients-limites. Psychanalyse intégrative et psychothérapie*. Toulouse : Éditions Érès, 2010.

———. *Les patients-limites. Pour une psychothérapie émotionnelle intégrative*. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 1997.

FRANKL, V. *Découvrir un sens à sa vie*. Paris: Éditions de L'Homme, 1988.

———. *Le dieu inconscient*. Paris: Centurion, 1975.

GAULEJAC, V. de. *Travail. Les raisons de la colère*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2011.

———. *Qui est "Je"? : sociologie clinique du sujet*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2009.

———. *L'histoire en héritage, roman familial et trajectoire sociale*. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 1999.

———. *La névrose de classe*. Paris: Hommes et Groupes, 1987.

GAULEJAC, V. de; TABOADA LEONETTI, I. *La lutte des places*. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 1999.

GAULEJAC, V. de; HANIQUE, F.; ROCHE P. *La sociologie clinique. Enjeux théoriques et méthodologiques*. Paris: Éditions Érès, 2007.

GAULEJAC, V. de; AUBERT, N. *Le coût de l'excellence*. Paris, Les Éditions du Seuil, 1994.

GAULEJAC, V. de; LEGRAND, M. *Intervenir par le récit de vie, entre histoire collective et histoire individuelle*. Paris: Éditions Érès, 1998.

GODFRIED, M. R.; NEWMAN, J. C. *Psychothérapie intégrative*. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 1996.

HORNEY, K. *Neurosis and human Growth*. New York: Norton, 1950.

JACKINS, H. *Neurosis and human Growth*. New York: Norton, 1965 [1950]

KARSANTI, B. *Marcel Mauss, le fait social total*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

KAUFMANN, J.-C.. *Identités: la bombe à retardement*. Paris: Éditions Textuel, 2014.

KERNBERG, O. *La personnalité narcissique*. Toulouse: Privat, 1980.

———. *Les troubles limites de la personnalité*. Toulouse: Privat, 1979.

LAINÉ, T.; KARLIN, D. *La Mort du père, et autres récits du fils*. Paris: Messidor; Éditions Sociales, 1983.

- . *La mal vie*. Paris: Éditions Sociales, 1978.
- . *La raison du plus fou*. Paris: Éditions Sociales, 1977.
- LAING, R. *La politique de la famille*. Paris: Stock, 1972.
- . *Le moi divisé*. Paris: Stock, 1971.
- . *The divided self: an existential study in sanity and madness*. Harmondsworth (UK): Penguin, 1960.
- LALLEMENT, M. *Le travail, une sociologie contemporaine*. Paris: Gallimard, Collection "Folio Essai", 2007.
- LENHARDT, V.;FOURCADE J. M. *Analyse transactionnelle et bioénergie*. Paris: J. P. Delarge; Éditions Universitaires, 1981.
- LOWEN, A. *La bioénergie*. Paris: Sand & Tchou, Collection "Le Corps à Vivre", 1979.
- . *Le langage du corps*. Paris: Sand & Tchou, 1977.
- MARC, E. *Le guide pratique de nouvelles thérapies*. Paris: Retz, 2008.
- . *Le changement en psychothérapie*. Paris: Dunod, 2002.
- MARC E.; BONNAL C. *Le groupe thérapeutique. Approche intégrative*. Paris: Dunod, 2014.
- May, R. The meaning of anxiety. *Psychosomatic Medicine*, v. 14, n. 3, p. 237. Revised edition. New York, 1967.
- MORENO, J.-L. Psychodrama in action. *Group Psychotherapy*, v. 18, n. 1-2, p. 87-117, 1965.
- . Who shall survive?: A new approach to the problem of human interrelations. *Nervous and Mental Disease Monograph Series*, n. 58. Nervous and Mental Disease Publishing Co., 1934. Disponível em: <<https://doi.org/10.1037/10648-000>>.
- MORIN, E. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: Les Édition du Seuil, 2005.
- OIGEN, R. *L'éthique aujourd'hui: maximalistes et minimalistes*. Paris: Gallimard, 2007.
- PAGÈS, M. *Psychothérapie et complexité*. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 1993.
- . *Trace ou sens, le système émotionnel*. Paris: Hommes et Groupes, 1986.

PERLS, F. *Gestalt approach and eye witness to therapy*. Palo Alto (CA): Science and Behavior Books, 1973.

PIERRAKOS, J. *The core energetic process; the institute for the new age of man*. New York: Institute for the New Age, 1977.

———. *Le noyau énergétique de l'être humain*. Paris: Sand, 1991.

POLANYI, K. Contre la société du tout marchand. *Revue du Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales (Mauss)*, n. 29. Paris: La Découverte, 2007.

———. *La grande transformation aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard, 1972.

REICH, W. *L'analyse caractérielle*. Paris: Payot, 1974 [1933].

ROGERS, C. (1980). Growing old – or older and growing. *J. Humanistic Psychology*, v. 20, n. 4, p. 5-16, 1980. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/002216788002000403>>.

———. A revolutionary program for graduate education. *Libr Coll J*, v. 3, n. 2, p. 16-26, 1970.

———. *Le développement de la personne*. Paris: Dunod, 1961.

ROSOLATO, G. *La relation d'inconnu*. Paris: Gallimard, 1978.

SALMON, A. *La tentation éthique du capitalisme*. Paris: Éditions La Découverte, 2007.

SAINSAULIEU, R. *L'identité au travail*. Paris. Édition des Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1988.

SCHUTZ, W. *L'élément humain*. Paris: InterEditions, 2006.

———. *Joy expanding human awareness*. New York: Grove Press, 1967.

SINGLY, F. de; MARTUCCELLI, D. *Les sociologies de l'individu*. Paris: Armand Colin, Collection "128", 2009.

———. *L'injustice ménagère*. Paris: Armand Colin, 2007.

THÉRY, I. *Mariage et filiation pour tous: une métamorphose inachevée*. Paris: Les Éditions du Seuil, Collection "La république des idées", 2016.



A desesperança do jovem e o suicídio como solução

Recebido: 04.10.19
Aprovado: 11.12.19

Maria Aparecida Penso*
& Denise Pereira Alves de Sena**

Resumo: O suicídio é uma das três maiores causas de morte entre jovens de 15 a 29 anos no mundo. Compreender este fenômeno tem sido um grande desafio para todos. Por meio de uma revisão de literatura, este artigo pretendeu avaliar a interdependência entre as complexas relações sociais da contemporaneidade, sua influência na construção identitária dos jovens e a morte intencional como saída para dores emocionais. Por se tratar de um grave problema mundial de saúde pública, os números, mesmo subestimados, são assustadores. Para cada suicídio que acontece, houve entre 10 e 20 tentativas, e cada morte por suicídio afeta emocionalmente outras 60 pessoas próximas à vítima. Conclui-se que o suicídio é um fenômeno social que surge como um pedido de socorro dos jovens à família e à sociedade, uma vez que os eventos que ocorrem na exterioridade das frágeis relações sociais impactam diretamente na formação da subjetividade do ser.

Palavras-chave: Suicídio. Jovens. Aceleração social. Solidão. Vulnerabilidade.

Young people's hopelessness and suicide as a solution

Abstract: *Suicide is one of the three leading causes of death among 15 to 29 year old in the world. Understanding this phenomenon has been a great challenge for everyone. Through a literature review, this article intended to evaluate the interdependence between the complex social relations of contemporaneity, its influence on the identity construction of young people and intentional death as an exit for emotional pain. Being a serious global public health problem the numbers, even underestimated, are frightening. For every suicide that happens there are 10 to 20 attempts, and each death by suicide emotionally affects other 60 people close to the victim. It is concluded that suicide is a social phenomenon that arises as a distress call from young people to the family and society, since the events that occur in the exteriority of fragile social relations directly impact the formation of the subjectivity of being.*

Keywords: *Suicide. Young adults. Social acceleration. Loneliness. Vulnerability.*

* Maria Aparecida Penso é psicóloga, doutora em psicologia pela Universidade de Brasília, professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Orcid: 0000-0003-1200-8088. <mariaaparecida penso@gmail.com>.

** Denise Pereira Alves de Sena é psicóloga clínica e psicanalista, doutoranda em psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Orcid: 0000-0002-7750-2928. <dsena.psi@gmail.com>.

Introdução

Este artigo tem como tema as complexas relações entre as questões sociais da contemporaneidade e o suicídio de jovens. A morte é um marcador social do qual nenhum humano será poupado, desenhando-se mesmo como a única certeza que temos. O suicídio é um fenômeno social mundial e um problema de saúde pública observado desde a Antiguidade, provocando sofrimento naqueles que conviviam com as vítimas (Brasil, 2017). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), o suicídio consiste em um ato intencional para acabar com a própria vida. Atualmente, a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio no mundo. Para discutir este tema, assume-se aqui a existência de um sujeito social que emerge da unidade mantida na instância do imaginário e do simbólico (Barus-Michel, 2004). Baseado nas concepções de Jacqueline Barus-Michel, compreende-se o sujeito como uma construção imaginária e uma representação mais ou menos elaborada daquilo que deve satisfazer as aspirações supostamente comuns e que as expressa. Deste modo, o artigo pretende refletir, a partir de uma revisão de literatura, sobre como o atual contexto no qual os jovens estão inseridos influencia sua construção identitária, levando à tomada de decisões que implicam na sua saúde mental e até mesmo na retirada intencional da própria vida, ou seja, no suicídio.

Saúde mental e suicídio: dados epidemiológicos e definições

A palavra suicídio – criada em 1737, por Desfontaines com origem no latim: *sui* (si mesmo) e *cæderes* (ação de matar) – aponta para a necessidade de se buscar a morte como refúgio para o sofrimento que se torna insuportável, ou seja, não é uma ato de coragem e nem de covardia, é um ato de desespero. Por se tratar de uma ação voluntária e intencional, que objetiva cessar a vida do praticante após certo grau de reflexão, planejamento e ação, parte do ponto de vista que a morte significa o fim de tudo (Assumpção Jr. 2018; Solomon, 2018).

A concretização do suicídio pode ser por meios letais – como o uso de armas brancas e de fogo, enforcamento (práticas mais comuns entre os homens) – ou com a ingestão de fármacos ou de substâncias letais (práticas mais comuns entre as mulheres). Também pode ocorrer por formas disfarçadas de atentar contra a própria vida, como o uso abusivo de álcool e drogas, a prática de esportes ou atividades de lazer que coloquem a vida em risco, a falta de cuidados para com a própria saúde ou ainda uma vida sexual promiscua (Ribeiro & Moreira, 2018).

O sociólogo francês Émile Durkheim publicou, em 1897, a obra *Le suicide*, que foi única em sua época, na qual relaciona o evento suicídio a causas sociais. Segundo Durkheim o suicídio seria

todo o caso de morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato, positivo ou negativo, executado pela própria vítima, e que ela sabia que deveria produzir esse resultado (Durkheim, 2014: 25).

Durkheim afirma que cada sociedade está predisposta a fornecer um contingente determinado para mortes voluntárias, interessando para a sociologia a análise do processo social do suicídio, pois cada sociedade, em cada momento da história, oferece uma atitude social em relação ao autoextermínio.

O autor classifica o suicídio, conforme o funcionamento social, em três tipos, a saber: anômico, egoísta e altruísta (Durkheim, 2014). No anômico, a anarquia social está presente, não existem regras ou coesão social, as instituições como governo, família e sociedade estão desreguladas, desajustadas e corrompidas, ou seja, não há motivo para o sujeito agir de forma ética, nem mesmo consigo próprio. Este tipo de suicídio poderia ocorrer em crises financeiras, por exemplo, onde certos indivíduos ficam em situação inferior àquela ocupada anteriormente. Assim a perda de poder aquisitivo poderia aumentar os índices de suicídio. Cabe destacar, que, para o autor, esse tipo de suicídio seria mais comum em países ricos, pois os pobres têm mais habilidade para lidar com situações de anomia social. Já no egoísta haveria a prevalência do ego individual ao social, onde o sujeito estaria muito empenhado em realizar desejos materiais, a individualização é extrema e as relações entre o sujeito e a sociedade são superficiais, provocando a falta de sentido no viver e melancolia. No altruísta, haveria a prevalência do social, quando os interesses da maioria fossem dominantes diante do interesse individual, a exemplo dos pilotos japoneses kamikazes.

Dados do relatório da Organização Mundial de Saúde apontam que, em 2014, 420 mil pessoas morreram vítimas de guerra, enquanto 850 mil pessoas foram vítimas de autoextermínio, configurando-se como um problema mundial de saúde pública, constituindo uma das dez maiores causas de morte em todos os países, e uma das três maiores causas de morte entre os jovens de 15 a 29 anos no mundo (OMS, 2018). Esta *Folha informativa sobre suicídio* da OMS demonstra ainda que 800 mil pessoas morrem por suicídio todos os anos, sendo a segunda principal causa de morte entre esses mesmos jovens com idade entre 15 e 29 anos, perdendo apenas para os atos de violência. O relatório destacou ainda a estreita relação entre suicídio e distúrbios mentais (em particular a depressão e o alcoolismo). Contudo,

momentos de crise (financeira, relacional e de saúde) e experiências associadas a abusos, violências, desastres, experiências de grupos vulneráveis que sofrem discriminação e enfrentamento de conflitos ajudam a aumentar essa triste estatística.

No relatório da OMS, o Brasil ocupa a oitava posição em números totais de suicídios. Os países que apresentam os maiores índices de suicídios estão apresentados na Tabela 1.

TABELA 1
PAÍSES QUE APRESENTAM
O MAIOR ÍNDICE DE SUICÍDIOS (MIL)

País	N de óbitos/ ano (mil)
Índia	258,0
China	120,7
Estados Unidos	43,0
Rússia	31,0
Japão	29,0
Paquistão	13,0

Fonte: OMS, 2014.

Contudo, é sabido que os registros das tentativas concluídas não são fidedignos à realidade, e as tentativas sequer são contabilizadas, o que dificulta a compilação exata das estatísticas (Botega, 2010).

Apesar de os dados numéricos relacionados ao suicídio serem subestimados, a estatística é de que para cada suicídio que acontece, houve entre 10 e 20 tentativas. Quando a pessoa consegue consumir sua intenção, o fato afeta emocionalmente outras 60 pessoas próximas. Além disso, entre 40 e 60% das pessoas que cometeram suicídio consultaram algum serviço médico no mês anterior ao ato, portanto, mesmo com os registros aquém da realidade, os números evidenciam a magnitude desse problema de saúde pública (Gonçalves, Freitas & Sequeira, 2011; Cantão; Botti, 2016). O maior índice de suicídio está entre os homens (79%), todavia, a maior incidência de tentativas de suicídio está entre as mulheres (Brasil, 2018).

Ainda sobre a limitação do alcance dos dados sobre suicídio, é preciso lembrar que existem muitos suicídios registrados de maneira diferente nos prontuários dos hospitais, como homicídio ou acidente, por exemplo, em razão da omissão social com relação ao suicídio (Angerami, 2013). Nesse sentido, Valdemar Augusto Angerami aponta que, em casos de mortes por causas externas, é comum que seja registrado no atestado de óbito a natureza da lesão que levou à morte, sem fazer referência

às circunstâncias que a originou. Quanto às tentativas, o autor afirma que é impossível identificar a quantidade exata que ocorre cotidianamente, seja pelo fato de o paciente apresentar dados falsos de identificação, seja porque se impõe uma causalidade acidental ao comportamento da tentativa de suicídio.

Portanto, deve-se pensar a magnitude desta questão considerando que o sofrimento que a gera não é apenas individual, mas, principalmente, social. Devemos buscar entender que mensagem social os jovens estão nos passando quando cometem tais atos. Que fraturas existem no seu contexto para que não se consiga sobrepor suportes identitários suficientemente fortes para conter esses jovens, não os deixando, com isso, desamparados?

A identidade como construção familiar e social

Ao buscar uma reflexão sobre os questionamentos colocados na seção anterior, procuraremos aqui discutir os suportes identitários existentes para estes jovens na atualidade. Assume-se a perspectiva que o sujeito se constrói no encontro do indivíduo com o contexto social em um processo dinâmico de afiliação psicossociopolítica. Assim, quando o sujeito se confronta com acontecimentos que ocorrem na exterioridade das relações sociais, há também este confronto no domínio da subjetividade, já que os comportamentos humanos têm suas raízes tanto no inconsciente como no processo de socialização (Gaulejac, 2009). Assim, o sujeito elabora interpretações sobre si mesmo, o que, para Vincent de Gaulejac (2009), é fundamental para a construção de sua identidade pois é justamente na capacidade de se imaginar outra vida que se extrai energia para construir a de hoje. Nesta perspectiva, o indivíduo é produto e agente de sua própria história (Rhéaume, 2009).

O primeiro grupo social do sujeito é a família, onde são estabelecidas as primeiras relações afetivas, bem como as principais identificações, fazendo dela um contexto fundamental de suporte e identificações. Neste sentido, a qualidade dos vínculos construídos por este sujeito e seu sistema familiar é fundamental para o estabelecimento do sentimento de pertencimento e posterior separação, possibilitando a construção identitária (Minuchin, 1982; Minuchin, Lee & Simon, 2008).

Outros grupos sociais também são espaços de identificação e construção identitária do sujeito. Podemos citar a escola, o trabalho e o grupo de pares. A escola, por ser obrigatória para todos, depois da família, é um contexto possível de identificações

e suporte identitário que permeará a vida de todos, representando a oportunidade de encontro de um lugar de pertencimento e inserção social (Penso, *et alii*, 2012). Deste modo, caberia à escola, além de desenvolver processos de ensino/aprendizagem, contribuir para aspectos como percepção e construção da cidadania, convivência social e, principalmente, para o estabelecimento de relações intersubjetivas favoráveis à construção de resposta social aos desafios colocados pela sociedade. No entanto, a escola se tornou um campo de injunções paradoxais entre competir e cooperar, ser autônomo e repetir o que os professores acham adequado, existir e ser invisível. O que deveria ser um espaço de pertencimento, tem-se tornado um contexto de sofrimento, indiferença, e ausência ou fragilidade dos vínculos. Essas situações têm levado ao adoecimento e ao abandono da escola de muitos estudantes. Observa-se que a escola não insiste para que os adolescentes e os jovens lá estejam.

O trabalho é outro importante suporte identitário, sendo uma via para a aquisição de bens de consumo e sentido de pertencimento, numa sociedade que prioriza o *ter* em lugar do *ser*. Na sociedade regida pelo capitalismo, onde o modelo dominante é o econômico, estão excluídos aqueles que não podem consumir (os pobres) ou não podem produzir (os desempregados) (Xiberrás, 1989). No entanto, como aponta Norma Missae Takeuti (2002), numa sociedade de consumo, os adolescentes, mesmo que ocupem lugares rejeitados, estão submetidos às solicitações consumistas e buscam entrar no frenético movimento de consumo que os coloca no *status* de cidadãos. O trabalho, portanto, é um eixo de inserção *versus* não inserção e de construção identitária, pois oferece sustento econômico, identidade pessoal e espaço de vinculação afetiva e socialização. Por outro lado, muitas vezes o contexto de vulnerabilidade não permite o “tempo para ser jovem”, pois é preciso assumir a responsabilidade do trabalho em uma época em que seria importante um descompromisso com o processo produtivo para possibilitar a preparação para a idade adulta (Carreteiro, 2011).

Não ter trabalho pode despertar um sentimento de vergonha e inutilidade, configurando uma forma de desfiliação de diversos contextos, acentuando o individualismo para aqueles que possuem suportes materiais e econômicos, e introduzindo maior exclusão juntos aos indivíduos que não dispõem desses suportes, os chamados “indivíduos por falta” (Castel, 1998). Essas novas formas de desfiliação têm gerado o imaginário da inutilidade, capaz de fazer emergir seres sem qualquer qualidade para a sociedade, totalmente descartáveis (Carreteiro, 2003).

Os grupos de pares constituem-se em importante contexto de inserção para o jovem, sendo fundamental como suporte identitário, pois a vivência grupal é estru-

durante na vida do sujeito (Barus-Michel, 2004). São lugares privilegiados de formação dos “envelopes identitários” e de constituição de espaço intermediário de passagem entre a realidade psíquica e o mundo exterior (Carreteiro, 1993). Nesses grupos, o sujeito – principalmente os adolescentes e jovens – experimenta oportunidades de relacionamentos amparados no respeito e na confiança mútuos, permitindo a troca de experiências e expectativas de vida, e o ensaio de alguns arranjos de enfrentamento de dificuldades e de busca de suportes identitários. O grupo de pares, na adolescência, possibilita a vivência do tempo da margem (um tempo de experimentações, à margem de escolhas ainda não realizadas), de uma nova gestação, permitindo identificações múltiplas e efêmeras, facilitando a construção de estilos de sociabilidade e solidariedade, o que alivia a angústia adiante da problemática identitária (Sélosse, 1997).

Na adolescência e na juventude, o grupo é o espaço para a vivência da curtição e da transgressão, possibilitando ao jovem testar a sua capacidade de circular à margem, sem romper com o seu contexto social. Essa é uma experiência muito importante, pois assegura ao jovem controlar os seus impulsos agressivos e realizar o seu desejo de estar entre iguais. Maria Aparecida Penso e colaboradoras (2012) – em sua pesquisa com adolescentes infratores – apontam que nas histórias construídas por eles, os amigos estão sempre muito presentes e fazendo parte do seu cotidiano, quase sempre associados a festas, ao futebol e ao lazer ou ajudando em momentos difíceis. No entanto, também apontaram que, muitas vezes, foram os amigos que os colocaram em situações complicadas e de risco. Assim, as autoras concluem que o grupo de pares que deveria desempenhar o papel de possibilitar a vivência do tempo da experimentação é visto como podendo ser ameaçador à integridade do adolescente, gerando um paradoxo entre isolar-se do grupo de pares para não se envolver em situações de risco, perdendo um suporte identitário muito importante, ou continuar no grupo arriscando expor-se a qualquer momento em situações de vulnerabilidade.

Em um momento de grandes transformações na sociedade e na família, de relações fragilizadas e de desigualdades marcadas pelo gênero, pela raça e pela idade, estes suportes identitários, mesmo se continuam fundamentais, muitas vezes funcionam de forma ineficiente, oferecendo mais riscos que oportunidades ao jovem. Cabe, portanto, refletir sobre que sociedade é esta na qual estes jovens estão vivendo e como as experimentações, necessárias na juventude, são percebidas pelo social.

As transformações nas relações e seu impacto na subjetividade dos jovens: qual o sentido da vida?

Numa sociedade onde tudo muda o tempo todo, torna-se importante refletir sobre como ficam os suportes identitários nomeados na seção anterior. Como aponta Zygmunt Bauman (2001), vivemos um tempo de liquidez, ou seja, ele jamais se imobiliza, muito menos conserva sua forma por muito tempo, provocando um fenômeno que combina a falta de garantias (de posição, títulos e sobrevivência), as incertezas (em relação à própria continuidade e estabilidade futura) e as inseguranças (do corpo, do Eu e de suas posses, comunidade, vizinhança).

Ao considerar o sujeito como assujeitado às determinações psíquicas e sociais, este momento de aceleração e liquidez deverá adaptar-se para construir seu processo de emancipação e autonomia em uma relação dialética entre o assujeitamento e a subjetivação (Barus-Michel, 2004; Gaulejac, 2005; 2009). Significa dizer que é entre duas forças – uma advinda da socialização e do processo de produção social dos indivíduos, outra da tomada de consciência de si mesmo – que o indivíduo busca construir sua singularidade, sua capacidade de pensar, de se afirmar e de assumir os seus próprios desejos (Gaulejac, 2009; Isaac Silva, 2015).

Ao considerar o pressuposto de que o processo de constituição e individuação do sujeito tem íntima relação com a interação estabelecida socialmente, ou seja, ao manter relações com o mundo social, o sujeito adquire as compreensões necessárias para moldá-lo e engendrará-lo tal como é (Morin, 2007), cabe perguntar, neste modelo social líquido e acelerado, qual a qualidade das trocas? Claudine Haroche (2015) problematiza as atuais circunstâncias do desenvolvimento da vida mental que tem sido perturbada pela aceleração, pelo imediatismo, pela instantaneidade e pela tecnologia. Nesta mesma linha de raciocínio, Bauman (2005) afirma que a tecnologia que facilita a comunicação é a mesma que afasta as pessoas, atrapalhando a vinculação, a troca de olhares e o aprendizado que as relações interpessoais são capazes de proporcionar.

A manutenção da sociedade de consumo impõe o sucesso profissional baseado no esgotamento individual, onde o *ter* se sobressai ao *ser*, e na exigência de investimento ilimitado em si mesmo, sendo necessário ter tudo e ser muito o tempo todo. Por outro lado, no auge da era da liquidez, o ser humano se despersonaliza e adquire o estatuto de coisa a ser consumida para, em seguida, ser descartada, tornando as relações substituíveis diante da menor demonstração de dificuldade.

São relações utilitaristas. As trocas amorosas são realizadas pela tela, tornando os relacionamentos assépticos e descartáveis, não exigindo compromisso efetivo de nenhuma das partes (Bauman, 2005). No entanto, é próprio do ser humano a necessidade de reconhecimento e aceitação pelo outro. Surge então um dos grandes paradoxos da pós-modernidade: viver relações descartáveis, desejando ser único e reconhecido.

Diante de um cenário de aceleração e liquidez, Valdemar Angerami-Camon (2008) afirma que as mudanças sociais, a evolução da sociedade, os benefícios, as oportunidades, as novas formas de vinculação e deveres e obrigações têm provocado sofrimento psíquico em todos, especialmente nos jovens que, incapazes de lidar com tais desafios, encontram na morte uma forma de “fuga” dessa realidade. A juventude – etapa que compreende dos 15 aos 29 anos – é um período da vida permeado por grandes mudanças biológicas, psicológicas, relacionais e sociais. Neste período, os jovens são tratados como crianças em um momento, e no momento seguinte como adultos, sem que tenham disposto do “tempo” necessário para amadurecer, o que gera muita ansiedade (Araújo, Vieira & Coutinho, 2010; Sena & Penso, 2019). Por outro lado, o que vem dos jovens não é valorizado pelos adultos, gerando grande mal-estar nessas relações geracionais.

Numa sociedade baseada no consumo, com relações frágeis, os jovens encontram-se presos em processos desqualificadores e paralisantes, em elevadas exigências de performance e poucas expectativas para o futuro. Assim são levados a “construir[em] suas biografias em um território que não oferece garantias sobre o futuro” (Souza & Castro, 2014: 173). Francisco Assumpção Júnior (2018) destaca que as frágeis relações familiares e, consequentemente, sociais do mundo pós-moderno exigem de todos os jovens, independentemente da classe social à qual pertencem, uma capacidade para lidar com frustrações, cobranças e planos futuros para os quais eles não foram preparados.

Os jovens que vivem em contextos de pobreza e vulnerabilidade – caracterizados por Castel (1998) como “indivíduos por falta” – veem-se aprisionados em situações vinculadas à falta de oportunidades e carências, fazendo com que seus sonhos sejam boicotados ou adormecidos e seus planos pessoais sem possibilidades de realização. Oriundos de contextos familiares e institucionais (escola, trabalho) que não possibilitam contextos de pertencimento adequados, o grupo parece ser a mais forte alternativa de construção identitária, pois fornece a ilusão de que encontraram o seu espaço. Impedidos de ter acesso à ordem social pela família, procuram fazê-lo pelo grupo (Sélosse, 1997). Para Jacques Sélosse, neste contexto de desfiliação em que o tecido relacional é restrito e os grupos dos quais participam – que deveriam

funcionar como espaços de pertencimento, na maioria das vezes – são marcados por rupturas abruptas e situações de grande sofrimento.

Por outro lado, os jovens provenientes das classes média e alta encontram-se presos a grandes exigências de sucesso profissional e pessoal. Precisam ser brilhantes e ultraprodutivos. Ascensão e sucesso profissional é um tema constante na vida destes jovens, e o diploma universitário uma condição para a vida profissional. A exigência social e familiar da burguesia para com os jovens começa no período escolar, passa pela escolha da graduação, o vestibular, a conclusão do curso e a inserção exitosa no mercado de trabalho. Essa dinâmica traz para a realidade desses jovens problemas de memória, cansaço constante, irritabilidade, insegurança, cobranças, estresse, ansiedade, depressão, sintomas físicos como queimação gástrica, hipertensão arterial, problemas dermatológicos, diminuição da libido, dentre outros (Pereira, 2014).

Paradoxalmente, a relação entre a alta qualificação e a boa colocação no mercado de trabalho nem sempre se confirma, uma vez que existem mais jovens com alto nível de formação do que postos de trabalho. Marina Coelho de Souza e Lúcia Rabello de Castro (2014) concluem que o momento contemporâneo de imprevisibilidade parece contagiar os jovens no momento de construção do futuro profissional, fazendo com que não apresentem preocupações com o planejamento do amanhã. Isso significa que o não planejar se constitui como modo de se relacionar com as incertezas, com as vivências episódicas e fragmentárias, levando à valorização da liberdade individual.

Alceu Casseb (2007) defende que a escolha profissional contribui para a compreensão do mundo interno do jovem estudante, que vive simultaneamente o processo de identificação e diferenciação dos pais, necessitando de uma “dose” de transgressão. Como transgredir se os jovens estão adoecidos e fragilizados? Aos pais e à sociedade cabe oferecer espaço emocional para que essa transgressão seja vivida, amparando a oscilação entre o desejo de autonomia e o ódio à dependência, à falta de experiência e à sensação de solidão. Caso essas contradições não sejam experienciadas na adolescência, podem se tornar transgressões ocultas, o que leva a uma organização adolescente na vida adulta sujeita a depressão e a picos de ansiedade.

Além da cobrança social e familiar, ao jovem também cabe lidar com um mercado de trabalho diferente daquele que seus pais conheceram. Bauman (2001) afirma que a dependência do capital e do trabalho na sociedade passada equivalia aos casamentos à moda antiga, ou seja, não era possível desfazê-los, pois eram para sempre. Contudo, na sociedade líquida moderna, essa relação tornou-se mais des-

cartável. Não há mais estabilidade nem garantias, o trabalho não se materializa enquanto vocação para a vida toda, pois aquele trabalho que mantinha uma dependência íntima com o capital agora se relaciona intimamente com a lógica de consumo. Richard Sennett (2002) destaca que os jovens americanos esperam mudar de emprego pelo menos 11 vezes na vida e, ainda, mudar de aptidão básica ao longo da vida pelo menos três vezes.

Importante ressaltar que, independentemente da classe social à qual pertencem, os jovens estão vivendo em um contexto onde os vínculos são frágeis, as trocas provisórias e as relações utilitaristas. São jovens sem utilidade e muitas vezes sem futuro.

O que pode acontecer quando a vida perde o sentido: drogas, depressão, suicídio

Afora as questões sociais levantadas acima, o sujeito, em sua juventude, depara-se com o fim do “roteiro programado de vida”, onde as incertezas sobre o próximo passo a ser dado tornam-se constantes e o colocam em xeque, fazendo com que questione o próprio sentido de sua existência: o fim do ensino médio, a escolha da carreira profissional, o ingresso na faculdade, o início e o desenvolvimento da vida social, afetiva e relacional, a individuação e a diferenciação enquanto sujeito separado da família, definição x escolha da vida sexual, início da vida profissional, o pagar as contas, entre outros. Portanto é um momento crucial do desenvolvimento em que o sujeito entrará em contato com os próprios recursos para lidar com frustrações, decepções, conquistas, incertezas e escolhas. Nesses momentos, adoecimentos como a depressão e a ansiedade podem se desenvolver, o uso de álcool e outras drogas podem “ajudar” e fazer pertencer (Medina, Pérez & Mejía, 2008; Botega *et alii*, 2009).

Também pode emergir o desejo de não estar mais neste mundo, de morrer. Assim, quando não se encontra mais sentido na vida, o seu fim pode ser uma saída. Como afirma Gonçalves (2018), em momentos de desespero, ao enfrentar o dilema entre existir ou não existir, muitas pessoas decidem pela morte. Fatores como desordens mentais, históricos familiares de suicídio e o *bullying*, atualmente evidenciado nas escolas, acumulam-se como causas para o aumento do suicídio (Faro & Santos, 2018).

As grandes mudanças emocionais, sociais, familiares, físicas, sexuais, econômicas e relacionais podem ser elencadas como preditores nos casos de suicídio entre jovens (Teixeira Filho & Rondini, 2012; Cantão & Botti, 2015). Elsa Viviana Barrón e Claudia Sandra Krmpotic (2016), por sua vez, apontam que existem dois grupos principais

de risco para o suicídio: a predisposição (que incluem famílias instáveis, abandonadoras, rígidas, ausentes, famílias que não se importam, doenças mentais e ambiente educacional inadequado) e os gatilhos, sendo esses últimos sempre sociais.

Barrón e Krmpotic (2016) destacam, ademais, que quando um jovem põe fim à própria vida deseja, em verdade, deixar de sofrer e não morrer. Neste sentido, o suicídio pretende acabar com a dor insuportável e nessa tentativa o sujeito termina com a própria existência. Entre os pacientes que comentem suicídio, cerca de 90% dos casos, nos países ocidentais, sofrem ao menos de um transtorno psiquiátrico significativo (Kutcher & Chehil, 2007). Stanley Kutcher e Sonia Chehil destacam, ainda, que embora seja provável que haja variações nesse cenário em diversos países e culturas, a íntima relação entre doença mental e suicídio precisa ser pesquisada.

Com relação aos adoecimentos mentais, a depressão grave é a causa mais relacionada à ideação suicida, especialmente entre os jovens, estando diretamente relacionada à forma como se constrói a subjetividade do ser, ao enfrentamento de experiências como violência sexual, dificuldades de vincular-se com outras pessoas, abuso de álcool e outras drogas, além do investimento inconsciente em atividades que colocam a vida em risco (Medina, Pérez & Mejía, 2008; Toro-Tobar, Grajales-Girardo & Sarmiento-López, 2016).

Na revisão de literatura realizada por Eduardo Chachamovich, Sabrina Stefanello, Neury Botega e Gustavo Turecki (2009) demonstrou-se que as características clínicas da depressão – como a impulsividade e a agressividade – são potencializadoras de atos suicidas em menores de 30 anos. Uma meta-análise sobre diagnósticos psiquiátricos e suicídio indicou que 87,3% dos sujeitos apresentavam algum diagnóstico psiquiátrico previamente ao suicídio. Em geral, 43,2% apresentavam transtorno de humor, 25,7% transtorno por uso de substâncias diversas, 16,2% diagnóstico de transtorno de personalidade e 9,2% transtornos psicóticos. Ao analisar o pico de suicídios alinhados com episódios depressivos, os autores apresentam uma estatística mais assustadora ainda: 74,4% dos suicídios estavam associados ao primeiro episódio de depressão grave, 18,8% relacionavam-se ao segundo episódio e 6,5% associavam-se a mais de dois episódios.

Já Simone Santos, Giovanni Lovisi, Letícia Legay e Lúcia Abelha (2009) investigaram as tentativas de suicídio em um hospital de emergência no Rio de Janeiro, no período de 2006-2007. Foram analisados 96 casos por meio do instrumento Composite International Development Interview, sendo a sua maioria composta por mulheres jovens, com idades entre 14 e 24 anos, de baixa escolaridade que ingeriram psicoativos em grande quantidade. Os episódios depressivos estavam presentes

em 38,9% dos casos, seguido por dependência de substância psicoativas (21,9%), transtorno de estresse pós-traumático (20,8%), dependência de álcool (17,7%) e esquizofrenia (15,6%), ou seja, 71,9% dos achados dialogam com questões relacionadas a transtornos mentais.

Liliane Ores, Luciana Quevedo, Karen Jansen, Adriana Carvalho, Taiane Cardoso, Luciano Mattos Souza, Ricardo Pinheiro e Ricardo Azevedo da Silva (2012), por sua vez, realizaram estudo descritivo com 1.560 jovens entre 18 e 24 anos, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, por meio de entrevistas e testes psicológicos, e mapearam a ocorrência de bipolaridade e ansiedade entre aqueles que apresentavam risco de suicídio. Os pesquisadores identificaram que 8,7% dos entrevistados apresentaram risco de suicídio, sendo que 53,3% tinham sintomas de depressão grave, 29,6% sintomas de bipolaridade e 17,03% sintomas de ansiedade. Entre aqueles que apresentaram risco de suicídio, foi possível mapear as atitudes arriscadas contra a própria vida: não utilizar cinto de segurança (9,8%), não utilizar capacete ao andar de moto ou bicicleta (8,9%), ultrapassar o sinal vermelho (6,3%), dirigir bêbado ou andar de carona com motorista bêbado (6,9%). Ainda entre os mesmos pesquisados, 18,4% ingeriram bebida alcoólica e sofreram acidentes que os obrigou a ir ao hospital.

O consumo e abuso de drogas, entre jovens, está entre os fatores que aumentam o risco de comportamento suicida. Os usuários de drogas têm suas tentativas de suicídio variando entre 25% a 50%, sendo associadas a quadros depressivos, impulsividade, agressividade e problemas de autoestima (González-Forteza, Juárez López, Montejo León, Oseguera Díaz, Wagner Echeagaray, Jiménez Tapia, 2015). Para Penso e Conceição (2018), o uso abusivo de drogas pode se configurar como um padrão de enfrentamento autodestrutivo diante dos eventos da vida, na impossibilidade de enxergar outras formas de resolução dos dilemas da existência.

As informações acima apresentadas nos levam a concluir que o suicídio não é um ato isolado, está relacionado a uma condição de sofrimento e adoecimento do sujeito que, impossibilitado de resolver tal sofrimento por outras vias, vê na morte sua única solução.

Ações de enfrentamento do suicídio no Brasil

O suicídio é uma preocupação mundial. No Brasil, as ações do âmbito governamental tiveram seu início em 2006, por meio da Portaria n.º 1.876, que instituiu as diretrizes nacionais para prevenção do suicídio, e lançou o manual para profissionais

da saúde (Brasil, 2006). Em 2011, a Portaria n.º 3088 instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (Raps) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, objetivando seu atendimento desde a atenção básica até a atenção hospitalar e serviços de urgência e emergência sob a coordenação dos centros de atenção psicossocial (Caps) (Brasil, 2011). A criação desta rede foi fundamental, retirou o foco das ações de saúde mental apenas da atenção especializada e as colocou em todos os níveis de atendimento. No bojo desta atenção, estão todas as questões relacionadas à depressão e à ansiedade, que são fatores de risco para o suicídio.

No entanto, a despeito do aumento do número de casos de tentativas de suicídio e de suicídios consumados, somente em 2014, a Portaria n.º 1271 incluiu na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados as tentativas de suicídio e o suicídio (Brasil, 2014). Em 2017, o Ministério da Saúde lançou a agenda de ações estratégicas para a vigilância e prevenção do suicídio e promoção da saúde no Brasil 2017-2020 (Brasil, 2017). Finalmente, em abril de 2019, foi promulgada Lei 13.819, que impõe a participação da sociedade civil e de instituições privadas de saúde e educação na promoção da saúde mental para prevenção de automutilação e suicídio, construindo a compreensão de que o suicídio precisa de ações conjuntas entre o governo e a sociedade.

Todas estas ações governamentais são de extrema importância, pois, como coloca Andrew Solomon (2018) no campo do suicídio, retirar sua invisibilidade, trazendo-o para a área pública, sugere o desenvolvimento de novas perspectivas sob o aspecto do acolhimento, da compreensão, do cuidado e da valorização da vida.

Para dar visibilidade ao fenômeno, em 2003 o dia 10 de setembro foi instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o Dia Mundial da Prevenção do Suicídio. A cor amarela foi escolhida para representar a campanha, em razão da experiência vivida pela família Emme. Em 1994, Mike Emme, de 17 anos, matou-se. Mike era conhecido por sua personalidade caridosa e por sua habilidade mecânica. Restaurou um Mustang 1968 e o pintou de amarelo. Mike amava aquele carro e por causa dele começou a ser conhecido como “Mustang Mike”. No dia do funeral, os amigos colocaram uma cesta com fitas amarelas disponíveis para quem quisesse usá-las e possuíam uma mensagem “se você precisar, peça ajuda”. Este ato provocou forte repercussão e em poucas semanas o tema suicídio apareceu em diferentes espaços e muitos jovens pediram ajuda. A fita amarela foi escolhida como símbolo do programa que incentiva aqueles que têm pensamentos suicidas a buscar ajuda.

No Brasil, o Setembro Amarelo foi uma campanha de prevenção ao suicídio, iniciada em 2015, tendo sido uma iniciativa do Centro de Valorização da Vida (CVV), do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). O Brasil manteve o mês de setembro e a ideia foi a de promover eventos que abrissem espaço para debates sobre suicídio e divulgassem o tema alertando a população sobre a importância de sua discussão. Durante o mês da campanha, costuma-se iluminar locais públicos com a cor amarela e incentivar a promoção de palestras, eventos, programas de rádio e entrevistas sobre o suicídio.

No ano 2000, a OMS (2000) também elaborou uma cartilha para orientar profissionais da mídia na abordagem do tema suicídio. As orientações seguem o padrão de noticiar de forma responsável com ações como: trabalhar em parceria com autoridades da área da saúde, usar o termo “suicídio consumado” e não “suicídio bem-sucedido”, fornecer informações de locais e números de telefone de pessoas capacitadas para ajudar a quem precise, não publicar fotos, cartas de despedidas, nem informar o método usado, dentre outras disposições. No Brasil, o Ministério da Saúde (Brasil, 2017), em seu plano de prevenção do suicídio, também faz orientações quanto à forma de abordar o tema, seguindo as orientações da OMS.

Para Isabel Quental (2017), ao considerar o suicídio como problema de saúde pública e social, dá-se maior visibilidade ao mesmo, abrindo possibilidades para que todos possam contribuir para seu enfrentamento e solução. Pode-se observar que muitas ações têm sido realizadas, no entanto ainda persistem as dificuldades de prevenção e de protocolos para se lidar com a situação.

No entanto, o cumprimento dessas portarias vai além de uma imposição legal. Leis, portarias e recomendações não são efetivas se os profissionais que as executam não estiverem implicados na compreensão deste momento social em que estamos vivendo e no qual os jovens se encontram desamparados, carentes de vínculos e sem esperanças no futuro. Assim, para além dos aspectos legais que impõem aos profissionais e a toda a sociedade uma atenção especial ao fenômeno do suicídio, é fundamental estabelecer vínculos, importar-se efetivamente com o outro, escutar de forma aberta e sem julgamentos. Somente assim é possível garantir um trabalho efetivo.

Considerações finais

Neste artigo buscou-se discutir a questão do suicídio de adolescentes e jovens a partir de uma leitura da sociologia clínica, acrescida por leituras pós-modernas da realidade que estamos vivendo, considerando o sujeito como um ser social, influen-

ciado pelo seu contexto. Assim, foram apresentados os principais suportes identitários disponíveis no momento para estes adolescentes e jovens, as altas expectativas que são lançadas sobre eles, as transformações nas relações e seu impacto na subjetividade e busca pelo sentido da vida. Também foram apresentados dados que mostram a comorbidade entre suicídio e outros transtornos mentais como depressão, ansiedade e uso de drogas

Os dados epidemiológicos apresentados assustam por sua magnitude, configurando a questão do suicídio como problema de saúde pública que necessita urgentemente de compreensão. Neste sentido, tanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) como o Ministério da Saúde (MS) têm sugerido agendas para se discutir o tema dando a ele visibilidade. Leis, portarias e recomendações têm sido criadas. No entanto, o trabalho passa pelo envolvimento dos profissionais, das famílias e da sociedade com a questão. É preciso ações integradas nas diferentes esferas sociopsíquicas; é preciso coragem para se perguntar como somos afetados pelos sentimentos no nosso trabalho. Esta é uma pergunta necessária. Em tempos de pauperização dos vínculos, é fundamental resgatar o interesse e a preocupação com o outro.

Por fim, cabe lembrar que quando os jovens pensam em se matar, seu desejo maior é deixar de sofrer, acabar com algo que é intolerável e não com a sua própria vida. Surge, portanto, a necessidade de olhar atentamente para a sociedade paradoxal, consumista, exigente e pouco afetiva na qual estes jovens estão vivendo.

Referências

ANGERAMI, V. A. (Org.). *A psicologia no hospital*. 2. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2013.

ANGERAMI-CAMON, V. A. *Tendências em psicologia hospitalar*. São Paulo: Thomson Pioneira, 2008.

ARAÚJO, L. da C.; VIEIRA, K. F. L.; COUTINHO, M. da P. de L. Ideação suicida na adolescência: um enfoque psicossociológico no contexto do ensino médio. *Psico-USF*, v. 15, n. 1, p. 47-57, Itatiba, 2010.

ASSUMPÇÃO JUNIOR, F. B. Suicídio na infância e na adolescência. In: ANGERAMI, V. A. (Org.). *Sobre o suicídio: psicoterapia diante da autodestruição*. Belo Horizonte: Artesã, 2018.

BARRÓN, E. V.; KRMPOTIC, C. S. La prevención del suicídio juvenil: entre la enunciación y la acción. *Revista Katálisis*, v. 19, n. 1, p. 43-52, Florianópolis, Jun. 2016.

BARUS-MICHEL, J. *O sujeito social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004.

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

———. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOTEGA, N. J. Comportamento suicida em números. *Debates Psiquiatria Hoje*, v. 2, n. 1, 2010.

BOTEGA, N. J. *et alii*. Prevalências de ideação, plano e tentativa de suicídio: um inquérito de base populacional em Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 2632-2638, Dez. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. *Diário Oficial da União*, 29 Abr. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13819.htm>. Acesso em: 20 Set. 2019.

———. Ministério da Saúde. *Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da saúde em atenção primária*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <<http://www.portaldasauade/>>. Acesso em: 17 Maio 2019.

———. Ministério da Saúde. *Plano Nacional de Prevenção do Suicídio. Programa Nacional para a Saúde Mental*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <<http://www.portaldasauade.pt/NR/rdonlyres/>>. Acesso em: 17 Maio 2019.

———. Ministério da Saúde. *Agenda de ações estratégicas para a vigilância e prevenção do suicídio e promoção da saúde no Brasil, 2017 a 2020*. Brasília, Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/cartilha_agenda-estrategica-publicada.pdf>. Acesso em: 20 Set. 2019.

———. Ministério da Saúde. Portaria n.º 1.271, de 6 de junho de 2014. Define a lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e da outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 68, 9 Jun. 2014. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html>. Acesso em: 20 Set. 2019.

———. Ministério da Saúde. Portaria n.º 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 59, 30 Dez. 2011 (republicado no *DOU* n. 96, Seção 1, p. 37, 21 Maio 2013). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em: 20 Set. 2019.

———. Ministério da Saúde. Portaria n.º 1.876, de 14 de agosto de 2006. Institui Diretrizes Nacionais para prevenção do suicídio a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 65, 15 Ago. 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html>. Acesso em: 20 Set. 2019.

CANTÃO, L.; BOTTI, N. C. L. Suicidal behavior among drug addicts. *Revista Brasileira Enfermagem*, v. 69, n. 2, p. 366-373, Brasília, Abr. 2016.

CARRETEIRO, T. C. O. C. A doença como projeto: uma contribuição à análise de formas de filiações e desafiliações sociais. In: SAWAIA, B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 14. ed, p. 87-96. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.

———. Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.

———. *Exclusion sociale et construction de l'identité*. Paris: Éditions l'Harmattan, 1993.

CASSEB, A. R. Adolescência e escolha profissional. In : GUIMARÃES, K. B. S. (Org). *Saúde mental do médico e do estudante de medicina*, v. 1, p. 25-40. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CASTEL, R. Os marginais da história. *Ser Social*, v. 3, p. 55-66, 1998.

CHACHAMOVICH, E.; STEFANELLO, S.; BOTEAGA, N.; TURECKI, G. Quais são os recentes achados clínicos sobre a associação entre depressão e suicídio? *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 31, Suplemento 1, p. S18-S25, São Paulo, 2009.

DURKHEIM, É. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Edipro, 2014.

FARO, A.; SANTOS, L. C. S. Suicídio na adolescência: panorama, cuidados e escuta. In: ANGERAMI, V. A. (Org.). *Sobre o suicídio: psicoterapia diante da autodestruição*, p. 169-189. Belo Horizonte: Artesã, 2018.

GAULEJAC, V. de. O sujeito face à sua história: a démarche. “Romance familiar e trajetória social”. In: TAKEUTI M. N.; NIEWIADOMSKI, C. (Orgs.). *Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas bibliográficas*, p. 61-73. Porto Alegre: Sulina, 2009.

———. Identidade. In: BARUS-MICHEL J.; ENRIQUEZ, E.; LEVY, A. (Orgs.). *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: Climepsi, 2005.

GONÇALVES, A. M.; FREITAS, P. P. de; SEQUEIRA, C. A. da C. Comportamentos suicidários em estudantes do ensino superior: factores de risco e de proteção. *Milennium*, v. 40, p. 149-159, 2011.

GONÇALVES, B. Sobre o desespero. In: ANGERAMI, A. A. (Org.). *Sobre o suicídio: a psicoterapia diante da autodestruição*. Belo Horizonte: Artesã, 2018.

GONZÁLEZ-FORTEZA, C.; JUÁREZ LÓPEZ, C. E.; MONTEJO LEÓN, L.; OSEGUE-RA DÍAZ, G.; WAGNER ECHEAGARAY, F.; JIMÉNEZ TAPIA, A. Ideación suicida y su asociación con drogas, depresión e impulsividad en una muestra representativa de estudiantes de secundaria del estado de Campeche, México. *Acta Universitaria*, v. 25 (NE-2), p. 29-34. 2015.

HAROCHE, C. O sujeito diante da aceleração e da ilimitação contemporâneas. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 4, p. 851-862, São Paulo, Out./Dez. 2015.

ISAAC SILVA, P. H. *O que fazemos do que fazem de nós: trajetórias sociais e militância entre os catadores de materiais recicláveis no Brasil*. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

KUTCHER, S.; CHEHIL, S. *Suicide risk management: a manual for health professionals*. Malden (MA): Blackwell, 2007.

MEDINA, A. M. E.; PÉREZ, G. R. E.; MEJÍA, Z. D. Prevalencia de depresión e ideación suicida en estudiantes de 8º, 9º, 10º Y 11º grado, en ocho colegios oficiales de manizales. *Hacia la Promoción de la Salud*, v. 13, n. 1, p. 143-153, Manizales (CO), Dec. 2008.

MINUCHIN, S. *Famílias: funcionamento e tratamento*. São Paulo: Artes Médicas, 1982.

MINUCHIN, S.; LEE, W.-Y.; SIMON, G. M. *Dominando a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2007.

ORES, L. C. *et alii*. Risco de suicídio e comportamentos de risco à saúde em jovens de 18 a 24 anos: um estudo descritivo. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, n. 2, p. 305-312, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Folha informativa sobre suicídio*. Genebra: OMS, 2018.

———. *Relatório sobre prevenção ao suicídio*. Genebra: OMS, 2014.

———. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: OMS, 2002.

———. *Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia*. Genebra: OMS, 2000.

PENSO, M. A.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Paradoxo do uso de drogas: da busca do prazer ao encontro com o sofrimento. In: ANGERAMI, V. A. (Org.). *Sobre o suicídio: a psicoterapia diante da autodestruição*. Belo Horizonte: Artesã, 2018.

PENSO, M. A. *et alii*. *Jovens pedem socorro: o adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual*. Brasília: Liber, 2012.

PEREIRA, M. A. D. *O sofrimento psíquico na formação médica: percepções e enfrentamento do estresse por acadêmicos do curso de medicina*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2014.

QUENTAL, I. A. *Tentativas de suicídio: construindo dispositivos de prevenção um desafio para o SUS*. 2017. Disponível em: <http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=4144>. Acesso em: 17 Maio 2019.

RHÉAUME, J. Relato de história de vida coletivo e empoderamento. In: TAKEUTI, N. (Org.). *Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas*, p. 166-188. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, J. M.; MOREIRA, M. R. Uma abordagem sobre o suicídio de adolescentes e jovens no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 9, p. 2821-2834, Rio de Janeiro, Set. 2018.

SANTOS, S. A.; LOVISI, G.; LEGAY, L.; ABELHA, L. Prevalência de transtornos mentais nas tentativas de suicídio em um hospital de emergência no Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 25, n. 9, p. 2064-2074, Rio de Janeiro, Set. 2009.

SÉLOSSE, J. *Adolescence, violences et déviances*. Paris: Matrice, 1997.

SENA, D.; PENSO, M. A. Por que nossos jovens se matam? In: ANGERAMI, V. A. (Org.). *Suicídio e suas interfaces: o ardiloso emaranhado da autodestruição*. Belo Horizonte: Artesã, 2019.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SOLOMON, A. *Um crime da solidão: reflexões sobre o suicídio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, M. G. C. de; CASTRO, L. R. de. O projeto profissional de jovens das classes médias: orientações normativas e estratégias de inserção. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 17, n. 2, p. 161-175, São Paulo, Dez. 2014.

TAKEUTI, N. M. *No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hétero e homoeróticas. *Saúde e Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 651-667, São Paulo, Set. 2012.

TORO-TOBAR R. A.; GRAJALES-GIRALDO F. L.; SARMIENTO-LÓPEZ J. C. Riesgo suicida según la tríada cognitiva negativa, ideación, desesperanza y depresión. *Aquichan*, v. 16, n. 4, p. 473-486, Bogotá, Oct. 2016.

XIBERRÁS, M. *A sociedade intoxicada*. Lisboa: Instituto Piaget, 1989.



Reflexões sobre adolescências e a complexidade das comunidades de afeto no processo socioeducativo

Recebido: 17.10.19
Aprovado: 16.12.19

Teresa Cristina Othenio Cordeiro Carreteiro*

Resumo: Este artigo, cujo campo teórico é o da sociologia clínica e da psicossociologia, tem por propósito discutir brevemente as adolescências brasileiras, enfatizando aquela que é mais fragilizada e que pode ser incluída no sistema socioeducativo. Neste ponto, faz uma inflexão para discorrer sobre este sistema. Sugere que as intervenções institucionais considerem a perspectiva clínica e define a compreensão que as disciplinas que orientam o artigo atribuem a implicação e a escuta na formulação de suas ações. Explicita como a clínica social pode contribuir, através da ação dos profissionais, junto aos jovens que estão inseridos no sistema socioeducativo. Por fim, cita o interesse da instituição Justiça em contar com as comunidades de afeto, definidas em uma perspectiva complexa e aponta a importância de pensar e de agir em rede, de forma implicada e atenta à clínica, para poder restituir ao adolescente um lugar de sujeito de direito.

Palavras-chaves: Clínica social. Adolescências. Sistema socioeducativo. Sociologia clínica.

Reflections on adolescences and the complexity of the “comunidades de afeto” in the socio-educational process

Abstract: This paper, which theoretical field is the clinical sociology and psychosociology, aims to briefly discuss the Brazilian adolescents, emphasizing the one that is more demunide and that can be included in the socio-educational system. At this point makes an inflection to talk about this system. It suggests interventions from institutions have sensitivity to the clinic and defines the understanding which the disciplines that guide the article attribute to the clinic, to implication and to listening in the formation of their actions. It explains how the social clinic can contribute, through the action of professionals, to youngsters who are inserted in the social education system. Finally, it cites the interest of the Justice institution to have communities of affection, defined in a complex perspective. It ends by pointing out the importance of thinking and acting in a network, implicitly and attentive to the clinic, in order to restore to the adolescent all rights to be a subject.

Keywords: Social clinic. Adolescents. Social educational system. Comunidade de afeto. Clinical sociology.

A sociologia clínica e a psicossociologia consideram que, para se buscar compreender um fenômeno social, é preciso lançar mão de um olhar interdisciplinar, tecendo pontes e diálogos entre várias disciplinas. Na sociologia clínica há uma acentuação dos fenômenos sociais globais e políticos, visando desconstruir a ideia de eles serem considerados unicamente como “coisa” (Durkheim,

* Teresa Cristina Othenio Cordeiro Carreteiro é professora titular do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, pesquisadora do CNPq; membro fundadora do Centre International de Psychosociologie, Paris; membro fundadora do Institut International de Sociologie Clinique, Paris. Atualmente é membro do conselho de administração do Centre International de Psychosociologie. Orcid: 0000-0001-5657-0043. <carreteiro.teresa@gmail.com>.

2007). É importante conceber que eles estruturam o campo social, mas também se deve pensar na repercussão que têm para os seres humanos, como eles os interiorizam, participam a solidificá-los ou a transformá-los. Esta disciplina concebe, então, os fenômenos sociais como criados por seres humanos tomados em toda sua complexidade, racionalidade, emoções e afetos, enfim, atravessados por correntes conscientes e inconscientes. A psicossociologia na sua origem se voltava ao estudo e às intervenções junto a grupos, organizações e instituições. Ela também se distinguia por um interesse acurado em traçar interlocuções com a psicanálise e outras disciplinas e pensar nas questões intrapsíquicas, interpíquicas e grupais. Alguns psicossociólogos franceses consideravam que essa disciplina deixava de lado alguns níveis de análises mais macro que eram importantes para compreensão de questões sociais amplas e globais. Na década de 1980, retomaram a formulação de sociologia clínica (a este respeito, ver Yzaguirre & Castillo Mendoza, 2013).

Na verdade a psicossociologia e a sociologia clínica têm o mesmo fundamento: a perspectiva clínica, ou seja, uma atenção constante às motivações, aos sentimentos e às condutas de todo sujeito individual ou social considerado em sua singularidade, dinamismo na forma de viver e de enfrentar os diversos processos nos quais está engajado.

As diferenças essenciais entre as duas abordagens, na perspectiva da intervenção, se voltam às modalidades de olhar a si e ao outro.

O psicossociólogo tem grande atenção ao seu próprio processo inconsciente, analisa sua transferência e contratransferência, se interessa tanto por suas reações quanto por aquelas de seus interlocutores, sendo estes sujeitos individuais, grupos ou instituições.

O sociólogo clínico, mesmo atento às dimensões citadas anteriormente, terá um olhar mais voltado às questões ideológicas. Buscará fazer uma distinção entre a sua ideologia e aquela do lugar onde realiza sua intervenção.

Ambas as disciplinas vão considerar os atores sociais com os quais trabalham como coprodutores de sentido.

Intervir é poder acompanhar os sujeitos em suas tarefas, escutá-los, para poder compreender junto com eles os problemas que lhes trazem dificuldades, os obstáculos que os impedem de realizar suas atividades e os conflitos que encontram. O que é mobilizado é o sujeito face ao trabalho (Gaulejac, 2019: 252).

Necessário ressaltar também que ambas as disciplinas têm uma perspectiva clínica, crítica e estão atentas à questão da complexidade. A clínica visa coletar elementos para entender os possíveis sentidos que englobam a questão estudada, desde um ponto de vista singular até o mais macro. A crítica se articula em permanência com a clínica, examina e reflete de forma implicada sobre as mudanças, positivas ou outras, que ocorrem com o fenômeno trabalhado ou com o campo de intervenção. Ambas afirmam a importância de se ater a teorias múltiplas e portanto, pensam que todo fenômeno deve ser abordado em sua complexidade.

A adolescência e a adolescência vulnerabilizada

Ao nos referirmos à adolescência, não podemos deixar de citar a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os avanços das políticas públicas, trazendo consequências para os jovens, principalmente os de estratos sociais mais vulneráveis da sociedade. No entanto, hoje, todos que defendem esse estatuto ocupam um lugar militante, face aos ataques que ele tem sofrido, principalmente nas propostas de mudança da maioridade penal, fruto das críticas à criminalidade e à focalização excessiva do sistema de violência vinculado ao jovem (Pereira de Andrade & Amaral Machado, 2017). Tal juízo ignora o conjunto do processo social, pois focaliza a violência pensando nos modos de criminalizá-la, sem atentar ao conjunto da sociedade, aos vários sistemas institucionais, juntamente com as condições concretas de existência juvenil fragilizada. Ignora os vínculos, muitas vezes precários, que se tecem junto à escola, à família, à saúde, à moradia, às oportunidades de empregos, entre outros.

O ECA criou uma ruptura com o modelo anterior, que aplicava uma política repressiva para pensar no jovem que se distanciava da norma. O antigo modelo se sustentava em perspectivas filantrópicas, higienistas, moralizantes, disciplinadoras, reformistas, assistenciais e repressivas. Os jovens, para se enquadrarem às normas sociais, deveriam ser disciplinados, pois o espectro de se tornarem criminosos pairava sobre suas cabeças. À ideia de infância criminosa regia o imaginário jurídico e social da época, criando uma diferenciação entre “menor” e “criança”, de acordo com o lugar social ocupado.

Diversamente, o ECA vai “visar o direito irrestrito à totalidade de indivíduos menores de 18 anos”. Nesta perspectiva, o estatuto passou a atender os adolescentes protagonistas de delitos como sujeitos a quem também cabe a proteção integral e a condição de pessoas em momento específico de desenvolvimento.

Não há dúvidas de que o ECA é um grande marco. No entanto, a condição do adolescente fragilizado socialmente é atravessada por um paradoxo. Se juridicamente ele é considerado como sujeito de direito – neste ponto existe uma igualdade entre todo e qualquer adolescente –, no horizonte social ele se sente desvalorizado. Para justificarmos esta afirmativa lançamos mão de algumas hipóteses sobre o lugar social do adolescente em conflito com a Lei.

Muitos adolescentes são depositários de uma carga social que pesa negativamente sobre suas subjetividades, eles são constantemente confrontados com a interface do direito e do favor.

A carga social depositada sobre os adolescentes em geral apresenta diferentes modalidades, pois ela é distinta de acordo com o pertencimento social. Vale lembrar as teorizações de Robert Castel (1995) para examinar o peso dos componentes sociais. O sociólogo francês lança a hipótese de duas formas contemporâneas de indivíduos: os “por falta” e os “por excesso”. Os que compõem o primeiro grupo contam com poucos suportes objetivos (econômicos, institucionais) e tem menores possibilidades de desenvolverem estratégias individuais, que lhes permitam escapar da dependência, para conduzirem suas vidas. Encontram-se, pois, mais assujeitados a pessoas, grupos e programas de auxílio social. Os “indivíduos por falta”, geralmente têm seu pertencimento institucional marcado por aspectos negativos.

Em contraste com os primeiros, os “indivíduos por excesso” integram uma teia de pertencimento social positivo. Isso lhes permite ter suficientes suportes em diferentes dimensões institucionais (educação, saúde, família, cultura, entre outras). Este conjunto de suportes vai garantir-lhes a não dependência, favorecendo a construção de posições autônomas.

Não podemos pensar de modo maniqueísta. A crise que atravessa o campo social contemporâneo e o trabalho atual é como um fantasma que paira, em geral, sobre todas as famílias e os sujeitos sociais. Buscar encontrar um lugar na sociedade e lutar por ele se constitui em grande desafio (Gaulejac & Taboada, 1994).

Projetos sociais para os adolescentes

Identificamos dois grandes projetos para os adolescentes:

- i. projeto de realização; e
- ii. projeto de fracasso.

Projeto de realização

Nas categorias sociais mais favorecidas, este projeto se formula como meio de assimilar as ambições adolescentes ou aquelas que outros projetaram para eles. Os ideais de sucesso, de excelência, de autonomia financeira e de renovação da sociedade são depositados nos jovens.

As famílias tentam proporcionar aos filhos capacitações educacionais máximas, além da educação formal obrigatória. As famílias passam a ser verdadeiras gestoras da educação dos filhos (Gaulejac, 2005), mesmo se, para algumas, isto se revista de grandes sacrifícios financeiros e de fortes lutas para poderem proporcionar aos filhos uma educação de qualidade.

Os adolescentes que podem participar deste projeto são “indivíduos por excesso”. Eles passam a ser equipados socioeducacionalmente para imaginar poder encontrar, no futuro, um lugar social valorizado e que lhes traga autonomia.

Projeto de fracasso

A educação também é valor para as categoriais menos favorecidas, que vivem grandes restrições econômicas. No entanto, as famílias, em sua grande maioria, só podem incentivar os filhos a trilharem a educação formal obrigatória. Elas ficam receosas com as atividades ilícitas que muitas vezes ocorrem na proximidade dos lugares onde vivem. Buscam, portanto, fazer barreira a tais adversidades na transmissão do que chamamos “capital de integridade” (honestidade, responsabilidade e dignidade). Pretendem, pela exaltação de valores morais, evitar que os filhos participem ou se interessem por atividades consideradas suspeitas.

Muitos adolescentes que integram a categoria social de “indivíduos por falta” convivem com a ideia de suspeição, ou seja, sobre eles paira a desconfiança de poderem praticar atos ilícitos. Esse entendimento leva à construção, por uma parte da sociedade, de um projeto de fracasso. Isso significa conceber um futuro perdido, onde o lugar ocupado por esses adolescentes não vai favorecer mudanças positivas da sociedade. Esses adolescentes “por falta” convivem constantemente com um paradoxo, ou seja, de serem sujeitos de direito e, ao mesmo tempo, de serem percebidos como podendo integrar um lugar desfavorecido, o que aqui denominamos projeto de fracasso. Há a produção subjetiva de um mal-estar. Propomos a hipótese (Carreteiro, 2012) de que o mal-estar é produzido na diferenciação e na discriminação social e institucional. Esse sentimento se constrói na relação, seja ela com atores institucionais, midiáticos ou em outras relações sociais. Esses adolescentes participam

de diferentes redes sociais e muitas delas produzem vínculos sociais que podem ter olhares de suspeição. Essas percepções recaem sobre eles, tornando-se uma segunda pele, a pele social negativa.

A suspeição, a princípio, é uma categoria aberta, significa a possibilidade de terem atitudes que fogem à norma, a possibilidade de condutas ilícitas. Neste sentido, há o esboço de um reconhecimento negativo, promotor de mal-estar, nem sempre consciente. Ele, na maioria das vezes, apresenta-se como um sentimento difuso, o qual se tenta evitar.



Estes dois projetos se situam em polos bem diferenciados, mas não excluímos a existência de outros. Cada um deles atrai diferentes projetos, que podem estar situados mais próximos ou afastados do núcleo de realização ou de fracasso. É importante pensar que não haverá uma determinação na trajetória dos jovens, mas imaginários prevalentes nos diferentes *locus* sociais.

A adolescência, como sabemos, é uma etapa da vida socialmente construída (Gut-
ton, 2006; Ariès 1978). Ela é atualmente concebida como um período do ciclo de vida entre o sair da infância e o ir para outro lugar sociopsíquico ainda desconhecido. É um momento de procura de si, quando o jovem visa criar novas identificações e se distanciar das anteriores (parentais e outras). O grupo de pares será muito importante, pois é integrado por sujeitos que vivem a mesma procura e o desejo de ter experimentações novas. O desejo do novo, de buscar novas sensações pauta o processo adolescente. Nessa procura, o corpo ganha um forte peso. Ele é o grande suporte das novas experiências, da sensualidade e da sexualidade. No corpo vibram o gozo, as emoções tristes e alegres. Nesta fase da vida, tendendo se destacar e ter posições consideradas próprias, o adolescente pode afirmar diversas posturas: de timidez, de sedução, de interrogação, de zoação (Carreteiro & Ude, 2007) de hiperatividade, entre outras.

A experimentação tem um papel de destaque e conta com aspectos muito criativos e, às vezes, também perigosos. Os adolescentes podem promover desafios heroicos, no ímpeto de afirmar a diferença. Mas a forma como as ações adolescentes são recebidas pelas instituições sociais (Carreteiro, 2007), depende do lugar social ocupado pelo jovem e sua família. As experimentações podem vir a ter um caráter provisório ou permanente. Algumas experimentações podem encerrar condutas delituosas pequenas ou grandes. As ações consideradas fora da norma têm destinos diferentes. São os suportes sociais que os adolescentes dispõem que poderão

favorecer que sejam provisórias ou se tornem permanentes. Aqueles que vivem em estratos sociais pautados pelo excesso – e aqui retornamos a Robert Castel – têm muito mais chances que as experiências perigosas ou excessivas se convertam em provisórias. No entanto, os que compõem os estratos sociais por falta têm muito mais probabilidade de terem suas ações transformadas paulatinamente em carreiras delinquentes. O que nos leva a pensar que muitos adolescentes são violentados e violentadores.

Os dados estatísticos ajudam a compreender o mal-estar sentido na pele dos adolescentes. Os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. As estatísticas mostram que mais da metade dos 65.602 mortos por homicídios, em 2017, no Brasil, eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 77% negros (pretos e pardos) e 91,8% do sexo masculino (*XII Anuário de Segurança Pública*, 2018) .

A prisão dos jovens representa mais de 50% da população carcerária brasileira. Esse dado aponta para mais uma forma de vitimização da população jovem¹.

Outra observação que podemos entender é que a exposição de parte do segmento jovem brasileiro a situações cotidianas de violência evidencia uma imbricação entre aspectos socioeconômicos, ideológicos e culturais, provenientes de representações negativas que lhes são imputadas. Estes dados nos ajudam a entender o projeto de fracasso. A morte dos jovens produz um destino. A morte é a ponta mais cruel do projeto de fracasso.

Além de grave violação dos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de jovens, famílias e comunidades, a violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros usufrua de um projeto de realização.

O conjunto destes argumentos nos leva a afirmar que, apesar de a adolescência ser uma categoria que é estudada por um conjunto de disciplinas (sociologia, antropologia, história, economia, psicologia), ela deve ser considerada em sua pluralidade, razão pela qual propomos em considerá-la no plural, e denominá-la adolescências. Existem na adolescência, como vimos, aspectos que são transversais a todo adolescente, mas o lugar social que cada um ocupa lhe proporcionará ancoragens sociais bastante diferenciadas, o que acarretará trajetórias igualmente diferentes.

1. Alguns estados estão mudando estes dados. No Distrito Federal, no sistema socioeducativo a internação de adolescentes diminuiu 67% e a internação provisória 2%. E a semiliberdade aumentou 2%.

Reconhecimento sociopsíquico

Abordamos a construção subjetiva levando em conta o reconhecimento. Axel Honneth (2000) enfatiza a necessidade de cada indivíduo em ser reconhecido como sujeito singular, digno de amor, digno de ser considerado como um verdadeiro cidadão, reconhecido pelos outros e reconhecendo os outros. Tal afirmação permite traçar uma ponte com o conceito de “contrato narcísico”, formulado pela psicanalista Piera Aulagnier (1978). O contrato ajuda a pensar as lógicas e os investimentos estabelecidos entre o sujeito e o conjunto social. Para Aulagnier, o investimento narcísico só é possível se a trama social da qual os sujeitos participam puder lhes investir narcisicamente. Este processo confere ao sujeito um lugar de portador de continuidade no conjunto social. O reconhecimento social, em sua vertente positiva, é então portador de narcisismo.

O contrato narcísico conduz o sujeito a ter o desejo de assumir a continuidade do conjunto sociofamiliar do qual participa. Podemos imaginar que a escassez do investimento social ou o investimento na esfera negativa possa levar a fragilizar os vínculos sociais juvenis e a produzir um déficit narcísico psicossocial, que conduz ao mal-estar e ao sentimento de desamparo.

De forma geral, as instituições deveriam poder participar do reconhecimento dos sujeitos adolescentes pela via da positividade e da promoção de sentimentos de pertencimento. Existem *locus* privilegiados de construção dos afetos adolescentes, como o grupo de pares, a família e a escola. Não devemos desprezar também os outros contextos institucionais, visto que o reconhecimento do sujeito deve estar presente em todas estas dimensões.

O sistema socioeducativo tem mais possibilidade de capturar os adolescentes que aqui denominamos por falta do que os demais. No entanto, sabemos da preocupação de muitos profissionais deste sistema em poder refletir sobre suas práticas e de colocá-las em análise (Pereira de Andrade & Amaral Machado, 2017). Na nossa perspectiva, para se abordar esta problemática convém levar em conta diversas dimensões, o que nos faz citar a sua complexidade.

Complexidade das comunidades de afetos e as intervenções socioclínicas

A área da comunicação (Paiva, 2012) discute muito a terminologia “comunidade de afeto”. Ela é concebida como possibilidade de vinculação em que o afeto, a simpatia, a igualdade de interesses e de partilha definem os contatos. Enfatiza-se o contexto

atual que se caracteriza por grande densificação tecnológica e por altíssimo fluxo de informação a partir de novos mecanismos de conexão, modos de estar juntos.

Pode-se pensar – como veremos – as comunidades de afeto, na perspectiva adolescente, enfocando os diversos vínculos construídos junto às instituições e aos profissionais institucionais, aos grupos de pares e à família.

Na nossa perspectiva, o afeto pode ser considerado em várias acepções. Há os sentimentos que se inscrevem em uma perspectiva positiva, estes envolvem a criação, o aprimoramento e a continuidade de vínculos. Existe um interesse pelo outro, considerado em sua alteridade. Há também uma acepção diferente, os sentimentos que atacam os vínculos e que buscam destruí-los. No entanto, quaisquer que sejam os afetos, as relações e os vínculos sociais serão sempre atingidos, de modo positivo ou não.

Para a psicanálise, os afetos são os modos de representações das pulsões de vida e de morte (Laplanche & Pontalis, 2000). Eles incluem um espectro bastante amplo de sentimentos. Eugène Enriquez (1994) considera existir um dinamismo pulsional que sempre se articula com muitas outras dimensões institucionais, sociais, grupais, familiares, históricas, ideológicas e políticas.

Consideramos que enfatizar a comunidade de afeto juvenil requer pensar na rede social e institucional da qual os adolescentes participam.

Aqui pensamos nas medidas socioeducativas. Elas se apoiam nas diretrizes dos direitos humanos e se voltam para a implementação de políticas públicas previstas no ECA e estabelecem

regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que devem ser seguidos durante o processo de apuração de ato infracional cometido por adolescentes até a execução de medidas socioeducativas. Além disso, propõe as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) em preferência às restritivas de liberdade, as quais somente devem ser aplicadas em caráter excepcional, nos casos de atos infracionais mais graves. O documento orienta, ainda, para a articulação das políticas intersetoriais em nível local e a constituição de redes de apoio nas comunidades (Costa, Penso, Sudbrack & Jacobina, 2011).

Para adentrarmos a questão do afeto na perspectiva socioclínica, cabe perguntar quais posturas clínicas podem estar presentes junto aos profissionais que trabalham com os adolescentes nos vários tipos de medidas. Discutiremos três delas:

i. a clínica e a abordagem clínica;

ii. a implicação; e

iii. a escuta.

A clínica e a abordagem clínica...

A clínica não é unicamente restrita à psicoterapia ou à psicanálise, apesar de ter se desenvolvido muito nestes campos. Outros profissionais podem ser sensíveis a ela. A clínica referida aqui é aquela que engloba o social e o institucional, ou seja, a clínica enquanto abordagem.

Toda clínica inclui uma relação na qual há certa tensão, alguma forma de sofrimento e também de prazer, há o desejo de se atribuir sentidos ao sofrimento, ou a situação com a qual estamos sendo confrontados. A situação é um conceito importante. Ela pode ser considerada, ao mesmo tempo, em sua singularidade e em sua transversalidade. Por ser singular é única, mas, ao mesmo tempo, tem semelhanças com outras, daí seu aspecto transversal. Ela também é ocupada por um espaço e um tempo, por limitações e por indícios de potência. No caso dos adolescentes, deve-se estar atento às suas histórias pessoais e àquela que se tece fora e dentro da instituição onde ele está.

A clínica implica também uma postura de questionamento. Ela nos leva a interrogar em permanência os modos de construção, as funções, as significações, os aspectos defensivos e inovadores que a situação tem naquele momento. Deste modo, não se pode negligenciar o lugar institucional onde está o profissional. A instituição tem projetos e exigências e uma cultura organizacional.

A clínica nos remete ainda a uma ética. Como podemos estar com o outro e considerá-lo como sujeito – ou seja, não assujeitá-lo – e, ao mesmo tempo, responder às exigências da situação? O outro nem sempre é um sujeito individual, ele pode ser coletivo. No entanto a mesma postura ética e de interrogação faz-se necessária.

A atitude clínica não deve perder de vista a análise dos sentidos das ações dos diversos protagonistas, das dinâmicas que são permanentemente criadas, da avaliação das forças autônomas ou heterônomas (Castoriadis, 1982) que compõem o campo de trabalho. A clínica social deve poder agregar os diversos atores sociais e institucionais.

A implicação

A implicação, seguindo Enriquez (2001), não se concebe sem simpatia e distância. Tal premissa traz implícita uma grande dificuldade, qual seja, conseguir o equilíbrio entre essas duas dimensões. A simpatia significa o interesse pelos sujeitos (individuais ou coletivos) com os quais estamos trabalhando, eles nunca são estranhos ao sociólogo clínico (Barus-Michel, 2004). A implicação é igualmente o engajamento, a responsabilidade, a subjetividade e a intersubjetividade (Amado, 2013). A implicação participa sobremaneira do tipo de escuta que se tem da situação. Ela se torna um instrumento privilegiado da análise da situação. É preciso entender a implicação como a capacidade de se abrir ao sentido, de acolhê-lo e em primeiro lugar admiti-lo onde ele nos atravessa. Essa é a melhor oportunidade para apreendê-lo. Isso não quer dizer imergir nele, mas reconhecê-lo, o que supõe ao mesmo tempo uma distância (Barus-Michel, 2004: 126).

Devemos fazer uma distinção entre simpatia e identificação. A simpatia permite nos acercarmos das pessoas, enquanto a identificação não cria a distância necessária. No entanto, a análise da implicação permitirá entender quais sentimentos atravessam o profissional. Muitas vezes a própria identificação os invade. Neste momento pode-se admitir a existência dos diversos sentimentos, buscar acolhê-los e decifrar as possíveis significações que apresentam. Ao ser afetado pelos sentimentos, pode-se buscar adentrar na compreensão da situação. Tal atitude reflexiva favorece encontrar modos de sair ou transformar a posição dos profissionais na situação, criando a distância necessária para compreendê-la e atuar.

Pensar na implicação é poder colocar em análise a história pessoal e social, as questões políticas que atravessam os trabalhos. E também poder trabalhar com os estereótipos que têm os profissionais. São os adolescentes sujeitos ou infratores? Não se pode desconsiderar o ato infracional, mas não se pode fazer com que este assuma a identidade mesma do sujeito.

A implicação refere-se também a vivenciar os dilemas que, muitas vezes, estão presentes nas prescrições relativas às atividades esperadas dos técnicos, como, por exemplo, a elaboração de relatórios psicossociais. A questão que se coloca – como mostram Liana F. Costa, Maria Aparecida Penso, Maria Fátima Sudbrack; Olga Maria Jacobina (2011) – é como realizá-los levando em conta a história de vida sociofamiliar do adolescente e, ao mesmo tempo, poder oferecer subsídios à demanda da Justiça. Muitas vezes o profissional que trabalha no sistema socioeducativo vive o impasse de ser um profissional do entre, de estar de um lado com o adolescente e a família e de ter de atender outras demandas judiciais em relação ao mesmo adolescente.

Uma das demandas é a produção de relatório sobre o jovem. Essas questões não podem fugir às formas de vivenciar a implicação.

É justamente mediante a análise da implicação que se contribui para que a situação avance, tome outros contornos. Jacqueline Barus-Michel (2004) diz que somos nosso primeiro objeto de análise, e que isso permite encontrar uma distância necessária para se refletir sobre o que fazer e como fazer.

A escuta enquanto postura

A ética da escuta do sofrimento parte da ideia motora do reconhecimento do sofrimento do outro e do nosso próprio. A perspectiva clínica vai supor uma sensibilidade particular vis-à-vis o outro.

A escuta só é efetiva se aquele que escuta estiver implicado em um duplo movimento que se opera de forma articulada. Escutar o outro é também poder escutar a si mesmo. Escutar é estar continuamente atento à implicação e ao conjunto dos atravessamentos que afetam o processo de estar com o outro; é neste sentido que a escuta leva em conta o contexto situacional no qual ela ocorre.

Escutar é poder permitir os desdobramentos da pulsão epistemofílica (Freud, 1996 [1905] apud Enriquez, 1993b), que faz sua emergência em um horizonte de interrogação, de dúvida e de desejo de compreender. Escutar é ainda estar ciente de que a pulsão de domínio (Enriquez, 1993b), de desejo de controlar, buscará ser sempre atuante. Em síntese, é atentar para a dualidade do trabalho pulsional e poder pensar, interrogar como o campo da atividade pode fortalecer mais uma ou outra vertente da dimensão pulsional. Escutar é poder desenvolver uma escuta plural: estar sensível aos vários atravessamentos que têm as situações.

Escutar em situações de trabalho é ainda estar atento às defesas coletivas que podem ser ativas para a manutenção da organização de trabalho, como enfatizam os estudos da psicossociologia (Lhuillier, 2006) e da psicodinâmica do trabalho (Dejours, 1989). O sofrimento, segundo essa abordagem, é fruto da organização do trabalho. Para poder ser escutado, ele não deve ser abstraído das condições organizacionais que o engendraram, o sustentam, bem como das defesas coletivas que existem em torno dele.

Manter uma postura clínica – levando em consideração a escuta, a implicação e a análise da situação – permite construir dispositivos de trabalho junto aos adolescentes. A princípio não existe um único dispositivo, estes são construídos de acordo

com as situações, os diversos atores envolvidos e as possibilidades e limites institucionais. Neste sentido, a ênfase à singularidade é bastante pertinente.

A sociologia clínica e a psicossociologia consideram ser importante atentar para estas posturas nos trabalhos realizados. Os afetos considerados em uma dimensão da complexidade perpassam todas as relações.

Não se pode ser ingênuo a ponto de esperar que os adolescentes aceitem *a priori* os trabalhos socioeducativos. Os jovens estão enquadrados institucionalmente por terem cometido alguma ação considerada como sujeita a ser julgada pela Justiça. Foi a inscrição da Lei que os remeteu a instituição onde há certa tutela. Deste modo, a relação com os profissionais é marcada por todos estes limites. Eles estão presentes no vínculo formado com os profissionais e a instituição. As relações estabelecidas, apesar de serem bastante diferenciadas, podem ser pautadas por silêncios, pela obrigação, pela violência, pelo não engajamento ou também por fortes identificações dos adolescentes. A perspectiva clínica, ao dar ênfase à implicação, remete à importância da atenção aos sentimentos dos profissionais e aos vínculos que se tecem, sempre tendo em vista que a presença do jovem se enquadra em um projeto institucional.

Tipos de comunidades de afeto no horizonte juvenil

Podemos pensar na comunidade de afeto junto ao grupo de pares, à família, à escola, à saúde, a contextos profissionais, de lazer, entre outros. Em síntese, aos grupos que constituem a rede social juvenil. Mais uma vez, o afeto é observado de forma complexa, como pudemos justificar anteriormente. Convém interrogar que vínculos são estabelecidos nestes diversos contextos, quais as dinâmicas prevalentes.

Na família, indagar sobre as relações sociais, quais são mais predominantes, qual o nível socioeconômico, como se constroem as relações familiares, quem exerce autoridade, como circula a função da Lei. Compreender a dinâmica familiar presente e a história familiar articulando-a continuamente com as relações sociais pode ser de grande importância para fornecer elementos para o entendimento da posição ocupada pelo adolescente na família.

No grupo de pares, quais elementos permitem formas de identificação positivas ou não entre os adolescentes e os outros sujeitos; quais personagens são idealizados, quais os temidos ou considerados como tendo posturas heroicas. Como ocorrem as

relações de gênero? Quais atividades são desenvolvidas? Onde ocorrem os encontros dos grupos e como eles circulam no espaço da cidade, como se dá o ir e vir?

Na escola podemos empregar o mesmo questionamento sobre a importância dos grupos, mas, ao mesmo tempo, pensar no sentido da função da aprendizagem e na relação estabelecida com os professores.

Envolver a família, os grupos e demais instituições junto aos adolescentes representa uma forma de atuar em uma perspectiva de rede. Essa é fundamental para o andamento do trabalho e os vínculos juvenis, atentando para as dificuldades, as potencialidades e os desafios que existem nos diversos contextos.

A atitude do profissional pode ser propulsora de reflexões. A escuta do conjunto das situações terá um duplo objetivo: compreendê-las com o propósito de cumprir um projeto institucional, o qual solicita uma avaliação do jovem e permite intervir a partir dessas compreensões, com o objetivo de propiciar ações reflexivas junto aos sujeitos, às famílias e aos grupos envolvidos. É neste sentido que podemos dizer que são criados modos qualitativos de intervenções.

Para poder contribuir de modo positivo na construção subjetiva do adolescente e favorecer a elaboração de um projeto, o profissional deve ter como norte que a filiação de todo sujeito é psico-sócio-política. Desde o nascimento, qualquer indivíduo participa de uma dupla filiação: por um lado há a familiar, por outro, a cidadã.

Filiação familiar

Ser filho é se inscrever na linha de continuidade da espécie humana e da família. Todo filho é herdeiro, recebe os valores e os ideais dos progenitores ou daqueles que exercem esses papéis. As transmissões parentais podem ser convergentes, divergentes ou mesmo ambivalentes.

Ser filho é também herdar os conflitos entre gerações, conscientemente ou não. É herdar os projetos que os pais (ou outras referências parentais) construíram para ele.

Filiação cidadã

Na linhagem social, ser cidadão é passar a ocupar um lugar na sociedade. É se inscrever em um registro de direito e de deveres sociais. Esta filiação também traz diversas heranças sociais. Fora a dimensão legal, há outra, o lugar que as instituições

dispensam aos diferentes cidadãos. A legitimidade que as instituições lhes proporcionam no gozo dos direitos e na relação com os deveres. Esta dimensão também está incluída na herança familiar. Os pais também são herdeiros de aspectos sociais e as transmissões que fazem aos filhos são atravessadas por estes aspectos. Ao nos referirmos à filiação social, consideramos o eixo da herança sociofamiliar e o lugar atribuído pelas diversas instituições aos diferentes cidadãos.

Muitos sentem o peso da filiação social negativamente e se sentem como cidadãos diminuídos, minimamente assistidos pelo sistema social, às vezes mesmo colocados à parte, rejeitados, sendo objeto de desconfiança e, às vezes, de ódio.

A filiação familiar e cidadã funcionam sempre de forma bastante articulada. Toda família, apesar de sua singularidade, será sempre atravessada pelo social. A construção subjetiva de qualquer sujeito é intimamente vinculada a ambos os eixos. Deste modo, os projetos institucionais elaborados em uma perspectiva singular devem levar em consideração estas filiações.

O reconhecimento no trabalho socioeducativo e o lugar da rede

Se até aqui nos referimos ao trabalho junto ao jovem é também necessário voltarmos a atenção ao trabalhador que atua no sistema socioeducativo.

Frisamos a importância do reconhecimento para a construção subjetiva do adolescente, mas é importante também pensar no reconhecimento do sujeito trabalhador e por onde passa este reconhecimento nas atividades de trabalho.

Buscar meios de fortalecer os coletivos de trabalho, poder dividir com ele realizações, angústias e limitações é um modo de trabalhar de forma não individualista e de procurar novas criações. Convém precisar que a formulação do trabalho socioeducativo traz em sua concepção uma grande inter-relação dos coletivos. Nos dias atuais, onde o individualismo e a competição são muito grandes, vale apostar na construção de coletivos e em modos de resistir e de buscar prazer no trabalho, sem, contudo, esquecer o sofrimento.

O trabalho neste sistema tem na rede institucional uma vertente muito forte, visto que o adolescente é encaminhado a integrar várias instituições. O reconhecimento do trabalho de outros profissionais nos múltiplos pontos da rede é mister. A atividade profissional não pode ser unicamente a de fazer encaminhamentos burocráticos, mas de poder realmente acompanhar os jovens, de discutir com os colegas

sobre o trabalho realizado, os entraves, as formas de desobstrução e de facilitação. Enfim, pensar no jovem como sujeito de direito e na forma como as instituições estão participando em sua produção subjetiva e cidadã.

À guisa de conclusão

Neste artigo, orientado pela sociologia clínica e pela psicossociologia, quisemos discutir de forma sucinta os lugares que são atribuídos aos adolescentes na sociedade. Isto nos encaminhou a pensar em um dos destinos institucionais do jovem, que participa da categoria de indivíduos por falta, o sistema socioeducativo. Almejamos apontar a importância de se pensar na clínica social para os profissionais que trabalham neste campo institucional. Sabemos do grande desafio que é realizar trabalhos socioeducativos, pois o seu usuário carrega um peso de grande estigmatização.

Os adolescentes que integram o sistema socioeducativo participam pouco das instituições. A escola e a Justiça são as mais presentes em suas vidas. No entanto elas são bastante diferenciadas. A primeira remete a identidade de aluno, enquanto a segunda marca o caráter de delito. A questão que se coloca é como, na prática institucional, pode se manter fiel ao ECA e enfatizar o que ele apregoa – ser o adolescente sujeito de direito.

Buscamos levantar essas questões sem, no entanto, ter uma visão romântica, mas realista, enfatizando as angústias, os sofrimentos e os conflitos. Na perspectiva clínica, estes últimos são reveladores das contradições e tensões (Gaulejac, 2019). O conflito então não é algo a ser eliminado, mas incluído no campo de trabalho e é deste modo que a clínica social acompanha o conjunto das atividades dos profissionais. Ela não os deixa refratários aos sofrimentos, mas propõe que eles sejam analisadores das situações. O profissional, ao assumir o seu lugar de sujeito, vai permitir ao outro também poder ter essa posição.

Finalizamos com uma citação de Cornelius Castoriadis no final de um dos capítulos do livro *Le monde morcelé* (1997). O autor refere-se a um diálogo hipotético. Uma pessoa pergunta para outra: O que você quer então? Mudar a humanidade? E a outra responde: “Não, eu quero uma coisa infinitamente menor: que a humanidade mude”.

Referências

- XII ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/>>. Acesso em: 20 Ago. 2019.
- AMADO, G. Implicação. In: BARUS-MICHEL, J.; ENRIQUEZ, E.; LEVY, A. (Orgs.). *Dicionário de psicossociologia*, p. 367-374. Portugal: Editora Climepsi. 2013.
- ARIËS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- AULAGNIER, P. *La violence de l'interprétation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.
- BARUS-MICHEL, J. *Souffrance. Sens et croyance*, Paris: Éditions Érès, 2004.
- CARRETEIRO, T. C. O. C. Adolescências nas malhas do tráfico. In: AMPARO, D.; ALMEIDA, S.; BRASIL, K.; GANDOLFO, M.; MARTY, F. (Orgs.). *Adolescência e violência: intervenções clínicas, psicossociais e educativas*, p. 110-119. Brasília: Editora UnB, 2012.
- . Famílias confrontadas com o trabalho futuro dos filhos – um projeto de pesquisa. In: FERES- CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*, p. 181-201. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- CARRETEIRO, T. C. O. C.; UDE, W. Juventude e virilidade: a construção social do etos guerreiro. *Revista Pulsional de Psicanálise*, v. 191, p. 63-73. São Paulo: Escuta, 2007.
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.
- CASTORIADIS, C. *Le monde morcelé*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1997.
- . *Instituição imaginária da sociedade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COSTA, L. F; PENSO, M. A.; SUDBRACK, M. F. O.; JACOBINA, O. M. P. Adolescente em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. *Psicologia em Estudo*, v. 16 n. 3, Maringá, Jul./Set. 2011
- DEJOURS, C. *A loucura no trabalho*. São Paulo: Cortez, 1989.
- DURKHEIM, E. *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2013 [1895].

———. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins fontes, 2007.

ENRIQUEZ, E. Instituições, poder e “desconhecimento” In: ARAÚJO, J. N. G.; CARRETEIRO, T. C. (Orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica*, p. 49-74. São Paulo; Belo Horizonte: Escuta; Fumec, 2001.

———. *A organização em análise*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

———. L’approche clinique: genèse et développement en France et en Europe de l’Ouest. In: DE GOULEJAC, V. ; ROY S. (org). *Sociologies cliniques*, p. 19-35. Marseille: Hommes et perspectives, 1993a.

———. L’analyse clinique dans les sciences humaines. In: ENRIQUEZ, E.; HOULE, G; RHEAUME, J; SEVIGNY, R. (Orgs.). *L’analyse clinique dans les sciences humaines*, p. 181-195. Montreal: Éditions Saint-Martin, 1993b.

GAULEJAC, V. de. Épistémologie de l’ intervention socioclinique. In: VENDEVELDE-ROUGALE, A. ; FURGIER P. *Dictionnaire de sociologie clinique*, p. 252-256. Paris: Éditions Érès, 2019.

———. *La société malade de la gestion: idéologie gestionnaire, pouvoir managériel et harcèlement social*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2005.

GAULEJAC, V. ; TABOADA, I. *La Lutte des places*. Paris: Hommes et Perspectives, 1994.

GUTTON, P. Parentalité. *Revue Adolescence*, v. 24, n. 1, p. 9-32, 2006.

HONNETH, A. *La lutte pour la reconnaissance*. Paris: Éditions du Cerf, 2000.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.B. L. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LHUILIER, D. *Cliniques du travail*. Paris: Éditions Érès, 2006.

PAIVA, R. A comunidade do afeto. *Revista Matrizes*, v. 6, p. 63-75, São Paulo, ECA/USP, 2012.

PEREIRA DE ANDRADE, A.; AMARAL MACHADO, B. *Justiça juvenil: paradigmas e experiências comparadas*. Brasília: Fundação Escola Superior Marcial Pons, 2017.

YZAGUIRRE, F.; CASTILLO MENDOZA, C. A. La perspectiva de la sociología clínica: una sociología de proximidad orientada al sujeto. In: “Crisis y cambio: propuestas desde la sociología”. Actas Del XI Congreso Español de Sociología, p. 832-840, 2013.



A passos largos: meninas da periferia rumo à universidade e seus dilemas psicossociais

Recebido: 17.10.19
Aprovado: 18.12.19

Tania Mara Campos de Almeida*

Katia Tarouquella Brasil**

Dianne Magalhães Viana***

Simone Lisniewski****

& Valérie Ganem*****

Resumo: A divisão sexual do trabalho ainda é marca discriminatória na sociedade brasileira, cabendo às mulheres os trabalhos precarizados e menos valorizados. Ao refletir sobre os temas gênero e educação, o artigo identificou as contribuições do “Meninas velozes”, projeto de extensão e pesquisa interdisciplinar, no enfrentamento a esse cenário, a partir do fortalecimento do aprendizado e de dimensões psicossociais. Tal projeto é conduzido por professoras e pesquisadoras das engenharias, ciências sociais e humanas da Universidade de Brasília (UnB) e da Université Paris 13 (França). Suas ações ocorrem em escola pública na periferia do Distrito Federal desde 2013 e atingiu, nestes seis anos, mais de 100 meninas. Foram aplicados questionários para coleta de dados socioeconômicos e entrevistas semiestruturadas junto a 16 alunas da UnB, egressas do projeto. Seus relatos evidenciaram situações que ameaçam sua permanência e integração na universidade e que fragilizam a saúde mental, como assédio, restrições materiais e conflitos pessoais.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Saúde mental. Extensão universitária.

Wide steps: peripheral girls towards university and its psychosocial dilemmas

Abstract The sexual division of labor is still a discriminatory mark in Brazilian society, leaving women with precarious and less valued works. In reflecting on gender and education, this article identified the contributions of the “Meninas velozes”, a interdisciplinary project of extension and research, in facing this scenario from the strengthening of learning and psychosocial dimensions. This project is led by professors and researchers from engineering, social sciences and humanities of Universidade de Brasília (UnB) and Université Paris 13 (France). Its actions have been taking place in public school on the outskirts of the Federal District since 2013 and has reached more than 100 girls in these 6 years. Questionnaires were applied to collect socioeconomic data and semi-structured interviews with 16 students from UnB, former project participants. Their reports highlighted situations that threaten their permanence and integration in the university and weaken mental health, such as bullying, material restrictions and personal conflicts.

Key words: Gender. Education. Mental health. University extension.

* Tania Mara Campos de Almeida é professora do Departamento de Sociologia/Instituto de Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres/Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
Orcid: 0000-0003-4147-7668.
<taniamaraca@unb.br>.

** Katia Tarouquella Brasil é professora do Departamento de Psicologia Clínica e do Laboratório de Psicopatologia, Linguagem e Psicanálise/Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
Orcid: 0000-0002-3988-0784.
<ktarouquella@gmail.com>.

*** Dianne Magalhães Viana é professora do Departamento de Engenharia Mecânica/Faculdade de Tecnologia e do Programa de Pós-Graduação em Design/Departamento de Design da Universidade de Brasília, Brasília,

Brasil.
Orcid: 0000-0001-
8396-8022.
<dianne.magav@
gmail.com>.

**** Simone
Lisniewski é
professora do
Departamento
de Teoria e
Fundamentos/
Faculdade de
Educação da
Universidade de
Brasília, Brasília,
Brasil.
Orcid: 0000-
0002-3035-8164.
<psicosimone@
gmail.com>.

***** Valérie Ganem
é pesquisadora
do Laboratoire
Unité Transversale
de Recherche
Psychogénèse et
Psychopathologie
(UTRPP), associada
do laboratório
Psychologie Clinique,
Psychopathologie et
Psychanalyse (PCPP)
de l'Université de
Paris mestre de
conferências da
Université Sorbonne
Paris Nord, Paris,
França, membro
da Associação
Internacional dos
Especialistas da
Psicodinâmica e
de Psicopatologia
do Trabalho (PDT).
<ganemvalerie@
gmail.com>.

Introdução

A análise da divisão social e sexual do trabalho – proposta por Helena Hirata e Danièle Kergoat (1988) – alertava, na década de 1980, para a exclusão ou reduzida representação das mulheres em algumas áreas laborais tradicionalmente masculinas. Essa situação revelou elementos complexos da dominação de gênero no mundo contemporâneo, quando se supunha alcançar níveis mais equânimes entre homens e mulheres nas relações de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Afinal, nesse mundo de princípios igualitários, a seara do trabalho constitui importante referência para a determinação de direitos e deveres, inclusão social, padrões de identidade e sociabilidade, comportamento político, estilos de vida e modelos de família.

Análises mais recentes – a exemplo de Bila Sorj (2000) – mostram que as condições de gênero, raça e sexualidade, juntamente com classe social, passaram a compor o quadro teórico de entendimento das dinâmicas das relações de trabalho e das formações profissionais. Os indivíduos ou os grupos de trabalhadores(as), portanto, não respondem apenas a fatores de ordem econômica, tecnológica ou política do espaço público (os quais têm sido privilegiados nas explicações sociológicas tradicionais). A posição diferencial de homens e mulheres no âmbito doméstico atua até mesmo nas oportunidades de cada um(a) nas escolhas das carreiras, na oferta de mão de obra no mercado, nos postos laborais e salários.

O tripé das categorias “gênero”, “raça” e “classe” intervém de modo importante na educação formativa de jovens e na divisão social do trabalho, especialmente no Brasil, com longa tradição patriarcal, racista e classista. Haja vista que a desigualdade salarial e a discriminação no trabalho, a pobreza e a exploração do trabalho doméstico têm forte impacto na vida das mulheres. Karin Stallard, Barbara Ehrenreich e Holly Sklar (1983), a propósito, evidenciam como essas desigualdades impactam a saúde física e mental das mulheres. Em geral, são mal remuneradas, exploradas e sobrecarregadas com demandas domésticas e têm poucas oportunidades de ascensão na carreira.

As mulheres recebem as piores remunerações da sociedade contemporânea. As mulheres negras são ainda mais afetadas pelas condições de pobreza e discriminação estrutural, pois o racismo torna as condições de enfrentamento da desigualdade ainda mais difíceis: por mais que completem os estudos, permanecem nas piores posições em comparação aos homens e às mulheres brancas. Ao se manifestar de modo interseccionado, o referido tripé evidencia a exclusão das pessoas negras – em especial das mulheres negras – dos lugares de reconhecimento, prestígio, distribuição de recursos e de avantajadas remunerações.

Kimberlé Crenshaw (2002) elaborou e deixou operacional às ciências sociais e humanas e aos movimentos feministas de mulheres negras o termo interseccionalidade, que já havia surgido nesse meio nos anos 1960 e 1970. O termo aponta para a existência de grupos em condições de múltiplas, constitutivas e invisíveis opressões. A vida das mulheres negras está, portanto, submetida a sistemas inter-relacionados de poder, como as formas próprias de suas resistência estariam moldadas por condições imbricadas de gênero, raça, classe, sexualidade, religião e até mesmo de outros marcadores sociais, a depender da situação em análise. As políticas públicas, por exemplo, têm impactos variados nos grupos de mulheres. E estas também são representadas na cultura de forma diferente, sofrendo a discriminação a partir de diferentes preconceitos e formas de dominação articulados entre si.

Por um lado, essa situação nos remete a algumas reflexões:

- De que modo a organização social coloca os sujeitos em uma posição de submissão a essas categorias de gênero, classe e raça?
- E que inscrições subjetivas essa posição marca o sujeito e lhe acarreta sofrimento psíquico?

Por outro lado, a preocupação em refletir e contribuir para a transformação desse cenário de opressões interseccionadas levou-nos até à escola, espaço em que as questões relacionadas à formação e futura ocupação do espaço social pela via do trabalho se faz presente.

Nessa atuação, seguimos diretrizes norteadas por importantes movimentos ocorridos em décadas anteriores, pautados por:

- Em 1981, a criação da Rede de Educação Popular entre Mulheres (Repem), que visa estimular a educação de meninas na América Latina.
- Em 1993, na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, o lançamento de uma carta que determina às mulheres “o acesso igualitário à educação em todos os níveis”.
- Em 2016, a garantia de livre acesso à educação para as meninas e mulheres em todos os níveis educacionais até 2030, por parte de vários líderes mundiais.
- Em acordo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), esses líderes se comprometeram que,

até 2100, todas as crianças de baixa renda completarão o ensino fundamental básico.

▫ Paralelamente, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu como terceiro item nas metas do desenvolvimento do Milênio a promoção da igualdade de gênero e a capacitação das mulheres.

Uma avaliação realizada em 2006 mostrou que houve avanços no cenário mundial. No entanto, as mulheres enfrentam inúmeros desafios para permanecerem e darem seguimento aos estudos. O relatório da ONU de 2013 informou que dois terços da população analfabeta no mundo é de mulheres e não há mudanças significativas nesses dados até 2018. A maioria dos projetos nessa frente enfatiza o ganho econômico com a educação e sugere que as questões do ensino às meninas seja um ponto de enfrentamento, assim como um currículo escolar inclusivo que estimule seus estudos avançados, articulados com as possibilidades e necessidades locais.

Além disso, sabe-se que, durante a vida escolar e universitária, crianças e jovens trazem inscrições sociais e psíquicas de sua história familiar e as marcas que essa experiência lhes imputa. Ou seja, a família e o contexto social que circundam a escola reproduzem modos de relações sociais excludentes, marcam a subjetividade e atingem a saúde mental dos(as) alunos(as). A escola também corre o risco de fortalecer estereótipos de gênero, raça e classe social, reproduzindo os preconceitos socialmente construídos e vários tipos de violências intra e intergrupos sociais. Daniel Miranda, Claudia March e Lilian Koifman (2019) destacam que, no ambiente escolar, as práticas de cuidados devem promover uma educação emancipadora que coexista no interior de um modelo social excludente e classista, o que coloca em risco a saúde mental desses(as) jovens (Lucca, 2016).

1. Projetos como PretaLab e Maria Lab, que incentivam meninas a cursarem as áreas de exatas. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Mais-engenheiras-Jornal-O-Globo.pdf>>.

Existem hoje projetos¹ que buscam ampliar o perfil de ensino voltado para as jovens de periferias urbanas, com especial atenção para esses fatores de vulnerabilidade na reprodução de opressões e fragilidades psicoafetivas. Dentre eles, o projeto “Meninas velozes”, ora aqui apresentado, que tem como objetivo a disponibilização de conteúdos das ciências exatas a estudantes mulheres do ensino médio público, bem como o incentivo à continuidade da educação em nível superior e a desmistificação de impedimentos para ingresso em áreas de trabalho predominantemente masculinas.

Paralelamente a esses projetos, destacam-se as políticas públicas de democratização da universidade, desenvolvidas de modo significativo no país a partir dos anos 2000, as quais convocaram as escolas públicas de ensino médio a se mobilizarem

para preparar seus/suas alunos(as) à nova realidade: a universidade. Em 2012, foi aprovada a Lei de Cotas, determinando que instituições federais brasileiras reservassem 50% das vagas para estudantes oriundos(as) de escolas públicas, negros(as) e indígenas. Nesse contexto, abria-se maior possibilidade de acesso para esses grupos – nos quais se inserem as meninas de periferia – aos extratos superiores e mais bem qualificados da educação, uma vez que as universidades públicas lhes eram inatingíveis.

Fernando Guarnieri e Lucy Melo-Silva (2017) afirmam que as cotas nas universidades se constituíram numa forma de combater o racismo e promover reparação de parte dos danos históricos que atingiu principalmente a população negra. Nesse sentido, pela via das cotas, a universidade passou a refletir a diversidade da população brasileira, além de valorizar a identidade de grupos raciais, étnicos e sociais, tanto que jovens desses grupos foram os(as) primeiros(as) a ingressarem em instituições que ninguém de suas famílias ou comunidades tinha frequentado até então. As conformações sócio-históricas acerca do ensino superior – como espaço historicamente destinado às camadas mais ricas da população brasileira com vistas à manutenção de privilégios econômicos e de oportunidades concentradas nesses segmentos – sempre impediram o acesso das jovens negras e indígenas de periferia aos seus quadros. Essa exclusão expressa o silenciamento de suas experiências e vivências na sociedade, reforçando as condições de subalternização (Mayorga & Souza, 2012; Ortega, 2011; Carvalho & Segato, 2002).

Além disso, a estrutura acadêmica apresenta uma dinâmica que inferioriza epistemologias e formas de expressão advindas desses corpos e mentes. Na perspectiva de gênero, Tânia Mara de Almeida (2018) afirma que a universidade se sustenta historicamente pela deslegitimação dos saberes gerados por perspectivas feministas. Alerta ainda sobre os mecanismos históricos de negação nos espaços universitários em relação aos segmentos não localizados no padrão hétero-patriarcal, branco e elitista. Neles, perpetuam-se o imaginário e as representações sociais que estigmatizam as mulheres – em especial pobres, negras e indígenas – quanto à sua capacidade intelectual e essencialidade em ocupações precarizadas de cuidados (Gonzalez, 1988).

Inserido nesse contexto, o projeto “Meninas velozes” não atua apenas como iniciativa a facilitar o entendimento de conteúdos às participantes. Volta-se fortemente à discussão e à reflexão sobre ser menina de periferia com limitadas possibilidades de inserção no ensino superior e como esta posição as inscreve em um lugar social e subjetivo com implicações de diversas ordens às suas autonomias e autoestimas. O projeto se apresenta contribuindo, portanto, para a promoção da saúde mental das meninas diante do fortalecimento de suas identidades, da ampliação de

suas perspectivas futuras de formação e na prevenção de conflitos psicossociais no ambiente universitário que passam a pertencer, conforme este artigo objetiva analisar a seguir.

Mulheres jovens de periferia na UnB e o projeto “Meninas velozes”

Sensibilizadas pela pouca representatividade das mulheres nos cursos de engenharia, professoras da Faculdade de Tecnologia (UnB), Departamento de Engenharia Mecânica, iniciaram um projeto de extensão e pesquisa em 2013, tendo em vista contribuir com a formação, a inclusão social e a equidade de gênero nas carreiras relacionadas a áreas *Science, Technnology, Engineering and Mathematics* (Stem). Com base em um conjunto de ações planejadas e integradas com os programas de ciências exatas e outras matérias do currículo do ensino básico, foram elaboradas atividades de extensão com apoio de graduandas, utilizando métodos de aprendizagem ativa para escolas.

Com a intenção de criar impacto em escolas de comunidades vulneráveis, decidiram por intervir junto a uma escola pública secundarista localizada em uma região do Distrito Federal apresentando baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse sentido, o projeto se ampliou e a ele se somaram professoras estudiosas da temática de juventude e gênero, bem como professoras de engenharia do *campus* UnB/Gama (DF). A escola escolhida situa-se na cidade de Santa Maria (DF), onde havia cenário de abandono crescente da escolarização por parte das meninas, gravidez precoce e violência. Situações que apontavam para o fato de que as alunas estariam em fragilidade social e psíquica.

O nome “Meninas velozes” – atribuído ao projeto – evidencia a oposição em relação à tradicional construção social de gênero, de que as meninas, em sua maioria e diferentes dos meninos, não são atraídas por corridas de carros, são quietas, passivas e obedientes. Assim, o nome do grupo esteve presente nas temáticas das oficinas sobre gênero e educação/psicologia, gerando discussões e reflexões sobre o lugar das mulheres no mundo acadêmico, no trabalho, no contexto familiar e nas relações amorosas.

O projeto se consolidou ao longo destes seis anos e atualmente há duas linhas de trabalho e de pesquisa inter-relacionadas:

i. aspectos educacionais em Science, Technnology, Engineering, Arts and Mathematics (Steam)²;

2. Utilizamos o conceito de uma metodologia de aprendizagem capaz de articular as áreas de ciências, tecnologia, engenharia, arte e matemática como abordagem prática e integrada, objetivando promover autoconfiança, desenvolver competências, propiciar autonomia, enfim, motivar meninas do ensino básico para as áreas de ciências exatas e engenharias.

ii. aspectos psicossociais, educativos e de gênero – linha que inclui pesquisadoras da sociologia, educação e psicologia.

No contexto da extensão universitária, o projeto está formatado em três níveis:

- i.* as professoras atuam na gestão e avaliação do ambiente de aprendizagem e orientação das estagiárias;
- ii.* as estagiárias – alunas de graduação na área das exatas – planejam, propõem e desenvolvem as atividades a serem aplicadas;
- iii.* as estudantes de ensino médio executam as atividades, que, em geral, são práticas.

As atividades são acompanhadas por uma professora da Faculdade de Tecnologia, juntamente com um(a) professor(a) da escola pública onde o projeto é desenvolvido. As atividades do projeto são baseadas em oficinas pedagógicas temáticas, com foco nos conceitos e nas experiências em matérias fundamentais às áreas das exatas.

Para complementar as oficinas pedagógicas, dois espaços foram incluídos:

- i.* um espaço reflexivo no qual são discutidos e confrontados estereótipos de gênero e raça, com utilização do recurso de rodas de conversa; e
- ii.* um espaço testemunho, que consiste nos depoimentos de mulheres, engenheiras e pesquisadoras na área de exatas, e a relação entre suas vidas e os desafios de suas carreiras.

Além das oficinas pedagógicas, das rodas de conversa e do espaço testemunho, são realizadas visitas educativas – laboratórios de física e de engenharia da UnB, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), *makerspaces*, kartódromos etc.

Em sua história, foram realizadas aproximadamente 50 oficinas, 25 visitas técnicas e 30 palestras-testemunho. A integração das participantes do projeto com a escola ocorreu de forma intensa, de modo que houve grande aproximação entre estas, os(as) professores(as) e a gestão. O impacto do projeto atingiu diretamente as participantes, suas famílias, a escola e a própria Faculdade de Tecnologia (UnB).

Desde a sua criação, a cada ano, o projeto é contemplado em edital de iniciação científica júnior e as estudantes de ensino médio receberam uma bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em 2018, no valor de R\$ 100,00. A bolsa possibilitou a inserção dessas meninas no âmbito acadêmico e isto teve um impacto

importante para que se sentissem valorizadas e integrantes de uma política pública, que as tirava da invisibilidade e lhes agregava valor social e subjetivo.

O “Meninas velozes” vem se transformando e, nos últimos anos, consolidando a integração entre as áreas exatas, sociais e humanas, bem como reafirmando seu compromisso social com a educação e as problemáticas de gênero e raça. Recentemente, outra frente de pesquisa que constituímos se refere aos seus impactos na UnB por meio da identificação, a partir do ingresso em cursos dessa universidade, do perfil socioeconômico e racial das graduandas dele provenientes. Ou seja, quem são as ex-“meninas velozes” que entraram na UnB? Além disso, objetivamos discutir e analisar os desafios que enfrentam dentro e fora da universidade: suas identidades de gênero e raça, seus contextos sociais, suas comunidades e famílias, condições socioeconômicas e origem escolar. Em decorrência das dificuldades enfrentadas pelas estudantes, temos buscado compreender seus processos de agenciamento e autonomia, conjecturando sobre as estratégias de resistência que manejam no dia a dia – individual e coletivamente – para subversão de barreiras no ambiente universitário, conforme aqui mostraremos.

Conhecendo o “Meninas velozes”: intervenções na escola

Oficinas pedagógicas

Carla Cabral (2005) afirma que uma educação tecnológica crítica é transformadora e capaz de dirimir ou acabar com as dissonâncias de gênero, subvertendo a ideia corrente de que não se consegue modificar estruturas abstratas do campo tecnológico. Assim, as oficinas pedagógicas tiveram como base o uso de métodos de aprendizagem ativa, como práticas *hands on* e *problem based learning* (PBL) (aprendizagem baseada em problemas), explorando conceitos relacionados a aplicações da engenharia sobre automóveis de competição, sistemas mecânicos, circuitos elétricos, processos químicos, contextualizando os conteúdos de física, matemática e outras matérias com problemas reais e atividades lúdicas. Esses métodos, além de atrativos, permitem às estudantes serem protagonistas na construção do conhecimento, de modo que processam o aprender significativo, o que implica dar significado, sentido e aplicabilidade ao que se aprende (Moraes & Manzini, 2006). Esse modo de intervir também lhes possibilita a aproximação com conteúdos muitas vezes por elas considerados inacessíveis e exclusivos do universo masculino.

Essas oficinas são planejadas e executadas pelas estagiárias, sob orientação de professoras da Faculdade de Tecnologia (UnB), como já havia sido salientado. Destaca-

-se a importância de serem mediadas por graduandas em exatas, com idades próximas às das alunas de ensino médio, tornando-se exemplos de mulheres interessadas e atuantes na área. Só essa presença das estagiárias traz em si a concretização de que mulheres também podem ter afinidade com o mundo pensado inicialmente como masculino, conforme a pesquisa adiante mostra.

Oficinas de Fotolinguagem®

Uma das intervenções grupais e de caráter psicossocial é a Fotolinguagem®, instrumento criado em 1965 pelos psicólogos e psicossociólogos de Lyon (França), Claire Bélise e Alain Baptiste, que trabalhavam com adolescentes e com formação continuada. Posteriormente, foi desenvolvida por Claudine Vacheret, da Universidade de Lyon II, caracterizando-se como dispositivo promotor de cadeias associativas de cunho terapêutico e/ou educativo (Vacheret, 2008).

A Fotolinguagem® no “Meninas velozes” vem sendo realizada a partir de um conjunto de 48 fotografias, agrupadas por temas que interpelam as participantes por meio de suas imagens. Cada imagem por elas escolhida se relaciona com a discussão coletiva. Nessa perspectiva, as trocas intersubjetivas se constituíram num espaço de reflexão sobre o lugar das mulheres na comunidade e sobre o desejo de romper com a condição de submissão das mulheres da família, de forma que, por meio do grupo, as garotas se fortaleçam, se apoiem e se protejam contra a fragilização da saúde mental.

Essa intervenção teve, em 2017, oito encontros na escola, com uma hora e meia de duração cada, quando foram fomentadas discussões sobre relações de gênero, feminismo e educação. Nesse processo, destacaram-se três eixos temáticos (Alencar, 2017):

- i. gênero, escola e comunidade;
- ii. transgeracionalidade feminina; e
- iii. mulheres no trabalho.

Na primeira intervenção (sobre gênero), as adolescentes mostraram entender que vivem em uma comunidade vulnerável e que, muitas vezes, terminar o ensino médio já é um passo importante. O ensino superior pode ser um projeto nem sempre realizável. Quanto ao segundo eixo, destacaram-se problematizações como o fato de suas mães e avós terem assumido ao longo da vida, em condições de precariedade material, uma posição de submissão aos homens e de trabalho do *care*.

3. Parte significativa dos dados coletados foram apresentados nos seguintes relatórios finais de iniciação científica (IC) em julho de 2019, a cargo de graduandas UnB, sob a orientação da primeira autora deste artigo e com apoio financeiro do CNPq: Cecília A. S. Palau, “Monitoras e alunas: cooperação entre universidade e sociedade no projeto ‘Meninas velozes’”; Elen Cristina R. Santos, “Perfil sociodemográfico, permanências e resistências de estudantes oriundas de uma escola pública na UnB – interfaces entre raça, gênero e classe”; Andressa V. Palmeira, “Ingresso de secundaristas do projeto ‘Meninas velozes’ em cursos de exatas e engenharias na UnB”. O último relatório recebeu o Prêmio Destaque de Iniciação Científica, área de Artes e Humanidades, no XXV Congresso de Iniciação Científica da UnB e XVI Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal, em setembro de 2019.

4. A aplicação dos questionários e a realização das entrevistas foram submetidas à anuência prévia das participantes, via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Quanto ao último eixo, foi identificado que o lugar das mulheres no trabalho ainda é atravessado por uma divisão rígida entre homens e mulheres.

Ressaltamos que a possibilidade de reconstruir a história familiar das mulheres de cada participante e a abordarem no espaço coletivo, explicitando como se sentem em relação à posição inferior do feminino que marca a sociedade, se constituiu em espaço de cuidado com a saúde mental. Para essas adolescentes, estarem juntas discutindo questões de gênero, desmitifica a naturalização dessa posição também no campo do trabalho e da educação, possibilitando-lhes romper com sua repetição no presente. Nesse sentido, a autonomia das mulheres pode atuar como proteção à saúde mental e à violência, mas certamente não é um processo que se constrói sem suporte em rede. Por isso, promover trocas afetivas e elaborar conjuntamente os desafios a serem vencidos é um passo importante, como foi confirmado pela pesquisa exposta a seguir.

Método e procedimentos da pesquisa com ex-“meninas velozes” na UnB

A pesquisa aqui descrita e analisada se voltou para saber quem são hoje as graduandas que fizeram parte do “Meninas velozes”, a partir de um ano após sua criação – em 2013 – até 2018. Objetivamos identificá-las e, também, os sentidos, as reverberações e as referências que o projeto representa para elas, bem como intencionamos saber sobre seus desafios na vida universitária e como lidam com eles, de modo a enfrentarem dilemas psicossociais existentes em decorrência de suas condições sociais, de gênero e de raça e a preservarem sua saúde mental. Utilizamos, para tanto, método quali-quantitativo³.

Por meio de levantamento das aprovadas em cursos de graduação na UnB nos últimos cinco anos, entre 2014 e 2018, foram identificadas 20 ex-participantes, de um universo de 100 estudantes secundaristas que passaram pelo projeto. Desse total, o número significativo de 16 estudantes foram contactadas e proporcionaram um conjunto de dados organizados inicialmente de forma quantitativa – no caso, os perfis sociodemográficos e acadêmicos. As outras quatro estudantes não foram encontradas.

Tratou-se de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, realizada por meio de entrevistas, além da aplicação de um questionário socioeconômico. Os instrumentos de coleta orientaram-se em duas fases: a aplicação de questionário⁴, com duas questões abertas ao final, e entrevista semiestruturada, para a qual foi elaborado um roteiro. Este foi destinado a sete das respondentes do questionário, as quais mostraram interesse e disponibilidade de colaborar com essa fase da pesquisa. As entrevistas foram tratadas por meio da análise de conteúdo de Laurence Bardin

(2011), seguindo a exploração e a interpretação do *corpus*, gravado e transcrito, via leitura flutuante que o reuniu e sistematizou em categorias temáticas, tendo em vista os objetivos investigatórios.

Por meio dessa análise de conteúdo, apreendemos particularidades da realidade sócio-histórica das entrevistadas com vistas a compreender quais os significados e sentidos que conformam suas narrativas referentes à trajetória escolar do ensino básico à universidade, a influência do “Meninas velozes”, suas escolhas profissionais e suas vivências com base em gênero, raça e classe no contexto universitário. Afinal, depoimentos são fonte de investigação que revelam dimensões subjetivas articuladas com dinâmicas sociais nas quais as pessoas se constituem, mostrando-se fontes ricas de aproximação dos fenômenos sociais (Lalanda, 1998).

Ressaltamos a importância de adequação de instrumentos diversos, capazes de contemplar a amplitude dos objetivos dessa pesquisa, uma vez que “um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica” (Bauer & Gaskell, 2002: 18). Foram, portanto, utilizadas técnicas de pesquisa quanti-qualitativas, considerando que a construção de dados em ciências sociais e humanas fundamenta-se na formalização e acuidade metodológica e que “toda realidade social é ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa não cabendo qualquer dicotomia” (Demo, 2002: 364).

Resultados e discussão

Perfil sociodemográfico, racial e acadêmico das ex-“meninas velozes”

A partir dos dados obtidos, observamos que todas as 16 estudantes ainda são moradoras de Santa Maria (DF), se declararam negras e de baixa renda. Todas se definem na identidade de gênero como mulheres cisgênero e estão na faixa etária de 18 a 23 anos. Para a coleta da informação “raça/cor/etnia”, foi considerada a autodeclaração, conforme a classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (branca, parda, preta, indígena ou amarela). Os resultados encontrados foram: ausência de estudantes indígenas; amarelas (6%); sendo mais expressiva a porcentagem de pretas (13%) e pardas (56%), que somadas contam 69%, enquanto brancas somam 25% do conjunto⁵.

Tais resultados corroboram pesquisas mais abrangentes sobre o perfil sociodemográfico e racial do corpo estudantil da UnB. Após 16 anos das cotas na universidade – e, posteriormente, pelo crivo social (Lei nº 12.711/2012) – levantamentos e

5. É importante registrar as fragilidades na autodeclaração em país cuja conformação sociorracial é de embranquecimento e racismo combinados ao “mito da democracia racial”. Esse fenômeno enfraquece historicamente a identificação e conscientização da autodeclaração.

estudos recentes trazem resultados positivos sobre o aumento da população preta e parda entre os(as) estudantes, superando o número de brancos, estes que, em 2002, compunham a esmagadora maioria da comunidade universitária – à época 97% brancos, 2% de negros e 1% de amarelos (Carvalho & Segato 2002). Ressaltamos que todas as respondentes ingressaram por alguma modalidade de cotas sociais e raciais, reafirmando o relevante papel das ações afirmativas como fator de mudança nos quadros de desigualdade na universidade.

Atualmente, pesquisas do Observatório da Vida Estudantil (OVE) apontam que aumentam progressivamente pessoas negras na instituição: em 2012, os discentes que se autodeclararam pardos representavam percentual de 33,7% dos(as) ingressantes na UnB, enquanto os(as) que preencheram o questionário como pretos(as) totalizavam 8,6%; e os(as) que se identificaram como brancos(as) eram 53,6%. Já, em 2017, os(as) pardos(as) subiram para 40% e os(as) pretos(as) para 10,6% (somando-se mais de 50%), ao passo que os(as) brancos(as) representavam 46,5% do corpo estudantil (Veloso, 2017).

Quanto ao perfil socioeconômico, a maioria das estudantes encontra-se em condições socioeconômicas de vulnerabilidade, com renda mensal bruta familiar de até dois salários mínimos (43% da amostra). Do total das respondentes, 75% recebem alguma das modalidades de auxílio socioeconômico da universidade (moradia, bolsa permanência, gratuidade no restaurante universitário). Esse quadro se coaduna com o resultado da “V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) – 2018”, organizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e realizada com estudantes de graduação de 63 universidades federais brasileiras. Essa pesquisa mostrou relativo aumento da população na faixa de “até 1,5 salário mínimo” ao longo dos últimos anos nas universidades. Em 2018, do total das Ifes, 70,2% do universo de estudantes estava nessa faixa, o que aponta para a necessidade de ampliação de políticas de assistência estudantil efetivas.

Os cursos nos quais as 16 participantes ingressaram estão nas três grandes áreas do conhecimento e estão detalhados no Quadro 1. As áreas de conhecimento mais expressivas foram ciências exatas, ciências humanas e sociais. A quantidade de estudantes em exatas aponta para certa influência do “Meninas velozes” (o que se confirmou nas entrevistas), considerando que a porcentagem de procura por cursos considerados femininos ainda persiste nas escolhas da maioria das estudantes.

Um dos fatores que implica na escolha do curso pelas jovens é a perspectiva de inserção no mercado de trabalho, o tempo de sua realização e os gastos com o mesmo.

QUADRO 1
ÁREAS DE CONHECIMENTO CURSADAS PELAS
“MENINAS VELOZES” NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Área de conhecimento	Estudantes (N)
Ciências exatas	Engenharia aeroespacial
	Engenharia ambiental
	Ciências naturais
	Física
Ciências humanas e sociais	Serviço social
	Letras
	Filosofia
	Educação física
	Pedagogia
Saúde	Farmácia

Por isso, para implementar um projeto de incentivo, é preciso considerar os vários fatores que impactam não somente no acesso, mas também na permanência das estudantes no ensino superior, dentre eles os fatores econômicos, culturais, de gênero, raça/etnia, entre outros. Portanto, o “Meninas velozes” busca ampliar a perspectiva de atuação profissional das estudantes sem direcionar escolhas profissionais, pois estas são avaliadas por elas, considerando diversos fatores pessoais e contextuais.

Observamos ainda que a maioria das “meninas velozes” (62%) encontra impedimentos para realizar os cursos nos prazos habituais. Há, para elas, dificuldade de aprovação em disciplinas mais exigentes e com conteúdos desafiadores em relação à base obtida no ensino médio, assim como a necessidade de integrarem-se em ambiente novo e diverso de suas comunidades originárias. Fatores esses estressores, que contribuem para o baixo rendimento, o alto absenteísmo e a evasão universitária, bem como impactam negativamente na qualidade de vida estudantil e psicoemocional das estudantes.

Trajetórias de resistência: reexistir e permanecer na universidade

As sete entrevistadas foram: Natália (que cursa engenharia ambiental); Norma e Lara (serviço social); Tatiana (engenharia ambiental); Catarina (engenharia aeroespacial); Karol (engenharia ambiental); e Amanda (engenharias – campus Gama/UnB)⁶.

Os obstáculos para elas se delineiam já nos momentos iniciais do ingresso na universidade. Segundo estudos, o começo da graduação representa para uma estu-

6. Para preservar a identidade das entrevistadas, os nomes ora apresentados são fictícios.

dante de condição socioeconomicamente baixa, oriundas de escolas públicas, negras e indígenas, um momento de dificuldade elevada, no qual o sentimento de não pertencimento torna-se frequente (Mayorga & Souza, 2012; Rosa, 2007). As entrevistadas apresentaram em suas narrativas a percepção de dificuldades por diversos motivos que ameaçam a permanência e integração à UnB, como no relato a seguir:

— Já pensei em desistir várias vezes. É muito difícil chegar e me manter aqui. São três ônibus, é terrível [...].

Acho que sem meus pais eu não estaria aqui. Por mais que eles se esforcem, acaba sendo muito difícil permanecer aqui sem trabalhar. Porque eu vejo as dificuldades que tenho em casa, né. E dá vontade de falar: “Gente vou largar a faculdade pra trabalhar e ajudar em casa”. E acho que sem eles... A minha mãe sempre fala: “Não, você não vai parar, você vai continuar estudando” (Norma).

As trajetórias bem-sucedidas no ambiente acadêmico dependem de uma série de estratégias individuais e coletivas de superação das desigualdades em suas formações e nas necessidades de se proverem e contribuírem para o sustento material familiar. Isso se confirma quando apresentam narrativas de esforço educacional por parte delas mesmas para preencherem lacunas no conhecimento do ensino médio e por parte das famílias para as manter durante anos na universidade e obter êxito na conclusão dos cursos.

Segundo o estudo de Francisco José Costa, Marcelo Bispo e Rita de Cássia Pereira,

[...] Em relação ao gênero, os resultados indicam que as mulheres são mais propensas a se matricular e menos a abandonar um programa. Severiens e Dam (2012) argumentam que nos países da OCDE as mulheres se matriculam mais que os homens no ensino superior e também são mais bem-sucedidas. Isso também foi revelado na pesquisa empírica realizada pelos autores na Holanda (Severiens & Dam, 2012) e na pesquisa realizada por Yue e Xuanning (2017) nos Estados Unidos. Barrow, Reilly e Woodfield (2009) também relataram que, em média e nas mesmas condições, as mulheres são mais bem-sucedidas academicamente do que seus pares do sexo masculino (Costa, Bispo & Pereira, 2018. Tradução livre).

Todas as entrevistadas relatam ser a primeira de suas famílias a realizar o ensino superior em universidade pública e dizem representar a possibilidade de retornarem para seus contextos originários de modo bem diferente das trajetórias neles encontradas.

— Pelo histórico da minha família e tudo, acho que vou ser a primeira pessoa a se formar. Então, isso me incentiva, né. Porque eu digo: “vou ser a primeira, vou dar esse exemplo pros meus primos, pro meu irmão”. Então vou me incentivando... comigo mesma: “não vou continuar nesse mesmo nível, eu quero crescer”. Então, além do apoio dos meus pais, eu tenho a minha questão de focar nisso, apesar de ser difícil, eu continuo (Natália).

A referência em se tornarem modelos para outras pessoas da família mostra que reconhecem o papel da identificação e do espelhamento para a ampliação de possibilidades para os(as) mais jovens e que os modelos foram valorizados nas suas próprias trajetórias. De certa forma, podemos ver nessas falas como foi importante para elas ter alguém em quem se espelhar e que gostariam de ser esse modelo para outros membros da família, tal qual as professoras ao longo de seus estudos e as estagiárias do “Meninas velozes”. Percebemos assim o lugar destacado de projetos como esse nas escolas públicas, especialmente com as meninas que têm ou então têm referências muito modestas nas mulheres de suas famílias com nível superior.

Contudo, pelos relatos, notamos que sentem falta dessa identificação na universidade, pois os(as) docentes mudam a cada semestre, o contato com eles(as) é apenas de poucas horas semanais e, nos cursos de exatas, são raras as professoras. Leva tempo até encontrarem modelos de admiração e reconhecimento que reforcem suas buscas por uma trajetória profissional e acadêmica a médio e longo prazo. Em quais professoras ou alunas mais velhas podem encontrar identificação e acolhimento para investirem na carreira acadêmica ou profissional na e para além da graduação?

Talvez ações realizadas pelo “Meninas velozes” no ensino médio devessem ser desdobradas, com características próprias, no ensino superior, para que se sintam mais seguras no período universitário e vislumbrem possibilidades futuras de trabalho, especialmente para elas, que são jovens negras de periferia⁷. O projeto começa, a partir da presente pesquisa, a planejar intervenções nesse sentido para o ano de 2020⁸.

Quando questionadas sobre a participação no “Meninas velozes”, as narrativas se apresentam positivas, a começar pelo fato de que tiveram conhecimento da existência da UnB (universidade pública, gratuita e de qualidade) ainda no ensino médio.

— Acho que o positivo é que ele traz uma nova perspectiva pras pessoas que estão participando. Por exemplo, eu conheço pessoas que

7. Dados do IBGE divulgados em 13 de novembro de 2019, sobre a pesquisa “Desigualdades sociais por cor ou raça”, revelam que as mulheres negras continuam na base de renda no país. Em 2018, receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), que ocupam o topo da remuneração. Atrás deles, estão as mulheres brancas, também à frente dos homens pretos e pardos.

8. O primeiro passo foi convidá-las a uma reunião das ex-“meninas velozes” e estagiárias (antigas e atuais) para que se reencontrassem, saberem o que estão fazendo e trocarem experiências, em novembro 2019.

fizeram o projeto comigo e que não tinham o objetivo de fazer uma faculdade depois... muito menos de entrar na UnB. E acho que vindo aqui na UnB, conhecendo os professores, conhecendo o *campus*, talvez a pessoa tenha despertado. Para mim foi muito gratificante, sabe? Vir, conhecer a universidade, ver como que é. A primeira vez que eu vim na Faculdade de Tecnologia, que é onde ficam concentradas as engenharias, foi pelo projeto. Então quando eu vim fiquei “caramba, nossa, que legal!” [...] conhecer, isso meio que desperta. E eu vejo isso muito nas meninas que estão agora no projeto. Eu lembro, ano passado, quando fomos entregar as camisetas, elas ficaram “nossa, aqui tem o símbolo da UnB”, então elas ficavam todas “bestas” [...] eu acho que isso acaba incentivando, trazendo uma nova perspectiva e desmentindo a ideia de que a UnB é uma coisa distante, né? Aí eu acho que é bom (Karol, ex-“menina veloz”, hoje estagiária do projeto).

— Foi muito importante [o projeto]. Foi o primeiro contato que tive com a universidade. Dentro do ensino médio, nem no fundamental, a gente não fala muito dessas questões, né. Tem muita pressão para a gente fazer o Enem, o PAS, mas a gente não tem esse contato de como a universidade funciona (Lara).

A aprendizagem, as estudantes disseram ser o foco principal do projeto, mas que não se trata de um “cursinho” preparatório de exatas para exames. Para elas, o principal é mostrar na prática o que viam em sala de aula, despertar-lhes o interesse pela área, oferecer-lhes espaço sem os colegas homens, sem preconceitos e estereótipos. Além disso, o projeto incentiva o ingresso na universidade, abrindo possibilidades futuras para jovens que não têm em suas famílias o histórico de ensino superior.

Elas concebem e rememoram o projeto como um momento de descoberta da universidade, como sonho inesperado que se inicia nessa participação. Mesmo para as estudantes que ingressaram em cursos de humanas, o projeto trouxe o prazer e a facilidade de adentrarem nas exatas, objetivamente explicitado, e também a ousadia de lidarem com o desconhecido em si mesmas, com o novo para suas famílias, com dimensões subjetivas desafiantes. Norma relata que, apesar de cursar serviço social, o gosto por cálculos e pelas exatas permanece:

— Eu sempre gostei de matemática e o projeto só aumentou esse gostar [...] hoje é meio que um *hobby* mesmo (Norma).

Alguns professores ainda associam o gostar de matemática à genialidade, um diferencial diante dos demais. O que percebemos é que, com o projeto, as meninas descobrem que é possível gostar de matemática sem precisar assumir esse lugar superior. É possível gostar de matemática e fazer outros cursos. Ana Márcia Carvalho (2004) analisa como há uma construção do gostar da matemática que se torna um processo “tácito: o professor admira o aluno, é admirado por ele. Juntos constroem a demonstração, alastram a matemática”, em um processo de transferência e diferenciação em relação aos demais. Como a intenção do “Meninas velozes” é ampliar as escolhas, os efeitos restritivos da dita genialidade não encontram significância para as alunas. A apropriação simbólica da matemática aparece em outro lugar: como um jogo, um *hobby*, um gostar em si mesma, um desbravar parte sua que não sabia existir, um certo encontro com a alteridade ampliadora de horizontes.

As quatro entrevistadas da área das exatas já tinham interesse em cursar ensino superior antes de entrar no projeto. Duas delas já tinham a ideia de se graduar em engenharia, ainda que não tivessem uma área específica em mente. Para Karol, o projeto ajudou a reforçar a opção pela engenharia e, através de uma atividade de visita à UnB, teve contato com a engenharia ambiental e optou por esse curso. Tatiana já tinha certeza da engenharia e, em uma das oficinas do projeto, foi apresentada à engenharia ambiental. Catarina queria cursar artes cênicas antes de entrar no projeto, mas, após diversas oficinas e palestras do “Meninas velozes”, diz ter se encontrado na engenharia aeroespacial. Amanda tinha inicialmente um interesse pela área da saúde, ao entrar no projeto também gostou da engenharia e optou por esta, só que, após cursar quatro semestres, trocou de curso e hoje faz farmácia.

Um relato que foi consensual entre todas: a dificuldade na disparidade de conteúdo abordado na escola particular e na escola pública.

— [...] de conteúdo, eu acho que a minha base, a minha base matemática principalmente, era muito ruim. Eu entrei na faculdade e percebi isso... e até reprovei, no caso (risos). Mas eu realmente percebi que a minha base não era boa... (Catarina).

— UnB é meio que um sonho bem alto, principalmente pra mim, que vim de escola pública... e moro em Santa Maria, que lá a renda geralmente é média pra baixa. E assim, sonhar com UnB era quase impossível porque tinha que competir com pessoas que estavam se preparando há anos, fazendo cursinho... (Tatiana).

Há, por parte das alunas, o relato de dificuldade em acompanhar os conteúdos nos cursos por uma exigência de conhecimentos anteriores aos quais não tiveram aces-

so. A UnB vem desenvolvendo iniciativas para tornar essa base mais sólida. Mas, a partir de suas falas, inferimos que ainda há a necessidade de adoção de ações voltadas a essa questão como de várias outras que lhes garantam a permanência no ensino superior.

A “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação” afirma:

[...] o rápido e amplo aumento da demanda pela educação superior exige, quando procedente, que em todas as políticas futuras referentes ao acesso à educação superior dê-se preferência a uma aproximação baseada no mérito individual (Unesco, 1998).

A própria declaração é ambígua: ao mesmo tempo que afirma serem necessárias ações públicas, afirma o êxito como mérito individual. O sucesso no desempenho acadêmico é tanto mérito pessoal quanto política pública. As instituições e o governo devem assumir o compromisso com condições para a permanência, o que mostram pesquisas sobre desistência universitária (abandono, retenção e jubileamento).

Por outro lado, os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) apontam para um equilíbrio no desempenho entre alunos(as) cotistas e alunos(as) não cotistas. Podemos inferir que aqueles(as) e a universidade têm buscado minimizar o impacto dessa diferença inicial proveniente da educação básica. Várias pesquisas utilizam o Enade para fazer análise de desempenho dos(as) estudantes no ensino superior, considerando o cruzamento de dados, conforme revisão da literatura empreendida por Priscila Lima (2019). Em destaque, as análises apresentadas por Emerson Souza (2008) e que buscam identificar a relação entre os resultados acadêmicos dos discentes e suas situações socioeconômicas, o que confirma o equilíbrio mencionado.

Outra narrativa em comum entre as entrevistadas é como a distância de casa para a UnB impacta no desgaste físico e emocional, o que é um claro reflexo da desigualdade social:

— A questão econômica também pesa bastante, pelo fato de ter que voltar pra casa e ser superlonge. Eu lembro que no meu primeiro semestre a coisa que mais gerou dificuldade pra mim, foi a questão de transporte, porque eu não estava acostumada. Sair daqui, com uma grade superpesada que é a do início do curso, voltar pra casa, superlonge, ter que acordar cedo... então pra mim foi bem difícil (Karol).

Para Alexandre Abdal e Julia Navarra, a mobilidade é um elemento importante para compreender a rotina dos(as) estudantes nas universidades, pois é

um ponto de fundamental importância para a definição da qualidade da experiência de ensino superior auferida, chegando, muitas vezes, a condicionar as possibilidades de acesso e permanência no ensino superior (Abdal & Navarra, 2014: 66).

Ainda é pior quando se trata de estudantes de periferia, que necessitam de três ônibus para alcançar o *campus* Darcy Ribeiro (UnB) e outros três ônibus para o retorno a Santa Maria (DF).

Os estudos que, de alguma forma, abordaram a questão dos deslocamentos e da distância identificaram um padrão no qual o transporte é concebido, ao mesmo tempo, como custo monetário e de tempo. Além de ser relativamente caro, toma horas preciosas do dia/noite do estudante. Remete, portanto, a dificuldades de permanência de ordem financeira e material (Abdal & Navarra, 2014: 70).

É comum os(as) alunos(as) que levam mais de uma hora de deslocamento buscarem fazer do meio de transporte um local de estudo (o que raramente é viável por se deslocarem em pé, dentro dos ônibus e do metrô do Distrito Federal, invariavelmente lotados), um momento de leitura que, em situações ideais, aconteceria em casa ou na biblioteca. Apesar de terem alcançado o ensino superior, enfrentam mais esse desafio. No caso das alunas, ainda correm o risco de assédio e violência sexual nos transportes coletivos e no retorno tarde da noite para casa, onde chegam caminhando por longos trechos sozinhas e no escuro.

Além desses entraves de mobilidade, a questão de gênero marca fortemente outras falas.

— Teve um professor, que ele, numa aula de introdução à engenharia, ele falou que não gostava de trabalhar com mulher porque não era tão produtivo quanto [trabalhar com] um homem. Eu achei isso muito estranho dele ter falado, foi bem chato (Catarina).

As mulheres estão sujeitas a situações de assédio moral que os homens não sofrem e, por vezes, nem compreendem. Associar uma característica negativa para o trabalho ao gênero feminino não é raro e acaba excluindo e diminuindo a contribuição das mulheres à área acadêmica e ao mercado laboral, especialmente nas exatas. Esse constrangimento pode ser destruidor para a estudante, especialmen-

te caloura em aula de introdução à sua formação. A partir desse episódio, ela pode se sentir constantemente julgada. Se denunciá-lo, teme ser alvo de humilhações, inseguranças e confirmações do ambiente que reproduz o machismo institucionalizado.

Isso afeta diretamente a saúde mental, portanto, a permanência das alunas que sofrem esse tipo de ofensa. Com efeito, sustentar o desejo de se manter em um curso em uma universidade pública, particularmente da engenharia, sendo uma jovem da periferia é um enorme desafio. Rafaela Braga, Luiz Henrique Miranda e Janaína Veríssimo (2018) afirmam que o desejo, na perspectiva psicanalítica, se posiciona para além das conquistas de direitos, pois sustentá-lo é tarefa que demanda muito investimento pessoal e implicação subjetiva.

Entre os vários obstáculos encontrados pelas alunas, portanto, destaca-se o assédio moral. Para Marie-France Hirigoyen, a pessoa que sofre assédio na instituição, muitas vezes

teve o azar de não ter feito as alianças políticas corretas. Ou a boa rede de relacionamento, ou porque é diferente, ou então justamente porque suas qualidades profissionais o tornam ameaçador para alguém (Hirigoyen, 2002: 62).

Geralmente, o assédio não acontece em público. Mas se o assediador se sente à vontade e não corre o risco de ser criticado e exposto publicamente, ele não se constrange em repetir o comportamento. É preciso que haja um ambiente que o desaprove e iniba a verbalização de preconceitos. Afinal, tende-se a fazer assédio moral em locais permissivos a essa violência. Assim,

quanto mais a instituição for desorganizada, mal estruturada, depressiva, basta encontrar a brecha e ele vai ampliá-la para realizar seu desejo de poder (Hirigoyen, 2002: 87).

O professor poderia argumentar que fez essa afirmação como simples “piada”, uma brincadeira em um meio tradicionalmente masculino. Ele não percebe e nem ao menos quer reconhecer o quanto essa afirmação é pejorativa e discrimina as alunas frente a ele e aos colegas, estimulando o estabelecimento de micropoderes entre pares e legitimando a ordem patriarcal, a qual se baseia na desigualdade entre os gêneros. O medo de ser tratada de forma humilhante já se torna uma barreira para que uma mulher deixe de participar de atividades que são culturalmente definidas como lugares sociais e profissões dos homens. Para Chimamanda Adichie,

a pessoa mais qualificada para liderar não é a pessoa fisicamente mais forte. É a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios para esses atributos (Adichie, 2012: 20).

Em entrevista concedida para a *Revista de Estudos Feministas*, Shirley Malcolm afirma:

uma das coisas interessantes sobre os engenheiros cientistas é que eles tendem a se basear em evidências e a focar as pesquisas. Quando algo pode ser demonstrado, não importam quais sejam os preconceitos sobre uma determinada questão, quando se pode demonstrar quais são os fatos, as pessoas tendem a ser muito mais impressionáveis (Rial, Grossi & Lima, 2006: 707).

Este pode ser um aprendizado importante para as alunas que participam de aulas com majoritária presença masculina. Aprendem que, para se colocarem no mercado, necessitarão desenvolver habilidades argumentativas e técnicas em suas áreas específicas acima da média, como também a identificar estratégias para inserção profissional, ora questionando ora ignorando os processos de exclusão e silenciamento das mulheres (Lima, 2013).

Nas áreas científicas, quem produz e produziu o discurso sobre como deve ser e se comportar um cientista foram os homens, assim, os critérios estabelecidos por eles irão reforçar aspectos de personalidade e atitudinais comumente desenvolvidos na identidade masculina. Ou seja, a ciência também é constituída a partir de representações do mundo e narrativas a seu respeito, sendo estas uma invenção social e histórica com profundas raízes de poder e de redes de estabilidade de verdades que instituem procedimentos, métodos e saberes, determinando quem é capaz de fazer ciência e quem está autorizado a se sentir e ser nomeado cientista (Henning, 2008).

Por essa perspectiva, afirma-se que existe uma violência simbólica sofrida pelas mulheres que escolhem carreiras que são socialmente destinadas aos homens. Na verdade, a violência está disseminada em diferentes instituições sociais, como a família, a Igreja, a escola e outras ordens do Estado.

A discriminação no campo educacional mudou de roupagem na medida em que não ocorre mais por meio do impedimento de acesso, mas transfere-se para o interior do próprio sistema de ensino no qual a discriminação passa a acontecer no processo de escolha das carreiras, provocando a “guetização” por sexo, o que leva à formação de guetos profissionais. Essa “guetização” refere-se às possíveis escolhas, feitas pelas mulheres, por carreiras consideradas “tipicamente femininas” (Avila e Portes, 2009: 93).

Karol relata uma situação de discriminação não tão explícita, mas que deixa marcas psicoemocionais, como o estado de tensão e a sensação de inadequação constantes:

— Não é uma questão de eu me sentir ofendida, mas eu vi realmente a diferença que tinha. Eu era a única menina no laboratório de física 2. Tanto que até meu amigo estava percebendo: “Nossa na minha sala só tem duas meninas!” [...] então meio que eu fiquei um pouco constrangida de estar lá, porque eu levantava e as pessoas olhavam “assim”... (Karol).

Renata Rosenthal (2018) afirma que uma de suas entrevistadas foi por longo tempo a única mulher na sala de aula e que, seguindo sua carreira, sentia falta de “modelos”, de representatividade dentro da área, já que havia pouquíssimas professoras titulares e livres-docentes no seu instituto. A entrevistada complementa:

Depois teve [...] um evento onde havia 60 participantes e três mulheres, e eu era uma das três. Lembro de um cara chegar e falar assim: “Ah, como é que você se sente sendo uma das únicas três mulheres do evento?” Bom, depois dessa pergunta, um pouquinho pior... (Annie) (Rosenthal, 2018: 68).

Durante a pesquisa, foi frequente a referência da autora ao mal-estar de se ver como a única mulher em espaços nos quais predomina a presença masculina. Assim como não é incomum seu papel de mulher cientista da matemática ser questionado, fazendo referência a atributos pessoais e às exigências da profissão.

É como se homens e mulheres tendessem a buscar a área de atuação que “confirme” a sua “vocação”, por determinação do que se estabelece como o esperado de cada um dos sexos. Este processo tem início na infância, sob a influência da família e da própria escola, quando meninas e meninos são orientados para objetos de interesse distintos, reforçando o processo de preparação para os papéis que deverão assumir na sua vida adulta (Ristoff *et alii*, 2007: 12).

Marcos Vinícius Mendes e Ariane Figueira reafirmam essa ideia:

Fatores como o estereótipo de que os meninos são melhores do que as meninas em matemática têm uma alta influência no desempenho em testes como o *scholastic assessment test* (SAT) e nas futuras opções de uma carreira, desencorajando as mulheres a optarem por estudar engenharia ou outros campos científicos (Mendes & Figueira, 2019: 3).

Enfim, a permanência na universidade torna-se uma experiência de resistência interseccional de gênero e de classe, a qual é mais claramente identificada pelas alunas que sofrem a discriminação racial:

— Sinto que mesmo dentro do meu curso, que é mais desconstruído, a gente percebe algumas situações e pessoas, principalmente os meninos que tentam silenciar as nossas falas, que nos calam, nos fazem pensar que não merecemos estar aqui, ou que somos inferiores, sei lá. É muito complexo (Lara).

Talvez as maiores resistências apareçam justamente nos espaços em que as questões identitárias estejam sendo contestadas. A classificação tem por objetivo ordenar a experiência e

é apenas exagerando a diferença entre o que está dentro e o que está fora, acima e abaixo, homem e mulher, a favor e contra, que se cria a aparência de alguma ordem (Douglas, 1966: 04 apud Silva, 2000: 46).

A insistência em manter a mulher “no seu lugar” é insistir em uma ordem já conhecida, definida e privilegiada dos homens. Para as mulheres, resta a identidade da resistência, pois sua própria existência em espaços acadêmicos é uma contestação ao ordenamento patriarcal.

Essa realidade transpassa cotidianamente as experiências, nos aspectos emocionais e psicológicos, na sobrevivência de estudantes em desvantagens sociais e de oportunidade. Nesse sentido, reconhecemos que as trajetórias das entrevistadas são marcadas por especificidades que questionam a lógica do mérito individual, enraizado tradicionalmente na instituição acadêmica (Mayorga e Souza, 2012: 268).

Saúde mental e identidade feminina fora do *care*

— Muitas vezes eu pensei: “Não, isso não é pra mim. Não é um espaço meu. Eu não tenho condições de tá aqui. Então pra que que eu quero tá aqui?” Porque eu tinha que trabalhar, fazer um monte de coisa, não conseguia me dedicar. Então eu pensava: “Não, esse ambiente não é pra mim, é pra uma pessoa que tem uma família, apoio familiar, que não precisa tá trabalhando integral” e aí eu pensava muito nisso (Natália).

Para Benedito Rodrigues dos Santos e Lêda Gonçalves de Freitas (2016), as estudantes gostam e se identificam com a escola, no entanto a discriminação de gênero faz com que se percebam sem os mesmos direitos que os meninos, se sintam culpadas por não assumirem os deveres domésticos e suprirem com a ajuda que a família requer, especialmente se há situação de precariedade material. A desistência do curso se torna, então, uma alternativa. Essa percepção de insuficiência em cumprir com seu papel na família e o sentimento de inferioridade em relação aos demais colegas refletem na vida acadêmica, fazendo-as se questionarem se devem e se são merecedoras dessa distinção social que os estudos trazem à sua vida pessoal.

O principal fator determinante da desistência, segundo os relatos das estudantes e outros estudos, é o fator econômico. O conflito referente à demora de entrarem no mercado de trabalho e sobrecarregarem as famílias com gastos materiais fora de seus alcances é explícito. Esse, conjugado com o baixo desempenho acadêmico, se torna o motivo central de evasão em vários casos, independentemente da questão de gênero e raça, segundo Costa, Bispo e Pereira (2018).

Em particular, as discriminações de gênero no meio universitário e as obrigações familiares das jovens, que deixam de ser cumpridas porque o tempo passa a ser dedicado aos estudos, são indicados como causas de esgotamento físico e emocional por elas, que ganham novos impulsos motivacionais com a perspectiva de inserção profissional e melhora na qualidade de vida de toda família. Ou seja, vislumbram partilhar os benefícios da conclusão do ensino superior com o conjunto familiar.

Helena Hirata (2009) destaca que existem duas teorias sobre a divisão sexual. Uma atribui aos homens e às mulheres papéis diferentes, mas complementares, a qual se baseia na natureza feminina e masculina. A segunda trata da teoria da dominação, que aponta para a relação de poder na divisão sexual do trabalho, uma vez que esta reforça a atuação dos homens no campo produtivo e das mulheres no reprodutivo.

Candy Thomé e Rodrigo Schwarz (2015) afirmam que essa forma da divisão sexual apresenta dois princípios organizadores: o da separação e o hierárquico. O princípio da separação se refere aos trabalhos considerados especificamente femininos e masculinos. Há também a ideia de que a hierarquia se encontra na base dessa classificação, ficando as mulheres com as atividades voltadas aos cuidados com os outros, as quais são vistas como obrigação e missão femininas. Um dos elementos importantes para a saúde mental – na perspectiva da psicodinâmica do trabalho – se refere ao reconhecimento social dos ofícios, o que não ocorre com as mulheres. Isso contribui para a invisibilização do desgaste que as alunas têm ao se preocupa-

rem com o bem-estar de suas famílias e com o planejamento de lhes oferecer melhor condição de vida no futuro, assim como relatado por hooks (1995) ao discutir as dificuldades encontradas pelas intelectuais negras em suas vidas acadêmicas e pessoais no Estados Unidos.

O *care*, segundo Joan Tronto (2009), se refere a toda atividade que busca manter, perpetuar e reparar o mundo, com a intenção de preservar, reproduzir a vida e torná-la melhor. Inclui o cuidado com o corpo das pessoas e o ambiente. Contudo, o *care* é desvalorizado socialmente e marcado pelo gênero, pela raça e classe social. Pascale Molinier e Patricia Paperman (2015) lembram que esses trabalhos são atribuídos às mulheres, enquanto enfermeiras, donas de casa, babás, faxineiras, ou seja, o trabalho de *care*, o qual inclui atividades de serviço, no sentido de servir. Profissões que são desvalorizadas na sociedade e mal remuneradas, enquanto o reconhecimento no e do trabalho possui valor estrutural para a saúde mental, pois precisa ter um sentido para a pessoa que o efetua e não apenas uma dimensão utilitária de sua mão de obra, caso contrário o trabalho desprestigiado também aparece como risco para a saúde mental (Molinier, 2010).

A proposta de intervenção grupal com as adolescentes do “Meninas velozes” buscou criar um espaço de fala em relação às questões banalizadas na periferia: o trabalho das mulheres, em geral como *care* na própria domesticidade, em casas alheias e nos labores precarizados de limpeza, conservação e nutrição de organizações. Elas, em particular, são majoritariamente negras, filhas de mulheres que se encontram no âmbito do *care*, assim como as mulheres de suas respectivas famílias, incluindo as gerações anteriores. Nesse ambiente, são, na maioria das vezes, responsáveis por realizar as tarefas domésticas e cuidar dos irmãos e dos avós. A escola, portanto, acaba ocupando lugar secundário dentre as obrigações cotidianas dessas secundaristas.

No entanto, essas jovens, ao ingressarem no projeto, entram em contato com o desejo de romperem com a repetição das ocupações femininas e de buscarem outros lugares no contexto familiar e comunitário. Ambicionam trabalhos de maior reconhecimento social e que nem sempre estejam associados ao *care*, só que vivenciam o desejo de modo conflituoso internamente e junto aos grupos de origem. Nem sempre sabem estar “em família” fora das interações que lhes demandam o cuidado (lavando louça, passando roupa, servindo a mesa, limpando a casa etc.) ou que lhes indicam sobre os assuntos pertinentes a uma menina (bebês, sobrinhos(as), beleza etc.). De modo curioso, têm normalmente em suas mães, tias e irmãs mais velhas as grandes apoiadoras para seguirem em frente com seus sonhos, o que as ajuda a aliviar o peso desses conflitos e colocarem os estudos universitários no

9. Análises sobre taxas de desemprego por regiões administrativas do Distrito Federal, ver <<http://www.codeplan.df.gov.br/taxa-de-desemprego-no-df-cai-para-186-em-2018/>>.

centro de suas vidas. Tais apoios são expressos não apenas verbalmente, como no fato de elas se alegrarem com as conquistas das jovens, se responsabilizarem pelas tarefas domésticas que competiriam às estudantes, de justificarem a familiares sua ausência em festas e reuniões.

Um olhar sobre a saúde mental das mulheres negras da periferia urbana no país é fundamental, pois cabe a elas, em grande parte das vezes, criarem sozinhas a prole em situação de precariedade de trabalho e expostas à violência e à exploração. As adolescentes do “Meninas velozes” vivem em uma comunidade em que a renda é uma das menores e o desemprego foi um dos maiores em 2018 no Distrito Federal (média de 22%, com média de 20% de mulheres em idade ativa desempregadas)⁹, sendo um segmento da população que precisa de suporte social e psíquico não negligenciável. Essa questão se coloca aqui de maneira complexa, uma vez que não deve ser desprezado o fato de elas serem oriundas de contexto socioeconômico vulnerável em vários aspectos.

Christophe Dejours (2012) destaca que a emancipação exige uma forma de organização da vida que rompe com o risco da alienação. A alienação social, como apontada por François Sigaut (2004), se situa naquilo que, no real, se apresenta como inaceitável, em que o sujeito é tomado pela contradição social e que nem sempre é compreendida, o que pode ser uma situação de desamparo. Nessa perspectiva, algumas garotas entram no “Meninas velozes” e já se colocam em desacordo com o contexto social que lhes é imposto, em função do gênero, da pobreza e da raça. Assim, estar em um grupo onde há suporte e reconhecimento pode atuar como amparo à fragilização da saúde mental diante da situação de repetida discriminação.

Tatiana relata as capacidades da mulher serem questionadas em sua comunidade:

— Fora da universidade... algumas pessoas até duvidam se eu realmente faço engenharia... falam que eu sou muito nova, que... tem muita gente que duvida muito, então assim, fora da universidade acabava que eu nem falo muito pras pessoas que eu faço faculdade, ou que eu faço engenharia. Mas questão de sentir o preconceito, de me sentir ofendida, assim, o importante é que eu tô seguindo meu sonho e não tô dando muita importância pro que as pessoas “tão” pensando. Mas tem realmente assim, essa dúvida... na minha família mesmo tem muita gente que quando vem conversar sobre a faculdade já questiona se eu não vou mudar de curso... porque... engenharia, acho que não tem ninguém da minha família que já pensou, que já quis fazer engenharia, então eu sou a pioneira. Aí isso já é uma dificuldade, porque eles

não conhecem esse mundo. Inclusive, eu fui até a primeira da minha família a estar na UnB. Ser da UnB, eles já acham que é um obstáculo e que eu não vou conseguir vencer (Tatiana).

No relato, Tatiana revela que às vezes prefere mentir sobre o curso que está realizando, temendo ser julgada e questionada em sua feminilidade. Há um modelo de mulher pobre e negra prescrito, compatível com o que a sociedade entende que é seu papel naturalizado: mãe e cuidadora. Além disso, levanta várias questões sobre a identidade de mulher e estudante de engenharia em um discurso constante de negação do “lugar da mulher” em posições prestigiadas e predominantemente masculinas. Sua feminilidade é questionada, como se, ao se afirmar engenheira, a tivesse negada. Por outro lado, no dia a dia do curso, é demandada para que negue sua feminilidade e ter, portanto, seu mérito reconhecido ou para que nela se fixe, mostrando que é incapaz de superá-la para participar do mundo masculino. Haja vista que outras cientistas relatam essa preocupação dos cientistas homens com a aparência delas, se elas se arrumam demais ou pouco, se parecem mais ou menos femininas. Geralmente são os homens que fazem comentários acerca da aparência de suas colegas, sempre enfatizando aspectos físicos como se esses atributos definissem a mulher na sociedade (Lima, 2013).

É preocupante o quanto o questionamento desta identidade feminina pode levar as estudantes a assumirem posições compensatórias e de submissão no estudo e trabalho para evitar os estereótipos, como se isto as diminuísse como pessoa, como profissional e mulher, tornando ainda mais tenso o conflito entre as demandas familiares por cuidado, o suporte econômico e o tempo de dedicação que os cursos exigem. As mulheres não são proibidas de ingressarem em cursos das áreas de exatas, mas isto não impede que a coerção social exercida sobre elas não tenha efeitos de proibição e afete seu bem-estar psicoafetivo e sua qualidade de vida acadêmico-profissional. Caso façam algo que é questionável socialmente, podem sentir-se culpadas, pressionadas e desqualificadas em sua identidade e em sua legitimidade como parte dos seus grupos sociais.

Considerações finais

Nas últimas décadas, as mulheres brasileiras saíram da esfera privada e se fizeram cada vez mais presentes na esfera pública, tanto no mercado de trabalho como nas universidades. Contudo, a divisão sexual do trabalho, marcada pela separação entre homens e mulheres, se coloca de modo mais evidente quando as meninas e os meninos se encaminham para o ensino superior e fazem suas escolhas acadêmicas e profissionais. Em grande parte, essas escolhas são estabelecidas por estereótipos

e relações de poder entre os gêneros, reproduzidos por gerações, os quais nem sempre são fáceis de serem transformados, deixando profundas marcas subjetivas e na saúde mental das pessoas.

Além dos aspectos específicos em relação ao ambiente laboral e de formação estudantil, outros aspectos que atingem fortemente a saúde mental são: os direitos negados e desrespeitados, a discriminação, o isolamento social e a falta de uma rede de apoio. Vale ressaltar que as meninas e mulheres das comunidades mais vulneráveis são também atingidas por vários tipos de violência (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019). Desse modo, ações que promovam os direitos e a emancipação cidadã se apresentam como um caminho de proteção para a saúde mental e para as malhas do tecido social-comunitário.

A integração da UnB com a comunidade de Santa Maria (DF), desde 2013, com o “Meninas velozes”, revela, por meio das estudantes que tiveram em virtude do projeto o primeiro contato efetivo com o ambiente acadêmico, a possibilidade de construção conjunta de uma sociedade mais justa, equânime e de combate às discriminações. Um contato cidadão e humanizador, que lhes ofereceu, entre inúmeras novas possibilidades e percepções, a certeza de que a universidade lhes é um direito e um sonho completamente alcançável.

Por isso, é válido reconhecer as influências de um projeto extensionista em contextos historicamente mantidos à distância das instituições de conhecimento e, consequentemente, de poder, como instrumento de transformação coletiva e reorganização subjetiva. A atuação junto a essas meninas e a escuta dos desafios que enfrentam para sustentarem o desejo de estarem no ensino superior e de usufruírem de seus direitos, nos encaminha para a compreensão de um sofrimento atravessado pelas pessoas excluídas da partilha dos bens materiais, do capital cultural, das condições igualitárias de gênero e raça em nosso país.

A inclusão na universidade não exige às mulheres, portanto, de continuarem enfrentando os problemas de desigualdade de gênero, classe e raça. Elas podem estar nas salas de aula da universidade, mas continuam enfrentando as opressões, invisibilidades e violências inerentes ao simples fato de serem mulheres, serem negras e da periferia.

Ao considerarmos as intervenções do “Meninas velozes” junto a elas, ainda no ensino médio, observamos que a reflexão crítica lá se iniciou, mas segue se desenvolvendo a passos largos, em um processo de resistência, fazendo parte de apoios subjetivos importantes para a permanência delas na UnB e para a reafirmação de

sua autonomia ao longo da vida acadêmica e laboral futura. A equipe do projeto é composta por mulheres – professoras e estagiárias. Nesse sentido, vale destacar o papel das estagiárias para as alunas de ensino médio, pois essas graduandas se constituíram em uma via de identificação positiva para as então secundaristas, tanto assim que, ao entrarem na universidade, algumas recentemente se candidataram a serem estagiárias do “Meninas velozes”, contribuindo agora com ele a partir de dentro, de suas próprias beneficiárias, e, assim, imprimindo-lhe caráter mais orgânico com as necessidades e o perfil da realidade das jovens de Santa Maria (DF).

Uma vez que as estagiárias contribuem para desmitificar a engenharia como carreira exclusivamente masculina, mas também para implantarem de modo lúdico, acolhedor e pedagógico uma aproximação com os conteúdos do campo das exatas, serem estagiárias ex-“meninas velozes” agregará novos valores e ideias ao projeto, bem como representações femininas próximas às identidades das secundaristas. Paralelamente, oferecerá a essas estagiárias a possibilidade de superação de conflitos em relação a estarem se sentindo apartadas de suas comunidades e famílias, devolvendo-lhes seus aprendizados e nelas se reintegrando em um horizonte de partilha comum.

Afinal, o ingresso na universidade as coloca em posição nem sempre confortável de rompimento com um destino que parece se repetir às mulheres do local de origem, conforme explicitado: formar uma família e, no máximo, arranjar um emprego precário na área de serviço, tal como suas mães, tias, irmãs mais velhas e avós. Essa ruptura ocorre de modo tenso e complexo para elas e para suas famílias em diversas dimensões.

Enfim, é fundamental o suporte para essas jovens e tantas outras com perfil socioeconômico e racial/étnico semelhante, hoje ingressantes em universidades públicas, no processo de sua formação. Jovens que migram de outros estados ou de comunidades quilombolas e indígenas para realizarem o curso superior em universidades longe de seus grupos de origem e nada conhecem das novas cidades vivenciam esses dilemas da permanência e da preservação da saúde mental, provavelmente, de modo ainda mais conflitivo que as estudantes foco do presente artigo, o que merece outros estudos a respeito.

Referências

- ABDAL, Alexandre; NAVARRA, Julia. “Uni por Uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa”: deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do ProUni no ensino superior privado. *Novos estudos Cebrap*, n. 99, p. 65-87, Jul. 2014.
- ADICHIE, Chimamanda. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ALENCAR, Vânia R. *Desamarrando o preconceito: um estudo de gênero, a partir do dispositivo da fotolinguagem*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.
- ALMEIDA, Tânia Mara de. A violência contra alunas: currículo oculto nos ambientes universitários. In: BIDAISECA, Karina (Org.). *Poéticas de los feminismos descoloniales desde el Sur*, p. 205-229. Buenos Aires: Red de Pensamiento Decolonial (RPD), 2018.
- AVILA, Rebeca; PORTES, Écio Antônio. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. *Mal-Estar e Sociedade*, Ano 2, n. 2, p. 91-106, Barbacena, 2009.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- BRAGA, Rafaela C.; MIRANDA, Luiz Henrique A.; VERÍSSIMO, Janaína P. C. Para além da maternidade: as configurações do desejo na mulher contemporânea. *Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 3, n. 6, 2018.
- CABRAL, Carla Giovana. As mulheres nas escolas de engenharia brasileiras: história, educação e futuro. *Revista de Ensino de Engenharia*, v. 24, n. 1, p. 3-9, 2005.
- CARVALHO, Ana Márcia F. T. *A extimidade da demonstração*. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2004.
- CARVALHO, José Jorge; SEGATO, Rita Laura. Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília. *Série Antropologia*, Universidade de Brasília, 2002
- COSTA, Francisco José; BISPO, Marcelo S.; PEREIRA, Rita de Cássia F. Dropout and retention of undergraduate students in management: a study at a Brazilian Federal University. *Rausp Management Journal*, v. 53, n. 1, p. 74-85, São Paulo, Mar. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DEJOURS, Christophe. *Trabalho vivo*. v. 2 “Trabalho e emancipação”. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DEMO, Pedro. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. *Sociedade e Estado*, v. 17, n. 2, Jul./Dez. 2002.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE)/ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). *V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)*. Brasília: Fonaprace/Andifes, Maio 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *A vitimização de mulheres no Brasil*. 2019. Disponível em: <<http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>>. Acessado em: 12 Nov. 2019.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *Raça e Classe*, v. 5, n. 2, Nov./Dez. 1988.

GUARNIERI, Fernando V.; MELO-SILVA, Lucy L. Cotas universitárias no Brasil: análise de uma década de produção científica. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, n. 2, p. 183-193, 2017.

HENNING, Paula Corrêa. *Efeitos de sentido em discursos educacionais contemporâneos: produção de saber e moral nas ciências humanas*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2008.

HIRATA, Helena. (2009) Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. *Cadernos de crítica feminista*. SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, p. 80-107, Ano III, n. 2, Recife, Dez. 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. In: Dejours, Christophe (Org.). *Plaisir et souffrance au travail*, v. 2, p. 131-163. Paris: Éditions de l'Aocip, 1988.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Mal-estar no trabalho: redefinindo assédio moral*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

hooks, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, Ano 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre>>. Acesso em. 15 Nov. 2019.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, v. 33, n. 148, 1998.

LIMA, Betina S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. *Estudos Feministas*, v. 21, n. 3, p. 883-903, 2013.

LIMA, Priscila S. N. *et alii*. Análise de dados do Enade e Enem: uma revisão sistemática da literatura. *Avaliação*, v. 24, n. 1, p. 89-107, Maio 2019.

LUCCA, José Alexandra. A saúde escolar na educação: um recorte histórico desta modalidade de políticas no Brasil e Portugal. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016.

MAYORGA, Claudia; SOUZA, Luciana Maria. Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. *Revista Psicologia em Foco*, v. 3, n. 2, p. 39-54, 2012.

MENDES, Marcos Vinícius I.; FIGUEIRA, Ariane Cristine R. Women's scientific participation in political science and international relations in Brazil. *Estudos Feministas*, v. 27, n. 2, 2019.

MIRANDA, Daniel N.; MARCH, Claudia; KOIFMAN, Lilian. Educação e saúde na escola e a contrarreforma do ensino médio: resistir para não retroceder. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 17, n. 2, 2019.

MOLINIER, Pascale. Au-delà de la féminité et du maternel, le travail du care. *Champ psy*, n. 58, p. 161-174, 2010. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-champ-psy-2010-2-page-161.htm>>. Acessado em: 16 Nov. 2019.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 18, n. 1, p. 43-57, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000400043>. Acessado em: 20 Ago. 2019.

MORAES, Magali Aparecida A.; MANZINI, Eduardo José. Concepções sobre a aprendizagem baseada em problemas: um estudo de caso na Famema. *Revista Brasileira de Educação Médica [online]*, v. 30, n. 3, p.125-135, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Declaração Mundial sobre Educação Superior: declaração mundial sobre educação superior no século XXI; visão e ação, marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior*. Paris: Unesco, 1998.

ORTEGA, Eliane Maria V. O ensino médio público e o acesso ao ensino superior. *Estudos em Avaliação Educacional*, n. 23, p. 153-176, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2011.

RIAL, Carmen S.; GROSSI, Miriam P.; LIMA, Betina S. Gênero e ciência: entrevista com Shirley Malcolm. *Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 695-708, Dec. 2006.

RISTOFF, Dilvo *et alii* (Orgs.). *A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005*. Brasília: Inep, 2007.

ROSA, Miriam. D. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta; Fapesp, 2016.

ROSA, Waldemir. Significados da permanência da população negra no ensino superior: o caso da Universidade Estadual de Goiás. In: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Orgs.). *Acesso e permanência da população negra no ensino superior*. Brasília: Secad/MEC; Unesco, 2007.

ROSENTHAL, Renata. *Ser mulher em ciências da natureza e matemática*. Dissertação (Mestrado em Ensino de Química) – Ensino de Ciências (Física, Química e Biologia), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; FREITAS, Lêda Gonçalves de. Relações de gênero e meninas: revisão da literatura e análise da produção científica. In: FREITAS, Lêda Gonçalves de; SANTOS, Benedito Rodrigues dos (Orgs.). *Ser menina no Brasil contemporâneo. Marcações de gênero em contexto de desigualdades*. Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, Tomaz T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

SIGAUT, François. Folie, réel et technologie. À propos de Philippe Bernardet – Les dossiers noirs de l'internement psychiatrique. *Travailler*, v. 12, n. 2, p. 117-130, 2004.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 15, n. 43, p. 25-34, Jun. 2000.

SOUZA, Emerson S. *Enade 2006: determinantes do desempenho dos cursos de ciências contábeis*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

STALLARD, Karin; EHRENREICH, Barbara; SKLAR, Holly. *Poverty. The American dream: women & children first*. New York; Boston (MA): Institute for New Communications; South End Press, 1983.

THOMÉ, Candy Florencio; SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Desigualdade em razão de gênero e divisão sexual do trabalho: suas consequências sobre a saúde das trabalhadoras. *Revista Direitos Humanos Fundamentais*, n. 2, 2015.

TRONTO, Joan. *Un monde vulnérable. Pour une politique du care*, Paris: Éditions de la Découverte, 2009.

VACHERET, Claudine. A Fotolinguagem©: um método grupal com perspectiva terapêutica ou formativa. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 10, n. 2, 2008.

VELOSO, Serena. Fórum de avaliação institucional revela mudança no perfil do estudante da UnB. Número de alunos que se declaram pretos e pardos cresce nos últimos cinco anos. *Secom/UnB Notícias*, 26 Out. 2017. Disponível em: <<https://www.noticias.unb.br/76-institucional/1884-forum-de-avaliacao-institucional-revela-mudanca-no-perfil-do-estudante-da-unb>>. Consultado em: 04 Mar. 2020.



Sufrimento psíquico na universidade, psicossociologia e *Encontro de saberes*

Recebido: 04.10.19
Aprovado: 30.12.19

José Jorge de Carvalho*
Makota Kidoiale**
Emílio Nolasco de Carvalho***
& Samira Lima da Costa ****

* José Jorge de Carvalho é professor titular de antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Orcid: 0000-0003-3415-3534. <jorgedc@terra.com.br>.

** Makota Kidoiale (Cássia Cristina da Silva) é líder religiosa do candomblé Angola e representante do quilombo Manzo Nzungo Kaiango e mestra docente do *Encontro de saberes* na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil. Orcid: 0000-0002-7807-3627. <kidoiale@gmail.com>.

*** Emílio Nolasco de Carvalho é doutor em antropologia e professor adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: 0000-0002-0686-5537. <emiliocarvalho@id.uff.br>.

Resumo: O artigo discute o sofrimento mental e o adoecimento geral da classe acadêmica no Brasil, propondo uma nova abordagem ao tema da saúde mental em dois pilares: de um lado, o *Encontro de saberes*, projeto implantado na Universidade de Brasília, em 2010, que promove a inclusão de mestres e mestras dos saberes tradicionais (indígenas, povos de terreiro, quilombolas, entre outros), como docentes; de outro, uma reconfiguração das ciências sociais como uma área transdisciplinar e pluriépistêmica capaz de dialogar com os sistemas de cura desenvolvidos pelos mestres e mestras tradicionais, que incluem relações com todos os seres vivos (plantas, animais, fenômenos da natureza). O *Encontro de saberes* da cura faria um diálogo das ciências sociais transdisciplinares antropocêntricas com as ciências tradicionais cosmocêntricas. O texto foi elaborado a quatro vozes: três de acadêmicos da UnB, da UFF e da UFRJ, e uma líder religiosa do candomblé Angola de Belo Horizonte (MG), Makota Kidoiale.

Palavras-chave: *Encontro de saberes*. Universidade. Conhecimento pluriépistêmico. Saúde mental.

Mental health, psychosociology and “meeting of knowledges”

Abstract: The article discusses the mental suffering and general illness of the academic class in Brazil, proposing a new approach to the theme of mental health in two pillars: on the one hand, the “Meeting of knowledges”, a project implemented at the University of Brasília in 2010 that promotes the inclusion of masters of traditional knowledge (indigenous peoples, terreiro peoples, quilombolas, and others) as teachers; on the other, a reconfiguration of the social sciences as a transdisciplinary and multi-systemic area capable of dialoguing with the healing systems developed by the traditional masters, which include relationships with all living beings (plants, animals, nature phenomena). The “Meeting of knowledges in healing” would make a dialogue between anthropocentric transdisciplinary social sciences and traditional cosmo-centric sciences. The text was written in four voices: three from academics from UnB, UFF and UFRJ, and a religious leader from Candomblé Angola of Belo Horizonte (MG), Makota Kidoiale.

Keywords: *Encontro de saberes*. University. Multiepistemic knowledge. Mental health.

**** Samira Lima da Costa é professora adjunta de terapia ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
Orcid: 0000-0003-4891-0436.
<biasam2000@gmail.com>.

Prólogo

Este artigo foi motivado por uma grave crise que se instalou nas universidades brasileiras: o crescente sofrimento mental de toda a comunidade acadêmica, em alguns casos culminando em suicídio entre estudantes, professores e técnicos administrativos. Em um exercício ainda raro de coautoria no nosso meio, construímos reflexões a quatro vozes, três de professores universitários – Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – e a líder religiosa do candomblé Angola de Belo Horizonte Makota Kidoiale, que é também mestra docente do projeto *Encontro de saberes* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Paralelo ao tema trágico do suicídio estudantil, propomos uma retomada e uma reformulação dos impulsos de origem das ciências sociais: integrar as disciplinas para superar a fragmentação epistêmica atual, e tratar a instituição acadêmica não apenas como ambiente autoimune no âmbito do qual se descreve e se analisa o sofrimento mental da sociedade, mas como um dos espaços sociais onde ele é hoje produzido com maior intensidade e onde precisa ser transformado para retornar a uma maior saúde mental.

Introdução: para um *Encontro de saberes* da saúde mental

A sociologia como disciplina acadêmica autônoma tem como um de seus clássicos o livro de Émile Durkheim, *O suicídio*, de 1897. Contudo, uma abordagem fundante e interdisciplinar das ciências sociais, apresentada ainda de um modo conciso e embrionário, pode ser extraída do curto ensaio de Karl Marx denominado *Sobre o suicídio*, publicado em 1846 e infelizmente ainda muito pouco conhecido.

Marx traduziu uma seleção dos casos narrados por Jaques Peuchet, em 1838, sobre o suicídio na França e intercalou glosas, observações e comentários ao texto extraordinário do arquivista da polícia de Paris, conectando as tragédias que ele selecionou traduzir, com a vida sob o capitalismo, na qual já estava instalado um projeto desumanizador de relações econômicas e sociais que apenas se intensificou desde então, como o atestam os índices alarmantes de doença mental que padecemos nos dias de hoje em escala mundial.

Já na sua frase inicial, o artigo de Marx engloba a todos:

A crítica francesa da sociedade [referindo-se a Peuchet] tem apontado as contradições e os contrassensos da vida moderna, não

apenas entre classes específicas, mas também em todos os círculos e configurações da hodierna convivência (Marx, 2006: 21).

Em seguida criticou a ilusão dos filantropos

de que se trata apenas de dar aos proletários um pouco de pão e educação, como se somente os trabalhadores definhassem sob as atuais condições sociais, ao passo que, para o restante da sociedade, o mundo tal como existe fosse o melhor dos mundos (Marx, 2006: 21-22).

No que Marx chamou de “restante da sociedade” deve ser incluído também o mundo universitário. À diferença de nós, que nos acostumamos a enxergar a sociedade como um espaço exterior ao nosso mundo acadêmico – a famosa torre de marfim –, Marx nunca foi docente universitário nem pesquisador com estatuto formal, estatal ou privado, e jamais separou a academia de sua leitura crítica geral das instituições sociais¹.

Ao utilizar um ventriloquismo argumentativo com o texto de Peuchet, Marx alertou que as relações sociais geradas pela sociedade burguesa capitalista, e que incorporou opressões anteriores, como as de gênero (ele foi pioneiro em enfatizar a opressão de gênero como causa do suicídio e do sofrimento mental das mulheres) conduziam a um sofrimento insuportável e insuperável, colocando a alternativa do suicídio como “um notório protesto contra esses desígnios ininteligíveis” (Marx, 2006: 26).

Marx comentou o quadro social e o mundo subjetivo das mulheres e dos homens que se mataram, combinando o olhar sociológico com o psicológico. E como fez emergir também o universo de valores morais e simbólicos que tornaram a vida daquelas pessoas insuportável para elas mesmas ao ponto de renunciar à vida, sua leitura foi também antropológica, se atribuímos a este termo a abordagem cultural dos fenômenos sociais. Na direção contrária desta leitura multidimensional, no final do século XIX três disciplinas se constituíram como academicamente autônomas, a saber, a sociologia, a antropologia e a psicologia, cada uma com o seu objeto de estudo próprio. Contudo, podemos agora recuperar a proposta inovadora de Marx e abordar o sofrimento mental contemporâneo em uma perspectiva inter(trans)disciplinar e integradora.

Apesar de seus inegáveis benefícios científicos para a compreensão de nossa realidade, o modelo de organização do saber acadêmico, consolidado no século XIX europeu e reproduzido no Brasil até o início do século XXI, padece de três dualismos ou parcialidades colonizantes²:

1. Doze anos após suas reflexões sobre o suicídio, Marx voltou a utilizar o método de análise correlativa entre doença mental e sociedade em outro artigo poderoso, de 1858, intitulado “O crescimento da demência na Grã-Bretanha” (Marx, 2011).

2. Podemos pensar aqui no conceito de dissociação desenvolvido por Samira Costa na seção “Carta da UFRJ: sobre o adoecimento na universidade” deste artigo.

i. o monologismo epistêmico, que decreta como único conhecimento válido aquele gerado após a revolução científica europeia, enquanto as epistemologias indígenas, afro-brasileiras, das culturas populares e dos demais povos tradicionais ficaram excluídas de nossas universidades como não científicas;

ii. o dualismo da organização do saber no interior dessa episteme ocidental excludente, que separou as ciências sociais e as humanidades das ciências exatas; e

iii. o dualismo da objetificação, que separa radicalmente o sujeito conhecedor do sujeito a ser conhecido (chamado de objeto das ciências sociais), e que indiretamente retirou a instituição acadêmica do olhar inquiridor dos acadêmicos.

O projeto *Encontro de saberes* – implantado na UnB em 2010 como resposta a uma demanda dos mestres e mestras para ensinar seus saberes tradicionais nas universidades, e assim contribuir para descolonizar nossos currículos eurocêtricos – favorece que estes dualismos sejam questionados, provocados e, em alguma medida, superados.

Em primeiro lugar, ampliamos o quadro de conhecimento na universidade, que passa de monoepistêmico para pluriépistêmico, ao incorporar as epistemes indígenas, afro-brasileiras e as demais acima mencionadas. Em segundo lugar, superamos a fragmentação institucionalizada do conhecimento em disciplinas isoladas, na medida em que os mestres e as mestras são polímatos, formados em diversas áreas e capazes de transitar facilmente entre elas, sejam elas definidas por nós como ciências, tecnologias, artes ou tradições espirituais. Em terceiro lugar, o *Encontro de saberes* não opera mais com a relação sujeito-objeto, e os mestres e as mestras não são mais tratados de um modo objetificado, como se fossem informantes, nativos, entrevistados, pacientes, ou quaisquer termos análogos. Pelo contrário, eles e elas são tratados como colegas, parceiros, coautores.

Com elas e eles, o espaço acadêmico passa a refletir sobre si mesmo, pois já não se trata mais de estudar uma sociedade, uma cultura ou um indivíduo que esteja fora do *campus*. Pelo contrário, o mundo acadêmico passa a ser incluído na sociedade, deixando de ser um espaço considerado como neutro, ou retirado do universo a ser estudado.

Reconhecemos a relevância e a urgência de pensarmos a universidade como espaço de produção de conhecimento sim, mas, mais do que isso, espaço de produção

de encontros, de vida, de cura. Um espaço de produção de um futuro e de uma sociedade mais plural e menos adoecida. Como veremos nas cartas que se seguem, muitas histórias de tristeza, adoecimento e calamidades são citadas por José Jorge acerca da UnB, por Samira acerca da UFRJ, por Emílio acerca da UFF e por Makota Kidoiale acerca da UFMG.

Este texto foi escrito a quatro vozes em forma de cartas. Ao pensarmos sobre o tema da saúde mental na universidade, Makota Kidoiale – mestra dos saberes tradicionais da cura no terreiro e na universidade, através do *Encontro de saberes* – redigiu as primeiras páginas, que serviram de base para a troca de cartas entre os autores provocados e em diálogo com a mestra.

Carta de Makota Kidoiale: a ciência das kotas que cura

Meu nome de registro é Cassia Cristina. Sou filha de Efigênia Maria da Conceição. Minha mãe é bisneta de pessoas que foram escravizadas, nascida em Ouro Preto (MG), uma das cidades coloniais que recebeu grande quantidade de negros africanos escravizados. É sabido, embora escondido, que há uma grande influência dos elementos da cultura africana na constituição da cultura brasileira. Os conhecimentos dos povos africanos, mesmo em outras localidades, como ocorreu na grande diáspora, eram transmitidos através da oralidade e da vivência diária na comunidade (terreiro/casa/tradição). Para as culturas africanas, não há conhecimento adquirido que não provenha da vivência prática diária. Minha mãe, conhecida dentro do Axé como Mam'etu Muiande, despertou para seu dom aos 11 anos de idade, quando dá início a seu processo de formação. Apesar dos conhecimentos serem repassados pela oralidade, alguns são específicos para alguns dons ou entidades específicas dominarem. Como o caso da mãe ou do pai de santo, aos quais cabem a preservação dos conhecimentos através das práticas de cura e dos ritos da tradição; as muzenzas, os canbonos, as makotas, entre outros cargos e funções.

No candomblé existem várias funções e cada uma tem um significado dentro da tradição, atribuições específicas, conhecimentos e nomes que indicam sua posição. As makotas, grupo do qual faço parte, tem a função de auxiliar nos trabalhos diretos em dias de toques, e estão na relação mais direta com a mãe de santo. No meu caso, por ser minha mãe biológica, a relação é ainda mais estreita.

Há um movimento em curso nas universidades brasileiras, confluindo com a luta da população negra, com a finalidade de dar visibilidade aos conhecimentos e a seus portadores, que foram ao longo da história negligenciados, soterrados e de-

monizados. Como parte desse movimento e a história de luta do quilombo que represento – o Manzo Ngunzo Kaiango, em Belo Horizonte (MG) – fui convidada, assim como a minha mãe, a participar do programa de formação transversal em saberes tradicionais.

Desde o meu primeiro dia dentro da universidade, percebi um clima estranho no ar. Deparei-me com jovens e professores adoecidos mentalmente, era só falar dos simples valores que tem a vida no terreiro, que muitos desmoronavam em choro, mais ou menos uns 30% da turma. Percebi que as kotas do terreiro, que na verdade nada tem a ver com cotas para negros, eram a cura tradicional, indo salvar as ciências humanas. Pois no decorrer dos Encontros de saberes, ao invés de atrair estudantes negras e negros, a gente estava sem perceber acolhendo os brancos, e o mais interessante disso, era a carência em que esses se encontravam. A necessidade de virem até a nós, denunciava uma carga depressiva. Eles – os brancos – estão doentes. Doenças oriundas dos processos de colonialismo, eles se perderam de si próprios, ao tomarem como referência a cultura do colonizador, ainda nos dias de hoje. Nós, mestras e mestres de ofício, percebemos sem precisar abrir livro algum sobre medicina, que se trata de processos de adoecimento da mente adquiridos na busca do suposto saber acadêmico. Nesse sentido, essas pessoas adoecidas precisavam reencontrar-se, e o caminho era a medicina do candomblé. Isso mesmo, o candomblé significa a própria cura do corpo e do espírito em encontro com a sua própria ancestralidade.

Em conversas individuais com alguns dos 30% brancos, nós, mestras e mestres, constatávamos que a vida já não tinha sentido. Eu sabia que no silêncio daquele ambiente adoecido, havia um grande número de suicídios, mas a universidade não quer discutir isso. Isso, talvez pelo fato de que, se assim fizer, vai ter de assumir que ela é quem dá a corda, puxa o gatilho, ou empurra do ponto mais alto, com suas exigências de rigores e limites, linguagens e posturas, aqueles que incutiram que este seria o lugar de se tornar uma pessoa considerada como portadora de conhecimentos. Por outro lado, as matrizes de conhecimento dos povos africanos, das quais somos os representantes, até mesmo na luta por sua preservação contra todo tipo de violência advinda de espaços como a academia, oferecemos o próprio chão a essas pessoas adoecidas, que resolveram nos acompanhar a partir do momento que os colocamos em contato com, simplesmente, o chão.

Retornamos com esses para o útero do candomblé, ensinamos a elas como se ensina a uma criança a comer, a rezar, a cantar, enfim, a sentir todo sentimento que um humano pode manifestar, e elas, através dos olhos, nos agradecem, e passam a perceber esses valores. Valores de ser humano, porque aquele lugar que deveria unir a

inteligência diversa, só adoece as mentes de quem nasceu e esqueceu sua história, porque foram escritas de formas e jeitos diferentes. Nesses espaços se privilegiam “conhecimentos” de outras culturas em detrimento de todas as nossas formas de conhecimento historicamente mantido em confluência com nossas origens e respeito pela terra e os demais seres vivos. Dessa forma, os obrigam a ler e ler, porque se não o fizer, de nada eles vão saber. Mesmo que seu saber seja viver, respeitar, e amar o próximo, isso de nada vai adiantar, se não ler suas histórias escritas e rabiscadas, pelos seus, que muitos dos que escreveram, morreram de loucura, ou de depressão. É triste isso, em razão de uma trajetória de aviltamento de suas bases existenciais. A população negra teve de criar formas de resistência e sobrevivência nesse sistema que buscou e busca incessantemente seu desaparecimento. Estamos passando por esses processos, mantendo nosso espírito de resistência, encarando o racismo e a intolerância em um espaço que adoece para ser doutor. Uma palavra que carrega o significado do dom da cura, mas, por outro lado, cria pessoas adoecidas e desprovidas de bases existenciais sólidas. Há um lapso que não se conecta em algum lugar, que para muitas e muitos é justamente encontrado no contato com as mestras e mestres de saberes.

É urgente que a universidade reflita sobre seu papel na sociedade brasileira. Precisa e deve parar, e compreender que ações como os saberes transversais têm exercido uma função, para além de uma disciplina acadêmica, de uma política pública de saúde mental. Qualquer um pode visitar o terreiro e constatar os 30% de alunos dessas disciplinas, aqui estão para curar-se. Caso a universidade não assuma essa política, será uma grande contradição, muita ignorância em um espaço que diz reunir conhecimentos e saberes. Todavia, independente de abrir ou não as portas para os mestres e mestras, o candomblé vai continuar com essa missão, seria muito mais fácil caminhar juntos: saberes tradicionais e saberes acadêmicos, assim como a energia chegou aos territórios, seria um avanço também ter os mestres dentro da academia. As mestras e mestres conseguiram enxergar a doença, a academia precisa enxergar esse processo de cura que não se resume meramente à sua inclusão formal em disciplinas nesse espaço, mas da legitimação dessa cultura negligenciada durante os séculos. Quando aceitei o convite para estar aí dentro, aceitei no sentido de entrar, pensando em proteger nossos 30% de pessoas negras vivas, porém trouxemos para nossos territórios 30% de pessoas brancas que precisam de cura em razão do estado adoecido em que se encontram. Sem perspectiva alguma de continuar a viver, a universidade não pode mais permitir que a esperança de adquirir conhecimento, um título ou um lugar no mercado de trabalho e *status* social se torne doença, podendo levar à morte. Conhecimento não adoece, não mata, pelo contrário, atribui sentido à vida, estimulando a convivência sadia com os outros e com a natureza.

Carta da UnB: diálogo com Makota Kidoialê na perspectiva das ciências sociais

Como dito acima, Makota foi convidada para dar aulas sobre os saberes do candomblé Angola e detectou um grave problema de sofrimento mental entre os estudantes e professores da UFMG, como ainda em nosso meio. Emílio Nolasco e Samira Costa têm detectado sintomas idênticos respectivamente na UFF e na UFRJ. Quanto a mim, escrevo situado na UnB, instituição atravessada por uma sequência aterradora de suicídios de estudantes nos últimos anos e por um número crescente de casos de sofrimento mental entre docentes e servidores técnico-administrativos.

Já na primeira edição da disciplina *Encontro de saberes* na UnB, em 2010, convidamos uma mestra raizeira, Lucely Pio, grande conhecedora das plantas medicinais do cerrado. Polímata, como são quase todos os mestres, Lucely não apenas domina o saber farmacêutico, da manipulação dos princípios ativos e das dosagens dos remédios que produz (tinturas, chás, pomadas), como atua também como terapeuta, combinando habilidade sensitiva e intuitiva com escuta atenta, além de dinâmicas individuais e coletivas de sensibilização, colocando todo o seu saber a serviço não da pesquisa impessoal ou mercantilizada da ciência farmacêutica ocidental, mas da cura, da ativação da dimensão espiritual dos estudantes e dos professores que participam de suas aulas. Na última edição da disciplina, em 2018, Lucely concentrou-se explicitamente em preparar remédios para curar os alunos, pois percebeu-os profundamente adoecidos, em todos os planos: fisicamente desenergizados, psicologicamente perturbados, emocional e afetivamente bloqueados e espiritualmente perdidos.

Em todos os seus cursos, Lucely leva os alunos para passear no meio do cerrado virgem para que aprendam a reconhecer as suas plantas amigas. De regresso da coleta, trazem as plantas para a sala de aula, colocam-nas juntas no chão e falam sobre elas e sobre si mesmos. Esse exercício nos torna conscientes de que as plantas são outros seres vivos com quem estabelecemos vínculos. A mestra ensina ainda que uma planta medicinal somente pode curar se tiver suas plantas amigas em volta, para protegê-la, mantê-la saudável e permitir que ela possa liberar o seu poder para curar-nos a nós, seres humanos. Na epistemologia da mestra raizeira, o que cura não é um princípio ativo existente na planta e que pode ser isolado no laboratório, mas uma planta concreta, um ser vivo singular que doa o seu poder curativo para nós em um espaço-tempo também singular. Além disso, em um processo de harmonização interespecífica, Lucely é primeiro curada pelas plantas

para em seguida tornar possível que elas nos curem. Em outras palavras, a planta é terapeuta de nossa terapeuta, que nos cura com as plantas que a curam e que ela protege com um manejo respeitoso, amoroso e sustentável.

Marcado, então, por um signo não antecipado da presença de saberes sobre a saúde mental e de cura dos acadêmicos, o *Encontro de saberes* expandiu-se em 2014 para outras universidades, inclusive a Universidade Estadual do Ceará (Uece). O então reitor, um psiquiatra, propôs o tema do *Encontro de saberes* da saúde mental, e após mútuas ponderações, decidimos abrir a disciplina como *Encontro de saberes* da cura. A disciplina exemplifica a associação quase imediata que a classe acadêmica começou a estabelecer entre os mestres dos saberes tradicionais e a cura do sofrimento mental. A escolha dos docentes na Uece caiu em dois pajés indígenas, uma mestra de reisado que cura pelas rezas e pelos cantos e um mestre raizeiro que prepara lambedouros e garrafadas. Como no caso da UnB, a disciplina acabou se dirigindo também para a cura dos próprios estudantes.

Assim como a mestra Lucely na UnB e o mestre Eufrásio na Uece, Makota Kidoiale (Cássia Cristina) também identificou um clima similar de adoecimento no ambiente acadêmico da UFMG. Tal como me contou, ela participou pela primeira vez do *Encontro de saberes* acompanhando sua mãe, Mamêtu N'kise Muiandê (mãe Efigênia), a líder religiosa do candomblé Angola Manzo Nzungo Kaiango. Mesmo sem nenhuma informação prévia sobre a vida universitária, Makota logo identificou o clima de adoecimento entre os alunos e também entre os professores. Quando ocorreu o suicídio de mais um estudante na UFMG, postou uma reflexão sobre suas percepções no seu Facebook, em maio de 2018, que chegou até a mim, e que muito me impactou. Ei-la:

O suicídio de um estudante na UFMG

Queria falar sobre esses acadêmicos que vêm tirando a própria vida, não sei se tenho o domínio disso, digo da academia, porque da vida essa eu mando bem. Há alguns anos, quando entrei em uma universidade para dizer sobre nossos saberes tradicionais, a minha primeira observação me incomodou muito, parecia que eu estava em uma sala de doentes, onde todos olhavam para minha mãe numa ânsia de se livrar daquele mal, o mais estranho foi que todos eles pareciam com nós, mas suas identidades tinham parado na casa dos avós, e eu fiquei sem entender, porque na rua eles tinham orgulho de estar ali, mas eles pareciam doentes. Então eu comecei a observar o que era aquele lugar, e fiquei pensando nas cotas, falamos que elas estão prontas, mas não estão, as cotas estão prontas para ser burladas, trapaceadas pelos falsos pretos,

e que esse espaço tem consciência disso, porque quando um jovem negro denuncia, ele é o réu, o prisioneiro de seus próprios direitos, que não são respeitados por essas estruturas organizadas, e dominado pelo sistema que não nos inclui. Não sei se esse jovem era negro, mas me preocupo com nossos (tirando os falsos) negros ali dentro, que quando entra nesse lugar que ao invés de formar pessoas, formam máquinas, para desafiar a própria natureza, e destruir toda tradição desses nossos que antes eu pensava ser orgulho estar nesse lugar, hoje eu tenho medo, por saber que quando nossos filhos entram nessa academia, só entram os corpos, toda sua identidade fica de fora, e que nos povos tradicionais, temos que estar nas portas deste lugar para assegurar que quando nossos filhos saírem, eles possam reencontrar o seu Eu. Porque essa formação acadêmica é uma imposição desse sistema para que ao invés de diploma, saírem de lá com suas cartas de alforria, e é só.

Senhora academia dona dos saberes, mantenha nossos filhos vivos, é o mínimo que você pode fazer para nos comprovar da sua importância. Desculpa a escrita, mas precisava falar.

Como Marx havia feito há 173 anos, Makota Kidoiale percebeu as três dimensões (social, cultural e psíquica) imediatamente, e explicitou a gravidade do suicídio na universidade. E ao mencioná-lo, rompeu com o silêncio da maioria dos acadêmicos sobre a epidemia de autodestruição que coproduzimos e de que padecemos, e cuja responsabilidade ainda não enfrentamos devidamente. Diferente de Marx, porém, que não exerceu como terapeuta, Makota apresentou um caminho de restauração da saúde mental dos alunos e dos professores através da terapia do *candomblé*. Ao traduzir sua epistemologia de matriz africana para os termos da episteme ocidental, podemos dizer que ela acionou a sociologia do *candomblé*, a medicina do *candomblé* e a psiquiatria do *candomblé*. Essa intervenção epistêmica e terapêutica de Makota nas salas de aula da UFMG deixou mais claro que o saber das mães de santo e dos pais de santo não se limita a uma exposição para os alunos sobre as características culturais das tradições religiosas de origem africana no Brasil, mas engloba uma leitura do sofrimento mental da classe acadêmica e um trabalho de cura e alívio desse sofrimento.

Makota voltou a dar aula em outro semestre e pôde aprofundar o seu trabalho de mestra/docente/terapeuta/líder religiosa, que inclui cura e atendimento dos alunos no seu terreiro. Além disso, ela exercitou com os seus alunos uma terapia motivadora e criativa, que resultou na produção do belo livro, centrado na coautoria dela e de sua mãe, sobre o seu quilombo e a sua comunidade espiritual: *Manzo, ventos fortes de um kilombo*. Em junho de 2019, encontramos-nos novamente em

uma audiência pública na Câmara Federal e convidei-a para escrevermos juntos este texto sobre saúde mental e mundo acadêmico. Ela aceitou imediatamente, redigiu estas páginas fulgurantes em poucos dias e eu as passei para Samira Costa e Emílio Nolasco, que combinaram suas intuições anteriores com as reações ao texto de Makota. Lembro que Samira é terapeuta ocupacional e professora de terapia ocupacional e psicologia, e Emílio é antropólogo e professor de psicologia.

Para as ciências dos mestres e mestras tradicionais – sejam indígenas, de religião de matriz africana, quilombolas, caiçaras etc. – a perspectiva é sempre transdisciplinar: a cura do sofrimento mental, isto é, o caminho para a saúde mental, passa por uma reconexão com o cosmos vivo, habitado por todos os gêneros e todas as espécies de seres vivos acima descritos e que sempre dialogam conosco, independentemente de nossa vontade ou consciência. Em outras palavras, somos um ser vivo que quando se afasta de seu equilíbrio saudável, pode ser curado ao recuperar os vínculos positivos com os outros seres, humanos, naturais ou espirituais – ou dito em linguagem não cartesiana, os seres natuespirituais.

Apoiados nos mestres e mestras, podemos ampliar o quadro oferecido pelas ciências sociais acadêmicas e acrescentar que esse modo de vida refém do capitalismo cognitivo faz adoecer a mente, não apenas porque nos compele a estabelecer uma má relação com os outros seres humanos, mas também por uma relação dissonante, desarmonica (incluindo a desarmonia interna gerada pela falta de relação) com os demais seres vivos. Na perspectiva dos mestres e mestras tradicionais de cura, as doenças mentais são consequência dessa má relação estabelecida com os outros seres, tanto provocada pela própria pessoa como pelos outros seres mesmos, por algum motivo que precisa ser desvendado. Claro que Makota, Lucely e os demais mestres e mestras vêm de comunidades onde se exercita intensamente essa relação com todos os seres natuespirituais e também as habilidades de acolhimento e assimilação do outro. Já a nossa comunidade acadêmica atual, deixa-nos carentes de ambos os tipos de relacionamentos e recursos.

Relatos como o de Makota nos obrigam a reconhecer que nossa colonização epistêmica, ao tentar reproduzir esse inalcançável *status* de eurocêntricos da periferia dos países centrais do Ocidente, se transforma em um problema de saúde mental. Fundir as ciências sociais ocidentais com as ciências tradicionais da convivência (indígenas, de terreiros afro-brasileiros, quilombolas, caiçaras, extrativistas, das culturas populares) é um caminho possível e fértil para inverter essa espiral negativa: da mente colonizada adoecida para uma mente descolonizada e saudável. Com o *Encontro de saberes*, começamos a exercitar um modo de cruzar essas fronteiras epistêmicas e curar, não a sociedade apenas, que pede ajuda à universidade, mas

a própria comunidade acadêmica, que não consegue prescrever e trilhar caminhos para a preservação da saúde mental de seus próprios membros – discentes, docentes e técnico-administrativos.

As mães e os pais de santo, as raizeiras, as benzedeiras, os pajés, os xamãs, todos promovem na sala de aula um campo de relações afetivas sempre aberto e acolhedor, eficaz para estimular o desarmamento de mecanismos de prevenção e autopunição. Para os mestres e mestras, ensinar na universidade é curar. E para os alunos – e professores –, aprender dos mestres e mestras é curar-se. A promoção da saúde mental (incluindo a nossa própria saúde mental) deve ser incorporada como um projeto das ciências sociais, e não apenas como um tema de estudo. Para isso podemos – e devemos – contar com os mestres e as mestras dos saberes tradicionais como nossos colegas e parceiros.

Ainda um comentário sobre a brilhante homofonia criada por Makota. Precisamos das cotas com “c” (para negros, indígenas, quilombolas) para curar a doença de nosso racismo crônico, e também anacrônico, quando comparamos o Brasil com outros países de história equivalente de racismo, como Estados Unidos, África do Sul, Índia e Malásia, porém que implementaram ações afirmativas muito antes de nós. E precisamos das cotas com “k” – como Cássia Cristina, Efigênia Muiandê, Lucely Pio, e tantas outras mestras e tantos outros mestres – para curar-nos da doença de um modo de vida acadêmico enlouquecido pela produtividade, competitividade e desconexão com a vida em comunidade e com a natureza. E aqui vem o alerta de Jacques Lacan que ainda não enfrentamos devidamente: o discurso universitário reproduz o discurso capitalista, da mais-valia do capital ao mais-saber da universidade produtivista, com seu mandato escravizante: “Vai, continua. Não para. Continua a saber sempre mais” (Lacan 1992: 110).

Trata-se de retomar um dos impulsos de origem das ciências sociais: a integração das disciplinas, bem como tratar a instituição acadêmica não apenas como lugar autoimune onde se descreve e se analisa o sofrimento mental, mas como um dos espaços sociais onde ele é hoje produzido com grande intensidade. Além disso, trata-se também de acolher os mestres de cura de outras comunidades e tradições epistêmicas (indígenas, de terreiro, quilombolas) que já começam a circular como docentes e que certamente podem ajudar-nos a enfrentar o adoecimento que padecemos e para o qual nós mesmos temos contribuído.

Uma proposta de ciências sociais pluriepistêmicas, transdisciplinares e sociocósmicas, que transcendam o mundo das relações antropocêntricas e que tomem em consideração as relações dos seres humanos em sociedade com os outros seres,

naturais espirituais como já o fazem os mestres e as mestras das comunidades tradicionais. Estas seriam as bases de um *Encontro de saberes*. Este encontro, acredito, pode ajudar a curar-nos.

Carta da UFF:
“Caríssima dona Makota”

Li e reli o texto que a senhora fez! E ele provocou em mim uma grande vontade de escrever essa resposta. Agradeço à senhora desde já por isso!

Gostaria de falar-lhe um pouco sobre algumas experiências minhas como professor, alguns afetos e pensamentos sobre a vida docente que seu texto me provocou a elaborar.

Aqui na Universidade Federal Fluminense, onde estou desde 2014, venho me sentindo sendo cuidado e curado pelas amigas e pelos amigos. E desde 2017, quando começou o projeto *Encontro de saberes*, também pelas mestras e pelos mestres. Sou professor de ensino superior há 22 anos. E venho percebendo, ao longo desse tempo, esse adoecimento de que a senhora falou. Em mim, em meus colegas de trabalho (alguns deles amigos há quase 30 anos!) e em muitos estudantes, principalmente os negros e os cotistas. A universidade é majoritariamente branca entre os estudantes e muito mais ainda entre os professores. Percebo nos cotistas frequentemente uma potência de afirmação que balança aqueles mais conservadores, mas percebo também uma fragilidade de corpo, um desencanto e descrédito e um cansaço progressivos durante a formação. O desânimo cresce por caminhos diferentes neles, em mim e nos meus colegas professores. E vejo os corpos adoecendo na relação não só com a universidade, mas também com a vida.

Ainda não criei um bom caminho para lidar com isso. Vou tropeçando e aprendendo. Frequentemente vejo minhas ações serem engolidas pelas dinâmicas — já banalizadas no dia a dia da universidade — dos colonialismos civilizatórios, dos produtivismos contábeis, do trabalho como prestação de serviço num balcão de venda, da relação com o saber como relação de consumo rápido de informação... Nos momentos mais intensos de desatenção e de cansaço, cada vez mais frequentes, o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão perdem o sentido e a vivacidade.

Tive professores muito bons em minha formação. Daí o começo ter sido cheio de vida. Sou grato a eles, muito mais do que pude expressar pessoalmente! E hoje vejo muitos deles também fragilizados e adoecendo na universidade. Mesmo com isso, e junto, ainda tem muita coisa boa acontecendo ali!

Ao olhar para a dimensão político-institucional, penso que os professores universitários não conseguiram construir modos mais ativos e participativos de gestão institucional e de participação nas políticas de ensino, pesquisa e extensão. Não somos formados pra isso! Ao longo das reformas universitárias do século XX, consolidamos entre nós um perfil cada vez mais de pesquisador e, por vezes, de educador. Da reforma universitária de 1968 pra cá vimos desaparecer os modelos experimentais instaurados pelos próprios docentes e nos acostumamos com os modelos centralizados nas reitorias e no ministério, cada vez mais voltados para oferecer suporte ao mercado de trabalho e às políticas desenvolvimentistas. O processo foi gradual mas não foi sutil. Tanto a reforma de 1968 quanto as transformações da década de 1990, antes e depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foram anunciadas, denunciadas em seus efeitos danosos e combatidas. Fizemos greves, encontros, debates. Alguns fizeram greve de fome em Brasília. Ganhamos um pouco mas perdemos em pontos centrais. E nos acostumamos com os danos gerados por estas e novas perdas de lá pra cá. Lembro-me vivamente de uma pensadora, a filósofa Marilena Chauí, falando-nos, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 1994, apontando os vícios que nos travavam e os desafios a superarmos dentro e fora da universidade. Dizia ela sobre a nossa organização como categoria:

O corpo docente universitário tende, por sua vez, a imitar os procedimentos de organização e luta dos trabalhadores industriais e dos serviços, assumindo também a organização e a luta corporativas por empregos, cargos e salários. Ao fazê-lo, deixam as questões relativas à docência, à pesquisa, aos financiamentos e à avaliação universitária nas mãos das direções universitárias, perdendo de vista o verdadeiro lugar da batalha.

Não foi só no Brasil. Também na Europa as universidades tornaram-se progressivamente um espaço cada vez mais familiar às lógicas empresariais de mercado e aos interesses desenvolvimentistas do Estado.

Nas universidades federais por onde passei, a grande maioria dos meus colegas não se vê em condições de enfrentar os aspectos mais danosos da instituição universitária e das políticas de educação superior. A maioria de fato não quer esse lugar e essa condição, a não ser que isso gire em torno de seus próprios interesses de pesquisa e produção. Com isso, limitam-se a reclamar quando a dinâmica institucional os atrapalha. Penso que a quase totalidade de nós não teve uma formação voltada sistematicamente para pensar a universidade e menos ainda para participar de sua gestão. Fizemos isso pelas margens. De minha parte, fui formado nos programas de pós-graduação principalmente para a pesquisa; dependendo da área, às vezes para a extensão, pouquíssimas vezes para o ensino. A gestão e as políticas institucionais

da universidade só chegaram a mim pelas margens da informalidade e pelas conversas com os amigos.

E é nesse ambiente adoecido institucionalmente, despotencializado profissionalmente e, principalmente, hegemonicamente branco que recebíamos antes os estudantes negros e que recebemos mais recentemente os cotistas. É nesse ambiente que as tensões e alianças vão se dando e que a formação acontece.

Não são poucos os professores com os quais convivo que enfrentam esta situação por meios os mais variados em busca de manter unidas a qualidade e a vivacidade do trabalho cotidiano junto aos estudantes: com jeitinho, com arte, com movimentos coletivos, transitando pelos interstícios normativos, pela desobediência civil ou pela sindicalização. Vou tropeçando, dona Makota! Não é fácil fazer valer as resistências no cotidiano da universidade! Os amigos ajudam. Mas a dinâmica acelerada, o imperativo da produção quantitativa, os relatórios periódicos dos projetos, as reuniões de gestão, os editais cada vez mais raros e concorridos internamente, os modos de escrita necessários para publicar artigos, o contínuo subjugo a sistemas de avaliação míopes, medíocres e objetivistas... Tudo isso, com frequência, pequena ou desconsidera parcial ou totalmente as ações que invisto como as mais importantes e valiosas para a formação dos estudantes!

No cansaço contínuo, na aceleração e nas turbulências do dia a dia vamos perdendo de vista nossas condições de cuidadores dos que estão se formando, dos nossos pares e de todos em volta. Vamos perdendo de vista, ora mais ora menos, o cuidado mútuo. E penso que estamos perdendo de vista também as condições básicas para atuarmos como educadores.

Intrinsecamente ligada a essa discussão político-institucional considero igualmente relevante a discussão político-epistêmica. Ao lembrar-me do que a senhora disse e do lugar de onde fala, penso que nós, professores universitários, estamos despreparados para ver e escutar o que os nossos próprios caminhos de conhecimento trazem de adoecimento e desencanto, para nós e para os estudantes ao nosso redor. Há muito tempo separamos as dimensões do conhecimento e da espiritualidade. A grande maioria de nós – e me incluo nisso – não está preparada para olhar e compreender os efeitos desse processo entre Estado, mercado, ciência e cristianismo em nossos corpos e em nossos horizontes de mundo.

Por isso mesmo, acredito que se as dificuldades e violências já são inúmeras para os estudantes negros e cotistas, são ainda mais hostis para aqueles ou aquelas que vêm do terreiro, dona Makota. Em muitas áreas de conhecimento, a universidade

não está apenas despreparada para pensar o mundo de modo heterogêneo, e menos ainda para dialogar com as formas de encantamento, de magia, de resistência e de afirmação que constituem o terreiro. Pelo contrário, ela foi sistematicamente preparada para o combate e a desqualificação radical dessas formas e desses territórios, que servem frequentemente como objeto de estudo, mas só muito raramente como contrarreferência legítima para o diálogo.

Podemos trilhar esse processo em muitas de suas variações, a partir da história das universidades europeias. Historiadores diferentes, como Jacques Le Goff (2014) e Peter Burke (2003), por exemplo, vêm nos mostrando o quanto a universidade, desde a sua primeira versão europeia no século XI, esteve intimamente ligada à ascensão dos mercadores e dos mercados intelectuais, assim como à consolidação do mercado como forma de organização da vida social. Por outros caminhos, o filósofo Michel Foucault nos ajuda a pensar o quanto a consolidação do Estado de direito, do mercado e da ciência modernos estão relacionados à consolidação do inquérito romano (Foucault, 1999) e à desvalorização das inúmeras formas de pensamento por semelhança (Foucault, 1995) que permitiam que o pensamento e a espiritualidade permanecessem visceralmente unidos. Foi também nesse mesmo período histórico, entre os séculos XI e XVII, que se deu a demonização e a caça às feitiçarias, às mulheres fortes e aos líderes locais e regionais (Federici, 2017), às deusas, às sabedorias e às práticas mágicas e espirituais dos povos nativos europeus (Ginzburg, 2012). Ao longo desse processo e do século XVII em diante a Europa tornou-se um solo árido, “descampado” de magias, similitudes e espiritualidades nativas. Como nos lembra Silvia Federici, esse período de transformação da Europa produziu também suas caças às feitiçarias na África e nas Américas. Esse processo é inseparável da história moderna de subjugo e genocídio dos povos africanos e ameríndios, e dos povos nativos por todo o mundo. Descartes já havia proposto um descampado algo semelhante em relação a tudo o que havia antes como o único projeto viável para as universidades.

Ao olhar para as linhas constitutivas mais amplas do tempo moderno, fica cada vez mais difícil dissociar a história da universidade das questões modernas do gênero, da raça, da colonização e da escravidão. Só estamos começando a entender e a mapear os efeitos desse processo e a relação dele com o racismo institucional e nossa sociedade e em nossas universidades brasileiras. Sabemos que, ao longo do século XX, as universidades brasileiras trilharam um caminho majoritariamente hegemônico e colonial. E não poderia ser de outro modo.

Salvo em algumas áreas e temas pontuais, não construímos de modo afirmativo um estilo brasileiro do intelectual e da formação universitária, como fizeram alemães, franceses, ingleses e americanos. Para mim, uma das marcas do modo colonizado de

formação do intelectual brasileiro é que aprendemos a viver com pelo menos dois outros em nós: o outro intelectual do dito Primeiro Mundo, que tomamos por referência, e o outro laico, o povo, que tomamos por objeto. Um outro que investimos em ser, mas nunca seremos; e o outro, o povo, que de fato somos, mas investimos em não ser. É um duplo desterramento o tempo todo! Não é geral, claro! Nem é necessariamente determinante de nossos pensamentos e de nossas produções. Penso nisso antes como uma linha estética, entre outras, construída historicamente no meio acadêmico.

As políticas de cotas, impostas em muitos casos de cima pra baixo às universidades, diminuíram consideravelmente as zonas de conforto do intelectual nesse jogo de desterramento. Tratar o outro como objeto tornou-se cada vez mais tenso na universidade. Os estudantes chegaram e vêm chegando por aqui de modo variado. Muitos vêm aprendendo a se coletivizar e a afirmar seus mundos de modo denso, recusando toda e qualquer objetificação de seus mundos. Outros chegam mais discretos. Mas de modos variados as cotas geraram um curto-circuito na relação hierárquica do pesquisador e do seu objeto de estudo. Muitos colegas meus entenderam isso como um adoecimento da instituição. Eu entendo como parte da cura. Mas penso nisso como um processo longo e tenso. Sei bem que o custo é alto pra todos nós, principalmente para os estudantes cotistas, que estão mais expostos e vulneráveis nas tensões hierárquicas. Mais ainda para aqueles que, vindo do terreiro, investem em afirmar seus mundos.

Com tudo isso – a meu ver –, a universidade foi e ainda é uma máquina poderosa de colonização e de extermínio, mas também pode e ainda é uma fonte poderosa de transformação social e de liberdade de pensamento e de expressão. Ainda é um espaço importante de abertura e gestação de novos modos de pensar, de expressar, de novos movimentos sociais e de novas propostas educacionais. Mais ainda nos tempos atuais. E não são poucos os pensadores que produziram ou que estão atualmente produzindo outros modos de ensino, pesquisa e extensão na universidade. Por isso ela ainda me encanta!

No meio de inúmeras experiências e rebeldias, nada tem me encantado mais nos últimos anos do que ver e conviver com a força e a vibração das mestras e dos mestres no projeto *Encontro de saberes*. É impressionante como essa convivência tem sido curativa para todo o grupo do projeto na UFF e para as turmas de estudantes a cada ano, desde 2017!

Tal como a senhora falou, os mestres com os quais tive mais contato trazem e afirmam o chão a todo instante. Também aqui na UFF eles nos oferecem o chão de seus mundos como cura para os nossos adoecimentos. Pai Roberto e mãe Márcia

encheram a sala de folhas, de instrumentos, de cantos e de histórias de resistência e de afirmação de seus povos. Pai Roberto fez um ebó e trouxe para o espaço as boas energias e a proteção dos inquices. Mãe Márcia trouxe as dos voduns. Ogã Kotoquinho e mãe Dadá trouxeram os tambores, botaram a turma para dançar e chamaram para a sala de aula o axé e a proteção dos orixás. Seu Augustinho e dona Marciana trouxeram o coral guarani mbyá, transformando a sala de aula em uma opy para ali conversar com Nhanderu. Dona Dica e seu Altamiro levaram as redes e as cestarias e fizeram da sala de aula um grande espaço de experimentação caíçara. Depois levaram a turma para aulas de campo na mata e no mar para experimentarem com eles as forças encantantes que por lá existem. Seu Manoel Seabra, Toninho Canecão, Fatinha e Luciana trouxeram os tambores e as histórias de seus quilombos, botaram a turma em roda e firmaram o ponto de jongo na universidade. Foi tudo muito forte!

Tal como a senhora e dona Efigênia na UFMG, os mestres e as mestras aqui na UFF ofereceram para nós generosamente o seu chão e, com isso, fizeram da sala de aula um espaço denso, intenso de alegria e de tristeza, cheio de dança e de força, mas também cheio das marcas incontáveis dos extermínios do passado e do presente. Os mestres nos ajudam a redimensionar e a reinventar os nossos modos de lutar. Nós e os nossos jovens universitários, que juntamos de modos apressados os jogos identitários e as fogueiras inquisitórias, estamos todos aprendendo aos poucos com os mestres e com a generosidade deles.

Eu temia que as aulas dos mestres em salas pudessem ser capturadas pelas dinâmicas viciosas da universidade. Enganei-me! Os mestres não se importaram. Muitos até preferiram ocupar a sala de aula. Eu venho percebendo desde então o quanto dou importância demais para essa arquitetura e de menos para a potência dos mundos que a ocupam.

Os mestres trouxeram pra todos nós, por aqui, um caminho novo: a afirmação da potência infinita do chão que nos gera, qualquer que seja o espaço onde se pisa. Sem negar a universidade e a sua história... Sem combatê-los ou confrontá-los. Entendi que afirmando o chão que pisam com toda a sua potência, os mestres não excluem os outros. Nenhum outro! Mesmo os que querem exterminar seus mundos! Pelo contrário, eles investem com todas as forças em trazê-los de volta para o chão, e curá-los! Estou aprendendo aos poucos. Todos nós por aqui estamos. E nós precisamos muito disso!

Agradeço enormemente a eles!

E agradeço mais uma vez à senhora, dona Makota!

Carta da UFRJ: sobre o adoecimento na universidade

Já faz um bom tempo venho refletindo sobre as muitas esferas da vida que parecem não caber, ou ao menos não encontrar ajuste na academia. Desde pequena, meu primeiro “desajuste” com a escola foi o fato de preferir andar descalça. Ao comentar em casa, com pesar, que a professora não me permitia ficar sem calçado na escola, ouvi de minha avó:

— Não liga não. Diz a ela que isso é coisa de pescador, o pé no chão e o olho na lua.

Mas parecia que no espaço escolar, não havia lugar para esta parte de mim, neta de pescadores.

Em minha visão, atualmente a instituição escolar, e em especial a universidade, se vê diante da necessidade e da possibilidade de elaborar novas perguntas, novos caminhos, novos referenciais. E é nesse possível que se colocam determinados saberes, em especial aqueles relacionados aos campos da ancestralidade, da espiritualidade, das emoções e do cotidiano integral, fora das compartimentalizações academicamente definidas até então.

Os saberes tradicionais, em cujo âmbito tais esferas não se eliminam mutuamente e não levantam fronteiras de modo excludente, sustentam a inseparabilidade entre corpo, mente, conhecimento, espiritualidade, práticas cotidianas, ciência, filosofia, lazer, trabalho, festividades etc. Sustentam a vida em sua plenitude, em sua integralidade.

Por outro lado, nos estudos acadêmicos, tivemos grandes avanços no que diz respeito a conhecimentos específicos, relevantes para alcançarmos importantes patamares nas diferentes áreas das ciências. Ainda assim, é preciso reconhecer que algo ficou de fora, algo falta. Há um sentido de integralidade da vida que parece não caber muito bem na estrutura do pensamento universitário, que hoje utilizamos como modelo, na produção do conhecimento.

Esta integralidade da vida que vemos em alguns povos tradicionais também pode ser identificada – talvez em menor medida –, na vida cotidiana daqueles que compõem a comunidade acadêmica, mas não compõem o campo da produção do conhecimento. Ao contrário, comumente são aspectos da vida “convidados” a ficar de fora dos processos de produção do conhecimento, em nome de alguma imparcialidade ou impessoalidade – convite difícil de sustentar, se compreendemos que

os estudos todos são, eles mesmos, completamente implicados com o fazer dos pesquisadores, que, por sua vez, são com eles implicados.

Neste sentido, cabe reconhecermos algumas de nossas limitações. Uma delas, o fato de conseguirmos avançar em especialidades sem, entretanto, encontrarmos a amálgama que permitiria, enfim, reunir os saberes para compreender e melhorar a vida em sua integralidade.

Esta contínua exclusão de determinados campos da vida e sua invisibilização na relação com os processos de produção de conhecimento e daquilo a que chamamos ciência, vem produzindo o que a própria ciência ensaiou chamar “dissociação”.

De acordo com o Dicionário Michaelis, “dissociação” é:

1. Ato ou efeito de dissociar(-se); desagregação, desintegração, separação.
2. Na FÍSICA e na QUÍMICA: Processo pelo qual uma molécula se divide em dois ou mais fragmentos.
3. Na PSICOLOGIA: Processo em que os conjuntos coerentes de ações e pensamentos se desintegram, fazendo com que o indivíduo não consiga lidar com fatos ou ideias que naturalmente são conexos; desagregação.

Esta poderia ser considerada uma síntese – embora simplória... – do que nos propõe a academia, em seu modelo fundado no referencial moderno ocidental. A universidade é criada e sustentada para ser a instituição que, voluntária e deliberadamente, promove esta compartimentalização do conhecimento e essa dissociação entre os vários aspectos da vida que a fazem bela, forte e complexa.

Na tentativa de simplificar, ou ao menos ordenar, o pensamento, desagregamos os eixos que juntos dão sentido à existência. De acordo com a definição dada para “dissociação” pelo campo da psicologia, podemos entender que, por desconexão, esvaziamos de coerência os conjuntos de ações e pensamentos que – juntos – criam a complexidade da vida e nossa capacidade de viver. E ao desintegrar conjuntos de coerência e sentido de existência, esta mesma instituição favorece aquilo que ironicamente ela própria identificou, nomeou, classificou... Mas não soube evitar: o sofrimento psíquico.

Deste estado de dissociação, produzido ao mesmo tempo de modo voluntário e compulsório, ao mesmo tempo vindo de fora e de dentro, ao mesmo tempo ati-

vo e reativo, ao mesmo tempo violento e violentador, se desenham os diferentes quadros de sofrimento, tão tristes quanto comuns, nos corpos que perambulam e constituem a comunidade universitária. Se não se pode, numa mesma instituição, viver o corpo emocional, espiritual, intelectual e comunitário, se é preciso dissociar e “invisibilizar” parte destes corpos ou aspectos da vida, certamente a vida fica mais pobre, mais frágil, mais sofrida.

Nos estudos psiquiátricos, os resultados de grandes traumas e experiências de força, ódio e violência podem levar à dissociação, ou a transtornos dissociativos. Aqui, invertendo o vetor, proponho considerar que a dissociação em si pode ser uma grande violência, aniquilando a possibilidade de sermos todos plurais e vivermos em eixos diversos que convergem. A impossibilidade de evidenciar a óbvia convergência associativa das várias esferas da vida e dos vários corpos que habitamos nos empurra em direção à dissociação e, portanto, ao sofrimento.

A instituição universidade se propõe a esta contínua dissociação dos conhecimentos e dos modos de viver, produzindo empuxo em direção a um lugar-comum acadêmico no qual o ser-pesquisador não existe como vivente-sentinte-pensante, mas apenas como testemunho do viver-sentir alheio ao seu, e parametrizado pelo pensar de outros.

Cerca de dois anos atrás este incômodo me ocupou profundamente. Decidi estudar os modos como se produz e se transmite conhecimento em outros âmbitos fora da universidade. Fiz disso meu pós-doutoramento, decidida a me entregar à relação com algumas comunidades tradicionais com as quais tinha contato, buscando nelas algum sentido nobre para os processos de educação e de produção de conhecimentos. Tenho estado cada vez mais em contato com estas comunidades, em especial as aldeias Guarani Mbya de Araponga, Itaxim e Ara Howy (em Parati e em Maricá, Rio de Janeiro), o Quilombo da Custaneira-Tronco (em Paquetá, no Piauí), o Quilombo do Grotão (em Niterói, Rio de Janeiro) e o Quilombo das Kalungas (em Monte Alegre, Goiás).

Assim, em minha pesquisa de pós-doutoramento, meu movimento era de desencantamento com a universidade. Curiosamente foi o contato com estas comunidades e com suas mestras e seus mestres que me descortinou os olhos, me abriu a visão para aquilo que sempre esteve ao meu lado e favoreceu meu reencantamento com a academia. Após um ano de estudo com estas comunidades, voltei à universidade. Ao tomar emprestados os olhos dos mestres e das mestras, pude ver que nos mesmos laboratórios, nas salas e nos corredores acadêmicos que sustentam esta lógica, reside a semente da criatividade e da resistência às dissociações da vida. Ali

mesmo, onde tudo isso parece proibido, é o lugar onde tudo acontece: a espiritualidade, a emoção, o corpo-expressão, a ancestralidade e a intelectualidade convivem e reinventam existências, neste que seria um local árido.

É com este corpo, com este viver-sentir-pensar que leio seu texto, dona Makota. Sinto profundamente a verdade do que a senhora diz: como estamos adoecidos! E dialogando com seu texto, me vejo em processo de cura. A cura está na compreensão dos caminhos que levam ao adoecimento, e a invenção de novos caminhos possíveis.

Olhar para dentro da universidade desde esse lugar que me propus ocupar – um dentro-fora – me fez perceber os modos de andar e pensar a vida, os sujeitos, os coletivos, os valores e as forças que ali se produzem e disputam cenas.

Esse trajeto foi ao mesmo tempo difícil e fácil. Difícil, por constatar todas as estruturas já existentes que habitam tanto os corredores institucionais da academia quanto os corpos e os pensamentos – incluindo os meus. Fácil, por tomar como recurso útil a noção de que a academia nos convida a pensar o que ainda não foi pensado e, portanto, é espaço de liberdade.

Em abril de 2019, tivemos pela primeira vez uma mestra dos saberes tradicionais, dona Maria Muniz Tupinambá, como palestrante em uma aula inaugural de um programa de Pós-graduação da UFRJ³. Nesta aula, dona Maria, olhando para professores e estudantes, lamentou a profunda tristeza que via nos olhos das pessoas presentes, e nos orientou a sairmos de casa “com o corpo e a mente fortalecidos”, pois o ambiente da universidade estava pesado demais.

Busco, desde então, inventar novas e dar “vida encarnada” a antigas formas de transmissão de saberes e ocupações, na universidade. É fácil olharmos para a universidade e vermos um prédio velho e corrompido, uma instituição arrogante e mortífera. O desafio aqui colocado é, antes de tecer críticas fáceis, olhar de novo, e mais uma vez. Nem sempre se trata de mudar o ponto de vista, o lugar de onde se olha; às vezes é preciso, ao contrário, manter-se no mesmo lugar (no caso, a universidade olhada de dentro), mas mudar o modo como se olha, ou mudar “a vista do ponto” (Gomes & Merhy, 2014). A partir dos encontros com os muitos mestres, mestras e aprendizes colaboradores desta pesquisa, busco olhar de novo, e de dentro, para a universidade. Para isso, não mudo de lugar; mudo de olhar. Porque esses mestres, ao se colocarem como sujeitos colaboradores da pesquisa, me emprestam também seus olhos, seus modos de ver. E o mundo ganhou outros coloridos.

3. “Quebra a cabaça e espalha as sementes”: aula inaugural proferida por Maria Muniz Tupinambá, mestra do *Encontro de saberes*, no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, do Instituto de Psicologia (UFRJ).

Se todos os seres podem ser sujeitos, podem ocupar a posição de sujeito, já não é mais possível estabelecer um só mundo objetivo. Em vez de diferentes pontos de vista sobre o mesmo mundo, diferentes mundos para o mesmo ponto de vista (Sztutman, 2008: 14).

Para isso, entretanto, há de se contar com certo despojamento da academia, certa disposição para esvaziar-se um pouco de si, de modo a abrir espaços onde possam caber os outros. Lembrando Abrahão e coautores,

é necessário sustentar um exercício de desaprendizagem do já sabido, um exercício de desinstitucionalização do prescrito. Um exercício que convoca como parte integrante do processo da pesquisa a problematização e invenção de si e do mundo (Abrahão, Merhy, Gomes, Tallemberg, Chagas, Rocha, Santos, Silva & Vianna, 2014: 157).

Brincando com as palavras, decido fazer deste estudo uma revisão – uma re-olhada, uma re-mirada. Olhar de novo, e ver outra coisa, usando “óculos de ver acontecimento⁴?”

Com outros modos de ver, vejo nos corredores da academia saberes e práticas encarnadas e cheias de sentido. Crer para ver. Vejo por que creio, aposto que existem, habitam os subterrâneos das relações acadêmicas, produzem composições inovadoras e se manifestam em ondas – ora silenciosas, ora ruidosas – de seus próprios vazamentos.

Identificar nossas raízes acadêmicas no pensamento europeu nos limita, e reconhecer esta limitação nos ajuda e compreender os caminhos para superá-la.

Pensar esses problemas a partir do mundo europeu não é o mesmo que pensá-los fora deste. No Brasil, por exemplo, como em toda a América Latina, a legitimação das formas modernas (científicas) de produção da razão, da verdade e do corpo ocorre num período mais recente. Do mesmo modo, é também recente a marginalização das inúmeras formas outras de produção da razão, da verdade e do corpo etc., encontrando-se esse processo em plena efervescência, na vida social contemporânea (Costa & Carvalho, 2012: 2933)..

Neste processo de reinventar a universidade, vejo os nossos possíveis. E nos possíveis, nossa cura. Enquanto penso, creio e vejo a cura, não ignoro os sofrimentos à minha volta, a todo tempo... Como cuidar da gente?

4. Tomo emprestada a experiência do Laboratório de Sensibilidades e Devires, da própria UFRJ – do qual faço parte. Este é um dos muitos espaços-tempos-corpos que se dispõem a olhar a universidade e ver em seus laboratórios, corpos vivos em composição (uma alegoria em contraposição aos laboratórios de anatomia, os mais antigos da universidade).

As conjunturas político-econômicas continuamente influenciam e compõem institucionalmente a estrutura acadêmica. Como lembram..., a pauta neoliberal vem há décadas definindo novos rumos para o mundo do trabalho, o que implica duplamente a universidade, por ser campo de trabalho e por ser campo de formação profissional.

Assistiu-se a uma retração financeira do Estado na prestação de serviços sociais (incluindo educação, saúde, pensões, aposentadorias, dentre outros) e a subsequente privatização ou, pelo menos, tentativa de privatização, destes serviços. Assim, a análise do cotidiano dos sistemas educacionais põe a nu alguns vieses bastante graves, a partir da absorção/apropriação das reformas de cunho neoliberal. Tal agenda afeta a cultura escolar, de modo que representações, motivações, normas éticas, concepções, visões e práticas institucionais dos diversos atores, acerca dos objetivos, das tarefas da docência modificam-se e são profundamente mudadas no sentido do individualismo no enfrentamento das situações problemáticas escolares e da vida; do acirramento da competição entre instituições educacionais e entre os pares; da supervalorização das avaliações em escala nacional, com viés pseudomeritocrático, para não dizer meramente classificatório, normativo e punitivo; do imediatismo em relação às demandas do mercado de trabalho; em síntese, ocorre uma construção ideológica, no próprio tecido escolar, nada desprezível, porque miúda, caucionada pelo discurso do mérito, mas pretensiosa nas intenções, na medida em que procura agir fomentando a produtividade, mas desmontando os direitos sociais que pudessem ser ordenados como compromisso social coletivo (Mancebo, Ewald, Prestelo & Uziel, 2006: 2).

Vivemos um momento em que, boa parte das tristezas que vemos nos rostos, corpos, corações e falas acadêmicas, está relacionada à conjuntura do país e do mundo. Estávamos começando a andar com as cotas universitárias, com a expansão do ensino superior, com a revisão de parâmetros escolares e abertura para saberes mais amplos e aterrados, com um cenário que permitiu que o *Encontro de saberes* fosse possível. A suspensão deste movimento, para muitos de nós, significa tristeza e desânimo. Mas para outros, não é só isso: ao retirar o chão que começava a se firmar, retira-se a própria possibilidade de existência. Pessoas muito jovens, muito sofredoras, depositando na universidade sua vida... E sua morte. Ainda que seja possível seguir olhando e vendo, em gestos de resistência, a continuidade da existência de saberes de cura e cuidado pelos corredores da universidade, sei que muitos já não conseguem ver isso. Não conseguem ver nada! Enquanto preparávamos a revisão final deste texto, recebi a notícia do suicídio de (mais) um estudante. Li também a carta de seus colegas, com pedidos simples como: permitam-nos continuar encantados com a academia e com a profissão que escolhemos, ajudem-nos a continuar

tendo esperança na vida... Uma carta dos estudantes endereçada aos professores. Um pedido de ajuda. Lendo esta carta, me vi comovida com a simplicidade e ao mesmo tempo com a complexidade do pedido. Ao ler esta mesma carta, Makota reagiu imediatamente com a carta abaixo, “A Encruzilhada dos Saberes Acadêmicos”.

A encruzilhada dos saberes acadêmicos

Sou quilombola, das tradições de matriz afro-brasileira, resumindo: sou mulher preta de terreiro, falo assim porque me vejo muito diferente de quem também está nesse lugar, essa diferença deve ser porque eu fui gerada e parida dentro do terreiro, eu devo ter alimentado das energias das entidades que minha mãe recebia quando ainda grávida de mim, ou também pode ser o pai Benedito que por ser um curador, me escolheu para ajudar outras pessoas.

Bom, o que quero falar mesmo, é da minha experiência na Universidade Federal de Minas Gerais, e esses caminhos que muitas vezes têm levado à morte: a encruzilhada dos saberes acadêmicos.

Não sei quantos anos tem esse porão. Porque o que vejo nesse lugar é isso, um porão, e como imaginar uma encruzilhada dentro desse lugar?

Chamam de saberes acadêmicos, os doutores, mestrands, os docentes, estão todos nesse porão, tendo que achar caminhos em meio do nada, muitos cavam, perduram, constroem pontes, máquinas, invadem territórios, queimam florestas, criam conselhos, e cadeiras, tudo isso pra quê?

Tem também a gente ali dentro, que, para reconhecer o que sabemos, só agora permite através do “notório saber”⁵, que de notório eu ainda não sei o que significa, mas sei que meu saber me veio dos meus antepassados, porque trago tudo na memória, como se alguém me deixou escrito aqui, dentro de mim mesmo.

Mas voltando lá no conhecimento acadêmico...

Chegamos no fim, e agora?

Que rumo tomar, dentro de um porão?

É preciso chamar os “notórios saberes”, só eles sabem a direção que se tem uma encruzilhada dentro de um porão. Meu Deus, os saberes acadêmicos estão empurrando os seus discípulos ao mar aberto, estão destruindo o planeta, matando a terra, e nos

5. “Notório saber” é o título concedido pelas universidades, em caráter excepcional, equivalente ao de doutor, para os professores que ainda não o possuem. O *Encontro de saberes* reivindica este título para os mestres e mestrands que já foram docentes nas universidades. A UFMG aprovou recentemente a resolução que permitirá a outorga do título, em um primeiro momento ainda de um modo genérico, sem menção dos mestres do *Encontro de saberes* desta universidade. Sobre a fundamentação do “notório saber”, ver Carvalho (2016).

diz “Reconhecei a verdade, e a verdade vos libertará”, é isso mesmo professor? Eu pergunto porque tem gente minha aí dentro, gente essa que está sendo lavada novamente, para ter permissão de estar em qualquer outro lugar, não torture mais o meu povo, e se não quiserem os seus, a gente acolhe aqui também, podem direcionar ao nosso território, em tratamento de cura da tortura e da humilhação, nós sabemos curar, a universidade não quer abrir mão da sabedoria que só domina o saber de escravizar, e se não permitimos fazer aos nossos, fazem aos seus.

Fuja também, professor, não deixe que você assuma a culpa de torturador, vamos proteger a terra, só ela é a “verdadeira verdade que salvará”, esta é a saída desta “encruzilhada de porão”.

Epílogo

Na academia é assim: avançaremos, chegaremos até um ponto. E então precisaremos dos mestres e das mestras, porque vão além.

Apresentamos aqui a proposta de uma área de ciências sociais pluriépistêmica, transdisciplinar e sociocósmica, capaz de transcender o mundo das relações antropocêntricas e tomar em consideração as relações dos seres humanos em sociedade com os outros seres, naturais e espirituais, como já o fazem os mestres e as mestras das comunidades tradicionais. Estas seriam as bases de um *Encontro de saberes* das ciências sociais antropocêntricas com as ciências natuespirituais cosmocêntricas dos mestres e das mestras. Este encontro – acredito – pode ajudar a curar-nos.

Que o diálogo que iniciamos aqui e agora com Makota Kidoiale possa ampliar-se, com ela e com outras mestras e outros mestres, conosco e com outros colegas nossos, da UnB, UFMG, UFF, UFRJ, e de outras universidades que acolhem as mestras e os mestres dos saberes tradicionais do cuidado com a saúde mental.

Referências

ABRAHÃO, Ana Lúcia; MERHY, Emerson Elias; GOMES, Maria Paula Cerqueira; TALLEMBERG, Cláudia; CHAGAS, Magda de Souza; ROCHA, Monica; SANTOS, Nereida Lucia Palko dos; SILVA, Erminia; VIANNA, Leila. O pesquisador IN-MUNDO e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. In: GOMES, Maria Paula Cerqueira; MERHY, Émerson Elias (Orgs). *Pesquisadores IN-MUNDO – um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental*, p. 155-170. Coleção “Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde”. Porto Alegre: Rede Unida, 2014.

BRITO, Janaina Madeira; BARROS DE BARROS, Maria Elizabeth. Prática de pesquisa e saúde docente: a narratividade como estratégia metodológica. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 6, n. 2, p. 38-46, Jul./Dez. 2014.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento I: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CARVALHO, José Jorge. A Escola de Kyoto, a filosofia ocidental e as artes indígenas amazônicas. Triálogo para a construção de um *Encontro de saberes* filosóficos. In: GIACÓIA JR., Oswaldo; FLORENTINO NETO, Antonio (Orgs.). *Ciência e arte na Escola de Kyoto*. Campinas (SP): Editora PHI, 2019.

———. *Encontro de saberes* e descolonização: Para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSSFOGUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, p. 79-106. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

———. Uma proposta de estudos culturais na América Latina: inclusão étnica e racial, transdisciplinaridade e *Encontro de saberes*. In: ALMEIDA, Júlia; PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do (Orgs.). *Estudos culturais: legado e apropriações*, p. 157-189. Campinas: Pontes Editores, 2017.

———. Sobre o notório saber dos mestres tradicionais nas instituições de ensino superior e de pesquisa. *Cadernos de Inclusão*, n. 8. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa/UnB, 2016.

CARVALHO, José Jorge; ÁGUAS, Carla. *Encontro de saberes: um desafio teórico, político e epistemológico*. Em: SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Teresa (Orgs.). *Colóquio internacional epistemologias do Sul*, v. 1: “Democratizar a democracia”, p. 1017-1027. Coimbra: Universidade Coimbra; Centro de Estudos Sociais, 2015.

CARVALHO, José Jorge; FLORES, Juliana. The meeting of knowledges: a project for the decolonization of universities in Latin America. *Postcolonial Studies*. Special issue: “Decoloniality, knowledges and aesthetics”, v. 17, n. 2, p. 122-139. Melbourne (Aus): Institute of Postcolonial Studies, June 2014.

———. Encuentro de saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocéntrico. *Nómadas*, v. 41, p. 131-147, Bogotá (CO): Universidad Central, Out. 2014b.

CHAUÍ, Marilena. *Ética e universidade*. XLVI Reunião Anual Da SBPC. Vitória (ES): 1994 (mimeo).

COSTA, Samira Lima da; CARVALHO, Emilio Nolasco de. Agentes comunitários de saúde: agenciadores de encontros entre territórios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 11, p. 2931-2940, 2012.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editor, 1999.

———. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GINZBURG, Carlo. *História noturna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GOMES, Maria Paula Cerqueira; MERHY, Emerson Elias. *Pesquisadores IN-MUNDO: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental*. Porto Alegre: Rede Unida, 2014.

LACAN, Jacques. *O Seminário*. Livro 17: “O avesso da psicanálise”. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

MAMETU N’KISI MUIANDÊ; MAKOTA KIDOIALE Manzo, *Ventos fortes de um kilombo*. Belo Horizonte: Associação de Resistência Cultural da Comunidade Quilombola Manzo Nzungo Kaiango, 2018.

MANCEBO, Deise; EWALD, Ariane P.; PRESTRELO, Eleonora Torres; UZIEL, Ana Paula. Em discussão: o trabalho docente. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Ano 6, n. 1, , p. 1-5, Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

MARX, Karl. El aumento de la demencia en Gran Bretaña. In: MARX, Karl. *Acerca del suicídio*, p. 117-124. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2011.

———. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006 [1846].

MICHAELIS, *Dicionário Língua Portuguesa*. Versão online Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=ZnzA>>. Acesso em: 17 Set. 2019.

SZTUTMAN, R. *Encontros: Eduardo Viveiros de Castro*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008.



O mal-estar na representação: autoidentidade, esquizofrenia e a teatralidade do mundo social*

Recebido:
Aprovado:

Gabriel Peters**

Resumo: O artigo é parte de um programa de pesquisa em “heurística da insanidade”, o qual explora o poder analítico de ferramentas sociológicas na compreensão da esquizofrenia, assim como a relevância de investigações da experiência esquizofrênica para a teoria social, sobretudo no que toca às concepções de agência, experiência e subjetividade que nela vigoram. No seio deste programa mais geral, o trabalho revisita perspectivas dramatúrgicas sobre a relação entre *self* e sociedade, entrecruzando tais perspectivas com a literatura psiquiátrica acerca de perturbações “esquizoides” no relacionamento do sujeito com o mundo e consigo próprio. Se as visões dramatúrgicas da subjetividade criticam, no plano teórico, o pressuposto de senso comum de que haveria um “eu” estável e nitidamente distinto das máscaras teatrais que ele “veste” na vida social cotidiana, algumas perturbações da autoidentidade ou senso de si na esquizofrenia são concretizações existenciais, efetivamente vividas, dessa dissolução do “eu” em um feixe de papéis ou identidades sociais.

Palavras-chave: Autoidentidade. Papel social. Fenomenologia. Esquizofrenia. Sociologia dramatúrgica.

Representation and its discontents: self-identity, schizophrenia and the theatricality of the social world

Abstract: The article is part of a research program on the “heuristics of insanity”, which explores the analytical power of sociological tools for the understanding of schizophrenia, as well as the relevance of investigations of schizophrenic experience for social theory, especially concerning its current conceptions of agency, experience and subjectivity. Within this more general program, the paper revisits dramaturgical perspectives on the relation between self and society, intercrossing these perspectives with the psychiatric literature on “schizoid” disturbances of the subject’s relationship with the world and with him/herself. If dramaturgical views of subjectivity criticize, at a theoretical level, the common-sense presupposition according to which there is a “self” that is both stable and clearly distinct from the theatrical masks it “wears” in everyday social life, some disturbances of self-identity or the sense of one’s self in schizophrenia are experientially lived realizations of this dissolution of one’s self into a stream of social roles or identities.

Keywords: Self-identity. Social role. Phenomenology. Schizophrenia. Dramaturgical sociology.

* Uma primeira versão do presente artigo foi discutida com colegas do Grupo de Estudos em Teoria Social e Subjetividades (GETSS) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE). Agradeço a Cynthia Hamlin, Filipe Campello, Luciana Mendonça, Mariana Pimentel, Suzy Luna e Thiago Panica por suas considerações críticas acerca daquela versão. Agradecimentos também são devidos a Artur Perrusi, Diogo Corrêa, Frédéric Vandenberghe, Lidiane Rodrigues, Luís de Gusmão e Sue Iamamoto por conversas que lançaram luz, para mim pelo menos, sobre diversos dos temas explorados neste trabalho. Finalmente, sou grato a dois pareceristas anônimos de *Sociedade e Estado* por seus comentários e sugestões a respeito do artigo tal qual o submeti originalmente à

revista. Quaisquer inadequações no seu feito final continuam sendo, é desnecessário dizer (mas direi mesmo assim), de minha inteira responsabilidade.

** Gabriel Peters é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.
Orcid: 0000-0002-0595-2663.
<gabrielpeters@hotmail.com>.

1. Para dar apenas um exemplo, o acento giddensiano sobre a importância da rotina para uma experiência ontologicamente segura do mundo revelou-se relevante na compreensão etnográfica de vivências cotidianas em cenários urbanos marcados pela violência, como as favelas cariocas (Silva & Leite, 2008: 74).

Introdução: teoria da ação e heurística da insanidade

A despeito do que pode sugerir a referência à esquizofrenia no seu título, o presente artigo não é um texto de psicologia clínica, mas uma reflexão sistemática em teoria social. Como sublinharam diversos autores (e.g., Alexander, 1987: 13), nenhuma abordagem teórica nas ciências sociais pode escapar à formulação – implícita ou explícita – de concepções acerca da natureza da ação humana e, por extensão, da subjetividade do agente. Em outras palavras, qualquer caracterização analítica das estruturas e dos processos constitutivos do mundo social pressupõe uma “teoria psicológica” no sentido mais básico da expressão, isto é, uma teoria dos motores subjetivos da conduta humana. A relação entre a teoria social como empreitada interdisciplinar, de um lado, e quaisquer outras disciplinas que lidem com os propulsores subjetivos da ação humana, de outro, é de mão dupla. Se contribuições oriundas da psicologia, da sociologia, da antropologia e *tutti quanti* alimentam as reflexões mais gerais da teoria social, as próprias abordagens à subjetividade humana desenvolvidas nesse âmbito mais abstrato podem alimentar pesquisas empíricas em disciplinas específicas. Uma ilustração da primeira via heurística citada – que vai de ciências humanas particulares à reflexão socioteórica – está no uso que a teoria da estruturação de Anthony Giddens (2003: 71-75) faz dos trabalhos do psicanalista Bruno Betelheim sobre as transformações psicológicas sofridas por prisioneiros dos campos de concentração nazistas. Se Giddens recorreu à psicologia betelheimiana para formular seu conceito de “segurança ontológica” em um âmbito mais geral, a noção elaborada por Giddens mostrou-se útil, por sua feita, a pesquisas empíricas em disciplinas singulares¹.

Pretendo defender, neste texto, a tese de que uma relação heurística de mão dupla também pode ser estabelecida entre perspectivas mais abrangentes da teoria social, de um lado, e o estudo interdisciplinar de “doenças mentais” ou “psicopatologias”, de outro. Por um lado, a teoria social fornece ferramentas analíticas úteis à compreensão das vivências e comportamentos psicopatológicos, muitas vezes capturando seus aspectos ambivalentes (por exemplo, suas complexas misturas de lucidez e cegueira, “competência” e “incompetência”, “excesso” e “déficit”) de modos que escapam tanto ao simplismo de certa obtusidade psiquiátrica quanto à romantização irresponsável a que a loucura é submetida na pena de alguns críticos da psiquiatria. Ao mesmo tempo, o exame das psicopatologias como formas de ação e experiência ilumina criticamente as concepções mais gerais de “agente humano” que vigoram na teoria social. Nesse sentido, a discussão que vai adiante é parte de um programa de pesquisa mais amplo, o qual procura não apenas mobilizar as ferramentas analíticas da teoria social para compreender a loucura, mas também, de

modo mais ousado, partir do estudo da loucura para repensar criticamente a teoria social, sobretudo no que toca às noções de agência, experiência e subjetividade que nela vigoram.

Em termos metodológicos, esse procedimento poderia ser definido como uma “heurística da insanidade” ou, de maneira mais provocativa, uma “epistemologia insana”. Tal modo de análise confere ao exame de vivências insanas na teoria social um papel epistêmico similar ao do esquadrinho da variedade de formas de ação e experiência humana em disciplinas como a história e a antropologia cultural². Sem que seja preciso descambar para uma visão rósea e idealizada da loucura, a qual escamoteia os extraordinários sofrimentos e dificuldades por ela provocados, pode-se defender que a investigação de experiências insanas também amplia nosso senso da variedade de maneiras do “ser-no-mundo” humano. Em compasso com os defensores de uma “sensibilidade histórica” (Giddens, 1986: 13-14) e de uma “sensibilidade etnológica” (Kurasawa, 2004) como ingredientes heurísticos indispensáveis à imaginação sociocientífica, poder-se-ia advogar, no mesmo espírito, que a teoria social faria bem em se deixar imbuir de uma “sensibilidade psicopatológica”. No presente contexto, o termo designa uma sensibilidade intelectual atenta ao que os estudos sobre a loucura nos revelam acerca da multiplicidade de formas de ação e experiência humana – sejam elas mais ou menos (in)felizes, mais ou menos (a)normais, mais ou menos (dis)funcionais, segundo nossas concepções ético-políticas.

Esquizofrenia e (in)segurança ontológica

A ideia de “segurança ontológica” já serve como um excelente ponto de interface entre a teoria social e o estudo interdisciplinar da psicopatologia. Como é sabido, Giddens recorreu a este conceito tanto em sua teoria da estruturação como em sua sociologia histórica da modernidade tardia. Em sua ontologia da vida social (Giddens, 2003: 59-75), o anseio humano por segurança ontológica desponta como um dos fatores responsáveis pela tendência à rotinização das práticas societárias. Influenciada por visões radicalmente processuais do mundo social – tais como a etnometodologia de Harold Garfinkel –, a teoria da estruturação se viu diante da questão: se a ordem social não é um dado, mas um produto contínuo e contingente de práticas históricas, por que os agentes investem tanto, afinal, em sua manutenção? Sem reduzir a explicação da ordem societária aos anseios psíquicos do agente humano, Giddens (2003: 444) sublinhou que tais anseios são parte *sine qua non* da resposta à pergunta. Um dos motivos pelos quais os agentes humanos investem continuamente na constituição e reconstituição da ordem social é precisamente

2. Na medida em que tais disciplinas tornam patente a multiplicidade de modos de agir, pensar e sentir dos seres humanos nas esferas mais diversas (da sexualidade à economia, da culinária à religiosidade), elas funcionam como antídoto à tendência espontânea da/o cientista social a considerar os atributos de seus próprios cenários sociais como naturais ou universais (p.ex., a sexualidade monogâmica ou a religiosidade monoteísta).

3. Em seu retrato posterior dos traços estruturais da modernidade tardia (Giddens, 2001), o teórico britânico explora, em particular, como a sede de segurança ontológica passa pela “confiança” ou “fé” que depositamos – ou somos obrigados a depositar – em “sistemas peritos” (Giddens, 2001: 25) cujos mecanismos internos desconhecemos, tais como o planejamento urbano, a distribuição de energia elétrica ou a aviação civil.

4. Em outras palavras, o “mundo real” não é primordialmente vivenciado como noção abstrata à qual chegamos indutivamente, quando pensamos no domínio em que aquelas entidades existem, mas é o envoltório experiencial mesmo no qual as percebemos desde o início. De resto, é somente contra este pano de fundo tácito, pois tido como óbvio, que eventos particulares podem aparecer à nossa consciência como enigmáticos.

um anelo existencial por segurança ontológica, isto é, por uma experiência do mundo e de si como dotados de sentido, organização, inteligibilidade, previsibilidade, confiabilidade etc.³. O que poucos sabem é que, antes de ser popularizado por Giddens, o conceito de segurança ontológica já havia sido mobilizado em um estudo fenomenológico-existencial da esquizofrenia de autoria de Ronald Laing (1990: 39), o qual retratava tal condição psíquica precisamente como uma experiência de “insegurança ontológica” radical.

Ao cunhar a expressão “esquizofrenia” por volta de 1911, o psiquiatra suíço Eugen Bleuler (1969) articulou radicais gregos que se referem, respectivamente, à “cisão” e à “mente”. Desde o início, portanto, essa categoria diagnóstica já aludia a cisões ou a fissuras na relação vivida da subjetividade consigo mesma, com o mundo material e/ou com o mundo das outras pessoas. Eis também as três dimensões centrais na descrição de Laing (1990: 39) quanto à segurança ontológica e, por extensão, quanto ao seu colapso na esquizofrenia. Em primeiro lugar, diversos quadros de esquizofrenia se caracterizam por uma ruptura do senso de entrelaçamento entre a própria subjetividade e o mundo, uma quebra na experiência de imersão pré-reflexiva em um mundo tomado como indubitavelmente existente, tão bem descrita na fenomenologia existencial por autores como Heidegger e Merleau-Ponty. O mundo vivido não mais aparece, então, como o horizonte familiar e imediatamente inteligível da própria conduta, mas é transfigurado, nas palavras do pintor-escritor Giorgio de Chirico, em um “vasto museu de estranheza” (apud Sass, 1992: 43). Por contraste, uma relação ontologicamente segura com o mundo não toma sua existência como problemática, mas como absolutamente autoevidente. O mesmo vale para os atributos de substancialidade, continuidade e compreensibilidade das entidades que o compõem⁴.

Uma experiência ontologicamente segura depende, portanto, da “confiança” de que “os mundos natural e social são o que parecem ser” (Giddens, 2003: 444), confiança que carrega um elemento de aposta ou, nos termos de Merleau-Ponty (1971: 15), uma “fé” de que “vemos as coisas mesmas”, de que “o mundo é aquilo que vemos”. Na medida em que a atribuição de inteligibilidade às entidades do mundo ocorre no tempo, o pressuposto da “confiabilidade (*reliability*) dos processos naturais” (Laing, 1990: 39) inculca em nós um senso de relativa previsibilidade sem o qual nossa ansiedade sairia facilmente de controle. As expectativas quanto ao desenrolar previsível dos eventos do mundo não são puras representações cognitivas; ao contrário, quanto mais bem fundadas na experiência reiterada, mais elas podem ser abandonadas a um domínio tácito – por exemplo, a expectativa de que o cobrador entenderá nosso gesto de estender a ele o dinheiro da passagem ou a confiança visceral, como que depositada no corpo, de que um tiroteio é uma

ocorrência improvável em uma biblioteca repleta de estudantes. Os exemplos já indicam que os atributos implicados na pressuposição da confiabilidade das coisas se estendem, *mutatis mutandis*, para o universo das demais pessoas: acreditamos que elas existem “substancialmente”, isto é, fora e independentemente das representações que fazemos delas; confiamos na relativa compreensibilidade de sua conduta para todos os propósitos práticos; e, finalmente, mobilizamos expectativas quanto aos comportamentos prováveis que delas podemos esperar, o que serve para mitigar um sem número de incertezas angustiantes quanto ao que elas farão.

Como os exemplos permitem apreender, a riqueza heurística do conceito de (in) segurança ontológica advém, entre outras coisas, do fato de que ele captura vivências inseparavelmente cognitivas e afetivas, intelectuais e viscerais. Se a crença na realidade do mundo circundante não consiste em uma pura representação cognitiva, mas em uma vivência existencial global e difusa, o mesmo se aplicaria às experiências esquizofrênicas de perturbação ou, mais radicalmente, de dissolução desse senso de realidade.

Laing ilustra inteligentemente essa ideia ao comparar o ceticismo como puro exercício intelectual de filósofos, de um lado, ao “ceticismo” como inescapável experiência vivida entre certos pacientes de esquizofrenia, de outro. Uma filósofa cética pode sustentar, em suas aulas e em seus artigos, que ela não possui garantia racional absoluta de que o mundo que ela percebe pelos seus sentidos exista efetivamente fora de sua mente. Já que todas as “provas” da existência do mundo externo chegam a ela através de sua subjetividade, tais “provas” seriam todas logicamente compatíveis com a possibilidade de que não exista nada além dos conteúdos de sua experiência subjetiva. A filósofa também poderia afirmar que não é possível asseverar, com certeza apodítica, que as pessoas com quem ela interage são realmente dotadas de consciência e vida interior. Já que tudo que ela pode apreender dos outros são condutas corpóreas exteriormente observáveis, não existiria certeza absoluta – continua ela – de que esses corpos não sejam meros autômatos sem subjetividade. Ao transmitir esses argumentos céticos para seus estudantes, no entanto, a filósofa não abandona nem por um instante a crença visceral, vivida na carne, de que as paredes da sala de aula existem independentemente de sua subjetividade. Mesmo ao afirmar aos seus estudantes que ela não tem prova absoluta de que eles não sejam simples projeções de sua mente, seu argumento filosófico não chega a corroer sua certeza existencial de que aqueles estudantes diante dela são, sim, criaturas conscientes em vez de simples autômatos. Ao descrever vivências de radical insegurança ontológica, Laing nos convida então a um exercício imaginativo: como seria um indivíduo que levasse visceralmente a sério, em sua vida cotidiana e no trato com os outros, as dúvidas radicais que os filósofos se acostumaram a entreter

em seus gabinetes? O que acontece quando a incerteza acerca da existência do próprio corpo, das coisas materiais ou das outras mentes não é mais um exercício intelectual, mas uma experiência vivida?

Nas perturbações da segurança ontológica, o elemento “esquizo” ou de ruptura pode incidir não apenas na relação da subjetividade com o mundo, mas também na relação da subjetividade consigo mesma. Na perspicaz conceituação de Laing, um senso de segurança ontológica comporta uma noção firme da própria existência como distinta daquela de outras pessoas, a vivência da continuidade de si mesmo ao longo do tempo e a experiência tácita – uma vez que considerada como absolutamente autoevidente – de que os pensamentos, as imagens e os sentimentos que emergem no espaço interior de minha subjetividade são “meus” (Jaspers, 1979b: 701). Cada um desses aspectos da experiência normal de si pode ser severamente perturbado ou mesmo entrar em colapso em casos de esquizofrenia. A contraparte do senso seguro de que a própria subjetividade é distinta de outras evidencia-se no terror, vivenciado por certos pacientes, de ter a própria existência subjetiva aniquilada, invadida ou “engolfada” (Laing, 1990: 43) pelo outro. Louis Sass e Joseph Parnas narram o caso de um jovem que

se via frequentemente confuso em uma conversa, incapaz de distinguir entre si mesmo e seu interlocutor. Ele tendia a perder o senso de quais pensamentos teriam se originado de quem, e se sentia “como se” seu interlocutor o houvesse “invadido” de algum modo, uma experiência que despedaçava sua identidade e provocava uma intensa ansiedade (Sass & Parnas, 2001: 109).

5. Como veremos em maiores detalhes, a literatura sobre a esquizofrenia também está repleta de cenários de radical desconexão vivida com o próprio corpo. Sass e Parnas (2001: 109) relatam, por exemplo, a história de um indivíduo tão inseguro quanto à própria existência corpórea que evitava olhar para o seu reflexo no espelho, já que isto gerava nele uma angustiada dúvida quanto a qual dos lados do vidro ele realmente estava.

Ainda no que toca a perturbações do senso de autoidentidade ou autopropriedade – “minhidade” (*mineness*) – da experiência subjetiva, um dos sintomas mais desconcertantes da esquizofrenia, em suas fases ou modalidades psicóticas, é o da “inserção de pensamento” (*thought insertion*). Nesses casos, os pacientes reconhecem que certos eventos (pensamentos, imagens, sensações, emoções etc.) ocorrem em sua subjetividade, mas não os reconhecem como “seus”, e sim como experiências inseridas em sua mente por outras entidades, como, por exemplo, um aparelho eletrônico (Tausk, 1992) ou uma pessoa. Uma paciente sustentava, por exemplo, que sua mente era invadida pelos pensamentos de um famoso apresentador de rádio e TV do Reino Unido:

Eu olho pela janela e penso que o jardim parece bonito e a grama parece bacana, mas os pensamentos de Eamonn Andrews [o apresentador] vêm à minha mente... [...] Ele trata minha mente como uma tela, e projeta seus pensamentos nela (Sass, 1999: 261)⁵.

Pois bem: a relevância de uma heurística da insanidade informada por experiências como aquelas mencionadas acima deriva do fato de que, com base na investigação de situações de colapso da normalidade, ela nos faculta apreender, de maneira muito mais nítida, uma montanha de fatores pressupostos em qualquer interação social “normal”⁶.

O espelho de Machado. Há mesmo um “eu” por trás do uniforme?

No presente artigo, pretendo concentrar-me sobre uma modalidade específica de “cisão vivida” na esquizofrenia que desponta como particularmente relevante para as preocupações analíticas da teoria social, a saber, aquela entre o indivíduo e seus “papéis”, suas “identidades” ou suas “posições de sujeito” na vida societária⁷. A despeito dos usos teóricos inegavelmente distintos de tais conceitos, todos eles buscam apreender, de um modo ou de outro, um dos principais processos pelos quais condutas individuais se conectam a estruturas sociais, qual seja, aquele em que indivíduos empíricos encarnam “tipos” associados a formas padronizadas de ação: garçom, guarda de trânsito, médica, policial, mulher, homem, mãe, pai, esposa, marido, católico etc. Tradições teóricas diversas acentuaram aspectos distintos de tais performances de papel, como as expectativas normativas embutidas nos papéis, os impulsos libidinais que levam os agentes a investir nos seus desempenhos ou, ainda, as competências cognitivas e práticas sem as quais tais desempenhos não seriam possíveis. O estrutural-funcionalismo de Parsons, por exemplo, concentrou-se sobre as expectativas normativas associadas aos papéis sociais, bem como sobre a internalização de tais expectativas na personalidade via socialização (1991: 138). Segundo a crítica avançada pelas microsociologias interpretativas, no entanto, o autor estadunidense não teria levado suficientemente em consideração o fato de que performances de papel são desempenhos qualificados, isto é, dependentes de competências cognitivas complexas (Cohen, 1996).

É curioso notar que debates a respeito dessas mesmas dimensões da relação entre o “indivíduo-como-sujeito-empírico”, de um lado, e o “indivíduo-como-sujeito-social”, de outro, aparecem em correntes teóricas distintas. Veja-se o exemplo do diálogo crítico de Stuart Hall (2000: 112) com a teoria althusseriana da “interpelação” do sujeito pela ordem social. Na visão pós-estruturalista de Hall, um exame de como os indivíduos encarnam as identidades ou “posições de sujeito” que ocupam em formações sociais não pode escapar à questão da “identificação”. Em outras palavras, não é suficiente apontar para os modos pelos quais a ordem social interpela os indivíduos; urge também reconstruir o caminho psíquico que leva do indivíduo à “posição de sujeito” a ele atribuída em um contexto societário. Por que os agentes

6. Como mostrou a pintura fenomenológica do estrangeiro por Schütz (1979: 80-81; 87-95), o estudo de como uma subjetividade reage a um “mundo da vida” no qual ela não foi socializada possibilita uma intelecção *a contrario*, por assim dizer, de quão vastos são os domínios de incerteza potencial que aqueles pressupostos partilhados de conhecimento e ação no universo social são voltados a neutralizar. Em termos sociológicos, o componente “esquizo” nas vivências esquizoides e esquizofrênicas refere-se a uma espécie de versão existencial generalizada de tal experiência do “estrangeiro”.

7. Para demonstrar de modo mais persuasivo a relevância intelectual de experiências esquizoides e esquizofrênicas para a teoria social, o presente artigo dialoga com abordagens diversas, explorando os pontos em comum entre diferentes ferramentas conceituais voltadas à captura da relação entre os indivíduos empíricos, de um lado, e os indivíduos tal como performativamente definidos por outros e por si mesmos, de outro. Como mostraram as abordagens de

síntese associadas ao (outro) “novo movimento teórico” (Alexander, 1987), tais quais a praxiologia de Bourdieu (1983: 20) e o estruturacismo de Giddens (2003: xiv), a teorização substantiva nas ciências sociais frequentemente só é capaz de avançar com base na articulação de ferramentas analíticas oriundas de perspectivas teóricas discrepantes ou mesmo antagônicas entre si. Com base em tal ecletismo metodologicamente disciplinado, portanto distinto da mera justaposição inconsistente de teorias, é possível encontrar interfaces entre noções como “papel social”, seja em sua acepção estrutural-funcionalista (Parsons, 1991: 138-168), seja em sua acepção sociológico-dramatúrgica (Goffman, 1975), “missão social”, nas reflexões do Bourdieu tardio (2001: 253-300), e identidade ou “posição de sujeito”, em reflexões estruturalistas e pós-estruturalistas (e.g., Hall, 2000: 112) sem descambar, no entanto, para a absurda sugestão de que elas seriam idênticas no seu escopo conceitual.

investem, afinal de contas, sua “libido” nas identidades sociais que desempenham? Nos termos de Hall:

Se uma suturação eficaz do sujeito a uma posição-de-sujeito exige não apenas que o sujeito seja “convocado”, mas que o sujeito invista naquela posição, então a suturação tem que ser pensada como uma articulação e não como um processo unilateral. Isso, por sua vez, coloca, com toda a força, a identificação na pauta teórica (Hall, 2000: 112).

Uma vez mais, sem que seja preciso descambar para a simples confusão entre diferentes matrizes teóricas, a ideia de que “papéis”, “identidades” e “posições de sujeito” são “suturas” – como diz Stuart Hall – ou “cordas atadas” – para usar a clássica expressão que Nietzsche mobilizou em outro contexto – entre indivíduo e sociedade, agência e estrutura, é efetivamente partilhada por teorias as mais diversas. E Hall tem razão em sublinhar que uma análise dessas suturas é levada a uma explicação dos investimentos de tempo, energia, recursos – em suma, de libido no sentido mais geral de “pulsão de vida” – na manutenção das identidades que os indivíduos encarnam em seus contextos sociais de existência. Nas suas versões mais críticas às “ilusões da autoconsciência”, várias dessas análises mostraram, de um modo ou de outro, que os investimentos psíquicos e existenciais dos indivíduos em certas de suas identidades sociais são tão importantes que a dissolução de tais identidades levaria à dissolução mesma de qualquer senso nítido e preciso de si. Uma versão alegórica dessa tese já aparecia – é interessante notar – no conto “O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana” de Machado de Assis. Se, por um lado, não há dúvida de que o tom pomposo do subtítulo já brotou de sua pena carregado de ironia, também não há por que ignorar, por outro lado, a real densidade filosófica da narrativa machadiana. A história trata do curioso caso de Jacobina, personagem que, frente ao espelho, só percebia sua própria imagem integral quando estava vestido com sua farda de alferes da guarda nacional. Despidido do uniforme prestigioso, Jacobina via seu reflexo tornar-se “disperso, esgaçado, mutilado...” (Assis, 2007: 161). Como sublinharam Antonio Candido (1995: 29) e Augusto Meyer (2008: 54), a experiência de Jacobina diante do espelho pode ser interpretada como alegoria de uma tese sociopsicológica sobre o animal humano: experimentamos pelo menos alguns de nossos papéis e identidades sociais não como meras máscaras externas ao nosso verdadeiro “eu”, mas como aspectos indissociáveis do que consideramos nosso ser mais íntimo e “essencial”. Nas palavras de Meyer:

Jacobina somos nós. Botamos a farda e representamos...não na vida social apenas, na vida profunda do espírito, que anda qua-

se sempre fardado. [...] Quem tira a farda, quem tenta ver além da fantasmagoria organizada em seu proveito pela inconsciência vital, sente a vertigem de si mesmo e de tudo, e acaba falando sozinho diante do espelho, como o alferes Jacobina (Meyer, 2008: 54).

O recurso machadiano aos artifícios artísticos do gênero cômico-fantástico serve como modo de transmitir uma verdade sociopsicológica que, na maior parte do tempo, resta escondida para a maioria das pessoas. Um dos aspectos mais impressionantes da literatura sobre vivências do mundo e de si na esquizofrenia é a descoberta de que formas de experiência que julgávamos ser possíveis apenas em um *experimentum mentis* filosófico ou na literatura fantástica adquirem *realidade subjetiva* para algumas pessoas. A experiência de ter o próprio eu “disperso, esgaçado, mutilado” pela retirada dos “uniformes” sociais pelos quais nos apresentamos ao mundo é uma dessas vivências angustiosas reais – isto é, vividas como reais – em casos diversos de esquizofrenia.

O exilado existencial

Como notamos acima, a palavra “esquizofrenia” foi montada pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler lá pela casa de 1911, em uma justaposição dos radicais gregos referentes respectivamente a “cisão” e “mente”. A despeito das transformações ulteriores de sentido sofridas por essa categoria – uma das mais polissêmicas e controversas na história da psiquiatria –, o conceito de “esquizofrenia” continua a veicular a intenção bleuleriana inicial de capturar distúrbios ou rupturas no senso vivido de conexão do indivíduo com seu mundo circundante e/ou com sua própria subjetividade. A angustiosa experiência de uma barreira existencial entre a própria subjetividade e o mundo exterior já foi apresentada, nas seções pregressas deste artigo, como característica de diversos casos de esquizofrenia. Bem entendido, experiências de estranhamento do mundo e de si não são apanágio exclusivo da esquizofrenia em suas manifestações mais radicais, mas consistem, em suas versões menos frequentes e/ou intensas, em parte e parcela da experiência humana como tal. Entre a experiência do mundo circundante e da própria subjetividade como realidades absolutamente familiares, em um extremo, e o estranhamento total do mundo e de si, no outro, há todo um *continuum* de possibilidades intermediárias que combinam graus diversos de segurança e insegurança existencial na experiência de “ser-si-em-um-mundo”⁸.

Seja como for, ao diferenciar as fases psicóticas das fases não psicóticas da condição esquizofrênica, Bleuler examinou certas características relativamente duráveis de

8. Nesse sentido, poderíamos falar que um elemento “esquizoide” – ou simplesmente “esquizo” – emerge na experiência humana em quaisquer cenários “normais” de perturbação existencial na conexão segura da subjetividade com o mundo ou da subjetividade consigo mesma (Peters, 2017) – por exemplo, na desorientação ontológica que sentimos quando acordamos repentinamente de um sonho e precisamos, assim, reajustar nosso senso do que é (ir)real ou, ainda, quando em nossa mente pipoca um pensamento cuja bizarrice nos parece completamente estranha a quem “realmente” somos.

personalidade que pacientes em delírio apresentavam antes de mergulharem na psicose propriamente dita. O psiquiatra suíço chegou à conclusão de que a maioria dos casos de delírio psicótico afligia indivíduos dotados dos atributos de uma “personalidade esquizoide”. Na medida em que a exuberância das manifestações psicóticas é o que costuma ganhar a atenção do senso comum para a esquizofrenia, é importante ressaltar aqui que o inverso não procede: a maior parte das pessoas que se enquadram nesse tipo psíquico não evolui para quadros psicóticos (Sass & Parnas, 2000). Como acabei de sublinhar, pode-se sustentar que experiências esquizoides, nas quais a subjetividade experimenta algum hiato entre seu “espaço interno” e o mundo – ou entre tal e qual dimensão do seu *self* –, são parte e parcela da condição humana “normal”.

Ao ser observada através de uma lente sociológica, a visão bleuleriana da personalidade esquizoide pode ser considerada como uma espécie de figura invertida das perspectivas teóricas sobre a conduta humana que – como a fenomenologia schutziana da “atitude natural” ou a praxiologia de Pierre Bourdieu – privilegiam a análise de casos de “cumplicidade ontológica” (Bourdieu, 1988: 52) entre as disposições subjetivas do agente e suas circunstâncias sócio-históricas de experiência. Na medida em que um dos produtos da socialização da subjetividade é a internalização de esquemas cognitivos de percepção intersubjetivamente vigentes no próprio cenário socializador, tal cenário não será visto pelo indivíduo socializado como uma ordem social contingente e arbitrária, mas como a própria ordem natural e autoevidente das coisas. Uma vez que as expectativas e competências subjetivas que o animam e capacitam a intervir no mundo social estão harmonizadas com as demandas práticas de seus contextos de ação, o indivíduo experimenta um senso global e difuso, cognitivo e afetivo, mental e corpóreo de estar “em casa no mundo” (Gadamer, 1996: 154), tal qual “um peixe n’água” (Vandenberghe, 2010: 65). Em contraste, o núcleo experiencial de uma relação esquizoide com o mundo é precisamente a ausência dessa sensação difusa de estar à vontade, confortável, seguro ou “em casa” em um ambiente circundante de pessoas, atividades, coisas e símbolos (Jaspers, 1979a: 121).

A sensação de estranheza que a própria subjetividade esquizoide vivencia no seu trato com outros tende frequentemente a ser, por assim dizer, devolvida a ela. O próprio Jaspers (1979a) elencou, entre os índices de esquizofrenia que reconhecia em seus pacientes, seu senso intuitivo – inequivocamente experimentado, mas difícil de descrever – de que alguma espécie de abismo experiencial o separava daqueles indivíduos. Em termos mais simplórios, indivíduos que vivenciam um estranhamento em relação ao mundo e aos outros são com frequência classificados como “estranhos”, por seu turno, pelas pessoas com quem interagem socialmente

– incluindo-se aí, a crer em Jaspers, seus próprios psiquiatras. Se tomados como marcos diagnósticos, é claro que atributos psíquicos como “estranheza” ou “excentricidade” já funcionaram de justificativa para todo um conjunto de trágicos abusos cometidos pela psiquiatria. Do ponto de vista sociológico, no entanto, tais características são relevantes a uma interpretação das consequências provocadas pela esquizofrenia no âmbito interacional, as quais tomam a forma, em sua maior parte, do que Erving Goffman (1963: 216) denominou “impropriedades situacionais”. Quando especificam o senso de estranheza gerado pelas subjetividades esquizoides com as quais interagem, algumas pessoas qualificam o comportamento das últimas como “artificial”, “robótico”, “mecânico”, “irônico”, “desengajado” ou “forçado”. Em contraste com o feitio espontâneo da conduta socialmente “normal”, o modo de portar-se do sujeito esquizoide pareceria demasiado calculista ou cerebral. Este aspecto de falta de espontaneidade, naturalidade ou autenticidade de suas condutas, tal como ele aparece em sua condução do próprio corpo e em sua (in)expressividade afetiva, viria a lume sobretudo nas suas performances ordinárias de papéis sociais, isto é, nas maneiras pelas quais o indivíduo esquizoide se envolve em “rituais de interação” cotidianos.

As máscaras de Shakespeare; ou o mundo social como teatro

O valor analítico do conceito de “rituais de interação” foi amplamente evidenciado, é claro, pela microsociologia da ordem interacional elaborada por Goffman ao longo de toda a sua carreira (Goffman, 1963; 1967; 1974; 1975). A vivência partilhada de uma barreira entre a personalidade esquizoide e os agentes presentes nos seus cenários de interação também pode ser entendida – acredito – à luz de outra orientação analítica legada pelo sociólogo canadense: a investigação dos requisitos cênicos ou teatrais da vida social. Goffman (1975: 74-75) foi parcialmente inspirado por Sartre, cuja psicologia do desempenho de papéis sociais como performance teatral é uma das consequências de sua antropologia filosófica existencialista. *Grosso modo*, o filósofo francês retrata o ser humano como inerentemente angustiado (ou “nauseado”) por um “nada” que o habita do interior, identificado por Sartre à radical contingência de uma criatura obrigada a inventar a si própria sem qualquer apoio na natureza das coisas ou em um Deus. A visão sartriana toma de empréstimo a Kierkegaard uma caracterização da angústia como “vertigem da liberdade”, experiência em que o ser humano intui sua condição incontornável de inventor de si mesmo. Assoberbado frente à responsabilidade da criação livre de si em face de tantas possibilidades contingentes, o ser humano sofre a tentação de escapar dessa angustiante responsabilidade pela via do que Sartre (1997: 92) chamou de má-fé: o autoengano em que o sujeito tenta conceber a si próprio e a

se portar como coisa ou “ser em-si”. Sartre gostava de escrever em cafés. Assim, precisou somente levantar a cabeça para encontrar no garçom um exemplo que se tornaria famoso.

Vejamos esse garçom. Tem gestos vivos e marcados, um tanto precisos demais, um pouco rápido demais, e se inclina com presteza algo excessiva. Sua voz e seus olhos exprimem interesse talvez demasiado solícito pelo pedido do freguês. Afinal volta-se, tentando imitar o rigor inflexível de sabe-se lá que autômato... Sua mímica e sua voz parecem mecanismos, e ele assume a presteza e rapidez inexorável das coisas (Sartre, 1997: 106).

Seja como for, diferentemente do que é sustentado por visões da psicopatologia como mero déficit e incapacidade, várias das dificuldades relacionais vividas por indivíduos esquizoides não derivam da *falta* de consciência daqueles requisitos teatrais da interação social rotineira, mas, ao contrário, de uma *excessiva* autoconsciência ou mórbida hiper-reflexividade quanto a eles. Uma das condições psicológicas de possibilidade da competência interacional no mundo social é precisamente o abandono de toda uma série de aspectos da interação ao domínio do que é implicitamente “visto, mas não percebido” (Garfinkel, 1967: 36). Em contraste, imagine um indivíduo que não consegue deixar de trazer ao plano da reflexão explícita todas as dimensões da interação social que abandonamos tranquilamente àquele saber prático, implícito, intuitivo que Goffman (1975: 214) capturou na ideia de “tato”: o equilíbrio entre proximidade e distância em relação ao nosso interlocutor, o manejo de nossas posturas corporais, o revezamento entre escuta e fala, o movimento de nossas próprias pálpebras conforme abrimos e fechamos os olhos. Tal como falamos anteriormente em um “ceticismo vivido”, há algo como um “goffmanianismo vivido” em alguns casos de experiência esquizofrênica, nos quais os indivíduos são tão atentos e sensíveis aos menores aspectos da interação social que se veem asoberbados, cognitiva e afetivamente, pelas demandas dos encontros sociais mais rotineiros. O caráter “vago” dos requisitos normativos tácitos da interação social mapeados por Goffman também explica por que tais dificuldades acometem frequentemente espíritos “geométricos” (Minkowski, 2002), racionalistas e hiperalíticos, facilmente ansiosos diante de orientações de conduta insuficientemente precisas. Por exemplo, diante do nosso interlocutor em uma conversação rotineira, sabemos que não devemos estar nem demasiado distantes, a ponto de sugerir que não gostaríamos de travar um verdadeiro contato com ele, nem demasiado próximos, para não invadirmos a privacidade de seu espaço imediato. No mais das vezes, é claro, nosso conhecimento da distância adequada é intuitivamente sentido e ajustado, em vez de formulado como orientação precisa e explícita (por exemplo, “N centímetros”)⁹. Como em outras conjugações ambivalentes de “competência” e

9. O mesmo valeria para outras tantas dimensões da interação, como o revezamento normativo entre fala e escuta (“quanto tempo cada um de nós deve falar até que o outro tome a palavra?”) ou os rituais de estranhamento polido ou “desatenção civil” (Goffman, 1963: 83) entre estranhos em locais públicos (“sei que devo olhar para o estranho por tempo suficiente para indicar que percebi sua presença, mas não por tempo demasiado a ponto de torná-lo desconfortável com meu interesse por ele, mas quais são os intervalos de tempo que correspondem *exatamente* a essas exigências?”) e assim por diante.

“incompetência” na esquizofrenia, a consciência ampliada do indivíduo esquizoide a respeito dos requisitos implícitos da interação social, “sociologicamente” sagaz à sua maneira, o leva a pagar um preço cognitivo, emocional e prático por sua lucidez. Vejamos.

De uma perspectiva estritamente sociológica, o critério definidor da “normalidade” de uma forma de conduta consiste no ajuste entre as expectativas e capacidades subjetivas do agente, de um lado, e as exigências práticas a ele dirigidas por seu contexto societário, de outro. Eis por que, como evidenciam análises historiográficas e etnológicas da loucura (e.g., Benedict, 1961: 218-240), condutas tomadas como normais em um cenário histórico-cultural seriam consideradas insanas em outros e vice-versa (considere-se, por exemplo, o autoflagelo em público como ritual de expiação religiosa, ocorrência normal na Europa medieval, porém provável signo de loucura em qualquer cidade do Ocidente moderno). O senso de (des)ajuste entre as orientações subjetivas do agente e suas circunstâncias sociais de ação foi tema dileto, como se sabe, das teorias sociopsicológicas pragmatistas (Aboulafia, 1999). Segundo tais teorias, a vivência reiterada da convergência entre o que os agentes esperam de suas situações sociais, de um lado, e o que as situações sociais demandam dos agentes, de outro, leva a uma *habituação* mental e corpórea, a qual libera energia e “espaço” psíquico para que a consciência reflexiva se concentre sobre outras coisas (por exemplo, refletimos sobre os arcanos da filosofia de Heidegger enquanto abandonamos a tarefa de caminhar, lavar a louça, ensaboar-se no chuveiro ou dirigir um carro a um corpo já bem treinado nessas ações). Aplicada aos requisitos teatrais da interação societária, a tendência humana à habituação tende a lançar para um domínio implícito e infraconsciente o senso que o próprio agente tem quanto à teatralidade de sua conduta. A performance cênica de papéis sociais em encontros ordinários torna-se, nesse sentido, tanto um desempenho habilidoso quanto uma verdade escondida ou, pelo menos, submetida a uma *epoché* pela maior parte dos atores engajados nos teatros da vida social. Pode ser verdade, o que rezam os versos shakespearianos de “Como gostais”: “o mundo inteiro é um palco, e todos os homens e mulheres, apenas atores”. Ainda assim, um indivíduo incapaz de banir essa verdade para as margens de sua consciência em sua experiência social ordinária se verá, muito provavelmente, um tanto travado e atrapalhado na realização de performances que outros abandonam, com tranquilidade e fluência, às propensões habituais de um corpo bem treinado naquele(s) teatro(s). Imagine-se, por exemplo, uma situação de conversa na qual um dos participantes precisa realizar, de modo intencional e reflexivo, os movimentos do corpo e do rosto que a maioria dos agentes ativa de maneira inconsciente e espontânea, como parte de uma linguagem não verbal *habitualizada*. Já que a reflexividade desse indivíduo está sobrecarregada com tarefas que os outros abandonam calmamente aos

10. Em princípio, a atenção do indivíduo esquizoide ou esquizofrênico se encontra tomada, assim, por muito mais informação do que aquela manejada por seu interlocutor. Para ter uma ideia do que acontece, experimente, por exemplo, prestar atenção explícita aos mínimos movimentos de seu corpo e de seu rosto diante de um interlocutor, a começar pelo abrir e fechar periódico de suas próprias pálpebras, e então veja o que isto faz com sua capacidade de concentração sobre o que está sendo dito. Em um efeito perverso, típico das dinâmicas de estigmatização da loucura, é possível que a dificuldade de apreensão que o indivíduo esquizoide tem do discurso alheio, prejudicada por sua intensa atividade mental ou *excesso* de reflexão sobre o próprio corpo, seja atribuída por outras pessoas (incluindo os psiquiatras) a um mero *déficit* cognitivo.

seus hábitos corporais, ele não se verá com muita energia psíquica restante para se concentrar no assunto de que fala seu interlocutor¹⁰.

As perturbações psicológicas e práticas oriundas do “goffmanianismo vivido” na experiência esquizoide podem ser compreendidas – creio eu – mediante uma aproximação aos casos de “estruturalismo vivido” característicos de certas anomalias linguísticas descritas na literatura sobre a esquizofrenia (Sass, 1992: 202). Como é sabido, a linguística estrutural de Saussure (1971) sublinhou que não há qualquer laço ontologicamente necessário entre significantes gráficos e sonoros, de um lado, e os significados aos quais eles se referem, de outro. Ao mesmo tempo, seria impossível participar fluentemente da conversação mais corriqueira se a arbitrariedade ontológica do signo jamais escapasse ao foco primeiro de nossa consciência. Assim como a filósofa cética é obrigada a abraçar a postura filosoficamente leviana da “atitude natural” para operar na vida cotidiana, mesmo o estruturalista mais empedernido só é capaz de conversar “competentemente” caso tome os significantes ali usados, na prática, como veículos imediatos e transparentes de seus significados. Em contraposição, um indivíduo que jamais colocasse entre parênteses sua consciência do caráter socialmente convencional e ontologicamente arbitrário do vínculo entre sons e sentidos teria imensa dificuldade em manter o fluxo do intercurso verbal com outros. De maneira similar, uma postura hiper-reflexiva acerca dos aspectos teatralizados da interação social cotidiana, até mesmo daqueles que a maior parte das pessoas abandona ao seu senso prático (por exemplo, o manejo das próprias posturas corpóreas), termina por imbuir a conduta do indivíduo esquizoide ou esquizofrênico com uma marca de estranheza, artificialidade ou afetação robótica.

Ao avançar na heurística sociológica da teatralidade, pode-se perguntar: o que diferencia a atuação típica do sentimentalismo mais *kitsch*, de um lado, de uma performance teatral que exprime fidedignamente uma emoção dramática, de outro? Uma resposta epigramática evocaria a diferença entre “atuar mais” e “atuar melhor”: em contraste com a primeira, a segunda performance é teatralmente mais convincente porque melhor esconde seu próprio caráter de representação teatral. *Ars est celare artem* (a arte é dissimular a arte), reza o provérbio que também se aplica à apresentação teatral de si na vida social ordinária. Uma historicização dos modos teatralizados de “administração da impressão” investigados por Goffman (1975: 191) faria bem em retornar à complexificação dos padrões de interação capitaneados, no processo de “civilização dos costumes” característico da transição à modernidade, pela “sociedade de corte” (Elias, 1994; 2001). E, com efeito, é em um livro quinhentista de lições para o cortesão escrito por Baldassare Castiglione (1997: 42) que encontramos um conceito que bem captura aquela alquimia ineren-

te à performance socioteatral bem-sucedida: *sprezzatura*. Graças a tal operação alquímica do ator competente, o suado esforço dispendido no seu cultivo de uma *persona* social desaparece na exibição mesma dessa *persona*, que assume então a aura da mais espontânea naturalidade.

O ator (des)crente de si

No teatro da existência social cotidiana, a ocultação teatral da teatralidade das próprias performances não resulta, no mais das vezes, de um cálculo consciente pelo qual o ator procura persuadir seu público. A prolongada socialização no desempenho de papéis sociais, ao facultar ao agente refinar suas competências performáticas, acaba por neutralizar – como vimos – sua consciência acerca das diversas dimensões dramáticas que ele mobiliza em suas ações de maneira implícita, tácita, não reflexiva. Como pode atestar qualquer indivíduo (estudante, desportista, instrumentista musical, professor etc.) que já vivenciou uma dificuldade em largar-se ao senso prático ao se apresentar em face de uma audiência, refletir explicitamente sobre uma performance no próprio momento em que se a executa atrapalha um tanto a sua fluência. Não por nada, o cultivo da habilidade performativa não está calcado somente, nem mesmo predominantemente, na memorização explícita de diretrizes de conduta, mas na interiorização mental e corpórea de esquemas de ação que integram componentes em um todo ordenado: uma *Gestalt* (Fuchs, 2001: 324). Graças à popularidade da *Gestalttheorie* no âmbito de estudos de percepção, os exemplos de *Gestalt* que nos vêm mais facilmente à mente remetem aos todos inteligíveis apreendidos por nossas faculdades perceptuais (por exemplo, um rosto humano). No seio de uma psicologia da aquisição de competências, no entanto, o conceito de *Gestalt* também é aplicável a performances motoras habilidosas, tais como andar de bicicleta, ou mesmo a pé, e dirigir um carro. O que estas ilustrações evidenciam é que os estímulos de uma situação de ação particular ativam, na subjetividade dos agentes, esquemas inteiros de resposta prática, como mostra a conexão entre faculdades cognitivas e motoras nas condutas acima elencadas – por exemplo, a articulação rápida e espontânea entre a interpretação cognitiva de informação perceptual (e.g., o significado do sinal vermelho) e os movimentos intencionais do corpo (e.g., tirar o pé do acelerador e pisar no freio).

Poucas linhas de pensamento utilizaram a noção de esquemas de modo tão fecundo quanto a sociologia disposicional de Bourdieu, cujo conceito de *habitus* sublinha a operação entrelaçada dos diversos aspectos da subjetividade. No sentido mais geral, o *habitus* é uma “subjetividade socializada” (Bourdieu & Wacquant, 1992: 126), um conjunto de disposições mentais e corpóreas (modos de agir, pensar, sentir, perceber, interpretar etc.) adquiridas via socialização e mobilizadas nas práticas

11. Ao recorrer à analogia com o desempenho de papéis teatrais para tratar da ativação corpórea de “estados de alma”, a posição de Bourdieu (2001: 189) está em oposição direta ao modo demasiado intelectualista pelo qual Sartre retrata a performance do “garçom de café”, retratável à incapacidade de Sartre em diferenciar sua atitude existencial diante do mundo (contemplativa e reflexiva) daquela dos agentes que ele examina (pragmática, baseada em improvisações tácitas, imersa na “urgência da prática” etc.). Para um exame do diálogo crítico de Bourdieu com Sartre acerca dessa questão, ver Peters (2012: 250-252).

pelas quais os agentes reproduzem historicamente seus contextos estruturais de ação. Bourdieu (1988: 16) sublinha que a operação do *habitus* entrelaça as dimensões cognitiva (*eidōs*), avaliativa (*ethos*) e corpóreo-afetiva (*hexis*) da subjetividade. Ao caracterizar o *habitus* como um conjunto de “esquemas de percepção, avaliação e ação” (Bourdieu, 2009: 30; Peters, 2015: 80-86), Bourdieu quis enfatizar a articulação entre os esquemas cognitivos pelos quais se dá inteligibilidade ao mundo (por exemplo, as ferramentas de classificação que nos levam a interpretar um terno como signo de classe), os esquemas avaliativos pelos quais as entidades percebidas são situadas em uma escala de valor social diferencial (por exemplo, o contraste do terno com as formas de vestuário simbolicamente associadas à pobreza) e, finalmente, os esquemas de ação pelos quais se responde na prática aos estímulos do mundo social (por exemplo, no caso do preconceito de classe, uma atitude corpórea de afastamento, aversão ou repulsa em relação a agentes que carregam índices simbólicos de pobreza). Bourdieu oferece, ademais, um lembrete do caminho de mão dupla na relação entre crença mental e experiência corpórea: o ator desempenha seus papéis sociais com habilidade porque acredita neles, mas também crê neles mais intensamente porque os desempenha com frequência. Graças à imersão na atmosfera de uma situação estruturada para estimular tais ou quais “estados de alma”, como o “clima” lúdico de uma festa ou o “clima” solene de uma missa, o agente mobiliza um esquema de resposta global ao seu contexto experiencial – *casu quo*, os esquemas respectivamente associados a estados de espírito festivos ou reverenciais. Quanto a este papel do corpo situado na indução de estados mentais, é o próprio Bourdieu quem recorre ao exemplo heurístico do teatro em *O senso prático* (2009: 113).

Todas as ordens sociais sistematicamente tiram proveito da disposição do corpo e da linguagem para funcionar como depósitos de pensamentos diferidos, que poderão ser desencadeados à distância e com efeito retardado, pelo simples fato de recolocar o corpo em uma postura global apropriada para evocar os sentimentos e os pensamentos que lhe são associados, em um desses estados indutores do corpo que, como é de conhecimento dos atores, provocam os estados de alma (Bourdieu, 2009: 113)¹¹.

Uma vez mais, os atores que creem com vigor na realidade de seus papéis sociais tendem a desempenhá-los habilidosamente, mas o reverso também se aplica: performances reiteradas de um papel social intensificam aquela crença não apenas em um âmbito estritamente cognitivo, mas também visceral e existencial. A intensificação da crença se ancora ainda em todos os suportes sociais estabelecidos para dar a ela a aura de máxima realidade, a começar por atores que acreditam intensamente na realidade dos papéis desempenhados pelo indivíduo e dos seus

próprios. Como há muito já notaram analistas da religião (e.g., Becker, 2010), uma cosmologia só adquire continuidade histórica quando interiorizada nos corpos dos fiéis através de rituais periódicos e materializada em índices palpáveis de sua presença no mundo, como “préstitos, multidões, trajes cerimoniais” e “dias especiais assinalados nos calendários” (Becker, 2010: 244). Por meio do engajamento do ator em tais práticas afetivamente carregadas, sua trajetória experiencial vai deixando em sua subjetividade “depósitos” (Bourdieu) ou “sedimentos” (Husserl, 1973: 122) sob a forma de disposições a pensar, sentir e agir como no passado¹².

Em sua aparição na sociologia disposicional de Bourdieu (2002) e de seu discípulo crítico Bernard Lahire (2002), o conceito de “esquemas” subjetivos trai uma similaridade algo frouxa, mas analiticamente sugestiva, com a noção de “complexos” usada por Bleuler (1969: 323) em seu estudo psiquiátrico sobre o “grupo das esquizofrenias”. Como vimos, a junção de radicais indicativos de “cisão” e “mente” já apontava para uma condição que envolvia ruptura de laços entre aspectos “normalmente” integrados da psique. As cisões características da esquizofrenia atacariam – segundo a visão bleuleriana – os vínculos lógicos das ideias umas com as outras (por exemplo, na substituição de associações ideativas ordenadas por cadeias associativas crescentemente incompreensíveis¹³), das ideias com suas ressonâncias afetivas (por exemplo, na produção de respostas emocionais socialmente ininteligíveis e inapropriadas, como a risada em meio a uma situação grave) e, finalmente, do sujeito com seu mundo circundante (por exemplo, na fase da esquizofrenia que Bleuler chamou de “autismo”, em que o indivíduo, assoberbado pela desorganização da sua personalidade, desiste de se engajar na vida social e como que se isola dentro de sua própria psique) (Bleuler, 1969: 373).

A toupeira de Kafka; ou a cidadela que aprisiona

No entrecruzamento entre fenomenologia da esquizofrenia e teoria sociológica da ação aqui delineado, poder-se-ia caracterizar tais dissociações esquizofrênicas como formas de “desesquematização”, isto é, de perturbações, enfraquecimentos e dissolução dos esquemas disposicionais partilhados em um contexto societário – como os complexos globais que distinguem a conduta considerada como apropriada em um jogo entre amigos e em um tribunal (postura corporal, atitude fisionômica, estilo cognitivo e assim por diante). Uma das rupturas disposicionais mais comuns entre sujeitos esquizoides e esquizofrênicos incide sobre os liames entre os estados subjetivos do indivíduo, de um lado, e as performances corporais associadas ao desempenho dramático de papéis sociais, de outro. Diga-se de passagem – ainda que não possamos elaborar o tema no presente artigo – que o elo psíquico entre o

12. Disposições habituais não são elementos discretos, já notara William James (1961: 5-14), mas conexões firmes entre movimentos do corpo, orientações cognitivas, estados afetivos e um senso visceral de “como é estar” nesta ou naquela situação socialmente tipificada. A tendência de certa ciência social a tratar dos estoques de conhecimento dos atores em termos afetivamente “depurados” torna difícil, por vezes, o reconhecimento daquele senso difuso. Saber o que é uma aula ou uma missa, por exemplo, não envolve apenas o conhecimento dos papéis sociais ali envolvidos (por exemplo, professora, padre) e dos modos de portar-se ali considerados como normativamente apropriados (por exemplo, a prerrogativa da fala autorizada à professora ou ao padre). O conhecimento do que são essas situações sociais tipificadas também implica, com frequência, a capacidade de reativar, na memória vivencial, um senso global e difuso de *como é estar* em uma aula ou em uma missa (Fuchs, 2001: 324).

13. Uma ilustração do que seria provavelmente classificado como “pensamento desorganizado”,

segundo a psiquiatria contemporânea, é dada pela resposta de um paciente solicitado a definir a palavra “pai”: “Pais são as pessoas que te criam. Qualquer coisa que te crie pode ser um pai. Pais podem ser qualquer coisa, material, vegetal ou mineral, que te ensinou alguma coisa. Pais seriam o mundo das coisas que estão vivas, que estão lá. Pedras, uma pessoa pode olhar para uma pedra e aprender alguma coisa com ela, então ela seria um pai” (Sass, 1992: 152).

indivíduo empírico e seus papéis é somente um entre outros laços característicos do desempenho de práticas sociais ordinárias. Tais laços abarcam, em especial, aquelas conexões duráveis entre orientações mentais e estados corpóreos que Merleau-Ponty (1999) e Bourdieu (2009: 108-132) enfatizaram em suas críticas a concepções dualistas da relação entre mente e corpo na filosofia e na teoria social.

Se Merleau-Ponty e Bourdieu tinham razão em retratar a visão “cartesiana” da relação mente/corpo como largamente irrealista no que toca à maior parcela da agência humana, faltou a eles sublinhar que, em alguns casos de esquizofrenia, o dualismo cartesiano deixa de ser uma ficção filosófica para se tornar uma vivência existencial efetiva. Nesses casos esquizofrênicos de “cartesianismo vivido”, a autoidentificação corpórea vai dando lugar a uma percepção do corpo como mais um objeto em meio a outros objetos externos que aparecem à consciência “pura”. Em vez de instrumento fundamental de ação e veículo básico da imersão do indivíduo no mundo, o corpo é percebido como entidade exterior com a qual ele não mais se identifica. No dualismo existencial vivido pelo “sujeito desincorporado”, para usar a expressão de Ronald Laing, “o corpo é sentido mais como um objeto entre outros objetos no mundo do que como o núcleo da própria existência do indivíduo” (Laing, 1990: 69). Em alguns casos, o “goffmanianismo vivido” que encontramos anteriormente se sobrepõe a tal “cartesianismo vivido”, de modo tal que a dissolução da identificação psíquica do indivíduo com seus papéis sociais é experimentada como dissociação radical da consciência em relação às performances corporais. O sujeito-consciência se experimenta distante do corpo-papel. Como o mundo societário continua a exigir de tais indivíduos que desempenhem seus papéis, suas performances são vivenciadas por eles como rituais mecânicos, destituídos de significado afetivo ou envolvimento genuíno.

Tal divórcio do sujeito em relação ao corpo priva o sujeito desincorporado da participação direta em qualquer aspecto da vida do mundo, a qual é mediada exclusivamente através das percepções, sentimentos e movimentos do corpo (expressões, gestos, palavras, ações etc.). O sujeito desincorporado, como um observador de tudo o que o corpo faz, não se engaja em nada diretamente. Suas funções vêm a ser a observação, o controle e a crítica vis-à-vis o que o corpo está experimentando e fazendo, bem como aquelas operações a que normalmente nos referimos como puramente “mentais” (Laing, 1990: 69).

Laing dá uma ilustração dessas trajetórias psíquicas de “desincorporação” com o caso de um de seus pacientes, um rapaz de 18 anos chamado David, cujo desengajamento em relação às performances públicas de papéis sociais emergira como um artifício psíquico defensivo para lidar com sensações assoberbantes de exposição e

vulnerabilidade aos juízos e olhares de outras pessoas (Laing, 1990: 71). Ademais, a história de David exemplifica um temor à perda do próprio “eu” em interações sociais que marca diversos outros casos de esquizofrenia, nos quais o encontro das subjetividades de *ego* e *alter* está a um passo de ser vivido como insuportável. Vejamos.

Como salientou George Herbert Mead, uma das faculdades centrais à participação competente na existência social consiste em saber, pelo menos para todos os propósitos práticos, “colocar-se no lugar do outro”. Se tal capacidade é aprendida com algum sofrimento nas primeiras etapas do desenvolvimento psíquico, ela termina por ser interiorizada de maneira tão sólida que podemos ativá-la cotidianamente, de modo tácito e espontâneo, em nossos encontros sociais. É o que fazemos quando cumprimentamos uma pessoa com um aceno ou quando, ao ouvirmos a notícia do falecimento do melhor amigo de um conhecido nosso, inferimos prontamente que tal acontecimento é doloroso para ele. Ao mesmo tempo, igualmente sólido e espontâneo é meu senso implícito de que, a despeito desse exercício de transposição imaginativa para a subjetividade do outro, continuo sendo eu mesmo. Graças a uma empatia espontânea, posso compreender imediatamente, por exemplo, por que um indivíduo recém-atropelado está gemendo de dor, mas sem abandonar meu senso seguro de que não sou eu quem está gemendo de dor. Fuchs (2002) chama este senso de si que subjaz ao contato intersubjetivo de uma “metaperspectiva”, enraizada na própria corporeidade, em função da qual meu transporte empático para a subjetividade de *alter* não ameaça meu senso de autoidentificação. Em algumas experiências esquizofrênicas, é esta ambiguidade inerente à comunicação intersubjetiva que sofre o risco de colapso, levando o indivíduo a aterrorizar-se com a possibilidade de desaparecer pelo contato com o outro – seja “perdendo-se” para sempre na subjetividade de *alter* ao transportar-se imaginativamente para ela, seja pela “invasão” da própria psique pelos outros que procuram acessá-la por um caminho empático¹⁴.

No caso de David, sua sensação de vulnerabilidade à mirada julgadora de outros era tão difícil de suportar que ele decidiu assumir uma diferenciação rígida entre as “máscaras de papel” que tinha de vestir em interações sociais, de um lado, e o seu “eu” autêntico seguramente alojado por trás de seus escudos-máscara, de outro. Segundo seu projeto originário, seu verdadeiro “eu” se protegeria, assim, dos perigos de ter a própria existência invadida, violentada ou extinta pelos olhares e juízes alheios. A contraparte do compromisso de David em resguardar seu “eu” real da exposição a outras pessoas consistia em uma estilização teatral da própria conduta que chegava, para observadores externos, ao ponto da caricatura: ele costumava usar uma capa sobre os seus ombros e braços, andava com uma bengala,

14. É à luz dessas experiências de ameaça de si por *alter* que devemos entender afirmações de pacientes que poderiam, de outro modo, soar incompreensíveis, tais como “quando olho para alguém, minha própria personalidade está em perigo” ou “a consciência dos outros se intromete em mim e deixa o meu eu desaparecer” (Fuchs, 2002: 11).

15. A “personalidade” teatralmente mantida por David diante dos outros era múltipla, comportando um conjunto de diferentes personæ às quais ele se referia na terceira pessoa. Sobre o adolescente desbocado que ele teria representado aos quinze anos, por exemplo, David afirmou a Laing que “ele tinha uma língua ferina” – não apenas utilizando a terceira pessoa do singular, mas o pronome anglófono designativo de entidades inanimadas ou, pelo menos, não humanas: “it had a nasty tongue” (Laing, 1990: 72). À maneira do *performer* que troca de máscaras teatrais segundo considerações instrumentais, David resolvera, então, assumir uma *persona* mais agradável.

falava amplamente por meio de citações e, de maneira geral, tinha um modo de se exprimir e de se portar que parecia inteiramente artificial aos olhos dos outros (Laing, 1990: 70). Ao longo de toda a sua vida, David tinha simplesmente tomado por autoevidente uma diferença abissal entre seu “eu”, de um lado, e o que ele chamava de sua “personalidade”, de outro. O jovem também tinha por certo que a relação por ele experimentada entre sua autoconcepção íntima (seu “eu” interior e autêntico) e suas condutas diante dos demais indivíduos (a “personalidade” fabricada e controlada sob medida para os outros) era vivenciada, de maneira idêntica, por todas as outras pessoas¹⁵.

O ideal que guiava sua conduta correspondia, por assim dizer, à versão mais extrema das leituras “cínicas” do Goffman de *A representação do eu na vida cotidiana*: a figura consciente nos bastidores que exerce um domínio instrumental absoluto sobre suas performances exteriores de papel. O contraponto dessa vontade de controle absoluto de cada detalhe da própria performance externa diante dos outros era – diz Laing – o terror de David quanto à possibilidade de ser “espontâneo”, isto é, de comportar-se de uma maneira que escapasse ao seu domínio consciente. Na medida em que eram efeitos não mediados das condutas de outros sobre ele próprio, quaisquer respostas espontâneas significavam estar à mercê desses mesmos outros. Em uma triste ironia, contudo, David foi capturado em uma dinâmica psíquica análoga àquela do famoso conto de Kafka sobre certo animal aparentado a uma toupeira: as defesas psíquicas que o sujeito erige para se abrigar dos possíveis assaltos do mundo externo são as mesmas que o isolam e o aprisionam. Suas condutas em cenários de interação pública são mais e mais experimentadas como dissociadas do verdadeiro *self* que se oculta atrás de máscaras performativas. Ao olhar desse verdadeiro “eu”, tais desempenhos públicos de papel adquirem um sabor de vazio e futilidade ou mesmo de desprezo e ódio. O muro existencial que o indivíduo havia interposto entre si mesmo e o mundo, para abrigá-lo de ameaças provenientes do exterior, é o mesmo que bloqueia o estabelecimento do que Minkowski (2002: 106) chamou de “contato vital com a realidade”.

Uma conexão de mão dupla – tal como aquela entre crença e performance que notamos acima no exemplo da experiência religiosa – está em jogo na compreensão desse conceito minkowskiano. Se um ânimo vital é o que impulsiona nossos engajamentos cognitivos e afetivos, mentais e corpóreos, intelectuais e práticos com o mundo das coisas e das outras pessoas, tais engajamentos são, por sua feita, cruciais à manutenção regenerativa de nosso ânimo vital. Uma subjetividade radicalmente desconectada com o mundo se vê destituída da oportunidade de ser psicologicamente enriquecida pelo contato com o real e de desenvolver-se pelo exercício dos seus poderes de agência em face das oportunidades e dos limites, das aberturas e

resistências que a realidade lhe impõe. Diante da interrupção desse contato, aquele senso de futilidade e vazio que há muito infectara suas performances públicas de papel passa a fustigar também aquele “eu” interno que havia se retirado de uma vida partilhada com outros. Não apenas sua proteção diante do mundo é paga na moeda de uma sensação de aprisionamento e impotência, mas a atmosfera de ir-realidade antes circunscrita aos desempenhos de suas *personæ* públicas passa a invadir, afinal, a cidadela outrora tão bem guardada. O senso consciente nítido da própria identidade e da solidez da própria existência desaparece, sem que a consciência como tal pare de funcionar. Finalmente, nas palavras de James (outro dos pacientes de Laing), o sujeito vem a vivenciar a si próprio como “apenas um vácuo” (Laing, 1990: 75), esvaziado de interioridade: “sou apenas uma resposta a outras pessoas. Não tenho qualquer identidade própria” (Laing, 1990: 47).

Conclusão: a teoria vivida (como esquizofrenia)

Ao recorrer a instrumentos analíticos da sociologia para dar inteligibilidade a experiências “esquizoides” e “esquizofrênicas”, o presente artigo esteve menos interessado na (in)correção dessas categorias psiquiátricas do que em oferecer um retrato psicologicamente fidedigno daquelas experiências. Se tivéssemos de esperar a resolução dos debates sobre a validade de rótulos psiquiátricos como “esquizofrenia” para poder avançar na compreensão da “esquizofrenia” como experiência vivida, estaríamos esperando até agora. Conquanto o debate sobre a justeza analítica e ético-política dos rótulos psiquiátricos seja fundamental, também fundamental é a compreensão sociopsicológica das experiências às quais aqueles rótulos aludem (bem ou mal). Dado que o que está em mira é uma pintura substantiva de certas modalidades de vivência humana, também é justificável – acredito – recorrer a um ecletismo pragmático no emprego de ferramentas analíticas. Já que o desiderato do artigo não é a síntese teórica *per se*, mas o entendimento de fenômenos sociopsicológicos substantivos, aquelas ferramentas podem proceder de perspectivas que são, sob outros aspectos, distintas ou mesmo antagônicas entre si – por exemplo, a microsociologia dramatúrgica do jovem Goffman e a teoria do *habitus* de Bourdieu.

A relação entre teoria social e fenomenologia da vivência esquizo também pode ser pensada segundo um vai e vem heurístico: se teorias que pensam a vida social a partir da metáfora dramatúrgica auxiliam na compreensão de vivências esquizoides e esquizofrênicas, experiências como aquelas de David e James, analisadas por Laing em *O eu dividido*, também são relevantes para o exame crítico da microsociologia goffmaniana. No seu clássico *Depois da virtude*, o tomista extemporâneo Alasdair MacIntyre (2007: 32) ataca a concepção dramatúrgica da subjetividade

delineada por Goffman na sua obra de estreia, acusando o autor canadense de diluir o *self* em um conjunto de papéis. Na leitura de MacIntyre, a ideia goffmaniana de que não haveria um *self* substancial por trás de suas performances ordinárias de papel seria o antípoda da crítica de Sartre à “má-fé”, que espinafra justamente o pressuposto de que os indivíduos seriam os papéis sociais que desempenham (por exemplo, o garçom de café). Mesmo assim, prossegue o filósofo britânico, Goffman e Sartre convergiriam afinal na tese de que o *self* é uma espécie de consciência vazia operando por trás de seus desempenhos de papel. Na concepção goffmaniana, o próprio postulado de que os atores colocam diferentes máscaras performáticas de acordo com os contextos sociais distintos em que operam pressupõe, no mínimo, um “eu” que governa esse vestir e retirar das máscaras conforme as demandas cênicas de seus cenários de interação. Na visão existencialista de Sartre, por sua vez, a ideia de que somos “nada além de um papel” é reputada como válida, não no sentido de que “somos nossos papéis”, mas, ao contrário, de que somos esse “nada” consciente que é somente o que faz livremente de si mesmo, escolhendo o que ser em meio a uma série de possibilidades contingentes.

16. Goffman (1967: 3) condensou seu radical situacionismo teórico-metodológico em uma formulação (androcêntrica) famosa, segundo a qual o foco de sua análise não se voltava a “homens e seus momentos”, mas a “momentos e seus homens”. Menos conhecida, porém mais relevante para os nossos propósitos, é a redefinição de *self* que ele oferece naquela que é provavelmente sua obra mais ambiciosa do ponto de vista teórico: *Frame analysis* (1974). Nesse livro da maturidade, Goffman sustenta que “o *self* não é uma entidade semiescondida por trás dos eventos”, mas “uma fórmula mutável para o manejo de si próprio” em tais eventos (Goffman, 1974: 573).

Como é sabido, Goffman (1974: 573) abandonaria, em larga medida, a perspectiva dramática em suas obras posteriores a *The presentation of the self in everyday life*. A evolução teórica de sua concepção do *self*, no entanto, longe de atender à demanda de MacIntyre por uma noção robustecida de subjetividade, não envolveu imbuir de mais substância, realidade, solidez e estabilidade o *self* que se engaja em interações sociais. Bem ao contrário, Goffman mergulhou mais e mais em um situacionismo radical que perturbou qualquer distinção cerrada entre as máscaras performativas que os atores vestem em contextos sociais diversos, de um lado, e um cínico *self* interior escondido por trás dos disfarces que veste, de outro¹⁶. Na medida em que sua sensibilidade etnográfica à variedade da vida social tinha primazia sobre sua faceta de teórico sistemático, o sociólogo canadense continuou a reconhecer – é claro – que a distinção seria aplicável a certos contextos de ação – por exemplo, no caso do empregado que, no período de trabalho, veste a máscara da disposição e da boa vontade diante de um chefe que ele intimamente despreza. A máscara teatral do “empregado disponível e bem-humorado” pode ser ativada e desativada, de maneira mais ou menos instrumental e calculada, conforme o indivíduo se ache dentro ou fora do “palco” relevante. O que dizer, contudo, de papéis mais intimamente atados à autoidentidade desse mesmo sujeito como, digamos, “pai”, “marido” ou “católico”?

Encontramos novamente a alegoria machadiana sobre os espíritos fardados e os uniformes do “eu”, alguns dos quais se mostram existencialmente tão importantes que, despido deles, o sujeito se despe também de pedaços inteiros de sua autoiden-

tidade mais íntima e, ao seu ver, essencial. Certas máscaras que vestimos em nosso trânsito experiencial cotidiano pelo mundo social estão, para recorrer à imagem de outro gênio lusófono (Pessoa, 1997: 187), “pegadas”, pregadas ou grudadas em nossa face. Quando arrancadas, tais máscaras arrancam com elas pedaços do rosto de quem as veste. Precisamente devido à sua rudeza, a imagem serve de lembrete do quão doloroso pode ser o processo, o qual deixa no seu rastro um indivíduo forçado a carregar – ou, em casos mais esperançosos, a reconstruir – um “eu” mutilado¹⁷.

E o que ocorre com os indivíduos invadidos pela consciência contínua e intensa da precariedade ontológica de todas as máscaras teatrais e, afinal, da própria criatura consciente que acreditava existir por trás delas? Tal consciência não é apanágio exclusivo de intérpretes de Goffman e Sartre, os quais podem acalantar tais questionamentos ontológicos em um âmbito estritamente intelectual, abandonando-os nas rotinas experienciais da vida cotidiana. Como acontece com a dúvida radical quanto à realidade do mundo material e das outras subjetividades, há uma diferença crucial entre sustentar tais preocupações como exercício cognitivo, de um lado, e levá-las visceralmente a sério na existência cotidiana, de outro. Para alguns indivíduos, o caráter radicalmente problemático da própria existência não se impõe como especulação escolástica, mas como experiência existencial efetiva.

Há vezes em que me sinto como um contínuo de “issos”, apenas partículas, sem identidade, com nada substancial dentro... [...] Eu me dissolvo em nada, um ser sem face tornando-se partículas, moléculas, átomos e, finalmente, ar. Quem eu sou torna-se menor e menor até que mesmo a minha consciência se esfacele no universo (Glass, 1989: 29-33).

17. Na sua clássica análise do manicômio como “instituição total”, o próprio Goffman (1996) ofereceu uma contundente análise sociopsicológica da mutilação institucional do “eu” de indivíduos destituídos de um certificado social de sanidade, bem como das estratégias pelas quais tais indivíduos procuravam, ainda assim, preservar-se nas condições adversas em que se encontravam.

Restringir a reflexão sobre estas experiências aos estudos da esquizofrenia, mesmo que em uma chave interdisciplinar, continua a ser uma lamentável limitação analítica. Vivências assim tão peculiares de si e do mundo não deveriam deixar indiferentes – creio eu – quaisquer estudiosos dos múltiplos modos do estar-no-mundo humano.

Referências

- ABOULAFIA, M. A (neo)American in Paris: Bourdieu, mead, and pragmatism. In: SHUSTERMAN, R. *Bourdieu: a critical reader*. Oxford (UK): Blackwell, 1999.
- ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, 1987.

- ASSIS, M. de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. In: GLEDSON, J. (Org.). *50 contos de Machado de Assis*, p. 154-162. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BECKER, E. *A negação da morte*. São Paulo: Record, 2010.
- BENEDICT, R. *Patterns of culture*. London: Routledge, 1961.
- BLEULER, E. *Dementia praecox or the group of schizophrenias*. New York: International Universities Press, 1969.
- BOURDIEU, P. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- . *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- . *Lições da aula*. São Paulo: Ática, 1988.
- . *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *An invitation to a reflexive sociology*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1992.
- CANDIDO, A. Esquema de Machado de Assis. In: CANDIDO, A.: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CASTIGLIONE, B. *O livro do cortejo*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- COHEN, I. Theories of action and praxis. In: Turner, B. (Org.). *The blackwell companion to social theory*. Oxford (UK): Blackwell, 1996.
- ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- . *O processo civilizador* (2 v.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FUCHS, T. The challenge of neuroscience: psychiatry and phenomenology today. *Psychopathology*, v. 35, p. 319-326, 2002.
- The tacit dimension. *Philosophy, Psychology & Psychiatry*, v. 8, n. 4, p.323-326, 2001.
- GADAMER, H. G. *The enigma of health*. Stanford (CA): Stanford University Press, 1996.
- GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. New Jersey (NJ): Prentice-Hall, 1967.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- . *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

- . *Sociology: a brief but critical introduction*. London: Macmillan, 1986.
- GLASS, J. *Private terror/Public life*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1989.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- . *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- . *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper and Row, 1974.
- . *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon, 1967.
- . *Behavior in public places*. New York: Free Press, 1963.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T.(Org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HUSSERL, E. *Experience and judgment*. Evanston (IL): NorthWestern University Press, 1973.
- JAMES, W. *Psychology: the briefer course*. New York: Harper and Row, 1961.
- JASPERS, K. *Psicopatologia geral* (v. 1). Rio de Janeiro; São Paulo: Atheneu, 1979a.
- . *Psicopatologia geral* (v. 2). Rio de Janeiro; São Paulo: Atheneu, 1979b.
- KURASAWA, F. *The ethnological imagination*. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 2004.
- LAHIRE, B. *O homem plural*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LAING, R. *The divided self*. Harmondsworth (UK): Penguin, 1990 [1960].
- MACINTYRE, A. *After virtue: a study in moral theory*. Notre Dame (IN): Notre Dame University, 2007.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- . *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- MEYER, A. *Machado de Assis, 1935-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2008.
- MINKOWSKI, E. *La schizophrénie*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2002.

MINKOWSKI, E. Findings in a case of schizophrenic depression. In: MAY, R.; ANGEL, E. ELLENBERGER, H. (Orgs.). *Existence: a new dimension in psychiatry and psychology*. New York: Basic Books, 1958.

MORGAN, A. Schizophrenia, reification and deadened life. *History of the human sciences*, v. 23, n. 5, p.176-193, 2010.

PARSONS, T. *The social system*. London: Routledge, 1991.

PESSOA, F. *O guardador de rebanhos e outros poemas*. São Paulo: Cultrix, 1997.

PETERS, G. *A ordem social como problema psíquico: do existencialismo sociológico à epistemologia insana*. São Paulo: Annablume, 2017.

———. *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. São Paulo: Anablume, 2015.

———. O social entre o céu e o inferno: a antropologia filosófica de Pierre Bourdieu. *Tempo Social*, v. 24, n. 1, p. 229-261, 2012.

PINTO, L. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. São Paulo: Editora FGV, 2000.

SASS, L. Analyzing and deconstructing psychopathology. *Theory & Psychology*, v. 9, n. 2, p. 257-268, 1999.

———. *Madness and modernism*. New York: Basic Books, 1992.

SASS, L.; PARNAS, J. Self, solipsism, and schizophrenic delusions. *Philosophy, Psychiatry, & Psychology*, v. 8, n. 2-3, p. 101-120, 2001.

SARTRE, J.-P. *O ser e o nada*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

SCHÜTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, L. A. M.; LEITE, M. P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: Silva, L. A. M. (Org.). *Vida sob cerco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

TAUSK, V. On the origin of the “influencing machine” in schizophrenia. *The Journal of Psychotherapy Practice and Research*, v. 1, n. 2, p. 185-206, 1992.

VANDENBERGHE, F. *Teoria social realista*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



Suicídio e violência estrutural.

Revisão sistemática de uma correlação marcada pelo colonialismo

Recebido: 18.10.19
Aprovado: 13.12.19

Izabel Weber*
Cristiano Gianolla**
& Luciana Sotero***

Resumo: O suicídio é a última das causas externas de morte (CE) (que incluem homicídios e acidentes) a apresentar concentração de casos (80%) em países de baixa e média renda. Há literatura consolidada identificando a violência estrutural como determinante para as CE, mas pouca quanto ao suicídio. O objetivo deste artigo é definir novo marco teórico para o estudo do suicídio como fenômeno social, onde a interação social reflete as marcas do colonialismo. Foram analisados os dados sobre mortalidade do Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME), Seattle, Washington, e realizada revisão sistemática da literatura sobre suicídio, violência estrutural, colonialismo, democracia e desenvolvimento, entre 1968 a 2018, seguindo a metodologia Prisma. Centrada na teoria crítica, adotou-se a determinação social como categoria básica para a identificação dos reflexos do colonialismo nos determinantes que caracterizam o perfil epidemiológico do suicídio, tornando possível seu enquadramento como uma “patologia do poder”. Dos dados estatísticos e da revisão sistemática, foram identificados os grupos de risco para o suicídio – os mais afetados pela assimetria de poder, oriunda do colonialismo – mesmo em países de alta renda.

Palavras-chave: Suicídio. Violência. Colonialismo. Democracia. Revisão sistemática.

Suicide and structural violence. Systematic review of a correlation marked by colonialism

Abstract: *Suicide is the last of the external causes of death (EC) to have a concentration of cases (80%) in low- and middle-income countries. There is a consolidated literature identifying structural violence as a determinant for EC, but little regarding suicide. The aim of this paper is to define a new theoretical framework for the study of suicide as a social phenomenon, where social interaction reflects the hallmarks of colonialism. The mortality data from Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME), Seattle, Washington, were analyzed and a systematic review of the literature on suicide, structural violence, colonialism, democracy and development, covering the period 1968 and 2018, was conducted based on Prisma methodology. Centered on critical theory, social determination was adopted as basic category for the identification of the reflexes of colonialism in the determinants of epidemiological profile of suicide, making possible its framing as a “pathology of power”. Statistical data and a systematic review identified the risk groups for suicide – those most affected by the asymmetry of power arising from colonialism – even in high-income countries.*

Keywords: *Suicide. Violence. Colonialism. Democracy. Systematic review.*

* Izabel Weber é gestora em políticas públicas e doutoranda em ciência política no Programa Conjunto de Doutorado entre o Centro de Estudos Sociais (CES) e a Faculdade de Economia (Feuc), da Universidade de Coimbra (UC), “Democracia no Século XXI”, Coimbra, Portugal.
Orcid: 0000-0001-6984-3725
<izabelweber@ces.uc.pt>

**Cristiano Gianolla é pesquisador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Os seus interesses de investigação estão na interseção de estudos interculturais, da democratização e pós-coloniais. Atualmente integra a equipe de pesquisa do projeto Echoes (H2020) e escreveu dois livros e vários artigos científicos.
Orcid: 0000-0002-2809-0453.
<cgianolla@ces.uc.pt>

*** Luciana Sotero é doutora em psicologia clínica pelas Universidades de Coimbra e Lisboa; professora auxiliar convidada

Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio é considerado um grave problema de saúde pública, por ser uma das principais causas de mortalidade em escala global, nacional ou local, independentemente do elemento de corte – como gênero, idade, condição socioeconômica, localização geográfica e demais elementos diferenciadores (Nock *et alii*, 2008; WHO, 2014b).

Na área de saúde pública, onde os problemas de saúde são observados com base na população afetada, diversos estudos apontaram para um significativo aumento dos casos de morte por suicídio desde 1950 (Bertolote & De Leo, 2012; Bertolote & Fleischmann, 2002; Hoven *et alii*, 2010; Pompili, 2012; Turecki & Brent, 2016), mas poucos trabalhos empíricos versaram sobre a recente tendência de concentração em países de baixa e média renda (Bantjes *et alii*, 2016; Lemmi *et alii*, 2016).

Segundo a OMS, cerca de 80% dos casos de morte por suicídio, em 2016, ocorreram em países de baixa e média renda (WHO, 2018a). Neste período, foram mais de 800 mil mortes por suicídio no mundo, enquanto foram registrados 477 mil homicídios e 180 mil mortes diretas decorrentes de guerras ou conflitos (Dupuy *et alii*, 2018; Pettersson & Eck, 2018; WHO, 2018c). Sem prejuízo do valor apresentado, essas mortes apresentam as maiores divergências estatísticas. Independentemente da fonte, os dados incluem os conflitos armados com pelo menos 25 óbitos diretos, no mesmo ano civil, com ou sem a presença do Estado, como uma das partes (até mil mortes, denomina-se conflito, acima de mil, considera-se guerra) e não incluem as mortes causadas por intervenções legais (Muggah, 2015).

Em outras palavras, em um mesmo período, 94 pessoas morreram de suicídio a cada hora, enquanto outras 50 foram assassinadas e 21 foram vítimas diretas de guerras e conflitos armados. Foram quase 4,5 vezes mais vítimas de suicídio e 2,6 vezes mais vítimas de homicídio, do que vítimas de guerras e conflitos armados em um ano. Vale ressaltar que as mortes causadas por guerras e conflitos mais que dobraram em relação ao lustro anterior, e a totalidade das mortes deu-se em países de baixa e média renda (WB, 2018a; WHO, 2014a; 2017).

Como a maior parte da população mundial (83,41%) encontra-se nos países de baixa e média renda (WB, 2018b), faz-se necessário esclarecer que a concentração dos casos de mortes por suicídio se mantém, mesmo em números relativos (casos por 100 mil habitantes), variando apenas nos países que apresentam os maiores coeficientes (Värnik, 2012).

Os países de baixa e média renda apresentaram também uma elevada concentração proporcional de casos de homicídio (78,02%), no período citado (WHO, 2017). Essa concentração, contudo, não é recente e diferentemente do significativo aumento das taxas de suicídio, as taxas de homicídio apresentaram um decréscimo de 16%, globalmente, nos últimos 15 anos. Contudo, a redução foi menor em países de baixa e média renda (12%) do que nos países de alta renda (39%) (WHO, 2014a).

Os países de baixa e média renda também concentram cerca de 92% das mortes causadas por acidentes de trânsito (Nantulya & Reich, 2003; WHO, 2016). Esses casos, anteriormente analisados como acidentais, dada a sua natureza (Krug *et alii*, 2000; Mascarenhas *et alii*, 2011), e avaliados por seu significativo impacto no serviço de saúde (Hofman *et alii*, 2005), são atualmente reconhecidos como evitáveis e não randômicos (Jeffrey P. McKinzie, 2014). De fato, recentes estudos, baseados na concentração de casos por acidentes de trânsito em países de baixa e média renda, demonstraram que analisar as condições socioeconômicas e a correlação de causas externas de morte na determinação dos fatores de risco é mais efetivo na elaboração de ações de prevenção (Denney & He, 2014; Hofman *et alii*, 2005; Krug *et alii*, 2000; Nantulya & Reich, 2003).

As causas de morte são divididas entre naturais e não naturais. As mortes por suicídio, homicídio e acidentes (quedas, afogamentos, acidentes de trânsito, de trabalho entre outros) são consideradas causas externas de morte ou não naturais de morte, conforme a Classificação Internacional de Mortes (CID ou ICD – *International Classification of Diseases*) e são subdivididas em violentas (intencionais) ou acidentais (não intencionais).

De acordo com os últimos dados registrados pela OMS sobre as causas externas de morte (WHO, 2018b), essas mortes corresponderam a quase 9% do total dos óbitos registrados nos países de baixa e média renda, enquanto nos países de alta renda corresponderam a cerca de 6% do total, conforme pode ser observado na Tabela 1, abaixo.

Foi observado que quando as taxas de causas externas de morte superam aquelas por causas naturais, significa que ambos os tipos de mortes podem ter uma mesma raiz causal (Chon, 2018). Em um levantamento sobre a realidade britânica entre 2007 e 2009, para cada causa externa de morte ocorrida e sua causa registrada como básica, outros mais de 100 mil casos de morte de qualquer natureza foram registrados, tendo a mesma raiz causal como subjacente ou contributiva para a morte ocorrida (Osinowo & Verne, 2011).

TABELA 1

TOTAL DE CAUSAS EXTERNAS DE MORTE AGRUPADAS POR RENDA NACIONAL E REGIÃO GEOGRÁFICA (2017)

	Nível de Renda (BM)		Regiões de acordo com a OMS							*Não clas- sificados/ dados não disponí- veis*	Mundial
	PBMR*	PAR**	África	Américas	Mediterrâ- neo Oriental	Europa	Sudeste Asiático	Pacífico Ocidental	Residual		
População	6.202.019.744	1.242.137.612	983.398.661	993.357.670	682.330.226	918.445.820	1.948.035.690	1.856.938.252	5.066.450	56.584.587	7.444.157.356
Total de mortes	46.126.745	10.606.456	7.827.201	7.038.642	4.047.473	9.337.511	14.112.066	14.392.106	258.265	300.063	57.033.264
Total de mortes por causas externas	3.990.645	622.829	569.986	671.796	489.597	536.222	1.311.205	1.046.667	39.976	52.032	4.665.506
Acidentes de trânsito	1.308.596	137.739	197.904	182.950	219.658	101.476	387.422	367.651	1.521	22.760	1.458.583
Mortes de pedestres em acidentes de trânsito	503.757	32.235	68.116	53.512	75.366	28.733	122.071	186.978	213	1.002	534.990
Mortes de ciclistas em acidentes de trânsito	72.024	6.529	7.878	6.366	8.535	4.609	23.660	28.181	2.350	79.229	
Mortes de motociclistas em acidentes de trânsito	229.887	15.230	16.898	34.317	30.586	8.817	100.384	57.956	6.492	248.958	
Mortes por veículos	410.730	74.602	93.225	77.291	93.837	50.029	102.122	77.070	12.426	493.575	
Outros acidentes de trânsito	8.915	718	1.297	2.121	479	718	2.449	1.960	870	261	9.894
Outros acidentes com outros meios de transportes	83.282	8.425	10.491	9.343	10.854	8.569	36.737	15.505	438	228	91.936
Mortes não intencionais (acidentes)	1.530.173	270.665	212.827	194.873	115.450	241.936	595.346	433.607	13.615	7.199	1.807.654
Quedas	547.671	145.499	38.881	82.915	25.337	103.508	263.308	176.857	4.965	2.600	695.771
Afogamentos	272.194	21.705	41.557	22.977	23.834	24.148	91.806	88.940	1.949	1.312	295.210
Por fogo, calor ou substâncias abrasivas	103.406	16.965	26.081	12.632	12.538	19.640	32.725	16.494	520	261	120.632
Envenenamento por monóxido de carbono	32.365	2.866	2.402	2.178	2.619	10.346	2.457	15.183	297	252	35.483
Envenenamento por outras causas	34.598	2.055	8.906	2.569	2.635	1.809	6.142	14.537	289	234	36.887
Por acidentes com armas de fogo	19.954	2.591	6.773	5.884	2.441	3.204	2.071	2.131	89	48	22.593
Por outras formas de exposição a forças mecânicas	102.691	10.613	17.628	8.889	12.545	9.815	24.691	39.527	809	600	113.904
Por efeitos adversos a tratamentos médicos	99.432	21.928	19.121	15.553	12.053	16.516	45.607	12.079	643	211	121.571
Por contato com animais venenosos	70.415	477	8.638	1.330	3.201	559	54.177	2.978	66	56	70.948
Por contato com animais não venenosos	9.492	607	3.483	822	633	671	2.831	1.651	36	28	10.126
Por aspiração acidental de corpos estranhos	84.316	31.045	18.858	25.702	6.474	23.240	13.567	27.097	772	349	115.709
Por contato de corpos estranhos com outras partes do corpo	9.852	1.078	1.835	1.336	1.185	1.445	2.633	2.750	638	11.184	
Acidente ambiental por frio ou calor	45.520	7.723	6.312	2.993	1.495	19.331	15.321	7.737	160	107	53.350
Por exposição às forças da natureza	6.866	2.636	1.216	1.237	1.106	131	2.517	930	2.466	101	9.603
Outras mortes não intencionais	91.403	2.878	11.135	7.856	7.353	7.574	35.494	24.716	553	402	94.682
Mortes Intencionais (mortes violentas)	1.132.427	208.927	147.990	289.703	165.262	185.799	312.178	234.601	9.315	3.494	1.344.849
Suicídios (violência autoprovocada)	616.094	175.044	64.651	99.454	32.934	143.382	249.881	196.155	7.366	2.686	793.823
Suicídios por armas de fogo	31.331	32.402	5.499	31.893	2.218	9.190	12.897	1.965	113	42	63.775
Suicídios por outros meios	584.763	142.641	59.152	67.561	30.716	134.192	236.984	194.190	7.253	2.644	730.048
Homicídios (violência interpessoal)	374.187	30.484	63.240	188.324	23.053	38.568	53.983	36.366	1.812	676	405.346
Homicídios por armas de fogo	156.725	17.481	18.421	119.484	6.743	4.586	13.430	10.777	977	213	174.419
Homicídios por objetos cortantes	85.600	5.568	19.813	27.205	3.944	13.325	13.214	13.556	326	216	91.384
Violência física por outros meios	131.862	7.434	25.006	41.635	12.366	20.656	27.339	12.032	509	247	139.543
Violência política (violência coletiva)	142.147	3.400	20.099	1.925	109.275	3.849	8.314	2.081	136	132	145.679
Conflitos e terrorismo	126.980	2.634	17.528	9	106.362	3.596	974	1.145	106	106	129.720
Conflitos e execuções envolvendo forças policiais	15.166	766	2.571	1.916	2.912	253	7.340	936	30	26	15.959

* Países de Baixa e Média Renda. ** Países de Alta Renda.

Fonte: Global Burden of Disease Study 2017 (GBD 2017) Results. Seattle, United States: Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME), 2018. Available from <http://ghdx.healthdata.org/gbd-results-tool>.

Para a OMS, tanto óbitos relacionados a causas naturais não comunicáveis (como ataques de coração ou câncer), quanto causas externas de morte (acidentais ou violentas) podem apresentar uma mesma raiz causal marcada pela depressão, pelo abuso de álcool ou drogas, reflexo de um contexto de violência (WHO, 2014a). Da mesma forma, um contexto socioeconômico historicamente reforçado de privação, desigualdade, vulnerabilidade e instabilidade, além de condições geográficas e aspectos culturais, está associado ao aumento de causas externas de morte e, por conseguinte, torna-se um fator contribuinte para todos os demais casos de morte daquela localidade, mesmo em países de alta renda (Lampert *et alii*, 2018)

Assim, de modo a desenvolver ações de prevenção mais efetivas, faz-se necessário a avaliação do perfil da mortalidade de uma determinada região e a associação entre as diferentes causas de morte, para compreender a raiz causal de múltiplos casos de mortes evitáveis, bem como o contexto, marcado pela violência e condição socioeconômica desigual, que, historicamente, mata mais uns do que outros (Bantjes *et alii*, 2016).

A epidemiologia crítica baseia essa avaliação em três categorias básicas – a determinação social da saúde, a reprodução social e o metabolismo sociedade/natureza, que, juntas, compõem o referencial teórico que visa discutir a abrangência dos efeitos da acumulação do capital na coletividade, bem como seu caráter histórico e social, visando explicá-lo pela relação entre os aspectos biológico e social (Breilh, 2013).

Assim, com base nessas categorias, os estudiosos da área de epidemiologia crítica buscam explicar os efeitos da expansão da acumulação de capital a partir do ponto de vista econômico, político e social, por meio de mecanismos tecnológicos e culturais; da apropriação assimétrica dos recursos vitais (terra, água e genoma); bem como da desigualdade inerente às relações sociais, referentes ao modo de viver, que marcam diferentemente os grupos sociais – tanto por renda e condição econômica (assalariados, os que vivem em situação precária, os pequenos produtores, a classe média), quanto por questões biológicas e culturais (as mulheres, os não brancos) (Barreto, 2004).

Metodologia

Fonte de dados: a revisão sistemática foi realizada em duas etapas, sendo a primeira exploratória, entre 18 de setembro de 2018 e 13 de dezembro de 2018, e a segunda entre 16 de dezembro de 2018 e 6 de março de 2019. Na primeira etapa, foram analisados 18 bancos de dados (Arca; Assia/ProQuest; Biomed Central; B-On; BVS; Clacso; Cochrane; Ebsco, acesso pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Érudit; Lilacs; Persée; PubMed/Medline; Sage; Scielo; Scopus; Re-

1. Denomina-se literatura cinza (Laufer, 2007) ou literatura cinzenta (Botelho; De Oliveira, 2015) a literatura institucional, sem o controle de editores científicos ou comerciais.

daly; Web of Science), e a literatura cinza da Organização Mundial da Saúde e seus organismos vinculados¹. A pesquisa foi realizada com a associação dos conceitos de “suicídio” e “violência estrutural” e/ou “colonialismo”, utilizando conectores de acordo com a lógica de cada base e em cada idioma. Os idiomas utilizados na pesquisa foram espanhol, francês, inglês, italiano e português. O período de publicação selecionado foi de 1968 a 2018 e retornou 578.239 itens.

O período se justifica pelo fato de o primeiro documento da OMS sobre prevenção do suicídio datar de 1968. Àquela altura, estimava-se que mil pessoas ao dia cometiam suicídio e que o suicídio poderia ser evitado com ações voltadas para o sistema de saúde. O texto ressaltava ainda a pouca confiabilidade nas estatísticas e na recolha dos dados (feitas ou pelo sistema de saúde, ou pelo sistema criminal local) (WHO, 1968).

Na segunda etapa, definiu-se uma única equação de pesquisa em inglês, com operadores booleanos: (*suicide and “structural violence” and colonial* and democracy and development*) or (*suicide and “structural violence” and colonial* and democracy*) or (*suicide and “structural violence” and colonial**) or (*suicide and “structural violence”*). A pesquisa foi realizada em seis bases/bancos de dados (Arca; Assia; B-On; Clacso/Rydalic; Ebsco; e Persée), abarcando o mesmo período. Foram selecionados apenas elementos textuais nos mesmos idiomas da etapa anterior, excluindo-se a literatura cinza (para manter apenas os trabalhos de teor acadêmico), e retornou 117.985 itens.

As demais bases foram descartadas pelos seguintes motivos:

- i. em sete bases (Biomed Central; BVS; Érudit; Lilacs; PubMed/Medline; Scielo e Web of Science) o conteúdo retornado encontrava-se integralmente replicado nas outras bases de dados;
- ii. duas das bases não retornaram nenhum item (Cochrane e Sage);
- iii. o acesso, temporário, não estava mais disponível para a Universidade de Coimbra (Scopus); e, por fim,
- iv. foi selecionado o banco integrado das bases Clacso e Redalyc.

Estudos selecionados: após a supressão dos textos repetidos (restando 36.575) e da exclusão de artigos estranhos ao tema (restando 26.636), optou-se por selecionar apenas os artigos e textos de livre acesso, restando 536 artigos para análise por apresentarem maior intersecção entre os conceitos definidos previamente, dos quais foram selecionados 21 estudos, conforme os critérios definidos para a inclusão e exclusão expostos no Quadro 1:

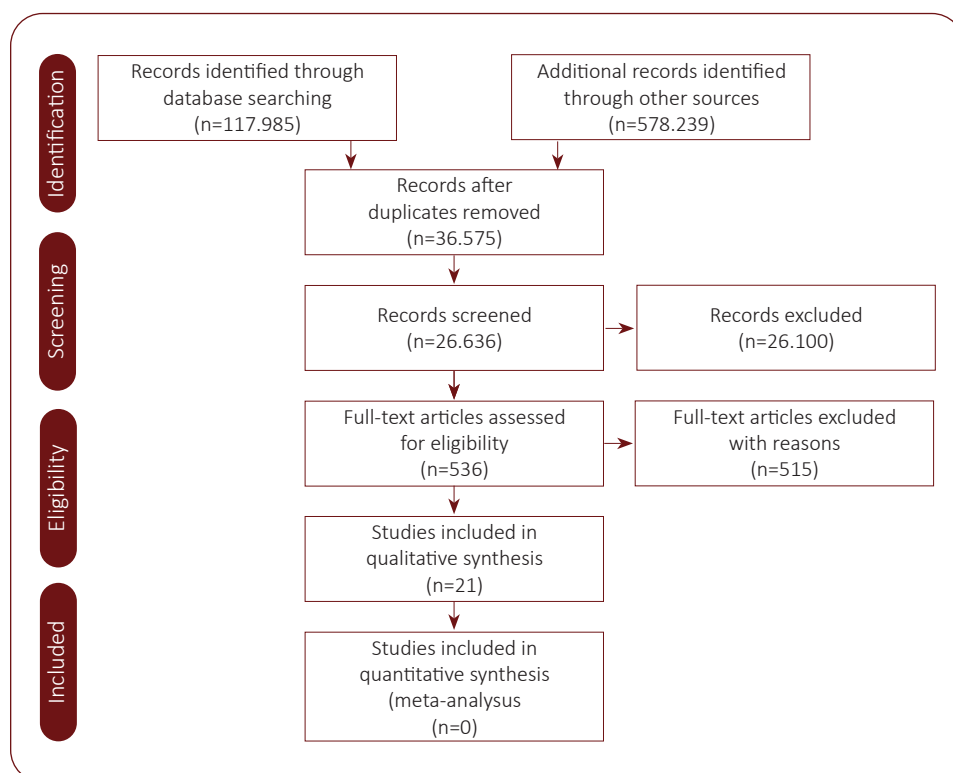
QUADRO 1

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Conceito	Incluídos	Justificativa para Exclusão	Exemplo de Texto Excluído	Descrição	Base de Dados
Geral	1) Foram selecionados os textos que incluíam necessariamente as palavras “suicide” e “structural violence” no corpo do texto e como parte do argumento central.	1.1) Retornaram os textos com apenas uma das palavras selecionadas, ou parte delas, mesmo com a utilização de conectores e caracteres restritivos, como as aspas, pelas ferramentas de busca.	TEIXEIRA C. R., SANTOS C. DA S., PRATES D. B., dos SANTOS R.T., ARAÚJO-SANTOS T., de SOUZA-NETO S. M. <i>et alii</i> . Lutzomyia longipalpis saliva drives interleukin-17-induced neutrophil recruitment favoring Leishmania infantum infection. <i>Front Microbiol</i> [Internet]. 2018.	Aparece apenas a palavra “development” cinco vezes e nunca com o sentido de desenvolvimento econômico.	Arca
		1.2) Os conceitos eram apenas citados em notas de rodapé ou em referências bibliográficas.	VICENTE A. R. T., CASTRO-COSTA É., FIRMO J., LIMA-COSTA M. F., LOYOLA FILHO A. de. Religiousness, social support and the use of antidepressants among the elderly: a population-based study. <i>Cien Saude Colet</i> , v. 23, n. 3, p. 963-971, 2018.	Aparece apenas a palavra “developed”, também sem o sentido de desenvolvimento econômico.	Arca
		2) Esses, foram selecionados os que abordavam a questão do colonialismo, mesmo que de forma indireta: período colonial; influência colonial; estudos pós-coloniais; decolonial.	CROWSHOE L., DANNENBAUM D., GREEN M., HENDERSON R., HAYWARD M. N., TOTH E. Type 2 Diabetes and Indigenous Peoples. <i>Can J Diabetes</i> , v. 42, p. 296-306 Apr. 2018.	1) Os conceitos de suicídio e violência estrutural aparecem apenas nas referências, uma única vez cada; 2) aparece apenas a palavra colonial no texto (“colonial policies”), sem a conceitualização ou correlação necessária.	B-On
		3) Somente foram considerados os textos de acesso aberto.	BECKERLEG S., HUNDT G. L. Women heroin users: Exploring the limitations of the structural violence approach. <i>Int J Drug Policy</i> , v. 16, n. 3, p. 183-190, Jun. 2005.	Apesar da pertinência para a compreensão geral do tema, e da presença de três dos conceitos principais no corpo do texto, o trabalho não foi selecionado pois o suicídio apareceu como questão secundária (parente de um dos sujeitos do estudos de caso).	B-On
Suicídio e Violência Estrutural	4) Foram incluídos aqueles que também apresentavam de forma direta ou indireta os conceitos de desenvolvimento (socioeconômico) e democracia.	3.1) Acesso restrito ao texto, não à base de dados.	DESLANDES S. F., MINAYO M.C. DE S., LIMA M. L. C. de. Atendimento de emergência às vítimas de acidentes e violências no Brasil. <i>Rev Panam Salud Pública</i> [Internet]. v. 24, n. 6, Dec. 2008.	Os dois conceitos aparecem no corpo do texto, mas o acesso é restrito.	Arca
	1) Foram incluídos apenas os textos que abordavam o suicídio de maneira central	1.1) Excluídos aqueles que apresentavam os conceitos, mas de forma alheia ao tema abordado, como se fossem falsos cognatos (apoptose definida como o suicídio de uma célula)	TOTINO P. R. R., DANIEL-RIBEIRO C. T., FERREIRA-DA-CRUZ M. de F. Evidencing the role of erythrocytic apoptosis in malarial anemia. <i>Front Cell Infect Microbiol</i> [Internet]. 2016. Available from: <www.frontiersin.org>	Aparecem as palavras suicídio, estrutural e desenvolvimento, mas sempre com significado alheio ao tema.	Arca
	2) Foram incluídos os textos que apresentavam o termo exato “structural violence”	2.1) Foram excluídas as palavras apresentadas dissociadas do conceito específico.	FIERKE K. M. Agents of death: the structural logic of suicide terrorism and martyrdom. <i>Int Theory</i> , v. 1, n. 1, p.155-184, Mar. 2009.	O texto aborda questões pertinentes ao trabalho, os conceitos estão no corpo do texto e fazem parte do argumento central, mas o conceito de violência é diferenciado e não associado ao conceito de estrutural.	ASSIA/ProQuest
	3) Nos casos de “suicide bombers”, foram incluídos os trabalhos que os associavam à violência estrutural e que dublamente poderiam ser considerados questão de saúde mental, ou aqueles que, sem uma imediata associação com saúde mental, pudessem, na verdade, ser considerados uma reação à ação política de dominação, segregação e opressão não perceptível.	3.1) Foram excluídos aqueles com relação exclusiva ao ativismo político consciente.	POLLOCK N. J., NAICKER K., LORO A., MULAY S., COLMAN I. Global incidence of suicide among Indigenous peoples: a systematic review. <i>BMC Med</i> , v. 16, n. 1, Dec. 2018.	Apesar da grande afinidade com o tema, o autor se refere à violência estrutural, mas a descreve como violência institucional e acaba por reproduzir os conceitos dos textos selecionados, não acrescentando informações, mas corroborando-as.	Ebsco
			BRUNNER C. Female suicide bombers – male suicide bombing. Looking for gender in reporting the suicide bombings of the Israeli-Palestinian conflict. <i>Glob Soc</i> , v. 19, n. 1, p. 29-48, Jan. 2007.	Há muita pertinência no papel da violência estrutural na diferenciação de gênero e contribuiu para a compreensão geral do argumento, mas o suicídio não foi abordado pelo aspecto da saúde mental. Foi absorvido no desenvolvimento do marco teórico, mas não na revisão sistemática.	B-On

Pela Figura 1, a seguir, formulada com base na metodologia Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (Prisma), apresenta-se o resumo dos procedimentos adotados na revisão sistemática (McInnes *et alii*, 2018). Apesar de originalmente utilizada para sintetizar estatisticamente os resultados de estudos primários, por meio de meta-análise, segundo diversos trabalhos na área de saúde entende-se que a metodologia Prisma pode e deve ser utilizada, por analogia, em diferentes tipos de pesquisa e, cada vez mais, recomenda-se seu uso como orientação para a elaboração de estudos de revisões sistemáticas, pelo rigor de seu protocolo, de forma a mitigar o risco de vieses, especialmente em estudos de grupos e fatores de risco (Brasil. Ministério da Saúde, 2014; Galvão *et alii*, 2015; Mota de Sousa *et alii*, 2018; Portugal *et alii*, 2018; Selçuk, 2019).

FIGURA 1
DIAGRAMA PRISMA



Fonte: Moher, D.; Liberati, A.; Tetzlaff, J.; Altman, D. G. *The Prisma Group* (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The Prisma Statement. *PLoS Med*, 6(7). <e1000097. doi:10.1371/journal.pmed1000097>. For more information, visit: <www.prisma-statement.org>.

Resultados obtidos

De acordo com o detalhado Quadro 2, observa-se que 38% dos itens (números 2, 4, 7, 8, 12, 14, 15 e 18 do referido quadro) baseiam-se em dados secundários; 24%, em estudos de casos (3, 5, 9, 11, 16); 19% em diferentes tipos de revisões (1, 6, 19, 20); 14% em estudos teóricos (10, 17, 21) e 5% em pesquisa qualitativa (13).

No entanto, em todos esses estudos identificou-se a correlação entre o aumento das taxas de suicídio, em determinados grupos de risco, como consequência da violência estrutural, sendo em 81% (1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20 e 21) desses estudos, de forma direta e, em 19% (3, 6, 14 e 17), indireta. Em 19% (1, 13, 16 e 20) dos estudos, essa correlação foi acrescida pela influência do sistema econômico capitalista, sob os conceitos de desenvolvimento tardio e políticas neoliberais, como expressão da violência estrutural, que afeta mais esses grupos de risco.

Em todos os estudos as categorias analíticas de raça e gênero marcaram a identificação dos grupos de risco em contexto de violência estrutural, de forma isolada ou sobreposta entre si – 5% (item 7) –, ou associada com classe social – 20% (6, 9, 16 e 20 –, e outras condições de vulnerabilidade que atingem grupos específicos, como migrantes – 5% (3) – e idosos – 5% (17). De fato, os indígenas apareceram em 48% dos estudos (1, 2, 4, 5; 12, 13, 14, 18, 19 e 21) e mulheres em 38% (3, 7, 8, 11, 13, 14, 17 e 18). Os jovens apareceram como grupo de risco em 38% dos estudos (1, 7, 8, 10, 12, 14, 18 e 19) e, desses, sendo os jovens indígenas caracterizados como subgrupo de risco em 63% (1, 12, 14, 18 e 19); não brancos em 25% (8 e 10) e jovens afrodescendentes em 13% (7).

Entre os fatores protetivos mormente identificados para esses grupos de risco estariam:

- i.* as políticas de diminuição das múltiplas dimensões da desigualdade, sem ferir a valorização e os métodos de produção desses grupos em 48% dos estudos (4, 5, 6, 8, 9, 10, 14, 15, 16 e 17);
- ii.* as formas democráticas de governança que propiciem a participação dos grupos de risco no sistema estatal, incorporando as lutas sociais desses grupos à realidade nacional, em 24% dos estudos (2, 7, 8, 11 e 12);
- iii.* o fortalecimento comunitário a partir do respeito às tradições dos diferentes grupos étnicos em 24% dos estudos (1, 4, 8, 16 e 19); e

QUADRO 2 MARCO TEÓRICO COM REFERÊNCIA

Item	Referência	Raiz Causal (conceitos utilizados)	Abordagem Teórica	Fatores de Risco	Fatores Protetivos	Resultados/Achados
1	RAMÍREZ, M. et alii. El suicidio de indígenas desde la determinación social en salud. <i>Rev Fac. Med. Salud Pública</i> , v. 36, n. 1, p. 55-65, 2018.	Violência Estrutural: com base nos trabalhos de Galtung, assumem que é intrínseca aos sistemas sociais, políticos e econômicos que governam as sociedades, os Estados e o mundo, impondo condições desiguais e injustas a uns para benefício de outros. Colonialismo: processo histórico de dominação. Os autores também fazem uso do conceito de “colonialidade” de acordo com Anibal Quijano, e o define como processo de relações de poder em que se configura o controle econômico, científico, institucional e cultural sobre o outro assim classificado e anulado socialmente.	Parte-se da raça como categoria analítica crítica e identifica-se violência estrutural como causa básica da elevada taxa de mortalidade dos povos indígenas.	Diretos: violência física e sexual, intra ou extrafamiliar; acesso a armas de fogo, álcool. Indiretos: o colonialismo por ter favorecido a aculturação indígena; e o sistema econômico capitalista, com a imposição do modelo agroindustrial.	1) Organização de autogovernos, com controle local condizente com o “buen vivir”. 2) fortalecimento comunitário a partir das tradições. 3) prevenção da integração cultural desvantajosa.	Em todo o mundo se observa que a taxa de suicídio dos indígenas é maior que a da população não indígena, chegando a ser 40 vezes maior no povo Guarani Kaiowa (Brasil). Segundo os autores, o principal subgrupo de risco, dentro do grupo indígena, são os homens, jovens (menores de 25 anos), com baixo nível socioeconômico, escolaridade incompleta e que tiveram contato estreito com o mundo ocidental. Os principais métodos utilizados são o enforcamento e o uso de tóxicos. A diferença de mortes não naturais varia entre 1,5 até 4 vezes mais. Essa variação é afetada pelas condições socioeconômicas desse grupo identificado como de risco.
2	GOSART, U. Structural violence against indigenous peoples: Russian Federation. In: Institute for the Study of Human Rights (Ed.). <i>Indigenous peoples' rights and unreported struggles: conflict and peace</i> , p. 192-261. New York: Columbia University Press, 2017.	Violência Estrutural: percebida pelas desigualdades reforçadas por políticas paternalistas e pouco inclusivas. Colonialismo: Segundo a autora, o reflexo das características vigentes no período colonial e pós-colonial fez-se perceptível nas desigualdades estruturais que afetam este grupo (os indígenas russos) em particular.	Considera a situação de marginalização da população indígena na Rússia como fruto de uma duradoura opressão histórica, mantida pelo ordenamento jurídico e pelas normas sociais, marcada pela violência estrutural que mantém privilégios de uma minoria e aumenta a disparidade de oportunidades políticas e condições sociais. Ressalta a posição oficial de negação da existência de uma realidade assimétrica de poder, por parte do Estado frente à questão indígena, abster-se de votar na Declaração dos Direitos da População Indígena da ONU, em 2007 e em outras oportunidades. Identifica a diferença da mortalidade por causas não naturais (especialmente suicídio, homicídio e acidentes) em grupos indígenas (Nenets Autonomous Okrug, Chukotka Autonomous Okrug, e Arhangelsk Rayon) e não indígenas.	Há políticas para minimizar as diferenças, mas a discriminação introjetada nos agentes públicos acaba afetando a aplicação dessas políticas e reforçando a marginalização. Há uma associação com o alcoolismo, especialmente na Região Norte, com clima mais insólito, retratada por diversos autores locais.	A autora sugere a Forma Democrática de Governança, que propicia a participação da comunidade indígena no sistema estatal, incorporando as lutas sociais desses grupos na realidade nacional do país. Komi Republic and Koryak Autonomous Okrug são áreas com um dos maiores índices de suicídio do mundo. A comunidade Chukchi é a mais afetada pela associação com alcoolismo (de 24% a 55%).	A diferença de mortes não naturais varia entre 1,5 até 4 vezes mais. Essa variação é afetada pelas condições socioeconômicas desse grupo identificado como de risco. Komi Republic and Koryak Autonomous Okrug são áreas com um dos maiores índices de suicídio do mundo. A comunidade Chukchi é a mais afetada pela associação com alcoolismo (de 24% a 55%).
3	PIATTI, M.L. <i>Violência contra las mujeres y alguien más ...</i> [Thesis]. Universitat de València, 2013.	Violência Estrutural: se refere a situações de discriminação, marginalização ou dominação, perceptível pelas características da desigualdade e o grau de injustiça social a que determinado grupo está submetido. Colonialismo: apresenta o patriarcado como legado do colonialismo, revelando-se de diferentes formas: dada as diferenças culturais, os cenários geográficos e os fatores políticos, e o inter-relaciona com outros sistemas de subordinação e exclusão.	Baseada na análise de instrumentos legais, a tese identifica a violência estrutural como raiz causal de diversos problemas que acometem especialmente as mulheres, entre eles suicídio e depressão. Segundo a autora, a violência contra a mulher é estrutural e se distingue das demais formas de violência que atinge outros grupos por ser ela ideológica e instrumental. Para a autora, a base de manutenção e perpetuação dessa violência estrutural está na autoridade patriarcal, que molda todo o sistema jurídico, político e econômico.	Democracia: é preciso superar o modelo de democracia grega que herdamos, baseada na divisão de tarefas e espaços; que encobre práticas milenares de controle patriarcal e submissão do feminino. Sobreposição de fatores por diferentes desigualdades que acometem, por exemplo, mulheres não-nacionais (imigrantes sem documentação legal), a quem se nega atendimento, apoio adequado e, principalmente, proteção e acesso a instrumentos jurídicos de reparação.	Por ser um estudo que tem por base a análise do sistema legal, sua contribuição está na construção de um quadro semântico que define o grupo de risco “feminino”. Sem a apresentação de dados empíricos diretos, apenas secundários, assume o “feminino” como o maior grupo de risco da atualidade, tanto em casos de suicídio, como em outras mortes que se baseiam na mesma raiz causal como depressão, abuso de álcool, enfermidades cardíacas, doenças do sistema imunológico, distúrbios alimentares, entre outros.	Por ser um estudo que tem por base a análise do sistema legal, sua contribuição está na construção de um quadro semântico que define o grupo de risco “feminino”. Sem a apresentação de dados empíricos diretos, apenas secundários, assume o “feminino” como o maior grupo de risco da atualidade, tanto em casos de suicídio, como em outras mortes que se baseiam na mesma raiz causal como depressão, abuso de álcool, enfermidades cardíacas, doenças do sistema imunológico, distúrbios alimentares, entre outros.

Item	Referência	Razão Causa (conceitos utilizados)	Abordagem Teórica	Fatores de Risco	Fatores Protetivos	Resultados/Achados
4	CZYŻEWSKI, K. Colonialism as a broader social determinant of health. <i>Int Indig Policy J.</i> , v. 2, n. 1, May 2011.	Violência Estrutural: é a expressão invisível do colonialismo presente na atualidade, que culpabiliza o indivíduo submetido à dominação de outro indivíduo, gerando desconfortos psicossociais.	Ao analisar a diferença de casos de mortes por suicídio e de anos de vida potenciais perdidos para o suicídio, entre indígenas e não indígenas, no Canadá, a autora identifica o colonialismo como "determinante social", apesar de extensa literatura associar os casos de suicídio aos transtornos mentais comuns e ao consumo de álcool.	os elevados índices de depressão (18%) e problemas com álcool (27%) associados aos casos de suicídio.	Empoderamento das comunidades indígenas voltadas para a participação política na área de saúde; reconhecimento e valorização das respectivas culturas indígenas.	Trabalho qualitativo sem base empírica que não a revisão da literatura na área.
		Colonialismo: o passado colonial reflete-se na reação política, econômica e social contemporânea reforçando um discurso específico para a abordagem dos transtornos mentais que contrasta com a das comunidades indígenas, impactando negativamente nos tratamentos e no combate ao problema.	O mesmo ato de negação por parte do Estado, de reconhecer os direitos dos indígenas nativos, foi identificado como reflexo do colonialismo, tal como se observa na recusa do país em assinar a Declaração dos Direitos das Pessoas Indígenas da ONU, em 2007.	Desigualdades no acesso aos serviços de saúde.	Participação social em soluções e métodos de tratamento.	
5	BADAMI, S. Suicide as a counter-narrative in Wayanad, Southern India: The invisible death. <i>South Asian Res [Internet]</i> . v. 34, n. 2, p. 91-112, 17 Jul. 2014.	Violência Estrutural: o autor associa a própria falha na coleta de dados estatísticos sobre um grupo específico e a frágil disposição desses dados como reflexo da violência estrutural sofrida por uma determinada tribo indígena.	"O texto aborda o fenômeno do suicídio entre os Paniya, descendentes de ex-escravos indígenas, dentro do contexto de sua marginalização, como grupo historicamente excluído em todas as esferas: econômica, política e social, por uma violência estrutural promovida conjuntamente pelo Estado e pelo tecido social."	A condição própria do estereótipo do indígena como culturalmente diferente e propenso ao suicídio.	Valorização de profissionais com conhecimento da cultura local.	O índice de suicídio dos fazendeiros indígenas Paniya é quase o dobro do índice da população geral da região (composta quase que exclusivamente de fazendeiros indianos) e quase seis vezes superior ao índice nacional.
			Grupo esse historicamente marginalizado também pela bifurcação política do suicídio como processo exclusivamente de saúde mental.	A ausência de uma visão crítica por parte de agentes estatais, o que o fez identificar uma consequência marginal negativa de uma política pública de saúde mental para a prevenção do suicídio: baseada nas orientações da OMS e destinada a um grupo de risco – os fazendeiros indianos – na verdade, invisibilizou o verdadeiro grupo de risco que viu suas taxas de suicídio crescerem – os Paniya.	Diminuição das disparidades econômicas e sociais sem terir a valorização e os métodos de produção dessas comunidades.	Segundo o autor, ambos estiveram expostos à mesma raiz causal dos óbitos, mas o grupo indígena esteve marginalizado das políticas públicas voltadas para mitigar o problema.
6	FU, M.; EXETER, D. J.; ANDERSON, A. The politics of relative deprivation: A transdisciplinary social justice perspective. <i>Soc Sci Med.</i> V. 133, p. 223-232, May 2015.	Violência Estrutural: é um mecanismo que cria uma distribuição desigual de poder e privilégio em uma população. Toda forma de violência estatal oriunda do sistema colonial, como o racismo institucional, podem ser identificados pela privação relativa entre grupos distintos.	A sugestão do autor para medir a desigualdade na distribuição do poder, reflexo da violência estrutural é a utilização do conceito de "privação relativa".	Todos os tipos de privação, inclusive a do espaço físico de uma instituição prisional, afetam os índices de suicídio.	A revisão da literatura feita pelos autores mostrou que políticas públicas paliativas ou não influenciaram ou influenciaram temporariamente as taxas de mortalidade.	Por ser uma revisão da literatura focada na análise qualitativa da privação relativa e seus efeitos no sistema de saúde, as evidências empíricas são secundárias.
		Colonialismo: processo histórico político-jurídico de dominação. Novas formas de colonialismo são hoje perceptíveis por novas formas de opressão e marginalização baseadas nas diferenças de gênero, sexualidade, classe, condição de imigrante, idade, religião ou incapacidades.	A privação relativa é geralmente medida pelos aspectos socioeconômicos, mas é preciso associá-la à privação política-legal que, segundo o autor, perpetua as desvantagens políticas experimentadas por determinada população, devido a sistemas de dominação como a opressão de gênero e o racismo, derivados do processo histórico do colonialismo, em favor de um grupo dominante.	Políticas neoliberais promovidas pelo próprio Estado.	O desenvolvimento econômico so é um fator protetivo quando acompanhado de uma mudança na política governamental totalmente estruturada para diminuir as desigualdades em todas as suas formas (política, econômica, social, jurídica), de modo a garantir um resultado positivo de longo prazo.	

Item	Referência	Raiz Causal (conceitos utilizados)	Abordagem Teórica	Fatores de Risco	Fatores Protetivos	Resultados/Achados
7	BUCHAN, H. A. <i>Frantz Fanon and the psychology of oppression</i> . New York: Plenum Press; Boston University, 1985.	Violência Estrutural: segundo o autor, é a mais letal forma de violência por ser a menos perceptível e por estar na origem das demais formas de violência. Colonialismo: o conceito aparece associado ao legado do processo de colonização. Novas formas de colonialismo foram sucedidas mas a dinâmica de dominação e opressão continuou e o autor mostra políticas americanas que exemplificam esse fato. O estágio mais opressivo do colonialismo atual é o que ele chama de "autocolonialismo", onde a própria vítima participa ativamente em sua vitimização.	A violência estrutural seria a raiz causal das diversas formas de violência e, para o autor, ela pode ser percebida pelas diferentes taxas de mortalidade, morbidade e encarceramento de um determinado grupo – os não brancos, por exemplo. Para o autor cada localidade adotou sua relação de poder colonial de maneira diferenciada, mas os efeitos sobre a população não branca, especialmente para os afrodescendentes, são os mesmos em todo o mundo, tornando-os um grupo particular de risco. E quanto mais desigual esta relação, mais a população jovem deste grupo é afetada.	Consumo do álcool, abuso de drogas, desemprego, contexto de violência direta e abuso familiar e desposseção de terras, que afetam mais os afrodescendentes e os indígenas nativos americanos. Todos esses fatores, no entanto, são consequência, para o autor, da violência estrutural a que esses dois grupos particulares foram historicamente submetidos.	A adoção de políticas públicas paliativas de proteção desses grupos, como a instituição de reservas indígenas, são pouco efetivas, pois eles continuam segregados e excluídos da violência estrutural em suas diversas manifestações.	Segundo o autor, nos Estados Unidos, quando os índices de suicídio são abordados de forma isolada, as maiores taxas são de homens brancos e avançam conforme idade. No entanto, quando os índices são vistos de forma agregada, investigando outras formas de CE, percebe-se um incremento substancial dos índices, especialmente, entre jovens afrodescendentes entre 20 a 29 anos.
8	WADE, P. <i>Mestizaje, multiculturalism, liberalism, and violence. Lat Am Caribb Ethn Stud</i> , v. 11, n. 3, p. 323-343, 2016.	Violência Estrutural: o autor faz a distinção do conceito de violência em simbólica (que nega e invisibiliza o outro pela identidade, e força a assimilação de um grupo por outro – a mestiçagem); estrutural (que exclui e empobrece, sendo perceptível nas taxas de mortalidade e morbidade); e, por fim, da extirpação (que segrega e torna um grupo desposuído). No decorrer do texto, no entanto, o autor sintetiza todas as formas sobre o conceito "estrutural", e este como originário. Colonialismo: o autor adota o termo de "colonialismo interno" como legado do processo colonial que perpetuou historicamente a relação assimétrica de poder entre os brancos e não brancos, prejudicando especialmente a mulher ao forçar uma cultura de miscigenação.	Violência Estrutural: o autor faz a distinção do conceito de violência em simbólica (que nega e invisibiliza o outro pela identidade, e força a assimilação de um grupo por outro – a mestiçagem); estrutural (que exclui e empobrece, sendo perceptível nas taxas de mortalidade e morbidade); e, por fim, da extirpação (que segrega e torna um grupo desposuído). No decorrer do texto, no entanto, o autor sintetiza todas as formas sobre o conceito "estrutural", e este como originário. Colonialismo: o autor adota o termo de "colonialismo interno" como legado do processo colonial que perpetuou historicamente a relação assimétrica de poder entre os brancos e não brancos, prejudicando especialmente a mulher ao forçar uma cultura de miscigenação.	O processo de urbanização tardia agregou as formas de violência sob a forma da violência estrutural, tornando os jovens não brancos e as mulheres os principais grupos de risco.	Toda uma alteração governamental deveria ser levada a cabo de maneira a empoderar esses grupos de risco na esfera política, econômica e social, incluindo a cultural.	Da mesma forma, as maiores taxas de suicídio entre indígenas americanos, revelado pelo mesmo passado de opressão, foram citadas, mas, como acima, os dados mostrados referem-se aos 30 anos posteriores à II Grande Guerra.
9	MILLS, C. <i>Dead people don't claim – a psychopolitical autopsy of UK austerity suicides. Crit. Soc. Policy</i> , v. 18, 2017.	Violência Estrutural: é a forma de individualizar, medicalizar e patologizar a opressão, sob a forma de transtornos mentais, abuso de álcool em populações historicamente segregadas, de forma a transferir a culpa e a responsabilidade do Estado para o indivíduo. Colonialismo: com base nos trabalhos de Fanon, a autora entende que a violência é inerente ao processo colonial, reforçado ao longo do tempo pela personificação e assimilação dessa relação de poder assimétrica originária.	"Utiliza um quadro analítico de autopsia psicológica para avaliar o impacto assimétrico do colonialismo, da relação colonial." Essa relação assimétrica sujeita determinadas populações à exploração, opressão, deslocamento e desapropriação, marcada principalmente pelas diferenças de raça e de gênero. Com base no argumento de Fanon, o colonialismo é a raiz causal de psicopatologias como a depressão profunda, a intenção suicida e a insônia persistente (patologias do poder).	Todo o tipo de política que agrava a sensação de não pertencimento, desigualdade e privação. Mesmo políticas que não apresentam o corte direto de raça e de gênero, como políticas de austeridade, devem ser compreendidas como principal agravante de intenções suicidas, historicamente dominadas.	Políticas de prevenção cultural não podem ser adotadas sem levar em conta as dimensões da violência. O autor citou o exemplo de renovação urbana do Pelourinho no Brasil, que buscou promover a cultura africana e sua contribuição, mas deslocou e segregou toda a população de afrodescendentes do local.	As taxas de suicídio chegam a ser o dobro para os não brancos de Cali.
						O suicídio foi entendido como um dos sintomas posteriores à crise financeira de austeridade no Reino Unido, devido ao aumento nas taxas de suicídio, especialmente entre aqueles prejudicados pela reforma da Previdência.

Item	Referência	Raiz Causal (conceitos utilizados)	Abordagem Teórica	Fatores de Risco	Fatores Protetivos	Resultados/Achados
10	LAURIE, E. W.; SHAW, I. G. R. Violent conditions: the injustices of being. <i>Polit. Geogr.</i> , v. 65, p. 8-16, Jul. 2018 Jul.	Violência Estrutural: baseado na definição de Galtung, os autores definem a violência estrutural como perpetrada no tempo e não claramente perceptível e causa básica de processos políticos e sociais que levam às morte evitáveis. Colonialismo: com base nos trabalhos de Franz Fanon, os autores percebem o colonialismo como o responsável pela introdução da violência estrutural no indivíduo pertencente a um grupo historicamente oprimido, gerando efeitos psicopatológicos relacionados às condições materiais e mentais.	A introdução individual da violência estrutural e o contexto espacial de seu exercício transformam uma ação aparentemente individual em claramente social quando um grupo é historicamente marcado por todo tipo de privação de condições.	O próprio sistema capitalista pressupõe condições violentas embutidas no indivíduo que foram e traumatizam quando submetidos a qualquer tipo de privação.	Somente a interseção de ações que visem a dirimir todo tipo de privação de condições.	Mais de 40 mil americanos morrem de suicídio por ano e a taxa é quase duas vezes maior entre indivíduos jovens não brancos.
11	BRUNNER, C. Discourse – Orientalism – Intersectionality approaching knowledge on "suicide bombing." <i>Polit Perspect</i> , v. 11, n. 1, p. 1-25, Jan. 2007.	Violência Estrutural: conjunto de circunstâncias políticas, sociais e econômicas que marcam relações assimétricas de poder e que são personificadas no indivíduo por aspectos culturais e religiosos. Colonialismo: sistema que, pela violência estrutural, perpetua a relação assimétrica de poder.	Apesar de tratar o suicídio como forma de ativismo político de resistência à opressão externa, pelo suicídio de homens/mulheres bomba, a autora mostra a violência estrutural como sistematizadora de estigmas opressores que direcionam a escolha, especialmente no caso de mulheres que sofrem uma relação assimétrica de poder, na figura do patriarcado orientalizado.	Desigualdades no exercício do poder e no acesso ao conhecimento.	Democratizar o próprio campo de pesquisa do terrorismo que estigmatiza a violência como inerente a um grupo específico.	Por meio de uma análise qualitativa, define a existência de suicidas homens/mulheres-bomba como fruto de um problema social que tem afetado mais mulheres com o passar do tempo.
12	FREEDMAN, M. Restoring a Mapuche World: resistance to settlerColonialism in Chile's child protection system. <i>Political Science Honors Projects</i> . 2018.	Violência Estrutural: baseado na definição de Galtung, pressupõe a sistematização na estrutura do Estado de uma relação de poder desigual que marca um grupo (em especial as populações indígenas) com chances de vida desiguais- na saúde, nas condições econômicas, sociais e políticas. Colonialismo: seria o sistema marcado pela violência estrutural embutida nas instituições do Estado, que garante a contínua marginalização das populações indígenas.	Quando a violência estrutural não é levada em consideração em ações de prevenção, estas podem gerar o efeito inverso do proposto. Foi apresentado um exemplo de uma ação específica de um Serviço de Proteção Infantil, que ativamente ampliou a violência contra famílias indígenas.	O principal fator de risco é a violência institucional, uma das expressões da violência estrutural, pois afeta negativamente a elaboração e implementação de políticas públicas, mesmo que direcionadas a mitigar desigualdades de qualquer sorte.	Leis que combatam a violência institucional. Adoção de políticas participativas e ações comunitárias mais inclusivas.	As taxas de suicídio entre jovens indígenas no Chile são maiores do que as dos não indígenas, variando a proporção pelas condições dos diferentes assentamentos.

Item	Referência	Raiz Causal (conceitos utilizados)	Abordagem Teórica	Fatores de Risco	Fatores Protetivos	Resultados/Achados
13	URREGO-MENDOZA, Z. C. et alii. Narrativas sobre la conducta suicida en pueblos indígenas colombianos. 1993-2013. <i>Rev For Núc. Salud Pública</i> , v. 35, n. 3, p. 400-409, 2017.	Violência Estrutural: é o resultado de um modelo de poder político desigual e pensado para a opressão, replicado na violência familiar e comunitária.	As condutas suicidas de indígenas no mundo são determinadas pela violência estrutural que nega identidades culturais e submete determinados grupos a uma relação de opressão por meio do colonialismo e seus correlatos – a industrialização, a desapropriação e o extrativismo em áreas indígenas, a deculturação, o racismo e a estigmatização.	A violência de gênero e o pouco acesso ao poder para transformar positivamente a realidade circundante afeta a conduta suicida de mulheres indígenas, que veem no suicídio o último ato de resistência.	Promoção de um modelo de atenção em saúde com enfoque diferencial por etnias, atentando para as especificidades dos diferentes povos indígenas.	As altas taxas de suicídio em grupos indígenas
		Colonialismo: é o sistema que institucionalizou a violência estrutural, orientando políticas de deslocamento forçado, muitas vezes na forma de conflito armado, sem medir o efeito na população civil; políticas de aculturação violenta e excludente; políticas de desapropriação territorial, contrária à cosmogonia indígena, alterando sua dimensão espiritual.		Um contexto de conflito armado, desapropriação territorial e abuso de álcool, ambos reflexos da violência estrutural, afetam a conduta suicida de jovens e adultos indígenas.		Resalta os casos históricos de suicídio coletivo indígena como mecanismo de resistência ao processo colonial opressor. Cita a morte de três mil indígenas em Peñón de Sutausa, no início do período colonial.
14	HARPER, A.O.; THOMPSON, S. Structural oppressions facing indigenous students in Canadian education. <i>Fourth World J.</i> , v. 15, n. 2, p. 41-66, 2017.	Violência Estrutural: apesar de dissociar os termos “violência” e “estrutural” (associados só aparecem em referência), o autor define o conceito como “opressão estrutural”, manifestada sob quatro formas – pobreza, supressão de identidade, racismo e violência de gênero.	A institucionalização da violência estrutural em suas quatro abordagens opressoras encontra-se refletida e reproduzida no sistema educacional, o qual acaba por contribuir com o agravamento da situação de grupos específicos, como os jovens indígenas.	Ambiente de privação material de jovens que, ao ingressarem no sistema educacional, marcado pela violência estrutural, estão mais sujeitos ao uso de álcool, drogas e ao estresse.	Para a autora, o sistema educacional é um dos principais espaços de transformação que pode ser positivo ou negativo. Para ser positivo, deve estar estruturado para combater as quatro formas manifestadas de opressão.	Os indígenas do Canadá estão desproporcionalmente associados à pobreza e outras formas de privação.
		Colonialismo: o processo colonial deu origem à conjunção dessas violências opressoras e as consolidou.	Ao invés do acesso ao sistema educacional se tornar um meio de prevenção e diminuição de desigualdades, sem a associação com políticas de valorização cultural, acaba sendo a origem das outras formas de opressão, inclusive da pobreza.	Ausência de apoio às mulheres vítimas de misoginia.		
15	MASSE, R. Between structural violence and idioms of distress: the case of social suffering in the French Caribbean. <i>Anthropol Action</i> , v. 14, n. 3, p. 6-17, Jan. 2007	Violência Estrutural: conceito central para a antropologia médica crítica adotada pelo autor segundo a definição de Paul Farmer, ou seja, como reflexo social dos mecanismos de opressão. É a violência exercida sistematicamente por todos que pertencem a uma determinada ordem social, contrariando a cultura dominante, que busca atribuir ao indivíduo o controle e a responsabilidade por suas ações.	Os aspectos políticos, econômicos e sociais do colonialismo são sentidos pelo Estado, sob a forma do “neocolonialismo”, hoje manifestado pela dependência econômica e pela predominância da atividade econômica agroexportadora, baseada na transferência de recursos para o antigo colonizador e afins (França, neste caso específico e seus atuais parceiros comerciais).	A própria situação de Estado com passado colonial, marcado pela dependência econômica e política e perpetuado culturalmente, gera as patologias do poder.	Segundo o autor, torna-se imperativo abordar as causas externas de morte, incluindo o suicídio, como “patologias do poder”, de maneira a recuperar as sociedades marcadas por um passado colonial.	A partir de 1990, os casos de morte devido à depressão, ao suicídio e ao abuso de drogas dobraram na Martinica, atribuídos, pelo autor, ao aumento da desigualdade e da marginalização.
		Colonialismo: o autor adota o termo de sociedade pós-colonial para se referir à Martinica após a independência do processo colonial, explicando que o colonialismo mudou de forma mas não de objetivo – a imposição e a manutenção de uma relação desigual de poder.	Essa dependência gera uma falsa ideia de desenvolvimento econômico, que, no entanto, mantém a mesma estrutura de exploração do período colonial, e mantém, também, a mesma dependência política nas relações de poder internacional, sob a forma de uma violência cultural.	Os efeitos políticos, econômicos e culturais da violência estrutural têm um impacto no desenvolvimento do sofrimento mental e social, mesmo os índices de suicídio sendo menor na Martinica do que França, os grupos de risco são os mesmos.	Problemas estruturais demandam soluções estruturais que visem corrigir as históricas assimetrias de poder político e econômico, que se inter-relacionam com os significados culturais, a experiência social e a subjetividade.	

Item	Referência	Raiz Causal (conceitos utilizados)	Abordagem Teórica	Fatores de Risco	Fatores Protetivos	Resultados/Achados
16	SRIKANTIA, J. The structural violence of globalization. <i>Crit. Perspect Int. Bus.</i> , v. 12, n. 3, p. 222-258, 2016.	<p>Violência Estrutural: com base nos conceitos desenvolvidos por Galtung e Farmer, define-se como a conjunção das dimensões sociopolítica, econômica, física e legal que constrói e mantém uma relação assimétrica de poder que privilegia um grupo em detrimento de outro. Essa violência é estrutural por produzir sistematicamente efeitos negativos, no âmbito da saúde pública, em grupos historicamente oprimidos, refletidos nas "patologias do poder".</p> <p>Colonialismo: considera como uma relação de dominação sobre as pessoas e a natureza que, juntamente com o eurocentrismo, submete grupos específicos a uma privação de condições materiais, mas também moral, cultural e ideológica.</p> <p>Desenvolvimento: aparece como uma cobertura ideológica que mascara sistematicamente a violência estrutural e a relação de dominação e exploração que a originou e que define e determina a pobreza e a desigualdade de um grupo.</p>	<p>O artigo se divide em duas partes – uma teórica e um estudo de caso. Na primeira parte, além das definições ao lado, o autor estabelece a distinção entre comunidades tradicionais sustentáveis e aquelas empobrecidas. Ambas são afetadas por uma ideologia desenvolvimentista marcada por violências estruturais que mascaram a consolidação das comunidades tradicionais sustentáveis.</p> <p>Foi justamente sob a justificativa do "desenvolvimento econômico e social" que muitas ações promovidas, marcadas pela violência estrutural, foram adotadas, tais como: desapropriação, deculturação, exploração e expropriação de recursos naturais.</p>	<p>A crise ecológica advinda de políticas de desenvolvimento econômico, implementadas pelo Estado e marcadas pela violência estrutural.</p>	<p>Preservar e promover as comunidades sustentáveis tradicionais, protegendo-as de um desenvolvimento econômico ideológico.</p>	<p>Segundo o autor, o moderno capitalismo global, denominado de necrocapitalismo é responsável pelo aumento de índices de suicídio, bem como pela situação de risco das populações em áreas de barragens.</p>
17	LEMONIUS, M. Deviantly Ingenious: British Colonialism in Jamaica. <i>Peace Res.</i> , v. 49, n. 2, p. 79-103, 2017.	<p>Violência Estrutural: baseado nos trabalhos de Galtung, assevera que é a violência imposta por um pequeno grupo de privilegiados para manter seu poder, por mecanismos contínuos de manipulação e exploração de um grupo marginalizado, negando a eles as suas necessidades básicas.</p> <p>Colonialismo: sistema de poder que nega historicamente a formação de consciência e a mobilização sob a forma do racismo, sexismo e pobreza.</p>	<p>O sistema heteropatriarcal colonial britânico impôs construtos socioculturais e estruturais de gênero e raça sobre a população local. A violência estrutural é o mecanismo que manteve e atualizou este padrão de poder e que marcou a busca pelo desenvolvimento econômico do Reino Unido às custas da exploração colonial e, posteriormente, comercial da Jamaica.</p>	<p>A aferição da desigualdade de gênero é uma medida da violência estrutural observada em casos de suicídio e até de doenças infecciosas.</p>	<p>Apenas políticas estruturais voltadas para diminuir a extrema desigualdade econômica e social, associadas a políticas que visem combater o racismo e o sexismo podem apresentar um efeito positivo consolidado nos índices de mortalidade.</p>	<p>Perceber o colonialismo como ferramenta psicológica, criada pelas elites econômicas e políticas britânicas, para sustentar seu poder no decorrer do tempo, gerando corpos e mentes fragmentados na Jamaica, que diretamente afetam a saúde mental da população.</p>
18	YURASEK, E. <i>Native American and Alaskan Native youth suicide</i> . HIM 1990-2015. [Thesis] University of Central Florida, 2014.	<p>Violência Estrutural: é teoricamente descrita como o modo que as instituições sociais, econômicas e políticas podem afetar negativamente um dado grupo populacional, por outro.</p> <p>Colonialismo: apresentado atualmente sob o conceito de "pós-colonialismo". A continuação do processo colonial perpetrou a relação assimétrica de poder, afetando negativa e continuamente a população de sobreviventes abusados no passado colonial.</p>	<p>Usando os conceitos de biopolítica, pós-colonialismo e violência estrutural, o autor argumenta que as instituições sociais e políticas impostas às comunidades indígenas americanas levaram ao aumento do abuso de álcool e drogas, à pobreza e à exclusão da participação no poder decisório, sendo todos esses fatores causais na epidemia de suicídio de jovens indígenas americanos.</p>	<p>Todas as formas estruturais de desigualdade: pobreza, racismo, sexismo, alienação, discriminação e rejeição promovidas pelas instituições escolares e de saúde, bem como pelos responsáveis sociais, tornam-se agravantes e levam ao abuso de álcool, drogas e ao suicídio.</p>	<p>Competências críticas culturais devem ser observadas e implementadas por aqueles que desenham as ações de prevenção e programas de atenção à saúde, pois cada grupo possui tradições e concepções culturais que precisam ser previamente conhecidas.</p> <p>Como o problema é estrutural e afeta diversas dimensões, as políticas de prevenção devem ser tratadas de forma combinada, com foco em diversos problemas – abuso de álcool, drogas, suicídio, violência sexual.</p>	<p>Mulheres americanas nativas entre 15 e 19 anos aparecem como mais significativamente em risco de comportamento suicidário, comparativamente àquelas não brancas, na mesma faixa etária.</p> <p>Em pesquisa realizada com estudantes secundaristas de origem nativa de uma determinada comunidade, registrou-se um percentual de 16% de tentativas de suicídio entre esses estudantes nos 12 meses que antecederam a pesquisa.</p>

Item	Referência	Raiz Causal (conceitos utilizados)	Abordagem Teórica	Fatores de Risco	Fatores Protetivos	Resultados/Achados
19	MASCAYANO, F. et al. Suicide in Latin America: a growing public health issue. <i>Rev. Fac. Cienc. Med.</i> , v. 73, n. 3, p. 295-303, 2015.	Violência Estrutural: é a conjunção de todas as formas de violência em todas as dimensões da vida social – física, sexual, intramiliar, instabilidade política, econômica e social. Colonialismo: é apresentado como a imposição de uma modernidade alheia à realidade local e uma das formas que o sistema de poder político legado do colonialismo impôs à sociedade latino-americana, afetando especialmente os jovens indígenas. Esta imposição se baseia meramente em aspectos culturais, mas está embutida na estrutura social, econômica e política das sociedades de passado colonial.	Um contexto de violência estrutural deve ser considerado para a compreensão do suicídio entre os jovens indígenas, para quem o ato de suicídio é uma expressão final de angústia, medo e sofrimento. Especificamente no caso da América Latina os autores identificaram diferentes formas de expressão dessa violência sob os conceitos de “familismo”, machismo e a influência de aspectos culturais e religiosos.	Coletivo: Dinâmicas sociais como desigualdades no acesso à saúde, instabilidade social e política, representações midiáticas de vítimas de suicídio e famílias, altas taxas de distúrbios afetivos como depressão e transtornos bipolares, violência familiar e outros tipos de abusos. Individual: correlação com as principais desordens mentais – depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia, dependência do álcool.	É altamente recomendável que tanto o estudo quanto a intervenção do suicídio incluam orientações e valores culturais de cada comunidade. As intervenções, para serem efetivas, precisam considerar mais do que apenas dados epidemiológicos de prevalência e incidência. Elas devem considerar as evidências de fatores potenciais relacionados ao suicídio, como os socioculturais históricos, que afetam a probabilidade.	De acordo com recente pesquisa chilena, a falta de um tratamento adequado no caso de desordens mentais crônicas aumenta em oito vezes o risco de suicídios em pacientes que sofrem de esquizofrenia.
20	SPARKE, M. Austerity and the ill-health: Towards a theory of biological sub-citizenship. <i>Soc. Sci. Med.</i> , v. 187, p. 287-295, Aug. 2017.	Violência Estrutural: é a junção da violência política e econômica sob a forma da imposição de políticas de austeridade (privatização e cortes de investimentos em áreas sociais, reformas previdenciárias), associada a outras formas de desigualdade social, como o racismo, o sexismo, gerando o que considera de uma subcidadania biológica. Colonialismo: é o sistema que institucionaliza a violência estrutural prolongando seus efeitos no tempo.	Baseado em Farmer, o autor entende que os efeitos específicos do colonialismo, incorporados pelo ajuste estrutural, são percebidos pela interseção de muitas outras formas de violência que compõem a estrutural, como o patriarcado, o racismo e as demais formas de desigualdade e exclusão, legadas do colonialismo.	Políticas neoliberais de promoção da austeridade, levadas a cabo pelo próprio Estado.	Para garantir uma cidadania biologicamente emancipada, as políticas públicas de prevenção devem ser elaboradas e implementadas de forma participativa (e não top-down). Em última análise, o estudo da subcidadania biológica força o repensar tanto dos determinantes sociais quanto das determinações sociais da saúde, complementando a análise epidemiológica de métricas de desigualdade com análises sociais e políticas críticas.	Políticas de austeridade estão diretamente associadas ao aumento de casos de suicídio em período imediatamente posterior à sua imposição, em diferentes países, com semelhança na identificação dos grupos de risco.
21	CLARKE, M. A.; BYRNE, S. The Three Rs: Resistance, Resilience, and Reconciliation in Canada and Ireland. <i>Peace Res.</i> , v. 49, n. 2, p. 105-132, 2017.	Violência Estrutural: é compreendida como a imposição sistêmica das desigualdades que se tornaram normalizadas dentro do próprio Estado. Colonialismo: seria o sistema de violência que inclui a violência direta e a estrutural, sobre os povos indígenas – quando o poder colonial se sobrepôs a um grupo de pessoas, mesmo em bases territoriais distintas.	O colonialismo é um processo complexo cujos traumas continuam intergeracionalmente e continuam por meio dos próprios órgãos governamentais, a exemplo da Irlanda do Norte e do Canadá, submetidos a um mesmo dominador. Segundo os autores, houve dominação nos dois casos, mas a colonização dos povos indígenas no Canadá, em comparação aos republicanos nacionalistas católicos da Irlanda do Norte, foi mais violenta e continuada, durante o século XXI, por meio dos desequilíbrios estruturais políticos, econômicos, culturais e sociais.	Segundo os autores, os efeitos mentais, emocionais e espirituais podem se perpetuar aumentando o risco em casos externos de morte.	Os Três Rs (resistência, resiliência e reconciliação) são identificados como contribuições indígenas tanto para a construção da paz, quanto como solução contra a violência estrutural experimentada por grupos segregados na Irlanda e no Canadá.	Mesmo com a adoção de políticas públicas voltadas para minimizar o impacto de alguns problemas estruturais, percebeu-se um agravamento nas taxas de suicídio da Irlanda do Norte em relação ao Reino Unido, pois as causas estavam relacionadas aos traumas individuais não resolvidos na infância, no auge do período de uma política impregnada pela violência estrutural.

iv. a implementação de instrumentos jurídicos e políticos que promovam a igualdade de gênero, raça e etnia, em 19% dos estudos (3, 5, 7 e 12).

A revisão sistemática realizada corrobora a alteração no perfil epidemiológico, mas ainda não foi sistematizado um corpo teórico comum condizente com os achados estatísticos, diante da abrangência na definição dos conceitos. Neste sentido, o Quadro 3 apresentará os resultados obtidos dos documentos selecionados e o enquadramento dado pelas autoras e pelo autor, a partir dos conceitos utilizados.

Discussão

As primeiras correlações para o enfrentamento global do fenômeno do suicídio, promovidas pela OMS, em 1968, foram estabelecidas com as doenças mentais e a dependência ao álcool. Sem indicações ou evidências científicas claras, apresentou-se a premissa de que o suicídio estaria associado a “um pedido de ajuda” e “não a uma vontade de morrer”. Não houve menção às diferentes manifestações da violência, nem sob o aspecto da desigualdade, mas ressaltou-se que “pesquisas mostraram que o suicídio em países em desenvolvimento é um problema mais importante do que o anteriormente suspeitado” (WHO, 1968).

Este comentário, mesmo se tratado de forma incipiente, relata o indício de uma transformação do perfil epidemiológico relacionado ao fenômeno do suicídio. Justamente na virada das décadas 1960 e 1970, a relação entre as etapas do desenvolvimento econômico, da renda nacional e individual e da mudança progressiva no perfil epidemiológico foi estabelecida, com base nos trabalhos de Frederiksen (1969) e Omran (2005).

A partir desses trabalhos, estabeleceu-se a correlação entre o perfil epidemiológico dos países e o correspondente contexto do desenvolvimento econômico. Por um lado, segundo esses autores, as principais causas de morte refletem a fase do desenvolvimento em que determinado país se encontra e, por outro, geram impactos no sistema de atendimento à saúde que necessitam de políticas públicas de longo prazo, de maneira a impedir uma reversão das melhoras alcançadas na qualidade de vida dos cidadãos. Neste sentido, uma tendência de casos em determinado contexto indica a consolidação de uma fase econômica e apontam para seus principais problemas que devem ser enfrentados por essas políticas públicas (Feroz *et alii*, 2018), conforme Quadro 3, abaixo.

QUADRO 3
ENQUADRAMENTO CONCEITUAL COM BASE NA REVISÃO SISTEMÁTICA

Dimensão	Características protetivas	Fatores de risco	Manifestação da violência estrutural	Mecanismo de difusão da violência estrutural	Principais fatores de risco	Consequências para Saúde
Política	Democracia consolidada e estável	Democracias híbridas, ou frágeis ou autoritárias e possível instabilidade política	Dominação	Colonialismo	Segregação Política	Aumento das taxas de mortes evitáveis (comunicáveis, não comunicáveis, acidentais ou violentas)
	Participação política ampliada	Participação política média			Desencanto com as instituições políticas	Aumento das mortes por consequência de transtornos mentais comuns
	Estabilidade jurídica	Contexto legal inadequado			Baixa participação política	Aumento das mortes em populações com acesso mais restrito ao sistema de saúde
	Adequada infraestrutura de comércio exterior	Nível tecnológico mais reduzido			Gentrificação urbana	Aumento das mortes em populações com baixa escolaridade
	Adequada infraestrutura de transporte, comunicação	Infraestrutura em ampliação, porém ainda inadequada			Restrição indireta de acesso aos serviços de saúde por meio de políticas públicas não inclusivas e baixo investimento em educação	Diferenças significativas em todas as taxas de mortalidade devido ao gênero, opção sexual, raça, etnia, nacionalidade, renda
	Sector energético independente autônomo	Sector energético autônomo			Restrição indireta de acesso aos serviços educacionais por meio de políticas públicas não inclusivas, baixo investimento em educação e nos profissionais da área	Aumento das mortes por causas externas (suicídio, homicídio e acidentes), com diferenças significativas devido ao gênero, opção sexual, raça, etnia, nacionalidade, renda e condição de vida
	Acesso aos serviços de saúde ampliados	Acesso aos serviços de saúde mais reduzidos			Diferenças de gênero, raça, etnia nos processos jurídicos e prisionais	Aumento das taxas de mortes violentas
	Acesso aos serviços educacionais ampliados	Acesso aos serviços educacionais mais reduzidos			Restrição à imigração	Homicídios e suicídios motivados por condição econômica (desemprego, endividamento)
	Acesso aos serviços de telecomunicações ampliados	Maior concentração dos meios de telecomunicação			Maior volatilidade em atividades que demandam engajamento	Homicídios e suicídios motivados por questões de gênero ou opção sexual (feminicídio, homofobia)
	Libertades políticas garantidas	Restrição de certas liberdades civis			Políticas de austeridade (privatizações e reformas previdenciárias)	Homicídios e suicídios motivados por racismo
Econômica	Economia de mercado diversificada	Economia dependente de alguns produtos	Exploração	Neoliberalismo	Desigualdade de renda	Homicídios e suicídios motivados por xenofobia
	Prevalência do setor industrial	Prevalência do setor de serviços e agroexportador			Segregação econômica	Homicídios e suicídios motivados por conflitos religiosos
	Desemprego controlado	Nível de desemprego médio a alto			Vulnerabilidade	
	Menor desigualdade de renda	Maior desigualdade de renda			Desemprego	
	Maior renda individual/renda per capita elevada	Renda individual/renda per capita de média a baixa			Precariedade	
	Menor taxa de pobreza	Taxa de pobreza média a elevada			Endividamento	
	Crescimento constante	Altos índices de crescimento econômico (pebo menos 5% ao ano) ou muito baixos a elevado, porém muito variado internamente			Pobreza	Aumento das mortes por causas externas (suicídio, homicídio e acidentes), com diferenças significativas devido ao gênero, opção sexual, raça, etnia, nacionalidade, renda e condição de vida
	Elevados padrões de qualidade de vida (IDH entre outros)	Padrões de qualidade de vida médio a elevado, porém muito variado internamente			Desigualdade racial/étnica	
	Baixa taxa de mortalidade	Taxa de mortalidade de média a elevada			Desigualdade religiosa	
	Maior expectativa de vida	Expectativa de vida de média a baixa			Desigualdade de origem/nacionalidade	
Social (cultural, ideológica e moral)	Maior e mais qualificado nível educacional	Nível educacional de médio a baixo	Exclusão/ segregação/ discriminação	"Patriarcado (conservadorismo)"	Desigualdade de gênero	
	Libertades civis equiparadas por gênero e opção sexual	Índices de violência contra mulher e comunidade LGBTQ mais elevados				
	Igualdades civis entre diferentes grupos raciais/étnicos/estrangeriros	Taxas de saúde e escolaridade diferenciadas por raça/etnia/nacionalidade				
	Liberdade religiosa	Conflitos religiosos				
	Cidades com áreas mais urbanizadas	Cidades com médio a baixo nível de urbanização				
	Políticas ambientais promovidas	Políticas ambientais menos efetivas				

Esses trabalhos identificaram a desigualdade econômica existente e persistente no tempo, a pobreza, a exclusão e as disparidades sociais como problemas e fatores de risco que impactam o perfil epidemiológico local, mesmo em países de desenvolvimento consolidado, influenciados por um contexto de violência.

A violência definida como estrutural foi ressaltada, basicamente nesse mesmo período mas, no âmbito das pesquisas para a paz (Pannenberg, 1979). Apesar de registros anteriores do uso do conceito de “violência estrutural” em textos latino-americanos (Arroyo, 1968), apenas no ano de 1969 a definição do termo é atribuída a Galtung, associada ao conceito de injustiça social perpetrada no tempo por essa violência. O intuito inicial do autor é definir a paz como ausência de violência, sendo necessário, portanto, especificar a qual tipo de violência ele faz referência (Galtung, 1969).

O termo genérico violência, em si, é um conceito abstrato, dinâmico e contextualizado para Galtung. Como exemplo, o autor cita a morte por tuberculose no século XVIII como pouco relacionável à violência, mas a ocorrência de morte por tuberculose no século XX, diante de todo o avanço e os recursos médicos disponíveis no mundo, tem a violência estrutural como causa precípua. Segundo Galtung, as diferentes desigualdades sociais, econômicas e políticas, especialmente a sobreposição delas e a tendência de agravamento das faces da desigualdade, são consequências diretas da violência estrutural, perceptível, por exemplo,

por taxas diferenciais de morbidade e mortalidade entre indivíduos de um mesmo município, entre municípios de uma mesma nação, e entre nações no sistema internacional (Galtung, 1969: 177).

Para o sociólogo norueguês, o agravamento e a concentração de todos os tipos de causas externas de morte refletem o caráter não randômico da distribuição e dos efeitos dessas mortes prematuras e a violência estrutural passa a ser a principal determinante social, a qual o autor já associa aos efeitos do colonialismo (Galtung, 1981a; 1981b; 2005; 2009). Posteriormente, e com base nos trabalhos de Galtung, Paul Farmer afirma haver uma relação direta e causal entre a violência estrutural e a desigualdade de uma minoria, menos predisposta à morte prematura, e uma maioria mais vulnerável aos fatores de risco que levam às mortes evitáveis. Essas – segundo o autor – seriam consideradas “patologias do poder”, onde a discriminação e a pobreza aparecem como os principais fatores de risco (Farmer, 2003). Contudo – argumenta Farmer –, é preciso ir além da identificação dos determinantes sociais que caracterizam a matriz de risco dos mais suscetíveis às causas externas de morte, é preciso identificar o mecanismo processual que resulta no efeito patogênico de todas as formas de desigualdades sociais – raça, etnia, gênero, renda, idade (Farmer, 2004; Farmer *et alii*, 2006).

A determinação social desse processo baseia-se nos mecanismos de violência cultural e simbólica oriundos do histórico colonial – discriminação, exploração, escravidão e patriarcado. A estrutura incorpora o mecanismo de reprodução tanto da violência direta, originada desse padrão político, quanto indireta, proveniente do padrão econômico dele decorrente – o neoliberalismo – que reforça e legitima um contexto de exclusão e desigualdade, mantendo marginalizado o grupo mais suscetível ao “sofrimento social” (Rylko-Bauer & Farmer, 2017).

Assim, o processo de determinação social de um contexto de violência estrutural é identificável quando essa violência é julgada como causa das patologias do poder. Em outras palavras, quando estruturas culturalmente marcadas pelas características que envolveram o colonialismo – discriminação e exploração sistemática – estão associadas a um risco maior de mortes evitáveis por um grupo marginalizado, onde a pobreza e todas as formas de exclusão (raça, etnia, gênero, etária) estão entre os determinantes sociais que tornam um grupo social específico (o povo, ou não povo) mais vulnerável.

Desde a instituição da OMS, em 1948 (WHO, 1948a; 1948b), e dos relatos das primeiras reuniões sanitárias internacionais (Paho, 1905), as mortes associadas a um contexto de violência foram tratadas como problema de saúde pública, mas de forma genérica e relacionada a casos isolados (Paho, 1969; WHO, 1958; 1959; 1968; 1974). Sem uma percepção sistematizada sobre os efeitos da violência e sendo muito heterogênea e ampla sua definição, não era possível relacioná-la, adequadamente e de forma científica, aos diferentes casos de morte.

Desde a década de 1960, alguns autores e autoras, que se tornaram mais conhecidos na década de 1980 (Guerrero, 2002), perceberam a violência em suas múltiplas dimensões, suas associações diretas e indiretas com todos os casos de morte, bem como sua relevância como grave problema de saúde pública (Paho, 1990; 1993; 1994; 1995; 1996b; Restrepo, 1994). Justamente, nas discussões da OMS nas Américas é que foram ressaltados conceitos como violência estrutural (Paho, 1994; 1995), violência política, econômica, racial (Paho, 1996b; 1996b), relações de poder desigual e desigualdade de gênero (Paho, 1993; 1997) e a relação de todas as causas externas de morte com um contexto social marcado pela desigualdade, pela privação, pela pobreza e pelo desenvolvimento foram ressaltados (Paho, 1996a; WHO, 1994).

Essa corrente acabou por influenciar o organismo como um todo. Alguns estudos divulgados pela organização passaram a identificar a violência de maneira estrutural, como “expressão de poder, que aumenta a desigualdade social e de gênero” (WHO, 1997a; 1997b), mas ainda de modo intermitente, não constando nas decla-

rações gerais (WHO, 1997c, 1999a). Somente com a Declaração n.º 49.25, de 1996, a OMS (WHO, 1996) estabeleceu a violência como problema prioritário de saúde pública e definiu o conceito como

o uso intencional de força física ou poder, ameaçado ou real, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta em, ou tem uma alta probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, mau desenvolvimento ou privação (Daher *et alii*, 2002; Dahlberg & Krug, 2002; WHO, 1999).

Mas o avanço da compreensão do conceito de violência em suas múltiplas dimensões e a inclusão da palavra poder, como uma das formas de manifestação da violência, encontraram resistência e foram consideradas pouco efetivas. Sob a alegação de ser necessário um instrumental mais específico, prevaleceu a influência direta da violência apenas nas causas externas de morte intencionais e a tripartição tipológica destas em:

- i.* pessoal (suicídio);
- ii.* interpessoal (homicídio); e,
- iiii.* coletiva (grandes grupos organizados, Estados ou nações) (WHO, 1999a).

Foi com essa perspectiva que, em 2002, a OMS publicou o primeiro relatório mundial, no qual consolidou essa tipologia da violência e seus correspondentes fatores de risco (WHO, 2002).

De acordo com a OMS, cada um desses tipos de violência apresenta subdivisões por sua natureza ou motivação:

- i.* a pessoal é subdividida em automutilação (onde não há a intenção inicial de morte, independentemente de sua ocorrência) e comportamento suicida (onde há intencionalidade, independentemente de ocorrer ou não a morte);
- ii.* a interpessoal é subdividida pelo grau de envolvimento entre a vítima e o agressor, em familiar (maus tratos infantis, violência sexual, abuso contra idosos) e social (homicídios em espaços públicos, como latrocínio nas ruas, homicídios no trabalho, entre outros); por fim,
- iii.* a coletiva, subdivida em política (advinda de guerras e conflitos), econômica (que visam interromper as atividades econômicas) e social (terrorismo).

Essa tipologia e suas subdivisões podem ter facilitado a coleta de dados e as ações de prevenção paliativas para casos específicos, mas acaba por mascarar a profunda inter-relação entre violência, padrão de poder desigual e perpetração de uma relação social e econômica desigual, que determinam os fatores de risco identificados com os grupos mais vulneráveis por suas condições de gênero, idade, origem étnica ou racial, condição econômica e acesso aos serviços públicos.

Com relevantes exceções, nos estudos de epidemiologia sobre as desigualdades em saúde, prevalecem a análise e as decorrências do contexto desigual e sua relação com a renda (Coburn, 2015; Karlsson *et alii*, 2010; McCartney *et alii*, 2013; Pickett & Wilkinson, 2015; Rambotti, 2015) e outros fatores socioeconômicos, como educação (WHO, 2008), mas não o processo histórico, que reforça esse contexto, bem como as consequências de sua perpetração. Se a determinação social do processo, que originou, mantém e possivelmente agrava essa desigualdade, não for sistematicamente avaliada e dissecada, a interrupção evitável da vida humana de um determinado grupo será sempre maior que a de outro.

A partir de 2014, a OMS publicou novos relatórios em separado sobre suicídio (WHO, 2014b) e violência (WHO, 2014a). Nesses mais de dez anos que separam esses relatórios, a OMS passou, portanto, a tratar separadamente os causas externas de morte e de maneira regionalizada, limitando ou isolando as ocorrências e, consequentemente, minimizando o impacto dessas mortes, além de dificultar a associação com uma raiz causal mais abrangente, como o sistema econômico, por exemplo.

Da mesma forma, para análises do perfil epidemiológico comum aos casos de causas externas de morte, a OMS definiu um critério de associação:

- i.* pautado na relação direta com a violência, incluindo o homicídio, as guerras e os conflitos (WHO, 2010a; 2010b; 2014a);
- ii.* a considerar as mortes não intencionais, onde a violência ou não é apresentada, ou aparece como influência indireta (WHO, 2012; 2015); e, por fim,
- iii.* a examinar o suicídio, manifestação direta de violência, com destaque, na maior parte dos estudos, para a relação do fenômeno com as questões de saúde mental (WHO, 2014b).

De fato, mesmo ressaltando-se a importância dos determinantes sociais nos estudos sobre o suicídio, a corrente dominante da suicidologia ainda se baseia na

“estatística dos 90%” (em que 90% dos casos de suicídio estariam relacionados a problemas de saúde mental). De acordo com esse dado, a relação causal entre suicídio e saúde mental é dada como certa e o ponto de início obrigatório das ações de prevenção. Porém, o significativo aumento de certas taxas nacionais relacionadas à saúde mental e a desproporção do aumento dessas taxas internamente, entre grupos historicamente minoritários, têm revelado a necessidade de reavaliação desse diagnóstico, e da relevância dos aspectos ideológicos e políticos permeados nessa visão dominante do tema (Hjelmeland & Knizek, 2017).

Como o maior percentual de mortes relacionadas à saúde mental encontra-se nos países de alta renda (65,2%) – contra 34,8% nos países de baixa e média renda – e o número de mortes é proporcionalmente pequeno em relação aos demais casos de morte (cerca de 1% no total global), a atenção ao problema foi, por algum tempo, subdimensionada, especialmente no tocante aos países de baixa e média renda (Patel, 2007). Apenas quando se passou a observar o impacto dos problemas de saúde mental nos demais casos de morte (que chega a 12%), percebeu-se a necessidade de se reavaliar a associação entre causas externas de morte e saúde mental com a violência estrutural, especialmente observando as desigualdades socioeconômicas (Murray & Lopez, 1996) e as particularidades sociodemográficas dos países de baixa e média renda, onde o impacto é maior (Maselko, 2017).

Influenciados pelas análises psiquiátricas de Franz Fanon (2007) sobre os problemas de saúde mental no âmbito das guerras coloniais e seus efeitos, China Mills e Bhargavi Davar (2016) entenderam que a concentração e o impacto de questões relacionadas à saúde mental, acompanhada de uma perspectiva global de prevenção, revela um contexto histórico relacionado às origens do colonialismo, em que a psiquiatria serviu como ferramenta ideológica de legitimação da dominação. Essas autoras fazem parte da corrente crítica de pesquisa que investiga as diferentes doenças incapacitantes em países “em desenvolvimento”, geralmente associadas à baixa e média renda e geograficamente localizados no Sul Global (Grech, 2009; Grech & Soldatic, 2016), diante de uma perspectiva global de prevenção promovida e elaborada, muitas vezes, a partir da realidade, das estatísticas e da compreensão de pesquisadores oriundos dos países desenvolvidos.

Essa relação entre suicídio e colonialismo já havia sido ressaltada no I Relatório da OMS, em 2002, a considerar como um dos diversos fatores explicativos da diferença entre as taxas de suicídio dos indígenas da Austrália e do Canadá. O foco do relatório, contudo, recaiu sobre a abrupta confrontação cultural entre diferentes grupos étnicos (WHO, 2002). A questão da diferença cultural apareceu, então, dissociada do padrão de poder desigual, que igualmente afeta as relações de gênero e raça.

Tal premissa restou evidenciada pelos textos selecionados na revisão sistemática, apresentados no Quadro 2, onde as taxas de suicídio dos não brancos aparecem, ainda, diversas vezes mais elevadas do que as da população não indígena, tanto em países de baixa e média renda como em países de alta renda.

Desde Durkheim o suicídio foi apresentado como dissociado ou afetado de forma diferenciada das demais causas externas de morte pelas condições de renda, uma vez que há um alto índice de suicídio em países de alta renda (Durkheim, 2005). Porém, os atuais dados estatísticos, que indicam a concentração de casos de suicídio em países de baixa e média renda (Lemmi *et alii*, 2016), e mesmo em países de alta renda, nas áreas periféricas marcadas por um contexto de vulnerabilidade (Fazel *et alii*, 2012; Santana *et alii*, 2015), demonstram que todas as causas externas de morte podem apresentar a mesma raiz causal, baseada na violência estrutural.

O comportamento das taxas de suicídio, a última das causas externas de morte a se concentrar em países de baixa e média renda, revela, portanto, uma possível interseccionalidade de fatores de risco que necessita de um quadro teórico específico, a identificar certo tipo de violência como causa básica, até mesmo para outros casos de morte, em suas múltiplas formas indiretas – econômica, política e social.

A identificação dos grupos de risco pelo *momentum* em que as categorias analíticas se cruzam demonstra ser mais efetivo do que abordar as categorias isoladamente, quando se trata de reconhecer e fundamentar os fatores de risco (Carbado *et alii*, 2013; Crenshaw, 1991).

Considera-se aqui a interseccionalidade das relações de dominação como categoria teórica analítica, desenvolvida inicialmente no contexto das lutas das feministas negras, em que múltiplos sistemas de opressão se baseiam em relações de poder estruturadas sobre as categorias de raça, etnia, gênero, orientação sexual, corpo (enquanto capacitante social), classe e lugar. Essas categorias representam a multidimensionalidade da assimetria de poder oriunda do colonialismo (Grosfoguel, 2012), já identificada por Fanon e que está na base dos estudos pós-coloniais (Santos, 2007). Estes estudos mostram como a violência estrutural nos Estados modernos tem a sua origem nas formas de gerir, silenciar, oprimir e dominar as sociedades colonizadas, traçando assim uma forte simetria entre violência estrutural e colonialismo (Maldonado-Torres, 2007; 2016; Mignolo, 2011; Quijano, 1992; 2009; 2013).

Apenas promovendo políticas e instrumentos jurídicos que ressaltem as condições estruturais do racismo, do sexismo e das violências correlatas que se sobrepõem,

discriminam e afetam determinados grupos de risco é que se torna possível enfrentar o fenômeno do suicídio para além do foco da saúde mental.

O exemplo salvadorenho da criminalização do suicídio feminicida por indução ou apoio, único caso de legislação sobre o tema no mundo (El Salvador, 2010), é um avanço jurídico alcançado em virtude da identificação da violência estrutural como princípio motivador do crime que não se encerra no ou na suicida, mas que identifica e personifica o opressor externo a ele ou a ela. A constatação de transtornos mentais comuns – como a depressão ou dependência –, nesses casos, fortalece a comprovação de um padrão desigual de poder em detrimento da vítima suicida, não como causa original e intrínseca ao indivíduo (Corradi *et alii*, 2016).

Mas é possível definir o suicídio como uma patologia do poder de origem colonial? Ou seja, é possível identificar de forma clara a relação entre colonialismo, violência estrutural e suicídio? Pelo histórico da incidência de suicídio no mundo, não. As maiores taxas de suicídio estavam associadas a países de alta renda com desenvolvimento econômico avançado e consolidado, como o Japão (Andrés *et alii*, 2011) e a Alemanha (Blüml, 2013; 2017); atingia mais os homens do que as mulheres; mais os indivíduos inseridos em um contexto urbano, com maior acessibilidade aos serviços de saúde, do que os da área rural; mais os adultos do que os jovens ou idosos; mais os homens brancos do que não brancos.

A partir de uma análise agregada dos dados, acompanhada pelos Gráficos 1 e 2, essas máximas estariam mantidas ainda hoje. Por que, então, considerar o suicídio como uma patologia do poder?

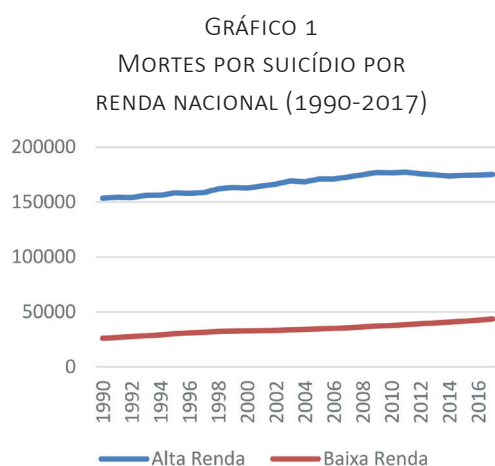
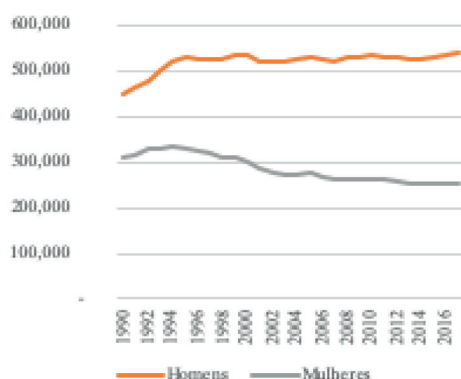


GRÁFICO 2
MORTES POR SUICÍDIO POR SEXO (1990-2017)



Fonte: Global Burden of Disease Study 2017 (GBD 2017), disponível em: <http://ghdx.healthdata.org/gbd-results-tool>.

GRÁFICO 3
MORTES POR SUICÍDIO (TOTAL) POR RENDA MÉDIA (1990-2017)

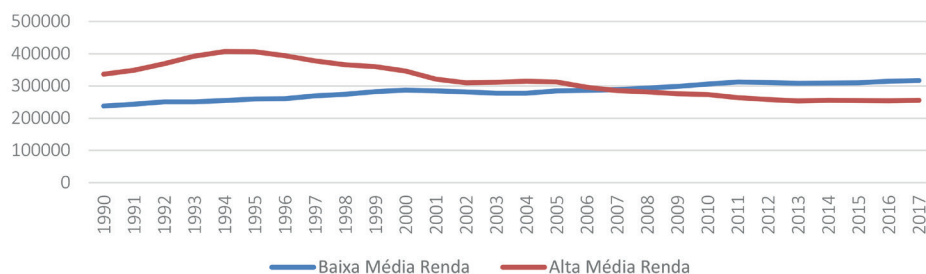
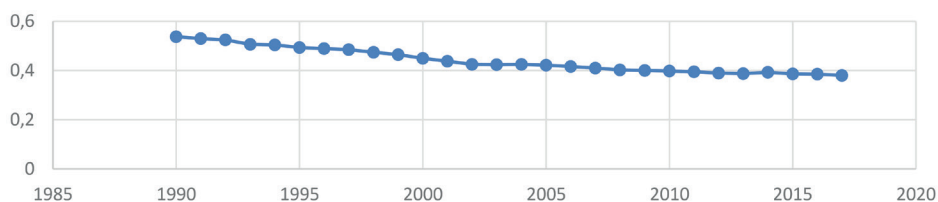
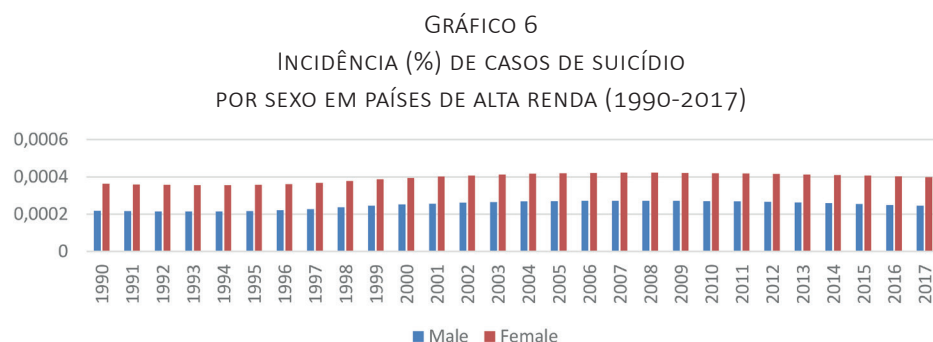
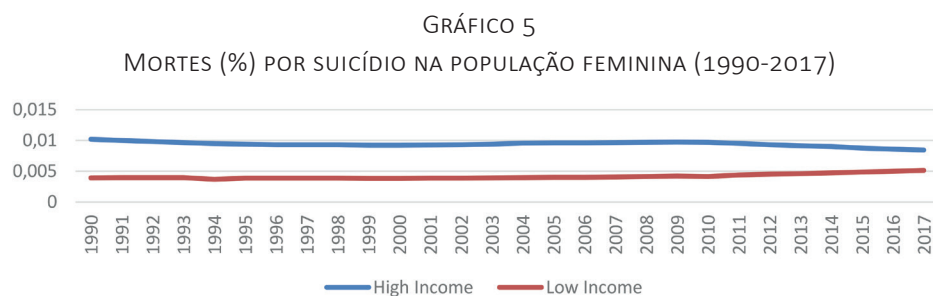


GRÁFICO 4
RAZÃO HOMEM/MULHER NO TOTAL DE
CASOS DE MORTES POR SUICÍDIO (1990-2017)



Os casos de morte por suicídio em números absolutos ocorrem mais em países de média renda e aumentaram entre os países de renda média-baixa, em relação aos de renda média-alta, conforme Gráfico 3. Juntos, esses países contaram com mais



Fonte: Global Burden of Disease Study 2017 (GBD 2017), disponível em: <<http://ghdx.healthdata.org/gbd-results-tool>>.

de três vezes (3,6 vezes), em média, a quantidade de casos de mortes por suicídio em países de alta renda, nos últimos 30 anos.

A razão do total de mortes por suicídio entre homens e mulheres diminuiu nos últimos 30 anos, conforme Gráfico 4. O percentual de casos de suicídio na população feminina aumentou nos países de baixa renda (PBR), conforme Gráfico 5 e nos países de alta renda a incidência (novos casos), em termos percentuais, foi maior entre a população feminina do que masculina, conforme Gráfico 6.

A incidência de casos de suicídio aumentou globalmente entre 1990 e 2017, especialmente entre as mulheres de 20 a 24 anos. Durante o ano de 2017, nos países de alta renda, a maior razão de incidência de mortes por suicídios ocorreu com mulheres entre 15 e 29 anos e nos países de baixa e média renda, entre os idosos do sexo masculino, conforme Tabela 2, abaixo.

TABELA 2

Razão de mortes por suicídio sobre o total de óbitos, por renda, sexo e idade (2017)

Faixa Etária	Gênero	Alta Renda		Alta Média Renda		Baixa Média Renda		Baixa Renda	
		Mortes (TS/TM)	Incidência (TS/TM)	Mortes (TS/TM)	Incidência (TS/TM)	Mortes (TS/TM)	Incidência (TS/TM)	Mortes (TS/TM)	Incidência (TS/TM)
10 a 14	Mulher	0,63	121,83	1,06	33,32	1,47	16,57	0,62	14,80
	Homem	1,18	32,35	1,35	16,26	1,39	9,36	1,66	9,68
15 a 19	Mulher	3,39	380,79	3,17	61,83	11,11	55,93	2,59	35,36
	Homem	9,30	136,59	6,86	37,41	6,98	27,24	5,29	28,72
20 a 24	Mulher	5,03	473,83	3,22	56,49	14,04	83,32	3,27	41,67
	Homem	18,47	221,54	11,91	44,22	15,89	43,53	10,75	41,00
25 a 29	Mulher	5,84	378,74	4,24	41,89	12,74	66,24	3,52	33,27
	Homem	20,48	216,83	14,13	42,18	17,75	48,85	12,05	40,61
30 a 34	Mulher	6,73	331,51	4,38	35,80	9,74	45,88	3,75	26,93
	Homem	21,38	192,72	15,47	41,52	19,75	48,18	12,60	38,83
35 a 39	Mulher	7,40	320,88	4,20	35,19	9,39	39,42	4,86	25,30
	Homem	22,62	179,63	15,70	41,67	20,00	47,96	15,04	41,14
40 a 44	Mulher	8,39	307,16	4,43	34,39	9,38	36,01	5,43	24,38
	Homem	25,64	161,72	14,50	38,65	19,31	46,50	17,69	43,77
45 a 49	Mulher	9,77	264,93	5,82	30,84	8,25	30,93	7,21	23,08
	Homem	28,93	133,21	14,89	35,62	20,23	42,53	22,39	45,44
50 a 54	Mulher	10,56	175,36	7,09	26,19	10,57	26,18	9,68	23,21
	Homem	31,44	98,71	16,56	34,66	19,18	39,58	28,01	49,55
55 a 59	Mulher	10,29	97,40	6,52	23,82	8,61	22,61	11,31	25,02
	Homem	32,74	73,06	17,89	37,88	22,73	39,37	33,61	55,55
60 a 64	Mulher	9,21	61,29	9,78	27,06	9,48	21,89	13,21	27,59
	Homem	30,27	58,40	20,55	42,33	20,89	39,66	37,50	64,06
65 a 69	Mulher	9,12	54,66	13,07	33,87	11,69	25,22	16,77	33,50
	Homem	28,92	55,89	25,58	52,00	23,33	42,40	48,79	80,49
70 a 74	Mulher	9,67	58,41	15,95	43,51	13,78	30,74	19,90	40,19
	Homem	31,78	61,41	29,80	62,91	24,53	48,45	60,85	101,66
75 a 79	Mulher	10,87	65,72	20,69	57,29	15,24	37,52	22,59	45,91
	Homem	38,28	72,40	38,92	78,31	32,16	58,83	76,08	123,65
80 <	Mulher	15,29	77,19	31,77	78,40	22,67	49,42	27,24	51,99
	Homem	55,81	101,33	55,55	97,59	49,98	79,32	108,35	157,55

Conclusão

Os estudos apresentados no Quadro 2, apesar da exígua presença de dados primários, puderam ser comparados, com base no protocolo da metodologia Prisma, pela similaridade na identificação de uma mesma raiz causal do fenômeno do suicídio. Pautada na violência estrutural, oriunda do colonialismo, essa raiz atinge grupos de risco específicos, por fatores de risco não associados previamente.

Um exemplo: os indígenas, anteriormente identificados como grupos de risco em casos de suicídio por questões culturais ou cosmológicas, passaram a ser observados como vítimas da violência estrutural, em contextos assimétricos de poder, em que uma profunda miscigenação, urbanização ou desenvolvimento econômico, não os identifica como tal. Da mesma forma, uma mulher vítima de suicídio pode, na verdade, ser observada como vítima de feminicídio.

Ao associar o colonialismo, o capitalismo, o heteropatriarcado (Santos, 2016) com a violência estrutural como determinações sociais e fatores determinantes na identificação de grupos de risco, tem-se uma nova forma de se abordar o fenômeno social do suicídio.

A sintetização dos resultados e dos conceitos-chave permitiu analisar o processo de concentração de casos de suicídio em países de baixa e média renda como decorrente da determinação social do suicídio, onde princípios democráticos, participativos e inclusivos aparecem como fatores protetivos e a assimetria de poder, a exclusão socioeconômica, a marginalização e a vulnerabilidade social como fatores de risco.

Grande parte dos estudos, provenientes de outras áreas do conhecimento, não aprofundam o que entendem por práticas ou princípios democráticos. Contudo, é possível perceber pela abordagem desses estudos frente aos efeitos do colonialismo – ao focarem na assimetria de poder e na violência estrutural, presente em ações de estados sob regimes considerados democráticos – uma visão crítica do conceito universalizante de democracia (Mignolo, 2014).

Nos estudos de caso apresentados no Quadro 2, por exemplo, entendeu-se que valorizar a cultura indígena é mais do que reconhecer e restringir um grupo a um determinado território, mas incorporar suas perspectivas à construção de práticas sociais e políticas que especificamente os atenda.

No início deste século, alguns estudos epidemiológicos assumiram a possibilidade de relação causal entre o aumento das taxas de suicídio e determinados regimes políticos, de forma mais direta do que fatores socioeconômicos (Blakely & Coilings, 2002; Page *et alii*, 2002; Shaw *et alii*, 2002; Stack, 2002). Em outros estudos, os princípios democráticos avaliados foram os propostos por certos organismos independentes como *Freedom House* e *Democracy Index* e apareceram como fatores relevantes sobre a associação entre o regime democrático e as taxas de mortalidade – como o suicídio –, porém com resultados aparentemente opostos (Chon, 2018; Franco *et alii*, 2004).

Para uma abordagem típica de intervenção na área de saúde, exige-se a identificação das pessoas com maior probabilidade de serem afetadas e quais seriam os fatores modificáveis que corresponderiam aos riscos ou aos fatores protetivos a que essas pessoas estão submetidas.

Mesmo diante desta literatura, onde fatores político-sociais foram identificados como forças relevantes para o suicídio, apenas fatores de nível individual (como a presença de doença mental) foram constantemente considerados como fatores de risco modificáveis, enquanto os fatores protetivos, mesmo que socialmente considerados, resumem-se ao acesso aos serviços e ao atendimento psiquiátrico e de saúde em geral.

O que os estudos selecionados na revisão sistemática proporcionam, mais do que por um ponto final quanto a possibilidade da correlação entre regime político e taxas de suicídio, é a necessidade de considerar a carga política, econômica e social de problemas comuns processados individualmente como fator de risco, devido a um processo histórico de exclusão e marginalização mantido por um contexto de violência estrutural e que, anteriormente, estavam imiscuídos ao nível individual de risco. O rigor destas análises, portanto, deve identificar histórica e socialmente as raízes desta carga política em suas origens coloniais.

Nesse sentido, é exatamente pela compreensão relacional do suicídio e dos problemas de saúde mental com a violência estrutural, perceptível pelos exemplos específicos dos estudos selecionados e corroborados pela evidência empírica da concentração de casos de morte por suicídio em países de baixa e média renda, que é possível definir o suicídio como uma “patologia do poder”, associando-o às consequências de um padrão de poder assimétrico, oriundo do colonialismo.

A revisão sistemática pela metodologia Prisma, ao focar no procedimento de identificação das determinações sociais e não apenas nos resultados específicos, permitiu a construção de um marco teórico que corrobora as observações estatísticas e a sistematização dos conceitos apresentada no Quadro 3.

Os dados acima – associados aos apresentados nos Gráficos 3, 4, 5 e 6 – indicam uma alteração no perfil epidemiológico das mortes por suicídio em grande parte dos países de baixa e média renda, nos últimos 20 anos, em relação à renda, ao gênero, à faixa etária, à raça, à etnia e à localização, compatível com a etapa do desenvolvimento econômico decorrente do processo histórico colonial.

Não mais homens brancos de condições econômicas elevadas correspondem ao grupo de risco que requer maior atenção. A alteração do perfil, marcada por uma

assimetria do poder, torna mulheres, idosos, jovens, não brancos, de menor renda, migrantes, residentes em localidades menos urbanizadas, mais vulneráveis e precárias como os principais grupos de risco em casos de suicídio.

Pela apresentação dos “fatores protetivos”, citados no Quadro 2, é possível afirmar que não basta a adoção de ações de prevenção que visem garantir e promover a vivência das diversas culturas, sendo necessária a adoção concomitante de políticas públicas inclusivas e da ampliação da participação social desses grupos na formulação e execução de políticas, de forma a dirimir as violências estruturais a que historicamente os grupos de risco estão sendo submetidos.

Da mesma maneira, a adoção de políticas de prevenção centrada nos determinantes sociais que afetam o fenômeno do suicídio por critérios meramente materiais – como renda, privação ou condição social – sem considerar o padrão de poder que os define e mantém excluídos e, que também transpassa as relações de sexualidade, gênero e raça – tende a não ser efetiva de forma estrutural.

Referências

- ANDRÉS, Antonio R.; HALICIOGLU, Ferda; YAMAMURA, Eiji. Socio-economic determinants of suicide in Japan. *Journal of Socio-Economics*, v. 40, n. 6, p. 723-731, 2011.
- ARROYO C., Gonzalo. Las comunidades rebeldes. Respuesta a unas interrogantes. *Revista Mensaje*, v. 17, n. 170, p. 275-280, 1968.
- BANTJES, J. *et alii*. Poverty and suicide research in low- and middle-income countries: systematic mapping of literature published in English and a proposed research agenda. *Global Mental Health*, v. 3, p. e32, 13 Dez. 2016.
- BARRETO, Maurício Lima. The globalization of epidemiology: critical thoughts from Latin America. *International Journal of Epidemiology*, v. 33, n. 5, p. 1132-1137, 2004.
- BERTOLETE, José Manoel; DE LEO, Diego. Global suicidemortality rates-a light at the end of the tunnel? *Crisis*, v. 33, n. 5, p. 249-253, Set. 2012.
- BERTOLETE, José Manoel; FLEISCHMANN, Alexandra. A global perspective in the epidemiology of suicide. *Suicidologi*, v. 7, n. 2, p. 6-8, 2002.
- BLAKELY, T.; COILINGS, S. Is there a causal association between suicide rates and the political leanings of government? *Journal of Epidemiology and Community Health*, 2002.

BLÜML, V. Antidepressant sales and regional variations of suicide mortality in Germany. *J. Psychiatr. Res.*, v. 87, 2017.

BLÜML, V. Personality factors and suicide risk in a representative sample of the German general population. *PLoS One*, v. 8, 2013.

BOTELHO, Rafael Guimarães; DE OLIVEIRA, Cristina da Cruz. Literaturas branca e cinzenta: Uma revisão conceitual. *Ciência da Informação*, v. 44, n. 3, p. 501-513, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Diretrizes metodológicas. Elaboração de revisão sistemática e metanálise de estudos observacionais comparativos sobre fatores de risco e prognóstico*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BREILH, Jaime. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública. *Rev. Fac. Nac. Salud Pública*, v. 31, n. 1, p. 13-27, 2013.

CARBADO, Devon W. *et alii*. Intersectionality: mapping the movements of a theory. *Du Bois Review*, v. 10, n. 2, p. 303-312, 2013.

CHON, Don Soo. Democracy, autocracy, and direction of lethal violence: homicide and suicide. *Homicide Studies*, 29 Maio 2018.

COBURN, David. Income inequality, welfare, class and health: a comment on Pickett and Wilkinson. *Social Science and Medicine*, v. 146, p. 228-232, 2015.

CORRADI, Consuelo *et alii*. Theories of femicide and their significance for social research. *Current Sociology*, v. 64, n. 7, p. 975-995, 9 Nov. 2016.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 1991.

DAHER, Michel *et alii*. *World report on violence and health*. Genève (CH): World Health Organization, 2002.

DAHLBERG, Linda L; KRUG, Etienne G. *Violência: um problema global de saúde pública. Relatório mundial sobre violência e saúde*, p. 1163-1778. Genève: World Health Organization, 2002.

DENNEY, Justin T.; HE, Monica. The social side of accidental death. *Social Science Research*, v. 43, p. 92-107, 2014.

DUPUY, Kendra *et alii*. Trends in armed conflict, 1946-2016. Center for Security Studies. *Conflict Trends*, n. 5, p. 1-4, 2018.

DURKHEIM, Émile. *Suicide*. e-book ed. London: Routledge Classics, 2005.

EL SALVADOR. Decreto no 520 de 25 de noviembre de 2010. Asamblea Legislativa de la República, 2010.

FANON, Frantz. *The wretched of the Earth*. New York: Grove Press, 2007.

FARMER, Paul E. An anthropology of structural violence. *Current Anthropology*, v. 45, n. 3, p. 305-325, 2004.

———. *Pathologies of power. Health, human rights, and the new war on the poor*. Princenton (NJ): Princenton University, 2003.

FARMER, Paul E. *et alii*. Structural violence and clinical medicine. *PLoS Medicine*, v. 3, n. 10, p. 1686-1691, 24 Out. 2006.

FAZEL, Mina *et alii*. Mental health of displaced and refugee children resettled in high-income countries: risk and protective factors. *The Lancet*, v. 379, n. 9812, p. 266-282, 2012.

FEROZ, Anam; KADIR, Muhammad Masood; SALEEM, Sarah. Health systems readiness for adopting mhealth interventions for addressing non-communicable diseases in low – and middle – income countries: a current debate. *Global Health Action*, v. 11, n. 1, p. 1-6, 24 Jan. 2018.

FRANCO, Álvaro; ÁLVAREZ-DARDET, Carlos; RUIZ, Maria Teresa. Effect of democracy on health: ecological study. *BMJ*, v. 329, p. 1421-1423, 2004.

FREDERIKSEN, Harald. Feedbacks in economic and demographic transition. *Science*, v. 166, n. 3907, p. 837-847, 1969.

GALTUNG, Johan. Sobre los efectos visibles e invisibles de la violencia. After Violence: 3R, Reconstruction, Reconciliation, Resolution. *Coping With Visible and Invisible Effects of War and Violence*, p. 1-14, 2009.

———. Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 71, p. 63-75, 2005.

———. A structural theory of imperialism- ten years later. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 9, n. 3, p. 181-196, 1981a.

———. Western civilization: Anatomy and pathology. *Alternatives: Global, Local, Political*, v. 7, n. 2, p. 145-169, 1981b.

———. Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação Prisma. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 24, n. 2, p. 335-342, Jun. 2015.

GRECH, Shaun. Disability, poverty and development: critical reflections on the majority world debate. *Disability and Society*, v. 24, n. 6, p. 771-784, 2009.

GRECH, Shaun; SOLDATIC, Karen. Disability in the global south. *The critical handbook*, 2016.

GROSFOGUEL, Ramón. The concept of “racism”. In: FOUCAULT, Michel; FANON, Frantz. Theorizing from the being or the nonbeing zone. *Tabula Rasa*, n. 16, p. 79-102, 2012.

GUERRERO, Rodrigo. Violence is a health issue. *Bulletin of the World Health Organization*, v. 80, p. 10, 2002.

HJELMELAND, Heidi; KNIZEK, Birthe L. Suicide and mental disorders: A discourse of politics, power, and vested interests. *Death Studies*, v. 41, n. 8, p. 481-492, 2017.

HOFMAN, Karen *et alii*. Addressing the growing burden of trauma and injury in low-and middle-income countries. *American Journal of Public Health Hofman; Peer Reviewed; Global Health Concerns*, v. 95, n. 13, 2005.

HOVEN, C. W.; MANDELL, D. J.; BERTOLETE, José Manoel. Prevention of mental ill-health and suicide: public health perspectives. *European Psychiatry*, v. 25, n. 5, p. 252-256, 2010.

IEMMI, Valentina *et alii*. Suicide and poverty in low-income and middle-income countries: a systematic review article (accepted version) (refereed). *The Lancet Psychiatry*, v. 3, n. 18, p. 774-783, 1 Ago. 2016.

JEFFRY P. MCKINZIE. Injury and global health. Understanding global health. 2. ed. *McGraw-Hill Medical*, 2014.

KARLSSON, Martin *et alii*. Income inequality and health: importance of a cross-country perspective. *Social Science and Medicine*, v. 70, n. 6, p. 875-885, 2010.

KRUG, Etienne G.; SHARMA, Gyanendra K.; LOZANO, Rafael. The global burden of injuries. *American Journal of Public Health*, v. 90, n. 4, p. 523-526, 2000.

LAMPERT, Thomas *et alii*. Health inequalities in Germany and in international comparison: trends and developments over time. *Journal of Health Monitoring*, v. 3, p. 1-24, 2018.

LAUFER, Miguel. O que fazer com a literatura cinza? *Interciencia*, v. 32, n. 1, p. 7-17, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Colonialism, neocolonial, internal colonialism, the postcolonial, coloniality, and decoloniality. Critical terms in caribbean and latin american thought*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

———. On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 3 Mar. 2007.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros *et alii*. *Epidemiologia das causas externas no Brasil: morbidade por acidentes e violências. Saúde Brasil, 2010. Uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

MASELKO, Joanna. Social epidemiology and global mental health: expanding the evidence from high-income to low- and middle-income countries. *Current Epidemiology Reports*, v. 4, p. 166-173, 2017.

MCCARTNEY, Gerry; COLLINS, Chik; MACKENZIE, Mhairi. What (or who) causes health inequalities: theories, evidence and implications? *Health Policy*, v. 113, n. 3, p. 221-227, 1 Dez. 2013.

MCINNES, Matthew D. F. *et alii*. Preferred reporting items for a systematic review and meta-analysis of diagnostic test accuracy studies. *JAMA*, v. 319, n. 4, p. 388, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Democracia liberal, camino de la autoridad humana y transición al vivir bien. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1, p. 21-44, Abr. 2014.

———. *The darker side of western modernity - global futures, decolonial options*. London: Duke University Press, 2011.

MILLS, China; DAVAR, Bhargavi. A local critique of global mental health. In: GRECH, S.; SOLDATIC, K. (Orgs.). *Disability in the global south*, p. 437-451. Cham (CH): Springer, 2016.

MOTA DE SOUSA, Luís Manuel *et alii*. Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação*, v. 1, n. 1, p. 45-55, 2018.

MUGGAH, Robert. *Counting conflict deaths. Briefing note to members of the inter-agency and expert group on SDG indicators*. London: Cornegie Endowment for International Peace, 2015.

MURRAY, Christopher J. L.; LOPEZ, Alan D. *Summary of the global burden of disease*. Boston (MA): Harvard University Press, 1996.

NANTULYA, Vinand M.; REICH, Michael R. Equity dimensions of road traffic injuries in low- and middle-income countries. *Injury Control and Safety Promotion*, v. 10, n. 1-2, p. 13-20, 2003.

NOCK, Matthew K. *et alii*. Suicide and suicidal behavior. *Epidemiologic Reviews*, v. 30, n. 1, p. 133-154, 2008.

OMRAN, Abdel R. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. *Milbank Quarterly*, v. 83, n. 4, p. 731-757, 1 Dez. 2005.

OSINOWO, Adebawale; VERNE, Julia. *External causes of death*. London: British Library, 2011.

PAGE, A.; MORRELL, S.; TAYLOR, R. Suicide and political regime in New South Wales and Australia during the 20th century. *J. Epidemiol Community Health*, v. 56, p. 776-772, 2002.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). *Reunión del Subcomité Especial sobre la Mujer, la Salud y el Desarrollo*. MSD17/FR. Washigton (DC): Paho, 1997.

———. *La violencia en las Américas: la pandemia social del siglo XX. Comunicación para la Salud*. Washigton (DC): Paho, 1996a.

———. *Progreso en la ejecución del plan regional de acción sobre violencia y salud. Tema 4.5*. CE118/13. Washigton (DC): Paho, 1996b.

———. *Progreso en la ejecución del plan regional de acción sobre violencia y salud. Tema 5.4*. CD39/14. Washigton (DC): Paho, 1996c.

———. *Conferencia interamericana sobre sociedad, violencia y salud. Bol. Oficina Sanit Panam*. Washigton (DC): Paho, 1995.

———. *Mensaje del Director. Bol Oficina Sanit Panam*. Washigton (DC): Paho, 1994.

———. *Violence and health. Provisional agenda item 5.11*. CD37/19. Washigton (DC): Paho, 1993.

———. Violence: a growing public health problem in the region. *Epidemiol Bull.*, v. 11, n. 2, p. 1-7, 1990.

———. *Special meeting of ministers of health of the Americas. Final report and speeches*. Buenos Aires (AR): Paho, 1969.

———. *Second International Sanitary Convention*. Washigton (DC): Paho, 1905.

PANNENBORG, Charles O. *A new international health order: an inquiry into the international relations of world health and medical care*. Alphen aan den Rijn (NL): Sijthoff & Noordhoff, 1979.

PATEL, Vikram. Mental health in low- and middle-income countries. *British Medical Bulletin*, v. 81-82, n. 1, p. 81-96, 6 Feb. 2007.

PETTERSSON, Thérèse; ECK, Kristine. Organized violence, 1989-2017. *Journal of Peace Research*, v. 55, n. 4, p. 535-547, 18 Jul. 2018.

PICKETT, Kate E.; WILKINSON, Richard G. Income inequality and health: a causal review. *Social Science and Medicine*, 2015

POMPILI, Maurizio. *Suicide: a global perspective*. e-book ed. Sharjah (UAE): Bentham Science Publishers, 2012.

PORTUGAL, Adílio Campos *et alii*. Artigo científico na área de saúde: diretrizes para sua elaboração e avaliação. *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*, v. 17, n. 2, p. 265-271, 2018.

QUIJANO, Aníbal. El trabajo. *Argumentos*, v. 26, n. 72, p. 145-163, México (DF), 2013.

———. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*, p. 72-117. Coimbra (PT): Edições Almedina, 2009.

———. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RAMBOTTI, Simone. Recalibrating the spirit level: an analysis of the interaction of income inequality and poverty and its effect on health. *Social Science and Medicine*, v. 139, p. 123-131, 2015.

RESTREPO, Helena E. Vigilancia epidemiológica de homicidios y suicidios. *Bol. Oficina Sanit Panam*, v. 120, n. 4, p. 316-324, 1994.

RYLKO-BAUER, Barbara; FARMER, Paul E. *Structural violence, poverty, and social suffering*. v. 1. Oxford (UK): Oxford University Press, 2017.

SANTANA, Paula *et alii*. Suicide in Portugal: spatial determinants in a context of economic crisis. *Health Place*, v. 35, p. 85-94, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South: justice against epistemicide*. New York: Routledge, 2016.

———. *Más allá del pensamiento abismal. De las líneas globales a una ecología de saberes*. La Paz (BO): Clacso, 2010.

———. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46, 2007.

SELÇUK, Ayse Adin. A guide for systematic reviews: Prisma. *Turkish Archives of Otorhinolaryngology*, v. 57, n. 1, p. 57-58, 2019.

SHAW, M.; DORLING, D.; SMITH, G. Davey. Mortality and political climate: how suicide rates have risen during periods of conservative government, 1901-2000. *Journal of Epidemiology and Community Health*, v. 56, n. 10, p. 723-725, 1 Out. 2002.

STACK, S. Political regime and suicide: some relevant variables to be considered. *Journal of Epidemiology and Community Health*, v. 56, n. 10, p. 727, 1 Out. 2002.

TURECKI, Gustavo; BRENT, David A. Suicide and suicidal behaviour. *The Lancet*, v. 387, n. 10024, p. 1227-1239, 19 Mar. 2016.

VÄRNIK, Peeter. Suicide in the world. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 9, n. 3, p. 760-771, 2 Mar. 2012.

WORLD BANK (WB). *Battle-related deaths (number of people) | Data*. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/VC.BTL.DETH>>. Acesso em: 6 Jan. 2019a.

———. *Population, total | Data*. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?name_desc=false>. Acesso em: 6 Jan. 2019b.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Suicide*. Genève (CH): WHO, 2018a. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>>. Acesso em: 21 Out. 2018.

———. *World health statistics monitoring health for SDGs*. Genève (CH): WHO, 2018b.

- . . *Suicide – fact sheet*. Genève (CH): WHO, 2017. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs398/en/>>. Acesso em: 4 dez 2017.
- . . *Violence and injury prevention. Provisional agenda item 12*. WPR/RC66/7. Genève (CH): WHO, 2015.
- . . *Global status report on violence prevention*. Genève (CH): WHO, 2014a.
- . . *Preventing suicide. A global imperative*. Luxemburg (LU): WHO, 2014b.
- . . *Violence and injury prevention. Regional Committee for The Western Pacific. Resolution WPR/RC63.R3*. Manila (PH): WHO, 2012.
- . . *Injuries and violence. The facts*. Genève (CH): WHO, 2010a.
- . . *Violence prevention. The evidence*. Genève (CH): WHO, 2010b.
- . . *Closing the gap in a generation. Health equity through action on the social determinants of health*. Commission on social Determinants of Health. Genève (CH): WHO, 2008.
- . . *World report on violence and health*. Genève (CH): WHO, 2002.
- . . *Violence and health*. Kobe (JP): WHO, 1999a.
- . . *Violence prevention: an important element of a health-promoting school*. . Genève (CH): WHO, 1999b.
- . . *Prevention of violence*. Provisional agenda item 13. EB 99/INF.DOC./3. Genève (CH): WHO, 1997a.
- . . *Prevention of violence*. Provisional agenda item 19 A50/INF.DOC./4. Genève (CH): WHO, 1997b.
- . . *Prevention of violence*. WHA 50.19. Genève (CH): WHO, 1997c.
- . . *Resolution n. 49.25. Prevention of violence: a public health priority*. Genève (CH): WHO, 1996
- . . *First Inter-American Conference on Society, Violence, and Health. Epidemiological Bulletin*. Washington (DC): Paho, 1994.
- . . *Suicide and attempted suicide*. Genève (CH): WHO, 1974.
- . . *Prevention of suicide*. Genève (CH): WHO, 1968.

———. *Official records of the World Health Organization n. 94. First Report on the WHO 1954-1956*. Genève (CH): WHO, 1959.

———. *First report on the world health situation*. Eleventh World Health Assembly. Provisional agenda item 6.2. A11/P&B/6. Genève (CH): WHO, 1958.

———. *Official records of the World Health Organization n. 13. First WHO Assembly*. Genève (CH): WHO, 1948a.

———. *Regulation n. 1 regarding nomenclature* (including the compilation and publication of statistics) with respect to diseases and causes of death. Genève (CH): WHO, 1948b.

———. *Road traffic deaths*. Disponível em: <https://www.who.int/gho/road_safety/mortality/en/>. Acesso em: 6 Jan. 2019.

———. *Violence Info – homicide*. Disponível em: <<http://apps.who.int/violence-info/homicide/>>. Acesso em: 31 Jan. 2019.

———. *WHO mortality database*. Disponível em: <<http://apps.who.int/healthinfo/statistics/mortality/whodpms/>>. Acesso em: 6 Jan. 2019.



Artigos

A participação nos sistemas de saúde de Brasil e Portugal: potencialidades e desafios

Recebido: 29.11.18
Aprovado: 12.12.19

Tânia Regina Krüger*
& Mauro Serapioni**

Resumo: O objetivo deste texto é analisar como o direito à participação é conceituado e como se expressa nos serviços públicos de saúde na realidade brasileira e portuguesa. Para este fim, o artigo desdobra-se em três itens: *i.* reflexão conceitual sobre o direito à participação nos serviços públicos de saúde; *ii.* análise das referências sobre a participação que constam dos Planos Nacionais de Saúde do Brasil e de Portugal; e *iii.* análise das formas como a participação se expressa no âmbito legal e institucional nos sistemas de saúde dos dois países. O texto segue uma perspectiva sócio-histórica da participação na saúde, sustentado em referências da literatura sobre o tema. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental. Os resultados apontam, no Brasil, uma participação nos espaços institucionalizados – conselhos e conferências – do Sistema Único de Saúde (SUS), entendida como forma de democratização do Estado e da sociedade. Já a participação em Portugal, tendencialmente voltada para a melhor informação do paciente (literacia em saúde) e a defesa de seus interesses perante o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Palavras chave: Participação. Sistemas de saúde. Plano de Saúde. Brasil. Portugal.

Participation in the health systems of Brazil and Portugal: potentials and challenges

Abstract: The purpose of this paper is to analyze how the right to participation is conceptualized and how it is implemented in the Brazilian and Portuguese public health. To this end, the article unfolds into three items: *i.* conceptual reflection on public participation in the health systems; *ii.* analysis of the references on public participation found in the National Health Plans of Brazil and Portugal; *iii.* analysis of the legal and institutional participatory designs in the health systems of the two countries. The text, based in a bibliographic and documentary study, adopts a socio-historical perspective of participation in health, supported by Brazilian and Portuguese literature on the subject. The results indicate, in Brazil, a participation in the institutionalized spaces of the Sistema Único de Saúde (SUS) (Councils and Conferences), understood as a form of democratization of the state and society. In Portugal, participation tends to focus on better patient information (health literacy) and the defense of their interests before the Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Key-words: Public participation. Health system. Health plan. Brazil. Portugal.

* Tânia Regina Krüger é doutora em serviço social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Orcid: 0000-0002-7122-6088.
<tania.kruger@ufsc.br>

** Mauro Serapioni é doutor em sociologia pela Universidade de Barcelona; investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal; professor visitante na Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Orcid: 0000-0002-5761-2660.
<mauroserapioni@ces.uc.pt>

Introdução

Os movimentos de redemocratização – após longos períodos de ditadura, na América Latina e na Europa, nomeadamente Espanha e Portugal – lutaram para que nas novas constituições nacionais aparecesse a participação como princípio. Assim, essa expressão emerge no arcabouço legal vinculado ao reconhecimento dos direitos sociais, da liberdade de expressão e à gestão democrática dos serviços públicos. A correlação de forças sociais e políticas foram se expressando na posterior regulamentação e implementação das formas diferenciadas dessa participação em conselhos, conferências, comitês e colegiados locais, regionais, estaduais e nacionais.

Para os objetivos deste texto, pretendemos identificar como o direito a participação é conceituado e como se expressa legal e praticamente nos serviços públicos de saúde. As reflexões seguem uma perspectiva sócio-histórica da participação na saúde, sustentadas em referências dos órgãos internacionais e conceitos da literatura sobre o tema. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental.

Trataremos particularmente da participação em saúde na realidade portuguesa e brasileira. Nesses países, a conquista legal dos direitos políticos e sociais, com alguma perspectiva de generalização social, emergiu nas Constituições de 1976 e de 1988, respectivamente. Ao reconhecer os direitos sociais inéditos para seus cidadãos, o arcabouço legal colocou entre suas diretrizes e seus princípios – para a implantação das políticas sociais – a participação da sociedade. Participação esta deliberativa no caso brasileiro e consultiva no caso português.

O texto a seguir se estrutura em três partes. Inicialmente são discutidos alguns conceitos e as dimensões da participação em saúde como temas representativos da gestão pública democrática. Na sequência, apresentamos as referências em relação à participação que constam dos Planos Nacionais de Saúde do Brasil e de Portugal, para apreender a direção política dos sistemas de saúde em relação aos espaços de participação. Por fim, o estudo buscará identificar como o direito à participação nos serviços de saúde se expressa no âmbito legal e institucional em ambos os países.

Conceitos de participação nos serviços públicos de saúde

Convém esclarecer, para efeito deste trabalho, que a participação na saúde se vincula a um conceito de política social. Entendemos como democrática a política social de padrão institucional e redistributivista que se orienta pelo universalismo de direitos, a ampliação e a garantia, por parte do Estado, da proteção social, de caráter público e gestão estatal. A política social como instrumento de materialização dos direitos sociais tem seu histórico sustentado na luta social e política para ampliação da cidadania e o aprofundamento democrático, resgatando a articulação dialética entre política/finalidade, utilização de recursos/meios/técnica e atendimento de necessidades sociais coletivas (Pastorini, 1997). E é nessa perspectiva que pretendemos analisar a participação em saúde – hoje tema representativo da gestão pública democrática – quando se quer avançar para além da participação passiva e instrumental ou que ultrapasse a óbvia perspectiva da semântica vernacular – tomar parte.

Na literatura das políticas sociais, e em particular na área da saúde coletiva, temos um amplo leque de textos que tratam da participação – social, popular, da sociedade, da comunidade, do controle social e da gestão participativa – e buscam principalmente avaliar ou discutir a efetividade das instâncias criadas para dar voz à chamada sociedade civil (Pires, 2011).

O debate da participação com suas diferentes perspectivas e nomeações se vincula às tensões e tendências da democracia liberal. O desempenho do papel do Estado na reprodução da vida social em diferentes contextos históricos é o cenário fundante e alimentador das formulações sobre a participação. A participação emerge no âmbito do pensamento liberal quando se entende que o Estado deve ser capaz de garantir, além dos direitos dos indivíduos, os direitos coletivos (Almeida Neto, 2012).

Longe de contemplar todas as dimensões do presente debate, para as reflexões deste texto serão utilizados os conceitos de participação política e de participação social com base em Maria Lucia Vianna, Maria de Lourdes Cavalcanti e Marta Cabral (2009). A participação política, em seu sentido clássico, se refere à participação de todos os membros da pólis – condição de direito (ou de dever) universal.

Participar é tomar parte na criação da própria pólis e, portanto, ser parte, em condições de igualdade, da mesma (Vianna, Cavalcanti & Cabral, 2009: 225),

e, na Modernidade, tem o sentido de alargamento das bases sociais do sistema político e de que o trato da coisa pública diz respeito a todos. Mas a participação

política nos Estados democráticos tem convivido com a contradição e a impossibilidade de conciliar os objetivos práticos de racionalização da vida coletiva e da vida individual. Assim, se traduziu prioritariamente com a participação política expressa pelo voto, como direito universal e demanda de tomar parte nas decisões que afetam o coletivo.

Ao longo do século XX, essa participação passa a ser descrita a partir da impotência do cidadão em decidir a respeito de assuntos públicos, sua diluição na multidão e sua impessoalidade. Nesse debate emergem entendimentos de que participar não é apenas intervir na dimensão pública da política, mas interceder nas decisões e nas escolhas que concernem à vida privada dos indivíduos: onde morar, como preservar a saúde e o meio ambiente, em que ofício trabalhar etc. Assim, a participação passa a ser denominada como participação social e tende a ser aplicada a segmentos específicos da população: os pobres, os excluídos e as minorias. É claro que a nova conceituação de participação – participação social – não dá as costas à dimensão política. De todo modo, também trata de intervir em processos decisórios que atingem um coletivo desiludido com os mecanismos participativos tradicionais da democracia liberal, do qual emergem novos grupos de interesse através de associações, beneficiários de programas sociais, grupos identitários e organizações da sociedade civil com diferentes finalidades.

Um aparente consenso se constituiu em torno do tema participação, cada vez mais societalizado e cada vez menos politizado. Ao seu encontro acorrem conceitos díspares como capital social, empoderamento, responsabilidade social das empresas, gestão corporativa, terceiro setor, governança, conceitos estes que se originam, tanto de “novos campos” da ciência social – a socioeconomia, por exemplo –, ou da “descoberta de novas realidades” que se apresentam ao cientista social, quanto das modernas técnicas de administração (Vianna, Cavalcanti & Cabral, 2009: 237).

E a participação reivindicada na área de saúde, enquanto ideário organizativo, contempla elementos da participação política, entendendo a saúde como direito, o Estado como garantidor desse direito. A participação dos cidadãos na tomadas de decisões sobre o coletivo e a política pública não escapa dos elementos fundantes da participação social.

Podemos dizer que o setor saúde construiu nas últimas décadas um universo participacionista (Maricato, 2012), mas não se presume que exista um conceito único de participação. São inúmeras as intenções, finalidades, pautas, formas de organização e composição que perpassam esses inúmeros espaços de participação na saúde. Amélia Cohn e Yasmin Bujdoso, se perguntam:

Qual o papel que vem jogando nesse processo a participação da sociedade na formulação e na implementação das políticas públicas de saúde? (Cohn & Bujdoso, 2015).

Assim, na sequência, apresentaremos algumas perspectivas e experiências de participação em saúde.

O tema da participação na saúde apareceu na Conferência Internacional da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 1978, em Alma-Ata, na República do Cazaquistão, sobre “Cuidados primários de saúde”, de forma bastante genérica: é direito e dever dos povos participarem individual e coletivamente no planejamento e na execução de seus cuidados de saúde. Sucessivamente, em 1986, foi organizada a Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, e aprovou como

guia o princípio de que em cada fase do planejamento, implementação e avaliação das atividades, homens e mulheres devem participar como parceiros iguais (OMS, 1986: 4).

A Carta de Ottawa da OMS indica, igualmente, que o fortalecimento da ação comunitária é imprescindível para a promoção da saúde.

A conquista do direito à participação na saúde nem sempre significou uma organização e implementação imediata. Com as tensões e disputas democráticas de cada realidade emergiram, entre os anos de 1990 e 2000, espaços de participação na saúde. Na primeira década foram normatizados e organizados diferentes modelos de colegiados institucionalizados (conselhos e comitês) com composição paritária entre gestores públicos, usuários, trabalhadores, prestadores privados e do setor social, alguns com caráter deliberativo, outros de natureza consultiva.

Nos anos 2000, a participação na saúde ampliou seu leque de formas de organização e novas pautas foram introduzidas, tais como a de contemplar segmentos sociais vulnerabilizados de gênero, etnia, geração e portadores de patologia (Brasil, 2005; 2011). Permaneceram os colegiados participativos institucionalizados e se ampliaram as audiências públicas, as consultas públicas, as ouvidorias, as centrais de sugestões, as centrais de reclamação ou de satisfação do cliente/usuário (Brasil, 2009b; 2011; 2011; Portugal, 2012; 2015a). No âmbito reivindicativo do direito, a saúde, os fóruns setoriais e intersetoriais de políticas públicas, ou as associações de defesa dos usuários organizaram-se em nível local, estadual e nacional. Nesse contexto, ganham visibilidade social os novos movimentos sociais, que se organizam vinculados a segmentos de gênero, de etnia, de geração, população em situa-

ção de rua, pessoas com deficiência, portadores de patologias e saúde ambiental (Gohn, 2011).

Contemporaneamente, observa-se que este conjunto de espaços participativos institucionalizados e não institucionalizados organiza suas ações mediadas pelas redes sociais. E se somam a este amplo leque de participação na saúde os protestos, as manifestações e as petições que vêm sendo denominados de modernas técnicas de engajamento público para alargar a interação entre sociedade e Estado (UFSC, 2018; Crisóstomo & Santos, 2018; Lüchmann, Abrao & Kieling, 2019). Entre as modernas técnicas, há de se destacar a tecnopolítica (Malini, 2017; Sabariego, 2017), que se expressa como mobilização social e partilha de informações de forma ampla e veloz, por meio das redes sociais.

É relativamente um consenso na literatura que os conselhos e as conferências, as audiências e consultas públicas e ouvidorias, enquanto espaços participativos institucionalizados, criaram uma nova institucionalidade, pois propiciam a participação da sociedade na elaboração de políticas sociais e, em meio às disputas ou aos consensos, alargam o espaço decisório do Estado (Krüger & Oliveira, 2018), no entanto, tais espaços vêm interagindo com estas novas formas de participação e com as redes sociais, formando assim um novo desenho político-organizativo, uma multiplicidade de interfaces de participação nos assuntos públicos (Lüchmann, Abrao & Kieling, 2019).

No estudo sobre as formas de participação, no sul da Europa (Itália, Portugal, Grécia e Espanha), Ana Raquel Matos e Mauro Serapioni usam o termo participação no seguinte sentido:

Para se referir ao envolvimento direto da população (com ou sem doença) nas decisões sobre planejamento e organização da saúde pública. [...] o envolvimento] representa uma importante estratégia para superar o déficit democrático que ainda caracteriza muitos sistemas de saúde (Matos & Serapioni, 2017: 2).

Mas, no estudo dessas realidades, os autores concluem:

A participação nas decisões sobre saúde sobrevive ainda confinada ao seu enquadramento legislativo, sem grande correspondência a práticas efetivas (Matos & Serapioni, 2017: 8).

No caso brasileiro, o já citado estudo de Vianna, Cavalcanti e Cabral (2009) destaca a significativa incorporação do conceito de participação ao universo da saúde. Em

pesquisa sobre as experiências de conselhos e conferências de saúde, as autoras identificaram três conceitos gerais de participação:

- i.* participação como estímulo à ampliação da cidadania, para fomentar o capital social e contribuir para o empoderamento;
- ii.* participação como forma de democratização do Estado e da sociedade, participação essa voltada para a qualificação da gestão, a maior equidade na distribuição dos recursos, o acesso aos serviços e a melhoria da atenção à saúde;
- iii.* participação comunitária e no autocuidado relativos à medicina comunitária, na qual a responsabilidade é dividida entre famílias, comunidade e Estado.

Apesar destas dimensões não serem excludente e sua linha divisória mostrar-se tênue, os conselhos de saúde do país estariam, no geral, mais conexos à modalidade de participação política voltada à democratização do Estado e da sociedade. As experiências participativas inspiradas nos cuidados primários de saúde ou de fomento do capital social aproximam-se do que identificamos acima como participação social.

Os espaços de participação na saúde vêm sendo permeados do ponto de vista neoliberal, segundo Cohn e Bujdoso (2015), por duas dimensões fundamentais:

- i.* a relação entre o Estado e a sociedade transforma-se em uma tríade – Estado, mercado, sociedade –, pautada pela racionalidade da escassez de recursos para as políticas sociais, em especial para as de cunho universal;
- ii.* o mercado de serviços de assistência médica, que era uma força a ser combatida, passa progressivamente a ser um aliado nas propostas da gestão pública, já que é visto como um gestor dos recursos públicos apropriado à lógica do custo/efetividade.

Dessa forma, o mercado passa a ser um interlocutor no processo de participação, porque os prestadores de serviços de saúde têm assento nos conselhos.

Uma das sínteses preconizada pelas autoras é de que a participação da sociedade no Estado, engendrada a partir dos anos de 1980, tinha como objetivo democratizar o Estado via a penetração maior da sociedade civil no seu controle, na fiscalização e na politização. Mas, nos anos 2000, sua ação vem traduzindo-se em uma “participação negociada” (social), disputando projetos distintos, evidenciando o fraciona-

mento das demandas de cada grupo representado, o que dificulta que as demandas particulares se transformem em coletivas.

Por considerar que existem diversas formas de envolvimento dos cidadãos no sistema de saúde, Mauro Serapioni, Pedro Ferreira e Patrícia Antunes (2014) propuseram as três principais tipologias de interação entre os sistemas de saúde e os cidadãos: a participação, a consulta e a comunicação.

i. as atividades de participação podem ser institucionalizadas e ocasionais, desenvolvidas em diferentes níveis: o nível micro, que diz respeito à relação entre o profissional de saúde e o utente, para a escolha de terapias e tratamentos; o nível intermediário, referente ao processo de envolvimento dos utentes dentro de um serviço específico ou a participação no conselho consultivo; o nível macro, que se reporta à participação coletiva, quando os cidadãos são envolvidos nas decisões (prioridades, planejamento, organização e avaliação) sobre políticas do sistema de saúde;

ii. a consulta pública é de iniciativa dos responsáveis dos serviços, de forma a poderem recolher as opiniões, as preferências dos utilizadores de cuidados de saúde e cidadãos e assim realizar o monitoramento da satisfação;

iii. a comunicação pública, entendida como o fluxo informativo unidirecional das instituições e serviços de saúde para os cidadãos, expressando-se nas campanhas de saúde, nas cartas de direitos e deveres dos utentes, nas lojas do cidadão, nas linhas telefônicas, entre outras.

Buscamos também o conceito de participação na Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (Opas/OMS), enquanto representante internacional das políticas de saúde:

Participar é uma forma de exercer direitos políticos e sociais, se dá de forma individual ou coletiva, de apoio ou pressão, direta ou indireta e é direcionada a influenciar decisões que contemplem os interesses coletivos e o exercício da cidadania. A participação é um importante instrumento para o aprofundamento e amadurecimento da democracia (OMS/Opas-Brasil, 2018).

Este conceito da OMS/Opas é bastante genérico e amplo, cabendo diferentes modalidades de participação, e indica que é uma forma de exercer direitos e amadurecer a democracia. Apesar de não mencionar a função pública estatal na garantia do

direito à saúde, este conceito tem elementos que o vinculam à participação política e social.

Para as análises desse texto sobre a participação na saúde, partilhamos a perspectiva de Vianna, Cavalcanti e Cabral (2009), considerando a participação como forma de democratização do Estado e da sociedade e de ampliação da cidadania. Esta democratização da relação entre o Estado e a sociedade pode ser potencializada quando o pensar e o planejar determinarem o financiamento, decidirem sobre as prioridades, executarem e avaliarem os serviços de saúde que acontecem nos espaços públicos e coletivos, com o objetivo de atender precisamente às necessidades públicas e coletivas. A participação na saúde não é área exclusiva de uma ciência, de uma categoria profissional, de um grupo de especialistas ou gestores, mas diz respeito à totalidade social e, por isso, a democratização envolve a socialização do poder político na tomada das decisões.

Assim, a participação nos espaços da saúde pública não está circunscrita à arquitetura institucional do Estado, nem limitada a uma gestão de governo; diz respeito ao conjunto da cidadania de uma sociedade, pois, em última instância, está em pauta a socialização da riqueza socialmente construída. Não se trata de um processo linear ou homogêneo, uma vez que está recheado de múltiplos interesses. Por isso sua dinâmica ocorre em meio a conflitos, disputas e contradições, podendo ocorrer consensos e pactuações temporárias e temáticas (Krüger & Oliveira, 2018). Portanto, os novos mecanismos de participação de interface socioestatal (ouvidorias, audiências e consulta pública, petições) os grupos setoriais (portadores de patologias, associações voluntárias, meio ambiente, gênero e etnia), com suas demandas legítimas, socialmente podem também se apresentar e contribuir na composição da agenda de participação política.

Na sequência, o tema da participação política terá continuidade com a identificação e análise das referências à participação na saúde, nas decisões e nos serviços que constam dos Planos Nacionais Plurianuais de Saúde do Brasil e de Portugal.

A participação nos Planos Nacionais de Saúde do Brasil e de Portugal

Nesta seção, propomo-nos a analisar as referências que os Planos Nacionais de Saúde (PNS) fazem aos espaços de participação. Está prevista a participação dos usuários no planejamento dos serviços de saúde tanto no Serviço Nacional de Saúde (SNS) de Portugal (1979) como no Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil (1990a).

No Brasil e em Portugal há uma relativa coincidência, pois os Planos Plurianuais das políticas setoriais emergem a partir dos anos 2000 e os Planos Nacionais de Saúde disponíveis para consulta começaram a ser editados a partir de 2004. O estudo dos planos aconteceu por meio de uma apreciação geral dos documentos e a seleção dos itens e conteúdo que ao tema se relacionam. Os documentos (PNS) dos dois países apresentam texto tecnicamente bem elaborado na análise situacional, descrevem a organização dos serviços e indicam as prioridades. Ambos apresentam nos elementos pré-textuais que foram construídos com contribuições nacionais e internacionais, e passaram por debates e consultas públicas envolvendo gestores, trabalhadores e usuários. Diferente do de Portugal – onde o Plano é mais delimitado ao campo da saúde –, o plano brasileiro, em alguns momentos, historiciza o processo de construção e da participação na saúde, remete aos objetivos do Plano Plurianual Federal e aponta elementos da sociedade como determinantes dos problemas de saúde, com ênfase na desigualdade.

Portugal:
Planos Nacionais de Saúde e participação

No caso de Portugal, pesquisamos três Planos Nacionais de Saúde dos seguintes períodos: 2004-2010, 2012-2016 e Revisão e Extensão do PNS 2012-2016 a 2020. Sobre a participação, não encontramos um item específico, apareceu bem disperso ao longo do documento, por isso retiramos conteúdos e apreciações que do tema se aproximam.

1. Por ocasião da elaboração do plano, era presidente da República Portuguesa (1996-2006) Jorge Sampaio (Partido Socialista) e chefe do governo José Manuel Barroso (abril de 2002 a julho de 2004), do Partido Social Democrata.

*O Plano Nacional de Saúde 2004-2010: mais saúde para todos*¹ apresenta suas principais estratégias a partir de um rápido diagnóstico com indicadores da saúde de vários segmentos sociais e dos serviços do SNS, fechando com um quadro geral de metas. Nos fundamentos do plano, observa-se a referência para a aproximação entre o cidadão e o poder político, a participação ativa na vida pública e o aumento do poder de escolha do cidadão. Sobre o tema da participação, as propostas do PNS se referem a dar voz à cidadania através de organizações da sociedade para influenciar prestadores de serviço, profissionais, bem como a administração pública. Como objetivos estratégicos, destacam-se: o aumento de opções de escolha do cidadão; o acesso à informação validada e isenta; a liberdade de escolha no acesso aos cuidados de saúde; o desdobramento dos mecanismos formais para encorajar a participação dos cidadãos no sistema de saúde com experiências múltiplas de empoderamento; o desenvolvimento de estratégias de atenção aos excluídos e a promoção da redução das desigualdades em saúde e, por fim, a promoção de comportamentos de vida saudáveis. O PNS, ao tratar da rede de cuidados de saúde primários, destaca duas ações sobre a participação, o mesmo não acontece quando trata da rede hospitalar.

O *Plano Nacional de Saúde 2012-2016*² foi fortemente influenciado pela crise financeira que levou Portugal a assinar o *Memorando de entendimento (Memorandum of understanding, 2011)* com a Troika (Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu), de maio de 2011 a junho de 2015. Como contrapartida aos empréstimos concedidos ao país, o plano assumiu responsabilidades, que, a nosso ver, estão em plena sintonia com as cláusulas da saúde inscritas no *Memorando* da Troika:

O PNS afirma o reforço da capacidade do sistema de saúde como uma resposta fundamental para a crise econômica e um fator de garantia do suporte social e do desenvolvimento econômico (Portugal, 2012: 4).

2. Por ocasião da elaboração do plano era presidente da República Portuguesa (2006-2016) Aníbal António Cavaco Silva, do Partido Social Democrata e chefe do governo Pedro Passos Coelho (junho de 2011 a novembro de 2015) do Partido Social Democrata.

O documento de gestão faz referência ao fato de parte substancial da capacidade de preservação do potencial de saúde estar sob a responsabilidade do cidadão, das famílias, das comunidades, das organizações da sociedade civil, do setor privado e social; e ressalta, ainda, que seus esforços são decisivos para a concretização do sistema de saúde (Portugal, 2012). Dentre os pressupostos do PNS, destaca-se a perspectiva do cidadão como parte essencial do Sistema de Saúde, em seus diferentes papéis:

- i. de doente, com necessidades específicas;
- ii. de consumidor, com expectativa e direito a cuidados de qualidade;
- iii. de contribuinte provedor de recursos e de financiamento; e, por fim
- iv. de coprodutor de cuidados, mediante adesão terapêutica e promotor de comportamentos que promovem tanto sua saúde como a dos outros.

Ao analisar os efeitos da política da Troika, pode-se observar imediatamente a redução dos gastos em saúde pública entre 2009 e 2017, de 69,9% para 66,6% (OCDE, 2018) e os impactos negativos no sistema de saúde e, sobretudo, nos grupos sociais vulneráveis. Várias pesquisas destacaram o aumento de transtornos na saúde mental, a elevação do número de casos de suicídios (De Vogli, 2014) e de comportamentos de risco, incluindo aqueles relacionados à dependência de drogas e de álcool (OPSS, 2016), tanto em Portugal como nos demais países da Europa do Sul. É opinião compartilhada que a crise interferiu no acesso aos cuidados de saúde. Segundo o Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat, 2019), Portugal

é um dos países em que as necessidades não atendidas de exames médicos, para o quintil mais pobre da população, aumentaram significativamente desde 2011. Mesmo o aumento das taxas moderadoras, por parte dos usuários dos serviços de atenção primária, na rede hospitalar e na emergência ajudou a reduzir o acesso ao tratamento (Serapioni, 2019), especialmente entre a população cujo poder de compra é limitado (Barros *et alii*, 2015). Assim, a duplicação de copagamentos, juntamente com o aumento do tempo de espera devido à falta de profissionais, agravaram ainda mais a situação daqueles que não têm renda para utilizar o setor privado (Hespanha, 2017).

Ao se comparar o PNS de 2012-2016 com o do período de 2004-2010, aquele reduziu significativamente as expressões relativas ao cidadão, bem como aumentou as referências a doente e a consumidor. A universalidade dos serviços e a participação da sociedade civil praticamente desapareceram como expressões no documento. É notório que o Sistema Nacional de Saúde passa a ser denominado de Sistema de Saúde, pois o Plano “propõe-se ser uma fundação para o Sistema de Saúde do século XXI” (Portugal, 2012: 2).

3. Esteve na Presidência do país Aníbal António Cavaco Silva (março de 2006 a março de 2016), do Partido Social Democrata e Marcelo Rebelo de Sousa (a partir de março de 2016), também do Partido Social Democrata. O chefe do governo era de Pedro Passos Coelho (junho de 2011 a novembro de 2015) do Partido Social Democrata. A partir de novembro de 2015, assumiu a chefia do governo António Costa, do Partido Socialista.

O *Plano Nacional de Saúde Revisão e Extensão a 2020*³ (Portugal, 2015a) formalmente é ainda vigente, mas foi completamente reformado pelo novo governo de centro-esquerda que substituiu o governo de centro-direita em novembro de 2016. De fato, o governo de Portugal apresentou um ambicioso programa intitulado “Defender o SNS e promover a saúde”. Neste primeiro programa, observa-se a adoção de uma nova linguagem – o protagonista é o Serviço Nacional de Saúde e não mais o sistema de saúde, com seus componentes público, privado e do terceiro setor – e um papel mais ativo atribuído ao Estado. O programa do governo reconhece os efeitos negativos produzidos pelo aumento dos custos de saúde para as famílias e declara sua intenção de restaurar o equilíbrio entre o Estado e as famílias no financiamento da saúde:

32% dos gastos atuais das famílias devem ser progressivamente convertidos em valores que não discriminam o acesso ou tornam as famílias insolventes (Portugal, 2015b: 92).

Ao examinar as propostas incluídas no programa do governo, em particular as medidas para corrigir as políticas anteriores, que alimentaram críticas e protestos de cidadãos e associações (taxas moderadoras, eliminação do transporte de pacientes, programa de vacinação etc.), um nível significativo de realizações foi implementado pelo novo governo. Importa destacar as intervenções para reduzir ou eliminar as taxas moderadoras e aquelas voltadas para os grupos sociais vulneráveis.

Por fim, é importante lembrar a criação, em 2016 – e sua efetiva implementação, em 2017 –, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), já previsto pela Lei de Bases de 1990, mas nunca estabelecido. O CNS, formado por representantes de pacientes, de profissionais de saúde, delegados de municípios, universidades e muitas outras entidades do território, traduzindo um passo importante na democratização do sistema nacional de saúde e um primeiro impulso à participação da sociedade civil na programação e avaliação de políticas de saúde.

Nos Planos de Portugal, o tema da participação apareceu bem disperso ao longo dos documentos. Podemos compreender que é um tipo de participação para a obtenção de conhecimentos com vistas à tomada de decisões individuais sobre a própria saúde (prevenção e/ou formas de tratamento) e para acessar corretamente os serviços. Essa participação pode se materializar por meio de linhas eletrônicas diretas entre utentes e profissionais; de conselhos consultivos de formação mista; do apoio à gestão dos centros de saúde e hospitais e da vinculação a organizações da sociedade civil dedicadas ao setor saúde. Na linguagem dos documentos, parece que o papel de cidadão foi progressivamente se metamorfoseando no papel de doente, consumidor e financiador do sistema.

Cabe observar também na retórica dos PNS uma redução nas referências à universalidade dos serviços e da obrigação do Estado quanto à garantia da saúde e sua responsabilidade, indicando-se ser atribuição dos vários segmentos sociais. Além disso, é notável que, nos dois últimos PNS, o Sistema Nacional de Saúde, passou em muitos momentos a ser denominado de Sistema de Saúde. Na avaliação de Antonio Arnault (2009), a confusão dos termos Serviço Nacional de Saúde e o Sistema de Saúde pode significar a desqualificação das bases democráticas que construíram o SNS português e o distanciamento do significado da participação política.

Em parte, essas observações dos PNS encontram sustentação nas análises de Jorge Simões e Luís Lima (2016). Para ambos, os processos eleitorais têm colocado em disputa o caráter predominantemente público e universal do SNS, por isso foram observados consensos progressivos

sobre as novas ideias, tais como a separação entre financiamento, prestação e regulação do sistema, a criação de um mercado de saúde regulado pelo Estado, mais autonomia e responsabilização para as unidades prestadoras públicas, alteração do financiamento dos hospitais e centros de saúde (Simões & Lima, 2016: 292).

Brasil:

Planos Nacionais de Saúde e participação

Estão disponíveis ao público os Planos Nacionais de Saúde do Brasil de 2004-2007, 2008-2011, 2012-2015 e 2016-2019, em um documento único, ao contrário de Portugal, onde os planos são apresentados em partes. Todos os planos foram aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde⁴.

4. Exceção do PNS 2016-2019, que não menciona a aprovação pelo CNS, mas em pesquisa paralela nas atas, observa-se que foi aprovado. Conselho Nacional de Saúde, Atas 2016. Ata 283^a RO-06, 07 e 08 de julho. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/atas/atas_16.htm>. Acesso em: 23 Abr. 2018.

5. Quando da elaboração do plano, era presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), de 01 de janeiro de 2003 a 01 de janeiro de 2011. vice-presidente José de Alencar (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), ministro da Saúde Humberto Costa, de 01 de janeiro de 2003 a 08 de julho de 2005. O PNS aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, em 04 agosto de 2004 e publicado no *Diário Oficial da União* do dia 10 de dezembro de 2004 (Portaria n.º 2.607/2004).

O *Plano Nacional de Saúde: um pacto pela saúde no Brasil 2004-2007*⁵ tem como grande objetivo, contemplado no Plano Plurianual (PPA) do período (Brasil, 2004): promover o cumprimento do direito constitucional à saúde. A ênfase situa-se no compromisso de combater a desigualdade na saúde e em vários momentos ao se referir ao SUS, menciona que ele é resultado de um processo participativo, destacando a diretriz constitucional de participação da comunidade e sua materialização nos conselhos e conferências de saúde.

Sobre a participação, ela aparece no diagnóstico situacional como um dos itens da gestão em saúde. O item historiciza o processo de participação do SUS caracterizando os conselhos e as conferências nas três esferas de governo, elenca os avanços nos processos participativos que não estão descolados dos obstáculos: a divisão de poder gestor e o conselho; o caráter deliberativo dos conselhos, ainda não exercido na maioria dos municípios; a diversidade de organização e a relação com os movimentos sociais; a diversidade regional das necessidades da população e as condições institucionais de funcionamento. Do lado da gestão executiva do SUS, não há cultura de transparência na gestão pública, nem na difusão das informações; precária estrutura de escuta do cidadão e dos usuários do SUS.

Com este diagnóstico, o objetivo do plano quanto a participação é:

Fortalecer a gestão democrática do SUS, reforçando as instâncias formais, ampliando a participação e a capacitação dos diversos segmentos da sociedade para o exercício do controle social e implantando mecanismos de defesa dos direitos da população no Sistema (Brasil, 2005: 196).

Desse objetivo, desdobram-se as seguintes metas: realizar a XIII Conferência Nacional de Saúde; criar o cadastro dos conselhos e estabelecer a rede de intercâmbio; aprovar o Código de Defesa dos Usuários; implantar a Ouvidoria Nacional de Saúde e atender a cerca de 1,5 milhão/ano de usuários; estabelecer a Política Nacional de Ouvidoria em Saúde e implantar ouvidorias nos estados e em 25% municípios de

grande porte; promover a formação de cerca de 20 mil/ano conselheiros e realizar cursos de informação sobre o SUS para programadores de duas mil emissoras de rádio comunitárias.

O *Plano Nacional de Saúde 2008/2009-2011*⁶ apresenta quatro grandes objetivos que se desdobram em 12 diretrizes, e uma delas é dedicada “à ampliação e ao fortalecimento da participação e do controle social” (Brasil, 2009a: 7). Este plano, na análise situacional da gestão em saúde, apresenta cinco desafios e um deles é a participação social. Neste PNS, aparece como novidade o Sistema Participa-SUS, que contempla auditoria, ouvidoria, monitoramento e avaliação da gestão do SUS, comitês, consulta a grupos específicos, consultas públicas, mesas de negociação, conselhos de gestão participativa, conselhos locais, entre outras práticas de controle social e de gestão (Brasil, 2009b).

A diretriz de ampliação e fortalecimento da participação menciona a disposição de retomar a Reforma Sanitária, a consciência do direito à saúde e a defesa do SUS. Para tanto, propõe prover de infraestrutura os conselhos, realizar educação permanente, criar uma rede de cooperação entre os conselhos; divulgar as experiências bem sucedidas, buscar novos canais de escuta na população, aperfeiçoar a metodologia das conferências de saúde, bem como a mobilização social, o acesso na avaliação do SUS e a ouvidoria em saúde.

Essa diretriz sobre o fortalecimento da participação no SUS propõe a criação de estrutura, bem como oferecer condições para que os espaços institucionalizados tenham condições de funcionar, mas o que ganha ênfase nessas propostas são os mecanismos sistematizados no Participa-SUS. O papel dos conselhos e das conferências, conforme o disposto na Lei n.º 8.142/1990 (avaliar, deliberar, fiscalizar, propor diretrizes) não são mencionados, ganhando destaque a ouvidoria e a escuta. A tendência dessas propostas silencia quanto ao papel decisório das instâncias tradicionais de participação e parece iniciar um apelo à participação da sociedade civil por diferentes formas de expressão, reduzindo o papel democratizador e deliberativo dos conselhos. Assim, o papel deliberativo dos conselhos sequer é mencionado.

O *Plano Nacional de Saúde 2012-2015*⁷ apresenta na análise situacional os espaços de participação com as seguintes ênfases:

- i. dados quantitativos da participação em saúde pelo país (110 mil conselheiros e 15 mil capacitados);
- ii. baixa capilaridade das resoluções e deliberações, sustentabilidade financeira e estrutural;

6. Por ocasião da elaboração do plano, era presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), de 01 de janeiro de 2003 a 01 de janeiro de 2011. vice-presidente José de Alencar (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), falecido em 29 de março de 2011, ministro da saúde José Gomes Temporão de 16 de março de 2007 a 31 de dezembro de 2010. O PNS foi apresentado em agosto e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em outubro 2009.

7. Na ocasião de elaboração do plano era presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), de 01 de janeiro de 2011 a 12 de maio de 2016, vice-presidente Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), ministro da Saúde Alexandre Padilha de 01 de janeiro de 2011 a 03 de fevereiro de 2014. O plano foi aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em julho de 2011.

iii. ouvidorias como canais de ampliação dos espaços de participação social; e

iv. apresentação do resultado a partir de pesquisa domiciliar realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em novembro de 2010, que avaliou a percepção da população sobre os serviços do SUS.

A esse diagnóstico sobre a participação no SUS cabem alguns comentários:

▫ Os espaços de participação do SUS não aparecem como resultado do movimento social da Reforma Sanitária, mas como inovação institucionalizada pelo SUS.

▫ Apresenta uma investigação sobre os conselhos no país, suas dificuldades de estruturação, as políticas de capacitação e educação permanentemente desenvolvidas, a inclusão digital dos conselhos e o desafio de fortalecer a cultura democrática e a gestão participativa.

▫ Nesse diagnóstico, o papel deliberativo, fiscalizador, propositivo e avaliativo dos conselhos não é mencionado, há uma relativa ênfase sobre a gestão compartilhada. O papel democratizador, a garantia do direito à saúde, as possibilidades de socialização das decisões da política de saúde igualmente não são mencionados. Parece se começar a indicar um papel colaboracionista entre a gestão e os espaços de participação.

8. Quando da elaboração do Plano, era presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), de 01 de janeiro de 2011 a 12 de maio de 2016, vice-presidente Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), ministro da Saúde Ricardo Barros, de 13 de maio de 2016 a 27 de março de 2018. O PNS não faz referência à aprovação pelo Conselho Nacional de Saúde, mas está registrada na ata de julho de 2016.

O PNS tem 14 diretrizes e o tema da participação apareceu na Diretriz 12 como foco na ampliação da participação social para o aprimoramento da gestão do SUS. Em termos de ação, indica que os conselhos deverão ser fortalecidos em suas estruturas, na diversificação da participação, nas capacitações para os segmentos mais vulneráveis. O documento propõe que a participação significa uma estratégia para erradicar a extrema pobreza e contribuir para consolidação das políticas de equidade.

O *Plano Nacional de Saúde de 2016 a 2019*⁸, no item Estrutura apresenta oito eixos temáticos indicados pelo Conselho Nacional de Saúde, dos quais um é dedicado a Participação e Controle Social. Na análise situacional não há item específico sobre os espaços de participação, como nos três PNS anteriores. São 13 grandes objetivos, cada um com suas metas. O objetivo 11 é fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã (Brasil, 2015).

O texto retoma de maneira genérica a conquista do direito à saúde, o papel do Estado e a função da participação popular no SUS. Mas as ações centram-se no acesso aos serviços de saúde com equidade pelas populações vulneráveis e a meta novamente indicada é a capacitação. A transparência e a ouvidoria são mais uma vez apresentados como canais de interação com os usuários do SUS. O tema da participação ainda foi evidenciado no papel dos conselhos de saúde indígena e nas consultas públicas da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS (Conitec).

O conjunto dos planos brasileiros fazem sempre uma vinculação ao SUS, no sentido de fortalecê-lo e ampliá-lo, em alguns momentos retomam os princípios da universalidade, integralidade, descentralização e sua origem no movimento da Reforma Sanitária. O papel do Estado como coordenador, gestor e financiador ora é mais, ora é menos enfatizado.

A Lei n.º 8.142/1990, que dispõe sobre a participação no SUS, via conselhos e conferências nas três esferas de governo, foi perdendo sua centralidade enquanto participação política em relação aos novos espaços de participação no SUS, que se aproximam do que foi qualificado como participação social. Ao longo da linha histórica dos PNS, os conselhos e as conferências foram sendo equiparados aos novos mecanismos de participação social, com destaque as ouvidorias, as consultas e as audiências públicas. Em nosso entender, estes últimos são importantes canais de comunicação do gestor e com os vários segmentos sociais, canais de reclamação, sugestão e perguntas, mas estão longe de ser colegiados democratizadores e deliberativos da política de saúde. As demandas desses novos canais participativos podem sim subsidiar as pautas da gestão e dos conselhos. Destaca-se ainda no conjunto dos documentos a preocupação em dotar de infraestrutura os conselhos e realizar capacitações para conselheiros e outros segmentos sociais com potencialidade de relação com os espaços de controle social na saúde.

Portugal e Brasil: participação no SNS e no SUS

Na sequência apresentamos um breve panorama dos processos participativos nas políticas de saúde no Brasil e em Portugal. Participação deliberativa no SUS e consultiva no SNS.

O SUS, no texto constitucional, endossa algumas propostas fundantes da cidadania e democracia moderna, entre elas a participação da sociedade junto ao poder público. Tal participação foi institucionalizada em dois colegiados: os conselhos

9. “No Brasil, a expressão controle social tem sido utilizada como sinônimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, especificamente no campo das políticas sociais, desde o período da redemocratização dos anos de 1980.

A utilização da expressão com este sentido foi propiciada pela conjuntura de lutas políticas pela democratização do país frente ao Estado autoritário, implantado a partir da ditadura militar. [...] após a institucionalização dos mecanismos de controle social sobre as políticas públicas e sobre os recursos a elas destinados, tem-se como desafio que esses não se tornem mecanismos de formação de ‘consentimento ativo’ das classes subalternas em torno da conservação das relações vigentes de domínio da classe dominante” (Bravo & Correia, 2012: 127 e 133). Outras reflexões sobre o sentido de controle social no SUS podem ser encontradas em Stotz (2006).

10. Os dados relativos ao número de conselheiros de saúde foram compilados por meio de contato telefônico, em 19 de dezembro de 2017, com apoio de Wilany Santos, técnico da informação do Conselho Nacional

de saúde e as conferências de saúde, organizados nas três esferas de governo. Os conselhos de saúde, também caracterizados como instância de controle social⁹, são órgãos colegiados de caráter permanente e deliberativo e sua organização é comumente estruturada com reuniões mensais. Sua composição é paritária, com representantes dos usuários, dos trabalhadores da saúde, dos gestores públicos da saúde e dos prestadores privados de serviços de saúde. As conferências de saúde são convocadas quadrienalmente, com o propósito de avaliar e indicar proposições relacionadas à formulação da política setorial (Brasil, 2012).

Com informações autodeclaradas em novembro de 2017, existiam, no país, 4.657 conselhos, entre os estaduais e os municipais, somando 61.234 conselheiros titulares (Conselho Nacional de Saúde, 2017)¹⁰. Além do Conselho Nacional de Saúde (CNS) com mais 48 membros titulares e 48 suplentes. A relevância dessa representatividade é evidenciada quando se observa que supera, segundo Leonardo Avritzer (2009), o de vereadores.

Os conselhos e as conferências municipais, estaduais e nacional de saúde, estabelecidos no limite da burocracia estatal, vêm de alguma forma redefinindo as relações entre Estado e sociedade nos últimos 30 anos. Esses espaços de participação – como espaços de socialização da política – foram responsáveis por pautar, na agenda do Executivo, serviços de atendimento às necessidades sociais básicas da maioria da população, porém isso vem ocorrendo de maneira tímida, pois os indicadores da desigualdade permanecem alarmantes.

Sobre os 30 anos de práticas participativas na saúde, destacam-se abaixo alguns aspectos positivos. Segundo Avritzer (2009), nas localidades onde são mais atuantes, os conselhos de saúde e de assistência social acabam tendo um efeito positivo na organização da política pública. Para Tânia Krüger e Andréia Oliveira (2018), essas práticas participativas, mesmo institucionalizadas e colocadas no limite da burocracia estatal, nas últimas décadas, vêm de alguma forma alargando os limites do Estado, pois sujeitos sociais historicamente excluídos das decisões públicas (pessoas com deficiência e patologias, negros, mulheres, agricultores, idosos, jovens etc.) passam a participar das proposições, da deliberação, da fiscalização e da avaliação das políticas públicas. A existência de conselhos municipais representa a interiorização territorial do debate do SUS no país e tais colegiados podem ser uma oportunidade de socialização da política (planejamento, projetos, serviços e financiamento), pois grupos sociais sub-representados conseguem expressar suas necessidades, negociar seus interesses e conhecer um pouco mais da agenda governamental. Como desafios para os espaços participativos, vimos a reprodução de elementos da cultura política autoritária e clientelista (Salles, 1994; Ianni, 2000) e

a baixa representatividade; o funcionamento por demanda da legislação; dificuldade de segmentos populares debaterem os temas burocráticos da gestão da saúde (Krüger & Oliveira, 2018); e governos com retórica de defesa da participação, mas a ignorá-la em suas gestões (Dantas, 2014; Moroni, 2009).

Ainda que se apontem muitas contradições, é inegável o avanço democrático que os colegiados de participação institucionalizada proporcionaram no âmbito da gestão do SUS e de outras políticas sociais no país. Os desafios suscitados por essas práticas de gestão participativa não se situam apenas no aperfeiçoamento democrático do SUS, mas também na construção de um projeto social que garanta a redistribuição da riqueza e a socialização do poder político (Avritzer, 2009; Paiva, Rocha & Carraro, 2012).

Em Portugal, o Decreto n.º 56/1979, que regulamentou o Serviço Nacional de Saúde (SNS), previu uma gestão democrática e indicou no artigo 19 que competia ao SNS promover a descentralização decisória e a participação dos usuários no planejamento e na gestão dos serviços, mas foi a Lei de Bases da Saúde, de 1990, que previu a criação do Conselho Nacional de Saúde para representar os interessados no funcionamento das entidades prestadoras de cuidados de saúde e estabelecer-se como órgão consultivo do governo. Mas o conselho foi instituído somente em 2016, pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, para garantir a participação dos cidadãos utilizadores do Serviço Nacional de Saúde na definição das políticas, contando com a participação das autarquias, dos profissionais, dos conselhos regionais e institucionais, como forma de promover uma cultura de transparência e prestação de contas perante a sociedade. O Conselho Nacional de Saúde se reúne ordinariamente pelo menos duas vezes por ano (Portugal, 2016).

Em 1993, o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (Portugal, 1993) reconheceu a participação da população na definição da política de saúde, criou órgãos consultivos de âmbito nacional, regional e concelhio e previu o direito dos pacientes de constituírem entidades que os representassem, que defendessem os seus interesses e colaborassem com o sistema de saúde. Na mesma direção, em 1999, o Decreto-Lei n.º 157 (Portugal, 1999) estabeleceu o regime de criação e organização dos conselhos consultivos dos centros de saúde, com a finalidade de assegurar a participação de cidadãos, instituições e comunidades locais.

Embora a legislação, já a partir dos anos 1990, faça inúmeros indicativos no sentido de garantir alguns mecanismos formais para encorajar a participação no sistema de saúde, na prática esses não foram implementados. Em termos operacionais –

de Saúde. Os dados desta nota estão disponíveis em: http://conselho.saude.gov.br/web_cadastro/ e http://conselho.saude.gov.br/web_siacs/demonstrativo.html (Conselho Nacional de Saúde, 2017).

segundo Serapioni (2016) – a gestão do sistema de saúde passou a reconhecer a importância dessa participação somente na segunda metade dos anos 2000, no Plano Nacional de Saúde 2004-2010.

O Decreto-Lei n.º 28/2008 instituiu os Conselhos de Comunidades (CC) nos Agrupamentos dos Centros de Saúde (Aces) com o objetivo de aproximar os cuidados primários à comunidade e de incentivar a participação de diferentes atores, tanto institucional como associativamente. O artigo 31 do decreto trata de sua composição e funcionamento e, neste prisma, chama a atenção o fato de que os CC devem reunir-se ordinariamente uma vez por semestre. O estudo de Ana Raquel Matos e Mauro Serapioni avaliou que:

Entre as barreiras identificadas ao funcionamento dos CC, destacam-se alguma inércia na nomeação dos representantes, a influência excessiva das autoridades locais no processo participativo e a falta de associações de usuários para integrar os CC. O aspecto mais crítico, no entanto, é a presença ainda limitada das associações de usuários nas áreas de intervenção do Aces (Matos & Serapioni, 2017: 5).

Importa contudo assinalar algumas experiências promovidas nos últimos anos. Destaca-se, em nível nacional, o funcionamento regular do CNS a partir de 2017, e em nível local as iniciativas de organização das Comissões de Utentes e Ligas de Amigos, no âmbito das Unidades de Saúde Familiar (USF-AN, 2015).

Entretanto, no âmbito da sociedade civil, nos últimos anos, as associações de doentes começam a se destacar como atores sociais de relevo no que toca à participação em saúde. Nesse domínio, e dada a ausência de canais institucionais capazes de promover uma participação regular, o papel desempenhado por essas associações têm exercido uma pressão crescente, no sentido de reivindicar novos espaços e canais de participação (Crisóstomo & Santos, 2018).

Notas finais

O que este texto nos apresenta, a partir dos itens tratados, é que há diferentes maneiras de definir a participação, inúmeras possibilidades e formas de expressá-la e de organizá-la, evidenciando as dificuldades de abrigá-las em um único marco teórico ou político. Mas nosso texto foi guiado por um entendimento de que realizar a política de saúde com a participação de vários segmentos da sociedade civil, dos trabalhadores da saúde e dos prestadores de serviços do setor privado e filantrópico é uma escolha e uma decisão política.

Esta escolha política está longe de ser linear e isenta de conflitos. As duas experiências analisadas evidenciam uma escolha de colocar a participação como um dos fundamentos do sistema público de saúde. No entanto, a escolha do campo legal não ganha imediatamente corpo institucional e prático na gestão dos governos. Ou seja, as práticas participativas na saúde, nas sociedades brasileira e portuguesa, estão longe de refletirem ou serem retílineas ao arcabouço legal. A cultura política de cada país, as demandas da sociedade mediante os movimentos sociais ou as associações de usuários e as opções dos governos marcaram a trajetória da implementação dos espaços participativos na saúde.

Avaliamos, pelo arcabouço legal e documentos estudados, que a retórica participação em saúde está presente tanto no SNS como no SUS; no entanto, as trajetórias de práticas participativas são bastante diferentes. No Brasil, ora por demanda da legislação, ora por pressão da sociedade civil, os espaços institucionalizados da saúde foram implantados e funcionam com certa regularidade. A pesquisa mostrou-nos que no Brasil a relação democrática entre Estado e sociedade, a garantia dos direitos de cidadania e a progressiva incorporação dos segmentos vulneráveis constituiu-se, em grande medida, no motor e na pauta dos espaços participativos do SUS. A qualidade dessa participação – em termos de representatividade dos segmentos sociais –, a qualificação de conselheiros, a infraestrutura administrativa dos conselhos e a incorporação de outros segmentos foram seguidamente temas de destaque e de questionamentos nos PNS. A conjuntura política regressiva que vem se instalando no Brasil, desde 2016, provavelmente repercutirá de forma igualmente regressiva nos espaços de participação e na elaboração dos PNS. Tarefas estas que deixaremos para novas pesquisas.

Em Portugal, a legislação e as referências sobre participação nos PNS, sobre os direitos de cidadania e sobre a democratização das decisões do Estado em relação ao SNS não se evidenciam da mesma forma que nos documentos do Brasil. Parece predominar o entendimento de que participar é intervir na tomada de decisões em todos os aspectos da vida que afetam os indivíduos em relação à sua doença (vida pessoal e familiar do paciente, da família, dos cuidadores), a promoção da saúde, o contato com os profissionais e na busca certa do serviço de saúde. A organização das associações de pacientes e a literacia em saúde são estratégias bastante recomendadas (nos PNS e na legislação) para que o papel de cidadão, de doente e de consumidor seja desempenhado de forma consciente; que favoreça à boa relação com os serviços; que a realização do tratamento seja adequado; e, que faça a defesa de seus interesses junto ao SNS. No entanto, destaca-se que a cidadania em saúde vem sendo difundida em Portugal por meio dos conselhos de comunidade junto a atenção primária, o funcionamento do Conselho Nacional

de Saúde e o ativismo da sociedade civil. Tais espaços estão colocando na agenda pública a importância da participação social nas decisões sobre o planejamento e a gestão em saúde.

Com menos ênfase no Brasil e com mais ênfase em Portugal, observamos que se trata da participação em saúde como mecanismo propositalmente destinado a incluir segmentos que, na esfera da sociedade (ou do mercado), em sua vida cotidiana, encontram-se excluídos de oportunidades de escolha. Esta concepção de incluir os excluídos, sem necessariamente tratar da desigualdade social de saúde, preconiza a ampliação do direito de escolha do participante, concebido como consumidor de bens e serviços oferecidos por uma multiplicidade de prestadores, preferencialmente do setor privados e social/filantrópico. A concepção que propõe a criação de mecanismos participativos que venham a ampliar o direito dos cidadãos em influenciar o processo de decisão política no âmbito do Estado e que seja descentralizado o processo decisório, vem sendo secundarizada.

Referências

ALMEIDA NETO, Américo Rodrigues de. Participação e democracia para os liberais do século XIX. *Aurora*, v. 5, n. 2, p. 41-55, Jan.-Jun. 2012.

ARNAULT, Antonio. *Serviço Nacional de Saúde – SNS. 30 anos de resistência*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR (USF-AN). *7x7 medidas, novo ciclo dos cuidados de saúde primários 2015-2018*. Lisboa: USF-AN, 2015.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Experiências nacionais de participação social*, p. 27-54. São Paulo; Belo Horizonte: Cortez; Editora UFMG, 2009.

BARROS, Pedro Pita *et alii*. *Políticas públicas em saúde: 2011-2014 – Avaliação do impacto, Healthcare Initiative Research*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Cadastro Nacional de Conselhos de Saúde. Brasília (DF), 2017. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/web_cadastro/>. Acesso em: 19 dez. 2017

———. Plano Nacional de Saúde de 2016 a 2019. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

———. . Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde Revisão e Extensão a 2020. Maio 2015a.

———. . Portaria n.º 2.135, de 25 de setembro de 2013. Estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

———. . Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2016. Versão completa. Maio 2012. Disponível em: <<http://pns.dgs.pt/pns-versao-completa/>>. Acesso em: 03 Abr. 2018.

———. . Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012a.

———. . Plano Nacional de Saúde (PNS) de 2012 a 2015. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

———. . Plano Nacional de Saúde/PNS 2008/2009-2011. Brasília: Ministério da Saúde, 2009a. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/147/pns2008_2011.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 Abr. 2018.

———. . Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – Participa-SUS. 2009b.

———. . Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização. Série B. “Textos Básicos de Saúde”. Brasília: Ministério da Saúde: Organização Pan-Americana da Saúde, 2009c.

———. . Portaria n.º 3.332, de 28 de dezembro de 2006. Aprova orientações gerais relativas aos instrumentos do Sistema de Planejamento do SUS.

———. . Plano Nacional de Saúde: um pacto pela saúde no Brasil (2004-2007). Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_pacto_saude_Brasil.pdf>. Acesso em: 10 Abr. 2018.

———. . Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990a. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e das outras providências.

———. . Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990b. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. *Serv. Soc. Soc. [online]*, n. 109, p. 126-150, 2012.

COHN, Amélia; BUJDOSO, Yasmin Lilla. Participação social e gestão pública no Sistema Único de Saúde. *Tempo Social*, v. 27, n. 1, p. 33-47, Jun. 2015.

CRISÓSTOMO, Sofia; SANTOS, Margarida. Participação pública na saúde: das ideias à ação em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 117, p. 167-186, 2018.

DANTAS, André. Todos pela participação: quando o consenso denuncia a dominação. In: MONTANO, C. (Org.). *O Canto da sereia: crítica a ideologia e aos projetos do terceiro setor*, p. 103-143. São Paulo: Cortez, 2014.

DE VOGLI, Roberto. The financial crisis, health and health inequities in Europe: the need for regulations, redistribution and social protection. *International Journal of Equity in Health*, v. 13, n. 58, 2014.

EUROSTAT. Eurostat database. Luxembourg, European Commission. Health care expenditure by financing scheme, 2019. Disponível em: <<http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>>. Consulta em: 25 Fev. 2019.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FUNG, Archon. Putting the public back into governance: the challenges of citizen participation and its future. *Public Admin. Rev.*, n. 75, p. 513-522, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Rev. Bras. Educ.*, v. 16, n. 47, p. 333-361, Ago. 2011.

HESPANHA, P. As reformas dos sistemas de saúde na Europa do Sul: crises e alternativas. In: RODRIGUES, Paulo Henrique; SANTOS, Isabela (Orgs.). *Políticas e riscos sociais no Brasil e na Europa: convergências e divergências*, p. 81-110. Rio de Janeiro: Hucitec, 2017.

KRÜGER, Tânia Regina; OLIVEIRA, Andréia. Trinta anos da Constituição Federal e a participação popular no SUS. *Argum*, v. 10, n. 1, p. 57-71, Jan./Abr. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18621/13181>>.

IANNI, Octávio. Polarização da cultura política. In: RATTNER, Henrique (Org.). *Brasil no limiar do século XXI*, p. 97-104. São Paulo: EdUSP, 2000.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ABRAO, Rachel; KIELING, Matheus. Interfaces das interfaces socioestatais. Um estudo sobre as ouvidorias. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 28, p. 145-176, 2019.

MALINI, F. Tecnopolítica: a viralidade indígena em rede e os novos modos de mobilização. *Midianinja*, 24 Abr. 2017. Disponível em: <<http://midianinja.org/fabiomalini/tecnopolitica-a-viralidade-indigena-em-rede-e-os-novos-modos-de-mobilizacao/>>. Acesso em: 11 Set. 2018.

MARICATO, Ermínia. Nunca formos tão participativos: reflexões sobre os movimentos sociais urbanos. In: MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*, p. 89-98. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

MATOS, Ana Raquel; SERAPIONI, Mauro. O desafio da participação cidadã nos sistemas de saúde do sul da Europa: uma revisão da literatura. *Cad. Saúde Pública*, v. 33, n. 1, p. 1-11, 2017.

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING (MU). Portugal – Memorandum of understanding Central Bank, European Commission, International Monetary Fund. 17 May 2011. Disponível em: <https://www.jn.pt/infos/pdf/Memorando_troika.pdf>. Acesso em: 10 Jan. 2019.

MORONI, José Antônio. O direito a participação no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Experiências nacionais de participação social*, p. 107-141. São Paulo; Belo Horizonte: Cortez; Editora UFMG, 2009.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Health Statistics. Frequently requested data*. Paris: OCDE Publishing, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde. Alma-Ata, URSS, 6-12 Set. 1978. Disponível em: <<http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-Alma-Ata.pdf>>. Acesso em: 21 Ago. 2018.

———. Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa: OMS, 1986.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE BRASIL (OPAS BRASIL). *Participação social*. Brasília: OMS; Opas Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=1798:participacao-social&Itemid=748>. Acesso em: 24 Ago. 2018.

OBSERVATÓRIO PORTUGUÊS DOS SISTEMAS DE SAÚDE (OPSS). Procuram-se novos caminhos: Relatório de Primavera. Coimbra: OPSS, 2016. Disponível em: <http://opss.pt/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio_Primavera_2016_1.pdf>. Acesso em: 13 Jan. 2019.

PAIVA, Beatriz Augusto de; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Participação popular e assistência social na América Latina: teses, contextos dilemas. In: STUCHI, Carolina; PAULA, Renato; PAZ, Rosângela (Orgs.). *Assistência social e filantropia: cenários contemporâneos*, p. 271-288. São Paulo: Veras Editora, 2012.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. *Serviço Social & Sociedade*, v. 18, n. 53, p. 80-101, 1997.

PIRES, Roberto Rocha. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

PORTUGAL Ministério da Saúde. Decreto-Lei n.º 49, de 23 de agosto 2016. Estabelece o Regime Jurídico do Conselho Nacional de Saúde.

———. . Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde Revisão e Extensão a 2020. Maio 2015a.

———. . Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019. 2015b. Disponível em: <<https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx>>.

———. . Lei n.º 15/2014, de 21 de março de 2014. Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde.

———. . Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2016. Versão completa. Maio 2012. Disponível em: <<http://pns.dgs.pt/pns-versao-completa/>>. Acesso em: 03 Abr. 2018.

———. . Ministério da Saúde. Assembleia da República. Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro de 2008. Estabelece o regime da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

———. . Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde – Prioridade para 2004-2010. Mais Saúde para Todos. Lisboa, fevereiro de 2004a.

———. . Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde – Orientações Estratégicas para 2004-2010. Mais Saúde para Todos. Lisboa fevereiro de 2004b.

———. . Ministério da Saúde. Decreto-Lei n.º 157/1999, de 10 de maio de 1999. Estabelece o regime de criação, organização e funcionamento dos centros de saúde.

———. . Ministério da Saúde. Assembleia da República. Decreto-Lei n.º 11/1993. Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, 1993.

———. Ministério da Saúde. Assembleia da República. Lei n.º 48/1990, de 24 de agosto de 1990. Lei de Bases da Saúde, 1990.

———. Ministério da Saúde. Assembleia da República. Lei n.º 56/79, de 15 de setembro de 1979. Cria, no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais, o Serviço Nacional de Saúde (SNS), pelo qual o Estado assegura o direito à protecção da saúde, nos termos da Constituição.

SABARIEGO, Jesús. *Tecnopolítica y recientes movimientos sociales globales: hacia una democracia basada en lo común*. Comunicação apresentada no Congreso da Unión Latina de la Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (Ulepicc); Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal), Quito (Ec), 2017.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *RBCS*, Ano IX, n. 25, p. 26-37, Jun. 1994. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=212:rbc-25&catid=69:rbc&Itemid=399>.

SERAPIONI, Mauro. Il Servizio Nazionale di Salute portoghese tra crisi, processi di riforma e nuove sfide. In: GIARELLI, Guido; GIOVANNETTI, Vito (Orgs.). *Il Servizio Sanitario Nazionale italiano in prospettiva europea. Un'analisi comparata*, p. 127-145. Milano: Angeli, 2019.

———. A participação pública no sistema de saúde português: a experiência dos Conselhos de comunidade. *O Público e o Privado*, n. 27. Jan./Jun. 2016.

SERAPIONI, Mauro; FERREIRA, Pedro Lopes; ANTUNES, Patrícia. Participação em saúde: conceitos e conteúdos. *Notas Econômicas*, p. 26-40, Dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14195/2183-203X_40_2>.

SIMÕES, Jorge; LIMA, Luís Vale. A entidade reguladora da saúde. In: LOUREIRO, João; PEREIRA, André Dias; BARBOSA, Carla. (Coords.). *Direito da saúde. Estudos em homenagem a Guilherme de Oliveira*, v. I – “Objeto, redes e sujeitos”, p. 285-306. Coimbra (PT): Almedina, 2016.

SIMÕES, Jorge de Almeida *et alii*. Portugal health system review. *Health Systems in Transition*, v. 19, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0007/337471/HiT-Portugal.pdf>. Acesso em: 09 Nov. 2018.

STOTZ, Eduardo Navarro. Trajetória, limites e desafios do controle social do SUS. *Saúde em Debate*, v. 30, p. 149-160, Maio/Dez. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Ciência para a redução das desigualdades. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), 2018. Pro-pesq/UFSC. Disponível em: <<http://propesq.ufsc.br/>>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck; CAVALCANTI, Maria de Lourdes; CABRAL, Marta de Pina. Participação em saúde: do que estamos falando? *Sociologias*, n. 21, p. 218-251, Jun. 2009.



Por uma sociologia sistêmica pós-colonial das diferenças no interior da sociedade mundial moderna

Recebido: 20.04.18
Aprovado: 26.07.19

Roberto Dutra*

Resumo: As aproximações entre os pressupostos epistemológicos e ontológicos da teoria social de Niklas Luhmann e das abordagens pós-coloniais têm sido ressaltadas e desenvolvidas na última década. No âmbito das teorias pós-coloniais, o ponto de vista pós-fundacionalista leva à desconstrução dos discursos hegemônicos e eurocêtricos sobre a modernidade, operando uma observação crítica das operações cognitivas e práticas que constroem, num registro essencialista, identidades e casos nacionais baseados nas autocompreensões (neo)colonialistas dos países ditos centrais ou desenvolvidos. Na medida em que a teoria social de Niklas Luhmann parte de pressupostos ontológicos e epistemológicos muito semelhantes, poder-se-ia esperar uma abordagem desconstrutivista também em sua teoria da sociedade moderna, mas, até agora, prevalece quase unânime a percepção de que a concepção luhmanniana de sociedade mundial é incorrigivelmente eurocêntrica. Pode sua teoria da sociedade mundial não ser eurocêntrica? Apoiando-se em debates mais recentes e menos ortodoxos sobre esta teoria, defende-se nesta comunicação a tese de que a teoria da sociedade mundial de Luhmann pode ser recepcionada em favor da crítica ao discurso hegemônico e eurocêntrico sobre a modernidade.

Palavras-chave: Modernidade. Colonialidade. Sociedade mundial. Teoria dos sistemas. Pós-colonialismo.

* Roberto Dutra é doutor em sociologia pela Humboldt Universität zu Berlin, mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Atualmente é Professor Associado do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP) da UENF, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: 0000-0001-7854-1139. <robertodtj@gmail.com>.

For a post-colonial systemic sociology of the differences within the modern world society

Abstract: The approximations between the epistemological and ontological assumptions of Niklas Luhmann's social theory and postcolonial approaches have been emphasized and developed in the last decade. In the context of postcolonial theories, the post-foundationalist point of view leads to the deconstruction of hegemonic and eurocentric discourses on modernity, operating a critical observation of cognitive and practical operations that build, in an essentialist register, national identities and cases based on self-(neo)colonialist understandings of the so-called central or developed countries. To the extent that Niklas Luhmann's social theory starts from very similar ontological and epistemological assumptions, one might expect a deconstructive approach also in his theory of modern society, but until now prevails almost unanimously the perception that the Luhmannian conception of world society is incorrigibly eurocentric. Can this theory of world society not be eurocentric? Relying on more recent and less orthodox debates on this theory, it is argued in this communication that Luhmann's theory of world society can be adopted in favor of criticism of the hegemonic and eurocentric discourse on modernity.

Keywords: Modernity. Coloniality. World Society. Theory of systems. Postcolonialism.

Introdução

As aproximações entre os pressupostos epistemológicos e ontológicos da teoria social de Niklas Luhmann e as abordagens pós-coloniais têm sido ressaltadas e desenvolvidas na última década. Os esforços de aproximação focam, dentre outros aspectos, o ponto de vista pós-fundacionalista, que consiste em recusar a ontologia das identidades, das essências, das substâncias e dos fundamentos últimos em favor de uma perspectiva da diferença a privilegiar as operações cognitivas e práticas de diferenciação como as responsáveis pela construção da realidade social (Gonçalves, 2013).

No âmbito das teorias pós-coloniais, o ponto de vista pós-fundacionalista leva à desconstrução dos discursos hegemônicos e eurocêntricos sobre a modernidade, operando uma observação crítica das operações cognitivas e práticas que constroem, num registro essencialista, identidades e casos nacionais baseados nas autocompreensões colonialistas dos países ditos centrais ou desenvolvidos. Nessas teorias, o discurso da modernidade ocidental sobre si mesma (e sobre o seu “outro” – o “Oriente”, a “América Latina”, o “resto”) é, portanto, o principal objeto de desconstrução, tendo como estímulo histórico-empírico as experiências das regiões pós-coloniais – América Latina, Ásia e África – com a modernidade (Miglievich-Ribeiro, 2014; Mignolo, 2002; Quijano, 1997).

Na medida em que a teoria social de Luhmann parte de pressupostos ontológicos e epistemológicos muito semelhantes, poder-se-ia esperar uma abordagem desconstrutivista também em sua teoria da sociedade moderna, mas, até agora, prevalece quase unânime a percepção de que a concepção luhmanniana de sociedade mundial é incorrigivelmente eurocêntrica (Souza, 2011). Isso significa que a teoria da sociedade de Luhmann não poderia ser lida e desenvolvida em função do objetivo estratégico de construir uma “sociologia pós-colonial” (Boatcă & Costa, 2010). Por exemplo, esforços de construir uma sociologia da modernidade na América Latina a partir da teoria da sociedade mundial funcionalmente diferenciada de Luhmann – como se tem constatado no caso de Marcelo Neves – estariam condenados a replicar ou atualizar a lógica cognitiva (colonial) de perceber a “modernidade periférica” como “negativa” e deficitária em termos do acesso aos princípios estruturais da modernidade (Souza, 2011).

A crítica pós-colonial apontaria – com toda razão – que as diferenças “modernidade positiva” × “modernidade negativa”, assim como os déficits de diferenciação funcional atribuídos “ontologicamente” e exclusivamente a determinadas regiões

(Dutra, 2016a), constituem uma versão renovada da diferença política pós-colonial, que reifica padrões regionais de sociabilidade como métrica para práticas e discursos de comparação que inferiorizam e tornam periféricos, em diversas dimensões e esferas, outros padrões não convergentes de forma igualmente ontológica e exclusiva.

Esta percepção é justa em face do potencial e da complexidade da teoria de Luhmann? Pode sua teoria da sociedade mundial não ser eurocêntrica? Podemos recepcioná-la de um modo em que as diferenças e desigualdades regionais não sejam subsumidas em categoriais reificadas e reificadoras como moderno × atrasado, positivo × negativo, plenitude × déficit?

Ao se apoiar em debates mais recentes e menos ortodoxos sobre esta teoria, este texto defende a tese de que a teoria da sociedade mundial de Luhmann pode ser recepcionada em favor da crítica ao discurso hegemônico e eurocêntrico sobre a modernidade. E isto sem violar nenhum de seus pressupostos e conceitos fundamentais. O argumento principal é que as análises de Luhmann sobre os efeitos e paradoxos da diferenciação da sociedade em subsistemas já haviam rompido com o discurso hegemônico sobre a modernidade. E, apesar dos elementos inegavelmente eurocêntricos, é possível defender o primado da “face pós-colonial” na teoria dos sistemas, sem, no entanto, recorrer à extrapolação da categoria do “político” e das narrativas de dominação e poder para descrever a variedade global de padrões de sociabilidade moderna e, ao mesmo tempo, sendo capaz de romper com naturalizações das diferenças coloniais à medida que desenvolve sensibilidade teórica e empírica para a dimensão cognitiva da colonialidade que perpassa a ciência e a filosofia sociais modernas.

Sustento que a teoria de Luhmann pode servir de base para uma “sociologia pós-colonial” (Boatcă & Costa, 2010) capaz de combinar a análise da unidade da sociedade mundial com a consideração das diferenças e variedades construídas em seu interior. No entanto, a teoria da sociedade de Luhmann tem um problema grave que precisa ser enfrentado, e para o qual tem demonstrado pouca sensibilidade: sua descrição da transição à sociedade moderna enxerga somente um processo de diferenciação singular e interno à Europa, desconsiderando, como Walter Mignolo (2002) diria, o papel da “diferença colonial” na constituição da chamada “transição para a modernidade”. Para se constituir como “sociologia pós-colonial” capaz de compreender a globalidade das diferenças regionais, a teoria dos sistemas precisa não apenas investir em estudos sobre a globalização dos sistemas funcionais a partir do século XIX (Werron, 2007), tendo a Europa como núcleo difusor dos proces-

tos sociais globais, mas, sobretudo, questionar e revisar sua descrição da própria transição para a sociedade moderna, realizando uma profunda autocrítica. Seria preciso, portanto, problematizar a tese da transição para a sociedade mundial funcionalmente diferenciada, a fim de escapar da narrativa da singularidade ocidental (Chakrabarty, 2000: 7), segundo a qual as demais regiões recebem, sempre de fora para dentro, estruturas sociais e semânticas gestadas primeiramente na Europa.

O maior desafio para a teoria da sociedade mundial é o de recontar a história da modernidade, substituindo a narrativa única de uma diferenciação funcional desenvolvida inicialmente no interior da Europa e depois expandida para o resto do mundo por narrativas plurais sobre a experiência de cada contexto “geo-histórico” como parte do desenvolvimento “entrelaçado” (Randeria, 2000) e “múltiplo” (Eisenstadt, 2000) de sistemas funcionais globais (Grizelj & Kirschstein, 2014: 12). É preciso, também na teoria dos sistemas, problematizar a história do Ocidente e partir das relações e diferenças que o constituíram, sem necessariamente negar a centralidade da Europa e dos Estados Unidos no processo de surgimento da modernidade, mas sim de observá-la a partir da própria diferença centro x periferia, o que se configura – a meu ver – como resultado de um diálogo crítico e produtivo entre a teoria dos sistemas e o pós-colonialismo. Como ressalta José Maurício Domingues (2008: 125-126), não é necessário negar a – inegável – centralidade da Europa na formação inicial da modernidade para ressaltar o papel constitutivo que os contatos e entrelaçamentos com as demais regiões do planeta tiveram neste processo.

A grande diversidade de teorias pós-coloniais dificulta uma discussão com validade mais abrangente sobre suas semelhanças e diferenças com a teoria dos sistemas de Luhmann. No entanto, pretendo restringir meu diálogo com a abordagem do semiólogo argentino Walter Mignolo, a qual incorpora a tradição latino-americana de teorias e pesquisas sobre a dependência e as relações múltiplas entre centro e periferia para construir sua análise sobre o esquecimento da “diferença colonial” na filosofia e nas teorias sociais e políticas modernas. Diferentemente da grande maioria das ciências sociais e da filosofia (que também se estende a Luhmann), que localizam a transição para a modernidade na virada do século XVIII para o século XIX, esquecendo os três séculos anteriores de relações coloniais constitutivas para a formação das identidades “geo-históricas” na Europa, as teorias sobre a dependência e as relações centro-periferia, cuja síntese teórica Mignolo localiza na obra de Immanuel Wallerstein,

põem o colonialismo em tela, ainda que apenas como um elemento derivado, e não constitutivo, da modernidade, pois ainda não

tornam visível a colonialidade, o outro (escuro?) lado da modernidade (Mignolo, 2002: 60).

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, recapitulamos as proximidades epistemológicas e ontológicas entre a teoria dos sistemas e os “pós-colonialismos” encontradas na literatura recente. Na segunda parte, comparamos as semelhanças e as diferenças entre as duas abordagens em relação ao modo como interpretam as diferenças sociais produzidas no interior da sociedade mundial, dialogando especificamente com o semiólogo Mignolo. Na terceira seção, analisamos mais detidamente o problema da autologia na crítica pós-colonial, ou seja, o problema “iluminista sociológico” de refletir sobre as condições – e os limites – sociais de possibilidade da crítica social. Neste ponto, a teoria dos sistemas de Luhmann pode nos ajudar a corrigir o déficit de reflexividade autológica da crítica pós-colonial, identificando na superação, pelo sistema da sociedade, do caráter necessário e primário da “diferença colonial” o eixo teórico central nesta tarefa de correção. Na quarta e última parte, esboçamos os traços básicos de uma teoria sistêmica da sociedade mundial submetida a um processo de descolonização, indicando o que precisa ser corrigido na teoria da sociedade mundial de Luhmann para que ela não fique cega à “diferença colonial” e assim seja capaz de inspirar uma “sociologia pós-colonial”.

Teoria dos sistemas e as abordagens pós-coloniais

Na última década, alguns trabalhos (Gonçalves, 2013; Grizelj & Kirschstein, 2014; Eckstein & Reinfandt, 2014) ressaltaram as afinidades entre a teoria luhmanniana dos sistemas e as teorias pós-coloniais e decoloniais. Em termos gerais, estes esforços destacam as enormes semelhanças epistemológicas e ontológicas entre as duas abordagens, especialmente o ponto de partida de uma teoria da diferença (em oposição às teorias das identidades, das essências e dos fundamentos), a desconstrução da distinção ontológica entre sujeito e objeto e a ruptura com a ideia de um conhecimento neutro e desengajado de seus objetos, em favor de uma teoria do conhecimento em que o conhecer é uma das operações fundamentais (da autoconstituição) dos próprios objetos estudados.

i. Teoria da diferença. Em que pese a grande diversidade no interior do que se convencionou chamar de teorias pós-coloniais ou decoloniais, todas elas comungam com a teoria dos sistemas de Luhmann a premissa de que as realidades constituídas por sentido (social e psíquico) são, não apenas na última, mas em todas as instâncias, diferenças en-

tre o sentido selecionado e o sentido não selecionado, mas reproduzido como possibilidade, como virtualidade em face da qual o sentido selecionado torna-se contingente. Ao invés de partir da existência de determinadas identidades, estruturas e referências fixas, o postulado é que toda identidade, estrutura e referência é constituída por operações de sentido que traçam distinções: o “Ocidente” precisa distinguir-se do “Oriente” (Eduard Said) ou do “resto do mundo” (Stuart Hall) para formar e reproduzir sua identidade de “Ocidente”; o sistema precisa distinguir-se do ambiente para formar e reproduzir sua identidade de sistema (Gonçalves, 2013; Eckstein & Reinhardt, 2014).

ii. *Desconstrução da distinção ontológica entre sujeito e objeto.* Outra grande semelhança entre as duas abordagens aqui tratadas é a crítica à filosofia/ontologia do sujeito que concebe este último como instância cognitiva ontologicamente separada do mundo, seja na esfera do conhecimento seja na da ação prática. O *cogito* cartesiano perde – tanto para os pós e decoloniais como para Luhmann e os luhmannianos – a condição de instância privilegiada do conhecimento e da ação, tornando-se uma construção histórica, contingente e precária das operações e dos discursos que também são responsáveis pela constituição dos objetos do conhecimento. O que se designa como sujeito e o que se designa como objeto são constituídos pelas mesmas operações de sentido que produzem o conhecimento enquanto saber situado no mundo, sobre o mundo e para o mundo. Ou – como diria Luhmann –, observador e observado resultam da mesma base operativa (Luhmann, 1997: 875).

iii. *Ruptura com a ideia de um conhecimento neutro e desengajado.* A terceira importante afinidade epistemológica e ontológica entre teoria dos sistemas e teorias pós e decoloniais é a própria concepção de conhecimento que resulta das outras demais premissas. Para ambas, o conhecimento é sempre conhecimento engajado, ou seja, criado e reproduzido a partir de problemas reais como o desafio do colonizador em estabilizar a “diferença colonial” (colonizador x colonizado) por meio de conceitos e semânticas que fixem ontologicamente a relação de superioridade x inferioridade moral entre os dois lados da diferença e legitimem sua reprodução, ou o desafio dos sistemas sociais em conhecer os efeitos do ambiente instável sobre a continuidade das operações sistêmicas. Mesmo que a modernidade científica seja descrita por Luhmann como constituída por um sistema funcional autopoietico fundado em operações que codificam e validam o co-

nhecimento como – cientificamente – verdadeiro ou falso, a produção e circulação de conhecimento científico, ainda que subordinadas ao imperativo de uma diferença binária funcionalmente especializada (o código verdadeiro x falso), é concretamente programada e organizada por influência de acoplamentos estruturais da ciência com os demais sistemas funcionais como economia e política, ou seja, é sempre ciência influenciada, embora não determinada na complexidade interna de duas operações, pelo seu acoplamento – “engajamento” – com as operações do ambiente societal (Neves, 2009; 2014). Na medida em que ciência é sempre ciência acoplada e organizada, ela é sempre condicionada por fatores extracientíficos locais, como interesses políticos (coloniais, anticoloniais, desenvolvimentistas), econômicos etc.

Aqui é importante fazer duas ressalvas.

i. Essas afinidades epistemológicas e ontológicas não ficam restritas às duas vertentes teóricas; elas se estendem também às abordagens pós-estruturalistas e pós-fundacionistas (Garcia da Costa & Rodrigues, 2017) de autores como Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Judith Butler. Essas abordagens também recusam sistematicamente a ontologia das identidades, das essências, das substâncias, das “estruturas necessárias e profundas” (Unger, 2004) e dos fundamentos últimos em favor de uma perspectiva da diferença que privilegia as operações cognitivas e práticas de diferenciação como as responsáveis pela construção da realidade social e de “fundamentos contingentes” (Butler, 1992).

ii. É preciso ressaltar que essa crítica epistemológica e ontológica que aproxima teoria dos sistemas, pós-colonialismo, pós-estruturalismo e pós-fundacionismo não é exclusividade, pelo menos em suas principais características na prática do produzir e fazer circular a ciência social, das vertentes teóricas cujo vigor é contemporâneo ao fim da Guerra Fria e ao desafio de criticar os discursos científicos hegemônicos que emulam a impossibilidade de alternativas aos padrões de sociabilidade do Atlântico Norte.

As teorias pós-coloniais e decoloniais contemporâneas, apesar de diferenças de orientação teórico-filosóficas, apresentam uma concepção comum sobre o social em grande medida distinta da teoria luhmanniana dos sistemas sociais. Embora compartilhem com Luhmann o ponto de partida de uma teoria da diferença, as teorias pós-coloniais e decoloniais, assim como as teorias “pós-estruturalistas” do

poder (Holmes, 2013), tendem a subsumir todas as diferenças sociais à dimensão política: “as diferenças são sempre formas de assimetria de poder entre povos” (Gonçalves, 2013: 263). Ao invés de definir as diferenças políticas (superioridade de poder x inferioridade de poder) como esfera específica de relações sociais, fundada na diferenciação do poder como meio simbolicamente generalizado de comunicação, as teorias pós-coloniais e decoloniais alargam ao máximo a concepção do “político”, partindo da premissa de que todas as diferenças encontradas na sociedade são, no fundo, diferenças de poder ou dela resultantes. Enquanto em Luhmann, a política seria uma das formas contingentes assumidas pelo social – precisamente enquanto forma funcionalmente diferenciada de comunicação –, ao lado de outras formas do social como a economia, a religião etc., para as teorias pós-coloniais e decoloniais, *o social é sempre político*.

Este alargamento do político pode ser encontrado claramente no conceito de “colonialidade do poder” de Aníbal Quijano (1997), amplamente aceito e utilizado como categoria-chave no pensamento decolonial latino-americano (Mignolo, 2002). Mesmo sem reduzir todas as práticas e estruturas sociais do mundo social a este conceito, a “colonialidade” é concebida como padrão dominante de hierarquização, criado a partir do circuito comercial do Atlântico no século XVI, que produz suas próprias unidades dominadas e dominantes, seja em termos institucionais com o sistema colonial e neocolonial de Estados centrais e periféricos, seja em termos socioculturais com os processos de construção e universalização de etnias e raças enquanto critérios de classificação social hierarquizante de povos e posições na divisão do trabalho (Quijano & Wallerstein, 1992). O conceito de “colonialidade do poder” surge para explicar por que o discurso e a prática de expandir a modernidade, a “civilização” e o “progresso” tendem a reproduzir relações hierárquicas, nas quais sujeitos, comunidades, e Estados-nações – juntamente com seus modos de ser, conhecer e agir – se localizam em uma área que está abaixo do humano. A colonialidade é precisamente o padrão hierarquizante que articula diversas modalidades de práticas e esferas sociais e que confere sentido geral, duradouro e definidor das relações entre um conjunto de estados e identidades étnico-raciais – “geo-históricas”, diria Mignolo – no sistema-mundo que emerge com o circuito comercial e colonial do Atlântico:

[...] mesmo quando o *status* colonial formal chega a seu fim, não acaba a colonialidade. Ela persiste na forma de uma hierarquia sociocultural entre europeus e não europeus. É importante entender que todos os Estados neste sistema interestatal são criações novas – daqueles no topo àqueles na base da hierarquia (Quijano & Wallerstein, 1992: 550).

As hierarquias produzidas pela colonialidade correspondem ao padrão de dominação que subsistiria a todas as transições, até mesmo à transição para a diferenciação funcional, delimitada pelo fim do colonialismo político-administrativo e pela criação de Estados nacionais formalmente autônomos¹.

Assim como os “direitos do homem” e a igualdade formal entre indivíduos – desde o jovem Marx – seriam meras ideologias para reproduzir e legitimar as desigualdades materiais entre as classes, o ideal igualitário entre povos e nações, embutido na independência formal de ex-colônias e institucionalizado pelo atual sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), tal como *a própria ideia de diferenciação funcional*, não seriam também mais do que fenômenos ideológicos que emergem para justificar desigualdades regionais (Gonçalves, 2017). A diferenciação funcional estaria sempre subordinada ao padrão hierarquizante da colonialidade. Desta forma, enquanto esfera primária de produção das diferenças e desigualdades no interior do sistema-mundo moderno/neocolonial,

a hierarquia da colonialidade se manifesta em todos os domínios – político, econômico e, não menos importante, na esfera cultural. A hierarquia reproduz a si mesma no tempo, embora sempre tenha sido possível para poucos Estados modificar sua posição na hierarquia. Mas uma mudança na ordem das posições não perturba a existência contínua da hierarquia (Quijano & Wallerstein, 1992: 550).

1. Coerente com o ponto de partida do primado da colonialidade na sociedade global, a diferenciação funcional como um todo e seus elementos normativos (igualdade formal) são reduzidos a mera “ideologia da sociedade neocolonial” (Gonçalves, 2017).

Na próxima seção, veremos como as semelhanças nas premissas epistemológicas e ontológicas e as diferenças na concepção sobre o social podem ser encontradas nas respectivas descrições que a teoria dos sistemas e a teoria de Mignolo fazem das diferenças encontradas na sociedade global.

Teoria dos sistemas, pós-colonialismo e as diferenças no interior da sociedade mundial

Podemos recepcionar a teoria de Luhmann sem que as experiências regionais com a modernidade sejam subsumidas em categoriais reificadas e reificadoras como moderno x atraso, positivo x negativo, plenitude x déficit? Ao se apoiar em debates mais recentes e menos ortodoxos sobre esta teoria, defende-se nesta comunicação a tese de que a teoria da sociedade mundial de Luhmann pode ser recepcionada em favor da crítica ao discurso hegemônico e eurocêntrico sobre a modernidade. As análises de Luhmann sobre os efeitos e paradoxos da diferenciação da sociedade em subsistemas já romperam, em grande medida, com o discurso hegemônico e

teleológico sobre a modernidade, principalmente na última fase do autor. Nessas análises, problemas de “exclusão” e “corrupção sistêmica” não são relíquias do passado, mas produtos da expansão global dos sistemas funcionais, a qual não anula as particularidades de contextos e “histórias locais”, mas condiciona e é também condicionada por estas particularidades, orientando-se pelas possibilidades e limitações de cada região.

No plano da teoria da sociedade, as abordagens “pós-coloniais” – assim como as decoloniais – e a teoria dos sistemas se preocupam com a produção de diferenças regionais. Embora as diferenças centro x periferia, trabalhada pela segunda, e a diferença Norte x Sul global, desenvolvida pelas primeiras, não sejam exatamente sinônimas, já que a diferença Norte x Sul global apresenta uma abrangência maior, as duas concepções destinam-se a um mesmo propósito: observar a construção de assimetrias regionais como produto da operação de diferenças a um nível suprarregional x global (Gonçalves, 2013: 250-251).

Porém, há neste ponto uma importante divergência no modo de conceituar essas diferenças globais: enquanto as teorias pós-coloniais definem a diferença primária como “diferença colonial” (Mignolo, 2002), entendida como relação de poder (colonialidade) que subordina conhecimento, autoridade política, economia, gênero, sexualidade etc. ao imperativo de dominação colonial ou neocolonial, já que toda diferença “é sempre condicionada, em contextos concretos, pela confrontação concreta com um ‘outro’” (Eckstein & Reinfandt, 2014: 120-121), a teoria dos sistemas postula que a globalidade dos sistemas funcionais – portanto, a diferença funcional entre sistemas sociais globais – é o meio a partir do qual as diferenças regionais, que de resto nunca são anuladas pelo contato (colonial ou não) com a modernidade, são resignificadas e reproduzidas, seja nos termos da diferenciação secundária centro x periferia, seja em termos mais simétricos.

Ao lado desta divergência importante, há, no entanto, uma convergência central entre as duas abordagens sobre a produção de diferenças regionais na sociedade contemporânea: a ruptura radical com a filosofia da história e com a concepção teleológica de evolução sociocultural. Como ressaltou Sérgio Costa, a crítica pós-colonial à visão teleológica da modernidade, fundada no esquecimento e na reprodução da “diferença colonial”, na concepção de que as estruturas sociais dos países do Atlântico Norte constituem o *telos*, o “ponto de chegada”, dos países do Atlântico Sul e na consequente negação de alternativas às formas de sociabilidade moderna contemporâneas, não se aplica ao conjunto da sociologia, mas apenas à “macrossociologia da modernização” (Costa, 2006: 129-130). Pois, no interior da própria sociologia,

a crítica à teoria da modernização, escola de pensamento que vive sua fase áurea nos Estados Unidos, nos anos de 1950 e 1960, remonta pelo menos ao final da década de 1960, quando atacava-se, precisamente, o caráter etnocêntrico, endogenista de tal corrente e a suposição de que da “modernização” da economia decorreria, automaticamente, de transformações em outras esferas, como a democratização da política e a secularização cultural (Costa, 2006: 129-130).

A concepção, obtida por comparação assimétrica e idealizadora entre países e regiões, de um *telos* societal de integração entre as esferas sociais diferenciadas, que ignora as contradições e idealiza a integração e a harmonia entre elas, é o cerne de uma teoria da diferenciação funcional completamente cega à “diferença colonial” e às diferenças regionais como um todo, uma vez que percebe essas diferenças como elementos de “atraso” a serem superados pela evolução convergente dos sistemas sociais diferenciados. Se a teoria da sociedade mundial funcionalmente diferenciada de Luhmann partilhasse destas premissas, não seria possível nenhum diálogo com as teorias pós-coloniais e decoloniais. Teleologia e visão harmônica da diferenciação funcional se aplicam, por exemplo, a Parsons, mas não a Luhmann.

Na verdade, como a evolução da sociedade é aberta, pode haver tanto situações de equilíbrio entre diferentes sistemas funcionais como situações de domínio de um(uns) sobre outro(s) – como a colonização econômica das demais esferas demonstra. Colocada nestes termos – a meu ver –, a teoria da diferenciação funcional de Luhmann, assim como sua teoria da sociedade mundial, permitem romper com o quadro de referência da “perspectiva hegemônica da modernidade” (Tavolaro, 2014: 656), segundo o qual o equilíbrio entre os sistemas funcionais diferenciados e a inclusão universal seriam traços da modernidade central e desequilíbrio – assim como a “corrupção” – e exclusão características da modernidade periférica.

O projeto de Luhmann era desenvolver uma teoria da sociedade mundial contra o paradigma da teoria da modernização. Ele não parte de um modelo de diferenciação funcional no qual os sistemas funcionais coevoluem de forma harmoniosa, como se a autonomização da economia, da política, do direito, do ensino, da ciência etc. “fosse capaz de preencher funções de sustentação recíproca” (Luhmann, 1995a: 24). Ele parte, na verdade, da premissa oposta: “a elevada especialização e autonomização dos sistemas funcionais irá conduzir a prejuízos recíprocos” (Luhmann, 1995a: 25). Neste sentido, a relevância dos condicionamentos e das “histórias” locais para as estruturas dos sistemas funcionais não contradiz nem o caráter global destes sistemas, nem o primado global da diferenciação funcional como um todo. Na produção de variações locais engendradas por estes condicionamentos e estas

histórias específicos de cada região, o primado da diferenciação funcional se mantém como referência supralocal de comparação intrassistêmica, uma vez que singularidades locais só podem existir em função de seus *status* comparados no interior dos sistemas funcionais globais.

Neste sentido, podemos afirmar que tanto a teoria dos sistemas como as teorias pós-coloniais valorizam epistemologicamente condicionamentos, estruturas e histórias regionais sem recorrerem ao paradigma do “nacionalismo metodológico”, quase sempre implícito na sociologia com o conceito espontâneo de sociedade nacional. A teleologia e a filosofia da história estão vinculadas de modo umbilical ao “nacionalismo metodológico”, pois a ideia de um *telos* convergente para o desenvolvimento social moderno, ou seja, de um ponto de chegada que atua como critério de comparação para definir estágios relativos de “atraso” e “modernidade” tem no imaginário sociológico das “sociedades nacionais” uma referência obrigatória.

O rompimento com a teleologia, presente de modo explícito na teoria dos sistemas e nos pós-colonialismos, exige o rompimento simultâneo com o “nacionalismo metodológico”, ou seja, com o privilégio epistemológico atribuído implícita ou explicitamente pelo discurso – sociológico – hegemônico sobre a modernidade às identidades “geo-históricas” dos países do Atlântico Norte: o privilégio de serem confundidas com a realização típica da modernidade, servindo de parâmetro para avaliar outras identidades “geo-históricas” como “atrasadas”, desviantes, não modernas, subdesenvolvidas, em desenvolvimento, negativamente modernas, primitivas, bárbaras etc. Romper com este “privilégio epistemológico” – ou, como diria Mignolo (2002: 84-85) com esta “dependência epistêmica” – significa desestabilizar as assimetrias – oposições binárias “assimetrizadas”, diria Luhmann – conceituais do tipo modernidade × atraso, desenvolvimento × subdesenvolvimento, positivamente moderno × negativamente moderno, civilizado × bárbaro × primitivo etc., que são, desde o desenvolvimento de comparações globais no século XIX, o cerne da “diferença colonial” (Mignolo, 2002) reproduzida pelo paradigma do “nacionalismo metodológico” que elege os países do Atlântico Norte como parâmetro de modernidade que orienta as comparações e portanto a construção e interpretação de diferenças sociais globais.

Meu argumento é que esta ruptura epistemológica sobre a sociedade mundial defendida por Walter Mignolo também se encontra presente na teoria de Niklas Luhmann. As análises sobre os efeitos e paradoxos da diferenciação funcional romperam, em grande medida, com o discurso hegemônico e teleológico sobre a modernidade, principalmente, como já afirmamos, na última fase do autor. Embora

se possa dizer que Luhmann não observasse a operação de “diferenças coloniais” na constituição da diferenciação funcional europeia, não se pode concluir que ele faz uma equiparação entre Atlântico Norte e modernidade (Gonçalves, 2017). Sua teoria da diferenciação funcional é, nos anos 1990, radicalmente antirregionalista, a ponto de recusar a identificação de problemas de exclusão e de “corrupção sistêmica” como sendo apenas de certas regiões, tratando-os não como desvios da modernidade, mas sim como produtos genuínos e paradoxais de uma forma de diferenciação muito mais caótica e desintegrada do que coesa e integrada, como no discurso sociológico dominante de um Talcott Parsons.

A teoria da diferenciação funcional de Luhmann, como procurei demonstrar detalhadamente alhures (Dutra, 2013; 2016), não constrói ontologias regionais, como podemos encontrar na tese de Marcelo Neves sobre o caráter periférico dos problemas de exclusão e corrupção sistêmica. Reduzi-la a mais uma “ideologia da sociedade (neo)colonial” não faz jus ao trabalho de Luhmann e oblitera o seu potencial ainda não desenvolvido na direção de uma “sociologia pós-colonial”.

Para Mignolo, trata-se de operar desconstruções dos discursos hegemônicos e eurocêntricos sobre a modernidade, realizando uma observação crítica das operações cognitivas e práticas que constroem, num registro essencialista, identidades e casos nacionais baseados nas autocompreensões colonialistas dos países designados como centrais ou desenvolvidos. Tais desconstruções consistem basicamente em tornar visível a operação da “diferença colonial” (Mignolo, 2002) que, ao fim e ao cabo, termina sendo obliterada pela colonialidade embutida na construção dessas identidades essencialistas nacionais. O discurso da modernidade ocidental sobre si mesma – e sobre o seu “outro”, o “Oriente”, a “América Latina” – é, portanto, o principal objeto de desconstrução, tendo como estímulo histórico-empírico as experiências das regiões pós-coloniais com a modernidade.

Mignolo incorpora a tradição latino-americana dos estudos sobre dependência e as relações múltiplas entre centro e periferia para construir sua análise sobre o esquecimento da “diferença colonial” na filosofia e nas teorias sociais e políticas modernas. Para o semiólogo argentino, em esforço de ruptura com a tradição de pensamento ocidental em diversas disciplinas, que localizam a transição para a modernidade na virada do século XVIII para o século XIX, é preciso colocar os três séculos anteriores de relações coloniais no centro da análise sobre a modernidade. E como essas relações coloniais são constitutivas para a formação das identidades “geo-históricas” na Europa em processo de modernização, o próprio conceito de modernidade precisa vir sempre acoplado ao de colonialidade (Mignolo, 2017).

Os estudos sobre dependência e as relações centro-periferia, cuja síntese teórica Mignolo localiza na obra de Immanuel Wallerstein,

[...] põem o colonialismo em tela, ainda que apenas como um elemento derivado, e não constitutivo, da modernidade, pois ainda não tornam visível a colonialidade, o outro (escuro?) lado da modernidade (Mignolo 2002: 60).

Sua tarefa é justamente a de trabalhar este “lado obscuro” a fim de superar a própria modernidade como condição para superar a colonialidade.

O esquecimento da “diferença colonial” – que não desaparece com o fim do colonialismo político-administrativo – só faz reforçar a estabilidade das identidades “geo-históricas” ocidentais construídas com base nesta mesma “diferença”. Assim como nas discussões sobre o “Orientalismo” (Said, 2007) e no debate sobre a diferença mais abrangente entre o “Ocidente” e o “resto” (Hall, 1992), o que está em jogo aqui é a formação recíproca da imagem de si e da imagem do outro. A premissa teórica básica – partilhada por Said, Hall, Mignolo e muitos outros – é a de que a criação de identidades culturais ou “geo-históricas” depende de contrastes entre a própria identidade e uma alteridade construída como inferior. É justamente este contraste constitutivo que Mignolo chama de “diferença colonial”, estabilizada como relação assimétrica entre povos moralmente inferiores e superiores, pela simples estabilização de qualquer um dos polos do contraste, mesmo que se esqueça que o outro polo da diferença, e logo a própria diferença, são constitutivos do único polo ressaltado: a identidade ocidental moderna.

O conceito de “diferença colonial” é o mais importante neste diálogo, pois permite observar, a partir da perspectiva pós-colonial, como as identidades “geo-históricas” do Atlântico Norte se constituem em uma “formação discursiva” (que em Luhmann equivale à dimensão semântica das estruturas sociais) assimétrica, estabilizada na diferença Ocidente x resto do mundo, que remonta às viagens de exploração e colonização comercial europeias dos séculos XV e XVI, mas que se desdobra na monopolização semântico-discursiva das ideias de desenvolvimento e modernidade por parte dos países ocidentais.

Para Mignolo, o esquecimento da “diferença colonial” produz e atualiza a invisibilização da continuidade de relações hierárquicas herdeiras da colonização. Isto ocorre de modo típico com o racismo em relação ao negro: um padrão de hierarquia que perpassa diferentes esferas sociais, da relação colonial entre senhor e escravo às formas modernas de discriminação e exclusão nas esferas da economia,

da política, da justiça e da cultura. Para a teoria dos sistemas, a continuidade de relações hierárquicas como o racismo em relação ao negro precisa ser percebida em contexto de descontinuidade da forma primária de diferenciação da sociedade, que a passa a se dar como diferenciação de subsistemas de função – e não como diferença entre colonizador e colonizado – como na velha hierarquia unitária entre centro e periferia. Isto fica claro na análise das estruturas de inclusão e exclusão nos diferentes sistemas sociais.

A teoria dos sistemas enfatiza que a contingência e a possibilidade de não reprodução dessas hierarquias herdeiras da colonização são elementos constitutivos dos horizontes normativos e cognitivos da própria modernidade. Para Mignolo, esta possibilidade parece estar necessariamente anulada por estes horizontes modernos. O debate entre Luhmann e Mignolo – que proponho – pode ser entendido como um debate sobre a continuidade e a transformação das estruturas sociais, especialmente das estruturas hierárquicas herdeiras da colonização, na transição para a modernidade e no interior de seus horizontes contemporâneos.

No período colonial fundante do sistema-mundo moderno-colonial, a monopolização semântico-discursiva da Europa sobre as ideias de desenvolvimento e modernidade, e com isso sobre a própria construção da história universal, foi instituída pela criação do primeiro sistema universal de classificação e produção de identidades étnicas e posteriormente raciais, ajustado estruturalmente para legitimar as hierarquias da divisão social do trabalho do colonialismo comercial (Quijano & Wallerstein, 1992: 550-552). Com o fim do colonialismo político-administrativo nos séculos XVIII e XIX, é justamente esta monopolização semântico-discursiva, reinstitucionalizada após a Segunda Guerra em uma ordem político-jurídica que promove a imposição de modelos institucionais e de ideias de modernidade e desenvolvimento dos países centrais para os periféricos, que vai permitir ao Ocidente recolonizar o resto do mundo, seja por meio de intervenções militares “humanitárias”, ou de escandalizações morais seletivas e assimétricas em nome dos “direitos humanos”. No trabalho de Mignolo (2002), esta monopolização semântico-discursiva é pensada em termos de uma “dependência epistêmica” (Mignolo, 2002: 84-85) generalizada que produz o esquecimento da “diferença colonial” e, com isso, da continuação da colonialidade como lado obscuro da modernidade.

Sua proposta é tematizar e tornar visível a operação desta “diferença colonial”, tendo como pano de fundo não uma narrativa teórica universal, mas narrativas particulares a partir de cada contexto “geo-histórico” produzido na relação constitutiva entre modernidade e colonialidade. Programaticamente, esta proposta desdobra-se na ideia de “diversalidade”, que é

um projeto que se coloca como alternativa à universalidade e oferece a possibilidade de uma rede de confrontações planetárias com a globalização em nome da justiça, da equidade, dos direitos humanos e da diversalidade epistêmica (Mignolo, 2002: 90).

Assim como em outras teorias críticas da modernidade – e particularmente nas teorias críticas da dominação e da desigualdade –, o “pós-colonialismo”, mesmo que não admita isto ao pretender fazer uma “crítica externa” da modernidade x colonialidade, baseia-se na *episteme* e em categorias modernas como equidade, direitos humanos e até mesmo na própria ideia de diversidade epistêmica. Querendo ou não, essas categorias remetem a padrões normativos que a própria modernidade forjou, e que servem de parâmetro não para críticas externas da vida moderna, mas para críticas internas e imanentes, que utilizam a semântica dos sistemas sociais modernos para criticar, desconstruir e tornar visíveis fraturas, incoerências, contradições, paradoxos, contingências e alternativas no desenvolvimento social e cultural.

Na próxima seção, analisaremos mais detidamente o problema da autologia na crítica pós-colonial, ou seja, o problema “iluminista sociológico” de refletir sobre as condições – e os limites – sociais de possibilidade da crítica social. Neste ponto, a teoria dos sistemas de Luhmann pode nos ajudar a corrigir o déficit de reflexividade autológica da crítica pós-colonial, identificando na superação, pelo sistema da sociedade, do caráter necessário e primário das diferenças de poder coloniais o eixo teórico central nesta tarefa de correção.

As condições de possibilidade da crítica pós-colonial

A questão das condições socioculturais de possibilidade da crítica pós-colonial nos remete diretamente à premissa epistemológica partilhada com a teoria dos sistemas, segundo a qual o conhecimento sobre o social – a observação do social, para Luhmann – é parte integrante do próprio objeto, ou seja, é sempre autoconhecimento e auto-observação do social possibilitados pelo social. No caso específico do pós-colonialismo, esta questão autológica está diretamente relacionada às condições de possibilidade de uma crítica de desigualdades sociais globais (Norte x Sul, centro x periferia etc.), que é, concretamente, o modo como a crítica pós-colonial se realiza, incluindo a do trabalho de Mignolo. E a questão autológica fundamental para uma teoria crítica das desigualdades, mesmo as de caráter “neocolonial”, é a das condições de possibilidade da problematização sociológica – como autoproblematização social – das assimetrias entre pessoas, povos, nações, regiões etc.

No trabalho de Mignolo (2002), a crítica pós-colonial se realiza como crítica do esquecimento da “diferença colonial” que produz e reproduz um poder de definição e classificação controlado pelo Ocidente, responsável pela criação e continuidade de uma identidade ocidental colocada como superior e uma alteridade não ocidental fixada como inferior. Sua concretização como crítica de desigualdades “neocoloniais” fica evidente quando a construção das identidades “geo-históricas” hierarquizadas é remetida a assimetrias étnico-raciais que se atualizam mesmo com o fim do colonialismo político-administrativo, na medida em que são institucionalizadas pela “colonialidade do poder” (Mignolo, 2002: 83). A crítica de Mignolo identifica na “diferença colonial” entre as identidades “neocoloniais” (do Atlântico Norte) e “neocolonizadas” (no nosso caso, a América Latina) a fonte unificada de todas as outras formas de dependência e hierarquia, constituindo a “essência pura da colonialidade do poder” (Mignolo, 2002: 84-85).

Neste ponto, também podemos identificar o já apontado (Ruggero, 2009) déficit de reflexividade autológica da crítica pós-colonial. Ao eleger uma fonte única de produção e reprodução das desigualdades herdeiras da colonização – a “colonialidade” –, ela acaba pressupondo um primado da “diferença colonial” sobre a constituição e o funcionamento de todas as instituições e sistemas da sociedade global. O déficit de reflexividade autológica reside precisamente neste pressuposto, pois, na vigência do primado da “diferença colonial”, a crítica da “colonialidade do poder” não seria possível enquanto saber do social sobre o social. O “lugar de enunciação” da crítica pós-colonial não se sustenta enquanto “exterioridade” (Mignolo, 2002: 62): ou ele está internamente implicado na própria “diferença colonial”, o que representaria uma impossibilidade disfarçada com a busca de um “lugar híbrido de enunciação”, ou ele está internamente implicado em formas de sociabilidade que transcendem a “diferença colonial”. Meu argumento é que uma reflexão autológica da crítica pós-colonial nos conduz a esta segunda alternativa: a de uma teoria pós-colonial sociologicamente informada de que sua própria existência é produto de uma sociedade global que transcende a “diferença colonial” e a “colonialidade do poder”.

Em termos sociologicamente mais precisos, transcender a “diferença colonial” e a “colonialidade do poder” significa a constituição de um patamar global de complexidade social, no qual se torna impraticável uma mesma hierarquia colonial ou neocolonial estruturar o funcionamento de desigualdades em todas as esferas e dimensões da vida social. Em outros termos: significa que as assimetrias neocoloniais – cuja emergência e estabilização o próprio Luhmann identificou como constitutivas para as identidades nacionais europeias no século XIX e XX – não poderiam jamais ser desestabilizadas na evolução dos distintos sistemas funcionais da socie-

2. Mas – como sugiro –, se partimos do primado da diferenciação funcional, qual seria o estatuto teórico das hierarquias coloniais ou neocoloniais que inegavelmente persistem e se atualizam na sociedade global, ainda que esta não possa ser definida como primariamente neocolonial? Para Santiago Ruggero (2009), no caso da América Latina, a hipótese de um primado da “diferença colonial” só faz sentido no período de conquista e colonização, pois a forma primária de diferenciação da sociedade era entre centro e periferia: “*Se dieron numerosos modos de control de comunicaciones de la periferia por parte del centro, en el caso de la periferia Latinoamérica y el centro Europa, tales como dominio territorial, control militar, control de puertos, exterminios, implantación de roles sociales, mestizaje, evangelización, y la implantación de medios de comunicación: lenguajes del centro en el primer caso, y la escritura occidental en el segundo caso*” (Ruggero, 2009: 7). Em consonância com a crítica pós-colonial, este primado da diferença centro x periferia entre os séculos XV e XIX tem na constituição

dade global. Ora, mas é justamente esta desestabilização que podemos identificar em situação de quase coexistência com a semântica neocolonial.

Em diferentes sistemas funcionais, mas sobretudo na própria política de importantes Estados nacionais, o século XX dá testemunho do surgimento não só de críticas sociais e políticas do neocolonialismo, como também da efetiva constituição de estruturas e processos anticoloniais, desenvolvimentistas, anti-imperialistas, que lograram alterar significativamente, em diferentes momentos, as estruturas globais de poder. Ao fim e ao cabo, a reflexividade autológica que cobramos da crítica pós-colonial tem o objetivo de situar sua própria semântica crítica no interior de estruturas e processos anticoloniais, cuja existência pressupõe uma sociedade global cuja diferença primária não é uma “diferença colonial” unitária e vigente em todas as esferas sociais, mas sim uma sociedade formada por um conjunto diferenciado de esferas nas quais diferentes estruturas neocoloniais ou anticoloniais se desenvolvem de modo não necessariamente relacionado. O problema teórico fundamental é, portanto, se as diferenças regionais – sejam elas neocoloniais ou não – devem ser explicadas a partir do primado da “diferença colonial” ou do primado da diferenciação funcional².

O debate entre transformação e continuidade das estruturas sociais herdeiras da colonização se evidencia também no tema da transição do colonialismo político-administrativo para os Estados nacionais, enquanto forma especificamente moderna de controle político e jurídico de territórios. Da perspectiva da teoria dos sistemas – e em oposição ao que sugere a crítica pós-colonial –, o primado da “diferença colonial” não se reproduz com o fim do colonialismo político-administrativo. Isto porque a formação de Estados nacionais, ainda que periféricos e dependentes, não é um processo isolado, mas parte da constituição de sistemas funcionais globais (Werron, 2007), o que resulta na fragmentação das relações entre centro e periferia. Ao invés de uma “diferença colonial” unitária, estruturada em torno de um único centro capaz de controlar toda(s) a(s) periferia(s), temos um conjunto diferenciado de relações centro x periferia, que não se deixa subsumir a uma única diferença. Neste novo contexto, a “colonialidade” continua existindo, mas agora não mais como forma primária de estruturação das sociabilidades globais. Ela

funciona como actualización de estructuras de centro y periferia como forma de diferenciación dentro de la forma primaria de diferenciación por funciones. Es decir, que en el sistema social global funcionalmente diferenciado, si bien no posee un centro específico, posee tantos centros como sistemas con forma centro y periferia dentro de su diferenciación funcional haya. No siendo la división del trabajo la única diferenciación entre centro y periferia (Ruggero, 2009: 9).

Esta diferenciação funcional das relações centro x periferia tem pelo menos *três importantes implicações* para o estatuto das hierarquias neocoloniais entre Norte x Sul, centro x periferia etc.

i. A condição periférica ou neocolonial não é uma posição estrutural unitária, definida territorialmente como identidade “geo-histórica”. Nem todos os sistemas funcionais em um país econômica, científica e politicamente periférico seguem a mesma dinâmica de reprodução da diferença centro x periferia. O vigor da modernidade religiosa no Brasil, por exemplo, desautoriza o uso da categoria de periferia para esta esfera específica, indicando que o centro do sistema funcional da religião não converge com os centros da modernidade econômica ou científica (Dutra, 2016b). As diferenças regionais devem ser pensadas como relativas a determinados sistemas funcionais de referência e não como absolutas e unificadas em torno de um eixo centro x periferia vigente em todos os sistemas funcionais.

ii. A condição periférica ou neocolonial é produto de diferenciações centro x periferia, que podem acontecer tanto em países centrais como nos periféricos, podendo-se falar da internalização de “centros” nos países periféricos e da internalização de “periferias” nos países centrais. Em termos especificamente luhmannianos: a “reentrada” (*re-entry*) das diferenças centro x periferia acontece tanto no centro como na periferia. Na Europa, segundo a própria análise de Mignolo, houve, a partir do século XVIII, uma “periferização” dos centros econômicos, culturais e políticos formados na península ibérica com a conquista e colonização dos séculos XV e XVI. Mignolo (2002: 62) identifica esta “cópia” da diferença centro x periferia no centro com a metáfora da formação de um “Terceiro Mundo dentro do Primeiro Mundo”. Na periferia, a “reentrada” acontece, por exemplo, com a formação de centros acadêmicos cujas condições e os estímulos para o trabalho levam à importação de questões, métodos e teorias que, ao mesmo tempo em que constituem e reproduzem o “colonialismo mental” na periferia, também conferem a seus agentes um *status* de “centro na periferia”.

iii. Neste contexto – como Luhmann (1995b) mesmo percebeu –, a “colonialidade” também pode assumir a forma de “autodescrições assimetrizantes”, de semânticas neocoloniais. Ao contrário de Ruggero (2009: 9), não identifico relação de exclusão mútua entre esta forma semântica da “colonialidade” e a tese de que ela assume formas plu-

da colonialidade como “meio de comunicação simbolicamente generalizado” e na formação de identidades raciais enquanto “mecanismo simbiótico” os fundamentos de sua produção e reprodução nas práticas cotidianas. Isso significa que as principais comunicações da sociedade são diretamente estruturadas por desigualdades colonial-raciais concretas, por uma estrutura de desigualdade unitária vigente em todas as esferas sociais.

rais e diferenciadas, de acordo com a lógica de cada sistema funcional. Em verdade, a semântica é constitutiva das estruturas sociais (Stäheli, 2009) e isto acontece também com a “colonialidade”. Formas específicas de auto-observação e autodescrição, como aquelas encontradas por Fabrício Neves (2009) na biociência praticada no Brasil, atribuem *status* de “periféricas” às práticas sociais realizadas em determinados territórios. Deve-se ressaltar que esta atribuição de *status* é decisiva para a própria constituição e reprodução das relações entre centro e periferia. Como os pós-coloniais sempre ressaltam, a “colonialidade” é invariavelmente constituída pelas semânticas que orientam a interpretação do mundo social. Para Mignolo, estas semânticas promovem o esquecimento e a reprodução invisível da “diferença colonial”. A ênfase conferida às “formações discursivas” por Mignolo e outros pós-coloniais deve, no entanto, ser aqui complementada pela ênfase nas práticas reais de classificação e interpretação, pois só assim é possível observar a contingência das semânticas neocoloniais.

Considerações finais: algumas correções internas na teoria sistêmica para uma sociologia pós-colonial

Nestas considerações finais, gostaria de esboçar os traços básicos de uma teoria sistêmica da sociedade mundial submetida a um processo de descolonização. Se até aqui enfatizamos o que a crítica pós-colonial deve corrigir a partir de um esforço de reflexividade autológica que resulta em questionar o primado da “diferença colonial” como pressuposto de sua descrição das diferenças sociais globais, agora pretendo indicar o que precisa ser corrigido na teoria da sociedade mundial de Luhmann para que ela não fique cega à “diferença colonial” e assim seja capaz de inspirar uma “sociologia pós-colonial”.

Quando aplicada fora do Atlântico Norte, ficam mais evidentes as dificuldades em escapar de uma leitura “neocolonial” (Gonçalves, 2017) da teoria luhmanniana da sociedade mundial funcionalmente diferenciada. Exemplo consolidado deste tipo de leitura é o trabalho de Marcelo Neves (1992; 2012) sobre os problemas de (des) diferenciação do direito no Brasil, do qual resulta a tese geral da ausência de diferenciação funcional na América Latina. Segundo Neves, no Brasil e na América Latina – diferentemente do que ocorreria nos países centrais da Europa e da América do Norte –, o primado da diferenciação funcional seria solapado pela “corrupção sistêmica estrutural” típica da “modernidade negativa ou periferia”.

A ideia de que na Europa e nos Estados Unidos a inclusão e a exclusão nos sistemas funcionais são efetivamente estruturadas por mecanismos universalistas e pautadas exclusivamente por normas constitucionais ignora a realidade de desigualdades sociais estruturadas segundo mecanismos particularistas. Para superar este problema, é necessária uma simultânea correção teórica sobre a tese luhmanniana do primado da diferenciação funcional.

Como tentei demonstrar alhures (2013; 2016a), a diferenciação funcional constitui o pano de fundo global para a observação de regiões (ou outras unidades sociais/socioespaciais, como países, classes, etnias etc.) como desviantes em relação a outras, de acordo com o padrão de autonomia sistêmica e inclusão tomados como referência comparativa. Ocorre, porém, que a escolha da referência comparativa está definida ontologicamente como sendo a Europa e os Estados Unidos. Ainda que haja permanentes desigualdades na capacidade de estabelecer – e estabelecer-se como – a referência comparativa, a teoria de Luhmann, apesar de seus componentes eurocêntricos, prevê uma pluralização e não uma insuperável concentração territorial das unidades tomadas como critério de sucesso na realização das funções sociais diferenciadas na modernidade.

As críticas “pós-coloniais” – especialmente a de Mignolo com sua associação à teoria do sistema-mundo e com seu foco na dimensão cognitiva da colonialidade eurocêntrica – desejam a ampliação do leque de modelos normativos sobre a vida política, econômica e jurídica de povos, nações e países da “periferia”, e com isso a pluralização das referências comparativas globais em todas as esferas da sociedade. O interesse de Mignolo pela filosofia e ciência social produzidas na África e na Ásia testemunham exatamente esta pluralização no interior do sistema científico global, no qual o intelectual argentino tem ampla liberdade de circulação, fala e audiência. Sua pretensão intelectual – e também política – pode ser atendida com as ferramentas da teoria da sociedade de Luhmann, na qual a sociedade mundial é composta por uma variedade de referências comparativas (Schmidt, 2012), entre as quais estão os Estados nacionais, mas não apenas eles. E com a vantagem de se trabalhar de modo mais consequente com a questão da autologia: refletir sobre a condição social de possibilidade da própria observação crítica “pós-colonial”³.

No entanto, a construção desta sociologia sistêmica pós-colonial exige uma correção fundamental na narrativa luhmanniana sobre a gênese da sociedade funcionalmente diferenciada: é preciso rever a tese da transição à sociedade funcionalmente diferenciada a fim de escapar da narrativa da singularidade ocidental (Chakrabarty, 2000: 7), segundo a qual a modernidade emergiu primeiro na Europa e depois se expandiu para outros lugares.

3. A leitura da teoria de Luhmann realizada por Aldo Mascareño (2003; 2012) propõe uma alternativa à caracterização da modernidade na América Latina pelo critério do “déficit” de diferenciação e inclusão. Sua inovação é a diferença entre as variantes policêntrica e concêntrica da diferenciação funcional. Enquanto a variante policêntrica seria vigente na Europa e na América do Norte, a variante concêntrica estruturada pelo centralismo estatal caracterizaria a modernidade latino-americana. No entanto – a meu ver –, esta inovação, ao tomar o Atlântico Norte como o caso de realização das potencialidades de autonomia e descentralização sistêmico-funcional com sua estrutura policêntrica, acaba reproduzindo o modelo “neocolonial” de comparação, no qual o Atlântico Norte é o parâmetro natural das realizações sociais e culturais da modernidade. Como se pode notar, a análise de Mascareño atribui o caráter concêntrico da diferenciação funcional na América Latina ao papel centralizador do Estado, o qual seria responsável por induzir processos de (des)diferenciação entre a política e outros sistemas

funcionais como o direito e a economia. Assim como a análise de Marcelo Neves, a de Mascareño também parece padecer de alguns problemas empíricos, embora não dos mesmos:

i. Generalizar o papel do Estado, como se seu protagonismo na construção de ordens sociais concêntricas fosse o mesmo em todo o continente latino-americano. Esta narrativa, de resto caudatária do discurso liberal-conservador que atribui sempre ao Estado a fonte dos problemas e à sua redução a fonte de soluções, não leva em conta as enormes diferenças não só entre as capacidades estatais dos países (entre Brasil e Bolívia, por exemplo), como àquelas internas aos próprios países. Como vimos acima, a reconstrução histórico-sociológica (Hahn, 1993) evidencia que não há, pelo menos como relação causal necessária, um jogo de soma zero entre construção e fortalecimento dos papéis do Estado e diferenciação de outros sistemas funcionais. Ao levar em conta este dado histórico, o papel dos Estados nacionais na América Latina, sobretudo nos períodos de maior fortalecimento de

O maior desafio para a teoria da sociedade mundial é o de problematizar a história da modernidade, substituindo a narrativa única de uma diferenciação funcional desenvolvida no interior da Europa e depois apenas expandida para o resto do mundo por narrativas plurais sobre a experiência de cada contexto “geo-histórico” com o desenvolvimento “entrelaçado” (Randeria, 2000) e “múltiplo” (Eisenstadt, 2000) de sistemas funcionais globais (Grizelj & Kirschstein, 2014: 12), mesmo que estes sistemas tenham seu centro na Europa. O componente mais “eurocêntrico” da teoria de Luhmann – ou seja, aquele que menos reflete sua preocupação tardia em conduzir sua própria teoria a um giro reflexivo sobre as diferenças regionais – é sua descrição da transição para a sociedade funcionalmente diferenciada como fenômeno interno à Europa até o século XVIII, para somente depois, já nos séculos XIX e XX, globalizar-se e assumir conexões e referências fora da Europa.

Possivelmente – como defende a crítica pós-colonial – a correção dessa narrativa inclui reavaliar o papel da diferença centro × periferia na narrativa da transição. Para Luhmann, a transição, na Europa, deu-se a partir da diferenciação estratificada entre “nobres” e “povo comum”, havendo um silenciamento das diferenças coloniais entre centro e periferia neste processo. Não se trata de negar a centralidade da Europa no processo de surgimento da modernidade, mas sim de observá-la a partir da própria diferença centro × periferia, o que se configura – a meu ver – como resultado de um diálogo crítico e produtivo entre a teoria dos sistemas e o pós-colonialismo. Como ressalta Domingues (2008: 125-126), não é necessário negar a – inegável – centralidade da Europa na formação inicial da modernidade para ressaltar o papel constitutivo que os contatos e entrelaçamentos com outras regiões do planeta tiveram neste processo.

Neste quadro teórico, a construção de desigualdades regionais do tipo centro × periferia não é vista como eixo estrutural necessário da modernidade global – o que chamo de “primado da diferença colonial” –, mas sim como processo contingente e multidimensional.

Neste debate com Mignolo, podemos corrigir a teoria dos sistemas e libertá-la de seu viés eurocêntrico, mas sem a pretensão de fazer uma descrição externa da sociedade global, a partir de sua exterioridade periférica, o que não existe enquanto “lugar de enunciação”, pois as periferias da modernidade foram internalizadas e fragmentadas pelo primado da diferenciação funcional. As possíveis contribuições de uma sociologia sistêmica pós-colonial – críticas ou não – estão dentro do sistema da sociedade global.

Referências

- ARALDI, Claudio; CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena. *Glossar zu Niklas Luhmanns theorie sozialer systeme*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1997.
- BOATCĂ, Manuela; COSTA, Sérgio. Postkoloniale Soziologie: ein Programm. In: REUTER, Julia; VILLA, Paula-Irene (Orgs.). *Postkoloniale Soziologie. Empirische Befunde, theoretische Anschlüsse, politische Intervention*, p. 69-91. Bielefeld: Transcript, 2010.
- BOMMES, Michael. Zur Bildung von Verteilungsordnungen in der funktional differenzierten Gesellschaft. Erläutert am Beispiel, ethnischer Ungleichheit' von Arbeitsmigranten; In: SCHWINN, Thomas (Org.). *Differenzierung und Soziale Ungleichheit. Die zwei Soziologien und ihre Verknüpfung*. Frankfurt a. M.: Humanities Online, 2004.
- BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. *Cad. CRH*, v. 28, n. 73, p. 59-76, 2015.
- BUTLER, Judith. Contingent foundations: feminisms and the question of 'postmodernism'. In: BUTLER, Judith; WALLACH SCOT, Joan (Orgs.). *Feminists theorize the political*, p. 3-21. New York: Routledge, 1992.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton (NJ): University of Princeton, 2000.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia – a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.
- DOMINGUES, José Maurício. *Latin America and contemporary modernity. A sociological interpretation*. New York: Routledge, 2008.
- DUTRA, Roberto. Diferenciação funcional e a sociologia da modernidade brasileira. *Política e Sociedade*, v. 15, n. 34, p. 77-109, 2016a.
- . A universalidade da condição secular. *Religião e sociedade*, v. 36, n. 1, p. 151-174, 2016b.
- . O problema da desigualdade social na teoria da sociedade de Niklas Luhmann. *Cad. CRH*, v. 27, n. 72, p. 547-561, 2014.
- . *Funktionale Differenzierung, soziale Ungleichheit und Exklusion*. Konstanz: UVK, 2013.

suas capacidades – como no nacional-desenvolvimentismo do século XX –, revela-se muito parecido àquele desempenhado ontem e hoje na Europa e até mesmo nos Estados Unidos;

ii. Reproduzir caricaturas regionais – o que chamei alhures (Dutra, 2016a) de “ontologização da região” – é outro problema empírico decorrente da identificação de padrões de diferenciação funcional com países ou regiões inteiras, como se a semântica territorial (Norte x Sul, por exemplo) engendrasses uma estrutura hierárquica entre centro e periferia unitária e totalizante. Os processos de periferização e centralização de práticas sociais às vezes obedecem a fronteiras territoriais, nacionais ou regionais, mas não o fazem sempre e nunca de modo necessário. Sua localização territorial é contingente. Nos países periféricos há, por exemplo, processos de centralização na ciência (Neves, 2009), assim como há processos de periferização em países centrais. Ou seja, para construir uma teoria sistêmica pós-colonial da modernidade na América Latina é preciso não substituir o nacionalismo

pelo “regionalismo metodológico”, rompendo efetivamente o “obstáculo epistemológico” regionalista caricatural de pressupor um padrão especificamente “latino-americano” de modernidade, seja ela concêntrica, negativa, ou periférica, pois estes atributos não estão ontologicamente relacionados a qualquer região.

ECKSTEIN, Lars; REINFANDT, Christoph. Luhmann in the Contact Zone: Zur Theorie einer transkulturellen Moderne. In: GRIZELJ, Mario; KIRSCHSTEIN, Daniela (Orgs.). *Riskante Kontakte: Postkoloniale Theorien und Systemtheorie?*, p. 107-124. Berlin: Kadmos, 2014.

EISENSTADT, Shmuel. N. *Die Vielfalt der Moderne*. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2000.

FERES JÚNIOR, João. Spanish America como o outro da América. *Lua Nova*, v. 26, n. 62, p. 69-91, 2004.

GARCIA DA COSTA, Everton. G.; RODRIGUES, Leo Peixoto. Teoria dos sistemas sociais, teoria do discurso e pós-fundacionismo: um diálogo possível. In: RODRIGUES, L. P.; NEVES, F. M. (Orgs.). *Niklas Luhmann. Sistemas sociais: ensaios teóricos*, p. 145-167. Porto Alegre: Editora Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Functional differentiation as ideology of the (neo) colonial society. *Thesis Eleven*, v. 143, n. 1, p. 70-81, 2017.

———. Pós-colonialismo e teoria dos sistemas: notas para uma agenda de pesquisa sobre o direito. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Orgs.). *Dossiê Niklas Luhmann*, p. 249-278. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

GRIZELJ, Mario; KIRSCHSTEIN, Daniela (Orgs.). *Riskante Kontakte: Postkoloniale Theorien und Systemtheorie?* Berlin: Kadmos, 2014.

HALL, Stuart. The West and the Rest: Discourse and Power. In: HALL, Stuart; GIBBEN, Bram (Orgs.). *Formations of modernity*, p. 275-320. Cambridge (UK): Polity Press; Open University, 1992.

HAHN, Alois. Identität und Nation in Europa. *Berliner Journal für Soziologie*, v. 3, p. 193-203, 1993.

HEINTZ, Bettina; WERRON, Tobias. Wie ist Globalisierung möglich? Zur Entstehung globaler Vergleichshorizonte am Beispiel von Wissenschaft und Sport. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, v. 63, p. 359-394, 2011.

HOLMES, Pablo. *Verfassungsevolution in der Weltgesellschaft. Differenzierungsprobleme des Rechts und der Politik im Zeitalter der Global Governance*. Baden-Baden: Nomos, 2013.

LUHMANN, Niklas. Zum Begriff der sozialen Klasse. In: LUHMANN, Niklas. *Ideenevolution. Beiträge zur Wissenssoziologie*, p.72-131. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2008.

———. *Die Politik der Gesellschaft*. KIESERLING, André (Org.). Frankfurt a. M: Suhrkamp, 2002.

———. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. v. 1 e 2. Frankfurt a. M: Suhrkamp, 1997.

———. Kausalität im Süden. *Soziale Systeme*, n. 1, 1995a.

———. Jenseits von Barbarei. In: LUHMANN, Niklas. *Gesellschaftsstruktur und Semantik 4*, p. 138-150. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1995b.

———. Symbiotische Mechanismen. In: LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung 3*, p. 228-244. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1981.

MASCAREÑO, Aldo. *Die Moderne Lateinamerikas. Weltgesellschaft, Region und funktionale Differenzierung*. Bielefeld, transcript, 2012.

———. Teoría de sistemas de América Latina. Conceptos fundamentales para la descripción de una diferenciación funcional concêntrica. *Revista Persona y Sociedad*, v. 17, n. 2, p. 9-26, 2003.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. Por uma razão decolonial: desafios ético-políticos-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 1, p. 66-80, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

———. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, v. 101, n. 1, p. 57-96, 2002.

NASSEHI, Armin. Kultur im System: einige programmatische Bemerkungen zu einer systemtheoretisch informierten Kultursociologie. In: WOHLRAB-SAHR, Monika (Org.). *Kultursociologie: Paradigmen-Methoden-Fragstellungen*, p. 375-395. Wiesbaden: VS Verlag, 2010.

NEVES, Fabrício M. A contextualização da verdade ou como a ciência torna-se periférica. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 3, p. 556-574, 2014.

———. A diferenciação centro-periferia como estratégia teórica básica para observar a produção científica. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 17, n. 34, p. 241-252, 2009.

NEVES, Marcelo. Komplexitätssteigerung unter mangelhafter funktionaler Differenzierung. Das paradox der sozialen Entwicklung Lateinamerikas. In: BIRLE, Peter et alii (Orgs.). *Durch Luhmanns Brille. Herausforderungen an Politik und an Recht in Latein Amerika und in der Weltgesellschaft*. Wiesbaden: Springer; VS Verlag, 2012.

———. Die Staaten im Zentrum und die Staaten an der Peripherie. Einige Probleme mit Niklas Luhmanns Auffassung von den Staaten der Weltgesellschaft. *Soziale Systeme*, v. 12, p. 247-273, 2006.

———. *Verfassung und Positivität des Rechts in der peripheren Moderne: eine theoretische Betrachtung und eine Interpretation des Falls Brasiliens*. Berlin: Duncker und Humblot, 1992.

PARSONS, Talcott. *The system of modern societies*. Englewood Cliffs (NJ): Prentice-Hall Inc., 1971.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Anuario Mariateguiano*, v. 101, n. 1, p. 113-122, 1997.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. *International Social Science Journal*, v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.

DE GIORGI, Raffaele. Periferias da modernidade. *Revista Direito Makenzie*, v. 11, n. 2, p. 39-47, 2017.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. *Revista de Administração Pública*, v. 17, n. 1, p. 6-51, 1983.

RANDERIA, Shalini. Jenseits von Soziologie und soziokultureller Anthropologie: Zur Ortbestimmung der nichtwestlichen Welt in einer zukünftigen Sozialtheorie. In: BECK, Ulrich; KIESERLING, Andre (Orgs.). *Ortsbestimmung der Soziologie: Wie die kommenden Generation Gesellschaftswissenschaften betreiben will*, p. 41-50. Baden-Baden, Nomos, 2000.

RUGGERO, Santiago. *América Latina y la colonialidad. Un abordaje sistémico de las teorías poscoloniales para una teoría pós-colonial*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-062/1211.pdf>>. Acessado em: 20 Mar. 2018.

SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMIDT, Volker. Conceptualizing global modernity. A tentative sketch. *Working paper series*, National University of Singapore, 2012.

SOUZA, Jessé. Niklas Luhmann, Marcelo Neves e o “culturalismo cibernético” da moderna teoria sistêmica. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Orgs.). *Dossiê Niklas Luhmann*, p. 149-182. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

———. Jenseits von Zentrum und Peripherie. Über die symbolische Dimension des Kapitalismus. *Berliner Journal für Soziologie*, v. 21, n. 1, p. 23-38, 2011.

STÄHELI, Urs. Die Konstruktion des Finanzpublikums: eine genealogische Analyse. In: STICHWEH, Rudolf; WINDOLF, Paul (Orgs.). *Inklusion und Exklusion: Analysen zur Sozialstruktur und sozialen Ungleichheit*, p. 259-272. Wiesbaden: VS Verlag, 2009.

TAVOLARO, Sérgio B. F. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados*, v. 57, n. 3, p. 633-673, 2014.

UNGER, Roberto Mangabeira. *O que a esquerda deve propor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

———. *False necessity: anti-necessitarian social theory in the service of radical democracy*. New York: Verso, 2004.

WEIß, Anja. *Soziologie globaler Ungleichheiten*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2017.

———. Raumrelationen als zentraler Aspekt weltweiter Ungleichheiten. *Mittelweg*, v. 2, p. 76-91, 2002.

WERRON, Tobias. Publika. Zur Globalisierungsdynamik von Funktionssystemen. *Soziale Systeme*, v. 13, p. 386-388, 2007.



A crítica de arte e suas mediações: Mário Pedrosa e a construção de uma plataforma estética concretista no Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1950

Recebido: 10.11.18
Aprovado: 05.11.19

Tarcila Soares Formiga*

Resumo: O crítico de arte Mário Pedrosa destacou-se, entre o final de década de 1940 e o início da década de 1950, ao contribuir para a formação de um núcleo de arte concreta no Rio de Janeiro, juntamente com o artista e professor Ivan Serpa. Enquanto Serpa reuniu esses artistas em suas aulas de pintura, debatendo os trabalhos que eram ali apresentados, Pedrosa fez de sua casa um espaço para apresentar as ideias que estava desenvolvendo em sua tese sobre a percepção da forma na obra de arte. O objetivo deste trabalho é analisar o papel ocupado por Pedrosa na construção de um projeto artístico, em relação àquele desempenhado por Serpa, atuando como mediador em diversos níveis: apresentando os novos artistas ao público na condição de crítico, e atuando como um "teórico" no interior de um grupo de artistas.

Palavras-chave: Mário Pedrosa. Crítica de arte. Ivan Serpa. Arte concreta. Mediação.

*Art criticism and its mediations:
Mario Pedrosa and the building of
a concrete aesthetic platform in Rio de Janeiro
between the 1940s and the 1950s*

Abstract: The art critic Mário Pedrosa stood out between the late 1940s and the early 1950s by contributing to the formation of a concrete art core in Rio de Janeiro, together with the artist and professor Ivan Serpa. While Ivan Serpa brought these artists together in his painting classes, debating artworks presented there, Pedrosa made his home a place to present the ideas he was developing in his thesis on the perception of form in artwork. The aim of this work is to analyze the role of Pedrosa in the construction of an artistic project, in relation to that played by Serpa, acting as a mediator on several levels: presenting the new artists to the public as a critic, and acting as a "theoretical" within a group of artists.

Keywords: Mario Pedrosa. Art criticism. Ivan Serpa. Concrete art. Mediation.

* Tarcila Soares Formiga é doutora em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com período sanduíche na New School for Social Research (Nova York). Atualmente é professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: 0000-0001-8937-9296. <tarcilasformiga@gmail.com>.

1. Sobre os termos concretismo e arte concreta, eles são mobilizados “para definir um padrão estético que recusa a representação da natureza e valoriza a construção de formas, linhas, cores, planos e ritmos ao recolocar o problema da bidimensionalidade do espaço pictórico” (Villas Bôas, 2014b).

2. As questões de trabalho presentes neste artigo fazem parte das reflexões que desenvolvi em minha tese de doutoramento, intitulada *À espera da hora plástica: o percurso de Mário Pedrosa na crítica de arte brasileira*. Enquanto na tese procurei entender o processo de formação de Mário Pedrosa como crítico de arte, neste artigo procuro compreender a sua atuação junto ao grupo concretista carioca a partir da categoria mediação. Além disso, neste artigo, diferente de outros trabalhos publicados por mim anteriormente, também destaco o papel de Ivan Serpa na formação do núcleo concretista no Rio de Janeiro, e as diferentes posições que ele e Mário Pedrosa ocuparam na criação desse grupo.

3. De acordo com Gláucia Villas Bôas (2014b), o

O objetivo deste trabalho é compreender o papel desempenhado pelo crítico de arte Mário Pedrosa no desenvolvimento de um núcleo de arte concreta¹ na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XX, a partir de sua atuação em diversas frentes: debatendo ideias com os artistas em encontros realizados em sua casa e desfrutando da posição de “teórico” entre eles, escrevendo em jornais e catálogos, e participando de debates em torno do tema da arte moderna.

Embora não seja possível considerar o crítico como único agente responsável pelo desenvolvimento do concretismo no Rio de Janeiro – como poderá ser visto mais adiante neste trabalho, por meio da atuação do artista Ivan Serpa como professor de artistas que viriam a compor o grupo concretista carioca –, Pedrosa desfrutou de uma posição diferenciada no interior desse movimento, o que contribuiu para o seu reconhecimento como crítico de arte a partir da década de 1950².

Uma análise de como Pedrosa atuou como crítico de arte e formulador de um projeto estético, no entanto, não pode prescindir de uma breve reflexão acerca dessa atividade. Compreender as “razões da crítica” configura-se aqui como um primeiro passo para entender não apenas a importância do exercício judicativo em meados do século XX, no Brasil – momento esse em que a discussão sobre uma arte moderna marcadamente brasileira atingia seu ápice com um embate entre dois projetos distintos³ –, como também para analisar o papel que Pedrosa desempenhou no meio artístico e cultural do país naquele contexto.

Cabe destacar que não serão debatidos aqui os primórdios da crítica de arte e uma definição *a priori* de seu significado. Em vez disso, a discussão sobre o exercício judicativo vai ser pautada por uma categoria fundamental para sua compreensão, a saber: a mediação. De acordo com Giulio Argan (2010), o fato de a crítica contribuir para a legitimação da arte corrobora a hipótese de que os trabalhos artísticos teriam um caráter inacabado, ou que eles não teriam uma comunicabilidade imediata. Nesse sentido, a crítica assumiria uma função mediadora, isto é,

lançaria uma ponte sobre o vazio que se tem, vindo a criar entre os artistas e o público, ou seja, entre os produtores e os fruidores dos valores artísticos (Argan, 2010: 128).

Essa mediação, todavia, dar-se-ia em diversos níveis, sendo também tarefa da crítica relacionar a arte com outras esferas da vida social, justamente em um momento em que a arte declara sua autonomia, isto é, sua liberdade em relação às coerções

do mundo exterior. Nesse contexto, caberia ao crítico desempenhar o papel de forjar novas conexões entre a arte moderna e a realidade. Sobre isso, afirma Argan:

A tarefa da crítica contemporânea consiste, pois, substancialmente, em demonstrar que o que é feito como arte é verdadeiramente arte e que, sendo arte, associa-se organicamente a outras atividades, não artísticas e até não estéticas, inserindo-se assim no sistema geral da cultura (Argan, 2010: 130).

Esse outro sentido – que pode ser atribuído à ideia de mediação, como uma das funções da crítica – é fundamental para compreender o percurso de Mário Pedrosa no exercício judicativo. Enquanto uma linhagem de críticos estava relacionada ao repertório realista/naturalista na arte, representada por Mário de Andrade, Pedrosa contribuiu para a legitimação e a criação do núcleo de artistas concretistas no Rio de Janeiro que comporiam, na década de 1950, o Grupo Frente. Em um contexto de debates entre diversas vertentes da arte moderna, a tendência concreta era considerada por seus detratores como impessoal, distante da realidade brasileira e presa em uma torre de marfim. Caberia ao crítico, portanto, justificar a presença desse movimento no Brasil, fazendo as conexões necessárias entre seu surgimento e o contexto social em que aflorou.

O crítico de arte, portanto, seria um mediador ou intermediário que atuaria em diversas instâncias, tanto buscando o engajamento da arte na esfera social, quanto servindo como ponte entre o artista e o público. Pedrosa desempenhou essa função a partir de meados da década de 1940, quando passou a escrever uma coluna diária sobre artes plásticas no jornal *Correio da Manhã*, a publicar ensaios e a liderar a formação de um grupo de artistas concretos, além de ter se inserido em museus e instituições voltadas para a legitimação da crítica de arte. É por meio dessa capacidade de mediação, descrita por Gilberto Velho (2010) como

uma plasticidade sociocultural que se manifesta na capacidade de transitar e, em situações específicas, de desempenhar o papel de mediador entre distintos grupos e códigos (Velho, 2010: 5),

que o papel de Mário Pedrosa como formulador de um projeto estético será compreendido neste trabalho, até mesmo por meio da comparação entre sua atuação e a de outras figuras de destaque na formação do grupo Frente, como foi o caso do artista Ivan Serpa.

modernismo nas artes plásticas, no Brasil, incluiu dois projetos distintos. O primeiro é o modernismo da década de 1920, cujo mito de origem é a Semana de Arte Moderna de 1922. Uma das principais características desse projeto era a “valorização do ‘brasileiro’ definido como a parte histórica e cultural, específica e singular do Brasil no conjunto do concerto das nações”. O segundo projeto ganha força no final da década de 1940, “contrastando com o primeiro pelo seu caráter universalista, pelo gosto pelas formas, linhas, cores, planos em detrimento das figuras e disposição dos objetos no espaço”.

O crítico como “teórico”: as reuniões na casa de Mário Pedrosa

Na década de 1950, as reuniões organizadas por Mário Pedrosa em sua residência constituíram-se como importante *locus* para a formulação de um projeto artístico, juntamente com as aulas do artista Ivan Serpa em seu ateliê de pintura do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, contribuindo para o surgimento do Grupo Frente, núcleo do concretismo no Rio de Janeiro. A sociabilidade produzida nos encontros estabelecidos por Pedrosa impactou sobremaneira o desenvolvimento da arte moderna brasileira; nesse sentido, mais que um mero encontro formal, as reuniões na casa do crítico teriam, segundo, Lucia Lippi de Oliveira (1995), um caráter quase institucional. Sobre essas reuniões, o artista Abraham Palatnik afirma:

Primeiro a nossa atividade não foi tão ostensiva, não foi elaborada de uma maneira tão gritante. A gente se reunia muito, o Mário Pedrosa recebia a gente com muita alegria, embora ele estivesse muito entrosado em problemas políticos. [...] O Mário realmente também estava muito empolgado em relação à arte. Foi nessa ocasião que pelo menos eu me interessei, e muito, pelo problema da cibernética e pelos problemas da forma, da Gestalt. Esses problemas foram todos muito discutidos. Eu tinha lido bastante e pedido ao Mário alguns livros, alguma literatura sobre isso porque era uma sensibilidade que eu e os outros tínhamos (Cocchiarale & Geiger, 1987: 126).

A partir desse depoimento, vale enfatizar uma confluência de fatores que tornou possível o encontro entre artistas em formação e o crítico. No final da década de 1940, Pedrosa havia acabado de redigir a tese *Da natureza afetiva da forma na obra de arte*, cuja importância reside na discussão dos problemas relativos à percepção estética com embasamento na teoria da Gestalt⁴. O debate das ideias que estava presente nesse texto seria uma boa oportunidade para Pedrosa construir uma relação com os artistas e obter um respaldo acerca dos argumentos mobilizados por ele para compreender a arte moderna, desenvolvendo, portanto, seu repertório crítico.

A reunião de artistas e críticos em torno de problemas em comum reforça o papel de Pedrosa na formação e legitimação dos artistas e também a importância desses para a consolidação da carreira do crítico. Embora o crítico tivesse um cabedal cultural e teórico importante, que fez dele um elemento fundamental junto aos artistas, o desenvolvimento de suas ideias também se fez no debate, no diálogo, como é possível ver ainda em outro depoimento de Palatnik:

4. “A psicologia da forma ou Gestalt é uma “teoria segundo a qual nosso campo perceptivo se organiza espontaneamente, sob a forma de conjuntos estruturados e significantes (‘formas boas’ ou gestalts fortes e plenas)” (Ginger, 1995: 13).

Porque eu acho que o Mário aprendeu muito com a gente. Ele queria saber exatamente o que a gente estava fazendo, o que eu estava fazendo. Mas ele tinha o conhecimento muito apurado da Gestalt, não é. E foi ele que falou comigo a respeito da Gestalt (Entrevista concedida por Abraham Palatnik a Nina Galanternick em 2008, no Rio de Janeiro. Acervo Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura (Nusc)).

Ainda sobre esses encontros, o artista Almir Mavignier lança luz para outro aspecto que diz respeito à posição de Pedrosa no grupo, e que tinha relação com sua tese *Da natureza afetiva da forma na obra de arte*:

Mas essa experiência, o que ele leu, os trechos nos influenciaram muito. Começamos a fazer essa pintura não naturalista, digamos. E eu mesmo no meu catálogo de São Paulo quis primeiro as pinturas abstratas. Agora, hoje, pensando sobre esse grupo, denominando esse grupo, eu denominei de não grupo *e inclui Pedrosa como participante desse grupo, porque ele era o teórico, ele era a pessoa que nos dirigia, nos orientava* (Entrevista concedida por Almir Mavignier a Gláucia Villas Bôas e Nina Galanternick em 29 de julho de 2005, em Hamburgo. Acervo Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura (Nusc). Grifo nosso).

No trecho destacado acima, Mavignier chama a atenção para o fato de Pedrosa ter atuado como “teórico”, o que conferira a ele uma autoridade no interior do grupo. O fato de o crítico ter compartilhado os ensinamentos da Gestalt com os artistas – que era aplicado por ele em sua tese sobre a percepção estética – teria contribuído para que se criasse uma “aura” em torno dele no que diz respeito à sua posição no grupo. É importante salientar que não se quer aqui investigar a ressonância das ideias discutidas por Pedrosa nos encontros promovidos por ele, e se, de fato, a teoria da Gestalt teve uma aceitação naquele círculo, mas sim lançar a luz para suas ideias que funcionavam como cimento para unir aqueles indivíduos em torno de algo em comum, e que, posteriormente, também concorreram para criar uma espécie de memória afetiva em torno do crítico, vide os depoimentos dos artistas que testemunharam os debates realizados nas reuniões.

Lygia Pape, que também participou dos momentos iniciais da formação do Grupo Frente, lembrou a importância da tese do crítico:

Desse campo fértil se alimentariam os jovens pintores da época. Esses eram os conceitos novos que desencadeavam indagações no meio de uma atmosfera pobre de informações, de comodismo cultural e hábitos acadêmicos. Essas considerações em torno do

problema da arte iniciavam mudanças profundas nos conceitos de espaço, nos critérios e funções da arte, na essência mesma de seu ser (Pape, 1980: 48).

5. Na administração de Niomar Muniz Sodré, entre 1952 e 1958, Pedrosa era um dos responsáveis por auxiliar na escolha dos artistas que participariam das mostras do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Sobre sua importância nessa instituição, ver Sabrina Parracho Sant'Anna (2008).

6. Flávio Rosa Moura (2011) menciona as diversas posições ocupadas por Gullar no campo artístico, enfatizando que, na condição de poeta, ele ocupou um *status* elevado se comparado com sua atuação na crítica. O autor ainda completa afirmando que seu papel de autor do manifesto *Teoria do não-objeto*, que lançou os Neoconcretos no panorama artístico, e de agitador teórico do grupo foi garantido sob a égide dos princípios aprendidos por Pedrosa. Sobre a plataforma estética desse movimento, apresentada no manifesto, Ronaldo Brito afirma: “[...] trata-se também de defender uma arte não figurativa, de linguagem geométrica, contra tendências irracionais de qualquer espécie [...]” (Brito, 1999: 8).

Em seu depoimento, Pape enfatiza o impacto que as ideias trazidas por Pedrosa tiveram no grupo do qual ela fez parte. A relação de jovens artistas, em início de carreira, com o crítico, que trazia em sua bagagem não apenas um cabedal teórico importante, mas também um capital social e cultural significativo, não pode ser desprezada, caso se queira entender como se configurou especialmente o projeto concretista, tal como ele se desenvolveu no Rio de Janeiro. Cabe destacar ainda que o reconhecimento de Pedrosa no exercício judicativo se deu, em parte, por seu esforço na legitimação desses artistas, escrevendo textos de jornal e de catálogo, e inserindo-os em espaços de exposição⁵. Desse modo, sua autoridade não ficou apenas em um círculo restrito de artistas, embora seu papel na formulação de um projeto estético, construído em sua relação com eles, tenha assumido uma dimensão central na notoriedade que ele adquiriu a partir da década de 1950.

Outro que vai lembrar as discussões com Pedrosa e a sua tese é Ferreira Gullar. Embora sua posição no Grupo Frente seja diferenciada em relação aos demais integrantes, visto que o artista se destacou mais como poeta e crítico – ainda que tivesse desenvolvido experiências com artes plásticas –, e, oficialmente, ele não tivesse feito parte do grupo, na medida em que não participou das exposições, Gullar também marcou presença nos encontros organizados por Pedrosa e deu início ali a uma relação com artistas que vai se acentuar notadamente no final da década de 1950, quando ele passa a liderar o Movimento Neoconcreto⁶. Sobre sua relação com Pedrosa, Gullar narra:

Quando eu estava em São Luís, em 1950, a Lucy Teixeira, que era maranhense e morava no Rio e era amiga do Mário, ela foi a São Luís e manteve contato comigo e levou para eu ler a tese que o Mário tinha escrito para o Pedro II, chamada *Da natureza afetiva da forma na obra de arte*. Eu li e comentei com ela que eu discordava de algumas coisas, eu achava a tese muito legal, muito interessante, mas eu discordava de algumas coisas. Em seguida, vim para o Rio, encontrar o Mário, conhecê-lo, neste trecho da sala, eu sentado aqui de frente com ele [...]. Eu, um garoto dando palpites sobre a tese do Mário Pedrosa... Mas eu era metido. Então ele falou: “as críticas, as observações que você fez são pertinentes. Claro que são motivos para uma conversa, mas são pertinentes”. Eu estava encabulado. A Lucy havia contado para ele. *Começamos a conversar e eu fiquei bastante “ganho” por ele, pelo fato mesmo dele ter, aquela pessoa inteligente, que eu admirava tanto, ter aceitado a crítica que eu fiz, em um nível de igualdade, como se*

eu fosse igual a ele. Eu achei aquilo uma abertura, uma tolerância muito grande, o que me ganhou imediatamente e que mostrou que eu estava diante de uma pessoa especial. O que ele só fez confirmar pelo resto de sua vida toda (Entrevista concedida por Ferreira Gullar a Nina Galanternick, em 2008, no Rio de Janeiro. Acervo Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura (Nusc). Grifo nosso).

Sobre a relação entre Pedrosa e Gullar, merece destaque o fato de este último ter enveredado para a crítica, principalmente no final dos anos 1950. Gullar atribui sua entrada no exercício crítico a uma “iniciação” que teve com Pedrosa. De acordo com Marcelo Mari (2001), não seria possível compreender o papel de Gullar na afirmação da tendência construtiva no Brasil – por meio de sua liderança no Movimento Neoconcreto – sem atentar para a influência que Pedrosa teria exercido sobre ele. Nas palavras de Gullar:

Bem, quando vim para o Rio parei de pintar. Comecei a estudar história da arte. Apanhava livros sobre o assunto na casa do Mário Pedrosa. Ele me ensinou a analisar a gramática e a visualidade da pintura. Mais tarde, adquiri uma postura totalmente distinta da dele. Com a ditadura, fomos para o exílio e tivemos que rever tudo. Mário – como eu disse – era uma pessoa generosa, íntegra, realmente rara (*Cadernos da Literatura Brasileira*, 1988: 38).

Nos depoimentos de Gullar, é possível perceber sua ênfase nas qualidades de Pedrosa, como a generosidade, por exemplo. Vale lembrar que os artistas com os quais o crítico manteve contato durante o período tratado neste trabalho também ressaltam os aspectos mencionados por Gullar, contribuindo para a construção da reputação de Pedrosa como crítico. Já com relação aos outros pontos do depoimento do poeta, também é importante chamar atenção para o momento em que ele afirma que Pedrosa o ensinou “a analisar a gramática e a visualidade da pintura”. Visto que Gullar também se tornaria um crítico, é possível inferir que a amizade com Pedrosa foi capital para sua trajetória, embora eles tivessem divergido em algumas posições com relação à arte, principalmente, a partir do momento em que Gullar se associou ao Neoconcretismo (Moura, 2011).

As reuniões na casa de Pedrosa e sua atuação como intelectual do grupo evidenciam o papel desempenhado por ele de mediador “entre distintos grupos e códigos”, o que possibilitou a formação de um núcleo concretista carioca. Se não é possível atribuir apenas ao crítico a responsabilidade pela criação desse núcleo – vide a atuação de Ivan Serpa, conforme será visto adiante –, não se pode esquecer sua contribuição para criar valores estéticos que seriam compartilhados por artistas

ainda em formação. Embora a relação entre os artistas e os críticos não seja incomum, um diferencial na atuação de Pedrosa, nesse contexto, é que ele trabalhou para a criação de um projeto estético, além de se destacar em outras frentes, ora teorizando as disputas em torno da arte, ora exercendo um papel didático junto ao público.

As posições de Mário Pedrosa e Ivan Serpa no grupo concreto carioca

Com o objetivo de avaliar a relação de Pedrosa com um grupo de artistas no Rio de Janeiro e sua importância para a construção de um projeto estético, é importante também mencionar o ano de 1951. Além de marcar o desligamento dos artistas Almir Mavignier, Ivan Serpa, Abraham Palatnik e do próprio Pedrosa do ateliê de pintura do Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II⁷, foi nesse período que o crítico defendeu a sua tese *Da natureza afetiva da forma na obra de arte* e escreveu um texto de apresentação para a primeira exposição individual de Ivan Serpa, que, naquele mesmo ano, ganhou o prêmio de Jovem Artista da I Bienal de São Paulo com a obra *Formas* (1951). A menção a esses dois acontecimentos se deve aos seguintes fatores: foi nessa tese que Pedrosa apresentou suas ideias sobre o fenômeno artístico, mobilizando a teoria da Gestalt, que vai servir não apenas de embasamento para sua atuação como crítico, como também vai contribuir para a formação de um grupo de artistas em torno do projeto concreto; sobre o texto para exposição de Serpa, o crítico evidenciaria o apoio a um jovem artista, ainda em início de carreira, que ganharia destaque em um evento da importância da I Bienal, e que “disputaria” com Pedrosa a posição de um dos principais articuladores do movimento concretista carioca.

Na primeira exposição individual de Ivan Serpa, realizada no Instituto Brasil-Estados Unidos (Ibeu), Pedrosa foi responsável por apresentar o artista no catálogo. Nesse texto, Pedrosa enfatiza o contato do pintor com os internos do Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II. Para ele, essa proximidade de Serpa com os artistas virgens permitiu ao pintor compreender o valor da arte e do artista. Além de destacar essa e outras experiências que configuraram a identidade de Serpa, Pedrosa também aproveita para inseri-lo no panteão dos artistas abstratos:

Enveredando pelo caminho mais difícil da pintura moderna – o da pura abstração criadora – ele procura uma simbiose de suas qualidades de desenhista, com o amor das cores cantantes. A integração de todos os seus meios encontrou-a numa pintura depurada de quaisquer sugestões naturalistas. [...] Descobriu então a ordem superior autônoma, do quadro animado exclusivamente pelas relações da forma com a forma e da cor com a cor. Nessa as-

7. Foi no ateliê de pintura do Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II que Pedrosa conheceu a médica Nise da Silveira e artistas como Almir Mavignier, Ivan Serpa e Abraham Palatnik. Além disso, o contato com os trabalhos feitos lá deu origem ao termo “arte virgem”, cunhado por Pedrosa, e que serviu para designar a produção artística dos internos do hospital psiquiátrico. Sobre a importância da arte produzida pelos esquizofrênicos no projeto artístico formulado por Pedrosa, ver Villas Bôas (2008).

cese, o drama plástico desempenhado pelas formas privilegiadas (círculos, quadrados etc.). A vontade de ordem exacerba em Ivan a obsessão da limpeza, do bom acabamento que o faz estender o quadro até a moldura e tratar de cada polegada da tela com desvelo e paciência iguais. No quadro universal de Ivan também vigoram as leis cósmicas de simpatia e repulsa, expansão e receso. Rotação e projeção vigorando no mesmo espaço real (Galeria de Arte Instituto Brasil-Estados Unidos (Ibeu), 1951).

No catálogo, Pedrosa ainda apresenta uma pequena biografia de Ivan Serpa, e cita alguns dos prêmios recebidos pelo artista. Além disso, o crítico afirma de forma bastante explícita que Serpa é um artista cuja pintura pode ser inserida no campo do concretismo. O que mais chama a atenção, no entanto, é o vocabulário utilizado por Pedrosa para dar conta dos trabalhos do pintor. Por meio de expressões como “jogo arquitetônico de linhas no espaço”, “formas privilegiadas” e “ritmos lineares”, Pedrosa reforça as inovações contidas nos trabalhos desenvolvidos por Serpa⁸.

Em outro artigo sobre Serpa, Pedrosa (1951) reforça as qualidades presentes no trabalho do artista, afirmando que suas pinturas estavam norteadas “por um rumo firme e moderno”. Ademais, ele também justifica a terminologia utilizada para analisar as obras do pintor, respondendo a um crítico que havia questionado o uso da expressão “formas privilegiadas” para fazer referência às figuras geométricas presentes nos quadros de Serpa⁹. Em sua resposta, Pedrosa ainda aproveita para afirmar que a terminologia mobilizada por ele em seu artigo é científica. Nessa justificativa chama a atenção o fato de ele destacar uma mudança na linguagem utilizada pelos críticos de arte para dar conta dos novos movimentos artísticos, e a sua tentativa de se distanciar dos laços de amizade que o uniam a Serpa por meio de uma análise fundada em conceitos científicos.

Sobre a relação entre Pedrosa e Serpa, nota-se também que eles “disputaram” o papel de liderança entre os jovens artistas concretos cariocas que davam seus primeiros passos ainda no início da década de 1950. Conforme já mencionado, enquanto os artistas frequentavam os encontros promovidos por Pedrosa em sua residência, eles também participavam do curso de arte de Serpa, no Museu de Arte Moderna, considerado o espaço onde se formou o núcleo do Grupo Frente¹⁰. Foi da primeira turma de adultos desse curso que saíram cinco dos oito integrantes da primeira exposição do grupo, realizada em 1954: Aluísio Carvão, João José da Silva Costa, Vincent Ibberson, Carlos Val e Décio Viera¹¹. Na segunda exposição do Grupo Frente, em 1955, porém, outros artistas uniram-se ao núcleo, dentre os quais Hélio Oiticica, que também participou do curso de pintura de Serpa no MAM, passando a frequentá-lo a partir de 1954.

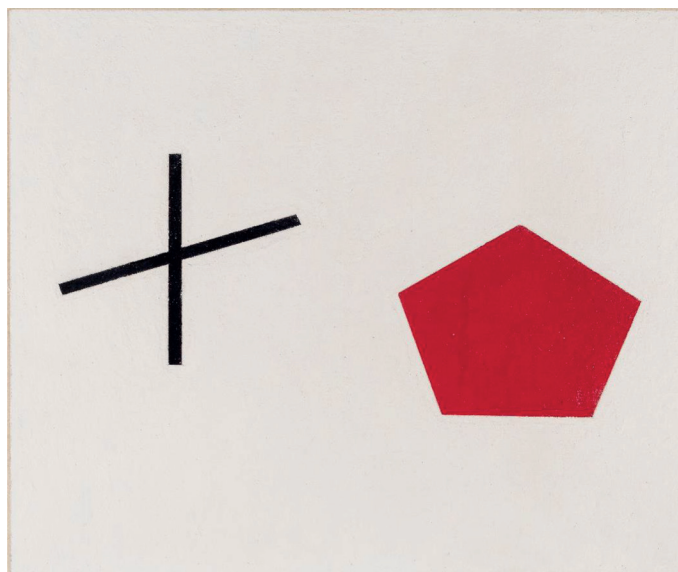
8. Nesse catálogo, Pedrosa ainda parte em defesa de uma arte cujo significado é dado apenas pelo jogo das puras relações formais (Pedrosa, 1979: 86-87). Essa preocupação do crítico em ressaltar a autonomia da arte em relação aos fatores extrínsecos já aparecia em sua tese *Da natureza afetiva da forma na obra de arte*.

9. Não foi encontrado o nome do crítico ao qual Pedrosa se refere.

10. Em 1951, Ivan Serpa criou o primeiro curso livre de arte do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, onde deu aula para artistas jovens e crianças.

11. Sobre o seu papel na criação desse grupo, Serpa afirma: “O grupo nasceu da necessidade de reunir um grupo de jovens, sem preconceitos nenhum, que tinham em si uma grande força de expressão. Reuni então alguns de meus alunos [...] em maio de 1954 éramos apenas oito, hoje [1955] somos trinta. As únicas condições [...] para pertencer ao Grupo Frente são: não ter compromissos com as gerações passadas, ser jovem e ter boa vontade para trabalhar” (Serpa, 1955, Apud Barcinski, Ferreira & Siqueira, 2003: 165).

FIGURA 1
HÉLIO OITICICA. GRUPO FRENTE, 1955. GUACHE SOBRE CARTÃO
(39,9 X 35,8 CM. COLEÇÃO CÉSAR E CLÁUDIO OITICICA)



O período de gestação do Grupo Frente foi marcado, portanto, por uma grande agitação, considerando que os artistas participavam de diversos encontros nos quais podiam discutir seus trabalhos entre si, além de contarem com o papel desempenhado por Pedrosa e Serpa, o primeiro mobilizando seu *background* cultural e teórico; o segundo, sua capacidade didática na orientação do trabalho dos artistas. Além do ateliê e da casa de Pedrosa, outros espaços também foram fundamentais para a constituição de uma sociabilidade entre esses artistas:

Além das aulas, o Grupo Frente se reunia, geralmente nos fins de semana, na casa do Serpa, no Méier, na casa do Ibberson, no Leblon, na casa da Lygia Pape, no Jardim Botânico, na casa do Décio Vieira, à rua Djalma Ulrich, em Copacabana (Grupo Frente: 1954-1956, 1984).

12. Não teria sido coincidência, portanto, que em 1953 foi realizada a I Exposição Nacional de Arte Abstrata nessa cidade. Diversos artistas do Grupo Frente participaram dessa mostra, como Lygia Pape, Abraham Palatnik, Ivan Serpa e Lygia Clark.

No início da década de 1950, a cidade de Petrópolis também concentrava uma movimentação artística capitaneada pela Associação Petropolitana de Belas Artes, que realizava exposições anuais, e por nomes como Lygia Pape, Décio Vieira, Edmundo Jorge, Antonio Luiz e Sergio Camargo – esse último mantinha um ateliê de escultura no Palácio de Cristal¹². Assim como acontecia no Rio de Janeiro, esses artistas também promoviam reuniões, que muitas vezes contavam com as visitas de Ivan Serpa e Aluísio Carvão, como é possível ver no depoimento de Edmundo Jorge:

Da associação provieram os frequentadores locais das reuniões mensais em nossa casa. Os dois primeiros citados [Décio Vieira e Antônio Luiz], Lygia Pape, sempre acompanhada do marido interessado, e um aspirante a escultor, Francis Dosne, podem ser reconhecidos hoje, em fotos desbotadas, junto aos cariocas Ivan e, às vezes, Aluísio Carvão, com o seu mito de pintor amazonense, perdido nas selvas com seus pincéis definitivamente gastos. Os que apareceram ocasionalmente são, agora, sombras sem nome (Grupo Frente: 1954-1956, 1984).

No depoimento acima, chama a atenção não apenas a constituição de uma rede de artistas, mas também a presença do nome de Ivan Serpa que, de acordo com Edmundo Jorge, frequentava alguns encontros promovidos pelos artistas petropolita-

FIGURA 2
HÉLIO OITICICA. GRUPO FRENTE, 1956. ÓLEO SOBRE MADEIRA
(67,8 x 117,2 cm. COLEÇÃO CÉSAR E CLÁUDIO OITICICA)



nos. Segundo Jorge, “ouviam-se muito o Ivan e debatiam-se os trabalhos submetidos à crítica geral” (Grupo Frente: 1954-1956, 1984). Ainda nas palavras do artista, o programa concretista, que foi seguido por ele, além de Décio Vieira e Lygia Pape, era uma proposta de Serpa, que era o responsável por discutir os trabalhos artísticos: “A orientação proposta então por Serpa tinha a sua pitada dogmática: simplificar, clarear, cortar, cortar, cortar...” (Grupo Frente: 1954-1956, 1984).

As referências ao nome de Serpa como peça-chave para o desenvolvimento do concretismo no Rio de Janeiro são recorrentes entre os artistas que participaram dos encontros e das reuniões que formaram o núcleo do Grupo Frente. Em depoimento, Lygia Pape reforça a ligação do artista com o grupo:

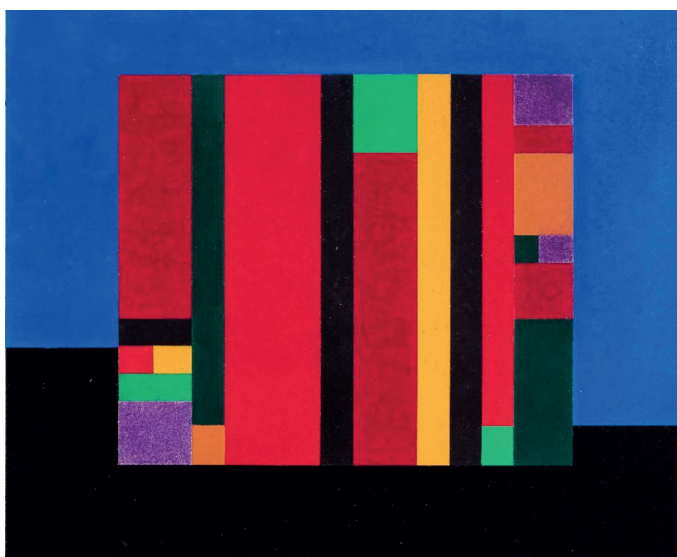
[...] era uma coisa ligada basicamente em torno do Ivan Serpa, em torno do Museu de Arte Moderna. O Ivan tinha um curso e, através desse curso, as pessoas começavam a se unir, a se tornar amigas. A gente se frequentava o tempo todo, tinha festas, virou uma espécie de quase clube, sabe? Todos nós éramos muito amigos e aí surgiu essa ideia (Cocchiarale & Geiger, 1987).

Mais adiante, Pape ainda completa afirmando que, no Rio de Janeiro, “o teórico era basicamente o Mário Pedrosa via Ivan Serpa” (Cocchiarale & Geiger, 1987).

A partir de algumas pistas fornecidas por Pape, cabe destacar a importância do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro para os artistas concretos do Rio de Janeiro, especialmente por meio das aulas de Serpa. Além disso, os diferentes papéis desempenhados pelo artista e Pedrosa na criação do grupo também começam a se esboçar aqui, quando se tem em vista a afirmação de Pape de que o crítico era o teórico via Serpa. Primeiramente, Pape indica o lugar ocupado por Pedrosa entre os artistas, que é aquele do “teórico”, do “intelectual”, como se procura demonstrar neste trabalho. O crítico é lembrado como aquele que discutia suas ideias e emprestava livros para os artistas, enquanto Serpa estava presente na prática artística, no momento de criação, desempenhando, assim, o papel de professor¹³, na

13. Antes de ministrar as aulas no ateliê de pintura do MAM carioca, Serpa já havia montado uma escolinha de pintura em sua casa em 1947. Paralelamente às aulas no MAM, ele também lecionava no Colégio Coelho Branco, em Copacabana.

FIGURA 3
HÉLIO OITICICA. GRUPO FRENTE, 1956. GUACHE SOBRE CARTÃO
(49,9 x 57,9 CM. COLEÇÃO CÉSAR E CLÁUDIO OITICICA)



medida em que orientava os artistas em seu cotidiano e nas aulas que ministrava no ateliê.

O arquiteto César Oiticica – irmão de Hélio – conta as experiências que teve com Serpa e Pedrosa, e ressalta as diferenças entre as aulas no ateliê de pintura e as reuniões na casa do crítico. Além de enfatizar as distinções entre esses dois espaços de sociabilidade centrais para a configuração do projeto concreto, Oiticica também acentua o papel de Pedrosa como crítico, escrevendo sobre os artistas com assiduidade em sua coluna de jornal, e o de Serpa como professor, destacando-se pela liberdade com que conduzia as aulas, embora desse a palavra final:

Antes eu preciso explicar como era a aula do Serpa. Ele fazia mais ou menos a mesma coisa. O Mário escrevia quase toda a semana sobre alguém. Mas a discussão sobre a obra de alguém era mais na aula do Serpa e com todo mundo [...]. As pessoas pensam que o Serpa tentava influenciar as pessoas, mas coisa nenhuma. O Mário a mesma coisa. Ele chegava e conversava sobre determinado trabalho que a gente levava lá para ele ver. Mas era raro levarem trabalho para o Mário (Entrevista concedida por César Oiticica a Nina Galanternick, em 12 de novembro de 2008, no Rio de Janeiro. Acervo Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura (Nusc).

Nessa mesma direção, é Lygia Pape quem fornece uma definição para os papéis de Serpa e Pedrosa no grupo, chamando o primeiro de “matemático intuitivo” em contraposição à posição de Pedrosa como intelectual (Pape, 1980). Essa forma de fazer referência ao artista é importante, na medida em que lança luz para as especificidades que seriam atribuídas aos concretistas do Rio de Janeiro, isto é, o fato de não terem seguido à risca a cartilha concretista cujo principal expoente era Max Bill¹⁴. Por outro lado, ser caracterizado como “matemático intuitivo” fazia parte de uma tentativa não apenas de diferenciar Serpa de outra vertente de artistas concretos – localizados em São Paulo e que dariam origem ao Grupo Ruptura, em 1952 –, mas também o próprio grupo ao qual ele estava vinculado, enfatizando o adjetivo “intuitivo”, que seria oposto à rigidez dos preceitos concretos. É Décio Pignatari quem vai chamar a atenção para os vínculos que uniam Serpa a um subjetivismo que seria característico do grupo carioca:

A nossa ideia era de que o pessoal do Rio, a partir da visão do Ivan Serpa, tinha uma visão muito mais abstrata: a escolha aleatória de cores etc. Para nós, a cor tinha que ser determinada, não tinha essa coisa de colorido, esse subjetivismo – eu gosto mais desse vermelho. Era uma luta incrível para acabar com esse subjetivismo (Cocchiarale & Geiger, 1987: 73).

14. Max Bill (1908-1994) foi um dos precursores da arte concreta. Nascido na Suíça, e radicado na Alemanha, ele “argumentava que a matemática sempre fora a base da arte e deveria ser utilizada em suas novas proposições para preencher as necessidades do mundo sentimental dos tempos modernos” (Villas Bôas, 2014a). No Brasil, suas ideias tiveram uma repercussão maior entre os artistas paulistas do Grupo Ruptura.

Embora Serpa também tivesse desempenhado um papel fundamental na constituição de um grupo concretista no Rio de Janeiro, por meio de sua dupla atuação como professor e artista, o pintor vai marcar a posição ocupada por Pedrosa na “conversão” dos artistas ao concretismo, incluindo ele próprio, evidenciando a repercussão das ideias do crítico em uma geração de artistas e no fomento de um projeto estético:

Eu comecei a pintar em 1947. Como quase todos os principiantes, então, eu utilizava modelos naturais e fazia paisagens, naturezas mortas – numa técnica que podia ser chamada de impressionista. Depois, com meu contato com o crítico Mário Pedrosa e com a leitura de livros de arte, fui seduzido pelo concretismo, escola dentro da qual consegui arrebatado o Prêmio de Jovem Brasileiro, na I Bienal de São Paulo (Serpa, 1966, apud Ferreira, 2004: 27-28. Grifo nosso).

Embora Ivan Serpa tivesse compartilhado experiências com os artistas em seu ateliê, atuando como professor responsável por vivenciar *in loco* o processo de criação estética, sendo, em muitos casos, o primeiro a ver e a comentar os trabalhos artísticos, ele mesmo aponta a influência de Pedrosa em sua aproximação com o concretismo. O crítico, por sua vez, fazia um debate de ideias embasado no capital cultural e intelectual adquirido, sugeria leitura àqueles que frequentavam as reuniões promovidas por ele, além de fazer as mediações necessárias entre artistas e público. Uma leitura comparativa da atuação de Serpa e Pedrosa na formação de um grupo concretista carioca, portanto, permite captar em que medida o papel de mediador desempenhado por Pedrosa está relacionado com uma autoridade centrada no saber e na capacidade de construir representações de impacto na sociedade, contribuindo sobremaneira para o surgimento de novos procedimentos artísticos, assim como novas formas de se pensar a própria arte.

O crítico como porta-voz dos artistas

O período de formação do núcleo concretista no Rio de Janeiro passou pelo estabelecimento de espaços de sociabilidade que incluíram as reuniões promovidas por Mário Pedrosa em sua casa e as aulas ministradas no ateliê de pintura do MAM por Ivan Serpa. Se esses espaços foram essenciais para a criação de um grupo de artistas envolvidos com a causa do concretismo, foi apenas a partir da primeira exposição em conjunto que esse mesmo grupo tomou forma. Como será possível ver adiante, a realização dessas mostras também foi uma oportunidade para críticos como Pedrosa e Gullar manifestarem seu posicionamento em relação àqueles

artistas e atuarem como mediadores entre artistas e público por meio da escrita de textos de catálogo.

A primeira exposição do Grupo Frente foi realizada em 1954, no Instituto Brasil-Estados Unidos (Ibeu). Nessa exposição, participaram oito artistas: Ivan Serpa, Aluísio Carvão, Lygia Clark, João José Costa, Vincent Ibberson, Lygia Pape, Carlos Val e Décio Viera. O responsável por apresentar esses artistas, naquilo que vai ser definido como “singelo catálogo”, foi Ferreira Gullar, que introduz o grupo, enfatizando o papel de Serpa como elemento aglutinador:

Diante disso, torna-se clara a importância de haver entre nós um grupo de artistas jovens, como este que ora expõe no Instituto Brasil-Estados Unidos: ele é uma mostra de que o conformismo ainda não empestou todas as nossas reservas. *Reunidos em torno de Ivan Serpa, jovem como eles, estes rapazes trabalham pacientemente, seriamente, na invenção de uma linguagem plástica nova.* Com outros poucos artistas moços de São Paulo e alguns mais aqui do Rio, que não participam da presente exposição, constituem a atual linha de frente da atual pintura brasileira, encarnam as forças renovadoras da nossa arte. Serpa já é um valor real dessa nova pintura e sua experiência, bebida nos precursores do neoplasticismo, vai aos poucos se aprofundando, assumindo formas mais pessoais de expressão, como nas colagens aqui expostas (Galeria de Arte Instituto Brasil-Estados Unidos (Ibeu), 1954. Grifo nosso).

Cabe ressaltar que, embora Gullar chame a atenção para a juventude dos artistas que faziam parte do grupo, ele mesmo era um jovem crítico na época, com apenas 24 anos, e Serpa tinha a mesma idade que os outros integrantes, com 29 anos por ocasião da mostra, embora já fosse destacado como referência para os concretistas. Ainda que a idade não seja um elemento fundamental para avaliar a importância de ambos, não se pode esquecer da responsabilidade que era liderar e introduzir um grupo novo no meio artístico brasileiro, considerando a hostilidade que os artistas representantes do concretismo ainda enfrentavam no período. Por outro lado, é a mesma juventude ressaltada por Gullar, associada a uma experiência até então inédita, que vai ser mobilizada para conferir uma “aura” em torno do grupo e que vai ser repetida de forma recorrente pelos artistas e críticos que estiveram envolvidos com o mesmo, construindo sua memória.

Em 1955, a segunda exposição do Grupo Frente foi realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Essa mostra contou com mais artistas do que a do ano anterior: 15 no total: Eric Baruch, Aluísio Carvão, Lygia Clark, João José da Silva Costa, Vicent Ibberson, Rubem Mauro Ludolf, César Oiticica, Hélio Oiticica, Abraham

Palatnik, Lygia Pape, Ivan Serpa, Elisa Martins da Silveira, Carlos Val, Décio Vieira e Franz Weissmann. Mário Pedrosa escreveu o texto do catálogo e proferiu uma conferência no museu nessa ocasião. Como será possível observar, essa atuação mais ostensiva do crítico na segunda exposição tinha como objetivo reforçar a construção de uma identidade do grupo, fortalecendo, portanto, o projeto artístico no qual estava engajado.

Alguns aspectos merecem destaque no texto que Pedrosa escreveu para o catálogo. De um lado, ele justifica a adoção da ideia de “grupo” para caracterizar aquela reunião de artistas. Assim como Gullar, Pedrosa enfatiza que uma das características que une aqueles artistas é a juventude. De outro, mesmo considerando que os artistas já formavam um grupo, o crítico afirma que eles não constituem uma “panelinha fechada”. Outro elemento identificado por Pedrosa, que serve para descrevê-los, é o desprezo pelo ecletismo¹⁵. Essa repulsa pela conciliação de estilos, aliada à defesa da liberdade de criação, seria responsável pelo sentimento de grupo nutrido por aqueles artistas, embora as experiências desenvolvidas por cada um deles não fossem semelhantes. Por fim, a possibilidade de juntá-los sob o mesmo nome é reforçada pelo crítico justamente para demonstrar que os vínculos que os unem não têm relação com o acaso ou apenas com as relações de amizade, e sim com valores de uma linguagem artística.

15. Aqui, quando fala em ecletismo, Pedrosa está se referindo ao artista que mescla estilos diferentes, que não cria de um ponto de vista exclusivista (Pedrosa, 1995).

Diferentemente daquele “singelo catálogo” da primeira exposição, Pedrosa teve mais espaço para escrever, o que permitiu a ele não apenas falar das características que envolviam o grupo, mas também dos artistas individualmente. O crítico também se posiciona de forma explícita em defesa do grupo, ao anunciar que, naquele momento, ele se configurava como um divisor de águas para as artes brasileiras:

Está feita a apresentação do Grupo Frente que agora, graças à boa iniciativa da direção do Museu de Arte Moderna, atinge o grande público, através da mostra que ora se inaugura. A honra que o museu lhes faz é merecida. Com isso o Museu de Arte Moderna cumpre a sua missão de estimular os valores novos e estimular o público pelo contato que estabelece entre este e aqueles. A experiência desse contato só pode ser fecunda, mesmo que a reação do público não seja de pronto favorável. Mesmo que seja hostil. Nem sempre as amizades duradouras se fazem à primeira vista. *Algo nos diz, entretanto, que esta exposição vingará; que será um marco no processo de conquista da opinião culta pela arte atual, pela arte verdadeiramente viva do nosso tempo.* Se, no entanto, essas experiências falharem, nem por isso a batalha estará perdida. Nem por isso haveremos de negar a boa qualidade já alcança-

da pela maioria desses jovens artistas; nem por isso haveremos, sobretudo, de negar que estão certos nos seus esforços e no seu caminho. Nem tampouco deixaremos de escrever que já conseguiram apreciável capacidade realizadora. Não é por orgulho ou por empenho polêmico que fazemos tais afirmações; é, pelo contrário, por uma humilde, por uma resignada e bem curtida paciência (Grupo Frente, 1955. Grifos nossos).

Um dos aspectos que mais chama a atenção nesse catálogo é a postura engajada do crítico que se posiciona ao lado dos artistas, defendendo um projeto que ele liderava. Isso fica evidente quando faz menção aos artistas participantes daquela mostra como representantes de uma arte viva de seu tempo. A ideia de que a crítica visa ao futuro, isto é, busca as potencialidades ainda não plenamente desenvolvidas de experiências artísticas, parece se adequar à atuação de Pedrosa no exercício judicativo nesse momento. A iniciativa de escrever o texto de catálogo evidencia que, se não podia ser encarada como um “empenho polêmico”, seria, certamente, uma tentativa de convencer o público da validade daquelas experiências estéticas, por meio do argumento de que aqueles artistas representavam o futuro das artes. É justamente por meio desse poder centrado na opinião especializada e na disseminação de ideias que teriam impacto no senso comum que reside a capacidade mediadora de Mário Pedrosa.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar como Mário Pedrosa atuou enquanto importante elemento de mediação entre artistas e público, entre artistas e discussões sobre o fenômeno estético que legitimaria o abstracionismo em sua vertente concretista, e entre um movimento artístico e um contexto social específico, notadamente aquele que desenhou no Brasil a partir das décadas de 1940 e 1950. As reuniões realizadas em sua casa foram enfatizadas pelos próprios artistas como um ambiente propício para a discussão de ideias, sendo que o crítico ocupou um papel de destaque ao atuar como “teórico”.

A atuação de Pedrosa juntamente com o artista Ivan Serpa na criação do grupo concretista carioca também foi destacada, considerando os papéis distintos desempenhados pelos dois nesse processo: enquanto o aspecto de mediação ajuda a pensar como o crítico adquiriu notoriedade na defesa do concretismo e na “conversão” de artistas para esse movimento, Serpa chamou a atenção como professor, agregando artistas em suas aulas de pintura e discutindo as obras que eram exibidas pelos artistas, muitas vezes, em primeira mão. Por fim, a capacidade mediadora de Pedrosa aparece em sua condição de crítico especializado que dialoga com o público,

apresentando-os a novos artistas por meio de textos de jornais e de catálogos e discussões públicas com seus pares.

A escolha da categoria mediação para compreender o papel desempenhado por Mário Pedrosa como crítico de arte deve-se à sua atuação estratégica nos âmbitos da arte e da cultura brasileiras a partir de meados do século XX, cujo desdobramento pode ser visto até os dias de hoje com a recepção dos seus textos críticos. A mediação cultural – atividade em que Pedrosa se destacou ao lado da militância política – pressupõe a produção de sentidos, que, no seu caso, estava relacionada às artes plásticas, o esforço em formar um público amplo, a criação de novos projetos na esfera da arte, e a atuação em um lugar central no interior de uma rede de sociabilidade, como foi o caso do crítico em sua relação com os artistas¹⁶. Esse último aspecto merece destaque, posto que, ao longo deste trabalho, o objetivo foi justamente analisar como sua proximidade com um grupo de artistas contribuiu para criação de um projeto artístico e para a construção de uma trajetória intelectual associada ao exercício judicativo. Desse modo, para analisar sua atividade de mediação, cabe chamar a atenção para a construção de um núcleo de sociabilidade intelectual e artística em que Pedrosa esteve inserido e onde ocupou um papel central.

A entrada em redes marcadas por uma forte “densidade social” foi destacada neste trabalho, na medida em que a ressonância das ideias de Pedrosa, tanto no interior de um grupo artístico como no campo da crítica de arte, deve ser entendida em um contexto de participação ativa em grupos – nos quais contribuiu para a formação –, onde conseguiu angariar uma posição de autoridade. Foi justamente nessas redes, notadamente aquelas estabelecidas a partir da década de 1940, que Pedrosa conseguiu fazer melhor uso do “estoque de conhecimento” acumulado ao longo de seu percurso intelectual. A partir desse período, que marcou sua consagração na crítica, ele não apenas mobilizou seu conhecimento sobre arte para criar solidariedade entre um grupo de indivíduos, como também entrou em debates, lançando luz para suas ideias, que se tornariam reconhecidas, ao mesmo tempo em que refutava outras concepções sobre arte e projetos na crítica já consolidados.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte e crítica de arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 2010.

BARCINSKI, Fabiana; FERREIRA, Hélio Márcio; SIQUEIRA, Vera Beatriz (Orgs.). *Ivan Serpa*. Rio de Janeiro: S. Roesler; Instituto Cultural The Axis, 2003.

16. Sobre a atuação dos mediadores culturais ou intelectuais, ver Gomes & Hansen (2016).

BRITO, Ronaldo. *Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*. São Paulo: Cosac e Naify, 1999.

CADERNOS DA LITERATURA BRASILEIRA. Ferreira Gullar. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1998.

COCCHIARALE, Fernando; GEIGER, Anna Bella (Orgs.). *Abstracionismo geométrico e informal: a vanguarda brasileira nos anos 50*. Rio de Janeiro: Funarte; Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1987.

CORREIO DA MANHÃ. Ivan Serpa inicia alunos no mundo das formas e das cores. Rio de Janeiro, 13 Mar. 1995.

———. Os abstratos nas suas fontes. Rio de Janeiro, 26 Mar. 1954.

ERBER, Pedro. *After the politics of abstraction: avant-garde art and criticism in Japan and Brazil circa 1960*. Tese (Doutorado) – Cornell University, Ithaca, Nova York, 2009.

FERREIRA, Hélio Márcio (Org.). *Ivan Serpa*. Rio de Janeiro: Funarte, 2004.

GALERIA DE ARTE INSTITUTO BRASIL-ESTADOS UNIDOS (IBEU). *Catálogo de exposição: Exposição do Grupo Frente*. Rio de Janeiro: Galeria Ibeu, 1954.

———. *Catálogo de exposição: Ivan Serpa – exposição de pinturas e desenhos*. Rio de Janeiro: Galeria Ibeu, Jul./Ago. 1951.

GINGER, Serge. *Gestalt: uma teoria do contato*. São Paulo: Summus, 1995.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRUPO FRENTE. *Catálogo de exposição*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna (MAM), 1955.

GRUPO FRENTE: 1954-1956. *Catálogo: Exposição Nacional de Arte Abstrata – Hotel Quitandinha, 1953*. Galeria de arte Banerj. Rio de Janeiro, 1984.

MARI, Marcelo. *Mário Pedrosa e Ferreira Gullar: sobre o ideário da crítica de arte nos anos 50*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

MOURA, Flávio Rosa. *Obra em construção: a recepção do neoconcretismo e a invenção da arte contemporânea no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Sumaré; Fapesp, 1995.

OSORIO, Luiz Camillo. *Razões da crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

PAPE, Lygia. *Catiti catiti na terra dos brasis*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1980.

PEDROSA, Mário. *Política das artes*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995.

———. . Da natureza afetiva da forma na obra de arte. In: PEDROSA, Mário. *Arte: forma e personalidade*. São Paulo: Kairós, 1979.

———. . A experiência de Ivan Serpa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 Ago. 1951.

SANT'ANNA, Sabrina. A crítica de arte brasileira: Mário Pedrosa, as décadas de 1950 e 2000 em discussão. *Revista Poiesis*, Edição 14, Ano 10, p. 17-33, Niterói, 2009.

———. . *Construindo a memória do futuro: uma análise da fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008

VELHO, Gilberto. Metrópole, cosmopolitismo e mediação. *Horizontes Antropológicos*, Ano 16, n. 33, p. 15-23, Porto Alegre, 2010.

VILLAS BÔAS, Glaucia. Concretismo. In: BARCINSKI, Fabiana (Org.). *Sobre arte brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

———. . Os dois lados do concretismo”. In: REINHEIMER, Patricia; SANT'ANNA, Sabrina Parracho (Orgs.). *Reflexão sobre arte e cultura material*. Rio de Janeiro, Folha Seca, 2014b.

———. . A estética da conversão. O ateliê do Engenho de Dentro e a arte concreta carioca (1946-1951). *Tempo Social*, v. 20, n. 2, p. 197-219, São Paulo, 2008.



A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos*

Recebido: 16.04.18
Aprovado: 26.11.19

Jonatta Sousa Paulino**
& Ramonildes Alves Gomes***

Resumo: O fomento da atividade produtiva agroecológica no Brasil se dá por meio do trabalho conjunto de um grupo de indivíduos, representantes de discursos e instituições, os quais se constituem como atores-chave para o entendimento das dinâmicas atuais do rural brasileiro. Neste artigo, analisamos a institucionalização do campo agroecológico nacional, focalizando as redes tecidas para sua construção, seus discursos de transformação social, os atores envolvidos e suas implicações na construção das políticas no setor. A perspectiva teórico-metodológica se baseia na Teoria Ator-Rede, de Bruno Latour (2012), consistindo o trabalho de campo na realização de entrevistas semiestruturadas com uma amostra não probabilística de atores do referido campo e na análise de suas trajetórias. Dentre as conclusões principais, destacamos a de que a atividade produtiva agroecológica no Brasil conecta um sistema informal e internacional de contatos transdisciplinares que relaciona pesquisas acadêmicas, prática docente e atividades de extensão, produzindo um movimento de legitimação do campo.

Palavras-chave: Agroecologia. Teoria Ator-Rede. Ciência. Institucionalização. Trajetórias sociais.

The institutionalization of agroecology in Brazil: academic trajectories and discursive ties

Abstract: *The fostering of agroecological productive activity in Brazil occurs through the joint work of a group of individuals, representatives of discourses and institutions, who constitute themselves as key actors for understanding the current dynamics of rural Brazil. In this article we analyze the institutionalization of the national agroecological field, focusing on the networks woven for its construction, its discourses of social transformation, actors and their implications in the construction of policies referred to it. The theoretical-methodological perspective is based on Bruno Latour's Actor-Network Theory (ANT (2012), and the field work consisted of conducting semi-structured interviews with a non random sample of actors from that field and analyzing their trajectories. Among the main conclusions, we highlight that the agroecological productive activity in Brazil connects an informal and international system of transdisciplinary contacts that links academic research, teaching practice and extension activities, producing a movement to legitimize the field.*

Key-words: *Agroecology. Actor-Network Theory. Science. Institutionalization. Brazil.*

* Este artigo foi inspirado na pesquisa para a tese de Jonatta Sousa Paulino, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil, no ano de 2017, sob a orientação da professora Ramonildes Alves Gomes.

** Jonatta Sousa Paulino é doutor em ciências sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil. Orcid: 0000-0003-3874-7145. <jonatta.15@bol.com.br>.

*** Ramonildes Alves Gomes é doutora em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2005) e pós-doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales

(CRBC/Ehess - 2010) e pela Université Paris Ouest Nanterre La Défense (2010), Paris, França. Orcid: 0000-0001-5009-9625. <rnildes@hotmail.com>.

1. A vertente científica da agroecologia apresenta-se como nova forma de aproximação entre a agronomia e a ecologia, “[...] isto é, a disciplina científica que estuda e classifica os sistemas agrícolas desde uma perspectiva ecológica, de modo a orientar o desenho ou redesenho de agroecossistemas em bases mais sustentáveis” (Caporal, Costabeber & Paulus, 2011: 61).

Introdução

O debate sobre agroecologia no Brasil é explicado com base em três dimensões: em primeiro lugar, como conjunto de práticas produtivas sustentáveis “ecologicamente corretas”; depois, através de uma perspectiva mais abrangente, como enfoque científico que vai além de modelos de agriculturas e que tem por objetivo fortalecer os pilares de transição para as agriculturas alternativas e os modelos de desenvolvimento rural sustentáveis (Petersen, Dal Soglio & Caporal, 2009; Almeida, 2009); e, em terceiro lugar, enquanto movimento social, como mobilização que funciona a partir de princípios, conceitos e teorias para o fortalecimento dessas práticas no mundo rural.

Assim, no Brasil, ao falar em agroecologia, acabamos por abarcar essas três dimensões. Todavia, o artigo estará focado na perspectiva científica¹, de forma a compreender as redes que desenharam a institucionalização da agroecologia no Brasil, através da atuação de atores, grupos e instituições, cujas correspondências entre as trajetórias profissionais, não necessariamente lineares ou causais, foram decisivas para o enraizamento da agroecologia no território brasileiro.

Metodologia

A metodologia adotada está fundamentada na Teoria Ator-Rede de Bruno Latour (2012). O social, segundo assenta a Teoria Ator-Rede, informa sobre um tipo de associação momentânea que se caracteriza pela maneira como se reúnem os atores sociais. O social não é um domínio especial da realidade, e sim um princípio de conexões. Considera-se como social um fluido circulante e, o que antes era visto como de “domínio social”, integra agora o conjunto de elementos a serem reunidos, não no que chamamos de sociedade, mas sim em um coletivo. Deste modo, é necessário seguir a continuidade fluida de entidades heterogêneas e a completa descontinuidade entre os participantes das redes. Em vez de adotar uma posição de uma ordem antecipada, nos direcionamos aos atores deixando que eles mesmos apresentem suas próprias categorias e, a partir desse movimento, explicamos como as redes são estabelecidas.

Para o alcance da metodologia foi utilizada como técnica de pesquisa a entrevista semiestruturada – realizadas nos anos de 2015 e 2016, nas cidades de Campina Grande (PB), João Pessoa (PB), Recife (PE) e Belém (PA) –, com algumas perguntas prévias; contudo, os sujeitos integrantes das redes eram livres para divagar sobre suas vidas, focando principalmente suas trajetórias e atuação profissional.

QUADRO 1
FALAS TRANSCRITAS E ANALISADAS

Nome	Ocupação	Natureza da fala
Eros Marion Mussó	Professor da Universidade Federal de Santa Catarina.	Entrevista semiestruturada realizada durante o IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em Belém do Pará, no ano de 2015.
Éric Pierre Sabourin	Pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad) e professor visitante no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.	Entrevista semiestruturada realizada durante o IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em Belém do Pará, no ano de 2015.
Luiz Antonio Cabello Norder	Professor no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.	Entrevista semiestruturada e observação de sua fala na Mesa Redonda "Cursos de agroecologia: reconhecimento profissional e seus desafios", ambos durante o IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em Belém do Pará, no ano de 2015.
Tatiana Deane de Abreu Sá	Pesquisadora em agroecologia na Embrapa Amazônia Oriental e professora colaboradora nas Universidade Federal Rural da Amazônia e Universidade Federal do Pará.	Entrevista semiestruturada realizada por meio de chamada de voz online no ano de 2016.
Francisco Roberto Caporal	Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) desta instituição.	Entrevista semiestruturada ocorrida em 2015 no Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC)/Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).
Maria Virgínia de Almeida Aguiar	Professora da disciplina de Extensão Rural e coordenadora da Licenciatura em Ciências Agrícolas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).	Entrevista semiestruturada ocorrida em 2015 no Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC)/Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).
Laetícia Medeiros Jalil	Professora de sociologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).	Entrevista semiestruturada realizada na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em 2015.
José Geraldo Wizniewsky	Professor da Universidade Federal de Santa Maria no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural.	Entrevista semiestruturada realizada durante o LIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), em João Pessoa (PB) no ano de 2015.
Jalcione Pereira de Almeida	Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.	Entrevista semiestruturada realizada durante o LIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober).
Paulo André Niederle	Professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Desenvolvimento Rural da UFRGS.	Entrevista semiestruturada realizada durante o LIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), em João Pessoa (PB) no ano de 2015.
Jorge Roberto Tavares de Lima	Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), associado ao Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC).	Entrevista semiestruturada realizada durante o evento "Diálogos de Conhecimento sobre Agroecologia".

Fonte: Os autores.

Os acontecimentos relatados não ocorrem, necessariamente, em sua estrita sucessão cronológica, pois se organizam em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. O relato se baseia na preocupação relacionada ao interesse da pessoa de dar sentido, de extrair uma lógica no dito, variável segundo sua trajetória e sua posição no campo social. Estamos diante de uma criação artificial de sentido, uma história de vida produzida. Esse relato é uma apresentação oficial de si oficializando sua própria vida, seja ela pública ou privada, o que traz coações e censuras específicas, negociações do que pode ou não ser dito e a maneira que os elementos são expostos na fala para que não escapem ao padrão desejável (Bourdieu, 2006).

Primeiros passos para uma nova ciência

As críticas ao padrão tecnológico dominante no mundo rural vão ficando cada vez mais evidentes a partir da década de 1970, e isso em decorrência à crise econômica e aos altos custos das tecnologias modernas, além das consequências sociais e ecológicas. Este período é caracterizado pela disseminação de discursos ambientais que apoiam instituições e ações em torno de um projeto alternativo de desenvolvimento. Este processo dá início à fomentação de redes, conectando diversas esferas do social e passando adiante os ideais de uma nova forma de relacionamento entre homem e natureza.

A crise ecológica inaugura uma polêmica entre peritos, abrindo novas realidades em disputas. Essas controvérsias abafam as certezas da ciência (Latour, 2004) e faz com que outras formas de conhecimento participem da arena na contenda pelo uso legítimo dos recursos naturais pelas populações autóctones. Portanto,

the technological dimension of the agroecological revolution emerges from the fact that contrary to Green Revolution approaches (Altieri & Toledo, 2011: 598).

Ao tomar como ponto de partida o fato de que a agroecologia, especificamente no Brasil, identifica-se como discurso contrário a todo referencial da Revolução Verde², é importante frisar que os efeitos desta revolução se deram, primeiramente, em nosso país, na Região Sul, o que fez com que o movimento de agriculturas alternativas – precursor da agroecologia – tenha apresentado mais força nesta localidade, como aparece na fala de Paulo André Niederle:

Tem que olhar um pouco o contexto em que se desenvolve a agricultura dos anos 1960, 1970 para cá, após início da Modernização Conservadora, da Revolução Verde. Por que a agroecolo-

2. Iniciada na década de 1960, também conhecida como “Modernização Conservadora”, a Revolução Verde impulsionou o processo de mecanização no campo, “além de ter como característica a quimificação, que se expressa no uso de fertilizantes, agrotóxicos e sementes selecionadas” (Paulino, 2013: 10).

gia, enquanto tal, como a gente compreende no Brasil, teve um desenvolvimento específico no Sul do Brasil? Primeiro, por conta da intensidade do processo de modernização da agricultura, do modo como ele se deu. O projeto da Revolução Verde foi aplicado naquela região de forma muito mais intensa, muito mais abrupta, muito mais rápida e com consequências sociais muito expressivas.

[...]

Acho que tem outro fator de protagonismo nesse processo todo, que são os movimentos estudantis e de juventude. Você teve a influência dos Encontros Brasileiros de Agroecologia, muito capitaneados pelas Federações dos Estudantes de Agronomia, e de Veterinária depois; e dos grupos de agroecologia, porque depois de formadas, essas pessoas passaram a atuar nessas organizações. Foram trabalhar no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); foram trabalhar no Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (Cetap); no Centro Ecológico; e a rede pra formar um movimento, essa rede de organizações já se alimentava da rede que existia nos movimentos estudantis (Paulo André Niederle, João Pessoa, 2015).

A estrutura de relações objetivas, ou quadro de tensões,

é o que vai comandar os pontos de vista, as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas escolhidos e os objetos pelos quais os cientistas se interessam (Bourdieu, 2004b: 60).

Assim, as questões ambientais e agrícolas expressarão os rumos que os profissionais tomarão em suas trajetórias e estratégias de ação coletiva no cenário científico nacional, isto porque, as posições defendidas pelos cientistas só são compreensíveis quando inseridas nos campos aos quais estão vinculados.

O termo agricultura alternativa é um discurso social e remonta à década de 1970, conformado na agricultura de base ecológica e impulsionada por organizações comprometidas com um projeto político. Tal movimento ganha força no país principalmente em 1976, graças ao manifesto ecológico brasileiro “Fim do futuro?”, de José Lutzenberger, que servirá de inspiração para pesquisadores, ecologistas e a sociedade no geral.

As primeiras críticas ao processo de modernização na agricultura brasileira foram elaboradas e disseminadas por grupos de intelectuais e profissionais (principalmente engenheiros agrônomos) que denunciavam os impactos negativos dessas tecnologias no meio ambiente por meio de publicações científicas. Este movimento ganhou forma durante as décadas de 1970 e 1980, quando as universidades se

constituíram como espaços privilegiados para este debate, até mesmo no movimento estudantil, tendo como marco a importância da organização de congressos da organização da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab).

Os discursos contrários à Revolução Verde desencadearam nas universidades a formação de vários grupos de estudos e pesquisas em tecnologias e agriculturas alternativas. Com o passar do tempo, as propostas amadureceram e esses estudantes militantes dos movimentos pró-agriculturas alternativas se graduaram, resultando, em muitos casos, na criação de organizações não governamentais (ONGs) (Azevedo, 2011) ou Grupos de Agroecologia (GA's)³, que se tornaram importantes na disputa sobre o modelo tecnológico dentro das universidades. Em outras palavras, alunos das ciências agrárias passam a ter contato com a temática, formando grupos de agricultura alternativa dentro dos cursos de agronomia, estudantes estes que farão parte, posteriormente, de quadros profissionais das organizações não governamentais, dos movimentos sociais e do Estado.

O fio da meada com a mobilização da academia

No que se refere aos impactos da modernização agrícola, essa pauta começou a ser discutida academicamente na década de 1970, quando a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (Aeasp) realizou o I Congresso Paulista de Agronomia, em 1977, manifestando a necessidade de repensar a agricultura brasileira⁴. Em 1979, durante o IX Congresso Brasileiro de Agronomia, organizado pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Faeab), percebeu-se uma grande adesão dos militantes de esquerda à agricultura alternativa, por considerá-la um modelo anticapitalista.

Os estudantes de agronomia também resistiram, instaurando os embasamentos da agroecologia no Brasil a partir da década de 1980, através dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (Ebaa) e por profissionais graduados que participavam do Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA/Fase) – o que será discutido mais adiante –, formando redes de intercâmbio entre diferentes setores da sociedade⁵.

Nas universidades, os movimentos alternativos eram organizados por estudantes apoiados pela Feab, que se encontravam nos Congressos Nacionais de Estudantes de Agronomia (Conea's). Em 1981, a Feab, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e o Grupo de Agricultura Alternativa da Aeasp organizaram o I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (Ebaa) em Curitiba (PR), configurando um marco

3. Os GA's eram nacionalmente articulados, na década de 1980, perdendo essa articulação nos anos 1990 e se restabelecendo a partir de 2005, com a construção de espaços de discussão, formação e elaboração de pautas políticas, como o Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (Enga) e a Rede dos Grupos de Agroecologia do Brasil (Rega). Atualmente, a Rega ajuda na elaboração de um projeto político que tenha a agroecologia como eixo central, trabalhando a formação teórica, prática e profissionalizante, através de projetos de pesquisa e extensão rural nas universidades (Fagundes, Ladeira & Oliveira, 2013).

4. Em 1988, a Aeasp criou o Grupo de Agricultura Alternativa.

5. Redes que fomentaram a criação dos Centros de Tecnologias Alternativas (CTA's).

da agricultura alternativa no Brasil, apresentando uma proposta contrária à Revolução Verde (Padula, Cardoso, Ferrari e Dal Soglio, 2013).

Essa interação institucional entre a rede PTA e o Ebaa foi rememorada pelo o professor Jalcione Almeida, um de nossos entrevistados:

E aí tem que ir lá buscar nos Ebaa's [...]. O primeiro, se não me engano, foi em Curitiba, por causa dessa efervescência do Paraná; o segundo foi no Rio de Janeiro, em que a AS-PTA já estava, ela estava no Rio, está no Rio ainda; a terceira, se eu não me engano, foi no Mato Grosso do Sul, ou em Cuiabá, Mato Grosso do Norte, Mato Grosso, em Cuiabá e a última foi em Porto Alegre em 1988, que eu ajudei a organizar um pouco. Então um pouco esse é o caldo assim de cultura, a gênese talvez dessa chamada agroecologia hoje, não é? (Jalcione Pereira de Almeida, João Pessoa, 2015).

Os universitários adentravam neste universo por meio de movimentos estudantis e acabavam participando da organização de eventos acadêmicos, num misto de atividade acadêmica e militância, cuja dedicação chega a acompanhá-los durante muitos anos:

A minha dissertação, lá na década de 1980, foi naquilo que se chamava agricultura alternativa. Não existia essa terminologia “agroecologia”, mas agriculturas alternativas [...]. Eu fazia agronomia na época, terminei agronomia. Enquanto estudante de agronomia, digamos, tinha um certo engajamento nas alternativas à agricultura moderna, sempre fui um crítico da agricultura moderna desde os bancos escolares. O movimento agriculturas alternativas na época foi uma válvula de escape, foi uma saída normal que eu encontrei. Foi isso, acho, que até mesmo ajudou a montar os Ebaa's, os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, quatro Ebaa's. Na verdade, não os quatro, principalmente os dois últimos e o último em particular que foi em Porto Alegre, o IV Ebaa, acho que foi em 1988, se eu não me engano, que eram referências, assim, nacionais, pontos críticos, assim, dessa agricultura, digamos, moderna e tal.

[...]

Esse engajamento, ainda na graduação, me motivou a escolher o tema no mestrado que foi na agricultura alternativa também, eu defendi uma dissertação com esse tema, que modéstia à parte, foi uma dissertação que até hoje é reconhecida como uma das primeiras referências nesse campo da alternativa.

[...]

Aí eu fui para o doutorado logo em seguida. E trabalhei, na época, com agriculturas diferentes, um pouco fugindo ao padrão dessa agricultura convencional moderna. E a minha tese, de certa forma,

também lidou um pouco por aí, mas não trabalhando ainda com agroecologia na verdade. Eu só fui me envolver com agroecologia quando voltei do doutorado, isso em 1993, que aí, tratava-se, o que se pode dizer assim, um movimento nascente enquanto agroecologia (Jalcione Pereira de Almeida, João Pessoa, 2015).

As redes que compõe o movimento de agriculturas alternativas se tornarão a base da institucionalização da agroecologia no Brasil. Tais redes parecem ser extensas e racionalizadas, uma vez que os atores que adentraram nesse campo exibiram certo acúmulo de capital científico e político (envolvimento em atividades acadêmicas e em movimentos sociais), o que faz com que eles estejam “preparados” para participar desse universo, que, como todo e qualquer campo social, envolve competição entre seus participantes com o sucesso de alguns e o afastamento daqueles que não apresentaram as capacidades necessárias para fazer parte.

O II Ebaa ocorreu em 1984 na cidade de Petrópolis (RJ). Deixando como legado a “Carta de Petrópolis – protocolo de intenções”, que estabelecia o apoio dos governos estaduais a essas práticas diferenciadas. A partir da mobilização de estudantes e alguns professores apoiados pela Feab, naquele mesmo ano foi aprovado um novo currículo mínimo para os cursos de agronomia, agora incluindo conteúdo das ciências sociais e do meio ambiente, formando um profissional teoricamente mais crítico e comprometido com a realidade rural.

Em 1987 foi realizado o III Ebaa, na cidade de Cuiabá (MT). Agora, o pequeno produtor passa a ser considerado o foco das ações da agricultura alternativa. No IV Ebaa, em 1989, houve um desentendimento e o PTA/Fase saiu da organização. O motivo para a controvérsia foi: enquanto a rede PTA procurava inserir a participação dos agricultores, os outros congressistas queriam manter o encontro num nível mais acadêmico/científico. Assim, os anos 1990 vivenciaram o fim dos Ebaa’s e um contexto político desfavorável aos movimentos sociais após a eleição de Fernando Collor de Mello, apagando um pouco a agricultura alternativa, que acabou ficando mais restrita aos Grupos de Agricultura Ecológica de certas universidades (Luzzi, 2007).

Os Ebaa’s fincaram o movimento de agriculturas alternativas no cenário acadêmico sulista, servindo como conexão que relaciona diversas histórias de vida em torno da mobilização de estudantes que, posteriormente, se reconectariam em diversas instâncias em razão a esse contato inicial.

Mesmo com o aspecto político e militante de seus atuantes, ligados a diferentes organizações rurais, este movimento também foi impulsionado por pessoas envolvi-

das com o campo científico e assim continuou por alguns anos, mixando diferentes trajetórias, como a da professora Virgínia Aguiar:

Eu tinha contato com a Fase também, mesmo na época que a gente era estudante e construiu o III Ebaa, a gente tinha contato com o pessoal dos movimentos sociais [...]. Então, era uma rede bem interessante (Maria Virgínia de Almeida Aguiar, Recife, 2015).

Assim, o movimento agriculturas alternativas, que já surge num misto de ciência e militância, de uma academia politizada com profissionais participando de diferentes instituições que procuravam mudar a realidade do campo, ainda deve ser considerada como um braço de novas proposições do saber e de novos fazeres da universidade, pois é nela que surgem as definições e categorizações teórico-científicas e parte da visibilidade nacional e política para legitimar o movimento.

Sobre isto, vejamos um pouco da trajetória do professor Francisco Roberto Caporal, outro grande expoente do assunto:

Bom, eu sou engenheiro agrônomo, formado na Universidade Federal de Santa Maria, em 1975, no auge da Revolução Verde, e fui trabalhar na Extensão Rural do Rio Grande do Sul, naquela época Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar) – hoje Emater – e fui direto para o campo, trabalhar na assessoria dos agricultores. Na época, a nossa base era o difusionismo, práticas da Revolução Verde, usando dos pacotes da Revolução Verde e, enfim, trabalhei em extensão rural durante 30 anos. De 1988 a 1991, fiz um mestrado de extensão rural em Santa Maria e aí, nessa época, um pouco antes do mestrado, eu estava engajado, na época havia uma luta dos engenheiros agrônomos em defesa do que nós chamávamos de “agricultura alternativa”. E a gente realizou vários Encontros Brasileiros de agricultura alternativa (Ebaa’s) e por aí eu fui me engajando nessa luta, como presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Maria, a gente construiu a Primeira Lei de Agrotóxicos do Brasil, controle dos agrotóxicos e depois serviu como base para a lei estadual, a primeira lei estadual do Rio Grande do Sul e que, posteriormente, subsidiou a Lei Federal de Agrotóxicos. Então, por aí eu fui tendo contato com essa área, participava também das Comunidades Eclesiais de Base [...]. Nesse período, eu tive contato com o primeiro livro de agroecologia que foi traduzido no Brasil, foi o livro do Miguel Altieri, traduzido pela AS-PTA, que era justamente, na época o título era *Agroecologia, bases para uma agricultura alternativa*, que depois, na segunda edição, trocou o título e ficou *Bases para uma agricultura sustentável*. Já estava em moda a ideia do desenvolvimento sustentável e da agricultura sustentável. Bom, por aí eu comecei a escrever alguns artigos já tomando

por base as referências do Miguel Altieri (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Como exposto em sua entrevista, o desenvolvimento e a agricultura sustentável já estavam presentes na década de 1970, seguindo o mesmo itinerário veio o discurso do ecodesenvolvimento⁶. Essas ideias e esses conceitos possibilitaram o surgimento da noção de agroecossistema – que só ganhou amplo uso anos depois –, que era considerado como ecossistemas domesticados, um intermédio entre o sistema natural e o fabricado.

6. Arquetizou-se um conjunto de princípios para se chegar ao desenvolvimento sustentável. São eles: reconhecer a diversidade biológica e cultural, fortalecer as capacidades das comunidades e promover a participação civil na gestão dos recursos naturais (Sachs, 1982 apud Leff, 2006).

A “Armada Cordobesa”: tecendo fios e desafios

O aporte teórico da agroecologia recebeu influências de diferentes áreas do conhecimento – agronomia, ecologia, antropologia e sociologia –, sendo considerado como campo emergente e transdisciplinar. Segundo Lucimar de Abreu e Stéphane Bellon (2014), a matriz conceitual agroecológica se correlaciona a três universidades:

- Universidade de Berkeley, onde Miguel Altieri ministra seus cursos, na Califórnia (Estados Unidos);
- Universidade de Santa Cruz, onde se encontra Stephen Gliessman, na Espanha;
- Universidade de Córdoba, na Andaluzia, também na Espanha.

A evolução do trabalho empírico do Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses (Isec), criado em 1978 na Universidade de Córdoba, fomentou uma articulação entre ciências sociais e metodologias participativas do campo da educação. Foi esta

escola de pensamento que introduziu no conceito de agroecologia o sentido sociopolítico de desenvolvimento da agricultura, vinculando-o aos processos históricos, resultado da crítica social ao atual contexto do neoliberalismo e da globalização (Abreu & Bellon, 2014: 8).

As pesquisas desse instituto relativizaram a epistemologia e a estrutura de poder científica, dando valor ao conhecimento local.

É importante destacar as pesquisas coordenadas por Eduardo Sevilla Guzman, da Universidade de Córdoba, na Espanha, e as conexões entre ele e Miguel Altieri. Essas articulações acadêmicas se consolidaram com a criação do Programa de Pós-

-Graduação em Córdoba, com o doutorado em “Agroecologia, sociologia e desenvolvimento rural sustentável”, em 1991.

Uma conexão clara entre a institucionalização da agroecologia no nosso país e as redes de interação entre o global e o local envolvendo diferentes temporalidades discursivas se deu com a ida de vários profissionais para Córdoba, na Espanha, com o intuito de realizar suas pós-graduações nesta área, como vemos nesta fala de Francisco Caporal:

Em 1994 eu tive a oportunidade de ir para o doutorado, eu escolhi o curso na Espanha, o programa era justamente “Agroecologia, campesinato e história”, que estuda sociologia, na Universidade de Córdoba, e foi como de fato eu entrei nesse tema. Aí, eu tive contato com a maioria dos professores dessa área, que, na época, já estavam militando: Stephen Gliessman, o Alier, o Vitor Toledo, o próprio Miguel Altieri e a Clara, a esposa dele, o Woodgate, da Inglaterra, o Peter Rousseau, dos Estados Unidos, enfim. Todo, praticamente, todo o povo que estava trabalhando com a gente teve contato lá [...] na Espanha. Porque além das disciplinas do doutorado, a gente tinha, já naquela época, um curso de mestrado em agroecologia que reunia todo esse pessoal e continua reunindo até hoje. Então, foi por aí a minha entrada nesse campo. Eu fui orientando do professor Eduardo Sevilla Guzmán, coordenador do doutorado, que também é um expoente nessa área (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Na Espanha, estes estudiosos encontravam o laço entre a produção, principalmente americana, na área de agroecologia – e que mais tarde se tornaria “clássica” – e um programa de formação profissional inteiramente voltado para esta área e em completa sintonia com suas trajetórias profissionais até aquele momento.

A aproximação da agronomia com a ecologia começa com, eu acredito que os precursores foram o Steven Glizman, pesquisando no México, com comunidades indígenas, e o Miguel Altieri pesquisando no Chile também com comunidades indígenas. Baseio-me nas leituras que fiz, me baseio nisso.

[...]

Eles publicaram os primeiros livros em 1988, 1990 e essa bibliografia foi pioneira na área, junto com outros autores: Vandemir, o próprio Peter Rousseau e outros autores que já publicaram nessa época aí. Em seguida, nós vamos ter outra influência importante da Espanha, que é lá do Instituto da Sociologia, com a publicação de um livro do professor Sevilla Guzman junto com Manoel Gonzalez de Molina, eles publicam o livro que também vai ter uma influência grande nessa área. [...] Bom, também naqueles cursos de

7. Diferentemente da categoria de “agroecólogo”, que indica os profissionais especializados em agroecologia, principalmente os técnicos desta área, tal neologismo serve para tratar, neste trabalho, dos profissionais, não importando a área de formação, que, de alguma forma, já se debruçaram sobre a temática da agroecologia.

mestrado que ocorriam lá na Espanha, desde 1993-1994, muitos brasileiros e latino-americanos participavam, porque no início o curso era voltado para a América Latina, e como tinha bolsa para todo mundo, naquela época era uma fartura de bolsa, então ia muita gente daqui da América Latina e do Brasil para fazer o curso lá, fazer esse mestrado na Espanha (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

O grande fluxo de agroecologistas⁷ nesta ponte entre Brasil e Espanha instaura um cenário científico conformado por relações pessoais, sendo os pioneiros deste movimento os agrônomos do Rio Grande do Sul. Identificamos então duas conexões na rede agroecológica: a primeira delas – efetivada na atividade extensionista – na qual diversos agrônomos que já se conheciam e acabariam escolhendo um mesmo caminho, isto é, o aperfeiçoamento intelectual fora do país; o que nos leva à segunda: as interações que aconteceram na cidade de Córdoba, que influenciaram na conformação de um grupo de pesquisadores mobilizados para um mesmo objetivo.

Estes atores passam por constantes agrupamentos e reagrupamentos para a formação de um grupo, através da energia actante que era investida em sua agregação:

Embora muitos não tenham feito a dissertação, mas beberam lá, porque, como eu disse, passava toda essa turma de agroecólogos por lá como professores, e ainda continua passando. Então eu acho que é por aí que entra a agroecologia na perspectiva mais científica aqui na América Latina. Aqui, no Brasil, na primeira leva nós éramos: Costabeber, Costagomes, Canuto, José Geraldo, Borba, eu, Virgínia. Éramos pelo menos uns dez brasileiros que saímos do doutorado, fomos os primeiros a defender tese no doutorado da Espanha, inclusive antes que os espanhóis. Quando a gente voltou, a gente trouxe essa bagagem que a gente conseguiu construir lá. A bibliografia que a gente também teve acesso durante o doutorado e isso aí serviu de base pra introduzir aqui também esse debate da agroecologia, tanto por dentro da Embrapa, no caso do Costagomes, do Marcos Borba, do Canuto, que são todos pesquisadores da Embrapa, como na Extensão Rural, no caso o Costabeber, eu, o Eros, a galera da Extensão Rural (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

A literatura americana reinterpretada na Espanha e trazida para o Brasil faz parte da construção inicial do campo científico da agroecologia nacional, que perpassava principalmente a aplicação prática dos aprendizados por meio da extensão rural. Como disse Francisco R. Caporal (em Recife, 2015),

a América Latina com essa influência da bibliografia espanhola e norte-americana, o Glizman é da Califórnia, o Miguel Altieri, embora tenha pesquisado no Chile, também trabalha na Universidade de Berkeley, na Califórnia (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Outra professora que atualmente trabalha diretamente com Francisco Caporal no Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Recife, é Maria Virgínia de Almeida Aguiar, engenheira agrônoma formada na Universidade Federal do Mato Grosso, com especialização em educação ambiental na mesma universidade. Maria Virgínia Aguiar realizou seu doutorado em agroecologia, história e estudos camponeses em Córdoba. Segundo seu relato, seu contato com a agroecologia:

[...] surgiu no movimento estudantil, só que naquela época, nos anos 1980, a gente chamava de agricultura alternativa e lá na Universidade Federal a gente tinha um centro acadêmico muito atuante, um movimento estudantil atuante ligado à Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. E a gente levou para lá, em 1987, o III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. [...] A gente participou ativamente da construção desse evento. [...] Eu acreditava nos meus colegas também, que eram muito militantes, que tinham um compromisso político muito grande de construção de uma agronomia diferente e essa possibilidade de diálogo que a gente abria – eles né, porque eu me colocava meio à parte – com os movimentos sociais. Então o meu primeiro contato foi através dessa ideia da agricultura alternativa e esse grande evento. Foram quase quatro mil pessoas na época, aí tinha toda uma discussão dos engenheiros agrônomos e dos estudantes de agronomia, então tinha uma forte interlocução desse grupo (Maria Virgínia de Almeida Aguiar, Recife, 2015).

Outro entrevistado que fez seu doutorado em Córdoba foi José Geraldo Wizniewsky. Questionado sobre como havia sido o seu contato com a agroecologia e se ele teria participado das discussões na Espanha no mesmo período que Caporal, respondeu:

Na realidade, antes de me formar na própria faculdade, nos anos 1980, na época não se trabalhava a perspectiva da agroecologia enquanto fonte de conhecimento científico. O que existia era a agricultura alternativa e todos os encontros brasileiros e tal. Então eu me formei em 1984, foi um período de transição do Brasil dos ciclos militares para certa abertura sistemática, que começou emergir; e aí eu me formei e fiquei um ano e meio trabalhando como profissional liberal ligado a algumas ONGs, ligado à igreja, lá no município onde eu nasci, Santa Rosa, no Rio Grande do Sul,

e trabalhava já junto a umas associações de proteção ao meio ambiente. Foi quando comecei a trabalhar junto aos movimentos sociais. Então a minha trajetória sempre esteve vinculada à ideia da questão agrária, onde sempre trabalhei; movimentos sociais ligados à luta pela terra; e a questão ambiental, que depois sim, eu fiz um mestrado, fiz a minha dissertação fazendo uma crítica a modernização da agricultura justamente no município que era o berço nacional da soja [...]. Eu cheguei no penúltimo ano deles lá, que era o Caporal, o Costabeber, que foi meu colega na universidade, mas já faleceu. Era o Eros Mussó, que trabalha na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), e agora está só na universidade, se aposentou da Epagri, e tinha o João Carlos Canuto que é lá da Embrapa. E tinha mais outros lá. Depois vem uma nova geração. O Joel, que trabalha na Embrapa em Pelotas (José Geraldo Wizniewsky, João Pessoa, 2015).

Também foi perguntado se o entrevistado teria trabalhado com o professor Francisco Caporal antes do doutorado. Eis a resposta:

Não. Ele entrou dois anos depois do mestrado. Quando eu estava saindo do mestrado ele começava o mestrado em extensão rural. Fui trabalhar na Emater lá. Eu o conhecia superficialmente. O Costabeber sim, eu conhecia, foi meu colega de mestrado e depois a gente compartilhou um ano e meio no doutorado e depois nós estávamos criando um núcleo, que aí eu estou compondo sozinho, um Núcleo de Agroecologia na Universidade de Santa Maria [...]. Lá eles tinham o Gliessman, nos Estados Unidos, trabalhava a agroecologia, mas não era na perspectiva dos assentamentos; o Altieri é a mesma coisa. Seriam as outras alternativas e aí Córdoba abriu essa. E o Sevilla Guzman tinha uma flexibilidade muito grande de pesquisar na América Latina, ele não te impunha pesquisar num projeto lá na Espanha. Então ficava fácil. Eu troquei alguns e-mails por intermediação do Costabeber e do Caporal e aí eu acabei indo em 1997 para lá e fiquei até 2001 (José Geraldo Wizniewsky, João Pessoa, 2015).

Os agroecologistas apresentam trajetórias singulares no que se refere tanto ao aproveitamento das oportunidades surgidas durante a formação acadêmica, quanto da rede de relações e dos lugares ocupados. Este enlace produziu um campo de possibilidades favorável ao próprio crescimento pessoal e, também, a ampliação do espaço da agroecologia. Indagamos sobre o que seria característico do movimento alternativo sulista quando enviou um conjunto de pesquisadores para Córdoba:

Eu acho que talvez um pouco a herança dos, digamos, dos precursores do ambientalismo latino, o Lutzemberger, o Pinheiro, Sebastião Pinheiro. De certa forma, eles deixaram uma inércia do mo-

vimento ambientalista e também porque Córdoba tinha, de certa forma, um diálogo com o curso de mestrado que nós fizemos em extensão rural, que tinha uma linha ambiental muito forte. Então já abriu discutir a questão de um novo modelo de extensão rural e nesse novo modelo vislumbrar a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, e não se chamava agroecologia; a gente foi se apoderar desse termo efetivamente lá na Espanha. E na realidade, todos os brasileiros que estiveram ajudaram a criar a perspectiva da agroecologia como campo de conhecimento científico, que antes era um programa muito difuso, uns chamavam de prática, e aí começou várias teses a serem feitas reafirmando essa perspectiva, que é um paradigma científico, um campo de conhecimento científico e não uma prática. E aí que se consolidou um grupo que trabalha, digamos assim, dentro dessa perspectiva (José Geraldo Wizniewsky, João Pessoa, 2015).

Portanto, o cenário científico perpassado pelo ambientalismo e pelas novas formas de apropriação da natureza fomentam uma rede de contatos interpessoais – onde os atores utilizavam trajetórias alheias de forma reflexiva para o planejamento de sua própria ação – e definem um coletivo emergente que, em seu retorno ao Brasil, colocariam em prática estratégias de definição epistemológicas para um novo saber e para a construção de políticas públicas em agroecologia, tal como fica evidenciado no diálogo com o professor e cientista social Luiz Norder sobre a institucionalização da agroecologia e seus aspectos científicos e epistemológicos:

É interessante. Córdoba é um paradigma da agroecologia [...]. Então, existem paradigmas de agroecologia. Eu acho que são vários [...]. O de Córdoba é um paradigma que é hegemônico [no Brasil], uma fusão da ciência do movimento social, um discurso de uma ciência voltada para a emancipação, discurso voltado para a fusão entre a universidade e a sociedade, de construção de uma política pública participativa, com enfoque também científico, respeitando o saber popular. [...] Essa é uma proposição que veio realmente do Costabeber, do Caporal, via Córdoba, Eduardo Sevilla (Luiz Antonio Cabello Norder, Belém, 2015).

A definição de Córdoba enquanto um paradigma brasileiro na agroecologia, envolve uma rede, amarra uma série de atores sociais desde técnicos a um conjunto de instituições (Latour, 2000) na conexão Córdoba-Brasil. Eros Mussóí, também entrevistado durante o IV CBA, ao falar sobre a formação dessa rede afirma que:

É uma rede de relações... As pessoas passam a fazer uma rede de relações e surgindo brincadeiras da própria, com relação a Espanha, com relação a Córdoba, a “Máfia Cordobesa” [...], “Armada Cordobesa”. O Costagomes que dizia, a “Armada Cordobesa”. Sim, por-

que lá tinha um grupo com o Eduardo Sevilla e que, de fato, foi uma coesão muito grande com esse grupo, entre pessoas que pensavam diferente, mas todo mundo imbuído por uma possibilidade de mudar a sociedade. Então essas pessoas voltam aos seus países. [...] São pessoas que estão em diversos países e que mantivemos relação, trocas, nos encontramos às vezes, então um pouco é isso para te responder, e as pessoas vão se inserindo nas políticas públicas, alguns vão saindo dos ministérios, vão entrando nas universidades, no caso do Caporal e da Virgínia e que ambos estão na universidade e eles continuam articulados (Eros Mussóí, Belém, 2015).

Assim, ainda que não haja um consenso sobre o tipo de paradigma que Córdoba inspira no Brasil, a disseminação desse campo resulta, em grande parte, da atuação bem-sucedida de acadêmicos que, graças à posição de vanguarda, ao desejo de se fazerem reconhecer enquanto novos tipos de extensionistas e do intercâmbio profissional necessário para tal, procuraram ampliar a fundamentação científica das práticas agroecológicas através de seus aprendizados na Espanha, funcionando também como diretriz de políticas governamentais e como parte do sistema de educação formal (Norder, Lamine & Bellon, 2015).

O Projeto Tecnologias Alternativas: amarrando a institucionalização

Como dito anteriormente, lado a lado com os Ebaa's na construção das raízes da pauta agroecológica no Brasil, havia o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), um projeto, fundado por Jean Marc Von der Weid no âmbito da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), e que mais tarde se tornou independente. O projeto PTA/Fase ofereceu um apoio na luta dos trabalhadores rurais, adentrando em seguida no desenvolvimento de tecnologias com uma dimensão política, buscando trabalhar em parceria com os movimentos sociais. Tal fortalecimento aqui se baseia fortemente no trabalho de José Lutzenberger, *Fundamentos ecológicos da agricultura*, de 1981.

A multiplicação de grupos e associações engajados na busca de técnicas alternativas de produção enseja um encontro em Campinas, em 1983, do qual participam mais de 100 lideranças nacionais entre técnicos e agricultores representantes de diversos estados brasileiros. Neste encontro, foram criadas as bases para a organização de uma rede nacional de fomento às tecnologias alternativas. Surge a partir daí o Projeto Tecnologias Alternativas que se articula em dez estados brasileiros: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (Weid, 1985; 1988).

A agricultura alternativa constitui a base para o surgimento de uma rede de organizações não governamentais de cunho desenvolvimentista na agricultura (Brandenburg, 2002: 17).

Os PTA's surgiram a partir da necessidade de organizar as intervenções isoladas de agricultores e ONGs, garantindo a troca de experiências em nível nacional e fomentando, com isso, o movimento em redes no espaço rural. Estes projetos funcionavam junto às Redes de Intercâmbio de Conhecimentos, auxiliando na criação de Centros de Tecnologias Alternativas, espaços para a formação técnica e política dos profissionais atuantes na área, como, por exemplo, para os estudantes das ciências agrárias.

No intuito de fornecer uma maior unidade discursiva para a Rede PTA, no ano de 1988 ocorreu o Encontro Nacional do PTA, que teve como objetivo estabelecer um caráter sistêmico do uso das tecnologias necessárias para alcançar um padrão alternativo de desenvolvimento. Foi com a atuação da Rede PTA que as questões tecnológicas começaram a entrar na pauta dos movimentos sociais com a qual ela se relacionava. Com a Nova República, algumas pessoas próximas ao PTA/Fase passaram a fazer parte do governo, facilitando uma relação estratégica com o Estado na disputa de espaços, recursos financeiros e acesso a instituições de pesquisa, reorientando as políticas públicas para que as ONGs assumissem um papel proeminente.

Jean Marc Von der Weid foi exilado nos anos 1970, indo para o Chile e depois para a França, onde teve contato com tecnologias diferenciadas, trazendo-as para o Brasil, em seu retorno, um elo entre Brasil e França no quesito de propostas alternativas de intervenção social. O exílio passa a ser visto como uma experiência de atravessar fronteiras e mapear novos conhecimentos (Said, 2011). Portanto, foi um dos atores que estabeleceu conexões internacionais para possibilitar a implantação de práticas alternativas na agricultura brasileira.

Em 1989, o Projeto PTA foi reestruturado, a partir da necessidade de organizar-se fora dos quadros institucionais da Fase. Houve então a desvinculação do PTA com a Fase e a constituição de ONGs autônomas, onde os coordenadores do PTA se redistribuíram numa nova instituição, idealizada em 1989 e fundada em março de 1990, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). É neste momento que a agroecologia passa a ocupar a pauta oficial da Rede PTA, procurando conscientizar a sociedade e orientar a política de ação do Estado através da elaboração de programas e projetos que levassem em conta os princípios agroecológicos (Luzzi, 2007). Nos primeiros anos de funcionamento (1989-1992), a AS-PTA atuou como assessoria para instituições membros da Rede PTA, até que, em 1992, os

membros da AS-PTA assumiram a execução direta de programas de desenvolvimento local. A AS-PTA continuou a prestar serviços para as entidades da Rede PTA, mas priorizou o desenvolvimento de programas mais complexos e com equipes a ela vinculadas.

A Fase foi uma instituição que facilitou a renovação do discurso sobre o desenvolvimento rural associado à sustentabilidade ambiental por meio das tecnologias sociais. Isto significa que tanto a Fase como a AS-PTA conformaram conectores importantes para a agregação de atores engajados nos novos rumos do desenvolvimento do campo. Por mais que o enquadramento não seja de cunho científico, a sua atuação empírica influencia o fazer dos agroecologistas, no geral, e contém elementos globais que explicam a conformação do cenário agroecológico analisado.

O debate francês: outro paradigma influente na agroecologia do Brasil

As confluências internacionais tanto da França – por exemplo, o contato cultural de Jean Marc Von der Weid durante seu exílio – como da Espanha marcam o desenvolvimento da agroecologia no Brasil, porém, de forma diferenciada, como discutiremos a seguir. Quanto à concepção da influência francesa na institucionalização do cenário científico nacional, Paulo Niederle afirma:

Essa influência espanhola teve ressonância no meio acadêmico, mas, de novo, comparativamente, eu acho que a influência dela foi maior no âmbito de um grupo de acadêmicos que dialogavam diretamente com a formulação de políticas públicas [...]. E, claro, como uma percepção de agroecologia que era para dentro do meio acadêmico, mas em grande medida, era uma agroecologia enquanto movimento social. Naquela divisão clássica “prática, movimento social, meio acadêmico”, a perspectiva espanhola, muito mais que americana, muito mais que a do Gliessman. Gliessman era muito mais acadêmico, nesse sentido. A perspectiva espanhola sempre fez questão de fazer dialogar com a academia com o movimento social. De outro modo, a entrada da literatura francesa ela é um pouco mais estranha, porque ela não se dá pelo termo agroecologia, ela se dá por um conjunto de discussões que tem a ver com o campesinato, a agricultura, depois com a questão ambiental. Na França há uma discussão muito importante de ambientalização da agricultura. Tanto é que muita gente, o próprio Alfio, a Maria José Carneiro, que discutiam agricultura familiar e campesinato, vão somar as suas reflexões à questão ambiental. É, o Jalcione. O Jalcione fez isso ainda muito antes (Paulo Niederle, João Pessoa, 2015).

Segundo Niederle, a força cordobesa se dá muito mais no sentido da mobilização social e da militância acadêmica para a intervenção pública do que na produção de evidências científicas, sendo este último fator muito mais característico da França, principalmente nos aspectos sociológicos oriundos das discussões sobre campesinato e ambientalização da agricultura, graças a pesquisadores como Alfio Brandenburg, Maria José Carneiro e Jalcione Almeida. Reiterando:

Quando a gente dialoga com os franceses, você não vê esse processo de institucionalização como a gente tem aqui. A agroecologia não se tornou um termo de política do Estado ainda tão forte na França como é no Brasil. E também não tem essa aderência acadêmica como a gente tem aqui. Se você vai num congresso na França, não tem muita gente falando em agroecologia como a gente faz aqui. Só que a perspectiva com que isso vem se dando na França é muito mais acadêmica do que propriamente um movimento social. Se a gente for comparar, os franceses, nesse caso em relação aos espanhóis, não têm esse vínculo com o movimento social como predomina entre os espanhóis, o que traz algumas vantagens do ponto de vista do diálogo acadêmico, mas uma série de limitações, inclusive no que tange, por exemplo, à institucionalização de políticas públicas. Política pública para agroecologia na França pode acontecer, provavelmente vai acontecer, mas talvez a gente demore para ouvir falar nesses termos (Paulo Niederle, João Pessoa, 2015).

Entretanto, Jalcione Almeida elaborou em outra direção ao analisar a experiência da agroecologia na França. Quando indaguei sobre a absorção da perspectiva científica da agroecologia a partir deste país, especificamente se haveria uma troca de energia actante entre os brasileiros e os franceses neste quesito:

O termo “agroecologia” entrou mais recentemente na França, mas naquela época falávamos muito em agricultura biológica, o equivalente a agricultura alternativa ou agricultura orgânica, que já estavam surgindo no Brasil, ou ainda agricultura biológica – *agriculture biologique* – em francês. Agroecologia é um termo que chegou mais recentemente, mas já está sendo assumido, já tão falando. O doutorado, não foi um doutorado que acabou me influenciando, por exemplo, para o lado da agroecologia, não foi! Eu permaneci nas variantes alternativas da agricultura, da forma de produzir e se organizar no campo, mas agroecologia sempre foi muito, durante o doutorado e até o final, muito periférica, e eu acabei me envolvendo mais quando eu voltei do doutorado, mais pelo contexto político que estava no Brasil e no Rio Grande do Sul, sobretudo. Então, eu não tive essa influência cordobesa, [...] que é uma perspectiva da agroecologia que acabou tendo uma influência muito forte na agroecologia brasileira, sobretudo e particularmente o pessoal

mais ligado a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) (Jalcione Pereira, João Pessoa, 2015).

8. Éric Sabourin realizou seu pós-doutorado entre 1999 e 2000, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como bolsista do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad).

9. Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, uma organização não governamental fundada em 1993, que trabalha para a promoção da agricultura familiar (agroflorestal e agroecológica) dentro dos princípios da agroecologia, com sede no Recife.

A problemática da relação entre a Espanha, o Brasil e a França nas definições da agroecologia local se torna mais clara no relato de Éric Sabourin⁸, quando o professor aciona a Espanha como o impacto mais profundo para o nosso campo de visão. Ao ser questionado sobre a possibilidade de influência francesa na construção da perspectiva científica agroecológica do Brasil, Sabourin responde:

Geralmente não tem tanto peso dos pesquisadores. Tem um peso da dinâmica latino-americana, da Espanha e Córdoba mais fortemente no caso das Universidades também, mas no quesito específico da França, não (Éric Sabourin, Belém, 2015).

Tanto para o Professor Jalcione Almeida, quanto para o pesquisador Éric Sabourin, a partir de suas experiências pessoais de intercâmbio entre Brasil e França, a proposta da agroecologia parece ter ganhado espaço muito mais no contato com os brasileiros que já trabalhavam com essa ideia do que em território francês. Para Jalcione, o contato com a temática ocorreu após o seu retorno ao Rio Grande do Sul, diante de um quadro cultural efervescente para os movimentos alternativos; e, para Sabourin, quando trabalhou na sede paraibana da AS-PTA e no Centro Sabiá⁹ em Pernambuco.

Na institucionalização da agroecologia francesa, os pesquisadores não tiveram participação em manifestações ou eventos dos movimentos sociais que passaram a apresentar a agroecologia como diretriz pragmática (Norder, Lamine & Bellon, 2015). Assim, a experiência da ciência agroecológica na França assume outro formato, digamos de uma ciência mais “neutra”, o que, de certa forma, provoca um estranhamento frente ao modelo praticado no Brasil, principalmente no universo da agroecologia.

É interessante observar que, na ciência agroecológica, a militância é algo incrustado e aquelas pessoas que não se atêm a isso acabam por realizar uma atividade incompleta, como se observa na fala do professor Jalcione:

Eu nunca cheguei a ser militante da agroecologia. A agroecologia sempre foi para mim, desde o início, um tema de pesquisa. Talvez um pouco por isso que as pessoas me viam no passado como militante da agricultura alternativa e tal, esperavam me ver como militante da agroecologia, o que eu não fui, não era! E aí que se criou um pouco de certa animosidade, um certo problema entre eu e algumas militâncias da agroecologia (Jalcione Pereira de Almeida, João Pessoa, 2015).

Ao saberem que a agroecologia no Brasil perpassa a presença de pesquisadores da área em cargos de gestão pública (Abreu, Lamine, Brandenburg, Bellon & Mazarotto, 2001), as pessoas que participam das redes em sua defesa tornam-se forças geradoras de criatividade e inovações socioculturais, mudanças essas que afetam o comportamento e as expectativas políticas, forçando a abertura de espaços para novos interesses. Com forte sistema simbólico, os participantes da “Armada Cor-dobesa” são potencializadores de novas formas de fazer política por meio de

tentativas coletivas e organizadas cujo objetivo era propor mudanças, ou até mesmo a possibilidade de construção de uma nova ordem social (Azevedo, 2010: 215).

Sobre essa discussão, vejamos a opinião de Laetícia Jalil, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, cuja trajetória e atuação estiveram voltadas para agricultura familiar, gênero e agroecologia. Segundo a professora – atuante acadêmica e política na área da agroecologia, participando de várias instituições desde a sua graduação – realmente existe a conformação de uma “Escola” de Córdoba no Brasil. Ao ser questionada sobre os maiores impactos no país de conteúdos franceses ou espanhóis, a professora responde:

Da Espanha! Eu nem consigo vislumbrar uma Escola Francesa. Assim, eu vejo, por exemplo, essa coisa de onde você vai, como que você volta. [...] Então eu consigo ver isso claramente, que tem a Escola na Espanha e que essa escola passa a ser traduzida para o Brasil; isso é importante, porque se você não traduz o que está escrito no campo mesmo de você pegar um texto e traduzir, de você pegar um texto e você construir relações, trazer essas pessoas, mandar pessoas, então assim, eu vejo que isso aconteceu muito fortemente com a Espanha. Assim, se você me perguntar uma pessoa, um autor francês, eu não conheço, que discuta agroecologia. Eu sei que tem... Mas eu não consigo identificar uma escola. Nenhuma influência no Brasil (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Na França, a noção de agroecologia só ganha espaço a partir de processos de diferenciação entre agricultores orgânicos e de economia solidária. Neste país, os pioneiros da agroecologia foram os movimentos sociais, não havendo inicialmente definições científicas, nem ritos disciplinares rígidos (Abreu, Lamine, Brandenburg, Bellon & Mazarotto, 2011). Lá, a agricultura ecológica surgiu como movimento de contracultura e crítica à sociedade de consumo.

O pensamento francês marcou uma geração de pesquisadores brasileiros no que se refere à agricultura ecológica e aos debates ambientais, o que não significa, es-

pecificamente, que a agroecologia tenha sido um tema central dentre as diferentes manifestações da prática agrícola ecologicamente correta na França e, assim, de forte presença no Brasil (Brandenburg, Billaud & Lamine, 2015). Tem-se, de um lado, pesquisadores como Alfio Brandenburg e sua “Escola Francesa” e, de outro, a atuação de extensionistas como Caporal e Costabeber enquanto participantes da “Escola de Córdoba”. Portanto, ambos os direcionamentos encaminham grande parte da produção textual agroecológica.

Sobre essa polaridade, o professor Niederle aponta algumas considerações:

Alfio tem uma importância, do ponto de vista da legitimação da agroecologia no âmbito acadêmico, que, a meu ver, é muito mais expressiva. Por quê? Porque conseguiu dialogar com um conjunto de referenciais teóricos, analíticos, com uma discussão mais ampla de ambientalização que encontrou mais ressonância no meio acadêmico. Do ponto de vista de Caporal e Costabeber, a gente percebe que os textos deles circulam no meio acadêmico, mas eu acho que, comparativamente aos de Alfio, o impacto deles foi muito maior no meio dos *policy makers*, dos “fazedores de políticas públicas”. Incluindo a participação direta deles na construção de políticas públicas (Paulo Niederle, João Pessoa, 2015).

Todavia, observa-se que a influência cordobesa não se dá apenas no engajamento dos pesquisadores, mas também na conformação epistemológica da literatura agroecológica lida e produzida no Brasil, através de pessoas que vão estudar fora, entram em contato com algumas ideias, levando-as de volta para seus países de origem traduzindo textos e espalhando o que aprenderam. Destarte,

parte dos militantes e técnicos mais críticos tiveram em sua formação uma passagem [...] pela Universidade de Córdoba, que privilegiava a dimensão política das análises dos processos de transição agroecológica (Abreu & Bellon, 2014: 9).

Claro que não podemos acreditar num tipo de influência “de baixo para cima”, em que a Espanha tenha imposto um *modus operandi* aos profissionais brasileiros. Todo e qualquer contato envolve troca de energia actante. Porém, o foco deste trabalho é apreender a conformação do cenário brasileiro, de forma a escolher um recorte metodológico que deixa de fora possíveis traços brasileiros na Espanha.

Agora que a agroecologia, enquanto termo, entra no cenário francês muito por influência brasileira e dessas discussões também. Não quer dizer que eles não tivessem discussões similares... Há uma cooperação com a Universidade Federal do Paraná (UFPR/

Meio Ambiente), que desenvolve um programa de meio ambiente e desenvolvimento, Alfio, Ângela Damasceno e Magda Zanoni e uma série de grupos franceses, sobretudo num programa que se chama Laboratoire de Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (Ladyss), que é um laboratório que foi coordenado pelo Hugues Lamarche e agora é coordenado pelo Jean Paul Billaud.

Eles tiveram ao longo dos últimos 20 anos vários intercâmbios nessa discussão socioambiental, não necessariamente agroecologia. É por conta dessa discussão que surgiu esse projeto, que eu comentei no começo e a gente está dando continuidade, digamos assim, ao projeto... O meu reingresso na discussão da agroecologia provavelmente vai se dar por conta do projeto que foi aprovado Brasil-França para os próximos quatro anos que é para estudar a institucionalização da agroecologia em diferentes países (Paulo Niederle, João Pessoa, 2015).

Observamos que a institucionalização da agroecologia no Brasil¹⁰ ocorreu antes que na França, onde tal proposta ainda se encontra fragmentada. Em contraposição, na França, a agricultura orgânica vem se estruturando desde os anos 1980¹¹ (Centro de Difusão de Tecnologia do Instituto Agrônomo do Paraná, 2013). Lá, a agricultura ecológica, em sua versão da agricultura biológica, se institucionaliza antes do Brasil. Por exemplo, a lei que normatiza agricultura orgânica no Brasil surge em 1999, enquanto na França, surgiu na década de 1980 (Brandenburg, Billaud & Lamine, 2015).

Na França, a agroecologia somente começou a ser veiculada nacionalmente a partir de 2008, ainda que muito ligada ao setor empresarial da produção agroalimentar, o que difere muito do Brasil, onde ela segue como referência para a agricultura familiar e camponesa. Inclusive, o Institut National de la Recherche Agronomique (Inra), principal instituição francesa de pesquisa agrônoma, incluiu a agroecologia em seus eixos prioritários apenas em 2010 e, em 2012, o Ministério da Agricultura anunciou o Programa Produire Autrement, justamente para fomentar a transição agroecológica (Norder, Lamine & Bellon, 2015).

O retorno ao Brasil e o entrelaçamento com as políticas públicas

O retorno da “Armada Cordobesa” para o Brasil define muito da constituição do campo científico da agroecologia. Obviamente, estamos diante de um ambiente múltiplo e que se diversifica cada vez mais, com opiniões divergentes acerca de vários aspectos – epistemológicos, teóricos e práticos. Apesar disto, é possível observar regularidades empíricas que ajudam a compreender elementos que fazem diferença no mundo social. Para isto, analisaremos trechos das entrevistas de Fran-

10. Na questão das políticas públicas, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) foi apresentado como referência da participação entre sociedade civil e governo.

11. Uma experiência de destaque é a da Associação para Manutenção de uma Agricultura Camponesa (Amap), com grande engajamento dos consumidores. Aqui, foca-se na criação de mercados alternativos e a influência entre diversos países.

cisco Caporal, José Wizniewsky e Eros Mussó, quando estes falam sobre o percurso entre a conclusão de suas pós-graduações e a volta ao lugar de origem.

Quando eu retornei da Espanha, coincidiu com as eleições para diretor técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e eu participei da campanha e fui eleito diretor técnico. E daí, junto com uma equipe, na época com a assessoria do falecido colega Costabeber – José Antônio Costabeber – a gente implementou a proposta, eu diria assim, na política, uma proposta de extensão rural agroecológica na Emater do Rio Grande do Sul. [...] Isso foi em 1998... 1999! No governo do Olívio Dutra (1999-2002). E daí a gente implementou essa proposta lá e criamos a *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, que existe até agora. Fizemos um Programa de Capacitação em Agroecologia para todos os técnicos de Emater, na época em torno de 1.800 técnicos (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Vimos que Caporal procurou ocupar espaços centrais, legitimados, para expandir o novo campo, que perpassa relações dentro e fora do universo acadêmico, fortalecendo-o a partir de vários lugares sociais, isto é, no contato com cargos de mando (diretor técnico da Emater do Rio Grande do Sul) para estabelecer uma proposta voltada para a extensão rural agroecológica e disseminação do saber acumulado – *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* e o Programa de Capacitação em Agroecologia.

Os pesquisadores que têm maior prestígio, além de certo capital social, participam de espaços influentes na distribuição de capitais, sendo o capital científico um tipo particular de capital simbólico, fundamentado no reconhecimento dos pares concorrentes do campo científico (Bourdieu, 2004a). Portanto, as relações sociais possibilitam que os atores circulem na esfera política, onde o interconhecimento é a base das relações, legitimando o grupo e o produto acadêmico por ele realizado, cujo o resultado é um trabalho mútuo de legitimação daquele universo de reconhecimento.

Assim, Caporal e seu grupo acumularam capital social (por meio de suas relações interpessoais) e científico (em suas trajetórias dedicadas à agroecologia, com textos que passaram a ter grande circulação nas universidades), o que permitiu montar um aparato laboratorial para estudos que serão acompanhados de um trabalho simbólico de reconhecimento do objeto de pesquisa pelos semelhantes, induzindo legitimidade. Isto nos leva a inferir que a escolha científica é uma estratégia política orientada para a obtenção do reconhecimento dos pares do campo e para a sociedade no geral, já que o campo científico é um lugar de luta pela dominação científica, o que indica a possibilidade de métodos, estratégias e projetos políticos do pesquisador (Cavalcanti, 2010).

Quando abre uma oportunidade política no governo do Rio Grande do Sul, mais especificamente na eleição que Olívio Dutra ganhou, em 1999, que ele por influência de parte dessa turma que resolve fazer a extensão rural agroecológica, é um enorme espaço [...]. Como político [Olívio Dutra], estava no movimento sindical, era do sindicato dos bancários. Torna-se governador, monta uma equipe bastante inovadora e faz – para mim – a única e primeira experiência consistente de agroecologia. [...] O primeiro congresso foi lá. Então isso preconiza as pessoas irem se conhecendo e começaram a se chamar. Eu mesmo fui chamado – apesar de ser gaúcho, estava em Santa Catarina – para apoiar o governo Dutra; ia lá, dava cursos, participava com o pessoal, e muitos outros. Então, no Rio Grande do Sul, para mim, foi o primeiro momento que profissionais, alguns curiosos, outros com mais conhecimento da agroecologia se inseriram nas políticas públicas, passaram seja pela informação e formação de pessoas, seja pela área propriamente técnica, seja pela pesquisa (Eros Mussó, Belém, 2015).

O interessante é que grande parte da institucionalização da agroecologia é centrada na extensão rural e, conseqüentemente, na agronomia, áreas que delimitam os princípios e o potencial da agroecologia. É importante frisar que não existe um movimento unilinear na passagem de acadêmicos para gestores públicos. Em outras palavras, o fluxo de atores não é somente da academia para o espaço público, mas envolve movimentos diversos, que, no fim, apontam para uma mesma tendência, a da ciência engajada.

Caporal voltou em 1998 e assumiu em 1999. Olívio Dutra tinha ganhado o governo do Estado [...]. E antes tinha muito apoio dos movimentos sociais, a ideia era criar referência, essa era a grande perspectiva da Emater: criar referências em agroecologia (José Geraldo Wizniewsky, João Pessoa, 2015).

A professora Maria Virgínia, ao retornar da Espanha para o Brasil, recebeu o convite para trabalhar na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), instituição de grande importância na institucionalização prática da agroecologia, o que significa que ela já conhecia anteriormente o grupo da Fase por meio de suas posições análogas no espaço social, ou seja, de pessoas focadas num mesmo tipo de fazer acadêmico e de trajetória profissional, voltada para o mundo rural e para os movimentos sociais. Como ela mesma afirma, o seu convite não foi feito por uma pessoa, mas sim por um coletivo, ela reencontra o grupo de Córdoba, com quem já havia mantido contato durante a graduação e cuja estrutura do campo sempre os aproximava, isto é, a abertura política e o fortalecimento da pauta ambiental no Rio Grande do Sul, assim como tudo o que acontece na sociedade de rede, onde as ações sociais são geradas a partir das conexões entre os atores.

É importante considerar a influência filosófica, política e técnica da “Armada Cor-dobesa” na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), o principal coletivo acadêmico de agroecologistas a realizar congressos e a organizar publicações em torno da temática, isto é, uma força paradigmática bem definida e que gera energia ac-tante, tendo como um dos principais porta-vozes Caporal que, quando retornou do doutorado, estabeleceu-se como ator-chave e elo capaz de agrupar uma série de outros atores na construção de iniciativas agroecológicas.

As estratégias utilizadas nas lutas simbólicas do campo científico dependem das posições dos atores sociais, sendo orientadas ou para a conservação da estrutura ou para a sua transformação. Quanto mais favorecida é a posição de um ator na estrutura, maior a tendência para querer conservá-la (Bourdieu, 2004a). Assim, os agroecologistas, enquanto defensores de um novo fazer acadêmico, tentam a todo custo transformar a estrutura das relações entre cientistas e agricultores, posicio-nados contra os profissionais (pesquisadores e extensionistas) de todas as áreas, mas, principalmente, da agronomia, por representarem os atores conservadores e estabelecidos, os quais ainda se apegam à atividade cartesiana e difusionista.

Esse campo interioriza um jogo de discussão e de diálogo, na tentativa de atribuir caráter científico aos fatos trabalhados. O conhecimento não se assenta em evidên-cias subjetivas de um indivíduo isolado, mas na experiência coletiva regulada por normas de comunicação e argumentação. Portanto, o fato é construído e conquista-do pela comunicação dialética dentro do processo de produção coletiva da verdade.

A conformação do cenário agroecológico nacional envolve a combinação de dife-rentes capacidades com um objetivo relativamente coeso, reunindo pessoas com interesses significativos em círculos formais e informais que abrangem a elite aca-dêmica, pesquisadores e pessoas fora do campo acadêmico.

Eu falo muito que quando chego num lugar que eu não conheço ninguém, estou no lugar errado, entendeu? Eu chego num con-gresso, eu digo “não tem ninguém aqui?” Eu digo “hmm, festa es-tranha com gente esquisita”, porque você já tem certa trajetória. Então, assim, você chegar num lugar que você não tem nenhum ponto de conexão, nenhuma rede, você não consegue identificar um nó que te liga ali, você está no lugar errado. Então isso é um campo que a gente tem que reconhecer. Então essas pessoas, es-ses pesquisadores que estão aí discutindo agroecologia dentro da academia ou nas ONGs ou no Estado também ou enfim, a gente se conhece, não é? [...] Hoje, claramente, eu chego numa reunião da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), eu posso não conhe-cer todo mundo, mas você já ouviu falar, você reconhece aquela

pessoa que também está no campo agroecológico e ele vai ser um agricultor, uma agricultora, vai ser uma pesquisadora (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Um ponto de vista é uma visão a partir de uma posição particular no espaço. Um ponto de vista é também um ponto no espaço onde nos colocamos para obter uma determinada visão (Bourdieu, 2004b). Portanto, as trajetórias dos agroecologistas, por mais diversas que sejam, apontam para um engajamento político-científico focado na transformação do espaço acadêmico e das políticas governamentais voltadas para o campo.

Considerações finais

O campo acadêmico pode ser entendido como um *lócus* de relações cujos protagonistas são produtores de conhecimento acadêmico. Neste campo, há uma batalha para classificar o que pertence ou não a este mundo. Trata-se de um universo específico de práticas dentro de um aparato institucional no âmbito do qual as lutas visam conservar ou transformar os critérios que o compõe, um jogo pela garantia da produção da crença e pela representação socialmente reconhecida como científica.

A trajetória da formação acadêmica e o prestígio político determinam muito da posição privilegiada do ator, isto porque a notoriedade enquanto pesquisador se associa à posse de capital político, no mais, capital político e capital acadêmico se reforçam mutuamente. O destaque dos atores se dá também pelo

capital social que é pertinente à rede de relações estabelecidas durante a trajetória de formação acadêmica e profissional, principalmente marcada por um tipo de circulação internacional. [Essa rede cria um] novo espaço de poder, em que *experts* em governabilidade, pertencentes a um mercado internacional, imprimem diretrizes políticas no âmbito local (Hey, 2008: 40 e 43),

atuando como técnico-políticos, provenientes do universo acadêmico, o que legitima suas ações políticas.

Portanto, alguns atores, estrategicamente posicionados, são mais ativos no discurso agroecológico e são essas pessoas – que têm em comum o fato de serem qualificados nos debates que envolvem o mundo rural e, assim, passaram a atuar no espaço político em benefício da produção de ideias sobre o mundo social e a realização prática dessas ideias – que foram escolhidas para darem seus depoimentos nesta pesquisa.

Está claro que “a evolução da agroecologia depende da força da interação entre movimentos sociais, redes científicas e da construção de políticas públicas” (Abreu, Bellon & Torres, 2016: 1). Nesse ínterim, o cenário científico agroecológico une um sistema informal de contatos transdisciplinares que liga as pesquisas acadêmicas, a prática docente e as atividades de extensão de diferentes pessoas interessadas, o que produz um movimento de autolegitimação. Isso permite desenvolver o novo campo sem que haja, necessariamente, uma cátedra totalmente reconhecida por todos os cientistas que estudam o mundo rural.

Referências

- ABREU, Lucimar S. de; BELLON, Stéphane. “A dinâmica do desenvolvimento a agroecologia no Brasil e na América Latina”. Trabalho Apresentado no VI Encontro da Rede de Estudos Rurais. Campinas (SP): Unicamp, 2014.
- ABREU, Lucimar S. de; BELLON, Stéphane; TORRES, Tércia Z. A contribuição das ciências e do movimento social para a agroecologia no Brasil. *ComCiência*, n. 182, 2016.
- ABREU, Lucimar S. de; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio; BELLON, Stéphane; MAZAROTTO, Angelo A. V. de Sá. “Agroecologia, movimento social, ciência, práticas e políticas públicas: uma abordagem comparativa”. Resumo apresentado no VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Fortaleza (CE), 12/16 Dez. 2011.
- ALMEIDA, S. G. de. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Revista Agriculturas – Experiências em Agroecologia. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Victor M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *The Journal of Peasants Studies*, v. 38, n. 3, p. 587-612, Jul. 2011.
- AZEVEDO, Daviane Aparecida de. Movimentos sociais, sociedade civil e transformação social no Brasil. *Saber Acadêmico. Revista Multidisciplinar da Uniesp*, n. 9, Jun. 2010.
- AZEVEDO, Edisio Oliveira. Desafios e perspectivas da Agroecologia. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira (Orgs.). *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a distância, 2011.
- . A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed, p. 183-191. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

———. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004a.

———. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed, p. 183-191. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

———. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004a.

———. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004b.

BRAGA, Ruy. O pêndulo de Marx: sociologias públicas e engajamento social. In: BRAGA, Ruy. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 11-28, Jul./Dez. 2002.

BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire. Apresentação – A agricultura ecológica e as redes agroecológicas. In: BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire (Orgs.). *Redes de agroecologia: experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In.: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira (Orgs.). *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a distância, 2011.

CAVALCANTI, Valesca Marques. *Ciência, modernidade, tecnologia e natureza: uma análise sobre o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido na Paraíba*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande (PB), 2010.

CENTRO DE DIFUSÃO DE TECNOLOGIA (CDT), INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ (IAPAR). Relato do I Seminário de Agroecologia Brasil x França. I Seminário de Agroecologia Brasil x França. Londrina (PR), 5/6 Dez. 2013. Disponível em: <<http://200.201.27.34/agroecol/material/Relato%20do%20I%20Seminario%20de%20Agroecologia%20Brasil%20Franca%20-%20IAPAR.pdf>>. Acessado em: 6 Ago. 2015.

FAGUNDES, Alessandro Von Wagner; LADIERA, Isabela Fabiana da Silva; OLIVEIRA, Lara Angelo. 2013. O processo de organização dos grupos de agroecologia no Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, Nov. 2013.

HEY, Ana Paula. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador; Bauru (SP): Editora UFBA; Edusc, 2012.

———. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru (SP): Editora UFSCar, 2004.

———. *Ciência em ação*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUZZI, Nilsa. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2007.

NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire; BELLON, Stéphane. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. In: BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire (Orgs.). *Redes de agroecologia: experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

PADULA, Juliana; CARDOSO, Irene Maria; FERRARI, Eugênio Alvarenga; DAL SOGLIO, Fabio Kessler. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de (Orgs.). *Agroecologia: princípios e reflexões conceituais*. Brasília: Embrapa, 2013.

PAULINO, Jonatta S. *O campo científico e a agroecologia no Brasil: atores, discursos e políticas públicas*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande (PB), 2017.

———. *Modernidade e ciência: tensões do discurso agroecológico*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande (PB), 2013.

PETERSEN, Paulo; DAL SOGLIO, Fábio. K.; CAPORAL, Francisco. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Revista Agriculturas – Experiências em Agroecologia. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WEID, Jean Marc von der (1985, 1988) apud BRANDENBURG, Alfio. Apresentação – Os agricultores ecológicos e a (re)construção do ambiente rural. In: BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Angela D. Damasceno (Orgs.). *Agricultores agroecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Cnpq; Petróbras, 2012.



Resumos de teses e dissertações

Com ou qual sujeito?

A ontologia do social na teoria sociológica contemporânea

Marisa Souza Neres

Orientador: Prof. Dr. Edson Silva de Farias

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 22.03.2019

Esta tese apresenta os seguintes objetivos: apontar o potencial analítico-epistêmico da hermenêutica, em particular para a sociologia; remontar ao histórico de surgimento e desenvolvimento da moderna noção de sujeito; problematizar alguns dos desdobramentos da noção de sujeito na teoria e na pesquisa sociológicas; propor uma discussão acerca dos processos de subjetivação do/a cientista social e as consequências de tal fenômeno para a constituição de seu objeto. Para isto, parte-se de uma proposta de conjugação do pensamento hermenêutico de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur e chega-se à noção de identidade narrativa deste último filósofo, a fim de demonstrar que a constituição do eu do/a cientista social, bem como de qualquer outro indivíduo, é um processo eminentemente ético, uma vez que sempre diz respeito à relação com o outro. Por fim, busca-se apontar, a partir de tal pressuposto, possíveis impactos da subjetividade sociológica na constituição do social e, portanto, no ofício sociológico. Amparada pelo pressuposto de que os influxos do pensamento filosófico acerca do sujeito subjazem de modo um tanto implícito nas pesquisas e teoria sociológicas, propõe-se a tese central de que a composição de sujeito e objeto no campo da sociologia é um processo que passa necessariamente pela constituição do eu, isto é, passa pelos processos de subjetivação aos quais o/a cientista social está submetido/a. Dito de outro modo: a constituição de sujeito e objeto no campo da sociologia é um processo que se constrói mediado por aquilo que Paul Ricoeur denomina como identidade narrativa. Elucidar tal fato é lançar luz sobre questões que envolvem o fazer do campo sociológico, e tentar contribuir, modestamente, para uma expansão dos horizontes epistemológicos da ciência da sociedade.

Palavras-chave: Hermenêutica. Identidade narrativa. Sujeito. Social. Sociologia.

Ministério Público e seus discursos de valorização institucional

Bernardo Barbosa Matos

Orientadora: Profa. Dra. Mariza Velloso Motta Santos

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 12.03.2019

A proposta desta pesquisa é analisar a construção, o desenvolvimento e a consolidação dos discursos de valorização acerca do Ministério Público, principalmente entre 1971 e 2004, período em que ganhou força um novo discurso acerca dessa instituição, que, incorporado, em larga medida, ao texto da Constituição de 1988, vai lhe proporcionar um enorme ganho de atribuições, prerrogativas e prestígio social. Para tanto, abordei, em primeiro lugar, os antecedentes históricos desse discurso, ou seja, como, desde à época do Império, e ao longo dos diversos momentos da República, foram sendo articulados os discursos de valorização tanto do Ministério Público quanto da carreira de promotor de justiça. Destaquei que a compreensão dos elementos simbólicos, que constituem as séries de sentido desses discursos, depende de sua avaliação em conjunto com os discursos do restante da burocracia estatal, bem como com aqueles em circulação na sociedade em geral. Quanto ao objeto principal da pesquisa, foram utilizados tanto os textos produzidos pelos intelectuais filiados ao Ministério Público – sejam artigos acadêmicos, sejam notas técnicas produzidas pelas entidades representativas dos promotores de justiça –, quanto textos legais e suas respectivas exposições de motivos, tudo sob as lentes da análise de discurso, como técnica de pesquisa. Nesse segmento, conferi especial ênfase aos conflitos com outros setores da alta burocracia jurídica, ocasionados pelo empoderamento do Ministério Público, em parte, decorrente do seu novo discurso de valorização. Por fim, busco examinar alguns desdobramentos da consolidação desse novo discurso acerca do Ministério Público, em especial no que tange à sua posição na estrutura do Estado em geral, e no sistema de justiça criminal em específico, bem como no seu recém-adquirido papel de “guardião da sociedade”.

Palavras-chave: Organizações. Burocracia. Intelectuais. Análise de discurso. História do Ministério Público brasileiro.

As imagens da ideologia punitiva. Uma análise de discurso crítica do Movimento Brasil Livre

Samuel Silva da Fonseca Borges

Orientador: Prof. Dr. Stefan Fornos Klein

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 28.02.2019

Esta dissertação de mestrado busca discutir as imagens da ideologia punitiva, tendo por material empírico o discurso do Movimento Brasil Livre (MBL) envolvendo aspectos dessa temática. Não obstante as crises recentes no Brasil em torno do sistema penitenciário, as altas taxas de mortalidade intencional, bem como a existência de décadas de produção da criminologia crítica que fundamenta a deslegitimação do sistema penal, o discurso que relegitima o paradigma punitivo e repressivo na política criminal se sobrepõe politicamente ao discurso crítico e alternativo. Tal problemática ensejou os objetivos desta pesquisa em analisar quais razões em torno da disputa por hegemonia desses discursos explicam a preponderância de um sobre o outro. O recorte do objeto se deu a partir da amostra intencional e não probabilística de textos audiovisuais publicados pelo MBL em seus canais no YouTube e Facebook, nos anos de 2017 e 2018, visando analisar qualitativamente as principais articulações discursivas presentes no que se refere à disputa de hegemonia empreendida pelo MBL no âmbito criminológico e político-criminal. Como um dos expoentes da chamada “Nova Direita” emergente, sobretudo no contexto das manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff, além de encampar um discurso economicamente liberal e moralmente conservador, o MBL também se engajou em agendas e campanhas político-criminais de teor punitivista, militarista e armamentista. Foi utilizado como arcabouço teórico e metodológico a Análise de Discurso Crítica (ADC), desenvolvendo uma discussão fundamentada em seu instrumental conceitual, problematizando o discurso, a ordem do discurso, a ideologia, a hegemonia e o senso comum, com ênfase na controvérsia da acepção crítico-negativa do ideológico, além de retomar o debate da criminologia crítica acerca da eficácia invertida do sistema penal e de caminhos político-criminais alternativos. Analisados a partir de categorias da ADC como a interdiscursividade, a intertextualidade, a presunção e a avaliação, aliadas ao debate teórico-político

supracitado, os resultados centrais da pesquisa trazem uma série de imagens ideológicas do punitivismo que se concentram na concepção da impunidade como a raiz do problema político-criminal, estando subdivididas em uma série de imagens utilizadas pelo MBL em seu discurso. Sinteticamente, são elas: (i) uma estratégia discursiva populista de direita na formatação da estrutura e do estilo dos discursos; (ii) a negação da existência de fatores macrosociais para a explicação do fenômeno criminal; e (iii) a proposição de intensificação da violência como resposta estatal ao crime. Como reflexões finais, propõe-se repensar as táticas e estratégias que o campo crítico-antipunitivo vem utilizando no Brasil para disputar a hegemonia político-criminal em suas várias dimensões.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica. Crítica à ideologia. Criminologia crítica. Política criminal. Nova Direita. Movimento Brasil Livre (MBL).

Ocupar é aprender: sobre as narrativas de experiência em ocupações de escolas no Distrito Federal

Salles Dimitri Melo Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 08.03.2019

A Primavera Secundarista – conjunto de protestos e mobilizações ocorridos entre os anos de 2015 e 2016 e protagonizados por estudantes secundaristas – foi um fenômeno particular no conjunto das ações coletivas contemporâneas no Brasil. A forma de ação principal – a ocupação de escolas – aconteceu em mais de mil instituições de ensino por todo o país, especialmente no segundo semestre de 2016. Neste período, as principais pautas de reivindicação dos estudantes foram a oposição às medidas anunciadas pelo governo federal, a saber a Reforma do Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional que estabelecia um limite das despesas públicas por 20 anos, afetando, entre outras áreas, o ensino básico público de todo o país. Esta dissertação tem como objetivo construir uma reflexão sobre a ocorrência das ocupações no Distrito Federal, a partir da análise de narrativas de participantes das ações de ocupação. Ao utilizar uma metodologia de base interpretativa, são colocadas como centrais as experiências relatadas pelos sujeitos entrevistados, de modo a compreender quais os sentidos atribuídos às ocupações pelos estudantes, e como as narrativas destes podem contribuir para a construção de conhecimentos sobre ação coletiva e movimentos sociais. São discutidas, em um primeiro momento, algumas categorias importantes para os estudos de movimentos sociais, e em seguida, algumas definições e ocorrências da utilização de ocupações. Feito isso, são apresentadas narrativas de experiência, de modo a construir uma aproximação das vivências dos participantes das ocupações. São apontados argumentos acerca da utilização do repertório de ocupações, pensadas a partir de uma dimensão de aprendizado de práticas e experiências de participação em protestos e ações coletivas. Por fim, apresenta-se o argumento da valorização da experiência para o estudo dos movimentos sociais de maneira geral.

Palavras-chave: Experiência. Movimentos sociais. Ocupações estudantis. Primavera Secundarista.

Normas

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Sociais (ICS)
Departamento de Sociologia (SOL)

Revista Sociedade & Estado
novo prédio ICS Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
70910-900- Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br facebook.com/solunb

A *Revista Sociedade & Estado* busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

A *Revista Sociedade & Estado* publica artigos, sempre originais, em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente com estas áreas do conhecimento. A *Revista* aceita submissões em português, espanhol e inglês, que poderão ser publicadas em sua língua original, embora, sempre que possível, traduzidos para o português. Os artigos de autores estrangeiros deverão ser inéditos no Brasil. Publicam-se as seguintes categorias de trabalhos:

1. Estudos teórico-metodológicos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Relatos de pesquisa de cunho empírico já realizadas ou em andamento.
4. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um/a professor/a do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador/a associado/a ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, podendo o mesmo convidar professores/as externos/as ao programa.

5. Resenhas.

II. APRECIACÃO DOS TRABALHOS

1. A *Revista* publica artigos de doutor(es) e/ou doutora(as) em coautoria com doutorando(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela equipe editorial da *Revista*, que fará uso de, pelo menos, dois especialistas no tema, para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria.

3. Os autores serão notificados sobre a aceitação ou recusa de seus artigos.

4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se mostrarem necessárias serão notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.

5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à apreciação.

III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação será realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.

2. O artigo será digitado em Word (fonte Times New Roman, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.

3. Na primeira página do original serão indicados o título (e eventual subtítulo) do artigo e o nome do/s/a/as autor/es/a/as. Também deverão trazer os dados sobre o/s a/as autor/es/a/as (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).

4. Os artigos virão acompanhados de um resumo em português, de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também apresentarão cinco palavras-chave em português e inglês (*key-words*), bem como o título em inglês.

5. As notas de natureza substantiva (não bibliográfica), serão reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas.

6. As menções a autores no curso do texto estarão subordinadas à forma autor, data, página (Vovelle, 1987: 56).

7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a três linhas, e em novo parágrafo, com recuo, corpo 10, quando superiores a três linhas. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, com citação da autoria da tradução.

8. As figuras e desenhos serão confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados, com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos serão numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais:

❑ Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

❑ Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. 13, n. 1, p. 160-187, 1998.

❑ Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.

❑ Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

11. As resenhas terão no máximo oito laudas. São aceitas resenhas de obras publicadas nos últimos cinco anos. As resenhas deverão ter título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.

12. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é exclusiva do autor/a e não expressa a opinião da equipe editorial, do comitê editorial ou do conselho editorial da *Revista*.

